

IMIGRAÇÃO E EMIGRAÇÃO

balanço historiográfico no sul do Brasil

ORGANIZADORES

Roberto Radünz

Vania Beatriz Merlotti Herédia



IMIGRAÇÃO E EMIGRAÇÃO

balanço historiográfico no sul do Brasil

ORGANIZADORES
Roberto Radünz
Vania Beatriz Merlotti Herédia

Fundação Universidade de Caxias do Sul

Presidente:

José Quadros dos Santos

Universidade de Caxias do Sul

Reitor:

Gelson Leonardo Rech

Vice-Reitor:

Asdrubal Falavigna

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Everaldo Cescon

Pró-Reitora de Graduação:

Flávia Fernanda Costa

Pró-Reitora de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico:

Neide Pessin

Chefe de Gabinete:

Marcelo Faoro de Abreu

Diretoria de Relações Institucionais:

Givanildo Garlet

Coordenadora da EDUCS:

Simone Côte Real Barbieri

Conselho Editorial da EDUCS

André Felipe Streck

Alessandra Paula Rech

Alexandre Cortez Fernandes

Cleide Calgaro – Presidente do Conselho

Everaldo Cescon

Francisco Catelli

Guilherme Brambatti Guzzo

Matheus de Mesquita Silveira

Sandro de Castro Pitano

Simone Côte Real Barbieri

Suzana Maria de Conto

Terciane Ângela Luchese

Thiago de Oliveira Gamba

Comitê Editorial

Alberto Barausse

Università degli Studi del Molise/Itália

Alejandro González-Varas Ibáñez

Universidad de Zaragoza/Espanha

Alexandra Aragão

Universidade de Coimbra/Portugal

Joaquim Pintassilgo

Universidade de Lisboa/Portugal

Jorge Isaac Torres Manrique

Escuela Interdisciplinar de Derechos Fundamentales

Praeeminentia Iustitia/Peru

Juan Emmerich

Universidad Nacional de La Plata/Argentina

Ludmilson A Britta Mendes

Universidade Federal de Sergipe/Brasil

Margarita Sgró

Universidad Nacional del Centro/Argentina

Nathália Cristine Vieceli

Chalmers University of Technology/Suécia

Tristan McCowan

University of London/Inglaterra



© dos organizadores

Revisão: Izabete Polidoro Lima

Editoração: Ana Carolina Marques Ramos

Capa: João Paulo Rates

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS - BICE - Processamento Técnico

132 Imigração e emigração [recurso eletrônico] : balanço historiográfico no sul do Brasil / organizado por Roberto Radünz e Vania Beatriz Merlotti Herédia. – Caxias do Sul, RS : Educs, 2022.
Dados eletrônicos (1 arquivo)

ISBN 978-65-5807-187-7

Apresenta bibliografia.

Vários autores.

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Italianos - Rio Grande do Sul - Historiografia. 2. Emigração e imigração - Rio Grande do Sul - História. 3. Itália - Migração - Rio Grande do Sul. I. Radünz, Roberto. II. Herédia, Vania Beatriz Merlotti.

CDU 2. ed.: 325.54(450:816.5)(093)

Índice para o catálogo sistemático:

- | | |
|---|------------------------|
| 1. Italianos - Rio Grande do Sul - Historiografia | 325.54(450:816.5)(093) |
| 2. Emigração e imigração - Rio Grande do Sul - História | 325.54(450:816.5)(091) |
| 3. Itália - Migração - Rio Grande do Sul | 314.15(450:816.5) |

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Márcia Servi Gonçalves – CRB 10/1500

Direitos reservados a:



EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul
Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil
Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil
Telefone/Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197
Home Page: www.ucs.br – E-mail: educs@ucs.br

IMIGRAÇÃO E EMIGRAÇÃO

balanço historiográfico no sul do Brasil

ORGANIZADORES
Roberto Radünz
Vania Beatriz Merlotti Herédia



Sumário

Apresentação / 11

Roberto Radünz
Vania Beatriz Merlotti Herédia

Um balanço da historiografia da imigração / 21

Prof. Emilio Franzina

HISTORIOGRAFIA SOBRE IMIGRAÇÃO NO SÉCULO XIX e XX

Legislações e práticas de colonização com imigrantes europeus no Sul do Brasil (1824-1918) / 49

Jorge Luiz da Cunha

Imigração italiana: as condições sociais da população italiana, a partir da unificação política no século XIX / 71

Vania Beatriz Merlotti Herédia

Imigração e colonização alemãs no Rio Grande do Sul: levantamento historiográfico / 87

René Ernani Gertz

Migrazioni e percezione: bilancio storico economico della migrazione internazionale e italiana con particolare riferimento al Brasile / 111

Donatella Strangio

IMIGRAÇÃO, EDUCAÇÃO E MEMÓRIA

Processi di scolarizzazione etnica italiana nei contesti migratori in Brasile: Un primo bilancio storiografico tra dimensione locale e transnazionale della ricerca / 133

Alberto Barausse

A docência entre imigrantes italianos e descendentes no Rio Grande do Sul: um olhar transnacional (1875-1927) / 185

Terciane Ângela Luchese

Educação e formação religiosa (1930-1940): la Congregazione di San Giuseppe / 215

Gelson Leonardo Rech

IMIGRAÇÃO, TERRITÓRIO E PATRIMÔNIO

Engenheiros italianos na Amazônia / 239

Günter Weimer

Formazione, tutela e valorizzazione del patrimonio industriale di Schio e dell'Alto Vicentino / 257

Giovanni Luigi Fontana

IMIGRAÇÃO, REDES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Acordos de Gemellaggios: religando tempos e territórios migratórios e (re)produzindo italianidades / 277

João Carlos Tedesco

La inmigración europea en Uruguay: los italianos como impulsores del desarrollo (1870-1914) / 303

Alcides Beretta Curi

IMIGRAÇÃO, IDENTIDADE E CULTURA

A alimentação como fator de manutenção de identidade entre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul / 333

Miriam Santos

“Tem que saber fazer pão”: Gênero e família na migração italiana para o Rio Grande do Sul / 353

Maria Catarina Chitolina Zanini

Gênero e poder no processo migratório italiano no Rio Grande do Sul: um estudo de caso na ex-colônia de Conde d'Eu / 371

Luis Fernando Beneduzi

IMIGRAÇÃO: FONTES DE PESQUISA

Novas fontes de imprensa étnica italiana em Porto Alegre: o caso do periódico *Stella d'Italia* / 401

Antonio de Ruggiero

Alberto Barausse

Una fonte italiana per la storia del Brasile meridionale: le riviste del Ministero degli Affari Esteri / 429

Gianpaolo Romanato

A entrevista: notas sobre a prática da história oral no estudo das migrações / 439

Chiara Vangelista

Autores / 447



Vista parcial da Praça Dante Alighieri, tomada a partir da av. Júlio de Castilhos. À esquerda, o quiosque de propriedade de Francisco Dal Prá. Ao fundo, o antigo prédio da Intendência, localizado na rua Dr. Montaury. Caxias, [1910].

Autoria: Domingos Mancuso.

Fundo Domingos Mancuso.

Doação Francisco Fortuna.

Acervo Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Apresentação

A Universidade de Caxias do Sul tem sido pioneira nos estudos migratórios por acolher linhas de pesquisa que estudam o tema. Desde 1975 tem promovido interesse acerca desses estudos, por meio de investimentos que a Instituição sempre fez por creditar a importância do tema para a instituição e para a identidade que assumiu sobre a região. Em 1975, com a criação do Instituto Superior Brasileiro-Italiano de Estudos e Pesquisas-(Isbiep), a Universidade de Caxias do Sul abre uma porta de pesquisa que colabora para a construção de um campo de conhecimento acerca das migrações históricas e marca a história da região. Naquele ano, o estado comemorava o Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, e esta comemoração e os eventos nela contidos abriram um espaço de estudo contínuo, cujas repercussões ajudaram a entender a identidade cultural de uma região marcada por processos migratórios.

Nesse sentido, a presente obra traz para o público um balanço dos estudos sobre a imigração sul do Brasil, com o objetivo de acompanhar o que vem sendo pesquisado no País e fora dele, no intuito de manter esse campo de conhecimento sempre atualizado. Antes mesmo das publicações do centenário em 1975, vimos uma preocupação por parte da sociedade rio-grandense, juntamente com as instituições que representavam os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, em dispor de dados que pudessem manter viva a história entre o Brasil e a Itália.

As datas de chegada dos imigrantes italianos no Sul do Brasil sempre foram festejadas e, nesses festejos, as publicações registravam o avanço das colônias italianas no País. O tema da imigração, a partir de 1975 e os estudos com abordagens científicas foram crescendo devido às pesquisas que foram sendo realizadas na formação de doutores e, posteriormente, nas linhas de pesquisa das diversas instituições universitárias que elegeram esse tema como foco de estudo. Diríamos que essas iniciativas oportunizaram o conhecimento sobre o tema e estimularam que essas linhas de pesquisa se mantivessem.

Esta publicação, que denominamos “IMIGRAÇÃO E EMIGRAÇÃO: balanço historiográfico no sul do Brasil”, reúne estudos de pesquisadores reconhecidos pelos seus estudos no campo da historiografia da emigração europeia, e oferece ao leitor uma riqueza de dados de pesquisa científica realizada no Brasil, na Itália e no Uruguai. O

que une esses autores e seus estudos é a escolha dos objetos de suas pesquisas, que retratam a riqueza da cultura por meio de abordagens que ajudam a compreender o que ocorreu no passado e de como os acontecimentos históricos se desdobraram, nas mais diversas interfaces da sociedade rio-grandense.

A publicação conta com um texto de abertura escrito por Emilio Franzina, historiador contemporâneo, que apresenta um “Balanço historiográfico da emigração italiana no Sul do Brasil”, cuja contextualização histórica evidencia as transformações que a pesquisa histórica sofreu no decorrer do século XX e como as pesquisas ítalo-brasileiras contribuíram para o avanço desse campo de conhecimento. A originalidade de sua análise está em, além de apresentar a trajetória dos estudos de emigração italiana no Sul do Brasil, trazer para a discussão as mudanças registradas pelos estudos históricos, nos últimos cinquenta anos.

O texto oportuniza no tempo presente “passear” pela História e verificar os desafios que os estudos da emigração italiana enfrentaram e como a pesquisa histórica colaborou para o avanço desse campo de conhecimento. Franzina postula que as diversas abordagens da História, principalmente a econômica, foram sendo ampliadas pela inclusão de novos temas com novas abordagens, o que explicitou, por meio das pesquisas, os quadros sociais de referência dos estudos de imigração e colonização. Chama a atenção como os diversos estudos migratórios recentes, realizados na América Latina e, especialmente, no Brasil, contribuíram para a compreensão das transformações que decorreram de processos migratórios. Na análise apresentada, mostra a diversidade de estudos acadêmicos que, nas mais diversas abordagens teóricas, afrontaram o tema migratório, por meio de cruzamentos interdisciplinares, no âmbito da política, da economia, da religião e da cultura. Destaca a riqueza das fontes e dos acervos conservados na Itália e no Brasil, que permitiram estudos avançados, inclusive pelo uso de novas tecnologias. O autor reconhece como os estudos realizados colaboraram para o entendimento da presença de italianos no Sul do Brasil, como produtores de cultura, e as diversas interpretações de pesquisadores italianos e brasileiros sobre esse processo.

A partir do texto de Emilio Franzina, a publicação foi dividida em cinco blocos que abrangem: a historiografia da imigração no século XIX e XX; a imigração, memória e educação; a imigração, o território e patrimônio; a imigração, redes e o desenvolvimento econômico;

imigração, identidade e cultura e, por último, a imigração e as fontes de pesquisa.

No primeiro bloco, os estudos versam sobre a historiografia produzida acerca da imigração no século XIX e XX e trazem para o leitor a trajetória da historiografia, a partir da mudança na legislação do Brasil pelo Decreto de 25 de novembro de 1808, quando D. João VI permite aos estrangeiros o acesso à propriedade de terra.

O texto “Legislações e práticas de colonização com imigrantes europeus no Brasil (1824-1918)” de Jorge Cunha, da Universidade Federal de Santa Maria, enriquece a obra pela descrição do cenário brasileiro acerca da imigração europeia, a partir das legislações vinculadas às políticas de colonização. O autor descreve como ocorreu a colonização açoriana no Sul do Brasil, o quadro econômico que vigorava no Rio Grande do Sul, antes da primeira fase das práticas políticas e legislativas da colonização estrangeira no Brasil, no período de 1824-1930. Chama a atenção como a política de imigração e colonização, com a chegada da família real ao Brasil em 1808, abre um novo caminho para a ocupação do território, quando assegura por lei a colonização estrangeira no País. O texto traz ainda a criação das colônias alemãs e suas respectivas legislações, mostrando as diversas experiências que o Rio Grande do Sul teve com a imigração alemã. Amplia a discussão com a análise do período regencial e da segunda fase da colonização estrangeira bem como da legislação, após a Proclamação da República em 1889 e mostra como a Lei de Terras favoreceu o êxito da política de colonização e imigração.

O estudo de Vania B. M. Herédia trata das condições sociais da população italiana, a partir da Unificação Política da Itália, no século XIX. Analisa essas condições pelo uso de uma fonte oficial, uma pesquisa realizada pelo parlamento italiano em 1877, com o nome de “Inchiesta Agraria e sulle condizioni della classe agricola”. Traz dados de como viviam os camponeses, antes da unificação italiana, de como estavam divididos, os contratos agrários que regiam o trabalho na terra e como a emigração foi apresentada a essa população, como solução da crise que assolava o País. Rene E. Gertz contribui nessa publicação com um levantamento bibliográfico acerca da imigração e colonização alemãs no Rio Grande do Sul. O estudioso faz um levantamento de dissertações e teses defendidas entre 2010 e 2019, o que reflete, segundo o autor, os interesses de pesquisadores sobre o tema migratório e as diversas

áreas de conhecimento, nas quais esses estudos foram realizados. Cria categorias para essa análise e, por meio delas, pontua o que se apresenta nos estudos migratórios, quando salienta que a produção historiográfica tradicional “costumava apresentar a imigração e a colonização sob dois enfoques opostos – o socioeconômico e o político-cultural”. Destaca que existem novos cruzamentos nesses estudos que ampliam a produção historiográfica pela discussão da memória/identidade, educação, língua, dinâmica social, personagens, associativismo, economia, política, turismo, literatura, artes, questões de gênero, de meio ambiente, de imprensa e uma categoria que o autor denomina de sul, que envolve assuntos relacionados a espaços geográficos.

Ainda no primeiro bloco, o estudo produzido por Donatella Straggio “Migrazioni e percezione: bilancio storico economico e nuovi aspetti” apresenta um quadro sintético, do debate teórico e das políticas relativas ao complexo fenômeno migratório. A autora utiliza os principais estudos da migração internacional para problematizar como a natureza dos fluxos migratórios internacionais é sistematizada e a periodização de migrações de longos períodos. Chama a atenção que as migrações recentes sofreram mudanças substanciais que as diferenciam daquelas do passado e traça um percurso histórico da periodização da migração na Itália. Apresenta esta reflexão usando dados estatísticos que ilustram os diversos períodos da emigração dos italianos e do retorno ao país de partida e suas características, e como as transformações sociais que a sociedade sofreu com o processo de globalização mudaram essencialmente os países de destino e as políticas de controle. Sua análise inova à medida que apresenta os argumentos da nova economia das migrações que utilizam abordagens de nível microeconômico, com realce nas remessas de recursos, que podem financiar atividades econômicas no país de origem e tantas outras questões de natureza econômica. O texto de Donatella Straggio colabora para a compreensão das diferenças teóricas utilizadas nas diversas abordagens de migrações recentes e destaca um projeto europeu que está sendo desenvolvido na comunidade europeia, como meio de identificar como as migrações são transmissoras de saberes relacionados com o processo de globalização.

O segundo bloco traz estudos que versam sobre a imigração, educação e memória. Alberto Barause, da *Università degli Studi di Molise*, apresenta um estudo sobre os “Processi di scolarizzazione etnica italiana nei contesti migratori in Brasile: un primo bilancio storiografico

tra dimensione locale e transnazionale della ricerca”. O autor discorre sobre o processo de escolarização que os emigrantes italianos vivenciaram no Brasil e no Rio Grande do Sul. A análise feita evidencia que, nas últimas três décadas, cresceram os estudos científicos nesse campo de conhecimento e que ainda há espaços diversos para aprofundar as possibilidades de pesquisa que se apresentam para essa temática. Barause ressalta que o aumento das pesquisas se deve à ampliação das fontes e da disposição das mesmas, o que instiga para novas pesquisas na área.

O texto de Terciane Angela Luchese, da Universidade de Caxias do Sul, “A docência entre imigrantes italianos e descendentes no Rio Grande do Sul: um olhar transnacional (1875-1927)” analisa a docência entre imigrantes e seus descendentes, no período de 1875-1927. A riqueza do estudo localiza-se na diversidade de fontes que são utilizadas e do conhecimento que foi produzido. A autora chama a atenção acerca das alternativas de organização escolar que foram criadas pelos emigrantes e suas respectivas tipologias, o que mostra a diversidade de “modos e formas de organizar” as atividades escolares. O estudo traz registros das escolas italianas no Rio Grande do Sul e salienta a iniciativa das associações de mútuo socorro, na criação e manutenção das escolas. Traz também depoimentos da atuação dos docentes e como eram representados pelos italianos e imagens de como eram o interior das salas de aula, publicadas no começo do século XX. O estudo, portanto, contribui para a historiografia da emigração e, como diz a autora, “mobilizando estudos de História da Educação e História Cultural”. Ainda nesse bloco, o estudo de Gelson Leonardo Rech, denominado “Educação e formação religiosa (1930-1940): la Congregazione di San Giuseppe”. O autor descreve a trajetória da Congregação de São José e de como ela contribuiu para o processo educativo e para a formação religiosa na região de colonização italiana no Sul do Brasil. Desde a chegada dos josefinos em 1915, começa uma atuação efetiva por parte da congregação em prol da educação. Nesse contexto, o autor analisa a presença dessa congregação religiosa, no Município de Caxias do Sul e em alguns de seus distritos rurais. Enriquece a análise ao trazer dados acerca da instalação de uma escola, fundada pelos josefinos, cuja finalidade era atender filhos de operários. As fontes utilizadas pelo autor mostram a riqueza do tema e estimulam novos estudos.

O terceiro bloco trata do tema “Imigração, território e patrimônio”, com dois ensaios muito interessantes que ampliam nossa visão sobre

essas relações. O primeiro texto é de Günter Weimer, cujo tema versa sobre os engenheiros italianos na Amazônia. Weimer traz para a discussão um tema que não é muito conhecido no contexto da emigração italiana, por se tratar da presença de italianos na Amazônia. O estudo de Weimer remete à História do Brasil-Colônia e a ação de engenheiros italianos que desempenharam papel crucial na construção de sedes do governo das capitanias, de igrejas, de capelas, de reformas de prédios, de fortes, de vilas, dentre tantas outras obras naquele estado. Muitos deles foram contratados para fazer parte da Comissão de Demarcação da Colônia e a descrição feita por Weimer desses engenheiros permite “viajar” no tempo e no espaço, a fim de localizar as obras realizadas e detalhes dos projetos que foram efetuados. Weimer assinala que os mapas produzidos pela Comissão foram decisivos para a definição da expansão de domínios territoriais, e seu estudo contribui para a compreensão dessa produção, que remete à definição de fronteiras. O segundo texto, de Giovanni Luigi Fontana, um histórico econômico da Universidade de Padova, “Formazione, tutela e valorizzazione del patrimonio industriale di Schio e dell’Alto Vicentino”, contribui para a compreensão da importância do patrimônio industrial. O histórico traz como premissa de seu estudo a relação que existe entre Galópolis, no Sul do Brasil e Schio, no Norte da Itália, local de partida de emigrantes italianos no final do século XIX, em decorrência de uma greve operária. A indústria de lã, de onde partiram os operários, e o patrimônio industrial que ela construiu ao longo de sua história objetos de estudo de Giovanni Luigi Fontana. No texto em questão, o autor apresenta uma série de argumentos, utilizados para promover a preservação e valorização daquele patrimônio. Divide o texto em duas partes, sendo a primeira dedicada à formação e composição da hereditariedade industrial e, a segunda, acerca do processo de patrimonialização, conhecimento, tutela e valorização. Na primeira parte expõe a trajetória histórica do processo de industrialização na Província de Vicenza, por meio da descrição de seus principais lanifícios. O estudo trata, principalmente, do Lanificio Rossi que se localiza na comunidade de Schio, uma das mais importantes capitais da lã no Vêneto, sendo um dos polos mais dinâmicos de produção manufatureira. O autor descreve a experiência que ocorre em Schio; com a construção de um bairro operário, torna-se uma referência enquanto política de assistência à classe operária. A criação de instituições operárias é modelo de investimento feito pela fábrica, em prol

da classe operária, o que a torna uma experiência exitosa no País. Na segunda parte discute a força do patrimônio industrial que nasce nessa região vicentina e que muitos documentos dessa indústria encontram-se preservados em arquivos em Schio e em estudos publicados na Itália. Traz dados importantes da recuperação desse bairro operário, por meio de um planejamento urbanístico que é aprovado em 1990. Os estudos realizados por Giovanni Luigi Fontana são referência em estudos de arqueologia do patrimônio industrial, e o texto publicado nesta obra confirma essa referência.

O quarto bloco compreende estudos acerca da imigração, de redes e desenvolvimento econômico. João Carlos Tedesco apresenta uma análise sobre os “Acordos de Gemellagios: religando tempos e territórios migratórios e (re)produzindo italianidades”, onde descreve uma trajetória da história associativa de acordos de *gemellagios* que, no final do século XX, ganhou um dinamismo próprio causado pelo interesse de municípios dos países envolvidos (Brasil/Itália), em desenvolver intercâmbios culturais que possibilitassem ações conjuntas, com o intuito de fortalecer a identidade étnica regionalizada. O estudo de Tedesco explicita a força da etnicidade e de como esta se torna um elemento de identidade do grupo envolvido, bem como fortalece a criação de redes entre esses grupos. Mostra como comemorações, festas e rituais são usados como meio de promover uma aproximação identitária e criar vínculos e redes que são construídos pelo pertencimento histórico. Ainda nesse bloco, há uma forte contribuição de Alcides Beretta Curi, com o estudo “Inmigración europea en Uruguay: los italianos como impulsores del desarrollo (1870-1914)”. Beretta Curi tem pesquisado sobre os processos de modernização na periferia austral da América Latina e tem concluído que a imigração, em vários desses países, foi responsável pelo desenvolvimento de diversas atividades agrícolas e industriais. Seu estudo evidencia as ligações que ocorreram na vasta região que envolvia vários países da América Latina, em relação aos movimentos migratórios europeus. O estudo que realiza sobre o impacto da imigração europeia, no Uruguai, mostra a força da imigração no desenvolvimento econômico daquele país, bem como as oportunidades de trabalho que foram oferecidas aos emigrantes, e os movimentos que os mesmos fizeram, quando reconheciam que havia mais atrativos em algumas cidades do que em outras. Aprofunda na análise a presença da imigração italiana no setor de artesanato-industrial, por meio da

história de alguns protagonistas que promoveram mudanças substanciais na cultura do País. A riqueza de detalhes na análise apresentada por Beretta Curi comprova a importância desta pesquisa, que mostra a trajetória de negócios diversos na economia uruguaia, onde a participação dos italianos foi efetiva. O estudo inclui a criação da Câmara de Comércio Italiana em Montevideo e do Banco Italiano no Uruguai. Mostra de forma objetiva a presença desses emigrantes italianos no desenvolvimento econômico do Uruguai, o que evidencia o circuito de interesses que estava envolvido. Chama a atenção a forma como a Câmara de Comércio Italiana em Montevideo influencia a formação e consolidação de uma parte da burguesia no Uruguai. Na segunda parte do estudo, Beretta Curi trata da imigração no meio rural e destaca como foram construídas as redes de agricultores italianos. O texto instiga a leitura e traz detalhes dos empreendimentos desenvolvidos por esses emigrantes, seja nos setores urbanos, seja nos rurais.

O quinto bloco tem como tema “Imigração, identidade e cultura”. Reúne estudos de natureza antropológica sobre questões que dizem respeito à cultura e identidade. O texto de Miriam Santos “A alimentação como fator de manutenção de identidade entre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul” é prova da riqueza dessa cultura e de como os imigrantes souberam utilizá-la. A autora discorre sobre alimentação e como os descendentes de imigrantes italianos, no Rio Grande do Sul, utilizam-na como símbolo identitário. Ilustram seu estudo vários depoimentos de descendentes, cuja descrição do uso de alimentos típicos fortalece a posição de que a alimentação é um marcador no campo da identidade cultural. Discorre sobre a centralidade da comida na vida coletiva dos descendentes de italiano e de como as refeições funcionavam como rituais, lembrando o passado no presente e reforçando o símbolo de que refeições fartas eram sinal de prosperidade. Maria Catarina Zanini traz como contribuição o estudo sobre o gênero e a família. Seu texto – “Tem que fazer pão: gênero e família na migração italiana para o Rio Grande do Sul” – explicita a imigração italiana no Brasil partindo de algumas características que ajudam a entender os desdobramentos que esses imigrantes promovem onde se instalam. A migração com a família é uma das características que Zanini destaca em seu estudo e de como a mesma assume papéis importantes na instalação dos imigrantes na nova terra. A garantia da reprodução, a socialização, a manutenção do grupo são algumas das funções que Zanini ressalta em seu estudo,

evidenciando a relação do gênero na divisão do trabalho e na manutenção familiar. Traz depoimentos, fruto de pesquisa de campo, que elucidam esses papéis nas relações familiares e na forma de preservar a cultura. Nas narrativas apresentadas, é possível identificar os valores culturais que a família reproduz e como se preocupa em mantê-los. Por último, nesse bloco, há o texto de Luis Fernando Beneduzzi, que trata de “Gênero e poder no processo migratório italiano no RS: um estudo de caso na ex-colônia de Conde d’Eu”. O autor, professor na *Università Ca’ Foscari-Veneza*, expõe um conflito entre o poder religioso e a comunidade de imigrantes, em uma das primeiras colônias oficiais da Região de Colonização Italiana no Rio Grande do Sul. A religião, na organização das colônias italianas, teve papel decisivo pelo fato de a grande maioria de imigrantes ser católica. O poder religioso que o padre possui, em confronto com a denúncia de uma jovem professora que defende a comunidade é o centro do conflito. O estudo de caso, apresentado por Beneduzzi, evidencia a força do poder religioso e a presença da comunidade, representada pela professora, em que essa disputa de poder reflete as dinâmicas identitárias. As fontes utilizadas são cartas, que foram arquivadas na Cúria da Arquidiocese de Porto Alegre e que servem de base para a análise desse conflito. O estudo traz uma discussão sobre a questão de gênero e das disputas que esse acontecimento gerou na comunidade em questão. Mostra também a luta de conotação política, cujos reflexos mostram o uso do poder e da religião.

O último bloco desta publicação traz diversos estudos que são resultados de exaustivas pesquisas e contribuem para a discussão de fontes de pesquisa acerca do tema da imigração. O primeiro texto, de autoria de Antonio de Ruggiero e Alberto Barausse, intitulado: “Novas fontes de imprensa étnica italiana em Porto Alegre: o caso do periódico *Stella d’Italia*” é prova da importância da pesquisa documental na área e de como a mesma pode oferecer dados sobre as comunidades italianas no Brasil. Os autores chamam a atenção de como a imprensa italiana se fazia presente nas cidades do Rio Grande do Sul, principalmente do jornal *Stella d’Italia*. Trazem para a discussão a força da imprensa étnica e aos papéis que a mesma desempenhou nas comunidades italianas, no Sul do Brasil. O jornal em estudo é um dos mais longevos da comunidade ítalo-gaúcha de Porto Alegre, e a análise feita pelos historiadores mostra como o periódico retratava a cidade nos primeiros anos de vida. O segundo texto de Gian Paolo Romanato, “Una fonte italiana

per la storia del Brasile meridionale: le riviste del Ministero degli Affari Esteri”, analisa uma importante fonte da emigração italiana, que contribui para a compreensão de como os representantes do governo italiano, fora da Itália, viam os países em que viviam os emigrantes e detalhavam viagens e panoramas das colônias italianas. Essa fonte, publicada pelo Ministério de Relações Exteriores, traz os acontecimentos que os emigrantes italianos vivenciam nos países de destino, de forma documentada e analítica. A análise feita pelo histórico da Universidade de Padova compreende dos boletins consulares aos boletins do Ministério das Relações Exteriores e o Boletim da Emigração e discute como a Lei da Emigração de 1901 favorece o processo emigratório. O autor postula que essa legislação esclarece aos emigrantes “prescrizioni precise e dettagliate tese a tutelare i propri cittadini che sceglievano di trasferirsi all’estero”. Examina relatórios consulares e mostra a preocupação que os mesmos retratam acerca dos emigrantes italianos – desde a viagem até a chegada nas comunidades que constituiriam – a falta de escolas, as dificuldades de superar as questões de inserção na nova terra.

E o texto final, de Chiara Vangelista, da Universidade de Genova, nos presenteia com uma análise acerca da entrevista e de considerações gerais sobre a prática da história oral, no estudo das migrações. A autora tece comentários sobre a prática da nova história oral do século XX e de como essa prática fez uso de novas técnicas. Com muita simplicidade chama a atenção das mudanças que foram sendo realizadas na forma de registrar os depoimentos, quando do uso do gravador na realização de entrevistas. Na análise traz autores clássicos da história oral e de como expuseram a força da história oral, por meio da entrevista e de como esta é “resultado de uma relação social”. Dedicou seu olhar para as partes envolvidas na entrevista e evidencia a importância do conhecimento dos processos históricos para o entendimento dos registros, bem como a necessidade de trazê-los para o tempo presente.

A obra “IMIGRAÇÃO E EMIGRAÇÃO: balanço historiográfico no sul do Brasil” contribui para atualizar o leitor interessado em estudos migratórios, por meio de resultados de pesquisas recentes realizadas por especialistas nas mais diversas dimensões do fenômeno emigratório.

*Roberto Radiünz
Vania Beatriz Merlotti Herédia*

Um balanço da historiografia da imigração

Prof. Emilio Franzina

La pandemia del Coronavirus, già causa del rinvio di un anno del simposio che si apre quest'oggi come quinto d'una serie iniziata nel lontano 1975, continua a creare purtroppo, specialmente in Brasile, serissimi problemi. Essi inevitabilmente sono diventati quindi parte del panorama di contesto nel quale sono stato invitato a tracciare per la storiografia della immigrazione in Brasile, ma in particolare nel Rio Grande do Sul, un sommario bilancio.

Balanço in italiano si traduce con parole come oscillazione o addirittura come altalena. E sarà in effetti un rendiconto altalenante quello che vi proporrò fra poco scusandomi se lo farò usando, per meglio esprimermi, la mia lingua.

Non posso tuttavia esordire senza aver prima osservato quanto i grandi mutamenti compiuti dagli studi storici italo-brasiliani durante quasi cinquant'anni e in particolare nel corso dell'ultimo decennio abbiano avuto anch'essi un andamento non di rado irregolare e appunto altalenante ma sempre in discreta ascesa. In ogni caso c'è da dire che abbastanza importanti furono per la storia dell'emigrazione e dell'immigrazione proprio gli avanzamenti che si diedero nel passaggio da una situazione di ricerca appena venuta a contatto, negli anni '70 del Novecento, con alcune istituzioni accademiche e universitarie ma ancora molto legata alle stagioni in cui le ricostruzioni del passato immigratorio risultavano subordinate alle sole logiche un po' naive della memorialistica e della storia locale *self made*.¹ C'è da dire comunque che si trattò di un notevole passo in avanti compiuto grazie a progetti andati a buon fine e delineatisi allora forse per la prima volta² allo scopo di mettere in proficuo rapporto, al di là di ogni truismo, l'evoluzione

¹ Nuncia Santoro de Constantino, *A inscrição dos imigrantes italianos na historiografia do Rio Grande do Sul*, in Maria Catarina C. Zanini e João Carlos Tedesco (Orgs), *Migrantes ao Sul do Brasil*, Santa Maria, Editora da UFSM, 2010, pp. 137-152.

² Penso in particolare alle iniziative editoriali e di ricerca propiziate dalla collaborazione tra la Fondazione Giovanni Agnelli di Torino e un folto gruppo di studiosi italo brasiliani (Rovilio Costa, Luis de Boni, Júlio Posenato, Arlindo Battistel ecc.) almeno sino alla metà degli anni '90 del secolo scorso per cui rinvio a Emilio Franzina, *La terra ritrovata. Storiografia e memoria della prima immigrazione italiana in Brasile*, Stefano Termanini Editore, Genova, 2014, pp. 113-117.

degli avvenimenti del Brasile con quanto vi era collegato in Italia, in particolare in alcune regioni come il Veneto.³ Da qui, in effetti, erano arrivati in prevalenza gli emigranti per lo più d'estrazione rurale e piccolo proprietaria prossimi responsabili dell'apprezzabile sforzo di trasformazione che, secondo si usa dire, avrebbe fatto passare molte zone, come quelle riograndensi della Serra gaúcha e del Planalto, dalla foresta vergine alla modernità industriale nel giro di pochi decenni.⁴ Tale processo, tuttavia, essendosi completato appieno inevitabilmente nel volgere di diversi periodi all'interno di un arco di tempo più lungo e pressoché secolare – tanto che anche a qualcuno di noi fu dato di assistervi e di misurarne gli effetti finali quasi “in presa diretta” – comprendeva un insieme sempre più vasto di fenomeni a cui era diventato necessario accostarsi con strumenti e sfruttando competenze di natura diversa. Di qui derivava il diramarsi degli approcci affidati a esperti di storia dapprima soprattutto economica, ma poi anche giuridico legislativa, sociale e culturale nonché politica per la migliore trattazione di temi che con l'andar del tempo sono poi stati messi meglio a fuoco e sempre più precisati, ma che sono anche rimasti abbastanza a lungo gli stessi benché frattanto fossero mutati i quadri generali di riferimento⁵ e il modo stesso d'interrogarsi, ad esempio, sulle pratiche e sulle regole della colonizzazione agraria dagli anni '60 dell'Ottocento al secondo dopoguerra⁶, sulle esperienze lavorative e imprenditoriali dei discen-

³ Francesco Lazzari, *Emigración italiana y identidad brasileña: desafíos y oportunidades, in Migranti di ieri e di oggi* a cura di Idem, Quaderni del Csal, Numero speciale di “Visioni LatinoAmericane”, 2010, n. 3 pp. 55-63.

⁴ Cf. *I veneti in Brasile e la storia dell'emigrazione*, Accademia Olimpica di Vicenza e numero monografico di “Venetica”, a. XXXIII, n. 57 (2/2019).

⁵ Michael M. Hall, *Algumas considerações sobre os resultados e os desafios da historiografia recente da imigração*, in Maria Izilda de Matos, Lená Medeiros de Menezes, Edgard da Silva Gomes e Syrléa Marques Pereira (Orgs.), *Italianos no Brasil: partidas, chegadas e heranças*, Rio de Janeiro, Labimi/UEjr, 2013, pp. 39-46. Tra i primi segni di un decisivo cambiamento di prospettive mi piace ricordare, sebbene vecchio ormai di vent'anni, il libro di Dilse Piccin Corteze, *Ulisses va in América: História, Historiografia e Mitos da Imigração Italiano no Rio Grande do Sul (1875-1914)*, Passo Fundo, UPF, 2002.

⁶ Su questo che fu uno dei primi aspetti presi in considerazione all'inizio degli anni '70 dalla storiografia italiana sul Rio Grande do Sul immigratorio (con gli studi del CNR di Firenze, di Mario Sabbatini, di Alberto Gallo, di Pier Luigi Beretta ecc.) si è accumulata una grande quantità di studi a partire da quelli di Luiza Horn Iotti (Org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747-1915*, Porto Alegre, Assembléia Legislativa do Estado do RS – Caxias do Sul, EDUCS, 2001. Per una nuova impostazione del problema cfr. oggi Claudinei Magno Magre Mendes, *A historiografia brasileira relativa à colonização: uma nova tendência*, in “Acta Scientiarum. Education” (Maringá), 2012, n. 34 (1), pp. 91-100, João C. Tedesco e Rosane M. Neumann (Orgs.), *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*, Porto Alegre, Letra&Vida, 2015, Giovanni Balbinot e João Carlos Tedesco, *Colonos em Milão: A participação do Rio Grande do Sul na L'Esposizione Internazionale del Sempione (1906) e suas correlações com a imigração*

denti di emigranti e coloni⁷, sulle relazioni interetniche e sui rapporti fra immigrati italiani e immigrati tedeschi⁸ e via via su molte altre ques-

italiana, in “Metis: história & cultura” 2016, n. 30, pp. 295-316, Federica Bertagna., *La presenza d’italiani in Argentina e Brasile. Similitudini e differenze dei processi di colonizzazione*, in *Italiani in Amerca Latina: linguaggi e messaggi* a cura di Vittorio Cappelli e Pantaleone Sergi, in “Giornale di storia contemporanea” 201, n. 2 e Ead. *Algumas cosas más sobre la presencia de los itaianos en los procesos de colonización en Argentina y Brasil (1820-1960)*, in Ana Paula Korndörfer, Hernán Ramírez e Maira Ines Vendrame (Orgs.), *Historiografias Latino Americanas. Temas, desafios e perspectivas*, E-Book, Oikos Edusinos, São Leopoldo, 2018, pp. 159-182 Per il rapporto fra colonizzazione ed emigrazione, specie nel sud del Brasile dove più che altrove “a ideia de imigração está efetivamente ligada à colonização e a todas as agruras e percalços d’esse processo – nem sempre por opção dos indivíduos – de adaptação necessária, de hábitos e costumes” (Eliane Mimesse, *Imigrantes europeus na América do Sul* in “Acta Scientiarum. Human and Social Sciences” (Maringá), 2013, vol. 36, n. 1, p. 113) esistono inoltre numerosi approfondimenti a cominciare da quelli che ne analizzano la genesi anche a ridosso di scelte politico ideologiche compiute dalle classi di potere locali (cfr. Olgário Paulo Vogt – Tauane Schroeder, *Colonizar não é somente povoar o solo: o PRR e a política de colonização com imigrantes na República Velha, no RS*, in Roberto Radünz e Vania B.M. Herédia (Orgs), *140 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul, Caxias do Sul, RS* [recurso eletrônico], Educus, 2015, pp. 267-280), ma esistono pure, da oltre quarant’anni in qua, persino teorizzazioni e riflessioni che si sono misurate con il concetto e con la pratica del colonialismo europeo, e dunque anche italiano nelle “colonie” di diretto dominio del Regno; cfr. fra le più antiche, in Brasile quelle di Loraine Slomp Giron ed Heloisa Eberle Bergamaschi, *Colônia: um conceito controverso*, Caxias do Sul, EDUCS, 1996 (poi anche Eadem, *Terra e Homens: Colônias e Colonos no Brasil* ivi, 2004) e in Italia di Gigliola Dinucci, *Il modello della colonia libera nell’ideologia espansionistica italiana. Dagli anni ’80 [dell’Ottocento] alla fine del secolo*, in “Storia contemporanea”, n. 3, 1979, pp. 427-480 e di Emilio Franzina, *Emigrazione, navalismo e politica coloniale in Alessandro Rossi (1868-1898)*, in *Schio e Alessandro Rossi. Imprenditorialità, politica, cultura e paesaggi sociali del secondo Ottocento*, a cura di Giovanni Luigi Fontana, Roma Edizioni di Storia e Letteratura 1985, 2 voll., I, pp. 569-621). Fra i vari contributi più recenti cfr. Luis Fernando Beneduzi, *Quando a imigração se transforma em colonização: algumas leituras sobre a presença italiana no Sul do Brasil*, in “Revista Latino-Americana de História” “Vol. 6, Especial, 2017, n. 17, pp. 35-58. Inmemori o meglio del tutto ignare di tali complesse circostanze, bibliografiche e di sostanza, nella odierna temperie “postcoloniale” si registrano invece – e proprio a proposito del Brasile meridionale – alcune interpretazioni un po’ forzate e visibilmente ossia precariamente fondate, per lo più, su conoscenze di seconda mano (giornalistiche, discorsive, cinematografiche ecc.) come quelle di Teresa Fiore, *La post “colonia” degli emigranti nell’Italia dell’immigrazione* in Caterina Romeo e Cristina Lombardi-Diop (a cura di), *L’Italia postcoloniale*, Le Monnier, Milano 2014, pp. 61-74.

⁷ Cf. Paola Cappellin et al. (a cura di), *Entre memória e mercado: famílias e empresas de origem italiana no Brasil*. Belo Horizonte, Argumentum Editora, 2010, Deborah Bonato, *L’immigrazione e l’imprenditoria italiana in Brasile ieri e oggi*, Tesi di Laurea Magistrale in Relazioni Internazionali Compareate, Università Ca’ Foscari Venezia, Rel. Luis Fernando Beneduzi – Correl. Giovanni Favero A.A. 2012/2013 e Emilio Franzina, *Culture territoriali italiane dal vecchio al nuovo mondo. Immigranti, arti e mestieri alle origini dell’industrializzazione in Brasile, Uruguay e Argentina fra Otto e Novecento* in Alcides Beretta Curi (Org.), *Immigración europea, artesano y orígenes de la industria en América Latina*, Montevideo, Universidad de la República, 2016, pp. 27-50

⁸ Assieme a vecchi “classici” come Renzo Gubert e Gabriele Pollini, (orgs), *Cultura e desenvolvimento: uma investigação sociológica sobre os imigrantes italianos e alemães no Sul do Brasil*, Porto Alegre, Edições Est, 2005 cfr. oggi Marinilse Cândida Marina Busato e Leandro Maye, *Identidade e pertencimento: um olhar sobre a colonização italiana e alemã no sul do Brasil durante os séculos XIX e XX*, in “Boletim Historiar”, 2016, n. 13, p.

tioni riguardanti le memorie e l'identità⁹ ossia la vita associativa e la vita quotidiana, l'alimentazione e i consumi,¹⁰ la religiosità e l'istruzione¹¹, la

50-66 e Miriam de Oliveira Santos, *Reescrevendo a história: imigrantes italianos, colonos, alemães, portugueses e a população brasileira non Sul do Brasil*, in "Revista Tempo e Argumento" [Florianópolis], 2017, n. 20, pp. 230-246.

⁹ Maria Catarina Zanini, *Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria/RS* Santa Maria, Ed. UFSM, 2006; Alessia De Biase, *Vénitiens dans la Pampa: anthropologie d'une double identité au Rio Grande do Sul*, Paris, L'Harmattan, 2009; Luís Fernando Beneduzi, *Caminhos de memória: uma análise de percursos de italianidade no Rio Grande do Sul*, in "Estudos Ibero-Americanos", 2009, v. 35, n. 1, pp. 40-55; João Fábio Bertonha, *Le rappresentazioni degli italiani in Brasile. Centocinquanta anni di immagini, stereotipi e contraddizioni*, in "Diacronie. Studi di Storia Contemporanea", 29/01/2011 e Giralda Seyferth, *Memória coletiva, identidade e colonização: representações da diferença cultural no Sul do Brasil*, in "Métis: história & cultura", 2012, n. 22, pp. 13-39.

¹⁰ Tra le differenze delle matrici culturali regionali di norma rafforzate dalle diverse destinazioni raggiunte oltreoceano dagli immigranti italiani si potrebbero annoverare, volendo fare appena un esempio relativo a San Paolo e al Rio Grande do Sul, quelle legate alla gastronomia e all'alimentazione per cui cfr. Zuleika Alvim, *Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo*, in Nicolau Sevckenko (a cura di), *História da Vida Privada no Brasil 3, República: da Belle Époque à Era do Rádio*, São Paulo, Companhia das Letras, 2004, pp. 215-287, Janine H. L. Collaco, *Sabores e Memórias: Cozinha Italiana e Construção Identitária em São Paulo*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. FFLCHUSP, São Paulo, 2009; Maria Catarina Chitolina Zanini e Miriam de Oliveira Santos, *Mangia che te fa bene. Comida e identidade entre descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul*. "Travessia. Revista do Migrante", 2013, n. 72, pp. 41-53 Tânia Biaziol, *Um estudo sobre a cozinha italiana nas fazendas de café em São Paulo, entre 1880 e 1930* in "Anais do Congresso Internacional de Gastronomia – Mesa Tendências" São Paulo, Centro Universitário Senac, 2014, pp. 63-64 e *A colheita da cozinha italiana entre os cafezais do interior paulista, 1880-1930*, in "Contextos da Alimentação – Revista de Comportamento, Cultura e Sociedade" 2015, vol 4, n. 1, pp. 81-93, Maira Ines Vendrame, *O paraíso terrestre: alimentação como propaganda e construção da identidade italiana no sul do Brasil*. in "Revista brasileira de História & Ciências sociais", 2018, v. 10, pp. 264-286 e Antonio De Ruggiero, *Entre resistências e integração: a cultura alimentar nas memórias e na literatura dos primeiros imigrantes italianos no Rio Grande do Sul*, in Alexandre Karsburg e Maira Ines Vendrame (Orgs), *Variações da Micro-história no Brasil: temas, abordagens e desafios*, E-book, São Leopoldo, Oikos, 2019, pp. 156-170.

¹¹ In particolare sul ruolo della Chiesa cattolica nelle terre brasiliane d'immigrazione italiana esiste una intera e vasta letteratura, non solo di parte ecclesiastica, impossibile da richiamare qui partitamente (Azzi, Rosoli, Baggio, Favero, Tomasi, Sanfilippo, Sani, Tassello, Possamai, Zagonel ecc.), ma che mantiene una sua rilevanza "strategica" anche quando messa a confronto con alcuni sondaggi recenti sull'azione di proselitismo "concorrenziale" tentata fra Otto e Novecento (soprattutto a San Paolo) dagli attivisti anarchici (cfr. Elena Bignami, *Il controllo delle coscienze nel Nuovo Mondo: missionari e anarchici alla conquista degli emigranti italiani nel Brasile della Repubblica Velha*, "Storicamente", (), n. 44. DOI: 10.12977/stor790). A lungo trascurati, hanno trovato invece discreto spazio negli ultimi anni gli studi sugli sforzi compiuti per fornire una istruzione di base in lingua italiana ai figli degli immigranti sino almeno ai primi anni '30 del '900 per cui si vedano Elaine Catia Falcade Maschio, *A infância contadina nas Colônias Italianas de Curitiba no Paraná*, in Eliane Mimesse (Org.), *Bambini Brasiliani. A infância das crianças italianas e italo-brasileiras*. Jundiaí, Paco Editorial, 2013. p. 55-92, Terciane Ângela Luchese (Org.), *História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras*, Caxias do Sul, Educus, 2014, Alberto Barausse and Terciane Ângela Luchese. *Nationalisms and Schooling: between Italianity and Brazility. Disputes in the Education of Italian-Gaucho People (RS, Brazil, 1930-1945)*, in "History of Education and Children's Literature" 2017, n. 2, pp.

famiglia e gli affetti,¹² la gestione amministrativa e i rapporti di forza o di potere in ambito coloniale (e non solo) oppure anche solo concernenti le relazioni riprese e da ultimo rinvigorite, magari attraverso gemellaggi e accordi di partenariato, tra comunità matrici italiane e municipi brasiliani¹³. Per ciascuno di questi argomenti, alcuni dei quali saranno fra l'altro oggetto di specifica trattazione nelle tornate del presente convegno, si potrebbero indicare vari antecedenti e molte odierne ricadute “commemorative” (periodizzanti e alla base di evidenti mitizzazioni¹⁴) segnalando sin d'ora le ragioni che ne rendono utile l'analisi sia dall'angolo di visuale brasiliano che da quello italiano specie nella misura in cui vi sia stata, tra le due parti, una effettiva interazione e soprattutto tenendo conto, nei luoghi di arrivo, della differente situazione incontrata dagli immigranti provenienti dalla penisola. La diversità di tali insediamenti – da un lato, con l'unica eccezione dell'Espírito Santo, nell'estremo sud (Rio Grande, Santa Catarina e Paraná) e da un altro a San Paolo e in Minas Gerais – hanno dato vita in effetti, com'è stato

443-475, Alberto Barausse, *Le scuole italiane nel Rio Grande do Sul attraverso le carte consolari tra la fine dell'Impero e l'inizio della repubblica (1875-1893)*, in “História e narrativas transculturais entre a Europa Mediterrânea e a América Latina”, 2017, n. 1, pp. 195-248, Idem, *La scuola in colonia. Maestri rurali e memorie dell'emigrazione veneta in Rio Grande do Sul*, in Franzina, *I veneti in Brasile*, cit., pp. 91-122 e infine anche il volume in corso di stampa a cura di Terciane Ângela Luchese, Alberto Barausse, Roberto Sani e Anna Ascenzi su *Migrações e história da educação. Saberes, práticas e instituições: um olhar transnacional* [GRUPHEIM, FAPERGS e CNPq, Porto Alegre, 2021].

¹² Cf. Angela de Castro Gomes (Org.), *Histórias de família: entre a Itália e o Brasil. Depoimentos*. Niterói, Muiraquitã, 1999, Ana Silvia Volpi Scott, “Descobrimos” as famílias no passado brasileiro: uma reflexão sobre a produção historiográfica recente, e Vania Herédia, *Família italiana no Rio Grande do Sul*, in Ana Silvia Volpi Scott et al. (Orgs), *História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*, São Leopoldo, Oikos Editora Unisinos, 2014, rispettivamente a pp. 13-39 e 336-353

¹³ João Carlos Tedesco, *Gemellaggios e transnacionalismo étnico: ritualidades de memória coletiva de italianidade*, in “Patrimônio e memória” (Unesp Assis, SP), 2019, n. 2, p. 129-153.

¹⁴ Spesso anche più di quanto non abbia mirato a fare una nota produzione letteraria di racconti e di romanzi (Bernardi, Pozenzato, Teza ecc.: cfr. Ildo Carbonera, *Narrativas italo-brasileiras: dove è la cuccagna?*, Uberlândia, EDUFU, 2011), ma sul ruolo delle commemorazioni secolari, semisecolari ecc. si vedano comunque Juliana Maria Manfio e Vitor Biasoli, *As comemorações do centenário da imigração italiana, na Quarta Colônia – RS*, in Radünz e Herédia (Orgs), *140 anos da imigração italiana*, cit. pp. 55-68; Juliana Maria Manfio, *As Crônicas da Colonização: a produção literária sobre imigração italiana na região da quarta colônia (1975)*, in “Acta Scientiarum. Human and Social Sciences” (Maringá), 2017, v. 39, n. 1, pp. 71-76; Heloisa Helena Capovilla da Luz Ramos, Isabel Cristina Arendt e Marcos Antônio Witt (Orgs), *Imigração, práticas culturais e sociabilidade: novos estudos para a América Latina*. São Leopoldo, Oikos: Editora Unisinos, 2016 e Chiara Pagnotta e Gláucia de Oliveira Assis, *Os italianos no espaço público de Santa Catarina (Brasil). Entre epopeia e festas étnicas*, in “Confluente. Rivista di studi ibero americani”, 2017, vol. 9, n. 1, pp. 78-106.

ribadito da Luis Fernando Beneduzi¹⁵ “a differenti tipologie di italo-brasiliani che, anche se rappresentati da uno stesso nome, si presentano con caratteristiche identitarie diverse. A partire dai processi specifici di occupazione dello spazio, dai tipi di rapporti che si sono stabiliti con la società locale, dalle svariate maniere di inserimento economico, si sono quindi elaborate italianità diverse in terra brasiliana. Anche in spazi vicini, che appartengono a uno medesimo stato della federazione, abbiamo importanti distinzioni nella rappresentazione dell’italianità”, ma altresì della stessa identità veneta o trentina come provano svariati studi¹⁶ e prima ancora la circostanza, ad esempio, della prevalente e nota estrazione bracciantile polesana o da basse pianure venete dei lavoratori attirati e impiegati in prevalenza nelle fazendas del caffè pauliste o mineire a confronto dei conterranei originari più frequentemente di altre province pedemontane o montane della comune regione di provenienza, ma affluiti appunto in maggior numero nelle zone di colonizzazione programmata del sud del paese.

¹⁵ Luis Fernando Beneduzi, *Schiavi bianchi e prigionieri delle fazendas: una lettura del processo migratorio in quanto spazio di morte e distruzione dell’umano* in Margherita Cannavacciuolo, Ludovica Paladini, Alberto Zava (a cura di), *America Latina: la violenza e il racconto*, Edizioni Ca’ Foscari, Venezia 2012, p. 109.

¹⁶ Ângela Maria de Castro Gomes, *Imigrantes italianos: entre a italianità e a brasilidade*, in Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (ed.), *Brasil: 500 anos de povoamento*, Rio de Janeiro, 2000, retrieved on July 12, 2018, <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/italianos.html>. Miriam Santos e Maria Catarina Zanini, *Especificidades da Identidade de descendentes de italianos no sul do Brasil: breve análise das regiões de Caxias do Sul e Santa Maria*, in “Antropolítica”, n. 27, 2009, pp. 21-24, Carla Brandalise, *Concepção de “italianidade” no Rio Grande do Sul. Noções étnicas de pertencimento: mitos e conflitos*, in Cappellini, *Entre memória e mercado*, cit., pp. 109-136; Luis Fernando Beneduzi, *Fra italianità e brasilianità: il dilemma degli italo-brasiliani nell’immigrazione di ritorno*, in *Circolazione di persone e idee. Integrazione ed esclusione tra Europa e Americhe*, New York, Bordighera Press, 2019, pp. 202-217 Angelo Trento, *Italiani e italianità in Brasile dall’età liberale alla seconda guerra mondiale*, in Silvana Casmirri (a cura di), *L’emigrazione italiana in 150 anni di storia unitaria*, Università degli Studi di Cassino e del Lazio Meridionale, 2013, p. 105-128 e Luis Fernando Beneduzi, *Bens culturais, mercado e italianidade: memórias da imigração no Rio Grande do Sul* in “Em Questão” 2020, vol. 26, pp. 93-120. Un discreto indicatore del tasso di autoidentificazione nazionale italiana, rispetto a quelle regionali, tra i coloni e i loro figli dopo quarant’anni di permanenza in Brasile e prima dell’avvento, anche qui distortivo, del fascismo, potrebbe essere fornito dalla risposta tutto sommato piuttosto blanda e anzi modesta (soprattutto nel Rio Grande do Sul) data dagli italo brasiliani in età di leva al richiamo (ovverosia alla chiamata alle armi) della madrepatria ancestrale che al di là di singoli episodi, recuperati per l’area gaúcha in specie da Antonio De Ruggiero, vide nelle statistiche americane il Brasile collocato all’ultimo posto con meno di 10 mila adesioni (contro le 32 mila dell’Argentina e le 100 mila degli Stati Uniti), cfr. Stefano Pelaggi, *The Italian community in Latin America and the Great War. Migrant associations and the “voluntary” participation in the conflict*, in Antonello Biagini and Giovanna Motta (eds), *The First World War: Analysis and Interpretation*, Volume 1, Cambridge Scholars Pub., 2015, pp. 397-406 e Emilio Franzina, *Entre duas Pátrias. A Grande Guerra dos imigrantes italo-brasileiros, 1914-1918*, Belo Horizonte, Ramalhete, 2017.

A questo punto, però, ritengo che sia giusto anche richiamare l'attenzione su alcuni non secondari cambiamenti frattanto intervenuti e che hanno investito da ultimo un po' dappertutto, in via generale, la ricerca storica. Essa risente intanto di una perdita, più impressionante forse in Italia – dove ne ha discusso recentemente con viva preoccupazione un insigne modernista come Adriano Prosperi¹⁷ – di autorevolezza e di rilevanza per non dire seccamente di attendibilità. Se ciò è avvenuto o sta avvenendo in linea di massima lascio immaginare quanto un simile evidente pregiudizio abbia poi danneggiato coloro che si applicano ad ogni livello allo studio delle migrazioni avendo alle spalle (o sulle spalle), come purtroppo almeno in Italia succede, un retroterra di supporti accademici assai esili e fragili, con poche cattedre e poche riviste specializzate a disposizione, ma in compenso, si fa per dire, con a latere una immensa congerie di racconti debordanti o meglio di narrazioni concorrenti che dipendono, quando va bene, dal divulgativismo giornalistico e televisivo troppo spesso schematico, approssimativo e disarmante (ma non, si badi, disarmato).

I cosiddetti *migration studies* nel cui ambito rientrano le indagini riguardanti casi come quello italo brasiliano sia per il Rio Grande do Sul che per Santa Catarina, Paraná e San Paolo (o per Minas ed Espírito Santo), risultano inoltre, da molto tempo in qua, come rinchiusi in una specie di gabbia o di ghetto storiografico¹⁸ e stentano a dialogare con il resto delle discipline storiche di cui rischiano addirittura d'essere o di rimanere, e non solo di apparire, una trascurabilissima appendice.¹⁹ Se un minimo di resistenza viene opposta a tale deriva ciò avviene tutt'al più per merito di sociologi ed economisti d'indubbio prestigio intenti però, di norma, allo studio delle odierne dinamiche immigratorie (da Giuseppe Sciortino²⁰ a Maurizio Ambrosini²¹ a Francesca Fauri²² per

¹⁷ Adriano Prosperi, *Un tempo senza storia. La distruzione del passato*, Torino Einaudi, 2021.

¹⁸ *Concordia Discors. Convivenza e conflitto nei quartieri di immigrazione*, a cura di Ferruccio Pastore e Irene Ponz, Roma, Carocci Editore, 2012, pp.17-19.

¹⁹ Per fare appena un esempio nei bilanci generali di storia economica anche in Brasile piuttosto modesto appare lo spazio fatto agli studi sull'immigrazione: cfr. Paulo Roberto de Almeida *Historiografia econômica brasileira*, "Revista de Economia e Relações Internacionais", 2012, n. 21, pp. 5-21 dove l'unica menzione di ricerche in tema (specificamente sull'immigrazione portoghese) riguarda la figura e l'opera di Eulália Maria Lahmeyer Lobo.

²⁰ Giuseppe, Sciortino, *L'emigrazione italiana e i suoi fantasmi*. In "Polis: ricerche e studi su società e politica in Italia", 2003, v. 17, n. 1, p. 125-152.

²¹ Maurizio Ambrosini, *Un'altra globalizzazione. La sfida delle migrazioni transnazionali*, il Mulino, Bologna, 2008 e *Sociologia delle migrazioni*, ivi, 2011.

²² Francesca Fauri, *Storia economica delle migrazioni italiane*, Bologna, il Mulino, 2015

restare in Italia) oppure nella sfera in continua espansione della più variegata trattattistica detta oggi postcoloniale.²³

La crescente sottovalutazione dei trascorsi storici delle migrazioni internazionali e delle loro conseguenze negli ultimi due secoli risulta tuttavia lo stesso paradossale e a dir poco imbarazzante se solo si pensi al ruolo che nel mondo contemporaneo esse hanno avuto e che tuttora continuano ad avere.²⁴ Emigrare, secondo un decano della demografia storica europea come Massimo Livi Bacci, è intanto una indubbia “prerogativa dell’essere umano e parte integrante del suo ‘capitale’ garantendo, a chi la sappia sfruttare, una capacità aggiuntiva “di migliorare le proprie condizioni di vita”.²⁵

I sistemi migratori moderni, se posti a confronto con “l’onda di avanzamento delle ‘migrazioni lente’” del passato, hanno però ingenerato, a tale riguardo, dei fraintendimenti di non poco conto tanto che ai giorni nostri – diventati a giudizio prima di Castles e Miller e poi di Hatton e Williamson “l’era delle migrazioni” di massa tipiche del “mondo contemporaneo”²⁶ – si è diffusa l’idea che i grandi spostamenti di popolazione non siano, «un motore primario della società, ma piuttosto una componente anarchica del cambiamento sociale, la tessera deformata di un mosaico che non trova la sua appropriata collocazione,

²³ Ronald Eyerman and Giuseppe Sciortino (eds), *The Cultural Trauma of Decolonization. Colonial Returnees in the National Imagination*, London: Palgrave, 2020.

²⁴ Per il caso brasiliano si vedano anche solo i rilievi di Irineu de Carvalho Filho e Leonardo Monasterio, *Immigration and the origins of regional inequality: Government-sponsored European migration to Southern Brazil before World War I* (Online at <https://mpr.ub.uni-muenchen.de/27954/> MPRA Paper No. 27954, posted 14 Jan 2011 12:36 UTC MPRA Paper, 2011/2019) e soprattutto l’opera intera di Angelo Trento che in molte occasioni dal 1975 ad oggi è riuscito a ricostruire con lucidità e competenza il posto occupato dagli italiani nelle diverse realtà del Brasile contemporaneo: cfr. a titolo esemplificativo, anche se di molti anni fa, un suo libro tuttora fondamentale come *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*, São Paulo, Nobel 1989, saggi come *Italianità in Brazil. A disputed Object of Desire*, in *The Columbus People. Perspectives in Italian Immigration to the Americas and Australia* a cura di LydioTomasi, Piero Gastaldo e Thomas Row, New York, CMS Fondazione G. Agnelli, 1994 pp. 251-271 e ancora i molti lavori sulla stampa in lingua italiana comparsi dopo il 2011 (anno di uscita in Italia del suo volume su *La costruzione di un’identità collettiva. Storia del giornalismo in lingua italiana in Brasile*, Sette Città, Viterbo) tra gli ultimi quello su “A impresa antifascista no Brasil, 1922-1936” in Tania Regina de Luca e Valéria Guimarães (orgs.), *Imprensa estrangeira publicada no Brasil: primeiras incursões*, São Paulo, Rafael Copetti Editor, 2017).

²⁵ Massimo Livi Bacci, *In cammino. Breve storia delle migrazioni*, Bologna, il Mulino, 2010, p. 8.

²⁶ Stephen Castles and Mark J. Miller, *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*, London: Macmillan, 1993 e Timothy J. Hatton and Jeffrey G. Williamson, *The Age of Mass Migration. Causes and Economic Impact*, Oxford University Press, 1998.

un ‘rumore’ di fondo che disturba il regolare ronzio della vita sociale”.²⁷ Che proprio la storia dell’umanità, come comprovano anche filosofi e genetisti,²⁸ consegua invece, tutt’al contrario, da una lunga sequenza di migrazioni e che l’atto di emigrare costituisca da sempre un fattore evolutivo fondamentale della specie, non mette al riparo dall’orgia di equivoci di cui – altrettanto “da sempre” verrebbe voglia di dire – i migranti sono costretti a subire di persona i contraccolpi prima che se ne riconosca la rilevanza e la capacità di connotare – ormai da secoli sia in uscita che in arrivo – i luoghi interessati dal loro andare e venire.²⁹ Anch’esso, inoltre, non è quasi mai, come “andirivieni”,³⁰ del tutto univoco o irreversibile bensì, non poche volte, circolare e stratificato. Se comunque sussistono le condizioni obiettive per definire “nazioni di immigranti” alcuni paesi emblematici sul tipo degli Stati Uniti, magari anche nel modo polemico e antifrastico suggerito nel 2020 da una miniserie documentaria di Netflix assai critica nei confronti del noto “Immigration and Customs Enforcement” nordamericano, c’è da dire che non sono mancate nemmeno le proposte di applicare all’Italia il nome, altrettanto eloquente e per molti versi non inappropriato, di *Emigrant Nation* (lo stesso del titolo d’ un libro di storia sociale e politica dell’Italia liberale di Mark Choate).³¹ Anche il Brasile, evidentemente, potrebbe a sua volta fregiarsi di simili appellativi come viene spontaneo desumere non tanto o soltanto dalla odierna realtà dei fatti quanto dalle molte pubblicazioni che ne parlano e che riguardano l’impatto dei nuovi cicli immigratori nel sud del paese e in particolare a Caxias e nel Rio Grande do Sul.³² Ad occuparsene qui sono stati sovente storici ed altri specialisti noti per avere esaminato a più riprese le antiche vicende della immigrazione veneta e italiana nelle stesse zone in cui, ad esempio, giungono invece oggi, in cerca di lavoro, haitiani o senegalesi.

²⁷ Livi Bacci, *In cammino*, cit., pp. 11-12.

²⁸ Valerio Calzolaio e Telmo Pievani, *Libertà di migrare. Perché ci spostiamo da sempre ed è bene così*, Torino, Einaudi, 2016.

²⁹ Giuseppe Sciortino, *Rebus immigrazione*, Bologna, il Mulino 2017 e Ferruccio Pastore, *Dobbiamo tenere le migrazioni?*, Roma Bari, Laterza, 2004.

³⁰ In molti sensi: cfr. Francesco Lazzari, *Dall’Italia al Brasile e dal Brasile all’Italia: un andirivieni tra storia, cultura e attualità*, Prefazione a *Brasile-Italia: andata e ritorno Storia, cultura, società. Confronti interdisciplinari*, a cura di Anna Casella Paltrinieri, “Quaderni del CSAL 5”, Numero speciale di “Visioni LatinoAmericane”, Anno X, 2018, pp. 14-36.

³¹ Mark Choate, *Emigrant Nation. The Making of Italy abroad*, Harvard University Press, 2008.

³² Vania Beatriz Merlotti Herédia, *Um município marcado por migrações*, in Liliana Alberti Henrichs *Histórias de Caxias do Sul*, Caxias do Sul, Secretaria da Cultura/Departamento de Memória e Patrimônio Cultural, 2012, pp. 122-130.

Io stesso ho molto imparato dai saggi di colleghi come Vania Herédia, João Carlos Tedesco, Maria Clara Mocellin, Maria do Carmo dos Santos Gonçalves, Lucas Cé Sangall, Roberto Rodolfo Georg Uebel ecc.³³ Su questi argomenti che fra l'altro, agli inizi del presente millennio, avevano trovato un singolare riscontro, preso in considerazione anche da qualcuno degli autori appena citati, nella inattesa (ed effimera) casistica dell'afflusso in Italia – ma particolarmente in Veneto – di lavoratori brasiliani d'origine familiare appunto *veneta* e italiana.³⁴ Tale capitolo,

³³ João Carlos Tedesco, *Senegaleses no centro-norte do Rio Grande do Sul: imigração laboral e dinâmica social*, Porto Alegre, Letra & Vida, 2015, Vania Beatriz Merlotti Herédia e João Carlos Tedesco, *O lugar do imigrante nos espaços de trabalho em Caxias do Sul: o caso dos senegaleses*, (Org.), *Migrações internacionais: o caso dos senegaleses no Sul do Brasil*. Caxias do Sul, Belas & Letras, 2015, pp. 137-168, Maria Clara Mocellin, *Deslocamentos e trabalho ambulante entre jovens senegaleses no Rio Grande do Sul* in João Carlos Tedesco e Gisele Kleidermacher (Orgs.), *A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares*, Porto Alegre, Est Edições, 2017, pp. 339-357, Maria Clara Mocellin e Vania B. M. Herédia, *Dinâmicas migratórias, trabalho e diferenciação social: o caso das migrações em Caxias do Sul*. in “Século XXI – Revista de Ciências Sociais”, 2018, vol. 8, n. 1, pp. 144-165, Roberto Rodolfo Georg Uebel, *Imigração senegalesa e oeste-africana para o Brasil: novas notas de pesquisa e tendências político-migratórias futura* in João Carlos Tedesco (Org.), *Imigração senegalesa: múltiplas dimensões*. vol. II, Porto Alegre, EST Edições, 2019, pp.77-106 e Vania B. M. Herédia, *Migrações internacionais: a inserção de senegaleses numa cidade média no Sul do Brasil*, ivi, pp.135-147, Lucas Cé Sangall e Maria do Carmo dos Santos Gonçalves, *Migrantes africanos em América Latina: (in)movilidades y haciendo-lugar*, Dossier di “REMHU” 2019, vol. 27, n. 56.

³⁴ Cf. João Carlos Tedesco, *Imigração e integração cultural: interfaces. Brasileiros em Verona, Itália*, Universidade de Passo Fundo, 2003 (poi anche in Istituto veronese per la storia della Resistenza e dell'età contemporanea, *L'ultima America*, presentazione di E. Franzina, Dueville, Agorà Factory, 2007, pp. 25-211), Id., *Migrações Internacionais Contemporâneas: brasileiros na Itália*, in *Anais II Congresso Sul Americano de História*, I, Passo Fundo, UPF, 2005, p. 72-82; Emilio Franzina, *Italianos no Brasil e brasileiros na Itália: actualidade duma história*, in Federica Bertagna (Org.), *L'ultima America. Emigrazione postbellica in Brasile e Argentina: studi provinciali di caso (Verona e Vicenza). Primi rapporti, dati e materiali su partenze, permanenze e “rimpatri” (1945-2005)*, Dueville Agora Factory, 2007, pp. 93-110; Giulio Mattiazzi e Valter Zanin, *Il caso dei retornados brasiliani*, in Fondazione Migrantes, *Rapporto Italiani nel Mondo*, vol. 4, Roma, 2009, pp. 111-116, João Carlos Tedesco, *Estrangeiros, extracomunitários e transnacionais: paradoxos da alteridade nas migrações internacionais. Brasileiros na Itália*, Passo Fundo-Porto Alegre-Chapecó, UFP Editora, EdiPucrs, Argos, 2010, Id., *Do Brasil à Itália: interfaces histórico culturais de um novo processo migratório*, in *História e Imigração*, a cura di Vania Beatriz M. Herédia e Roberto Radünz, Caxias do Sul, Educus, 2011, pp. 351-372, Id., *Entre raízes e rotas. Identidades e culturas em movimento. Aspectos da imigração na Itália*, Passo Fundo, Upf Editora, 2012, Giulio Mattiazzi, *La migrazione latinoamericana nel Veneto: approcci socio-demografici al caso brasiliano*, in Idem e Valter Zanin (a cura di), *Migrazione, lavoro, impresa tra Europa e America Latina*, Torino, l'Harmattan Italia, 2011, pp. 228-266, Maria Catarina C. Zanini, Gláucia de Oliveira Assis, Luis Fernando Beneduzi, *Italo-Brasileiros na Itália no século XXI: “retorno” à terra dos antepassados, impasses e expectativas* in “REMHU”, 2013, vol. 21, pp. 139-162; Vania Beatriz Merlotti Herédia e Maria Catarina Chitolina Zanini, *Migrações de retorno: a resignificação da memória étnica*, in Helion Póvoa Neto, Miriam de Oliveira Santos e Regina Petrus (Orgs.), *Migrações. Rumos, Tendências e Desafios*, Polobooks, Rio de Janeiro 2016, pp. 63-74. Sulla consistenza e sui numeri in generale del fenomeno nell'arco di un secolo

indubbiamente nuovo e inatteso, della mobilità transatlantica di forza lavoro riguardava infatti alcuni discendenti, giunti alla quarta o quinta generazione, degli antichi emigranti partiti in massa dal mio Paese³⁵ (e dai suoi piccoli paesi di campagna)³⁶ perchè attratti dall'America Latina e in particolare da quella portoghese soprattutto in età monarchica e durante la República Velha tra il 1875 e il 1930 passando di lì in avanti il testimone a figli e nipoti attivi sino alle soglie dei giorni nostri nella costruzione e nel consolidamento di tante nuove realtà, non solo produttive, del Brasile contemporaneo. In seno ad esse e alla conseguente storiografia di settore si erano cominciati a distinguere e a indagare in modo più sistematico, tra la fine del Novecento e i primi anni del nuovo secolo, molti aspetti in precedenza trascurati o considerati inessenziali del passato coloniale e poi anche di quello imprenditoriale e operaio ispirato a una stessa cultura del lavoro³⁷ (di cui son prova nell'attuale convegno anche i sondaggi su Galópolis e sui suoi tessitori giunti a fine '800 dalla Schio di Alessandro Rossi con le loro eredità traslate)³⁸ da parte di parecchi giovani studiosi spesso colpiti dall'esempio offerto non solo, in generale, da alcuni storici italiani con in testa Alessandro Portelli o, in Brasile, da Ângela de Castro Gomes, bensì pure, nel Rio Grande do Sul, da Sandra Jatahy Pesavento³⁹ e da Nuncia Santoro di

cfr. il riepilogo di Anna Maria Birindelli e Corrado Bonifazi, *L'emigrazione italiana verso il Brasile: tendenze e dimensioni (1870-1975)*, in Fernando de Sousa et alii (Coord.), *Portugal e as migrações da Europa do Sul para a America do Sul*, Cepese, Porto 2014, pp. 493-517.

³⁵ Sulla consistenza e sui numeri in generale del fenomeno nell'arco di un secolo cfr. il riepilogo di Anna Maria Birindelli e Corrado Bonifazi, *L'emigrazione italiana verso il Brasile: tendenze e dimensioni (1870-1975)*, in Fernando de Sousa et alii (Coord.), *Portugal e as migrações da Europa do Sul para a America do Sul*, Cepese, Porto 2014, pp. 493-517.

³⁶ Gláucia de Oliveira Assis e Luís Fernando Beneduzi, *Os pequenos pontos de partida: novos e (i)migrantes rumo à Itália no século XXI*, Curitiba, CRV, 2015.

³⁷ Maria Catarina Zanini e Miriam de Oliveira Santos. *O trabalho como "categoria étnica": um estudo comparativo da ascensão social de imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1975)*, in "REMHU" (Brasília), 2009, n. 33, p.175-196.

³⁸ Nel Rio Grande do Sul per cui cfr. ora Vania Beatriz Merlotti Herédia e Giovanni Luigi Fontana, *Emigração, industrialização e cultura do trabalho: o caso de Galópolis, primeira indústria têxtil na zona de colonização italiana no Rio Grande do Sul*, in "Ricerche Storiche", 2018, n. 3, p. 99-111, ma anche a San Paolo per una casistica esaminata in molti luoghi da Antonio Folquito Verona (di cui si vedano almeno *A indústria têxtil de Schio e a imigração operária: A quebra do contrato social pelos operários do Lanificio Rossi, de Schio (Itália) numa leitura crítica dos fatos ocorridos entre 1873 e 1891*, in Antônio Suliani (Org.). *Etnias & carisma: poliantéia em homenagem a Róvilio Costa*, Porto Alegre, Edipucrs, 2001, pp. 132-195 e *O Mundo é nossa Pátria: a trajetória dos imigrantes operários têxteis de Schio que fizeram de São Paulo e do Brás sua temporária morada, de 1891 a 1895*, Assis, Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2009).

³⁹ Nádia Maria Weber Santos, *A sensibilidade na vida e obra da historiadora Sandra Pesavento – A questão da interdisciplinaridade, postura crítica e a História Cultural*, in "Fênix – Revista de História e Estudos Culturais" (UFU. Online), 2009, n. 6, p. 1-21

Constantino⁴⁰ e adesso molto più inclini a sfruttare, anche sulla scia dei loro studi, le metodologie dell'oral history o della microstoria⁴¹ nonché

e Jacques Leenhardt et alii, *História cultural da cidade: homenagem à Sandra Jatthy Pesavento*, Porto Alegre, Marca/Visual, 2015. p. 271-296. Noto di passata che sino alla fine del secolo scorso perdurò la grande influenza in tutto il Brasile della cultura e della storiografia francese (Margareth Rago, *A "nova" historiografia brasileira*, in "Anos 90" (UFRGS), 1999, n. 11, pp. 73-92 e Paulo Miceli, *Sobre História, Braudel e os Vaga-Lumes. A Escola dos Annales e o Brasil (ou vice-versa)*, in *Historiografia brasileira em perspectiva*, Editora Contexto, São Paulo, 2010, pp. 259-270) peraltro nella loro versione più moderna e ancora poi nel passaggio dalle infatuazioni per i modelli desunti dalle Annales alla riconsiderazione della storia di genere e delle mentalità.

⁴⁰ A raccogliere in concreto l'eredità della collega e maestra scomparsa, autrice di studi come *Formas de la narrativa oral y autorepresentación desde el presente: mujeres inmigrantes en el Brasil meridional*, in Juan Andrés Bresciano (Org.), *El tiempo presente como campo historiográfico: ensayos teóricos y estudios de casos*. Montevideo: Ediciones Cruz del Sur, 2010. p. 255-264 o come quello (cfr. *Nas entrelinhas da narrativa: vozes de mulheres imigrantes* in "Estudos Ibero-Americanos" 2006, n. 1, pp. 63-73) di cui diede conto, da me invitata, anche nell'Università di Verona (*Donne migranti in Brasile: soggettività e storia orale*, Conferenza presso il Dipartimento di Discipline storiche, artistiche e geografiche del 5 dicembre 2005) sono stati ad esempio, a Porto Alegre, alcuni dei suoi allievi e in particolare Antonio De Ruggiero (di cui si veda *O Laboratorio de Pesquisa em História Oral da PUCRS e a oralidade como perspectiva nos estudos migratórios*, in Idem (Org.), *A Voz do Imigrante. Memória e oralidade nos estudos históricos das imigrações*, Porto Alegre, Editora Fi, 2018, pp. 11-29).

⁴¹ Quest'ultima soprattutto nella sua "versione" italiana (cfr. Henrique Espada Lima, *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidade*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 e Alessandro Casellato, *História oral e micro-história*, in Máira Ines Vendrame, Alexandre Karsburg e Paulo Roberto Staudt Moreira (Orgs.), *Ensaio de MicroHistória, trajetórias e imigração*, São Leopoldo, Oikos, 2016, pp. 52-71), una versione fortemente condivisa e da ultimo anche illustrata in concreto particolarmente da Máira Ines Vendrame che molto si è spesa per dimostrare la maggior efficacia del metodo microstorico nella ricostruzione dei fenomeni emigratori/immigratori (cfr. Máira Ines Vendrame, *A trajetória de dois imigrantes italianos no Brasil Meridional (1878-1900)* in "Revista Latino-Americana de História" (Unisinos), 2014, Vol. 3, n. 11, "Em busca da República de Deus": *revoltas camponesas e agentes de emigração no norte italiano (século XIX)*, in "Revista Tempo", 2017, vol. 23, n. 1, pp. 23-42) spesso enfatizzandone alcune peculiarità rispetto a reti, catene, agenzie d'intermediazione e a ulteriori risvolti delle esperienze compiute dai protagonisti nei luoghi di partenza e in quelli di arrivo fra Otto e Novecento per altri versi già sottoposte a seria analisi anche da parte di storici sociali ed economici italiani (per i sistemi di primo reclutamento e d'inoltro in Brasile vigenti non solo a San Paolo o a Minas cfr. ad es. Emilio Franzina, *La storia altrove. Casi nazionali e casi regionali nelle moderne migrazioni di massa*, Verona, Cierre 1998 ma anche Paulo Cesar Gonçalves, *Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo*, São Paulo, Alameda, 2012.). Un primo bilancio di quest'opera di valorizzazione d'una tecnica d'indagine sempre più diffusa in America Latina (cfr. Camillo Robertini, *La storia orale in America Latina*, in "Passato e presente" 2016, n. 99, pp. 133-148) e senz'altro apportatrice di novità nel campo dell'interpretazione del caso immigratorio e "coloniale" in equilibrio (o in bilico) tra Veneto e Rio Grande do Sul (cfr. Máira Ines Vendrame, *Micro-história e história da imigração: pensando o problema do equilíbrio e da complexidade*, in "Tempo e Argumento" (Florianópolis), 2018, vol. 10, n. 25, p. 267 – 288) si basa comunque, non di rado, sul recupero di vicende e di testimonianze già indagate a fondo in Italia da una storiografia sulla conflittualità sociale piuttosto vivace sino alla fine del secolo scorso (per merito di autori come Brunello, Vanzetto, Meneghetti Casarin, Scroccaro, Merlin ecc. per cui mi permetto di rinviare a un mio vecchio libro: *Il Veneto ribelle. Proteste sociali, localismo popolare e sindacalizza-*

disposti a fare sempre più spazio, nelle proprie ricostruzioni, al di là di tutte le mode, anche alla storia delle emozioni, della sessualità o alla cruciale storia di genere.⁴² Nel campo dell' "oralistica" non si può dire che la storiografia brasiliana abbia tardato a fare i conti con le prospettive che essa dischiudeva pur tra difficoltà e resistenze forse degne di miglior causa.⁴³ Assieme a un uso aggiornato e avveduto delle fonti autobiografiche non diverso da quello auspicato e già praticato in Italia alla fine del secolo scorso specie a proposito delle scritture private di emigranti/immigrati incolti o semicolti,⁴⁴ la ricerca ha cominciato così a

zione, Udine, Gaspari 2002). Per il resto si deve solo notare ancora che lo sforzo di analisi microstorica, benvenuto quando supera l'occasionalità di alcune trouvailles (come quelle, in Italia, di Marco Soresina: *Un italiano trucidato in Brasile... e numerose piste false*, in *Libri e altro. Nel passato e nel presente per Enrico Decleva*, a cura di Grado G. Merlo, Milano, Fondazione Mondadori, 2006, pp. 677-690 e Idem, "Little History" of an Italian Murdered in Rio Grande do Sul", "Altreitalia", 55 (2017), pp. 57-73) merita ugualmente di essere sorretto dalla conoscenza di quanto proprio attraverso interviste, colloqui e recupero di scritture autobiografiche ed epistolari è stato fatto in epoche precedenti all'attuale come per il Rio Grande do Sul avvenne ad esempio tra gli anni '50 e gli anni '70' del secolo scorso nelle indagini di Thales de Azevedo (sulla dimensione orale dei cui appunti di ricerca si veda in particolare il suo ultimo libro *Os italianos no Rio Grande do Sul. Cadernos de Pesquisa*, Caxias do Sul, Educs, 1994).

⁴² A parte quanto deducibile da opere generali e un po' datate (come Mary del Priore (org.), *História das mulheres no Brasil*, São Paulo, Contexto, 1997) oppure d'intento divulgativo (come Francesca Massarotto Raohuic, *Brasile per sempre. Donne di origine veneta in Rio Grande do Sul*, Piazza Editore, Treviso, 2000) una saggistica sempre più specializzata (Vannini, Mattè ecc.) offre oggi nuovi punti di riferimento, cfr. ad es. Priscilla Almaleh, *Pobres mulheres ou mulheres pobres? Uma análise da condição feminina no século XIX (1889-1895) a partir da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre*, in II Encontro de pesquisas históricas – PUC/RS, 2015, Porto Alegre. *O historiador e as novas tecnologias*. Porto Alegre-Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2015, Sueann Caulfield and Cristiana Schettini, *Gender and Sexuality in Brazil since Independence*, in *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History* <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780199366439.013.296> Published online: 26 October 2017, Giane Caroline Flores e Priscilla Almaleh, *Rondas e orgias: prostituição e policiamento na Porto Alegre de fins do século XIX*, in Alexandre Karsburg e Maria Inês Vendrame (Orgs.), *Variações da micro-história no Brasil: temas, abordagens e desafios*, São Leopoldo, Oikos, 2019, pp. 500-518, Priscilla Almaleh et alii (Orgs.), *Diálogos entre História e Gênero: costumes, práticas e fazeres*, Porto Alegre, Editora Fi, 2019.

⁴³ Núncia Santoro de Constantino. *Teoria da história e reabilitação da oralidade: convergência de um processo*, in Maria Helena Menna Barreto Abrahão (Org.), *A aventura (auto) biográfica: fundamentos e metodologia*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2004, pp. 37-74 e Ângela de Castro Gomes, *Associação Brasileira de História Oral, 20 anos depois: o que somos? o que queremos ser?* In "História Oral" (Rio de Janeiro), 2014, v. 17, pp. 163-192.

⁴⁴ Alle cui "storie di vita" mi sono interessato non proprio fra gli ultimi in Italia sino a vent'anni fa (continuando successivamente ma saltuariamente a coltivarne lo studio solo in rapporto alle esigenze di una attività teatrale di cui dirò più in là in nota 52), cfr. per ciò almeno Emilio Franzina, *L'immaginario, degli emigranti. Miti e raffigurazioni dell'esperienza italiana all'estero fra due secoli*, Paese (TV) Pagus Edizioni 1992 e Idem, *Firmamenti sconosciuti. Storia d'Italia, autobiografie e scritture popolari di emigrazione dell'Archivio Diaristico Nazionale*, in "Archivio storico dell'emigrazione italiana", 2019, n. 15, pp. 89-98.

indirizzarsi, in Brasile, verso nuove mete⁴⁵ ancora per impulso di Ângela de Castro Gomes di cui restano memorabili, al di là dei suoi lavori sul trabalhismo o sull'età di Vargas, alcune interviste a donne del popolo e a militanti sindacali d'inizio '900⁴⁶ non meno suggestive di quelle famose fatte ai “vecchi” e raccolte a suo tempo da Eclea Bosi. Oggi è più facile, evidentemente, che il ricorso alle fonti orali si applichi a casi di studio riguardanti le esperienze emigratorie/immigratorie di persone vissute, in Italia e in Brasile, nella parte centrale o finale del secolo XX (e a maggior ragione anche ai giorni nostri)⁴⁷ ossia lungo un arco di tempo nel quale una grande varietà di questioni, da quelle politiche⁴⁸ a quelle culturali e linguistiche,⁴⁹ possono ricavare luce migliore o più “intensa” dalle testimonianze dirette dei protagonisti interpellati.⁵⁰ In questi ultimi anni ciò è avvenuto inoltre combinandosi in modo quasi spontaneo, informaticamente potremmo dire “di default”, mediante metodi moderni di lavoro resi possibili appunto dalla diffusione dei digital media, compresi quelli cari a una public history sempre più in ascesa e comprensibilmente portata a interagire con le indagini degli

⁴⁵ Ângela de Castro Gomes, *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

⁴⁶ Massime quella a Elvira Boni in *Velhos militantes: depoimentos de Elvira Boni, João Lopes, Eduardo Xavier, Hilcar Leite*, a cura di Ângela de Castro Gomes, Editor Zahar, Rio de Janeiro 1988.

⁴⁷ Cf. Valter Zanin e Giulio Mattiazzi, *Fonti orali nel contesto di una ricerca sociologica su lavoratori/trici latino-americani tra Veneto e America Latina: alcuni aspetti metodologici*, in *Areia. Le nuove migrazioni tra America Latina e Europa*, (a cura di Chiara Vangelista), Roma, CISU, 2011; Chiara Pagnotta, *O uso das fontes orais nos estudos sobre as migrações contemporâneas. Observações metodológicas nos bastidores de uma pesquisa sobre o caso equatoriano* in Luis Fernando Beneduzi e Gláucia De Oliveira Assis (Orgs.). *Narrativas de gênero: relatos de história oral: experiências de italo-brasileiros na Itália contemporânea*, Vitória: UDEFES, 2014, p. 61-76 e Idem, *Identidades em transformação: desde a Itália e até a Itália, percepções de um pertencimento (Identidades en transformación: desde Italia hacia Italia, percepciones de una pertenencia)*, in “Anuario de Estudios Americanos”, 2019, n. 76, pp. 79-100.

⁴⁸ Cf. ad es. Carla Simone Rodeghero, *Memórias e combates: uma história oral do anticomunismo católico no Rio Grande do Sul*, São Paulo, Letra e Voz, 2017.

⁴⁹ Carla Bagna, “Brasile” in Massimo Vedovelli, (a cura di). *Storia linguistica dell'emigrazione italiana nel mondo*, Roma, Carocci, 2011, pp. 327-340 e soprattutto Luisa Amenta e Roberta Ferroni, “Carissima cara” *la lingua delle scritture private di emigranti italiani in Brasile. Uno studio diacronico*, in “Italice” 2019, vol. 96, n. 1, pp. 70-92.

⁵⁰ Anche se non sempre è detto che ciò debba o possa succedere “automaticamente” come dimostra la povertà dei riscontri esibiti dal recupero di interviste pur fatte da studiosi d'una certa competenza e levatura come il defunto linguista Giovanni Meo Zilio (autore di note *Ricerche di dialettologia veneto-latinoamericana*, Roma, Bulzoni, 1995) i cui “materiali di lavoro” – un complesso di audiocassette registrate in Brasile tra il 1996 e il 1997 ora presso l'Archivio storico del Centro Interuniversitario di Studi Veneto – sono stati ripresi e analizzati in una recente ricerca scolastica da Giorgia Chistè: *Famiglie venete in Brasile: testimonianze in Talian*, Tesi di Laurea Magistrale in Storia, Università Ca' Foscari, Venezia, Rel. Claudio Povoletto, a.a 2013-2014.

oralisti. La “sottile frontiera tra storia orale e storia pubblica”, secondo i rilievi di Linda Shope e di Anita Lucchesi,⁵¹ verrà forse superata con minori difficoltà in un prossimo futuro considerato anche il successo arriso frattanto al reclutamento di nuovi cultori stretti fra loro, in Italia sotto l’egida di Serge Noiret, in confraternite di categoria professionale come l’AIPH (l’“Associazione italiana di public history”) paragonabili a quelle che tradizionalmente congregano giovani e meno giovani antichisti e medievisti, contemporaneisti e oralisti ovvero specialisti di altre discipline e sottodiscipline storiche (anche se da vecchio praticante non omologato⁵² continuo a nutrire in merito un certo scetticismo). Ad ogni modo sembra anche questa una nuova frontiera comunque destinata a proiettarsi nel futuro senza che si debbano o si possano cancellare le memorie e i bagagli di conoscenza messi a dimora in periodi precenti anche se diventati ormai anch’essi parte integrante del nostro passato.

Assieme alle diverse coorti demografiche in cui si raggruppano i principali contingenti di coloro che nel Rio Grande do Sul diedero vita alle diverse fasi di una colonizzazione agricola⁵³ regolata di fatto e di diritto dalle politiche governative brasiliane⁵⁴ (su cui pure si è accumulata una piccola letteratura specifica sempre più attrezzata) occorre dunque

⁵¹ Linda Shopes, “Making Sense of Oral History”, in *Oral History in the Digital Age*, edited by Doug Boyd, Steve Cohen, Brad Rakerd and Dean Rehberger, Washington D.C., Institute of Museum and Library Services, 2012, <http://ohda.matrix.msu.edu/2012/08/making-sense-of-oral-history> e Anita Lucchesi, *Conversas na ante-sala da Academia: o presente, a oralidade e a História Pública Digital*, “História Oral” n. 1, 2014, pp. 39-69 e Ead., *La storia pubblica in Brasile*, in “Zapruder”, 2015, n. 36, pp. 148-153).

⁵² Per quanto mi riguarda credo di essere uno dei pochi storici accademici che in Italia abbia cercato di raccontare fatti e avvenimenti del passato anche attraverso narrazioni teatrali e musicali (o “conferenze spettacolo” come le chiamavo io prima che venissero di moda un po’ dovunque e soprattutto prima che il Covid 19 le abolisse quasi del tutto): molte infatti ne ho portato in scena ininterrottamente per circa trent’anni non solo in Italia ma pure in vari paesi d’immigrazione europei e, dai primi anni 2000, anche in America o meglio negli Stati Uniti e in Brasile (qui in particolare a San Paolo, a Belo Horizonte e a Caxias do Sul). Di questa attività, cominciata nel 1982 a Treviso a ridosso di un convegno di storia orale sull’emigrazione veneta nell’Agro Pontino e diventata via via un risvolto non secondario del mio mestiere di storico, la “lezione di storia cantata “ meglio riuscita e comunque replicata più e più volte è stata senz’altro “Esuli, Profughi, Rifugiati e (in una parola) migranti” il cui copione in portoghese – “Exiliados, fuggitivos, refugiados e, em uma palavra, imigrantes” – figura anche integralmente riprodotto, assieme ad altri, in un libro – Hotel Rif & Emilio Franzina, *Storie in Canto per campioni. Dodici anni di conferenze spettacolo e cinque lezioni di storia cantata con un cd musicale e un’appendice di copioni e di materiali di ricerca*, Dueville Agorá Factory, 2012, pp. 97-138 – di cui sto preparando – una nuova edizione aggiornata al 2019.

⁵³ Esemplare e insuperato resto lo studio a cura di Daniele Gazzi e Andrea Zannini, *Contadini, emigranti, “colonos”. Tra le Prealpi venete e il Brasile meridionale: storia e demografia, 1780-1910*, Edizioni Fondazione Benetton / Canova, Treviso, 2003, 2 voll.

⁵⁴ Luiza Horn Iotti, *Imigração e poder: a palavra oficial sobre italianos no Rio Grande do Sul*, Educs, Caxias do Sul, 2010 Lená. Medeiros de Menezes, *Discursos em oposição*.

ricordare che dal 1975 in avanti a misurarsi con la loro storia e con la storia delle loro discendenze sono poi state, in Italia e in Brasile, almeno un paio di generazioni di studiosi le cui conclusioni, superando buona parte delle tesi tradizionali contrapposte⁵⁵ convergono e convergono per l'area sulina su un punto comune: la creazione qui, per così dire “dal nulla” (o anche, se si preferisce, “dal basso”), di una classe media piccolo proprietaria destinata man mano a rafforzarsi operando scelte significative sul versante agricolo – ad esempio con l'estrema cura riservata al vigneto ed al vino⁵⁶ non solo da grandi tecnici (e politici) come Celeste Gobbato) – e spesso in grado di agevolare, per tappe successive, anche l'impianto di un apparato e poi di un intero sistema manifatturiero di tipo moderno. Ciò che fu fatto per lo più appoggiandosi a una cultura magari preindustriale o cercando il sostegno della Chiesa e del clero sia missionario che autoctono, ma fidando soprattutto sulla compattezza – etnica benchè non politica – del gruppo veneto italiano dominante⁵⁷ (e poco o nulla insidiato da outsider razziali diversi sfavoriti in partenza, qui più che altrove, dalle politiche governative nazionali)⁵⁸ e sulle

Imagens e representações do imigrante no Brasil (1850-1945), in “Confluenze. Rivista di Studi Iberoamericani”, 2017, n.1, pp. 8-24

⁵⁵ Lená Medeiros de Menezes, *Discursos em oposição. Imagens e representações do imigrante no Brasil (1850-1945)*, in “Confluenze. Rivista di Studi Iberoamericani”, 2017, n.1, pp. 8-24.

⁵⁶ Coltivazione della vite e produzione vinicola sono diventati un settore molto importante dell'economia sul riograndense nella zona di colonizzazione italiana dove l'uva e il vino occupano da più di cent'anni anche uno spazio simbolico di assoluto rilievo negli usi e nei costumi locali sia ludici che canori secondo consta dal perdurante successo di sagre e feste ad essi dedicate e dall'attività tuttora alquanto intensa di cantori popolari come Valmor Marasca (e da canzoni in “talian” come *El vin l'è un bel bicer*): cfr. Cleodes Maria Piaza Julio Ribeiro, *Festa & identidade. Como se fez a festa da uva*. Caxias do Sul: Educus, 2002; Miriam de Oliveira Santos, *Bendito é o fruto: Festa da Uva e identidade entre os descendentes de imigrante italianos de Caxias do Sul/RS*, Rio de Janeiro, 2004. Tese (Doutorado) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Luiza Horn Iotti e Jayme Paviani (Org.), *Vivências sensoriais, leituras múltiplas: o champagne*, Caxias do Sul/RS: Editora São Miguel, 2012 Flavia Cristaldi, *E andarono per mar a piantar vigneti. Gli italiani nel Rio Grande do Sul*, Fondazione Migrantes – Tau Editrice, Todi 2015 ecc.).

⁵⁷ Anche a scapito, non di rado, delle componenti più povere e marginali della stessa compagine immigratoria veneta e peninsulare come polemicamente ma non senza ragioni opinano da sempre Mario Maestri Filho (in *Os senhores da Serra: a colonização italiana no Rio Grande do Sul*. 3 ed. corrigida e ampliada. Passo fundo: EdiUPF, 2005) e Florence Carboni (*Innesti L'immigrazione contadina italiana nel sud del Brasile in La terra trema. Risorse, identità, conflitto* (Monografico di “Zapruder”, 2011, n. 26, pp.110-119), già autori in coppia anche di *Mi Son Talian, Grassie a Dio! Globalização, Nacionalidade, Identidade Étnica e Irredentismo Étnico na Região Colonial Italianado RS*, Cadernos UPF, 1999, n.1.

⁵⁸ Luiza Horn Iotti, *O branqueamento da raça A política imigratória imperial brasileira e a 'qualidade' dos imigrantes*, in Luis Fernando Beneduzi e Maria Cristina Dadalto (a cura di), *Mobilidade humana e circularidade de ideia. Diálogos entre a América Latina e a Europa*, Venezia, Edizione Ca'Foscari, 2017, pp. 79-86.

risorse di una mentalità lavorista assai attenta al risparmio e al profitto nel quadro di fenomeni ultimamente sottoposti ad analisi comparata da parte di chi ha puntato a mettere in evidenza in molte parti dell'America "immigratoria" (e per il Brasile non solo a San Paolo o in Minas Gerais) l'apporto degli italiani di varie regioni al formarsi di un tessuto imprenditoriale e di una rete di aziende come quelle di cui ci diranno di più, in questa sede congressuale, Javier Grossutti e Alcides Beretta Curi. A tale sistema già sull'aprirsi del secolo XX le provvidenze pubbliche in materia di viabilità, di comunicazione e di trasporti avrebbero cominciato a garantire anche nel Rio Grande do Sul discrete opportunità di crescita accompagnate dall'apertura di strade, dalla costruzione di scuole o d'altre infrastrutture e assecondate da un dinamismo che trovò conferma, a un certo punto, persino nei frequenti episodi di riemigrazione di gruppi parentali e di figli dei pionieri verso altre parti della regione o verso diversi Stati della Federazione a cominciare da Santa Catarina. Anche su ciò, in processo di tempo, si è avuta una fioritura di indagini consacrate alla nascita e al funzionamento delle compagnie di colonizzazione pubbliche e private⁵⁹ senza trascurare, man mano, le inevitabili cornici politiche in cui dovettero calarsi siffatte iniziative e nelle quali tutta una serie di ulteriori vicende collaterali finirono per inserirsi assieme ai progressi compiuti dal giornalismo locale, dai dibattiti culturali e man mano anche dall'interscambio non più solo commerciale, bensì pure di rapporti, di esperienze e di notizie con la capitale Porto Alegre e con altri centri del Brasile urbano mentre frattanto le antiche relazioni con l'Italia prendevano a scemare e a illanguidirsi o comunque via via s'indebolivano nonostante l'impegno propagandistico del fascismo foraggiato da Roma tra le due guerre⁶⁰ e complici semmai le simpatie

⁵⁹ Dopo gli studi iniziali di Loraine Slomp Giron e Berenice Corsetti cfr. ad esempio approfondimenti come quelli di Eunice Nodari, *Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras*, in "Esboços", 2002, n.10, p. 29-52 e di Janaine Trombini, Luis Fernando da Silva Laroque e Ana Paula Castoldi, *As companhias colonizadoras no processo da imigração italiana em territorialidades do Vale do Taquari/Rio Grande do Sul*, in "Clio. Revista de Pesquisa Histórica", 2017, n. 2, pp. 178-200.

⁶⁰ Sul fascismo e gli immigrati italiani in Brasile (e nel Rio Grande do Sul) dopo i lavori di ampio respiro di Angelo Trento, Loraine Slomp Giron o João Fabio Bertonha (e di Beneduzi, Goebel, Pinna, Seitenfus, Bader, Brandalise, ecc.) si comincia ad avere un quadro un po' più completo grazie ad alcune ricerche recenti e mirate sui tecnici e professionisti appositamente inviati o appoggiati dal regime sino alla fine degli anni '30, sulla stampa filofascista di lingua italiana (specie quella cattolica e clericale), sulle contraddizioni del getulismo poi abbracciato dalla maggior parte dei coloni, sulla stagione delle interdizioni ecc... ecc. Si tratta peraltro di un tema che meriterebbe di essere oggi esaminato in parallelo con ulteriori analisi, che non posso fare qui e che del pari dovrebbe riguardare anche talune congiunture politiche successive: da quella del ventennio dittato-

dei coloni per l'integralismo di Plinio Salgado o l'incedere stesso del tempo e, dopo il 1942, l'indubbio shock provocato dalle interdizioni getuliste con la soppressione dei nomi originari di tutti i centri abitati dai brasiliani d'origine veneta e infine con lo stesso divieto doloroso di parlare l'italiano e i suoi dialetti.⁶¹

Le condizioni in cui si sono venute modificando e ampliando enormemente, negli ultimi vent'anni, le possibilità di accesso alle fonti primarie e secondarie⁶² le occasioni di riflessione e di confronto facilitate o permesse con sempre maggior frequenza, specie in ambito universitario,⁶³ a chi sia interessato ad approfondire la conoscenza di tutti questi avvenimenti e anche di quelli che vi tennero dietro sino alle soglie dei giorni nostri, dovrebbero essere di grande conforto perché

riale imposto dai militari fra il 1964 e il 1985 a quelle di durata più breve, ma non meno intriganti dei giorni nostri.

⁶¹ Sempre più spesso con una benefica valorizzazione delle ricordate fonti orali (o anche del "parlato/scritto, cfr. Emilio Franzina, *Una patria straniera. Sogni, viaggi e identità degli italiani all'estero attraverso le fonti popolari scritte*, Verona Cierre 1997) per cui si veda un libro recente che riecheggia nel titolo quello apposto, più di quarant'anni fa. a una sua opera seminale (*The Voice of the Past*) da Paul Thompson: Bruno Bonomo, *Voci della memoria. L'uso delle fonti orali nella ricerca storica*, Roma, Carocci, 2013.

⁶² Non solo a quelle che naturalmente non erano state trascurate nemmeno dai primi "desbravadores, pionieri e professionisti" (come li definì Martins Estevão de Rezende: *Conhecimento histórico e historiografia brasileira contemporânea*, in "Revista Portuguesa de História, 2011, v. 42, p. 197-219), cfr. Fábio Franzini, *A sombra das palmeiras: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 2010 e Fernando Nicolazzi (org.), *História e historiadores no Brasil: do fim do Imperio ao alvorecer da Republica: c. 1870-1940*. Porto Alegre, Edipucrs 2015. A tale proposito segnalò en passant che seppure in misura più contenuta e senza attribuirvi quel ruolo o quel grande valore che giustamente più tardi gli sarebbe stato conferito dalle indagini microstoriche o dalle ricerche sulle scritture popolari (e sul "parlato/scritto delle autobiografie e delle corrispondenze "americane") nemmeno in rapporto ai lasciti dell'emigrazione veneta nel Rio Grande do Sul mancò mai o del tutto, fra gli storici d'antan, una certa attenzione per testimonianze epistolografiche quali quelle raccolte ad esempio da Luis Alberto De Boni in *La Mérica: escritos dos primeiros imigrantes italianos*, Caxias do Sul-Porto Alegre, UCS EST, 1977 dove veniva già fatto posto infatti anche alle lettere degli anni 1880, importanti per sostanza e per qualità narrativa, del mio compaesano valdagnese Paolo Rossato. Esse sono state sottoposte ad analisi incrociate ancora di recente in diverse occasioni: si veda ad es. la tesi di laurea cafoscarina di Valentina Baldan di cui ho dato ampio conto in *Fonti storiche e storiografia*, introduzione a Roberto Radunz e Vania Beatriz Merlotti Herédia (Orgs.), *Imigração e Sociedade: Fontes e Acervos da Imigração Italiana no Brasil*, Educus, Caxias do Sul 2015, pp. 15-30 omettendo peraltro anch'io di ricordare che mancava all'appello nell'antologizzazione del De Boni (e altrove ancor oggi) la più straordinaria delle missive inviate da Caxias ai suoi albori da un immigrante e aspirante colono italiano ovvero la lettera del 27 luglio 1884 di cui Thales de Azevedo aveva in realtà fornito sin dal 1975 il testo persino in fotoreproduzione nel suo *Italianos e gaúchos. Os anos pioneiros da colonização italiana no Riogrande do Sul* (che cito qui dalla seconda edizione uscita nel 1982 a Rio de Janeiro per la Livraria Editora Cátedra, pp. 145-148).

⁶³ Cf. Claudinei Magno Magre Mendes, *A importância da pesquisa de fontes para os estudos histórico*, "Acta Scientiarum. Education" (Maringá), 2011, n. 2, pp. 205-209.

disegnano una mappa non solo prevedibilmente variegata bensì pure molto ricca e complessa di opportunità che non erano mai state in precedenza sfruttate o messe alla portata degli studiosi.⁶⁴ La consultazione di materiali conservati in Italia negli archivi pubblici e nelle biblioteche (anche virtuali) di molte opere d'epoca (dai diari ai libri di viaggio)⁶⁵ e dei bollettini ministeriali (specie dispacci e rapporti di cui è stata promossa poi la ristampa in Brasile),⁶⁶ ma soprattutto la ripresa integrale dei principali fogli periodici o quotidiani risultano oggi facilitate dalla digitalizzazione e dall'avvento di altre nuove tecnologie che consentono, come ben sappiamo dopo il diffondersi della pandemia, un lavoro a distanza di norma proficuo e un tempo impensabile. L'operato stesso sul terreno della ricerca o dell'insegnamento di molti docenti e il numero crescente di persone che se ne possono avvantaggiare si combina facil-

⁶⁴ Sembrano illuminanti, al riguardo, le considerazioni svolte anni fa da Ronaldo Vainfas in un suo saggio su *História cultural e historiografia brasileira* – in "Questões & Debates" (Curitiba) 2009, n. 50, p. 217-235 – sia sui primi (e confusi) passi della ricerca microstorica in Brasile sia a proposito della fuoriuscita qui, verso la fine degli anni '70, degli studi storici dal loro alveo più tradizionale (su cui cfr. Rebeca Gontijo, *A história da historiografia no Brasil, 1940-1970: apontamentos sobre sua escrita* Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo, julho 2011 e Fábio Franzini e Rebeca Gontijo, *Panoramica da historiografia brasileira contemporânea (1930-1980)*, in Janete Silveira Abrão (Coord.), *Brasil. Interpretações & Perspectivas*, Marcial Pons, Universidad de Alcalá 2016, pp. 5-38) in un momento in cui, fra l'altro, i corsi universitari "faziam as vezes de oposição consentida ao regime militar", coniugando "silenciosamente" preoccupazioni di tipo politico con una timida curiosità per alcune novità che stavano allora rivoluzionando la storiografia europea. Gli approfondimenti del periodo repubblicano e della questione schiavista ne furono una prima conseguenza anche se tardiva e parziale fu poi l'accoglienza riservata ai nuovi approcci allo studio del passato suggeriti in Francia dalla storia della mentalità o in Inghilterra dalla storia culturale quando "praticamente nada se conhecia, no Brasil, – aggiungeva Vainfas – da obra de Carlo Ginzburg" compresa quella culminata nel 1976 nella pubblicazione de *Il formaggio e i vermi* a cui, se posso permettermi una rievocazione autobiografica (in linea con le osservazioni degli esperti come Deivy Ferreira Carneiro, *A Microstoria italiana e os desafios biográficos na historiografia recente (1980-2000)*, in "Locus: Revista de História" (Juiz de Fora, 2020, vol. 26, n. 1, pp. 211-234) si rifacevano proprio in quell'anno molte pagine sulla cultura delle classi subalterne del Veneto migratorio di fine '800 del mio primo libro – *La grande emigrazione* – che forse anche per questo attrassero l'attenzione di Michael Hall il quale tempestivamente si propose quindi di farlo pubblicare con l'aiuto di Zuleika Alvim in Brasile dove però la sua traduzione tardò non poco a concretizzarsi ed ebbe infatti luogo solo trent'anni più tardi ad opera di Luigi Biondi e di Edilene Toledo (*A Grande Emigração. O exodo dos italianos do Veneto para o Brasil*, Campinas, Unicamp, 2006).

⁶⁵ Vania Beatriz Merlotti Herédia, *Viajantes europeus nas colônias italianas*, in "Estudos Ibero-Americanos", 2012, vol. 38, pp. 281-293.

⁶⁶ Dai primi studi di Luiza Horn Iotti, *O olhar do poder: a imigração italiana no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, vista através dos relatórios consulares*. Caxias do Sul, EDUCS, 1996 sino alle raccolte "monumentali" più recenti come quella in quattro volumi a cura di Gianpaolo Romanato, e Vania Beatriz Merlotti Herédia: *Fontes Diplomáticas: Documentos da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul*, Tomi I-IV, EducS, Caxias do Sul 2016 e Idem, *L' emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul brasiliano (1875-1914). Fonti diplomatiche*, Angelo Longo Editore, Ravenna, 2018.

mente con le notizie oltremodo dettagliate fornite sul loro conto da siti web e da motori di ricerca come Escavador o Google. Essi mettono a disposizione in tempo reale il quadro pressoché completo delle attività svolte dagli studiosi di cui venga richiesto il profilo surrogando così le compilazioni bibliografiche erudite d'antan anche se questo accumulo di dati e d'informazioni non può certo bastare da solo (e tanto meno basta infatti) ad aggirare l'onere di una riflessione che deve continuare per forza a esercitarsi sui problemi posti in varia forma dalle vicende del passato. Nondimeno parla da sola, a tale riguardo, la quantità degli accessi e delle elaborazioni primarie di dati sensibili determinata dalla crescita esponenziale dei lavori che confluiscono non tanto nei citati volumi o nelle riviste specializzate (diverse per valore ma di cui pure si è notevolmente incrementato il numero) quanto nel mare magnum delle tesi e delle tesine (di mestrado o di laurea, di master, di dottorato ecc.) che ormai si contano, specie in Brasile, a migliaia ogni anno.⁶⁷ Naturalmente non si vuol dire con questo che tutti i problemi di reperimento dei dati di cui lo storico abbisogna e che sono necessari per la convalida delle sue ipotesi interpretative o di lavoro siano al giorno d'oggi d'un tratto superati o risolti e basti pensare, per ciò, a quanta strada rimane ancora da fare ogni volta che si affrontino temi un tempo confinati ai margini della ricerca e a lungo trascurati com'è evidente ad esempio nel campo già ricordato dei sondaggi sulla formazione scolastica e sull'insegnamento impartito ai figli degli emigranti che occupa un'intera sezione del nostro simposio attingendo sempre di più, come avviene però solo da pochi anni a questa parte, a documenti di cui sono ricchi sia in Brasile che in Italia alcuni archivi (e penso ad esempio a quelli ecclesiastici ovvero degli ordini e delle congregazioni religiose che affiancarono o supplirono per decenni prima le rudimentali scuole gestite da coloni sommariamente acculturati, poi a istituti cofinanziati dallo Stato italiano e dalle sue articolazioni dai Consolati alle sezioni della Dante Alighieri ecc. ecc.).

Anche i problemi identitari altre volte risolti in modo sbrigativo e usati strumentalmente soprattutto nel Veneto contemporaneo con dinamiche ben messe in luce da Federica Bertagna e da João Carlos

⁶⁷ Anche per l'eccezionale impulso procurato in via generale in tutto il Brasile dalla "expansão dos programas de pós-graduação" nel corso degli anni '80 del '90 (Martins, Estevão de Rezende, *Conhecimento histórico e historiografia brasileira contemporânea*, in "Revista Portuguesa de História, 2011, v. 42, p. 211).

Tedesco⁶⁸ appigliandosi alle capacità di conservazione linguistica e comportamentale delle popolazioni insediate nella Serra gaúcha e nel Planalto e a lungo garantite, rispetto a molte zone dello stesso Brasile immigratorio, dall'isolamento iniziale e poi dal primato sociale e politico conseguito e difeso da un gruppo indubbiamente geloso delle proprie prerogative ovvero delle proprie tradizioni culturali, canore, enogastronomiche e alimentari ecc., si sono rivelati col tempo passibili di letture diverse incoraggiando, ad esempio, anche il ricorso a parallelismi solo apparentemente arditi come quelli azzardati di recente da Alessandra De Rose e Donatella Strangio mettendo a confronto due territori "lontani ma gemelli come Latina e Farroupilha" dalla storia comunque assai diversa.⁶⁹ La cronologia e l'appartenenza della vecchia Littoria, in posizione per giunta preminente, alle città di fondazione realizzate negli anni '30 del Novecento dal fascismo mentre nel Rio Grande do Sul la seconda generazione dei veneti e degli italiani immigrati era alle prese (nell'area matrice o "berço" dell'immigrazione peninsulare: Nova Milano, Nova Vicenza, Colônia Particular Sertorina) con le sfide di una riorganizzazione spaziale e persino di un'aspra lotta politica che ne avrebbe condizionato le sorti sino almeno alla fine del Secondo conflitto mondiale in cui il Brasile di Vargas entrò in guerra contro l'Italia mussoliniana di Salò, invoglierebbero a compiere annotazioni e riflessioni che non possono trovare spazio in un semplice bilancio per quanto rapsodico e altalenante come questo. Tornando perciò a segnalare altre novità fatte registrare in questi ultimi anni in cui la storiografia italiana sul Rio Grande do Sul ha un po' segnato il passo (considerando a parte, per la sua collocazione universitaria italiana a Ca' Foscari, la produzione, intensa come s'è visto, di Luis Fernando Beneduzi, vari contributi in tandem con Federica Bertagna di João Carlos Tedesco o, si parva licet, gli stessi atti del convegno di due anni fa da me coordinato e già citato su *I Veneti in Brasile e la storia dell'emigrazione*) si potrebbe notare che quella brasiliana ha dato forse prova di maggiore vivacità anche se poi entrambe hanno partecipato insieme ad avventure comuni come quella nata nel 2012 col nome di "Transfopress" per illustrare a livello

⁶⁸ Federica Bertagna e João Carlos Tedesco, *Fratelli d'Italia e del Brasile? Associazionismo, immigrazione e dinamiche dell'italianità nel Sud del Brasile*, in "Studi Emigrazione/Migration Studies" 2015, n. 199, pp. 395-418.

⁶⁹ Alessandra De Rose, Donatella Strangio, Jacqueline Maria Corá *Dall'Italia al Brasile. Storia del contesto economico e sociale tra due territori lontani ma "gemelli": Latina e Farroupilha. Da Itália ao Brasil: história do contexto econômico entre dois territórios distantes, mas gêmeos: Latina e Farroupilha*, Ediz. italiana e portoghese, Soveria Mannelli, Rubbettino, 2013.

mondiale il ruolo di giornali e giornalisti attivi nella stampa “straniera” nei paesi divenuti meta di più e meno consistenti flussi immigratori. Qui sia il Brasile che l’Italia risultano ben rappresentati dai contributi di specialisti infaticabili come Angelo Trento e João Fabio Bertonha (autori l’uno di articoli e d’interi libri sulla stampa in lingua italiana del Brasile e l’altro di importanti saggi e di minuziose bibliografie su fascismo e antifascismo ai Tropici) e ora anche da Luigi Biondi e da Terciani Ângela Luchese collaboratori per il caso italo brasiliano dell’opera curata nel 2017, come s’è già detto, da Tania Regina de Luca e da Valéria Guimarães.

Ulteriori segni di grande vitalità, al di là di questi segnalati per la stampa che poteva peraltro già contare, nel Rio Grande do Sul, su una apprezzabile base di contributi distesi fra il 1958 e il 2005 (l’anno in cui ne avevano trattato per ultime, su “Altreitalia”, Kenia Maria Menegotto Pozenato e Loraine Slomp Giron), sono riconducibili a due lavori scaturiti da tesi dottorali di cui si discuterà a parte nel simposio e che meritano tuttavia di essere menzionati sin d’ora perché rappresentativi, al di là dei loro soggetti, di un nuovo tipo di approccio a temi in passato ignorati o molto poco discussi come la partecipazione anche in Rio Grande do Sul, accanto a lombardi, veneti e trentini, di gruppi di immigrati provenienti da un’area d’emigrazione apparentemente marginale come la Toscana.⁷⁰

Antonio De Ruggiero ha saputo ricostruirne le caratteristiche principali, ricordando quanto invece essa avesse contato quanto meno nella storia riograndense di alcune “minoranze” regionali italiane di cui si conosceva meglio o quasi soltanto l’esempio dei calabresi di Porto Alegre studiato dalla compianta Núncia Santoro de Constantino e lo ha fatto con indubbia efficacia avvalendosi anche di fonti narrative piuttosto suggestive (e a me personalmente care come il romanzo *Al di qua dell’oceano* di Pietro Azzi). Impresa anche più ambiziosa quella di Máira Inês Vendrame fondata su un originale approccio microstorico che approda, dopo l’edizione brasiliana del 2016 (*O poder na aldeia*) all’attuale prestigiosa traduzione in inglese del 2020⁷¹ ruotando attorno a un episodio vivisezionato sin nei minimi particolari come la morte, quasi di sicuro procurata per “vendetta”, di don Antonio Sorio, un prete

⁷⁰ Antonio De Ruggiero, “*Settù voi vienire ora è il tempo*”. *L’emigrazione toscana in Brasile (1875-1914)*, Pacini Editore, Pisa, 2020.

⁷¹ Máira Ines Vendrame, *Power in the Village. Social Networks, Honor and Justice among Immigrant Families from Italy to Brazil*, New York, Routledge, 2020.

leader o notevole coloniale a Silveira Martins, macchiatosi, con ogni probabilità, di abusi sessuali nei confronti d'una colona minorenni ma anche invisibile, come pure si disse, a una *couche* massonica di quelle che non mancarono di costituirsi persino nel Rio Grande do Sul, com'è tornato a spiegare di recente Fulvio Conti intrattenendosi sulle logge del Grande Oriente d'Italia in America Latina.⁷² A parte ogni altra considerazione che varrebbe anche per ulteriori esperimenti d'indagine microstorica, l'episodio si presta in effetti alla lettura trasversale dei meccanismi di controllo sociale e comunitario ricostruibili, come Vendrame ha saputo fare, attraverso l'uso di molte e diverse fonti guadagnandosi l'apprezzamento di un illustre prefatore – in qualche punto magari non del tutto d'accordo con lei – come Giovanni Levi tra i massimi esponenti della scuola microstorica molto più considerata oggi in Brasile di quanto non sia in Italia. Vendrame, ad ogni modo ha offerto una immagine contro corrente anche rispetto a quelle che per decenni sono andate per la maggiore dei microcosmi coloniali e immigratori riograndensi attraversati in realtà da tensioni, da fratture e da contraddizioni che ne facevano luoghi nient'affatto subordinati in tutto e per tutto ai poteri costituiti brasiliani o alle presunte regole statiche di una società patriarcale importata dall'Italia le quali, se mai esistevano, non corrispondevano a quelle di cui a lungo ha raccontato e straparlato la vulgata populista dei veneti fondatori di paesi e città. Essi infatti ebbero semmai forme loro proprie di solidarietà e di azione che obbedivano, come del resto talvolta già in Italia, a logiche precise e condivise sia individuali che di gruppo.

Una simile impostazione ricorda quella privilegiata da pochi altri interpreti e si raccorda con quanto in Italia è tornato a suggerire fra loro, stavolta attraverso un'acuta ed eruditissima analisi anche questa di tipo microstorico, Piero Brunello, autore già una trentina d'anni fa d'un libro esemplare come *Pionieri. Gli italiani in Brasile e il mito della frontiera*⁷³ a cui, in garbata polemica a distanza con Chiara Vangelista e con Luis Fernando Beneduzi per questioni d'immagini fotografiche, ha voluto aggiungere nel 2020 il volume, in realtà assai più ambizioso, su

⁷² Luiz Eugênio Vêscio, *O Crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul, 1893-1928*, Porto Alegre UFRGS/Santa Maria: UFSM 2001 e Fulvio Conti, *Un veicolo di italianità. Le logge del Grande Oriente d'Italia nei paesi del Mediterraneo e in America Latina (1860-1925)*, in *Di esuli, migranti e altri viaggiatori: trans(n)azioni fra letteratura e storia*, a cura di Dario Prola e Stefano Rosatti, Warszawa, Wydawnictwo Dig, 2020, pp. 189-198.

⁷³ Donzelli Editore, Roma, 1994.

*Trofei e prigionieri. Una foto ricordo della colonizzazione in Brasile.*⁷⁴ L'opera di Brunello, passata abbastanza sotto silenzio in Italia,⁷⁵ non ha raccolto a dispetto del suo obiettivo ed elevato valore, particolari consensi nemmeno in Brasile dov'è stata recensita, ch'io sappia, quasi solo in Santa Catarina⁷⁶ dov'è del resto ambientata, ieri come oggi, la trama degli avvenimenti narrati. Essi riguardano una serie limitata ma lo stesso molto significativa di episodi violenti consumati ai danni delle popolazioni indigene poi sistematicamente rimossi, anche a giudicare da alcune tesi di Mestrado basate su interviste fatte ai giorni nostri,⁷⁷ nei racconti dell'emigrazione veneta⁷⁸ per via delle razzie e delle uccisioni compiute da bugreiros, talora veneti a loro volta, in una zona circoscritta attorno ad Urussanga tra la fine dell'Ottocento e i primi anni del secolo successivo. Esempio non banale di quello che si configura come un elemento "perturbante" nella storia delle migrazioni, il nuovo libro di Brunello affronta temi che risultano in effetti assenti nella maggior parte dei lavori sul caso riograndense dove semmai v'è traccia dei rapporti conflittuali con Xokleng e Kaingang degli immigrati tedeschi (per la Bacia Hidrográfica del Caí lo hanno fatto alcuni storici dell'Universidade da Vale do Taquari) e dove sono stati studiati episodi non paragonabili però a quelli santacaterinensi o ad altri successi ai confini con l'Uruguay⁷⁹ presi invece in considerazione, dopo Brunello, da vari autori⁸⁰ e del resto antecedenti l'arrivo degli emigranti italiani a

⁷⁴ Cierre Edizioni, Caselle di Sommacampagna, 2020.

⁷⁵ Fatta eccezione per una acuta recensione di Michele Nani, *Indigeni da punire perché inadatti allo stile di vita "europeo"*, nel "il Manifesto", 11 agosto 2020.

⁷⁶ Da Eloisa Rosalen nella rivista di Floripa "Esboços – Histórias em contextoss", settembre – dicembre 2020.

⁷⁷ Come quella di Carla Nichele Serafim sulla *Construção da italianidade entre descendentes de imigrantes no Município de Urussanga*, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2007.

⁷⁸ Come lamentavo già quasi quarant'anni fa in un mio saggio (*La terra, la violenza e la frontiera. Aspetti e problemi dell'emigrazione veneta in Brasile e Argentina attraverso le fonti italiane (1876-1901)*), in Idem (a cura di), *Un altro Veneto. Saggi e studi di storia dell'emigrazione nei secoli XIX e XX*, Fransci Editore, Abano Terme, 1983, pp. 549-598 poi anche in Idem, *L'America gringa. Storie italiane d'emigrazione tra Argentina e Brasile*, Reggio Emilia, Diabasis, 2008, pp. 149-197), ma si veda ora ad es. Nathan Ferrari Pastre, *Índios, colonos e representações sociais: representações dos indígenas no Rio Grande do Sul do século XIX*, in Radünz e Herédia, *140 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul*, cit., pp. 369-381.

⁷⁹ E non solo per un noto "interdetto" su cui cfr. Marcus Antonio Schifino Witmann, "*Shh! Aqui não se fala de Bugres*": o indígena na historiographia sul-riograndense, in "Oficina do Historiador", 2011, n. 2, pp. 50-63.

⁸⁰ Itala Irene Basile Becker, *Os índios Charrua e Minuano na antiga banda oriental do Uruguai*. São Leopoldo, Ed. Unisinos, 2002, Arno Alvarez Kern, Maria Cristina dos Santos e Tau Golin (Orgs.), *Povos Indígenas*. Passo Fundo: Méritos, 2009, Juciane Beatriz

ridosso delle colonie militari di metà Ottocento (come quella di Caseros esaminata da João Carlos Tedesco e da Alex Vanin⁸¹ o quella di Santa Thereza ricostruita da Adelson André Brüggeman).⁸² Il tema insomma è sì “inquietante” ma non giunse mai a riguardare il Rio Grande do Sul “italiano” dove peraltro i mancati contatti del passato non giustificano certo reticenze e rimozioni oppure, ai giorni nostri, la sottovalutazione degli effetti attuali delle cosiddette “retomadas Kaingang” nel Nord della regione sulina, oggetto delle attenzioni di sociologi e antropologi come Jorge Pozzobon, Clémentine Maréchal. Juciane Beatriz Sehn Silva ecc.

Nei giorni in cui stavo preparando la stesura di questo piccolo discorso introduttivo che infine giunge ora a compimento stavo anche lavorando ad un saggio per il centenario dantesco, che cade com'è noto quest'anno, dedicato all'autore della Divina Commedia e alla sua popolarità, come simbolo della loro nazione d'origine, tra gli emigranti italiani nei secoli XIX e XX. Dovendo accennare anche alla odonomastica di strade e di piazze e naturalmente all'innalzamento di statue e di busti effigianti il sommo poeta fiorentino mi era capitato di raccontare le vicissitudini, a Caxias do Sul, di Piazza Dante che nel 1942 cambiò nome per via delle ricordate interdizioni volute da Vargas diventando (e rimanendo sino al 1990 quando venne ripristinato) Praça Rui Barbosa: il tutto fra discussioni e recriminazioni che si rinfocolarono alcuni anni dopo la fine della Seconda guerra mondiale ma che ebbero una impennata prima che lo stesso Vargas venisse a Caxias, sei mesi prima di suicidarsi, a inaugurare nel febbraio del 1954 un'altra statua, stavolta dedicata all'Immigrante (sottinteso italiano⁸³). Il punto forse più alto delle polemiche fu raggiunto nel gennaio del 1950 quando sulle pagine del giornale caxiense “A Época” comparve uno straordinario articolo

Sehn da Silva e Luís Fernando da Silva Laroque, *A história dos Kaingang da terra indígena Linha Glória, Estrela, Rio Grande do Sul/Brasil: sentidos de sua (re)territorialidade*. “Sociedade & Natureza” (UFU. Online), 2012, vol. 24, pp. 435-447.

⁸¹ João Carlos Tedesco e Alex Antônio Vanin, *A Colônia Militar de Caseros e a questão indígena em meados do século XIX*, in João Carlos Tedesco (Org.), *Conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul: indígenas e agricultores – dimensões históricas.*, Porto Alegre: EST Edições, 2017, pp. 137-178.

⁸² Adelson André Brüggemann, *Mapas, homens e cargas: a colônia militar de Santa Thereza e o caminho Desterro-Lages (1854-1891)* in *Encontro Estadual de História: Mídia e Cidadania*, Florianópolis, 2006 e Idem, *Soldados (in)visíveis: componentes do Exército brasileiro na colônia militar de Santa Thereza (1854-1883), província de Santa Catarina* in “XXVI Simpósio Nacional de História”, São Paulo. Anais eletrônicos, 2011.

⁸³ Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos, *The cities and their monuments: a study about the italian immigration in Buenos Aires and Caxias do Sul 1910-1954*, in “Almanack” (Guarulhos), 2017, n. 17, pp. 261-265.

intitolato *Nós os Botucudos* nel quale in chiave ultranazionalista brasiliana il suo autore, Gimmy Rodrigues, esordiva osservando ironicamente quanto “Nós, os botucudos, estamos ficando importantes”, per reagire alle accuse e agli insulti etnici scagliati, forse nello stesso giornale, contro i discendenti dei “selvaggi” da un giovane acculturato del posto lamentatosi perché «a velha e bela estátua de Dante em Caxias do Sul, por pouco não foi destruída pelos assaltos vandálicos de hordas impedidas por sentimentos bárbaros e primitivos”. E chi erano i componenti di queste orde barbare e primitive, si chiedeva Rodrigues? Pronta la sua risposta: “Nós, os “primitivos estranhos à terra, indivíduos que nenhum título possuíam para pontificar nacionalismo, míseros burocratas e parasitas”, assim fomos chamados pelo “crime monstruoso” de nos termos batido, democraticamente, lealmente, honestamente pela mudança do nome da nossa praça para Rui Barbosa, consagrando, assim, para a posteridade, o grande brasileiro...” A recuperare l’aneddoto giornalistico era stato João Spadari Adami che lo pubblicava, assieme a molti altri documenti, nel quarto volume della sua nota *Storia di Caxias do Sul* in quell’anno nel quale si sarebbe celebrato il 75° anniversario dell’arrivo, a Campo dos Bugres, dei primi immigranti e coloni italiani, alcune delle cui donne – figlie oppure spose – per lo più ottuagenarie (ma ce n’era anche una, Lúcia Tedesco Munaretto, di 102 anni perché nata nell’anno dei portenti rivoluzionari, il 1848!) erano tuttora al mondo e sarebbero state in effetti fotografate nell’Album commemorativo⁸⁴ allestito per l’occasione in maniera più sobria di quello cinquantenario di appena 25 anni prima,⁸⁵ ma con ancora qualche testimonianza e intervista ai pionieri del tipo che non si sarebbe più potuto avere nel volume del centenario di 25 anni più tardi.⁸⁶

A Spadari Adami s’intitola l’archivio storico municipale di Caxias a cui è riservato uno spazio nella sezione Arquivos e Acervos del Simposio. Chissà se ci sono ancora pure li altri materiali manoscritti o a stampa che potrebbero magari consentirci di approfondire la questione. Se ci dovessi arrivare sano non mi dispiacerebbe verificarlo quando alla

⁸⁴ Henrique A. Bertaso e Mário A. Lima (Orgs.), *Album Comemorativo do 75º aniversário da Colonização Italiana* (Órgão oficial da Festa da Uva e Exposição Agro-Industrial 1950 – Publicação da Revista Revista do Globo S.A.) Porto Alegre, 1950.

⁸⁵ *Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud. Vol. I. La cooperazione degli Italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud*, Porto Alegre, Barcellos, Bertaso e Cia. / Livraria do Globo, 1925.

⁸⁶ *Centenário da Imigração Italiana: 1875-1975. Rio Grande Do Sul, Brasil / Centenario della Immigrazione Italiana*, Porto Alegre, Editora Edel, 1975.

fine, come succede a tutte le cose di questo mondo, anche la terribile pandemia si estinguerà restituendo serenità e salute alla gente e agli studiosi, che è poi l'augurio che faccio a tutti coloro i quali hanno avuto la pazienza di starmi ad ascoltare mentre parlavo da così distante di argomenti da noi distanti anch'essi (o no?), ma tutti calati dentro a una nostra storia comune.



HISTORIOGRAFIA SOBRE IMIGRAÇÃO NO SÉCULO XIX e XX

Neve na Praça Dante Alighieri. Ao centro, o Chalé Municipal visto a partir da rua Marquês do Herval. Caxias, 1918.

Autoria: Olympio Rosa.

Coleção Adelaide Rosa.

Acervo Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Legislações e práticas de colonização com imigrantes europeus no Sul do Brasil (1824-1918)

Jorge Luiz da Cunha

Introdução

A história da colonização estrangeira no Brasil inicia na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, com a fundação da colônia de imigrantes de língua alemã, em 1824. A abordagem do período de 1824 a 1914 é, sobretudo, a história das experiências colonizadoras realizadas ao longo do período, que desencadearam um processo importante, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento e à composição étnica da população do Sul do Brasil, especialmente do Rio Grande do Sul, quanto à transformação das relações sociais, através da difusão de novas relações de trabalho e do estabelecimento de relações de mercado, capazes de influenciar as práticas tradicionais.

Consideram-se como práticas tradicionais, as ligadas, fundamentalmente, à pecuária. Essas atividades procederam e condicionaram o surgimento e a localização das demais atividades econômicas no Rio Grande do Sul, dentre elas as ligadas à colonização estrangeira em geral, e necessitam, portanto, de uma explicitação para melhor entender seu papel histórico, para a compreensão da realidade do tempo presente.

A ocupação do território do Rio Grande do Sul se deu nos séculos XVII e XVIII e precedeu a integração de sua economia à economia nacional. Os agentes de penetração europeia foram os jesuítas espanhóis, os bandeirantes paulistas, os militares portugueses

Os jesuítas espanhóis, primeiros agentes da penetração europeia no território do Rio Grande do Sul, o fizeram imbuídos de uma dupla missão, a um só tempo pastoral (catequético) e política (expansão territorial espanhola); procediam das missões do Paraguai e ocuparam a zona noroeste do atual território gaúcho. Nas duas fases do avanço jesuítico espanhol (CUNHA, 1995, p. 5-12): a primeira de 1610 a 1626, em que foram fundadas 14 reduções formando uma linha que chegava até o centro do Rio Grande do Sul, todas elas destruídas pelos bandeirantes paulistas, principalmente Raposo Tavares em 1630/31 e 1636; Francisco Bueno em 1637, Fernão Dias Paes Leme em 1637/38

e Domingos Cordeiro em 1638; a segunda fase iniciou com a fundação do primeiro dos Sete Povos das Missões, São Francisco de São Borja, em 1682, e terminou com a definitiva expulsão dos jesuítas em 1768, após um longo período de decadência. Como se vê, os jesuítas fundando aldeias e reduções indígenas desenvolveram o extrativismo da erva-mate, a agricultura e a criação de gado, cujas primeiras cabeças foram trazidas de Corrientes.

A catequização dos indígenas reduzidos, sua organização e adaptação ao trabalho regulado pelos jesuítas foram aspectos que motivaram a penetração de um segundo grupo no território do Rio Grande do Sul: os bandeirantes paulistas.

Os indígenas, através de uma ação jesuítica, haviam se transformado em uma reserva de mão de obra à mercê dos bandeirantes, que percorreram os sertões do Brasil em busca de braços para as lavouras açucareiras. Durante a União Ibérica (1580-1640), os holandeses tomaram o Nordeste brasileiro e passaram a controlar os principais mercados africanos fornecedores de escravos. Provocaram a escassez de mão de obra nas regiões brasileiras fora do controle holandês e levaram os paulistas a se especializarem no apresamento de indígenas. É importante salientar que os paulistas, nesta fase, não se fixaram no território rio-grandense, limitando-se ao papel de fornecedores de escravos indígenas para as zonas açucareiras e à destruição de reduções espanholas, sustando o avanço espanhol na região, com a retirada dos jesuítas e dos indígenas sobreviventes para a margem direita do rio Uruguai. Ficaram as estâncias jesuíticas onde os rebanhos de gado abandonados se reproduziram de forma extraordinária.

No final do século XVII, as movimentações portuguesas na região, em defesa da consolidação de seus interesses no Prata, representados pela Colônia do Sacramento: fundada em 1680 praticamente em frente a Buenos Aires, levaram ao conhecimento e à exploração das imensas reservas de gado selvagem (xucro) na chamada “Vacaria do Mar”, no Rio Grande do Sul.

Desenvolveu-se a courama, preação de gado selvagem para a obtenção de couros exportados para a Europa, através dos portos do Prata, pelos portugueses da Colônia do Sacramento, por vaqueanos independentes que vendiam o resultado de suas vaqueadas a quem pagasse mais, e por indígenas aldeados e reduzidos pelos jesuítas, nas províncias espanholas do Prata.

O posterior desenvolvimento da mineração do ouro, nas Minas Gerais, criou um dinâmico mercado para animais de carga, necessários aos transportes, e mercadorias (sobretudo alimentos) para o abastecimento da população mineira ou a ela ligada. Isto estimulou os paulistas a voltarem novamente ao Rio Grande do Sul, desta vez em busca de índios escravos. A intensificação da atividade de apresamento de gado e animais de carga a transformou em uma corrente eminentemente povoadora.

A transformação do caráter das expedições paulistas encontra uma explicação no aumento da população de São Paulo (SINGER, 1968), voltada então para uma economia de subsistência, o que teria provocado uma expansão territorial em direção ao Sul. Esta expansão chegou ao Litoral de Santa Catarina no final do século XVII, dirigindo-se ao Rio Grande do Sul, com o estabelecimento de sesmarias nas margens da Laguna dos Patos, no começo do século XVIII e, sem dúvidas, teve outras causas além do crescimento populacional: o estabelecimento do efetivo domínio português sobre o disputado território gaúcho; a necessidade de estabelecer o comércio de animais em termos mais regulares diante das crescentes oportunidades de ganhos, que passou a oferecer o mercado de gado muar, para o transporte, e de gado vacum, principalmente, para a obtenção de couros que passaram a ser exportados também pelos portos do Sul do Brasil (CORTESÃO, 1954, p. 135-165).

O comércio de animais entre o Rio Grande do Sul e a região de São Paulo e Minas Gerais desenvolveu-se extraordinariamente com a descoberta de um novo caminho pelo interior (entre Viamão e o Sertão de Lages e daí para Curitiba e Sorocaba) alternativo ao até então conhecido Caminho do Litoral (através de Estreito, Solidão, Quintão, Tramandaí, Torres, Mampituba, Araranguá e Laguna), o que facilitou o comércio e permitiu a ocupação da região nordeste do Rio Grande do Sul, os Campos de Vacarias, a antiga Vacaria dos Pinhais, por volta de 1735: – uma enorme reserva de gado criada pelos jesuítas espanhóis.

O povoamento e o desenvolvimento da pecuária, como atividade organizada e sistemática, no Rio Grande do Sul, teve suas origens em um conjunto de conveniências políticas e militares, ligadas aos interesses estratégicos da expansão portuguesa, num território de confronto com a expansão espanhola, e as razões econômicas relacionadas ao abastecimento das regiões mineradoras com gado muar do sul. As primeiras foram consequências dos conflitos armados entre Portugal e Espanha

pela posse do território, que se estendia desde o sul da Capitania de São Vicente até o rio da Prata. Durante quase todo o século XVIII, se desenvolveram campanhas militares que tiveram como palco o território gaúcho (CORTESÃO, 1954, p. 135-165).

Sem entrar em detalhes sobre os conflitos entre portugueses e espanhóis e os tratados firmados, é importante salientar que disto resultou que o povoamento do Rio Grande do Sul se desse sob duas formas básicas de ocupação: as praças militares e as estâncias. As fortificações militares deram origem a vilas e cidades. É o caso de povoações como Rio Grande (forte Jesus-Maria-José, fundado na Barra da Laguna dos Patos, no Rio Grande de São Pedro, em fevereiro de 1737); São Gonçalo (do forte do mesmo nome, no sangradouro da Lagoa Mirim); e, Rio Pardo (uma tranqueira com a invocação de Jesus-Maria-José no passo do Jacuí, bem no centro do atual território gaúcho).

Com o objetivo de consolidar as vantagens obtidas sobre os espanhóis e a necessidade de substituir a atividade predatória – que devastava rebanhos –, pela criação, que garantiria a reposição dos animais e o incremento dos negócios e da arrecadação, o governo português doou terras aos soldados participantes das campanhas do Prata e aos antigos vaqueanos. Organizaram-se as estâncias distribuídas ao longo das fronteiras do sul e sudoeste do Rio Grande do Sul (FERNANDES, 1961, p. 42-45).

Na segunda metade do século XVIII, a economia do Rio Grande do Sul integrou-se definitivamente à economia do centro do País colonial, como fornecedora de produtos primários: sua ocupação e povoamento se devem a isto.

Ainda que a exportação de couros fosse mais antiga, foi a economia mineira que produziu o maior impacto no sul e que possibilitou sua conexão econômica ao restante do País. O descobrimento do ouro em Minas Gerais provocou a corrida para aquela região (PRADO JUNIOR, 1884).

Em Minas Gerais, graças à grande especialização da atividade econômica (mineração) e à grande concentração de homens e capitais, desenvolveu-se um importante mercado de alimentos e de animais de carga, que não era abastecido localmente. O problema do transporte parece ter sido crucial, especialmente pela configuração montanhosa da região mineradora: as mulas eram o único meio de transporte que se

adaptava à distância e ao terreno. As mulas representavam a infraestrutura da economia mineira (FURTADO, 1985, p. 73-77; SCHÄFFER, 1824, p. 18). Estavam assim criadas as condições de mercado necessárias para a integração da economia gaúcha ao restante do Brasil: as mulas para as minas eram trazidas do Rio Grande do Sul, ou por ele contrabandeadas do Prata, até Sorocaba, em São Paulo, onde eram comercializadas.

Furtado (1985, p. 73-77) assinala que, considerando o mercado em seu conjunto, a economia mineira, que alcançou o pico por volta de 1750/60, foi maior do que a economia açucareira, em função do seu elevado grau de especialização. Nessa época, chegavam a ser comercializadas mais de 30 mil mulas anualmente. Esse comércio declinou no último quartel do século XVIII, mas, ainda assim, no começo do século XIX, sua importância era considerável (FERNANDES, 1961, p. 47).

Nesse mesmo período, a exportação de couros permaneceu estável. Antes da instalação das charqueadas, a produção de couro no sul era totalmente predatória e praticamente não se aproveitava a carne do gado (FELDNER, 1828, p. 27).

As estâncias, enormes latifúndios, empregavam poucos braços para a predação, para o rodeio e para o tropeio de gado selvagem. Fernandes (1961, p. 42) afirma que seis homens podiam dar conta do trabalho em uma fazenda de cinco mil animais.

Os estancieiros desempenhavam um importante papel na defesa dos interesses da Coroa portuguesa na capitania meridional. Esquadrões de milícias e de guerrilhas compostas e comandadas por soldados estancieiros formavam a primeira linha de defesa e, em campanhas militares importantes, sua ajuda na cavalaria era indispensável (LEITMAN, 1975). Desta forma, os estancieiros, estimulados pelos interesses portugueses, transformaram-se na classe determinante econômica e socialmente.

A partir, também, do final do século XVIII, desenvolveu-se, no Sul do Brasil, a colonização com famílias açorianas, atraída, organizada e financiada pela Coroa portuguesa. Em cerca de 20 anos, após 1740, chegaram ao Rio Grande do Sul cerca de dois mil açorianos destinados, inicialmente, às regiões limítrofes da Laguna dos Patos. Após a invasão da Capitania pelos espanhóis, em 1764, os açorianos migraram para as regiões próximas de Rio Pardo, Santo Amaro e Taquari, onde as terras

se mostraram mais férteis para o cultivo do trigo (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 191).

A colonização açoriana permitiu o aparecimento de uma zona de produção de trigo no Rio Grande do Sul, onde colonos açorianos estabeleceram colônias viáveis de trigo em 1780 a 1820, iniciando o que pareceria ser um processo autossuficiente de desenvolvimento agrícola, em uma economia crescente de criação de gado.

A cultura de trigo associou-se à criação de gado, apesar de aparecer como sua subordinada. Isto é, sendo o estancieiro a força política e militar da Capitania, era ele que sujeitava e determinava econômica e socialmente outros grupos sociais, dentre eles os açorianos, que, apesar de serem considerados, na escala social, acima dos africanos escravizados, índios, gaúchos e outros grupos subordinados, tinham como única possibilidade de ascensão o tornar-se um criador pecuarista. Mas a criação de gado e, posteriormente, as charqueadas não destruíram a cultura de trigo, antes a estimularam, com o reforço das linhas marítimas para o Rio de Janeiro, provocado pela exportação de charque, no começo do século XIX (CARDOSO, 2003, p. 65).

Contudo, ao contrário da atividade pecuária, na cultura de trigo não se verificaram as condições necessárias para uma concentração de capital (CARDOSO, 2003, p. 52-53). Isso se deveu, principalmente, aos seguintes fatores:

- a organização da produção, pelo menos nas áreas mais produtivas (próximas de Rio Pardo e de Taquari), baseava-se, principalmente, na utilização de mão de obra familiar. A utilização de mão de obra escrava, na cultura de trigo, foi uma prática utilizada, principalmente, nas fazendas mais antigas, localizadas junto da Laguna dos Patos e pertencentes aos descendentes dos antigos pioneiros paulistas e aos açorianos das primeiras levas. Sem dúvida, a utilização do negro escravo foi incomparavelmente menor nestas propriedades, do que nas regiões do açúcar e do café, mais ao Norte do País, fato que se explica, possivelmente, pela baixa capitalização dos produtores e o preço dos africanos escravizados trazidos dos portos do Centro do País;
- o baixo nível tecnológico da produção e as péssimas condições de armazenamento e transporte do trigo, conforme se pode verificar na descrição de Saint-Hilaire (1974, p. 206-207):

“Semeia-se o trigo a mão, depois dá-se uma capina por cima de cada semente, pois não repontam senão ervas rasteiras. É inútil limpar a terra. Corta-se o trigo abaixo da espiga, com a foicinha, depois corta-se a palha rente à terra para queimar. [...] Quando se vê que a terra não produz mais com abundância, deixa-se-lhe repousar”;

- os vários problemas que a produção gaúcha de trigo começou a enfrentar, a partir de 1810; como o aparecimento da ferrugem (FERNANDES, 1961, p. 272); as guerras contra os espanhóis, que deslocavam homens e produção no esforço da guerra; o avanço da criação de gado graças ao desenvolvimento das charqueadas e o aumento do prestígio político dos estancieiros; e, finalmente, o que foi o mais importante, a concorrência dos Estados Unidos, que pôs fim à produção gaúcha de trigo e transformou o próprio Rio Grande do Sul em consumidor do cereal e da farinha norte-americanos.

Incapaz de sobrepor-se aos problemas surgidos, o cultivo do trigo gaúcho cedeu seu lugar à criação de gado. A crescente rentabilidade da criação de gado *vacum* determinou a reconversão das áreas antes ocupadas pelo cultivo do trigo em pastagens e o desvio de parte da mão de obra para as charqueadas (TSCHUDI, 1868, p. 5-6). Cada charqueada explorava a força de trabalho em média de 80 escravos, cuja aquisição era o único grande investimento para o charqueador, os demais se limitavam a um local para preparar, salgar e charquear a carne.

O desenvolvimento da indústria saladeira provocou um rápido crescimento de cidades, como Rio Grande e Pelotas e a estagnação de Porto Alegre, desviada do circuito econômico do pastoreio e da salga, que dominou a economia gaúcha durante todo o século XIX. Segundo Singer (1968, p. 163-164), as explorações de charque e couro representavam 74,9 % do total exportado em 1861, declinando, mais para o final do século XIX.

A partir da metade do século XIX, percebe-se uma estabilização nas exportações e, conseqüentemente, na produção. Este fato pode ser explicado pela estabilização do próprio consumo de charque. Senão vejamos: o charque, destinado quase que exclusivamente para a alimentação de africanos escravizados, principalmente em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, manteve-se ileso às oscilações do mercado de outros produtos; obteve extraordinário crescimento com o

desenvolvimento da cafeicultura (FURTADO, 1985, p. 114), não por causa do café em si, mas por causa dos braços usados em seu cultivo. E começou, exatamente por isso, a ressentir-se da crescente campanha contra a escravidão que se operou, a partir da segunda metade do século XIX. Também o aumento do preço de negros escravos, após 1850, que determinou por parte dos senhores, contenções nos gastos com sua alimentação e o aumento dos custos de reposição da mão de obra nas charqueadas, contribuiu para seu declínio.

No final do século XIX, diminuiu sensivelmente a participação do charque e do couro na economia gaúcha. Em 1894, o charque e o couro representavam somente 42,2% das exportações da Província, em virtude da crise do setor e do aumento da produção e exportação de produtos coloniais, principalmente a banha de porco (SINGER, 1968, p. 163).

Além disso, o desenvolvimento da indústria do charque no Uruguai e, principalmente, na Argentina (CARDOSO, 2003, p. 66-67; ORTIZ, 1955), após 1850, contribuiu para a estagnação da economia saladeira gaúcha, especialmente por suas condições mais favoráveis, como a melhor qualidade do gado, taxas mais baixas a que estava sujeita a exportação, mais fácil acesso aos portos, relações que mantinham com os ingleses e, sobretudo, o tipo de organização do trabalho que possuíam (CARDOSO, 2003, p. 66-67).

As charqueadas do Prata utilizavam-se de mão de obra assalariada, enquanto as charqueadas gaúchas, dependiam de mão de obra escrava, aspecto importante ao considerar-se a sazonalidade dessa atividade (novembro até junho), que obrigava o charqueador gaúcho a arcar com os custos de remuneração (alimentação) de sua mão de obra, nos períodos de produção e nos períodos de entressafra, diminuindo a rentabilidade de sua atividade.

A passagem do século XIX ao XX foi marcada, além da crise da economia tradicional, pela presença efetiva de novos elementos na sociedade e na economia do Rio Grande do Sul e do restante do Sul do Brasil (Santa Catarina e Paraná), resultados de um processo de colonização estrangeira, que iniciou no começo do século XIX, ainda na história do Reino Unido Brasil e Portugal, mas, principalmente, após a independência brasileira, com a fundação da primeira colônia de imigrantes estrangeiros em 1824, e se prolongou até meados do século XX, com sua diversificação e seus novos significados sociais, econômicos e culturais.

A primeira fase das práticas políticas e legislativas da colonização estrangeira no Brasil (1824-1830)

A política oficial de estabelecimento de colônias agrícolas no Brasil inicia em 1808, quando são promulgados por D. João dois decretos:

- um de 1º de setembro, determinando a vinda de 1.500 famílias, ou um número de homens e mulheres em idade de casar para constituírem tais famílias, trazidos, se possível, voluntariamente dos Açores para a Capitania do Rio Grande do Sul, para ocuparem “pequenas sesmarias que hajam de cultivar, favorecendo quanto ser possa o seu estabelecimento, na firme esperança, que dahi haja resultar um grande aumento de povoação, com que depois não só resulte o accrescimento de riqueza e prosperidade da mesma capitania, mas se segure a sua defesa em tempo de guerra” (BRASIL, 1891a, p.129-130);
- outro em 25 de novembro, permitindo a concessão de sesmarias a estrangeiros para o *bem público*, na esperança de aumentar a lavoura e a população, considerada *muito diminuta* no Brasil.

A preocupação do governo, naquele período, pauta-se por dois fatores principais:

1º) necessidade de proteger as fronteiras despovoadas do Sul, ante a ameaça do avanço espanhol, trazendo açorianos que se transformem em soldados estancieiros;

2º) necessidade de aumentar a produção de produtos agrícolas alimentícios, haja vista que uma economia primário-exportadora, como a colonial brasileira, ciclicamente se ressentia do abastecimento de gêneros de primeira necessidade.

Este último fator procura solução na atração de estrangeiros que queiram se dedicar à produção de alimentos, uma vez que a maioria da população luso-brasileira se dedica à produção para o mercado externo.

A partir de 1808, a política de imigração/colonização percorre um caminho marcado por modificações legais, acontecimentos políticos e problemas econômicos que, diretamente, influenciam seus rumos.

Em 1818, através do Decreto de 16 de maio, é aprovada a criação de uma colônia de suíços, de 100 famílias, no Rio de Janeiro (Nova Friburgo; estabelecida em 1819) que inaugura uma tradição de ajuda oficial para o estabelecimento de estrangeiros no Brasil. Os colonos,

do Cantão de Friburgo, todos católicos, conforme determina o decreto, recebem passagem paga da Suíça ao Rio de Janeiro e daí até a colônia (art. 29), terra com plena propriedade por concessão gratuita, além de bois, cavalos, vacas, ovelhas, cabras, porcos e diversas variedades de sementes (BRASIL, 1891b, p. 46-52).

Os colonos suíços recebem ainda, a título de diárias, 160 réis por cabeça no primeiro ano de estabelecimento e 80 réis no segundo ano (art. 59). Todos são, após sua chegada, naturalizados portugueses, gozando de todos os direitos dos demais vassallos do reino (art. 139).

O Decreto de 1818 manifesta igualmente a preocupação com o desenvolvimento de atividades artesanais, via importação de imigrantes estrangeiros, num manifesto interesse de modificação das relações de trabalho e de diversificação da produção destinada ao abastecimento, principalmente, do mercado da capital, Rio de Janeiro. Assim, em seu art. 69, o decreto determina que, dentre os colonos, seja considerável o número de artesãos: “[...] como carpinteiros, marceneiros, ferradores, serralheiros, pedreiros e alguns moleiros, sapateiros, curtidores, alfaia-tes, tecelões, oleiros, e officiaes para fazer telhas etc., os quaes devem. também ensinar aos nacionaes, que quizerem aprender” (BRASIL, 1891b, p. 47). E, no art. 23, procura facilitar a vinda ao Brasil de suíços “que já tenham fortuna” (capital), que queiram empregar na agricultura, em grande escala, ou no estabelecimento de manufaturas “à imitação das da Europa”, concedendo terrenos próximos à colônia e permitindo que gozem de todas as vantagens e dos privilégios dos demais colonos.

Nova Friburgo não correspondeu às expectativas. As intenções e o capital empregado não corresponderam aos resultados, e a maioria absoluta dos imigrantes suíços abandonou Nova Friburgo, dirigindo-se para o Rio de Janeiro, onde muitos se instalaram ou foram engajados na organização do primeiro batalhão de estrangeiros, em 1823 (NICOULIN, 1973, p. 195-230; SCHMID, 1951, p. 15).

Na Província do Rio Grande do Sul, a primeira colônia, fundada em 1824, foi estabelecida em lotes da Real Fextoria do Linho Cãnhamo, doados a alemães, de acordo com o decreto de novembro de 1808.

Essa primeira experiência no Rio Grande do Sul não dispõe de uma regulamentação legal própria. Os primeiros alemães que nela se estabelecem recebem as vantagens dos colonos estabelecidos em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro.

São Leopoldo é colônia sob a responsabilidade do governo imperial, criada por D. Pedro I, e parece acobertar os reais interesses estratégicos da Coroa, ao recrutar na Europa imigrantes disfarçados de colonos, a maioria destinados aos batalhões de estrangeiros do Imperador e à fundação de colônias em regiões remotas do Sul do País para a defesa de suas províncias malpovoadas (OBERACKER JÚNIOR, 1967, p. 220-221).

Além de São Leopoldo, fundada em 1824, são fundadas, em 1826, mais duas colônias do governo geral, na Província do Rio Grande do Sul:

- Três Forquilhas, no nordeste do território gaúcho, próxima ao Litoral, que praticamente vegetou na miséria de seus colonos, do ano de sua fundação até 1849, quando é cortada por uma estrada que liga o Litoral ao Planalto (Cima da Serra) até São Francisco de Paula; e
- São Pedro de Alcântara das Torres, próxima a Três Forquilhas, mais ao norte e distante cerca de 3 léguas (aproximadamente 20 quilômetros) do mar. Sofre as mesmas dificuldades de sua colônia vizinha.

Estas duas colônias são fundadas na expectativa da construção de um porto em Torres e da abertura de canais de navegação nas lagoas que margeiam seus territórios. São Leopoldo, Três Forquilhas e São Pedro de Alcântara das Torres são as três colônias fundadas pelo governo geral, sob as mesmas bases do estabelecimento de colonos em Nova Friburgo, Rio de Janeiro: concessão gratuita de terras, ferramentas e subsídios. Marcam a primeira fase da colonização alemã no Rio Grande do Sul, e o contexto em que se dão merece algumas reflexões.

Esta fase é marcada sobremaneira pela necessidade de o governo, na época da independência e mesmo antes, criar uma classe média na estrutura social brasileira, “então formada pela aristocracia escravista de um lado e pelos sem posses de outro”, capaz de desenvolver a policultura, tão necessária ao abastecimento das cidades em expansão e dos exércitos em campanha, atente-se para o caso de S. Leopoldo (OBERACKER JÚNIOR, 1967, p. 221).

Esta preocupação já se faz presente mesmo antes da vinda da Corte portuguesa ao Brasil: Pombal manifesta esta intenção ao tentar criar colônias de açorianos, no extremo Norte e Sul do País, para formação de

uma classe média econômica e socialmente independente dos latifundiários. Contudo “o espírito dominante, e o desprezo ao trabalho corporal considerado humilhante para o homem branco, contagiou em breve os imigrantes açorianos e estrangeiros, conduzindo-os ou à ociosidade ou ao emprego de escravos”. (OBERACKER JÚNIOR, 1967, p. 221).

No período que vai de 1830 a 1844 não se registram entradas de novos imigrantes, fato este motivado pela aprovação da lei de orçamento, em dezembro de 1830, que em seu artigo 4º reza: “Fica abolida em todas as províncias do Império a despeza com a colonização estrangeira” (BRASIL, 1891c), provocada pelo excesso de recursos financeiros gastos com os batalhões de estrangeiros e a crescente oposição às políticas de D. Pedro I.

A falta de verbas para a colonização estrangeira é logo agravada pela eclosão da Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835-1845).

Koseritz, então diretor-geral da Administração Central das Colônias da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, registra em seu relatório de 1867, que São Leopoldo começa a desenvolver-se somente depois de 1846: a guerra civil entre 1835 e 1845 divide a população, e a colônia é por diversas vezes palco de batalhas que reduzem São Leopoldo a um *montão de ruínas*, obrigando seus habitantes, *reduzidos à miséria, a começar de novo a trabalhar*. Em 1854, a colônia é transformada em município, um dos mais prósperos da província, graças à sua proximidade com a capital, Porto Alegre, seu principal mercado e porto de exportação de seus produtos:

[...] quasi todos os arreios para o consumo do exército e dos campeiros da provincia, quasi todas as lanças, esporas, freios, etc., para a cavallaria, são fabricados em S. Leopoldo; e ahi que o arsenal se surte de couros. curtidos, de cartucheiras e de arriames; e d’ahi, que todos os mercados da provincia, os do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco, e até do Prata são fornecidos com feijão, milho, farinha, etc.; é d’ahi que vem todos esses generos e outros como banha, manteiga, ovos, animaes suinos, etc., para o consumo de Porto Alegre (RIO GRANDE DO SUL, 1867, p. 9).

A diversificação da produção colonial é extraordinária, pois ainda se desenvolve em São Leopoldo a fabricação de mel e cera, a cultura do lúpulo, além da fabricação de vinhos, tecidos de lã, linho e algodão.

É importante salientar que o Município de São Leopoldo compreende, nessa época, além do território da colônia de mesmo nome,

várias outras colônias alemãs, oficiais e particulares, como São José do Hortêncio (fundada em 1827), Feliz (1846), Mundo Novo (1846), Bom Princípio (1846), Caí (1848), Padre Eterno (1850) e outras. Em 1867, Koseritz estima que a população de descendência alemã, no Município, ultrapassava 25.000 pessoas.

O período regencial e a 2ª fase da colonização estrangeira

De 1831 a 1834 praticamente se anula a imigração estrangeira no Brasil, até que, neste último ano, um Ato Adicional, promulgado pela Regência Brasileira, transfere a competência em matéria de colonização às províncias, sem que estas tivessem recursos suficientes nem fossem definidas suas atribuições (BRASIL, 1891c).

Santa Catarina é a única província do Império que se sente estimulada pelo Ato Adicional a promover a colonização de seu território: em 1836, a província autoriza a fundação de duas colônias, nos vales dos rios Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim, uma delas sob a direção do governo provincial, e outra sob a responsabilidade de empresários da capital, que contam também com apoio oficial (SEYFERTH), 1974, p. 37-38). Estas iniciativas que começam a se difundir são sustadas por uma decisão do governo imperial, de 21 de julho de 1837, que informa ao presidente da Província de Santa Catarina que considera excesso de autoridade as distribuições de terras feitas aos colonos.

A partir daí, a colonização provincial cede seu lugar às iniciativas particulares e do governo central. De modo geral, durante todo o período regencial os resultados da imigração estrangeira foram muito pobres. Há um abandono oficial do assunto em função dos graves distúrbios políticos que marcam todo o período e ameaçam a própria integridade do Império.

Contudo, não se abandona a perspectiva da necessidade de promover a imigração para desenvolver, através da colonização, as regiões remotas do País e precaver a economia do estado diante da inevitável crise provocada, cedo ou tarde, pela suspensão definitiva do tráfico de escravos.

As vias para a promoção da colonização e imigração estrangeiras é que devem ser outras que não as que onerem ainda mais as já comprometidas finanças do Império. Ao que parece, durante a regência há

uma dupla política em relação à imigração. De um lado estimular as iniciativas particulares e a imigração espontânea de estrangeiros, de outro um esforço na criação de medidas que preparem e facilitem, no futuro, a retomada do processo de imigração/colonização. Com este espírito, em 1832, em 23 de outubro, é aprovada uma lei sobre naturalização de estrangeiros, que estabelece que podem se tornar cidadãos brasileiros todos os estrangeiros maiores de 21 anos e que residam no Brasil há pelo menos quatro anos (BRASIL, 1876, p. 116-119); o Decreto n. 291, de agosto de 1843, reduz para dois anos o tempo de residência no País para a obtenção da naturalização.

No Rio Grande do Sul, irrompe em 1835 a Revolução Farroupilha, que, devido às dificuldades impostas pela desorganização da Província, afasta a possibilidade de continuação do processo imigratório iniciado em 1824 até pelo menos o final de 1844.

Em 1848, a Lei Orçamentária n. 514, do governo geral, em seu art. 16, dita: “A cada huma das Provincias do Império ficão consedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu territorio, seis léguas em quadra de terras devolutas, as quaes serão exclusivamente destinadas a colonisação, e não poderão ser roteadas por braço escravo. Estas terras não poderão ser transferidas pelos colonos enquanto não estiverem effectivamente roteadas e aproveitadas, e reverterão ao dominio Provincial se dentro de cinco annos os colonos respectivos não tiverem cumprido esta condição” (BRASIL, 1849, p. 35-36).

Preocupa-se com a efetiva colonização dos lotes distribuídos e toma o cuidado de ressaltar que não podem ser usados escravos no aproveitamento dos mesmos. Passa às províncias a tarefa colonizadora que, apesar do Ato Adicional de 1834, permanecia como responsabilidade do governo geral.

Em 4 de dezembro de 1851, o governo provincial do Rio Grande do Sul promulga a Lei n. 229 (RIO GRANDE DO SUL, 1872), que dispunha sobre as terras devolutas tratadas na Lei de Orçamento n. 514 para a colonização, determinando que a distribuição das terras seja feita gratuitamente (art. 99) e estruturando a administração da empresa colonial na Província. Esta lei provincial contraria a Lei de Terras de 1850, ainda não regulamentada e, de certa forma, desobedece determinação do governo geral. Fora do mérito da questão, que não cabe aqui discutir, a verdade é que a Lei n. 229 se antecipa à Lei de Terras de 1850

cuja aplicação só foi realmente efetivada com a sua regulamentação em 1854 (BRASIL, 1854, p. 10-28).

A preparação da Lei de Terras já havia sido iniciada em 1838, quando são introduzidos na Câmara dos Deputados do Império brasileiro dois projetos que propõem apoio do governo geral à causa da imigração.

Quando vieram a debate pela primeira vez, em 1840, a Câmara logo resolveu que deveriam fazer parte de um projeto que autorizasse o governo a vender terras públicas, embora nenhum tivesse mencionado terras públicas ou devolutas. Da comissão encarregada da questão logo veio novo projeto, incorporando muito dos projetos de 1838. A influência destes projetos ainda se vê claramente no projeto adotado pela Câmara em 1843, o qual serviria de base para a versão final da lei, de 18 de setembro de 1850, que se elaboraria no Senado (GUIMARÃES, 1977, p. 133-134).

O projeto de 1843 encontrou extensa oposição da aristocracia latifundiária, temerosa em perder parcelas de suas propriedades, nem sempre licitamente adquiridas; e absolutamente contrária a toda medida tendente à formação de uma classe de pequenos proprietários, que com seu trabalho livre poderiam vir a plantar café e, assim, transformar-se em concorrentes da grande exploração cafeeira escravista.

Deste modo, a lei sobre terras devolutas só é aprovada depois de anos de lutas parlamentares e, não por acaso, quase ao mesmo tempo que a lei que extingue definitivamente o tráfico de escravos.

A própria morosidade com que se processa a sua regulamentação parece atestar os temores da aristocracia conservadora, diante da necessidade da realização do capitalismo no Brasil, que se faz contraditoriamente sobre o desenvolvimento, em outras partes do Império, da pequena produção agrícola que assume caráter complementar, em relação à grande produção agroexportadora, garantindo, em última análise, sua própria permanência (GUIMARÃES, 1977, p. 134).

Uma leitura dos debates parlamentares revela um conflito entre duas diferentes concepções de propriedade da terra e de política de terras e de trabalho – concepções estas que representam uma maneira moderna e outra tradicional de encarar o problema. A Lei n. 601 de 1850, no que diz respeito à demarcação, medição, venda e fixação do preço das terras devolutas, baseia-se quase que integralmente no siste-

ma adotado pelos Estados Unidos, o que não deixa de ter sentido, uma vez que a política de terras americana somada a incansáveis esforços pela atração de imigrantes europeus produz um fabuloso mercado de mão-de-obra (COSTA, 1985, p. 141).

O fato é que, com a promulgação da Lei de Terras de 1850, o governo cria um instrumento legal que define as formas de acesso à terra e uma política de colonização, desta feita voltada para a satisfação dos anseios de alguns setores da agricultura nacional, interessados (diante do novo quadro provocado pela lei de supressão do tráfico negreiro) na utilização da mão de obra imigrante.

A Lei n. 601, Lei de Terras de 1850, regulamentada em 1854, cria um aparato burocrático-administrativo para executá-la, a Repartição Geral das Terras Públicas e seus equivalentes provinciais. Garante, através da legitimação e do registro, as posses dos sesmeiros e posseiros já estabelecidos, manifestando neste aspecto a preocupação em pôr fim à ocupação extralegal do solo. Reserva terras devolutas para o assentamento de indígenas nas regiões onde eles existem; reserva também uma faixa de dez léguas de terras devolutas nas fronteiras do Brasil com outros países, para o estabelecimento de colônias militares.

A Lei de Terras era uma medida que procurava, por um lado, dificultar o livre acesso à terra e, por outro, obrigar os imigrantes que chegassem ao país a empregarem sua força de trabalho nas grandes lavouras. Criou no Brasil um mercado de trabalho separando proprietários de trabalhadores e estabelecendo como única alternativa para os últimos o trabalho e a poupança como forma, ainda que remota, de passar à condição de proprietários. Um propósito que se adaptava, perfeitamente, aos interesses dos grandes proprietários de São Paulo e Rio de Janeiro, então centros hegemônicos da economia brasileira, mas não aos interesses das províncias do Sul do Brasil, especialmente São Pedro do Rio Grande do Sul.

A legislação sobre colonização com imigrantes estrangeiros após a Proclamação da República em 1889

Este período foi marcado, fundamentalmente, por mudanças estruturais em toda a sociedade brasileira. Mudanças que começaram antes de 15 de novembro de 1889, dia da Proclamação da República,

e marcaram profundamente a vida do Sul do Brasil, especialmente do Rio Grande do Sul.

Com a Abolição da Escravatura em 1888, que ocorreu num período de euforia com a exportação de café, foi assegurada a integração do Brasil no mercado mundial e tornado possível o desenvolvimento da indústria, que logo passou a produzir impacto sobre o restante da economia nacional e mudanças na estrutura da sociedade brasileira.

Transformações nas bases da economia brasileira iniciaram nos últimos três decênios antes da Proclamação da República, com um período de expansão da lavoura cafeeira na Região Centro-Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, e de intensa atividade mercantil/financeira que produziu um surto de crescimento urbano-industrial. O Estado brasileiro, apoiado pelo capital externo, especialmente o inglês, estendeu a rede de instalações infraestruturais de apoio à economia agroexportadora (ferrovias, portos) e possibilitou o surgimento da indústria de bens de consumo não duráveis (alimentos e tecelagem) além de uma crescente expansão dos setores comerciais e de serviços.

Ainda que o Brasil se encontrasse conectado ao mercado capitalista internacional, através de laços comerciais desde a fase colonial, neste período promoveu-se a internalização do capitalismo no Brasil através de sua penetração na estrutura interna da sociedade brasileira.

A dinamização da sociedade brasileira neste período foi marcada, especialmente, pelo crescimento das cidades e pelas migrações. Entre 1872 e 1890, a população brasileira cresceu a uma taxa de 2,5% ao ano, enquanto que a população das cidades de 50.000 ou mais habitantes cresceu a 3,7 % e as de mais de 100.000 habitantes a 3,1%. Entre os anos de 1891 e 1900, portanto já na República, o crescimento médio global da população se manteve em 2,2%, enquanto que a população cresceu 6,8%, nas cidades com 50.000 ou mais habitantes e, 6,9%, nas cidades com mais de 100.000 habitantes (LOPES, 1972, p. 16).

Proclamado em 15 de novembro de 1889 o novo regime político-republicano tratou logo de promover algumas reformas, que afetaram a vida de milhares de imigrantes estrangeiros no Brasil, criando mecanismos para sua integração social e participação política na sociedade brasileira.

Logo após a Proclamação da República, uma série de atos regulamentou as questões relativas à imigração e à colonização. O Decreto

n. 528, de 28 de junho de 1890, regularizou o serviço de introdução e localização dos imigrantes, declarando a livre-entrada de indivíduos aptos para o trabalho, que não se achassem sujeitos à ação criminal, em seu país de origem, excetuados os “mendigos e indigentes” e pessoas provenientes da Ásia e África, que somente poderiam entrar com autorização do Congresso (BRASIL, 1896, p. 425). Cerca de um mês depois, o Decreto n. 603, de 26 de julho, regulamentou a Inspetoria-Geral das Terras e Colonização, ampliando sua estrutura.

A Constituição de 1891 passou o domínio das terras devolutas aos estados, cabendo à União apenas a porção do território destinada à defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais. Em 1892, a Lei n. 126-B, de 21 de novembro, autorizou a transferência do serviço de colonização para os estados. Quatro anos depois, a Inspetoria-Geral das Terras e Colonização foi extinta.

Com exceção de São Paulo, os estados tiveram dificuldades em dar prosseguimento à política imigratória em razão da falta de meios ou de infraestrutura adequada. Em 1907, o governo federal voltou a intervir nos serviços de imigração e colonização e criou a Diretoria-Geral do Serviço de Povoamento e a Diretoria do Serviço de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil no Estrangeiro, ambas subordinadas ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.

Finalmente, por ocasião da Primeira Guerra Mundial, a partir de 1914, exposições sociais e políticas nativistas passaram a se expressar de forma conflitiva e antagônica entre a economia pecuarista e a economia colonial, não deixando de se manifestar nos círculos governamentais, especialmente nos Estados do Sul do Brasil. Ações políticas levaram as primeiras expressões e efeitos de um nacionalismo fundamentalista, que ganhou maior expressão a partir do golpe civil militar de Getúlio Vargas, que assumiu de forma ditatorial o governo brasileiro, a partir de 1930.

Considerações finais

A colonização, com imigrantes estrangeiros, especialmente europeus, de um espaço geográfico marginalizado pela aristocracia gaúcha do início do século passado, ligada à pecuária e ao latifúndio, constituiu-se um referencial básico para que se compreenda a produção e a expansão do capitalismo no Rio Grande do Sul.

Ao estudar e refletir sobre os efeitos históricos concretos das legislações e práticas de colonização com imigrantes europeus no Sul do Brasil, no período de 1824 a 1918, pretendeu-se privilegiar este referencial, considerando-o como resultado dialético de dois processos diferentes, mas intimamente ligados: um processo de destruição, pelo capitalismo, de formas não capitalistas de produção, o qual atinge seu apogeu em toda a Europa Ocidental, durante o século XIX e, em especial, em países como Alemanha e Itália, na segunda metade desse mesmo século. Disso resultou intenso movimento emigratório de população, que não encontra colocação no mercado de trabalho e que, alijada, se vê condenada à miséria; no Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul, um processo de absorção de parte desse excedente populacional, em colônias divididas em pequenos lotes agrícolas, em que se instala a pequena produção familiar, não como reprodução de uma forma não capitalista de produção, mas como parte mesmo do próprio desenvolvimento do capital, como forma que alcança nexo, não em nível da produção imediata, mas em nível da circulação, em que a mais-valia do trabalho familiar é extraída.

A constituição da instância da circulação, do mercado, sofre a interferência direta do próprio governo imperial, através da Lei de Terras, de 1850, aplicada a partir de 1854, e do governo provincial com a Lei n. 304, de 1854, versão provincial da Lei de Terras que determina o pagamento dos lotes e dos auxílios recebidos pelos colonos. A legislação transforma os pequenos produtores de subsistência em produtores de mercadorias e cria, ao mesmo tempo, para o capital seu mercado interno. A família camponesa produz praticamente tudo do que necessita, dependendo apenas esporadicamente do mercado. A partir da aplicação da lei, que determina o pagamento do lote e dos auxílios recebidos, grande parte do esforço produtivo da unidade familiar precisa ser deslocado para a produção de mercadorias – produtos ou matérias-primas que encontram rápida e fácil realização no mercado –, desta forma, torna-se mais vantajoso (em termos de utilização do esforço produtivo dos membros da unidade familiar) deixar de produzir determinados itens destinados somente à subsistência e comprá-los no mercado. O pequeno produtor transforma-se, assim, em retroalimentador do processo que o transformou em produtor de mercadorias, porque consome mercadorias, mais do que isso, depende delas.

Referências

- BRASIL. **Collecção de leis do Brasil de 1808**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1891a.
- BRASIL. **Collecção de leis do Brasil de 1818**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1891b.
- BRASIL. **Collecção de leis do Brasil de 1834**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1891c.
- BRASIL. **Collecção de leis do Brasil de 1832**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876.
- BRASIL. **Collecção das leis do Império do Brasil de 1848**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1849.
- BRASIL. **Collecção das leis do Império do Brasil de 1854**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1854.
- BRASIL. **Leis da República do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (1962).
- CORTESÃO, Jaime. O território da Colônia do Sacramento e a formação dos Estados Platino, **Revista de História**, São Paulo: USP, ano v, n. 17, jan./mar. 1954, p. 135-165.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Unesp, 1985.
- CUNHA, Jorge Luiz da. **Rio Grande do Sul und die deutsche Kolonisation. Ein Beitrag zur Geschichte der deutsch-brasilianischen Auswanderung und der deutschen Siedlung in Südbrasilien zwischen 1824 und 1914**. Santa Cruz do Sul: Ed. da FISC, 1995.
- FELDNER, Wilhelm Christian Gotthelf v. **Reisen durch mehrere Provinzen Brasiliens; aus seinen nachgelassenen Papieren**. Liegniss: Buchdruckerei bei F. D'Oench, 1828.
- FERNANDES, Domingos José Marques. Descrição geográfica, etc. etc. etc., 1804. *In: A primeira história gaúcha, Pesquisas/História, Porto Alegre, v.15, ano 5, p. 42-45, 1961.*
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1985.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KOSERITZ, Karl von. **Relatório da Administração Central das Colônias da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Jornal do Comércio, 1867.

LEITMAN, Spencer L. O primeiro ciclo brasileiro do trigo e a Guerra dos Farrapos, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro: IHGB, v. 307, p. 59, abr./jun. 1975.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Desenvolvimento e mudança social**. São Paulo: FAU, 1972.

NICOULIN, Martin. **La genèse de Nova Friburgo**: emigration et colonisation suisse au Brésil 1817 – 1827. Fribourg, Suisse: Ed. Univ., 1973.

OBERACKER JUNIOR, Carlos Henrique. A colonização baseada no regime de pequena propriedade agrícola. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História geral da civilização brasileira**: o Brasil monárquico. São Paulo: Difel, 1967. v. 3.

ORTIZ, Ricardo M. **História econômica de la Argentina, 1850-1930**. Buenos Aires: Editorial Raigal, 1955. 2 v.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: USP, 1984.

RIO GRANDE DO SUL. Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. **Índice das leis promulgadas pela Assembleia Legislativa Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul desde o ano de 1835 até o de 1851**. Porto Alegre: Jornal do Comércio, 1872.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SEIFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim**. Porto Alegre: Movimento, 1974.

SCHÄFFER, Georg Anton von. **Brasilien als unabhängiges Reich in historischer, mercantilischer und politischer Beziehung**. Altona: Hammerich, 1824.

SCHMID, Albert. **Deutsches Söldnerschicksal in Brasilien. Die Fremdenbataillone des Kaisers Dom Pedro I. Ihre Revolte und ihre Auflösung**. Porto Alegre: Tip. Centro, 1951.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968.

TSCHUDI, Johann Jakob von. **Reisen durch Südamerika**. Leipzig: Brockhaus, 1868, Band 4.

Emigração italiana: as condições sociais da população italiana, a partir da unificação política no século XIX

Vania Beatriz Merlotti Herédia

O presente estudo tem como objetivo apresentar dados de como viviam os emigrantes italianos em algumas regiões da Itália, no período em que ocorre a unificação nacional. Tem como finalidade descrever um sucinto cenário das condições em que viviam os camponeses, a fim de identificar os principais motivos da emigração italiana para o Brasil. Dessa forma, o estudo foi dividido em duas etapas, sendo que a primeira trata do movimento político que promove a unificação italiana com o intuito de formar o Reino da Itália e a segunda analisar como vivia a população que constituiu aquele Reino, a partir da sua unificação.

É importante lembrar que de 1860-1870 a agricultura italiana apresentava uma fase de crescimento, quando é abalada “pela grande depressão internacional que tem o seu momento mais crítico na primeira metade dos anos 80” (NENCI, 1976, p. XVIII). A crise agrária que afeta a Itália por mais de dez anos só tem uma recuperação no final do século XIX, apesar de todas as medidas de intervenção que foram realizadas no período. Dessa forma, a segunda parte deste estudo recorre às Atas da “Inchiesta Agraria”,¹ pesquisa promovida pelo Parlamento em 1877, publicada pelo relator final Stefano Jacini em 1884. A importância dessa fonte é que a mesma descreve o contexto da época e as ações que o governo italiano promove, a partir da Unificação por meio

¹ A pesquisa “Inchiesta Agraria e sulle condizioni della classe agricola” foi publicada em 1884 pelo relator final Stefano Jacini, que foi o presidente da Junta que realizou a pesquisa. A pesquisa tinha como finalidade conhecer as condições da classe agrícola, a partir da constituição do Reino de Itália. Dessa forma, o território que estava reunido pela primeira vez sob o domínio do Rei Vitória Emanuel II precisava de informações sobre o território. Para a realização da pesquisa, o Reino foi dividido em regiões, tendo para cada uma delas um comissário que ficou encarregado de realizar a indagação naquela região. Stefano Jacini havia feito um estudo sobre as propriedades rurais na Lombardia, muito anos antes (1854) e tinha conhecimento, ao menos das propriedades fundiárias naquela região, o que facilitou a produção do Relatório Final da “Inchiesta Agraria”. O território italiano foi dividido em áreas assim classificadas: I Sicília (Damiani); II Lucania e Calabria (Branca); III Campania (De Siervo); IV Puglia, Abruzzi e Molise (Angeloni); V Lazio, Grossetano, Umbria e Marche (Nobili Vitelleschi); VI Emilia (Tanari); VII Piemonte (Meardi); VIII Liguria (Bertani); IX Toscana (Toscanelli); X Lombardia (Jacini); XI Veneto (Mopurgo); XII Sardegn (Salaris) Jacini, 1976, p. XV. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário-base e, segundo Nenci (1976), os comissários que coordenavam a pesquisa eram, na sua maioria, grandes proprietários de terra.

de pesquisa realizada pelos comissários escolhidos pelo Parlamento, a fim de conhecer a situação da economia rural e as condições da classe agrícola de todo o território. A proposta de realização da “Inchiesta Agraria”² havia nascido em 1869, do Ministro da Agricultura Marco Minghetti e, em dezembro de 1871, o deputado Agostinno Bertani apresenta a proposta na Câmara de Deputados, como um projeto de lei para “organizar uma ampla pesquisa em todo o território nacional, sobre as atuais condições das classes rurais e, em particular, dos agricultores” (PÉCOUT, 1999, p. 205). O projeto é aprovado apenas cinco anos mais tarde sob a presidência de Stefano Jacini, quando é definido o financiamento da pesquisa. O relatório das Atas da Inchiesta Agraria foi publicado e retrata a presença de várias “Itálias” que existiam naquele momento e de como funcionava o mundo rural.

Além dessa fonte principal, foram utilizados alguns estudos históricos cujas análises ajudam a compreender o processo emigratório, ocorrido a partir da segunda metade do século XIX. Os estudos de Emilio Franzina,³ Gilles Pécout, Giampiero Carocci ajudam a explicitar o tema desta análise. A questão agrária é um tema fundamental para entender o contexto da emigração italiana que, segundo Franzina (2006, p. 31), é “um problema não resolvido na vida econômica e social da Itália, e apresenta-a como uma constante do desenvolvimento que leva, necessariamente, à institucionalização dos fenômenos migratórios, uma vez que se baseia na subutilização da força de trabalho interna”. Franzina traz para a discussão a posição de Galasso, que atribui ao movimento migratório não apenas o problema econômico da Itália, mas a história da formação da economia capitalista e industrial no mundo contemporâneo. Este autor anuncia que

o movimento migratório italiano não [devia] ser considerado no estreito quadro nacional, também no que se referia às suas razões e às suas solicitações mais imediatas. Este [devia] ser, ao contrário, considerado um aspecto, e não dos menos impor-

² Segundo dados da “Inchiesta”, é possível identificar que muitos obstáculos do desenvolvimento agrícola, no primeiro período da unificação, foi atribuído à subordinação ao Império Austro-Hungaro que, segundo os estudos de Jacini, ainda em 1854 havia impedido “o pleno uso da capacidade econômica da Lombardia, sacrificada às necessidades do comércio austríaco, substituiu as necessidades de independência e unificação, que por sua vez subjugaram os interesses do mundo agrícola de toda a península” (NENCI, 1976, p. XXI).

³ A obra *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*, de Emilio Franzina, publicado pela Editora da Universidade de Campinas, é uma obra clássica sobre emigrantes italianos no Brasil. A primeira edição do texto foi feita pela Marsilio Editore, em 1976.

tantes, do processo de formação da grande economia capitalista e industrial no mundo contemporâneo; como um caso, e não dos menos interessantes, no quadro das relações entre cidade e campo, determinadas pelo advento de formas produtivas e comerciais superiores como são, justamente, as da indústria e do capitalismo contemporâneos” (GALASSO, 1975, p. 352-353 *apud* FRANZINA, 2006, p. 65).

Essa explicação dada por Galasso abre outra discussão que a pesquisa da *Inchiesta Agraria* aponta, que é a diferença de condições de vida nas cidades e no campo, mesmo considerando que o habitante de um ou do outro espaço eram, naquele momento, pertencentes à mesma nação. Nesse sentido, a identificação das condições dos camponeses, na época da unificação, evidencia as diferenças de estratos que a sociedade estabelecia, segundo a fonte oficial da *Inchiesta Agraria*. Essa fonte contribui para o entendimento da emigração italiana, antes da passagem do mundo rural para o industrial, e das condições que os emigrantes enfrentavam na sua pátria no momento da emigração.

Unificação italiana: formação do Reino d'Itália⁴

Antes do processo de unificação italiana,⁵ a península itálica estava dividida em reinos, ducados e repúblicas. A divisão política das regiões geográficas estava assim constituída: o domínio austro-húngaro que incluía as regiões da Lombardia, do Trentino e da Venécia; o domínio da Casa de Sabóia, que abrangia parte da Lombardia, o Piemonte e a Ligúria; o domínio do Vaticano, que envolvia a Emília-Romanha e a existência de ducados que haviam se estabelecido como regiões autônomas.

⁴ A pesquisa referente ao contexto da Unificação italiana foi publicada, parcialmente, no livro *Hercules Galló: a vida de um empreendedor*, no ano de 2004. Entretanto, várias premissas presentes naquela publicação foram revistas e atualizadas.

⁵ “Em 1850, depois da revolução de 1848 e da primeira guerra de independência – a Itália é ainda aquela que foi delineada pelo Congresso de Viena de 1815: um conjunto de oito estados, fundados sobre o princípio patrimonial de legitimidade dinástica, marcada no Norte (Lombardo-Veneto) e ao Centro (ducados vassalos de Viena) pela presença da Áustria; em 1861, depois da segunda guerra de independência e da conquista do Reino das Duas Sicílias, o Reino da Itália é oficialmente proclamado” (PÉCOUT, 1999, p. 4). A capital no novo Reino é Torino, que era a ex-capital do Reino da Sardenha. Para complementar a obra da unificação ainda faltava Roma com o Lazio e o Vêneto. Em 1866, ocorreu a terceira guerra da independência, “que permite ao Reino de Itália conquistar o Vêneto, enquanto em 1870 Roma e o Lácio deixam de ser domínio temporal do Papa; em 1871, Roma é oficialmente proclamada capital da Itália e Vítório Emanuel II reina sobre a totalidade dos habitantes da península, com exceção dos trentinos e do Alto Ádige, que permanecem com os austríacos” (PÉCOUT, 1999, p. 5).

O domínio da Áustria sobre a Itália foi decorrente da ação do Congresso de Viena. Após a queda do Império de Napoleão, as potências europeias resolveram refazer o mapa político da Europa, a fim de conter as ideias liberais difundidas por Napoleão. Participaram dessa reunião: Rússia, Áustria, Inglaterra e Prússia. O Congresso de Viena ocorreu em 1814 e dele surgiu uma nova organização política internacional, que se chamou Santa Aliança. O mapa político da Europa foi modificado, e as nações envolvidas buscaram garantir o equilíbrio rompido com as invasões napoleônicas e, ao mesmo tempo, dar legitimidade às dinastias reinantes na condição de readquirir os territórios que possuíam antes de 1789. Como consequência, a Áustria recebeu a Lombardia e Veneza, tendo supremacia política sobre a Itália.

Havia três tendências que propunham a unificação italiana: os monarquistas constitucionais, que pregavam um Estado Nacional Unitário, regido pela Casa de Sabóia, com ideais sustentados por Cesare Balbo, Máximo D'Azeglio; os republicanos que buscavam o ideário da República Democrática e que se inspiravam em Giuseppe Mazzini e Giuseppe Garibaldi, e os neoguelfistas, que apregoavam uma confederação de Estados, dirigidos pelo Papa, inspirados em Gioberti.

Essas tendências não tinham uma coesão em torno da Unificação. As diferenças existentes entre essas tendências marcaram lutas distintas. Mazzini defendia a unificação, o princípio de nacionalidade e a necessidade de república. O centro de seu pensamento era a unificação, mas integrada pela concepção de uma unidade patriótica e territorial. Balbo partia das ideias de Gioberti, no que dizia respeito à formação de uma confederação de estados, porém ele não acreditava na possibilidade de uma unificação da nação feita de forma espontânea.

Após os movimentos nacionalistas de 1848 na Europa, ficou evidente que a unificação poderia se concretizar e que era necessário um auxílio externo com fins de neutralizar o poder da Áustria, que era um dos obstáculos à unificação. Há um enfraquecimento dessas tendências, quando o Papa Pio IX recusa-se a participar do movimento de unificação, e muitos líderes defensores da república foram presos, mortos ou exilados.

Em 1848, o Rei Carlos Alberto, do Piemonte-Sardenha, tentou pela primeira vez a Unificação. Seu lema era *Italia farà da se*. Com a Revolta do Piemonte contra os austríacos começa o movimento em busca da Unificação Italiana. A região do Piemonte, que se caracterizava como o

centro das lutas de liberação, havia vencido o Império Austro-Húngaro, o que representou a conquista da Lombardia e, ao mesmo tempo, a participação tanto da Toscana como da Emília-Romanha na luta pela unidade italiana. De acordo com Pécout (1999, p. 5), a unificação “territorial e militar não termina antes de 1870; a unificação administrativa e política parte de 1861”.

O *Risorgimento* foi um movimento que promoveu o sentimento nacional na forma de uma construção de um Estado unitário, por meio da diplomacia e das forças militares. O *Risorgimento* significava a “ressurreição do espírito italiano que restauraria a nação na posição de domínio glorioso, que havia desfrutado na antiguidade e durante a Renascença”.⁶

A Itália do Risorgimento foi uma Itália diferente daquela do Renascimento. Segundo Smith, foi com “a intervenção napoleônica na Itália, entre 1786 e 1814, que as várias regiões da península foram reconduzidas ao seio da corrente principal da história política da Europa”.⁷ A intervenção napoleônica carrega o germe do liberalismo e parte da população se convence dos novos métodos de administrar. Essas alterações afetaram as barreiras alfandegárias, o sistema de medidas antigo e começaram a constituir a ideia de um sistema de poder centralizado. A existência de tarifas alfandegárias diversas com moedas próprias e sistemas de medir distintos eram desvantagens que enfrentavam tanto os comerciantes quanto os industriais e os donos de terras. Afinal ter representantes na defesa dos seus interesses, em um governo central, poderia lhes ser favorável. Havia também a crença, por parte de alguns economistas, de que o mediterrâneo poderia reconquistar a posição principal do comércio mundial. Cavour acreditava que, com a abertura do Canal de Suez, a Itália se beneficiaria e poderia usufruir vantagens que a localização geográfica lhe apresentava. Em 1869, quando o canal fica pronto, as vantagens previstas não aconteceram por outros motivos, como a ausência de carvão para o abastecimento dos navios e o não consolidado fluxo comercial do Oriente.

O *Risorgimento* foi um movimento interno que tinha como objetivo introduzir a liberdade econômica, política e civil além de lutar contra a dominação estrangeira, criando um sentimento de que os italianos

⁶ BURNS, Edward McNall. *História da civilização ocidental*. 3. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1974. p. 734.

⁷ SMITH, Mack. Op. Cit. p. 11. *Storia d'Italia*. Bari: Laterza, 2000, p.11.

tinham a capacidade de governar-se, sem a interferência dos austríacos. Segundo Luzzatto,⁸ a unificação nacional acarretou um fato fundamental, a criação de um mercado nacional, de importância sem precedentes, para a estrutura produtiva italiana. Significava o término dos estados independentes, caracterizados pelas diferentes realidades regionais, que representavam a reorganização do território italiano. A construção desse mercado trouxe problemas de ordem econômica e financeira e refletiu a história de concessões e conflitos existentes entre grupos públicos e privados.

Com a unificação italiana os problemas econômicos agravaram-se. O processo de unificação não havia trazido consigo a solução de problemas que haviam nascido da decadência do Feudalismo e da instalação do sistema capitalista. A agricultura ainda estava estruturada em bases arcaicas, e não propiciava condições necessárias à população agrária, para enfrentar a crise instalada. A influência da unificação sobre a economia italiana não resolveu questões que a população acreditava que fossem solucionadas pela via política, como a diminuição do custo de vida, salários mais altos e redução das taxas alfandegárias. A Itália convivia com regiões desenvolvidas e regiões atrasadas, e as contradições desses dois modelos eram evidentes para aqueles que não tinham o mínimo para viver.

Uma das conclusões da *Inchiesta Agraria*⁹ era de que os contratos agrícolas eram muito diversos. O que comprovava a premissa de que, no novo Reino, havia várias Itálias agrícolas e que as condições nas quais vivia a classe agrícola eram heterogêneas.

⁸ LUZZATTO, Gino, 1963, p.113. L'economia italiana dal 1861 al 1914. Studi economiche ricerche di storia econômica italiana nell'eta del risorgimento. Milano: Banca Commerciale Italiana, 1963, p.113.

⁹ Muitas críticas foram feitas sobre a *Inchiesta Agraria* e um dos “críticos mais benévolos Francesco Coletti, expressa que não era apenas uma identificação dos métodos e das ideias, mas com frequência também dos termos” (NE, 1976, p. XXII). Outra questão é a negação da questão social específica do campo, depois de ter tanto insistido sobre as variedades de Itálias agrícolas, identificava o geral desejo da parte dos trabalhadores de melhorar as próprias condições de vida e, depois “identificou o desejo geral dos trabalhadores de melhorar suas condições de vida, e então o reabsorveu em uma característica típica da sociedade moderna, ou seja, na insatisfação do próprio estado, na ânsia por satisfações cada vez maiores, destinadas a colidir primeiro ou mais tarde na insuficiência material dos meios para silenciá-lo” (1976, p. XXII).

Condições econômicas e sociais nas quais viviam os italianos a partir da Unificação italiana

Em 1871, a Itália estava dividida em 69 províncias, com uma superfície de 286.680 km² (PÉCOUT, 1999, p. 204). A Itália, a partir da Unificação, constituiu-se como uma monarquia constitucional, na qual o rei e o governo detinham o Poder Executivo e a Câmara dos Deputados e o Senado, o Poder Legislativo. Segundo o Estatuto de 1848,¹⁰ a Câmara e o Senado propunham as leis e deliberavam os financiamentos; os senadores eram designados pelo rei, enquanto que os deputados eram eleitos pelo sufrágio censitário, pelo período de quatro anos, no âmbito de uma votação uninominal.

Após a Unificação, somente os homens maiores de 25 anos podiam ser eleitores e detentores do título universitário, ou representantes de profissões liberais superiores, e aqueles que pagavam mais de 40 liras de impostos ao ano. Quanto à moeda, em julho de 1862, o Parlamento italiano votou a lei da unificação da moeda, apresentada pelo Ministro das Finanças Quintino Sella. A lira, que já era adotada desde 1806, no Reino Italiano, tornou-se a moeda oficial em substituição à lira piemontesa e toscana, do fiorim lombardo, do escudo romano e do ducado do reino das Duas Sicílias.

A Itália era um país de economia tipicamente agrícola, na qual uma grande parte da população vivia dessa atividade. À medida que a crise agrária se instalou, apesar de todos os indícios evidentes da necessidade de mudanças antes da própria crise, a população agrícola pagou o preço das políticas estabelecidas até aquela data. De acordo com Carozzi, a crise agrária é consequência da “unificação do mercado mundial”, e o cerne da crise agrária tem a ver com o preço dos produtos no mercado internacional.¹¹

O conhecimento das condições geográficas explica os diversos motivos de atraso econômico e da emigração como solução para o enfrentamento desses problemas. Portanto, a Itália, em 1860, era um país superpovoado, e a Unificação modificou essa situação de forma lenta.

¹⁰ PÉCOUT, *op. cit.*, p. 212.

¹¹ Na Itália, a crise “primeiro atingiu os inquilinos, que foram imediatamente afetados pela queda dos preços, enquanto no início os aluguéis que eles tinham que pagar permaneceram fixos. Posteriormente, assim que os inquilinos conseguiram reduzir os aluguéis, a crise atingiu também os proprietários. Além disso, a crise, mais do que os grandes, atingiu os pequenos e médios proprietários e inquilinos, que dependiam em maior medida da evolução da situação econômica” (CAROCCI, 1998, p. 65).

Mesmo após a Unificação, os obstáculos à transformação dos métodos produtivos e a modernização das organizações industriais impediram que a Itália resolvesse os problemas decorrentes da crise agrária de forma própria. A economia dependia da situação internacional, e a unificação não resolvera os problemas que pretendia como nação. A população aumentava e a produção decaía.

A emigração era vista como um fato prevalentemente rural, dado que o operário ou “o braccianti” encontrava na emigração interna mais facilidade para conseguir trabalho, ao contrário do trabalhador agrícola que via diminuir sua possibilidade de sustento familiar. A emigração transoceânica era posta como uma solução economia de sobrevivência, que não encontrava na permanência na pátria. É importante ressaltar que, segundo a Direção Geral de Estatística, o emigrante era considerado “qualquer um que obtivesse o passaporte para ir ao exterior com objetivo de trabalho”¹² (MCMXXVI, p. XVIII).

Quem era a classe agrícola?

Nas Atas da *Inchiesta Agraria*, são apresentadas três versões que representam posições de escritores de escolas distintas, que explicam a crise agrária italiana, ocorrida no século XIX, cada qual com argumentos próprios. A primeira, que admite a existência de problemas agrários pelo fato de escolas creditarem que a crise é resultado da ausência de técnicas de cultivo (natureza agrônômica). A justificativa dada é que “a grande dificuldade da Itália agrícola reside na escassa produção do solo, da qual os proprietários de terras¹³ e os camponeses são igualmente vítimas” (JACINI, 1976, p. 41). Julgam que os modelos adotados são atrasados e não são regidos pela ciência moderna. A segunda versão sustenta-se na ausência de uma legislação que solucionasse o problema do trabalho na terra, e a terceira que refere-se aos protecionistas que acreditam que “proteger a produção agrária nacional, com obrigações de fronteiras, contra as importações externas, equivaleria a promover de

¹² Annuario Statistico dele emigrazione italiana dal 1876 al 1925 com notizie sull'emigrazione negli anni 1869-1875. A cura del Commissariato generale dell'Emigrazione. Roma, MCMXXVI, V).

¹³ “A Itália é um dos países da Europa onde a propriedade é mais subdividida, calculando-se o número de proprietários em quase 5 milhões, dos quais os tipos são o pequeno e o médio proprietário; nem mesmo capaz o primeiro de sustentar-se materialmente com a renda da sua terra, quando não sabe abrir uma outra fonte de renda complementar; e o segundo, se reduz apenas àquela renda possível de manter as aparências civis, porque são modestas” (1976, p. 44).

modo mais eficaz a riqueza agrícola da Itália e de assegurar um maior bem-estar a todas as classes rurais” (JACINI, 1976, p. 41).

Os contratos agrários italianos são provas de como a classe agrícola era dividida naquele período. Para aqueles que lidam com a terra, os contratos não eram ocasionais. Eram resultado

das condições locais, do clima, do terreno, do mercado, da vizinhança ou da distância de grandes e populosos centros, que sugerem, esta em vez daquela cultura; e cada cultura, de acordo com se requer maior ou menor diligência por parte do produtor para obter o produto desejado (JACINI, 1976, p. 46).

Dessa forma, é necessário explicitar como eram definidos os diversos contratos agrários para entender em que estrato se situavam os que trabalhavam na terra. As três formas típicas de contratos registrados na *Inchiesta Agraria*¹⁴ eram: parceria, arrendamento e os assalariados.

Por parceria, é entendido o contrato “pelo qual todos os produtos do fundo são repartidos em espécie pela metade, entre o proprietário e o agricultor, associados ao ato da produção agrícola” (JACINI, 1976, p. 48). Compreendiam o contrato de parceria como um grande obstáculo para especializar a produção, pois precisavam de investimentos, e o parceiro que arrendava a terra não tinha condições de assegurar tal empenho.

O arrendamento era classificado em dois tipos: o pequeno e o grande arrendatário. O primeiro era caracterizado como o “de pequena renda, assumida por um agricultor que trabalha na terra com seus próprios braços, como deseja e desfruta dos frutos, contra uma taxa anual paga ao proprietário em dinheiro ou em espécie” (JACINI, 1976, p. 52). O pequeno arrendatário não tinha recursos para investimentos o que dificultava a expansão da atividade. O grande arrendatário é “aquele que especula com “sua inteligência e o capital em exercício” (JACINI, 1976, p. 53).

A terceira forma citada é daqueles que trabalham pelo salário. A discussão sobre o salário versa em torno da definição de qual seria o salário-mínimo. Uma das dificuldades de estabelecer o salário seria avaliar as condições diversas que essa categoria enfrenta diante de tanta “variabilidade de oferta e de concorrência que pode a máquina

¹⁴ Os contratos agrários encontram-se descritos no quarto capítulo do *Relatório Jacini*, 1976. São descritos como “as três formas típicas de contratos agrários italianos” (JACINI, 1976, p. 48).

realizar aquele tipo de trabalho, que exige menos inteligência de quem o presta?” (JACINI, 1976, p. 54).

No Relatório da *Inchiesta Agraria*, “o camponês não pode ser concebido fora da agricultura e de suas necessidades. Além disso, ele é um homem como qualquer outro, e deve ser considerado como tal” (JACINI, 1976, p. 55). O que essa concepção representava? Se a agricultura tiver resultados mais produtivos, beneficia também a melhoria das condições de quem a produz. Registra que

não é por isso que pretendemos argumentar que toda a solução para o problema deva consistir em promover melhorias na produção e nada mais, confiar que a força das coisas fará o resto. Não, também há espaço para uma intervenção do Estado a favor das classes rurais e para uma intervenção adequada; precisamente porque camponês também é homem, é italiano (JACINI, 1976, p. 55).

Ao referir-se a Itália, a define como “um país que não existem castas rígidas e que não existem distinções de classe, [...] a lei não poderia intervir para substituir um equilíbrio natural entre a procura e a oferta, para regular os modos de prestação que um homem faz a outro” (JACINI, 1976, p. 56). Afirma que a livre concorrência

não impede quem está investido da cidadania italiana, seja o habitante da cidade ou do campo, rico ou pobre, de ter o direito de desfrutar às vantagens, e deva submeter-se aos encargos, da tutela que espera do Estado, de exercitar sua vida, sua saúde, sua segurança pessoal física, moral e contratual, de cada indivíduo que faça parte da Nação (JACINI, 1976, p. 56).

Apesar dessas afirmações acerca da tutela do Estado, nos registros da *Inchiesta Agraria* aparece a diferença entre aqueles que vivem nas cidades e a população que vive nos campos. Essa diferença é salientada na seguinte constatação: “E por verdade o princípio da tutela pública, o que vem aplicado em mil procedimentos diversos a vantagem das classes citadinas e que não tardarão a receber novos aperfeiçoamentos, no campo, ao contrário não tomam formas concretas” (JACINI, 1976, p. 56).

Para explicitar os contratos agrários, o relator descreve os dois tipos de agricultura que prevalecessem no território italiano. De um lado, a agricultura primitiva e, de outro, a agricultura intensiva. A agricultura primitiva é definida por “simples, patriarcal, extensiva, fechada em si mesma, abandonada às suas próprias forças, que tira da terra seu fruto

sem retribuir, de fato separada do pastoreio; uma agricultura que requer apenas dois fatores como necessários, vale dizer, o trabalho humano e a suscetibilidade inicial, no solo, para produzir” (JACINI, 1976, p. 80). Por agricultura intensiva, estabeleciam aquela que é “reduzida a verdadeira indústria que usufrui da terra sem prejudicar a produtividade, que também permeia o pastoreio em si e supõe, como igualmente necessário além dos dois fatores acima mencionados, também dois outros, que são a inteligência e o capital” (JACINI, 1976, p. 80). Uma explora a terra sem nada lhe retribuir e, a outra, não a prejudica, garante a produtividade e usa a “inteligência e o capital”.

Comentam que existem gradações entre esses dois tipos de agricultura e registram que “onde vive a população mais concentrada e, por conseguinte, faltam as condições normais em que se pode realizar a agricultura extensiva – o que, pelo menos, é o caso da Europa de hoje e, portanto, da Itália de hoje” (JACINI, 1976, p. 81).

Quem está bem não se move, segundo o provérbio, mas no mundo agrícola pode-se dizer que quem não está completamente mal de todo, sente repugnância ao se movimentar; ele não se move resolutamente, a menos que seja forçado e capaz de fazê-lo, o que, deve-se notar, o que nem sempre ocorre (JACINI, 1976, p. 81).

Nesse contexto, de um território que apresenta uma variedade de solos e de condições geográficas, Franzina quando analisa a emigração vêneta diferencia as províncias que constituem a região do Vêneto, por dois setores geográficos: aquelas províncias do primeiro setor, que são formadas por “faixas de planície não irrigadas, de colina, de alta colina e de montanha enquanto as do segundo setor compreendem a faixa da planície do rio Pó, já parcialmente atingida por obras de drenagem e de modernização hidráulica” (FRANZINA, 2006, p.136). A diferença dos terrenos e das condições que os mesmos ofereciam aos camponeses da época pode explicar as duas espécies de emigração: a temporária e a permanente.

Na temporária, a população, pelo menos a montanhosa, movida pela necessidade de, de alguma forma, é “suprir a falta de recursos que seu país de origem lhe oferece, se muda por alguns meses do ano para planícies em busca de trabalho agrícola ou em outro lugar, mesmo fora da Itália, e por vários anos, mas com o propósito de voltar” (JACINI, 1976, p.133). A segunda, a permanente, “não possui um caráter de

espontaneidade. Pode ser útil e necessária, mas o governo precisa assistí-la” (JACINI, 1976, p. 134). Nos últimos anos, não eram poucos os agentes de emigrantes, interessados em fornecê-los “aos empresários de transatlânticos regionais, porque faziam uma propaganda ativa, com magníficas promessas, entre as populações agrícolas de várias províncias da Itália” (JACINI, 1976, p.134).

Esses, naturalmente, deram preferência para aqueles que se encontravam em situação de maior dificuldade, por consequência das más colheitas. Muitos agricultores que ouviram essas sugestões, infelizmente, pagaram muito por sua credibilidade e foram dizimados pelo clima tropical do Brasil e de outros países igualmente insalubres. O desejo de emigração se espalhou tanto, que se estendeu também aos camponeses, relativamente ricos, que pelo menos tinham a vantagem de usar seus poucos recursos (bens), para poder, assim que se apercebessem da má-decisão e da falácia das promessas, voltar ao antigo lar (JACINI, 1976, p.134).

A emigração, em certos casos, é uma solução plausível de uma dificuldade social. Quando, sobre uma determinada superfície, um complexo de causas antigas e recentes teve o efeito de aglomerar uma população numericamente desproporcional aos recursos do país, é inevitável que uma parte dessa população se reduza à miséria. Tais recursos podem ser não somente agrícolas, mas também industriais e comerciais; podem importar dos países agrícolas as *commodities* produzidas em quantidades insuficientes nos locais.

Dois preconceitos no desempenho do progresso agrário na Itália aparecem no relatório final acerca da emigração. O primeiro, constituído por aqueles que refutavam a emigração como uma calamidade nacional, ancorada na concepção que privava a pátria dos braços de muito de seus filhos, “esquecendo-se que os cinco milhões de alemães espalhados em terras estrangeiras, em todas as partes do globo, tornaram-se os melhores clientes da indústria da mãe pátria a qual graças a eles pode se sustentar com honra” (JACINI, 1976, p.135). O segundo preconceito era aquele de “exagerar no respeito à liberdade individual, a ponto de negar ao Estado cada ingerência na escolha do destino e na forma de transferi-la aos seus cidadãos” (p.135).

Se todos os emigrantes fossem educados e suficientemente abastados, tal escrúpulo poderia ser entendido, mas quando em vez disso eles carecem de instrução e de educação, e são expulsos do país pela fome, esse escrúpulo degenera em um egoísmo

doutrinário imperdoável, sob a influência do qual se deu aquela deplorável emigração italiana para o Brasil, que mencionamos acima (JACINI, 1976, p. 135).

O relatório cita que a crise agrária foi promovida “por péssimas safras agrícolas devido às doenças do reino animal e do reino vegetal, que mataram os produtos dos quais a população do campo, dos quais os camponeses costumam dividir a metade. Riscos muito graves, sim, mas dependentes de causas externas, acidentais, de força maior, de natureza transitoria, de que não se pode acusar o organismo do trabalho agrícola, o que certamente não se agrava.

Muitas são as indicações das condições higiênico-sanitárias que, em diversas áreas, afetam a população. A epidemia do Cólera, que atinge partes da Itália não pode não ser considerada também como fator de expulsão. A *pelagra* é citada como uma doença que afeta uma parte da classe camponesa, apesar do relatório discutir essa condição de saúde que afetava um número considerável de camponeses, não dá fé às denúncias de médicos. Tanto *o cólera* como a *pelagra* refletem as condições higiênicas e alimentares das populações rurais, o que também dependia “das possibilidades de melhoramento material concedidas aos camponeses pelos contratos agrários” (FRANZINA, 2006, p.77).

Algumas considerações

A partir da publicação da *Inchiesta Agraria* é possível conhecer as várias *Itálias agrícolas* e o mundo rural que existe naquele período. A pesquisa ultrapassa a descrição de um país agrícola, com evidências de como se estabeleciam as relações entre a propriedade da terra, os contratos agrários, as condições das classes agrícolas, os meios de comunicação, as estruturas familiares e, segundo Pécout (1999, p. 205), “o problema da integração econômica e moral do campo”.

Nas atas da *Inchiesta Agraria* é evidente que a Itália passou por uma grave crise no setor agrícola, que afetou a economia da nação e que estimulou a grande emigração. Reconhecem que a Itália agrícola, em confronto com outros países, problemas que o país enfrentara na forma de como conduzia a agricultura.

Várias são as posições sobre a crise agrária. Uma delas é daqueles que justificam que o problema agrário resulta de um problema da agronomia. Argumentam que o grande problema da agricultura italiana reside na escassa produção do solo, “da qual são igualmente vítimas os

latifundiários e os camponeses”. Pouco se produz, eles estão repetindo, porque ficamos muito atrás no que diz respeito à ciência agrônômica moderna; ou seja, porque o Ministro da Agricultura não faz o que é necessário para difundir o ensino técnico agrícola e iniciar e estimular o melhoramento agrícola em todo o país” (JACINI, 1976, p. 41). Essa posição defende a multiplicação das escolas agrárias como solução.

Outros entendem que a solução seria uma legislação que defendesse o trabalho agrário. E, por último, há a posição dos protecionistas, que sustentam a concepção de que para proteger a produção agrícola nacional, “por meio de “taxas alfandegarias, contra a importação do Exterior, equivaleria promover de modo eficaz a riqueza agrícola da Itália e assegurar um maior bem-estar a todas as classes rurais” (JACINI, 1976, p.41).

Identificam também que a Itália agrícola é afetada por três doenças que diminuem a produção agrícola (três principais produtos do solo italiano): o criptograma da videira que destrói a produção de vinho; a praga da borracha que envolve a produção de citriscos e a “pebrina” (epebrine di fiugello, que é uma doença endêmica do bicho da seda.

Um dos traços que marca a vida dos italianos é a experiência que tinham da emigração temporária ou periódica, o que fazia com que muitos buscassem trabalho fora de suas comunidades (dos próprios reinos ou ducados). Nas atas, no que se refere à população que vivia ao Norte da Itália, os registros indicam que a emigração periódica se dirigia em direção ao Império Austro-Húngaro, como também para a Alemanha, a Suíça e a França.

Apesar de proprietários, morreriam de fome se não recorressem à emigração temporária para as planícies, como trabalhadores adventícios, ou para as cidades, e mesmo no exterior, dedicando-se a diversos ofícios, para integrar aqueles meios de subsistência que a migalha de terra que possuem não pode fornecê-los, senão no máximo durante três ou quatro meses do ano (JACINI, 1976, p. 45).

Nos relatórios de cada região, é dito que não apenas os camponeses mais pobres migram, mas, principalmente, os pequenos proprietários e os que arrendavam a terra por disporem de recursos para se movimentar. A emigração temporária já era um fenômeno conhecido para estratos que precisavam de recursos monetários e buscavam trabalho fora do país de forma frequente. A emigração, à medida que se torna uma saída

para o problema agrícola, assume características já estudadas por vários pesquisadores italianos como Franzina, e que identificam como fuga, como êxodo plurifamiliar, marcado por comunidades inteiras que escolhem como destino a saída do país. Nas estatísticas oficiais, a população que migra provém, majoritariamente, do campo do que das cidades, não apenas agricultores, mas também operários.

Um aspecto importante que aparece é que não é o excesso de população que gera a emigração, mas são as “causas econômicas e sociais, como a má distribuição da propriedade e o baixo nível dos salários” (FRANZINA, 2006, p. 86).

Nos depoimentos, dos prefeitos das pequenas comunidades de onde partiram os emigrantes, que estão descritos na *Inchiesta Agraria*, os mesmos responderam que uma das causas da emigração era a busca de melhor sorte e a fuga da miséria, as demais causas, como má colheita, falta de trabalho e peso de impostos aparecem como secundários (FRANZINA, 2006, p.114-115). Dessa forma, o presente estudo recomenda a leitura da *Inchiesta Agraria* para compreender a emigração italiana, a partir daquele cenário.

Referências

- BURNS, Edward McNall. **História da civilização ocidental**. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1974.
- CAROCCHI, Giampiero. **Storia d'Italia: dall'unità ad oggi**. 6. ed. Milano: Feltrinelli, 1998.
- FRANZINA, Emilio. **La grande emigrazione**. Venezia: Marsilio, 1976.
- GALASSO, G. Mezzogiorno medievale e moderno. In: FRANZINA, Emilio. **A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. Campinas: Unicamp, 2006. p. 3522-3553.
- JACINI, Stefano. **I risultati della inchiesta agraria**. Torino: Einaudi, 1976.
- LUZZATTO, Gino. **L'economia italiana dal 1861 al 1914**. Milano: Banca Commerciale Italiana, 1963.
- MORPURGO, Emílio. **Saggi statistici ed economici sul Veneto**. Padova: Stab. Naz. di Prosperini, 1868.
- MORPURGO, Emílio. **Atti della giunta per l'inchiesta agraria e sulle condizioni delle classi agricole**: inchiesta Jacini. Roma: Forzani; Tipografia del Senato, 1882. v. 1, 4, 5, 6 e 15.

NENCI, Giacomina. Introduzione. *In*: JACINI, S. I risultati della inchiesta agraria (1884): relazione pubblicata negli atti della Giunta per la Inchiesta Agraria. 2. ed. Torino: Einaudi, 1976.

PÉCOUT, Gilles. **Il lungo Risorgimento**: la nascita dell' Italia contemporanea (1770-1922). Milano: Bruno Mondadori, 1999.

SERENI, Emilio. **Storia del paesaggio agrario italiano**. Bari: Laterza, 1972.

SERENI, Emilio. **La questione agraria nella rinascita nazionale italiana**. Torino: Einaudi, 1975.

SHANIN, Theodor. **Peasants and peasants societies**. Middlesex: Penguin Books, 1971.

SITTA, Pietro. Emigrazione e popolazione rurale in Italia. **L'Italia agricola alla fine del secolo XIX**. Roma: Unione Cooperative, 1901.

SMITH, Denis Mack. **Storia d'Italia dal 1861 al 1997**. Roma: Laterza, 1997.

Imigração e colonização alemãs no Rio Grande do Sul: levantamento historiográfico

René Ernani Gertz

Definição do objeto

Participei de vários eventos anteriores dedicados à imigração e à colonização italiana, e sempre tentei abordar temas que estabelecessem vínculos, comparações com a presença de alemães e descendentes (GERTZ, 1996, 2007, 2008, 2015). Tendo recebido novo convite para falar, aqui, a tarefa ficou um pouco dificultada, pois devo abordar, de forma específica, a historiografia. Resolvi concentrar-me na produção acadêmica, mas encontrei número relativamente reduzido de estudos que tratam de “alemães” e “italianos”. Isto me levou a optar por um enfoque unilateral. Abordarei apenas trabalhos que tratam das regiões de colonização alemã, no Rio Grande do Sul. O objetivo é indicar características, tendências, para que pesquisadores da imigração e colonização italianas – e outros – possam estabelecer comparações. No final do texto, alguns parágrafos serão dedicados aos escassos textos em que ambas as regiões ou ambos os grupos são referidos.

Em 2010, comecei a coordenar um projeto de iniciação científica, que visou ao levantamento de bibliografia sobre o processo de imigração e colonização alemãs no Rio Grande do Sul. Entrementes, a lista contém mais de 5.000 referências. Ela inclui livros, capítulos de livros, artigos de revistas, trabalhos acadêmicos (como dissertações de mestrado e teses de doutorado – excluídos trabalhos de conclusão de curso de graduação).¹

Diante da grande quantidade de registros, selecionei as dissertações e as teses defendidas durante a década passada (2010-2019), na pressuposição de que elas refletem os interesses de pesquisadores e de pesquisadoras profissionais que as confeccionaram e dos professores e das professoras que as orientaram. Claro, não posso reivindicar que meu arrolamento esteja completo; é possível que o número seja maior, mas tenho certeza de que é suficientemente significativo para encará-lo

¹ Considerando ser impossível apresentar a lista das teses e das dissertações, segue link no qual constam todas elas: <https://www.renegertz.com/16-outros-textos/167-teses-dissertacoes?highlight=WyJvdXRyb3MiLCJ0ZXh0b3MiLCJvdXRyb3MgdGV4dG9zII0=>

como amostra válida das tendências, no período indicado. São 58 teses e 154 dissertações, num total de 212 estudos.² Mesmo que eu seja historiador, a lista reúne trabalhos referentes àquilo que se pode classificar como Área de Humanidades, incluindo, eventualmente, trabalhos de áreas técnicas, quando abordam aspectos “humanos”.³

Tenho dúvidas se consegui lidar adequadamente com esta grande quantidade de material, na tentativa de descobrir tendências, focos temáticos, etc. Estou plenamente consciente de que fui tateando, e que o resultado não constitui nenhum texto antológico, antes uma tentativa limitada. A impressão final que eu mesmo tive foi a de que não consegui muito mais que amontoar uma série de parágrafos sobre cada um dos temas ou dos enfoques abordados, que penso ter visualizado.

Apresentação dos dados

Quadro 1: Distribuição da produção científica por área e subárea de conhecimento

História	63	História	63
Letras (Linguística/Literatura)	32	Letras (Linguística/Literatura)	32
Educação	26	Patrimônio Cultural	31
Patrimônio Cultural	25	Educação	28
Desenvolvimento Regional	15	Ciências Sociais	17
Teologia/Ciências da Religião	10	Teologia/Ciências da Religião	10
Geografia	8	Geografia	8
Ciências Sociais	8	Arquitetura/Urbanismo	6
Arquitetura/Urbanismo	6	Turismo	5
Turismo	5	Educação Física	4
Educação Física	4	Antropologia	3
Antropologia	3	Direito	2
Direito	2	Artes/Música/Comunicação	3
Enfermagem	2		
Artes/Música/Comunicação ⁴	3		

² Considerando que minha listagem não deve estar completa, pode-se partir do pressuposto de que, na década em questão, foram produzidas, em média, duas dissertações e/ou teses por mês sobre o processo de imigração/colonização com imigrantes alemães e descendentes.

³ Neste sentido, minha lista inclui, no mínimo, dois trabalhos da área de Enfermagem, cujo tema não é técnico, mas, sim, claramente “antropológico” ou “sociológico”, o suicídio.

⁴ Aqui, se trata de uma ocorrência em cada uma das três áreas.

Uma primeira preocupação foi a de definir a origem “departamental” dos estudos, dentro da estrutura universitária. O valor deste procedimento é relativo, pois há trabalhos de História que são claramente “sociológicos”, há trabalhos de Literatura e das Ciências Sociais com caráter “histórico”. A listagem abaixo apresenta os números. No lado esquerdo, está a quantificação pura e simples, mas, como a categoria “Desenvolvimento Regional” é muito fluida, e a totalidade dos temas efetivamente abordados se enquadra em uma das demais categorias, a rubrica foi dissolvida; da mesma forma, os dois trabalhos produzidos em cursos de pós-graduação em Enfermagem foram deslocados para “Ciências Sociais”, pelo simples fato de que o tema é claramente “sociológico”. Por isso, um quadro mais fiel da distribuição das pesquisas está no lado direito da lista.

Uma primeira observação refere-se à expectativa pessoal “frustrada”, pelo fato de a Antropologia comparecer com apenas três entradas, quando vários estudiosos identificados como antropólogos foram pioneiros, clássicos sobre o tema *imigração e colonização*.⁵

A lista é “objetiva”, pois definida pelos dados constantes nos próprios trabalhos acadêmicos, referindo-se aos “departamentos” em que foram apresentados e defendidos, dentro das universidades. Mas o interesse maior, aqui, não é por esta classificação formal. Num sentido mais “subjetivo”, importa descobrir temas preferenciais, enfoques, conclusões, etc. Com esta finalidade, foi criada uma nova listagem, em que as categorias não estão todas no mesmo nível nem a classificação de determinada tese ou dissertação se dará, necessariamente, por apenas uma delas. Para exemplificar, um estudo pode estar classificado na categoria “Literatura”, mas também na de “Economia” e de “gênero”, pois se dedica à análise de um romance cuja personagem central é uma mulher-empresária. Com isto, o número total de referências (212) deixa de ser relevante – passando a ser maior.⁶

Deve-se destacar, com muita ênfase, que, nas referências a serem feitas a estas novas categorias, o objetivo não é fazer uma resenha dos trabalhos, sobretudo uma resenha “crítica”, no sentido de avaliar a importância, a qualidade ou a correção dos textos. Opiniões pessoais

⁵ Egon Schaden, Emilio Willems, Giralda Seyferth, Manuel Diégues Júnior, Thales de Azevedo.

⁶ Como se vê na nova lista, os 212 estudos foram classificados 256 vezes, dentro das 16 categorias criadas.

poderão transparecer, mas não devem ser vistas como objetivo central visado.

Repassando trabalho a trabalho, acabei criando, de forma mais ou menos intuitiva, 16 categorias. O caráter intuitivo – eventualmente, arbitrário – pode ser exemplificado pela categoria “sul”. Com uma dedicação de mais de 40 anos ao estudo do assunto em foco, não havia como não constatar que o processo de imigração e colonização no sudeste do estado, abrangendo, em especial, o espaço geográfico em torno de Canguçu, Pelotas, São Lourenço do Sul e de alguns outros municípios menores, era pouco conhecido pelo público em geral, e mesmo a bibliografia a respeito era escassa. Para destacar a quantidade de trabalhos dedicados ao tema na última década, pareceu válido contabilizá-los numa rubrica própria. O número absoluto indicou para 22 ocorrências, representando mais de 10% do total, índice não desprezível. Deste total de 22, 10 trabalhos se dedicam, de forma expressa, aos “pomeranos”, um grupo específico dentre os imigrantes e colonizadores “alemães” da região. Ainda que não se saibam as razões, o fato sugere que o volume de estudos não decorre apenas de fatores “objetivos”, no sentido de que a região tivesse adquirido maior importância socioeconômica, política ou demográfica, a qual se teria refletido no aparecimento de mais estudos sobre ela – antes, parece que fatores “subjetivos” levaram a uma tentativa de valorizá-la.

Quadro 2: Categorias localizadas na produção científica

Memória/Identidade	54	Política	26
Educação	22	“Sul”	22
Língua	20	“Outros”	18
Dinâmica social	17	Turismo	16
Personagens	16	Literatura	11
Associativismo	10	Artes	8
Economia	5	Gênero	4
Meio ambiente	4	Imprensa	3

Começando pela categoria “memória/identidade”, cabe repetir que chamou a atenção o fato de que (de acordo com a primeira lista) apenas

três antropólogos profissionais dedicaram dissertações ou teses à imigração e colonização alemãs, no período considerado, mas, de fato, aspectos “antropológicos” constituem a categoria com o maior número de ocorrências, de forma que este papel foi exercido por estudiosos de outras áreas. Quase metade dos trabalhos listados nesta categoria tem como tema patrimônios culturais, materiais e imateriais. A abordagem de algum tipo de manifestação identitária expressa vem logo a seguir, mas deve-se destacar que apenas dois estudos (de uma mesma autora) abordam, nominalmente, a “germanidade”. No mínimo cinco são dedicados a museus. Festas típicas (com destaque para o *Oktoberfest*, em diferentes lugares do estado) e manifestações folclóricas também aparecem nesta rubrica.

Em segundo lugar, aparece a categoria “política”. Este é um tema que sofreu mudança palpável desde, aproximadamente, 1980 – e devo dizer, sem falsa modéstia, que participei deste processo. Até então, as regiões de colonização alemã eram vistas como *loci* de algo que se poderia chamar de “apolítica” ou mesmo “antipolítica”, quando até trabalhos que se apresentavam como resultantes de “pesquisa de campo” (e não simples “ensaios”) reproduziam o senso comum de que ali vigorava o mais absoluto abstencionismo, o total desinteresse pela vida política brasileira, descambando, eventualmente, até para ações atentatórias ao Estado brasileiro, em virtude de um apego messiânico ao país de origem. Nos últimos 40 anos, porém, ficou claro que não só fenômenos como nazismo e integralismo não podem ser explicados como produtos de “populações marginais”, mas que há evidências de profundo envolvimento com a vida política brasileira cotidiana no período imperial, na Revolução Federalista (1893-1895), na Primeira República, quando há aproximação ou equiparação às práticas coronelistas que vigoraram no Brasil em geral, e também no Rio Grande do Sul – seja com *nuances* em algum sentido específicas, seja com características que não se diferenciaram em nada daquelas do restante do estado e do País todo.

E esta tendência historiográfica “revisionista” ainda não terminou. Dos 26 trabalhos que podem ser classificados como dedicados a temas políticos, um terço refere-se a realidades políticas “normais”, cotidianas, como as citadas. Mesmo assim, é digno de nota o fato de que nada menos que metade do total das teses e dissertações desta rubrica ainda aborda temas que têm alguma relação com o contexto da Segunda Guerra Mundial – envolvendo nazismo (e seus supostos ou efetivos re-

flexos posteriores no “neonazismo”), nacionalização e temas afins. Isto sem esquecer que uma tese de doutorado defendida nos EUA dedica ao menos um capítulo a este processo (GOODMAN, 2015).

Dentro do processo de nacionalização, no entorno da Segunda Guerra Mundial, o romance *Um rio imita o Reno* de Vianna Moog exerceu papel não de todo desprezível, já que ninguém menos que Érico Veríssimo se teria envolvido em dar-lhe formato definitivo para potencializar seus efeitos; uma vez publicado, teve estrondoso sucesso de vendas, e a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul lhe atribuiu tal importância que comprou grande número de exemplares para doar às bibliotecas escolares. E este romance foi tema de, no mínimo, cinco trabalhos aqui arrolados. Isto mostra que, se a política “normal” ganhou espaço, o período excepcional e traumático do período do Estado Novo ainda desperta interesse considerável entre os pesquisadores.

Considerando que as “colônias alemãs” apresentaram, historicamente, níveis de alfabetização razoáveis, resultado de esforços de construção e de manutenção desde simples escolas rurais, onde um professor-colono ensinava escrita, leitura e matemática básica, até escolas secundárias de boa qualidade, algumas das quais sobrevivem até hoje, com qualidade reconhecida – sem considerar as posteriores “universidades comunitárias”, que, em parte, derivaram desta experiência –, não admira que o tema “educação” continue interessando a pesquisadores. Ela consta como terceira categoria mais frequente na lista.

Nas 22 ocorrências registradas neste levantamento, não é fácil agrupar conjuntos temáticos. É verdade que aspectos educacionais relacionados a organizações religiosas estão presentes em quatro casos, e um mesmo número aborda a questão da nacionalização, no período do Estado Novo; há ainda três casos em que cartilhas ou livros didáticos são analisados. Mas, no mais, há diversidade de assuntos e de perspectivas, que passam pelo fomento da “germanidade”, quando referentes ao passado, ou pela racialização, quando referentes ao presente, e vários outros aspectos.

Não se pode deixar de fazer referência a uma constatação algo surpreendente em relação a uma dissertação de mestrado e a duas teses de doutorado que, sob ângulos diferentes, se dedicam ao ensino de matemática, na “colônia alemã”. Numa área em que, certamente, poucos leitores esperariam deduções sobre aspectos “antropológicos”, sobretudo “críticos”, estes, de fato, são expressamente abordados. Não

se sabe se houve algum contato entre os autores, mas os três trabalhos foram concluídos entre 2015 e 2017, ainda que em instituições universitárias diferentes, localizadas na região metropolitana de Porto Alegre. Como em todo este texto não se trata de fazer uma *avaliação* dos estudos – neste caso, inclusive me faltam conhecimentos sobre que seja “etnomatemática”, por exemplo –, restrinjo-me a manifestar certo grau de surpresa, pois sempre imaginei que o ensino de matemática, mesmo nas escolas rudimentares do interior, deu contribuição importante para o domínio básico dos números – e que tudo isto teria a ver com o cotidiano dos colonos, para, eventualmente, não se deixarem enganar pelos comerciantes.

Mas uma dissertação de mestrado chegou a uma conclusão diferente. Cite-se uma frase do resumo: “É possível afirmar que os conteúdos aprendidos na escola eram concebidos como jogos de linguagem marcados pelo formalismo e abstração, que objetivavam ensinar o alfabeto, a leitura, a escrita, *decorar a tabuada* e, principalmente, estudar a bíblia”. Desta forma, o ensino recebido pelos entrevistados referidos na dissertação “não foi responsável pela geração dos saberes dos colonos, pois esses foram apreendidos de geração a geração e aprimorados pelos colonos de acordo com a necessidade de sua utilização, uma vez que os próprios colonos afirmam que na escola não aprenderam nada ‘sobre a roça’” (KROETZ, 2015, p. 8, 139, respectivamente).

Numa tese de doutorado também defendida em 2015, a passagem “problemática” apresenta outro viés. Ao contrário daquilo que se poderia esperar, eventualmente, de um livro didático de leitura, aqui a presença de racismo é apontada num livro didático de matemática. Deve-se destacar que não é o autor da tese que, a rigor, faz a denúncia, ele transcreve críticas da própria época (início dos anos 1930) (KUHN, 2015, p. 275).

Finalmente, uma tese de doutorado concluída em 2017 surpreende – ao menos ao leigo no assunto –, porque o senso comum imagina que se ensinava matemática nas escolas para instrumentalizar os colonos a sobreviver em meio aos desafios da vida cotidiana. Aqui, porém, se lê que “sobre a matemática escolar, constatou-se que para os familiares dos participantes da pesquisa era importante que seus filhos dominassem as regras e os jogos de linguagem da matemática escolar, para, com isso, ‘honrar’ sua descendência alemã e preservar o *Deutschtum* [a germanidade]. Também foi possível identificar dois rituais de mate-

mática escolar que operavam como forma de reforçar a manifestação da verdade de que os ‘alemães são superiores’” (JUNGES, 2017, p. 7).

Ao contrário daquilo que se lê na anteriormente citada dissertação sobre formalismo e abstração do ensino – incluindo o de matemática – na “colônia alemã”, denunciados pelos entrevistados daquele trabalho, aqui se diz que “apropriar-se dos jogos de linguagem da matemática escolar era valorizado tanto pela população quanto pelos familiares, conduzindo os escolares a considerar que saber matemática escolar era condição necessária para que fossem identificados como ‘bons alemães’” (JUNGES, 2017, p. 7). Claro, esta última frase também pode ser lida como autocrítica – e, neste sentido, não estaria em oposição às afirmações dos entrevistados anteriores.⁷

A rubrica “sul” não requer comentários mais amplos, cabendo registrar, apenas, que a distribuição das temáticas não difere, de forma acentuada, do restante do estado. Há motivos para reforçar a suspeita de que a própria quantidade de trabalhos dedicados a este espaço geográfico tenha a ver com um processo de conscientização e valorização da identidade regional – lembrando que, em 10 do total de 22 estudos, a palavra “pomerano” aparece nos títulos, forte indício de valorização desta identidade específica, inclusive para fins turísticos.

Mesmo que o senso comum indique que o uso da “língua” está regredindo, nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul, 20 estudos se dedicam, de forma expressa e integral, a este tema. É verdade que não se nota uma preocupação maior com a sobrevivência (ou não) do alemão-padrão (*Hochdeutsch*) – a quase totalidade dos trabalhos se dedica a dialetos, com destaque para o *Hunsrückisch*. Por isto, a atenção se volta, em especial, para populações rurais, procurando averiguar a situação, envolvendo o próprio ensino da língua nas escolas, e, sobretudo, os efeitos do uso de dialetos sobre o bilinguismo ainda existente, em alguma medida – aí incluídos reflexos sobre a convivência escolar cotidiana (PAUTZ, 2015).

A rubrica “outros” foi criada para listar aqueles trabalhos que se dedicam a algum aspecto envolvendo contato ou convivência com outros grupos, outras “etnias”. Neste conjunto, nota-se uma tendência clara, pois, dos 18 estudos nele classificados, 12 envolvem negros (alguns poucos casos incluem populações popularmente chamadas “caboclas”);

⁷ Repita-se: apesar de certo estranhamento sobre estas afirmações, não se está resenhando estes trabalhos.

apenas três casos tratam de relações com outros brancos, dois abordam a presença indígena, e um se dedica à convivência histórica tanto com brancos quanto com negros, em uma determinada localidade. Nos três casos em que é abordada a relação com outros brancos, a ênfase recai sobre conflitos decorrentes de preconceitos. Ainda que este aspecto não esteja ausente em parte das demais ocorrências, nem todas as dissertações e teses que tratam da relação com negros enfatizam este aspecto.

As 17 pesquisas classificadas como de “dinâmica social” poderiam ser classificadas também como de “história social”, ainda que algumas se refiram ao “tempo presente”. Trata-se, em grande parte, de estudos sobre a constituição e a realidade socioeconômica de comunidades rurais – com oito casos. Cinco tratam de dinâmicas urbanas; três abordam aspectos problemáticos, em contexto rural, como anomia, criminalidade, saúde. Apenas uma tese se propõe a fazer uma análise mais ampla (BRUM NETO, 2012), envolvendo não só regiões de colonização alemã, mas também italiana, motivo pelo qual será retomada mais adiante.

Em algum sentido coerente e previsível, o grande número de estudos dedicados ao binômio memória e identidade se reflete na instrumentalização de ambas para o desenvolvimento e a promoção do lazer sob uma perspectiva especificamente “alemã”. Assim, do total de 16 dissertações e/ou teses dedicadas ao “turismo”, nove tratam de forma direta de patrimônios naturais ou culturais, com potencial para atrair a curiosidade alheia. Sete se referem à culinária, mas isto não no sentido de garantir a sobrevivência física das populações, e sim no sentido de sua especificidade étnica – no fundo, também para atrair turistas.

“Personagens” de destaque é tema de, no mínimo, 16 trabalhos. Ainda que alguns sejam multifacetados – como Karl von Koseritz, que pode ser visto como político, como jornalista e sob vários outros ângulos, e é tema de três estudos –, cerca de um terço dos títulos são dedicados a políticos.⁸ Mas chama a atenção o fato de que artistas e pessoas que se destacaram em outras áreas tenham recebido atenção. Neste sentido, são dignas de registro duas dissertações e duas teses que se dedicam à obra do artista plástico Pedro Weingärtner. O conhecido padre “associativista” Theodor Amstad e os ecologistas Henrique Roessler e José Lutzenberger também estão na lista.

⁸ Guilherme Gaelzer Neto, Jacob Kroeff Neto, Karl von Koseritz, Lindolfo Collor, Siegfried Emanuel Heuser.

Em outro lugar, mostrei que até mais ou menos 50 anos atrás imigrantes alemães e descendentes não se destacavam pela produção literária – e aquilo que produziam é considerado de baixa qualidade – nem tiveram papel relevante como personagens na ficção de autores brasileiros de outras origens (GERTZ, 2017). Isto mudou, ao menos em parte, pois para 11 teses e/ou dissertações aqui computadas, a “literatura” constitui tema central. Como já destacado, praticamente na metade delas o assunto está relacionado com o tema “nacionalização”, durante o Estado Novo brasileiro, especificamente com o romance *Um rio imita o Reno* de Vianna Moog. Duas são dedicadas a conhecidos autores contemporâneos e sua abordagem de temas “coloniais” (Josué Guimarães e Luiz Antonio de Assis Brasil). A produção literária de Karl von Koseritz e de Arno Philipp aparece em duas (uma para cada um dos dois). Dois autores contemporâneos da Alemanha, que dedicaram obras ficcionais aos descendentes de imigrantes no Rio Grande do Sul estão numa dissertação. Uma sociedade de leitura, no interior do estado, é tema de outra dissertação.⁹

O “associativismo” certamente é uma característica que amplos setores do senso comum relacionam com a “colônia alemã”. O tema continua despertando interesse, com 10 estudos dedicados a ele. Digna de registro é a constatação de que metade deles se ocupa com o associativismo esportivo.

“Artes” – com cinco casos dedicados às artes plásticas e três à música – aparecem antes em função de estudos dedicados a personagens de destaque no respectivo campo de atividade que como fenômeno coletivo.

Podendo ser vistos como áreas que se localizam em pontos distantes entre si, num espectro temático, “economia” e “gênero” chamaram a atenção pelo número de ocorrências abaixo da expectativa. Tradicionalmente, a produção historiográfica (diletante e acadêmica) costumava apresentar a imigração e a colonização alemãs sob dois enfoques opostos – o socioeconômico e o político-cultural. O segundo quase sempre refletia preocupações com a suposta falta de “assimilação” das populações, com o “enquistamento” étnico, com problemas de “segurança nacional”. Mas aqueles autores que se dedicavam à contribuição material destas mesmas populações tendiam, de forma clara, a apresen-

⁹ Cabe referir que, num trabalho que aborda o romance *Um rio imita o Reno*, há espaço considerável dedicado a Lya Luft e a Charles Kiefer.

tar um quadro positivo, com destaque para transformações na estrutura fundiária do estado, no tipo de agropecuária praticado, no incremento do comércio, no desencadeamento do artesanato e de um processo de industrialização. Ainda que estes elementos estejam presentes, causa estranheza o reduzido número de trabalhos que abordam o tema.

De outra parte, ninguém pode negar que questões de “gênero” borbulharam em publicações, na última década, não só no Brasil, mas, no mínimo, em todo o mundo ocidental. Por este motivo, também em relação a este tema cabe registrar alguma estranheza, pois em apenas quatro estudos esta temática ocupa espaço digno de menção. Uma tese de doutorado trata do envolvimento feminino com trabalhos manuais; uma dissertação aborda a religiosidade entre mulheres-colonas; outra analisa personagens femininas em obras de ficção; e, finalmente, uma quarta estabelece uma relação entre gênero e suicídio.

Uma última observação refere-se às duas rubricas menos contempladas: “meio ambiente” e “imprensa”. Em relação à segunda, não há dúvida de que ela exerceu papel extremamente importante durante os cerca de 90 anos que vão de 1850 a 1940. Com a repressão que se verificou durante a Segunda Guerra Mundial, perdeu sua importância, e hoje em dia praticamente inexistente imprensa em língua alemã – situação que pode explicar o baixo interesse por sua história.

Como na questão de gênero, os debates em torno do meio ambiente ocuparam espaço muito grande nas últimas décadas, pelo mundo afora, incluindo no Brasil. Mas também aqui o número de estudos a respeito – quando se trata da “colônia alemã” – não sugere uma quantidade de ocorrências proporcional àquela do país como um todo. E os enfoques sugerem certo “equilíbrio” na avaliação do papel das populações de origem alemã, neste campo: enquanto, por um lado, se fazem acusações à sua responsabilidade pela destruição da natureza, no estado, há, porém, por outro lado, destaque à contribuição de personalidades oriundas desta mesma população, que foram responsáveis pelo surgimento de importantes movimentos ecologistas e de luta pela preservação do meio ambiente.

Teuto-brasileiros e ítalo-brasileiros

Após esta breve apresentação da produção acadêmica sobre imigração e colonização alemãs no Rio Grande do Sul, passo a referir alguns estudos que apresentam maior afinidade com este evento. Trata-se de

quatro dissertações e de três teses que envolvem tanto alemães e descendentes quanto italianos e descendentes. Ainda que também aqui não será feita uma análise, uma resenha, tomei a liberdade de ser um pouco mais “opinativo”, arriscando algumas observações eventualmente “críticas” – mesmo assim, sem qualquer pretensão de aprofundamento.

Esta interferência pessoal, subjetiva começa com a ordem em que os estudos serão apresentados – primeiramente, aqueles a que darei menor espaço, depois, aqueles em que investirei um pouco mais.¹⁰ Por este critério, no início está uma dissertação de mestrado da área de Linguística, elaborada por Aline Regina Horbach intitulada *A variação do ditongo nasal ão nas comunidades bilíngues de Panambi e Flores da Cunha, no Rio Grande do Sul*.

Está muito difundida, no senso comum, a opinião de que grande parte das populações descendentes dos dois fluxos migratórios em questão fala português com sotaque. A dissertação de Aline Horbach trabalha com metodologia e dados técnicos da sua área, a Linguística, pouco familiares a um leigo; além disso, seu recorte é limitado, pois se concentra no ditongo final (*ão – am*), como em “pão – *pon*”, “tiravam – *tiravon*”. Mesmo assim, nutri uma expectativa pessoal para saber se são os “alemãos” ou os “gringos” que falam com mais sotaque, neste estado. A autora não deu uma resposta clara, pois a pesquisa não teria indicado para uma tendência inequívoca, já que fatores não “étnicos” teriam tido interferência não desprezível nos índices apurados: “De modo geral, temos condições de reafirmar, através dos nossos dados, que a variação do ditongo final de vocábulo em comunidades bilíngues é uma regra variável no sistema, condicionada por fatores linguísticos e sociais, particularmente pela tonacidade do alvo e extensão do vocábulo e pela escolaridade, idade e sexo do informante”. Mesmo que, pouco adiante, a autora afirme que “o processo de variação do ditongo *ão* parece ocorrer de maneira diferente dentro das localidades italiana e alemã”, não há um detalhamento daquilo que isto significa, em termos concretos (HORBACH, 2012, p. 89 e 91, respectivamente).

Se coloco uma tese de doutorado de Cristiano Gehrke, sobre *Imagens e cotidiano de imigrantes alemães, franceses e italianos e seus descendentes na Serra dos Tapes: descrição e interpretação dos acer-*

¹⁰ Isto não significa, em absoluto, um julgamento sobre a importância e a qualidade dos trabalhos, dentro da sua área, nem uma hierarquização entre eles, no sentido de que os primeiros citados sejam inferiores àqueles que serão abordados lá no final. Trata-se, aqui, unicamente de uma avaliação específica para os objetivos gerais deste texto.

vos fotográficos do Museu da Imigração Pomerana, Museu da Colônia Maciel e Museu da Colônia Francesa em segundo lugar, isto não tem nada a ver com uma eventual avaliação de sua qualidade. Trata-se de um trabalho muito extenso, e baseado em impressionante quantidade de fontes.

Conforme indicado no título, o autor fez um estudo minucioso dos acervos fotográficos de três museus surgidos, não muito tempo atrás, no processo de autovalorização daquilo que chamei de “sul”, isto é, a região de Canguçu-Pelotas-São Lourenço do Sul. Os locais em que eles se localizam são uma “colônia alemã” (na verdade, “pomerana”), uma “colônia italiana” e uma “colônia francesa”. O autor utilizou este material para deduções sobre o cotidiano destas populações, no decorrer de sua história. Para isso, dividiu as fotografias em nove campos, que vão da arquitetura, passam pela educação, pelo lazer, pela religiosidade, para chegar ao transporte.

Como aqui interessa a comparação entre “alemães” e “italianos”, o autor informa que as diferenças entre eles “podem ser atribuídas principalmente às suas diferentes origens étnicas. Já as similaridades podem ser atribuídas a uma série de fatores, sendo que o principal seriam os contatos interétnicos ocasionados principalmente pela proximidade geográfica dos núcleos coloniais e também de sua inserção em uma ruralidade condicionada às características naturais da região e à inserção desta no desenvolvimento social, econômico e territorial brasileiro, próprio à região sul do Rio Grande do Sul” (GEHRKE, 2018, p. 579).

Na parte prática, porém, aparecem algumas dificuldades, pois a própria origem das fotografias é bastante diversificada. Num museu, elas podem ter-se originado de doações de grande número de moradores, de forma que representariam uma “média” do interesse da população ou, ao menos, dos fotógrafos; no outro, todas podem ter sido doadas por uma única família, não refletindo, portanto, de forma necessária, uma situação mais ou menos generalizada. Mas independentemente deste aspecto metodológico, a impressão geral é a de que as similitudes são maiores que as diferenças. A rigor, as diferenças são poucas. Aponto duas, para indicar sua direção.

Ao chamar a atenção para o fato de que, ao contrário dos museus “francês” e “italiano”, o museu “alemão” apresenta poucas fotografias sobre vida escolar, a explicação apresentada é a seguinte: “Ora, para os imigrantes alemães não era necessário que existissem fotografias de

escolas. Afinal, quase todos sabiam ler e escrever, e isso demonstrava que estes tinham frequentado uma instituição escolar, por mais precária que fosse. Já entre os imigrantes franceses e italianos, essa frequência nem sempre ocorria, e a fotografia surge então como uma forma de demonstrar um grau de importância que a educação não teve nestas comunidades” (GEHRKE, 2018, p. 590).

Nas mais raras fotografias sobre vida escolar dos “alemães”, até se poderia enxergar uma indicação de que tinham uma visão mais ampla em direção ao futuro que “franceses” e “italianos”, pois “uma pequena diferença constatada entre os registros das três instituições é que nas fotografias do Museu da Imigração Pomerana, geralmente ficava posicionado em frente aos alunos um quadro com uma inscrição. Nessa inscrição, constava o nome da escola, o nome do professor, a localidade onde o educandário estava localizado, bem como a data em que o registro foi produzido. De grande ajuda para pesquisadores, pois ali constam informações importantes, e que muitas vezes facilitam a identificação de personagens” (GEHRKE, 2018, p. 591).

O segundo exemplo refere-se a um tema folclórico sobre a suposta ou efetiva forma de lidar dos “alemães” com a nudez: “Banhos de rio ou de lagoa, aqui conhecidos como banhos de praia, eram outra prática de lazer bastante apreciada, que pode também ser uma forma de higiene, uma vez que, até meados do século XX, os chuveiros ainda não estavam difundidos na região e os banhos eram feitos em grandes tinas. Registros desta prática puderam ser encontrados apenas no Museu da Imigração Pomerana, e o aspecto que mais chamou a atenção é de que estes banhos aconteciam, independentemente de serem adultos ou crianças, com os envolvidos inteiramente nus” (GEHRKE, 2018, p. 596).

Abstraindo desses casos de diferenças entre os grupos, a tese, em seu conjunto, antes dá a impressão de uma predominância de similitudes, fato que permite deduzir que a importância do fator “etnia” é relativa, quando comparada com fator social “colono”.

Por ter alguma afinidade temática com a tese anterior, registro, em terceiro lugar, a dissertação de Elizandra Voigt sobre *Paisagem e diversidade cultural: as identidades culturais das distintas etnias em Santa Maria – RS*. Se na tese anterior havia uma “etnia” que não está no foco deste texto (“franceses”), aqui são mais de uma. Mesmo assim, a própria produção intelectual da autora sugere que atribui importância especial ao binômio: “alemães” e “italianos”, pois eles são

tematizados, de forma específica, em outras publicações assinadas por ela (VOIGT/BEZZI, 2011a, 2011b, 2016; VOIGT/ROSSO/BEZZI, 2012). Recorrendo ao conceito de geografia cultural, a autora traça um amplo quadro histórico da ocupação humana da região de Santa Maria, com índios/jesuítas, portugueses, negros, judeus e belgas – e aí no meio entram “alemães” e “italianos”.

O título do item em que a autora descreve a influência alemã em Santa Maria diz muito sobre o conteúdo: “os imigrantes alemães e a modernização do velho núcleo populacional luso-brasileiro” (VOIGT, 2013, p. 73-88). Os códigos culturais que marcariam a presença alemã local seriam arquitetura, oralidade, festas, música e religião. Recorrendo a um variado número de fontes históricas, a importância da presença alemã na configuração da área urbana de Santa Maria é desatada com ênfase. Desde a Revolução Farroupilha, alemães e descendentes teriam sido fundamentais para alavancar comércio, artesanato, indústria. Além disso, sua presença não teria sido pequena até no lazer, por exemplo. Ainda há destaque especial para a parcela luterana desta população, com o exercício de desobediência civil, que teria levado à construção do primeiro templo protestante com torre no Brasil e do repique dos primeiros sinos – coisa proibida durante o período imperial.

O título do item que trata dos “italianos” revela muito sobre a ênfase a ser dada a eles: “italianos e a modernização ultramontana”. Este grupo se caracterizou, ao menos nos primórdios, pela ocupação de espaços rurais – a Quarta Colônia, com sede em Silveira Martins –, mas seu profundo apego à religião teve influência bastante generalizada sobre toda a região. A intensa mobilização da “colônia italiana”, em torno da vida religiosa teria incluído a fundação de escolas de qualidade, fazendo com que “a modernização ultramontana [...] [oferecesse] a Santa Maria um novo rosto, mas, sobretudo através das escolas [...], uma nova sociedade passa a ser moldada, pois mesmo aqueles pais que não desejavam uma educação católica para seus filhos tiveram que aceitá-la, pela falta de opções” (VOIGT, 2013, p. 93).

Além deste aspecto basilar, a contribuição dos “italianos” em Santa Maria estaria presente na arquitetura, no lazer, na gastronomia e no associativismo, que tiveram reflexo no próprio centro urbano, já que, no decorrer do tempo, muitos deles migraram para lá, passando a exercer atividades típicas deste meio.

Mesmo que este trabalho analise a presença e a influência de sete “etnias” em Santa Maria, o próprio número de páginas dedicado a cada uma delas indica que a importância maior foi atribuída a “alemães” e a “italianos”, pois – abstraindo das passagens do texto em que são feitas considerações gerais – estes dois juntos ocupam o mesmo número de páginas que os cinco restantes somados. Além disso, como já aconteceu na tese anterior, as similitudes entre ambos recebem muito mais destaque que eventuais diferenças. Interessantemente, em ambos os casos, a vida religiosa é apresentada como fator de modernização, de “progresso”; mas também os demais campos de atividade citadas indicam para uma contribuição positiva.¹¹

Por tratar-se de um trabalho também defendido num curso de pós-graduação em Geografia – um ano antes da dissertação anterior – e por, igualmente, recorrer à concepção de códigos culturais, não se pode deixar de referir a tese de doutorado de Helena Brum Neto intitulada *Os territórios da imigração alemã e italiana do Rio Grande do Sul*. Em rigor, este trabalho se distingue do anterior apenas pela extensão, pela maior amplitude teórica e empírica, pois se propõe a abarcar o conjunto do estado, recorrendo a um enfoque muito semelhante, com os mesmos conceitos básicos.

Claro, por se tratar de um estudo num patamar acadêmico mais alto, a análise histórica é mais detalhada, com uma descrição minuciosa das transformações ocorridas ao longo do tempo. A escolha dos dois grupos é justificada por sua importância para o estado: “O interesse deste trabalho pela cultura alemã e italiana deve-se à expressividade desses povos no contexto da formação territorial rio-grandense, na qual estão implícitas as dimensões política, econômica e cultural. Desse modo, se for analisada a atual configuração do Rio Grande do Sul, identifica-se a influência organizacional do processo de imigração, que teve continuidade através dos seus descendentes, formando paisagens típicas, dotadas de significados simbólicos e materiais resultantes da reterritorialização” (BRUM NETO, 2012, p. 135).

Os códigos avaliados são, basicamente, os mesmos da dissertação recém-citada: arquitetura, religiosidade, língua, formas de produção econômica. Um aspecto mais desenvolvido que no caso sobre Santa

¹¹ Naquilo que tange à religiosidade, o protestantismo como orientação “progressista” não soa de todo estranho, mas, ao menos no senso comum “crítico”, atribuir este mesmo qualificativo ao ultramontanismo católico não é muito comum.

Maria são as transformações de longo prazo, eventualmente responsáveis pelo recuo ou até pelo desaparecimento de alguns códigos culturais, em certas regiões. Ao contrário daquilo que teria acontecido com os “alemães”, em Santa Maria, esta autora afirma que pretendeu “desmistificar e desconstruir algumas visões propagadas sobre os imigrantes. Primeiramente, é preciso que se pense em relação às diretrizes políticas que orientaram o processo de colonização. Houve um direcionamento para a localização e a estruturação dos territórios e, por conseguinte, os imigrantes não optaram pela área, pois ela já estava determinada. Em termos práticos, os agentes públicos e privados, responsáveis pela implantação das colônias é que definiram suas localizações, diferente do que comumente divulga-se, ou seja, o imigrante não ‘escolheu’ locais semelhantes (do ponto de vista natural) aos que viviam em seus territórios de origem” (BRUM NETO, 2012, p. 154).

Outro aspecto importante é que os códigos culturais: “alemão” e “italiano”, são inseridos num código cultural “gaúcho”: “Os territórios da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul integram a heterogeneidade cultural que formou o regionalismo sulino. Não se tem a pretensão de abordar a questão tradicionalista da cultura gaúcha, mas considera-se a relevância das etnias em estudo para sua composição, pois se trata de territórios múltiplos. Alguns descendentes se ‘consideram gaúchos em relação à totalidade nacional e alemão ou italiano no contexto cultural interno ao Rio Grande do Sul’” (BRUM NETO, 2012, p. 217).

Em resumo, também este estudo destaca a contribuição de “alemães” e “italianos” para a configuração do território sul-rio-grandense, apontando para algumas diferenças, mas valorizando, de fato, códigos culturais cujas diferenças são secundárias.

O quinto estudo que trata de “alemães” e “italianos”, a ser arrolado é uma “tradicional” história política. Os relativamente poucos comentários que lhe serão dedicados não devem ser vistos como indicadores de sua importância. Trata-se de um trabalho bem-embasado em fontes inéditas, com densas descrições sobre os episódios e das situações analisados. Insere-se numa série de dissertações e teses envolvendo o coronelismo nas regiões de colonização alemã e italiana, já existentes, abordando a situação no vale do rio Taquari – de forma específica Encantado, Estrela, Lajeado.

Mesmo que os dois grupos de que estamos tratando sejam referidos no título, o autor, em nenhum momento, se preocupou com uma comparação entre eles, ou algo semelhante – seu interesse se concentrou num território que inclui um município típico de colonização italiana (o primeiro), e dois que, na época, eram considerados típicos de colonização alemã, daí a referência aos dois grupos populacionais. Nada mais.

Em acordo com a historiografia política mais recente sobre o assunto, também aqui não há lugar para referências que apontavam para uma total anomia política, sobretudo nas regiões de colonização alemã (mas também italiana), com uma população completamente alheia à vida política brasileira, permitindo aos “coronéis” de origem lusa um domínio absoluto. Ao contrário – falando apenas do período republicano –, desde o início desta fase da história brasileira, os “colonos” se envolveram profundamente no jogo do Poder Político, transformando a história nos respectivos municípios num complexo processo de barganha, que foi responsável por um quadro de permanente instabilidade e preocupação para os representantes do oficialismo estadual.

Nesta linha, o autor escreve: “Com ideias de homogeneização da política borgista nas colônias e da própria ‘germanidade’ e ‘italianidade’, algo criado e disseminado por longos anos, sejam desmentidos pela historiografia atual, vale ressaltar que é percebida a fragmentação e divisão em grupos de todas as situações tratadas aqui. *E são justamente esses [re]ajustes constantes do meio colonial que geravam dores de cabeça aos coronéis da região, na busca da manutenção dos imigrantes e descendentes sob seus domínios e orientações*” (CADORE, 2016, p, 278, grifo acrescentado ao original).

Na mesma linha de estudos sobre outras regiões de colonização alemã e italiana, também no vale do rio Taquari, a década de 20, do século XX, trouxe mudanças mais profundas no quadro: obrigou os poderosos, do *status quo* estadual, a fazerem concessões, permitindo que atores políticos originários da e inseridos na região pudessem candidatar-se para os cargos de chefia nos Executivos e para os Legislativos municipais, sem que os coronéis “de fora” pudessem manipular estas escolhas.

Encerro esta breve apresentação com dois trabalhos do campo econômico, portanto de uma área mais material, mas que apresentam perspectivas dissimilares naquilo que tange à relação entre “espírito” e “matéria”.

A bibliografia envolvendo imigração e colonização alemãs e italianas, até aqui apresentada, aponta para uma clara valorização de variáveis culturais. Neste contexto, uma tese de doutorado de Glória Silvina Lia Fernández Molina, chamada *Um estudo comparado sobre o desenvolvimento industrial de Caxias do Sul e de Santa Cruz do Sul*, destoa do conjunto, por seu “materialismo”. Estudos sobre a evolução socioeconômica de Santa Cruz do Sul, nos primeiros 80 anos da colonização, indicam, de forma clara, que, apesar de tanto colonos luteranos quanto católicos terem partido de bases materiais praticamente iguais, no decorrer do tempo, comércio, artesanato e a incipiente industrialização, até 1930, foram liderados pelos primeiros, pelos luteranos (KRAUSE, 2002).

Isto sugere que a variável “ética protestante” poderia ter influído neste processo. De forma mais genérica, porém, poderia agregar-se ainda uma variável “ética germânica”, já que a população da região era, neste período, de origem essencialmente alemã. Esta hipótese, porém, esbarra na evidência empírica de que Caxias do Sul – além de originar-se de uma colonização mais tardia – não se caracteriza nem pela ética “protestante” nem pela “germânica”, mas, mesmo assim, apresenta um grau de industrialização superior ao de Santa Cruz do Sul.

É aí que entra o estudo em questão – nada de “éticas”, de características religiosas ou culturais, pois “elaboramos a tese com a hipótese de que as características técnico-produtivas das principais mercadorias de exportação e, em particular, suas exigências de insumos (a montante) e de processamento (a jusante), na própria região, poderiam explicar parcela não desprezível das divergências nas dinâmicas de desenvolvimento e industrialização de Caxias do Sul e de Santa Cruz do Sul” (MOLINA, 2010, p. 286).

“O nosso objetivo geral foi identificar o papel das opções técnico-produtivas originais de duas regiões de padrão de ocupação similar na determinação de suas trajetórias econômicas diferenciadas e crescentemente divergentes, e esse objetivo foi cumprido, já que foi analisado todo o caminho que levou à especialização do vinho e do fumo nos dois municípios, analisando, também, a imigração, a origem dos municípios, e as principais exportações no fim de século XIX” (MOLINA, 2010, p. 289).

Em resumo: a opção pelo fumo como principal produto na região de Santa Cruz teria levado a exigências mais rudimentares na produção

artesanal/industrial complementar, enquanto a produção de vinho teria levado à necessidade do surgimento de atividades e equipamentos complementares mais sofisticados, na região de Caxias do Sul.

Chegamos ao último estudo a ser referido. Trata-se de uma dissertação de mestrado escrita por Diogo Serafim Schmidt, envolvendo *Valores étnicos e empreendedorismo: um estudo sobre a mentalidade empreendedora de descendentes de alemães e de italianos no Rio Grande do Sul*. Como acontece muitas vezes em trabalhos acadêmicos, para um conhecedor, as primeiras 90 páginas não apresentam novidades substantivas, pois baseadas em bibliografia corrente. Mas as 40 páginas do último capítulo, mais as considerações finais, merecem ser lidas. Ali, o autor apresenta o resultado de sua pesquisa propriamente dita, analisando o conteúdo de 16 entrevistas, que fez com empreendedores de origem alemã e italiana, em várias regiões do estado.

Mesmo que o binômio etnicidade e empreendedorismo seja referido de modo impressionante, desde o início, e até se leia que “em alguns lugares essa relação [...] foi mais saliente, principalmente na cidade de Caxias do Sul”, pois “entre os empreendedores desta cidade [...] a relação foi mais exaltada”, no final do texto encontramos informações que a relativizam (SCHMIDT, 2015, p. 129).

“A maior evidência de que na maioria dos casos é a etnicidade *simbólica* que é ativada para explicar o empreendedorismo é a forma não espontânea como isso ocorreu nas entrevistas, ao contrário do que imaginávamos com base na entrevista exploratória. A vinculação somente aconteceu quando eles foram estimulados a discorrer sobre a relação entre etnia e empreendedorismo e, dessa maneira, ativa[ra]m essas lembranças e estados de conhecimento” (SCHMIDT, 2015, p. 130; grifo acrescentado ao original). “Ao contrário, a maioria dos interlocutores destaca o *rompimento* com algum padrão do grupo étnico como propulsor para empreender” (SCHMIDT, 2015, p. 132, grifo acrescentado ao original).

Ao longo do texto, não há tentativas de comparar os dois grupos, as referências são sempre ao conjunto. Em apenas duas passagens, há breves observações específicas, uma, ao falar da referida maior insistência na relação entre etnia e empreendedorismo em Caxias do Sul, e a outra, numa observação marginal de que, nas entrevistas, os “alemães” são vistos como mais racionais, enquanto os “italianos” se caracterizariam por uma maior passionalidade (SCHMIDT, 2015, p. 131). De

qualquer forma, este é mais um estudo, no qual fatores subjetivos estão no centro das preocupações.

Palavras finais

Pelo próprio formato deste texto, ele não se presta para grandes conclusões, já que se trata, em rigor, de um simples arrolamento de informações. Mesmo assim, pode-se arriscar o palpite de que nos trabalhos acadêmicos da última década sobre imigração e colonização alemãs, no Rio Grande do Sul – incluindo alguns estudos que também abordam os efeitos da imigração e da colonização italianas –, o fenômeno demográfico delas decorrente, com suas consequências econômicas, políticas, sociais, culturais resultou em uma tendência de menor preocupação com os três primeiros campos, enfatizando-se muito mais o quarto. Tendo em vista concepções que têm origem em ninguém menos que Max Weber sobre racionalização do mundo (ou o contraponto: desencantamento do mundo), com seus desdobramentos em secularização e em outros fenômenos na mesma linha, aliadas a constatações empíricas de que a língua como elemento indicador de uma subjetividade identitária, estão em recuo entre as populações em foco, não deixa de causar certa surpresa a constatação de que o interesse acadêmico pelas “colônias” alemã e italiana denota uma preocupação dominante justamente por fatores mais “subjetivos”, ainda que, em alguns casos, o interesse “material” de explorar esta “subjetividade” para atender a demandas de mercado (turismo, por exemplo) fique bastante evidente. De qualquer forma, se desde o século XIX uma das principais preocupações da bibliografia se voltava para coisas como “assimilação”, “aculturação”, estas estão concluídas, mas, mesmo assim, as duas “colônias” não desapareceram do mapa – e, insista-se, não se trata só do mapa que indica o nível de incidência de câncer de pele, por exemplo.

Referências

BRUM NETO, Helena. **Os territórios da imigração alemã e italiana do Rio Grande do Sul**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Unesp, Presidente Prudente, 2012.

CADORE, Marcos César. **O borgismo no Alto Taquari: uma análise das relações de poder coronelistas nas colônias alemãs e italianas (1903-1928)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

GEHRKE, Cristiano. **Imagens e cotidiano de imigrantes alemães, franceses e italianos e seus descendentes na Serra dos Tapes**: descrição e interpretação dos acervos fotográficos do Museu da Imigração Pomerana, Museu da Colônia Maciel e Museu da Colônia Francesa. 2018. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio) – Universidade Federal de Pelotas, 2018.

GERTZ, René E. A imigração italiana no Rio Grande do Sul na opinião de algumas lideranças alemãs. *In*: DE BONI, Luís A. (org.). **A presença italiana no Brasil** Porto Alegre/Torino: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1996. p. 126-132. v. III.

GERTZ, René E. Imigração e história. *In*: GIRON, Loraine Slomp; RADÚNZ, Roberto (org.). **Imigração e cultura**. Caxias do Sul: EDUCS, 2007. p. 73-86.

GERTZ, René E. Colônias mistas. *In*: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO: IMIGRAÇÃO E RELAÇÕES INTERÉTNICAS, 17., 2006, São Leopoldo. **Anais [...]**. São Leopoldo: OIKOS Editora, 2008. p. 519-530.

GERTZ, René E. “Gringos” e “alemãos” no Rio Grande do Sul. *In*: RADÚNZ, Roberto; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti (org.). **Imigração e sociedade**: fontes e acervos da imigração italiana no Brasil. Caxias do Sul: EDUCS, 2015. p. 206-231.

GERTZ, René E. Imigração, história, literatura: a Segunda Guerra Mundial no Rio Grande do Sul. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 152, p. 97-113, 2017.

GOODMAN, Glen S. **From “German danger” to German-Brazilian President**: immigration, ethnicity, and the making of Brazilian identities, 1924-1974. 2015. Tese (Doutorado em História) – **Emory University**, Atlanta, Estados Unidos, 2015.

HORBACH, Aline Regina. **A variação do ditongo nasal ão nas comunidades bilíngues de Panambi e Flores da Cunha, no Rio Grande do Sul**. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

JUNGES, Débora de Lima Velho. **Educação matemática e processos de subjetivação em formas de vida da imigração alemã no Rio Grande do Sul, na campanha de nacionalização**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

KRAUSE, Silvana. **Migrantes do tempo**: vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República Velha. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

KROETZ, Ketlin. **Etnomatemática e relações de poder**: uma análise das narrativas de colonos descendentes de alemães do vale do rio dos Sinos.

2015. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

KUHN, Malcus Cassiano. **O ensino da matemática nas escolas evangélicas luteranas do Rio Grande do Sul, durante a primeira metade do século XX.** 2015. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2015.

MOLINA, Glória Silvina Lia Fernández. **Um estudo comparado sobre o desenvolvimento industrial de Caxias do Sul e de Santa Cruz do Sul.** 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2010.

PAUTZ, Silvia. **Linguagem e preconceito: discutindo o bullying nas ambiências escolares da cidade de Panambi/RS.** 2015. Dissertação (Mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social) – Universidade de Cruz Alta, 2015.

SCHMIDT, Diogo Serafim. **Valores étnicos e empreendedorismo: um estudo sobre a mentalidade empreendedora de descendentes de alemães e de italianos no Rio Grande do Sul.** 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

VOIGT, Elizandra; BEZZI, Meri Lourdes. CD interativo sobre a cultura alemã e italiana no município de Santa Maria (RS): instrumento auxiliar na prática pedagógica de Geografia. **Geografia**, Londrina: UEL, v. 20, n. 1, p. 87-114, 2011a.

VOIGT, Elizandra; BEZZI, Meri Lourdes. Desenvolvimento e especificidades do espaço rural de Santa Maria/RS/Brasil: identidades culturais – alemã e italiana. *In: JORNADAS INTERDISCIPLINARIAS DE ESTUDIOS AGRARIOS Y AGROINDUSTRIALES*, Buenos Aires, 2011b. **Anais [...]**. Buenos Aires, 2011b.

VOIGT, Elizandra; ROSSO, Beatriz Deprá; BEZZI, Meri Lourdes. A contribuição da cultura alemã e italiana para o espaço rural de Santa Maria/RS/Brasil. *In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*, 21., 2012, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia, 2012.

VOIGT, Elizandra. **Paisagem e diversidade cultural: as identidades culturais das distintas etnias em Santa Maria, RS.** 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

VOIGT, Elizandra; BEZZI, Meri Lourdes. O imigrante alemão e o italiano no Rio Grande do Sul: os reflexos de sua inserção na organização do espaço rural de Santa Maria/RS. *In: BEZZI, Meri Lourdes; BRUM Neto, Helena (org.). Geografia agrária e transformações socioespaciais: enfoques teóricos, regionais e locais.* São Leopoldo: OIKOS Editora, 2016. p. 98-116.

Migrazioni e percezione: bilancio storico economico della migrazione internazionale e italiana con particolare riferimento al Brasile

Donatella Strangio

Introduzione

Il presente lavoro desidera affrontare, e fare un quadro sintetico, del dibattito teorico e le politiche relative al complesso fenomeno migratorio, con particolare riferimento al Brasile. Si tenterà di capire il contributo socio-economico dei migranti nel Paese di destinazione (come ad esempio di quelli italiani nelle province della Regione Rio Grande do Sul).

Come hanno affermato Herédia, Gonçalves e Mocellin (2011, pp. 9-11), la migrazione è un fenomeno complesso e ricco di sfaccettature che merita un approfondimento e una riflessione che coinvolge diversi ambiti scientifici sia quando ci si riferisce alla migrazione interna che a quella esterna (Singer, 1998, p. 29).

Quale fenomeno complesso, la migrazione si avvale, appunto, di un insieme di teorie, in particolare dal secondo dopoguerra, che focalizzano la loro attenzione ora sugli aspetti sociologici, storico economico, istituzionali e demografici.

Come bene ha sottolineato Withol de Wenden (2010), la cosiddetta globalizzazione della migrazione ha portato a importanti cambiamenti negli ultimi cinquant'anni, non solo nel numero di migranti nel mondo, ma anche in quello dei paesi di destinazione e di partenza protagonisti del fenomeno migratorio e della creazione di diverse tipologie di migranti.

La migrazione internazionale e quella italiana nel lungo periodo

Così alcune aree del mondo hanno costituito i maggiori poli di attrazione per i migranti nei secoli scorsi, America del Sud e del Nord, Europa, Australia e continuano a farlo ancora oggi. Tuttavia, le origini dei migranti che si recano in queste aree non sono le stesse degli ultimi

decenni. In Europa, ad esempio, in passato si è verificato un grande afflusso di migranti da ex colonie che oggi è stato sostituito da flussi provenienti dall'Europa dell'Est (Czaika e de Haas 2014) o anche aree regionali diverse, come il fenomeno che ha interessato una parte della regione di Rio Grande do Sul, in Brasile, per l'America Latina, in passato caratterizzata da una forte migrazione italiana, mentre, più di recente anche se per un breve periodo, interessata anche da una emigrazione africana, in particolare di senegalesi, tra il 2014-2015 come ha approfondito Tedesco (2015). Lo stesso vale per molte altre regioni del mondo. Possiamo quindi identificare un presunto paradosso della globalizzazione: la regionalizzazione della migrazione. La regionalizzazione non è altro che la creazione di sistemi migratori complessi costruiti attorno a una regione ben definita: all'interno di quella regione i flussi migratori sono favoriti dalla vicinanza geografica, culturale e linguistica, dai legami storici, dalle reti transnazionali di migranti e da uno spazio di circolazione formale o informale, regolato o meno da un sistema istituzionalizzato dei flussi (Massey et al. 1993; Withol de Wenden 2013, 15). Ciò significa che esistono numerosi sistemi di migrazione in tutto il mondo determinati dalle dipendenze storiche, dalla presenza reciproca e dalle complementarità: Nord America e Sud America, Europa, Africa mediterranea e subsahariana, Russia, Golfo Persico, Sud-est asiatico, Australia e Nuova Zelanda (Ambrosetti, Strangio 2016, p. 7).

L'idea dei sistemi di migrazione è stata originariamente sviluppata nel campo della migrazione internazionale da Mabogunje (1970, p.12), che li raffigura come sottosistemi formali e informali che operano per perpetuare e rafforzare la natura sistematica dei flussi internazionali incoraggiando la migrazione lungo determinati percorsi e scoraggiandola lungo altri (Ambrosetti, Strangio 2016, pp. 7 e 8). Il risultato finale è un insieme di scambi relativamente stabili che persiste nello spazio e nel tempo. Successivamente, una teoria dei sistemi di migrazione è stata concettualizzata da Massey et al. (1993, p. 435) per i quali, un sistema di migrazione internazionale includerebbe una regione di accoglienza centrale, che può essere un paese o un gruppo di paesi, e un insieme di paesi di partenza, specifici, ad esso collegati da flussi di immigrati insolitamente cospicui (Fawcett 1988 and Zlotnik 1992). La definizione di sistema migratorio è stata sviluppata da Massey et al. (1993, p. 454)

riguardo al rapporto tra Stati Uniti e Messico, da loro definito un sistema migratorio regionale, poi esteso ad altre parti del mondo.

Se utilizziamo una periodizzazione di lungo periodo del fenomeno migratorio internazionale, partendo in particolare dalla “diaspora” italiana (Gabaccia, 2000 e 2002, pp.215-232) della seconda metà dell’Ottocento, questo può essere, in generale, suddiviso in sei periodi storici che, in alcuni casi, coincidono, all’incirca, con quelli delle singole aree e regioni che si sono rese protagoniste nel corso del tempo. Negli ultimi decenni, ogni forma di migrazione, interna o internazionale, ha subito progressivamente cambiamenti sostanziali che la differenziano dal passato; le migrazioni internazionali hanno acquisito, inoltre, un carattere di ‘globalità’, come già sottolineato, diverso dalla prima globalizzazione della seconda metà dell’Ottocento coincidente con la fase di diffusione e di maturità del sistema capitalistico partito dalla Prima Rivoluzione Industriale inglese, sia dal punto di vista della consistenza, sia dal punto di vista della struttura demografica e sociale.

Il primo periodo, 1860-1940, parte dalla prima ondata di globalizzazione ottocentesca alimentata dal nuovo modo di produzione capitalistico che si stava diffondendo e che al suo interno, può essere ulteriormente suddivisa, in particolare riferendoci alla forte emigrazione italiana che ha caratterizzato questo periodo storico (Fauri 2015): a) la migrazione italiana, dal 1861 al 1876, è stata stimata in 1.8 milioni di persone, di cui 800 mila faranno ritorno in Italia (Sori 1979); b) il secondo sotto periodo, 1876-1914, definito periodo dell’emigrazione di massa, vide crescere i flussi in uscita di anno in anno e nei primi dieci anni riguardò l’Europa e dal 1886 le Americhe (dapprima quella del sud, come il Brasile e l’Argentina (Muchnik, 2015) e poi quella del nord); c) la prima guerra mondiale ridurrà i flussi migratori che riprenderanno con la fine del conflitto; ma le leggi restrittive negli USA e nell’America del sud, la grande depressione ed anche l’inizio del regime fascista ne ridurranno nuovamente il flusso; d) durante il periodo fascista, per la politica adottata dal regime e le sue velleità espansionistiche, continua, anche se promuove tra le possibili destinazioni autorizzate dal regime quelle considerate “interne”, come quella verso le colonie africane (che, nell’immaginario fascista, avrebbero avuto un ruolo importante nel futuro nell’accogliere quel *surplus* di manodopera abbondante rispetto a un mercato italiano del lavoro ristretto – Gallo, 2010, 2012, 2015a e 2015b); Fauri-Strangio, 2019); d) i primi anni Quaranta del Novecento,

prima del tragico epilogo della seconda guerra mondiale, videro un flusso consistente dirigersi verso la Germania (Gallo, 2012).

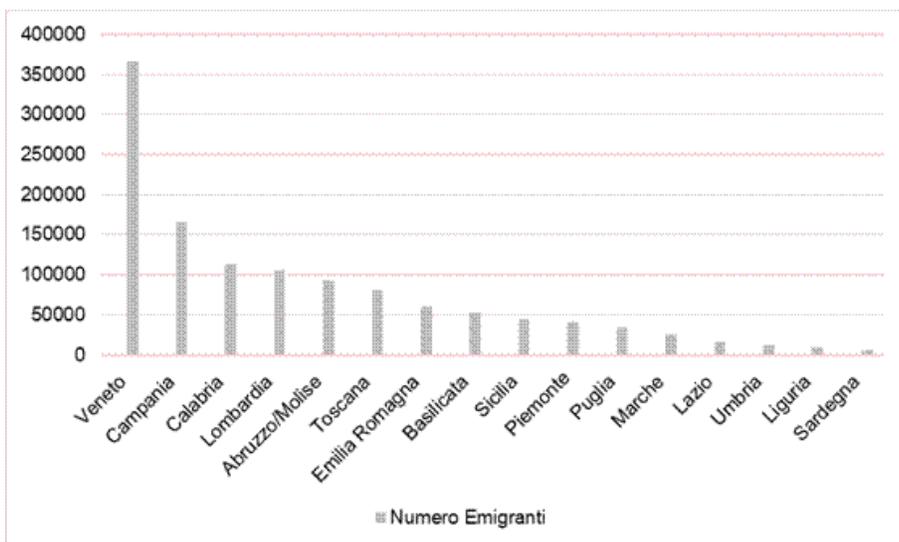
La tabella n. 1 evidenzia i luoghi principali di destinazione della emigrazione italiana tra il 1884 e il 1913 mentre il grafico n. 1, in particolare, evidenzia le regioni di provenienza degli emigranti italiani in Brasile.

Tabella n. 1 – Emigrazione italiana in percentuale per regioni verso i principali Paesi di destinazione, 1884-1913

Region	In %					
	Europe	Africa	Usa	America	Asia	Oceania
Piemonte	58,2	1,1	12,3	28,1	0,2	0,1
Liguria	17,7	1,5	25,8	54,7	0,1	0,1
Lombardia	66,7	0,6	7,2	24,5	0,1	0,9
Veneto	82,7	0,3	2,8	14,2	0,0	0,0
Emilia-Romagna	69,6	1,6	13,0	15,7	0,1	0,0
Toscana	60,7	2,3	18,2	18,6	0,1	0,1
Marche	32,8	0,5	20,5	46,0	0,0	0,0
Umbria	69,0	0,4	19,0	11,5	0,0	0,0
Lazio	13,7	1,2	70,3	14,5	0,2	0,0
Abruzzo	12,9	0,4	58,8	27,9	0,0	0,0
Campania	7,0	1,4	65,8	25,8	0,0	0,0
Puglia	14,7	2,6	58,8	23,5	0,3	0,1
Basilicata	4,9	0,5	55,2	39,4	0,0	0,1
Calabria	2,8	2,3	50,3	44,6	0,0	0,0
Sicilia	2,4	4,5	72,3	20,4	0,1	0,2
Sardegna	27,7	31,5	12,2	28,5	0,1	0,0
Totale	41,4	1,6	32,4	24,3	0,1	0,1

Fonte: Istat, MAIC, statistica dell'emigrazione italiana all'estero vari anni.

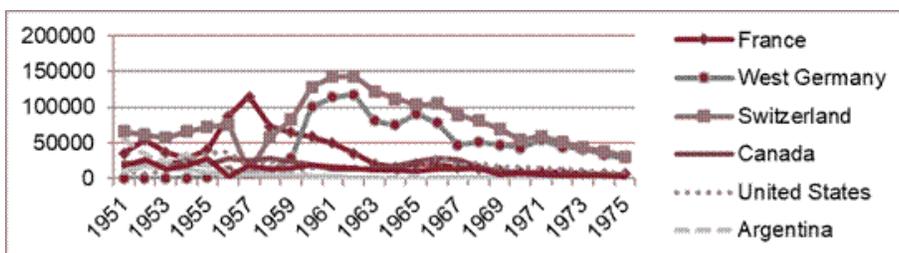
Grafico n. 1 – Emigrazione italiana in Brasile, secondo le regioni di provenienza, 1876-1920



Fonte: Brasil 500 anos de povoamento. IBGE. Rio de Janeiro. 2000.

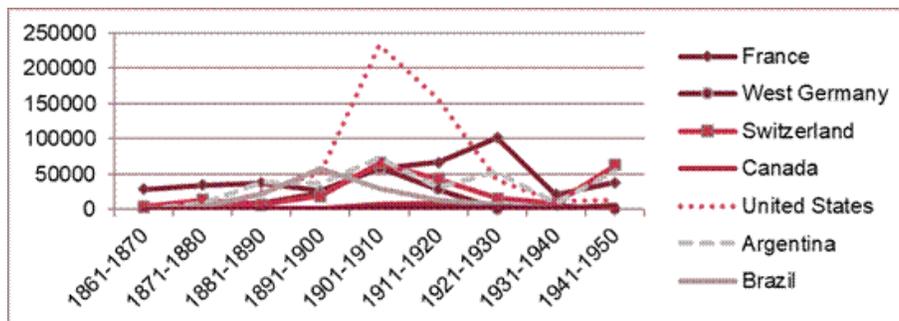
Il secondo periodo, 1948-1963, è stato caratterizzato, principalmente, dalla ricostruzione del dopoguerra nei paesi dell'Europa settentrionale e occidentale (cfr. grafici nn. 2,3 e 4) (De Haas, 2010 e Ambrosetti, Petrillo 2017, hanno fornito nei loro lavori una breve panoramica dei flussi migratori che hanno caratterizzato il Continente europeo dal 1945).

Grafico n. 2 Rimpatri migranti italiani 1950-1975



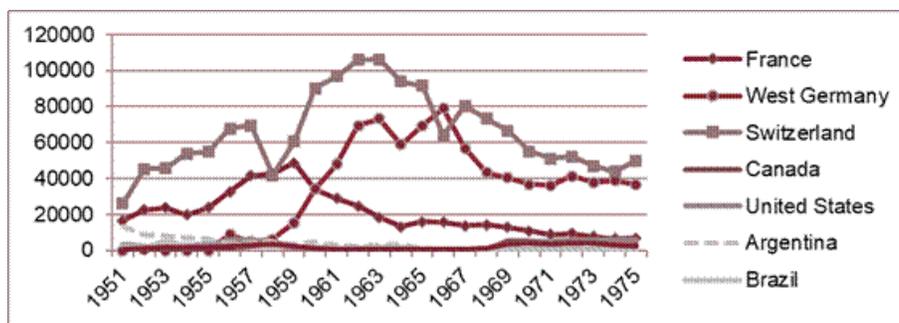
Fonte: Serie Storiche Istat, <http://seriestoriche.istat.it/>

Grafico n. 3 – Espatri migranti italiani 1861-1950



Fonte: Serie Storiche Istat, <http://seriestoriche.istat.it/>

Grafico 4 – Espatri migranti italiani 1951-1975



Fonte: Serie Storiche Istat, <http://seriestoriche.istat.it/>

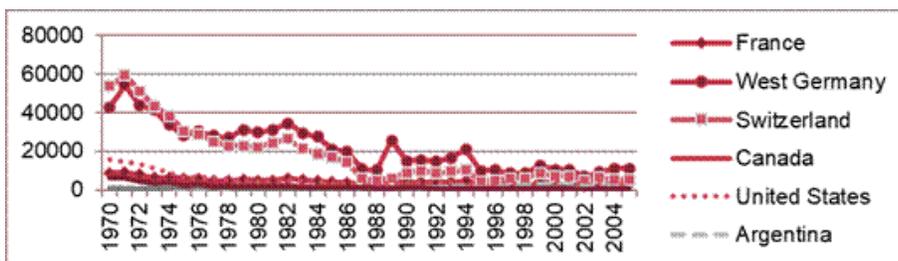
Il terzo periodo, 1963-1973, è stato caratterizzato da una ridotta mobilità dall'Europa sudorientale ai paesi dell'Europa occidentale e da un aumento delle migrazioni dai paesi della sponda meridionale e orientale del Mediterraneo verso Francia, Germania, Svizzera, Belgio e Austria.

Francia e Germania, in questa fase, sono i principali paesi di accoglienza in Europa: la Francia è caratterizzata da una forte presenza di migranti dal Maghreb, mentre la Germania da un forte aumento della presenza di migranti turchi che sostituiscono i migranti dai paesi del sud Europa, in particolare l'Italia.

Il quarto periodo, 1973-1995, è caratterizzato dalla crisi petrolifera del 1973 e da quella del 1978 che rappresentano un punto di inversione di tendenza per i flussi migratori internazionali e italiani (anche se

per l'Italia l'inversione di tendenza si stava già registrando a causa di due importanti eventi e cioè la tragedia delle miniere di Marcinelle in Belgio nel 1956 (Ricciardi, 2016) e il miracolo economico italiano che porterà il Paese ad uno sviluppo e una crescita economica rilevante) (cfr. grafico n. 5).

Grafico n. 5 – Espatri migranti italiani 1975-2005



Fonte: Serie Storiche Istat, <http://seriestoriche.istat.it/>.

Tali trasformazioni sono in gran parte influenzate dal processo di globalizzazione (Castles et al. 2014): tra le principali conseguenze di questo processo si deve annotare una crescita delle disuguaglianze all'interno dei gruppi regionali e tra le regioni. I paesi europei, che tradizionalmente ricevevano dai paesi di migrazione, adottano politiche migratorie restrittive sperando nel ritorno dei migranti nel loro paese di origine. Di conseguenza si verifica un cambiamento nella natura e nella destinazione dei flussi migratori. Dagli anni Ottanta del Novecento in poi il flusso di rifugiati e richiedenti asilo, soprattutto verso l'Europa, aumenta in modo significativo. Inoltre, i paesi dell'Europa meridionale, all'inizio degli anni Settanta del Novecento, ricevono sempre maggiori flussi migratori dai paesi della sponda meridionale del Mediterraneo, dall'Africa subsahariana, dall'America Latina e, dopo la caduta del muro di Berlino, dall'Europa orientale. Il quinto periodo, dal 1996 al 2019, segna una ulteriore fase della migrazione a livello globale, in particolare per l'Europa e l'Italia (si veda tabella n. 2).

Tabella n. 2 – Espatri migranti italiani per alcuni Paesi di destinazione, 2005-2014

ANNI	Francia (a)	Germania (b)	Svizzera	Canada (c)	Stati Uniti	Argentina	Brasile	Australia
2005	3.130	10.927	5.042	679	3.003	1.459	907	622
2006	3.134	11.464	5.407	877	3.356	1.697	1.233	813
2007	2.881	5.939	3.710	630	2.574	1.046	1.316	612
2008	3.135	6.185	4.262	542	2.591	1.138	1.554	686
2009	3.248	6.281	4.196	437	2.345	952	2.065	670
2010	3.784	4.803	4.619	438	2.557	886	1.955	661
2011	4.907	6.880	5.797	607	3.633	1.090	2.178	893
2012	6.639	10.352	8.431	821	4.429	1.549	2.758	1.339
2013	7.976	11.441	9.872	1.085	4.822	1.742	3.398	1.556
2014	8.426	14.440	10.376	1.145	5.181	1.276	3.462	1.770

Fonte: Istat serie storiche.

Questo periodo apre una nuova sequenza migratoria, fortemente influenzata da condizioni economiche positive. Nella sponda settentrionale del Mediterraneo, Spagna e Italia si confermano punti focali di lavoratori migranti non qualificati, provenienti dai paesi della sponda meridionale: questi migranti sono impiegati in agricoltura, servizi di assistenza familiare, servizi di ristorazione, nella piccola attività di vendita al dettaglio, nel settore delle costruzioni. La migrazione altamente qualificata diminuisce in tutti i paesi dell'UE dal 2010. I paesi della sponda settentrionale del Mediterraneo non attraggono più la gran parte dei migranti qualificati: tra questi solo la Francia è attraente per la categoria dei ricercatori. Tuttavia, ci sono altri Paesi del Nord dell'Europa, compresi i Paesi Bassi, la Danimarca, la Svezia e il Regno Unito, che sono in grado di attrarre manodopera qualificata (tra questi migranti vi sono principalmente provenienze cinesi, indiane, dell'America Latina e russe (Ambrosetti, Strangio 2016, p. 10). Dal 2020 a oggi si è aperto un nuovo periodo caratterizzato dagli eventi pandemici, politici e sociali (l'America di Biden, la Cina, la questione Afgghana, la sostenibilità ambientale, COVID-19).

Gli aspetti teorici

“Tutti i Paesi del mondo tengono le porte aperte ai migranti provenienti da altre parti del mondo, purché abbiano specializzazioni molto ricercate, consistenti capitali da investire o chiudere legami familiari nel Paese stesso. Ma per chi non possiede queste caratteristiche, le possibilità di ammissione sono alquanto limitate. Come dichiara crudamente un analista, nei paesi industrializzati ‘il bisogno di immigrati è finito e non tornerà più’” (ACNUR, 1995, pg.191-192).

Non è difficile spiegare perché. Durante il boom economico del trentennio dopo la seconda guerra mondiale, i paesi industrializzati del Nord America, dell’Europa occidentale e dell’Oceania avevano bisogno di manodopera e reclutarono attivamente immigrati provenienti da regioni come il Nord Africa, l’Europa meridionale, il subcontinente indiano e i Caraibi.

“All’inizio venivano accettati molti stranieri nell’ambito di programmi di reinsediamento dei profughi, molti dei quali originari dell’Europa orientale, passati sotto il controllo comunista; questa fase, tuttavia, si conclude bruscamente a metà degli anni Settanta del Novecento, quando il bisogno di immigrati poco qualificati si ridusse drasticamente, soprattutto nell’Europa occidentale, sotto l’effetto combinato di diverse tendenze, tra cui: a) la fine della golden age e il successivo rallentamento della crescita economica; b) il declino delle industrie tradizionali, che impiegavano molta manodopera, la crisi del fordismo e l’introduzione di nuove tecnologie, che richiedevano molto capitale ma meno manodopera; c) l’aumento della disoccupazione e la possibilità per i datori di lavoro di soddisfare il fabbisogno residuo di lavoro non qualificato impiegando donne e personale sommerso e clandestino; d) l’impossibilità dei governi di rimpatriare i lavoratori immigrati assunti con contratto a tempo determinato, sommata all’arrivo di nuovi immigrati in occasione del ricongiungimento familiare” (ACNUR, 1995, pg.191-192).

Queste ed altre motivazioni hanno fatto sì che, negli anni Settanta e Ottanta del Novecento, la maggior parte dei paesi industrializzati abbiano smesso di reclutare migranti non qualificati e abbiano introdotto leggi sull’immigrazione sempre più restrittive, talvolta fornendo ai lavoratori stranieri incentivi al rimpatrio, come già accennato nel paragrafo precedente. Allo stesso tempo, però, si assiste ad un aumento della pressione ad emigrare da parte dei paesi più svantaggiati: stagnazione economica, crescita demografica, aumento della disoccupazione, violenza sociale e instabilità politica, senza dimenticare l’espansione delle comunicazioni

e dei trasporti di massa. Come indica l'Istituto di ricerca per lo sviluppo sociale delle Nazioni Unite,

“si sta preparando un cocktail potente, costituito da una maggiore spinta all'emigrazione e ostacoli sempre più gravi all'immigrazione. Il numero dei potenziali migranti è in continua crescita, ma nessun Paese è disposto ad accogliere loro” (ACNUR, 1995, pg.191-192).

Tutto ciò si riflette in una serie di approfondimenti da parte delle diverse discipline in materia di migrazioni.

Secondo De Soto (2007) la storia dovrebbe insegnare che laddove gli Stati hanno saputo integrare gli emigranti, si sono creati un sistema istituzionale grazie al quale i più poveri hanno saputo partecipare all'attività produttiva e aree dove sono sorte le società più sviluppate. La teoria macroeconomica neoclassica, inizialmente sviluppata da Lewis (1954), Ranis e Fei (1961) e Harris e Todaro (1970), sostiene che i flussi delle migrazioni internazionali sono significativamente correlati alle distanze geografiche e ai differenziali salariali (Massey et al. 1993, p. 433).

Il differenziale salariale che ne deriva provoca la circolazione dei lavoratori dai paesi con salari bassi verso i paesi con salari alti (Massey et al., 1993, p. 440): è una generalizzazione individuare l'emigrazione nei flussi che vanno dai paesi poveri ai paesi ricchi e, soprattutto, tali approcci non danno ulteriori informazioni sul perché si verifichino in un momento piuttosto che un altro, perché si abbiano flussi in un momento storico e non in un altro o da un paese e non da un altro con un reddito pro capite equivalente o perché è diretto verso alcuni paesi e non verso un altro.

A livello microeconomico, la migrazione è una questione che concerne scelte individuali: l'individuo è proteso alla massimizzazione del suo reddito all'interno di un rapporto costi/benefici così da averne un trasferimento positivo. Le teorie microeconomiche seguono tutte la stessa logica poiché cercano di identificare i fattori di attrazione/repulsione (*push/ pull factors*) (Massey et al. 1993, p. 441) che influenzano la mobilità delle persone. Unica previsione universale che può essere offerta è che il capitale umano dovrebbe in qualche modo essere correlato in modo affidabile alla probabilità di movimento internazionale, ma è impossibile conoscere la forza e la direzione della relazione in assenza di informazioni storiche sui paesi coinvolti (Massey et al. 1993,

pp. 440). I limiti della teoria neoclassica sulle migrazioni internazionali sono ben noti, in particolare la sua mancata presa in considerazione dell'ambiente politico ed economico internazionale, così come l'impatto economico a livello nazionale e le decisioni politiche che influenzano le scelte individuali di migrare (Ambrosetti, 2017, p.156). Tale riconoscimento dei limiti della teoria economica neoclassica ha portato alla produzione di teorie alternative, che prendono in considerazione anche fattori sociali e non solo economici.

La nuova economia delle migrazioni, (Stark, Taylor, 1989), produce una prospettiva di analisi micro e considera in modo innovativo le cause delle migrazioni per motivi di lavoro. Le scelte in materia di migrazione sono considerate non più come decisioni individuali, ma come decisioni prese a livello delle famiglie, non solo per massimizzare i redditi, ma anche per diversificare i rischi. Le rimesse dall'estero (Balletta, 1972, pp. 27 e 28; De Rosa, 1980, p. 111; Poste italiane, 1992; Taylor (1999); Barsotti, Moretti, 2004; Banca Mondiale (2016); Piras e Zanda, 2019; Croce, Oddo, 2020; Pellegrino, 2020) possono finanziare l'avvio di attività economiche nel paese di origine, l'acquisto di immobili, il proseguimento degli studi fino al livello universitario, o possono essere una sorta di assicurazione contro la disoccupazione, l'invecchiamento, il deterioramento delle condizioni di vita dei membri della famiglia a casa (Ambrosetti 2017, p. 157). Secondo questa teoria le scelte degli individui in materia di migrazione non sono soltanto economiche, ma vengono anche influenzate da fattori sociali e culturali che caratterizzano la famiglia e la comunità di origine, e che rendono la migrazione più desiderabile per alcuni membri (ad esempio i giovani uomini in età lavorativa). La teoria del mercato del lavoro duale prende in considerazione le caratteristiche della domanda di lavoro nelle economie avanzate (Cain 1976). Secondo Piore, l'immigrazione è guidata dalle condizioni della domanda di lavoro piuttosto che dall'offerta (Massey et al., 1993, pp. 440).

La migrazione internazionale risulta quindi dalla domanda permanente di lavoratori stranieri, caratteristica della struttura economica dei paesi a sviluppo avanzato. Inoltre, il mercato del lavoro nei paesi industrializzati funziona in maniera duale, poiché esso è strutturalmente formato da un lato da un gruppo stabile di lavoratori qualificati, ben pagati e protetti, e dall'altro da una categoria di lavoratori non protetti,

assegnati a compiti umili e faticosi, impiegati in modo flessibile (Piore, 1979).

Per quanto riguarda l'approccio sociologico, per Lee (1966) la migrazione è causata sia da fattori positivi (pull factors o fattori di attrazione), che caratterizzano i paesi di destinazione, sia da fattori negativi nei paesi di origine (push factors o fattori di spinta). Inoltre le regioni di origine e di destinazione delle migrazioni sono entrambe caratterizzate da un insieme di fattori positivi e negativi. All'aumentare della differenza tra i due fattori nei luoghi di destinazione e di origine, aumenta la probabilità di migrare: quindi, i migranti che rispondono soprattutto ai fattori di attrazione nei paesi di destinazione tendono a essere selezionati positivamente secondo l'età, il grado di istruzione e la motivazione; mentre coloro che soddisfano i fattori di repulsione nei paesi di origine tendono a essere selezionati negativamente. Le teorie sociologiche tendono a riconoscere il ruolo significativo svolto dalla famiglia come un'unità decisionale, come istituzione che sostiene l'attuazione del progetto migratorio e anche come attore direttamente coinvolto nella migrazione. Il ruolo svolto dalla famiglia e dalle reti di migranti nei paesi di destinazione è molto importante. I gruppi di parenti che sono già emigrati aiutano le loro famiglie una volta che esse arrivano nel paese di destinazione. L'idea dei gruppi familiari è stata progressivamente estesa a quella delle reti migratorie "che comprende tutte le relazioni interpersonali tra i migranti, ex migranti e non migranti nelle aree di origine e di destinazione" (Zlotnik, 2003, p. 65). Il concetto di rete migratoria è quindi un'estensione di quello di parentela, ma comprende anche i legami con gli amici o le comunità di origine (Ambrosini, 2006). Nella teoria delle reti, la migrazione viene interpretata come un effetto del funzionamento dei circuiti relazionali e interpersonali tra migranti e potenziali migranti. Le reti migratorie sono l'insieme dei legami interpersonali che collegano i migranti, i migranti precedenti e i non migranti nelle aree di origine e di destinazione attraverso legami di parentela, di amicizia e di affinità all'origine (Gurak e Cocos 1992). In aggiunta a queste reti interattive di carattere formale, possono intervenire anche delle reti informali, come le istituzioni private e le organizzazioni di volontariato: la teoria istituzionale prende in considerazione il ruolo di entità intermedie nel processo decisionale dei migranti (Guilmoto, Sandron, 2000, p. 105). Le reti informali cercano di affrontare i problemi posti dallo squilibrio tra il numero di

persone che vivono nelle zone periferiche e che cercano di emigrare verso le zone economicamente più sviluppate (aree centrali) e il numero limitato di permessi di soggiorno rilasciati dalle nazioni di destinazione (Ambrosetti 2017, p. 158). A ciò si aggiungono le istituzioni che sono formate da “persone e da agenti di organizzazioni (dalle associazioni di migranti alle multinazionali) e da altre istituzioni (dalle reti di amici e parenti fino allo Stato)” (Goss, Lindquist, 1995, p. 336, Ambrosini, 2005). Un’evoluzione della teoria delle reti è rappresentata dall’approccio definito “transnazionalismo” (Glick Schiller, Basch, Blanc-Szanton, 1992; Levitt, Jaworsky, 2007). Al centro dell’attenzione si trova la figura sociale del trasmigrante, che mantiene molte relazioni (familiari, economiche, sociali, politiche ecc.) in luoghi diversi e crea delle zone sociali oltre i confini nazionali, esercitando varie attività sia nei paesi di origine sia nelle società di destinazione.

La teoria della modernizzazione, popolare negli anni Cinquanta e Sessanta, di cui l’esponente più famoso fu Robert Redfield, è stata alla base della ricerca antropologica sulle migrazioni a metà degli anni Settanta (Kearney, 1986). Questa teoria spiega il sottosviluppo dei paesi del Sud con la loro incapacità di attuare politiche appropriate. Le infrastrutture, l’amministrazione, l’economia e la politica di questi paesi soffrono di un ritardo culturale. Se i paesi del Nord vivono in una società economicamente ricca, politicamente stabile e tecnologicamente avanzata, ciò è il risultato di decisioni collettive e individuali appropriate. Tale teoria delle migrazioni è basata sull’idea di progresso e mette in contrapposizione il sottosviluppo e lo sviluppo, il tradizionalismo e la modernità. I flussi migratori dovrebbero consentire alle società tradizionali l’accesso alla modernità. Pertanto essi sono considerati un fenomeno necessario, a volte inevitabile: sono dei veri catalizzatori di cambiamento sociale. In questo contesto, la nascita di grandi flussi di rifugiati nei paesi in via di sviluppo, causati dalla creazione di nuovi Stati dopo la decolonizzazione, è considerato un problema transitorio, destinato a scomparire con la nascita e il consolidamento di uno spirito nazionale moderno (Bocco, Djalili, 1994). I migranti portano modernità e innovazione nelle loro comunità di origine. Ulteriore approccio per la comprensione della migrazione internazionale è quello della prospettiva politica (Zolberg, 1981): attraverso un trasferimento di competenze i migranti cessano di essere membri di una società per diventare membri di un’altra. La migrazione internazionale è anche associata a una ten-

sione fondamentale tra interessi individuali e interessi nazionali dei paesi; questi ultimi sono organizzati per massimizzare i loro obiettivi collettivi controllando le entrate e le uscite dei singoli e il loro status politico, attraverso leggi sulla cittadinanza e sulla naturalizzazione. E tuttavia, tenendo conto della tensione tra gli interessi individuali e collettivi, non ci si può limitare agli interessi dei paesi di destinazione, ma bisogna considerare anche quelli dei paesi di origine; l'integrità culturale del paese di destinazione diventa un fattore determinante della migrazione economica.

La teoria del *migration hump*, elaborata da Philip Martin e Edward Taylor nel 1996, postula che il commercio e la migrazione sono complementari nel breve o medio termine e sostituti nel lungo periodo. Il *migration hump* fa riferimento all'afflusso di breve termine di migranti dovuto alle riforme nel commercio e alle politiche economiche rispetto al trend di migrazione atteso senza tali riforme o shock. Queste teorie nascono dalla constatazione che i flussi migratori non scaturiscono dai paesi più poveri al mondo. Per emigrare gli individui hanno bisogno di risorse. Di conseguenza le politiche di sviluppo come il libero scambio e gli investimenti diretti esteri consentono alle persone di emigrare, però nel lungo periodo le stesse politiche e le rimesse degli immigrati responsabilizzano i paesi di origine a tal punto che essi decidono di investire per preservare il loro capitale umano e per stimolare la migrazione di ritorno. Una critica alle teorie della transizione migratoria è che esse non riescono a spiegare le decisioni degli individui di emigrare all'aumentare del livello di sviluppo. Carling (2002) e De Haas (2003) hanno cercato di colmare questa lacuna, interpretando le decisioni individuali come funzione delle *capabilities* e delle aspirazioni a emigrare. Riprendendo la teoria delle *capabilities* di Sen (2000) e applicandola alla mobilità umana, ne consegue che con l'aumentare del livello di reddito e di istruzione si ha un migliore accesso all'istruzione e quindi aumenta l'aspirazione a emigrare e la capacità di emigrare anche percorrendo lunghe distanze.

Percezione e migrazione come "trasmissione dei saperi"

Il periodo più recente vede anche entrare in queste analisi il ruolo che rivestono le percezioni. Perché percezioni? Perché la digitalizzazione e i social media hanno avuto una accelerata a seguito

della pandemia da COVID-19, e le informazioni circolano sempre più velocemente ed è importante misurare il livello di percezione delle persone al fine di essere più efficaci nelle politiche migratorie. A lungo dominata dai modelli economici, la ricerca sul processo decisionale in materia di migrazione ha iniziato a riconoscere la miriade di fattori non osservabili e intangibili. Ciò include fattori psicologici, cognitivi, emotivi e comportamentali, nonché credenze e sistemi di valori personali e normativi degli individui, che modellano anche il processo decisionale sulla migrazione.

A questo riguardo, un importante progetto Europeo (PERCEPTIONS H2020) che vede coinvolti ventisette Paesi ha come obiettivo quello di identificare quali percezioni dell'Europa sono detenute dai (potenziali) migranti e si riflettono sui social media e sui principali media. Il progetto, che finirà nel 2023, indaga sul modo in cui i migranti non UE percepiscono l'Europa e come sono diffuse sui media tradizionali e sui social media dalle diverse parti interessate (politici, ONG e enti di beneficenza, organizzazioni guidate da migranti, forze dell'ordine). Analizza la struttura dei social network in cui vengono discusse queste narrazioni e identifica il ruolo delle nuove tecnologie (ad es. bot, attacchi informatici e account falsi) nel diffondere false narrazioni o mirare a influenzare la percezione dell'Europa in un certo modo. Ma tale analisi potrebbe benissimo essere adottata in altre aree come quella dell'America Latina o dei flussi dal Messico, e isole caraibiche verso l'America del nord.

Globalizzazione e migrazione

È innegabile che la globalizzazione economica e finanziaria di questi trent'anni abbia innescato una intensa mobilità di fattori economici, politici, tecnici e culturali: come bene ha evidenziato Tedesco (2015, pp. 38-40) globalizzazione e mobilità sono due facce di una stessa medaglia.

Ripensando alla migrazione italiana della seconda metà dell'Ottocento verso l'America latina e in particolare il Brasile, le difficoltà che queste persone avevano affrontato nel loro territorio di origine e che le avevano spinte ad emigrare non hanno fatto altro che rafforzarne il temperamento, aiutandole ad accettare la sfida di “trasformare una terra impervia e di nessuno” in una regione prospera. Hanno vinto la nostalgia attraverso la cooperazione e la creazione di comunità attraverso le

quali mantenere la lingua, le abitudini, la cucina e la religione. Hanno denominato la nuova terra con nomi della antica terra e così sono sorte Nuova Vicenza, Nuova Milano, Nuova Padova, Nuova Bassano, Nuova Trento e molti altri luoghi dal nome familiare. I pionieri hanno dato forma e colore alla regione del Rio Grande Do Sul e hanno accolto quelli che continuavano ad emigrare. Attraverso il lavoro, la determinazione, la creatività e la caparbia di questo popolo, questa regione ha raggiunto un notevole sviluppo economico, inizialmente nel settore agricolo e successivamente in quello commerciale e industriale (De Rose, Strangio, Cora, 2013; Casella Paltrinieri, 2018). Una comunità di agricoltori che, rendendosi conto del potenziale economico di questo territorio, ha aggiunto valore ai prodotti coloniali, generando accumulazione di capitale per avviare piccole industrie nella regione. Tutte qualità che possono essere ulteriormente approfondite applicando ad una ad una tutte le teorie sopra accennate.

E, ancora, si deve avere il coraggio di scrivere che questi immigrati ed i loro discendenti gettarono le fondamenta di una regione in cui la cultura è radicata nel lavoro, e questo ha rappresentato un fattore strategico per il suo sviluppo economico: anche se questa regione, Rio Grande Do Sul, si è arricchita ed è abitata non solo da discendenti italiani, ancora oggi, la famiglia, il lavoro e la fede costituiscono i valori principali di questo popolo.

Bibliografia citata

ACNUR, 1995. **I rifugiati nel mondo. La ricerca delle soluzioni**, pp.191-192.

Ambrosetti Elena, 2017. **Teorie sulle migrazioni**, in Strangio Donatella, **Globalizzazione, disuguaglianze, migrazioni**.

Introduzione alla storia economica contemporanea, Roma: Carocci editore, pp. 155-166.

Ambrosetti Elena, Donatella Strangio, 2016. **Migration in the Mediterranean across disciplines**, in **Migration in the Mediterranean. Socio-economic perspectives**, Edited by Elena Ambrosetti, Donatella Strangio and Catherine Withtol de Wenden, London, New York: Routledge, pp. 4-14.

Ambrosini Maurizio, 2005. **Sociologia delle migrazioni**, Bologna, Il Mulino.

Ambrosini Maurizio, 2006. **Delle reti e oltre: processi migratori, legami sociali e istituzioni**, Working Papers del Dipartimento di studi sociali e politici 18 gennaio, pp. 1-22.

Balletta, Francesco, 1972. **Il Banco di Napoli e le rimesse degli emigrati (1914-1925)**, Napoli, Institut Internationale d'histoire de la Banque.

Banca Mondiale, 2016. **Remittance Prices Worldwide**. Testo disponibile al sito web: <https://remittanceprices.worldbank.org/en>.

Barsotti Odo, Moretti Eros, 2004. **Rimesse e cooperazione allo sviluppo**, Milano, Franco Angeli.

Bocco Riccardo, Djalili Mohammad-Reza. (dir.) 1994. **Moyen-Orient: migrations, démocratisations, médiations**, Paris, PUF.

Brasil 500 anos de povoamento. 2000. Rio de Janeiro, IBGE.

Cain, Glen G, 1976. "The challenge of segmented labor market theories to orthodox theory: A survey." **Journal of Economic Literature**, 14: 1215-1258.

Carling Jørgen. 2002, Migration in the Age of Involuntary Immobility: Theoretical Reflections and Cape Verdean Experiences, in **Journal of Ethnic and Migration Studies**, 28 (1): 5-42.

Casella Paltrinieri Anna, 2018. **Brasile-Italia: andata e ritorno Storia, cultura, società. Confronti interdisciplinari Atti del convegno internazionale Università Cattolica del Sacro Cuore Milano, 20-22 ottobre 2016**, Quaderni del Csal – 5 CENTRO STUDI PER L'AMERICA LATINA Anno X, Numero special, gennaio.

Castles Stephen, de Haas Hein, Miller Mark J, 2014. **The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World**, London, Palgrave Macmillan, (5th ed.).

Croce Alessandro, Giacomo Oddo, 2020. **Il saldo delle rimesse dell'Italia: alcuni appunti per una corretta lettura delle statistiche, Metodi e Approfondimenti**, pp. 1-6, Banca d'Italia.

Czaika Mathias, de Haas Hein, 2014. The globalization of migration: has the world become more migratory, **International Migration Review**, 48(2): 283-323.

de Haas Hein, 2003. **Migration and Development in Southern Morocco: The Disparate Socio-Economic Impacts of Out-Migration on the Todgha Oasis Valley**, PhD Thesis, Radboud University, Nijmegen.

De Rosa Luigi, 1980. **Emigranti, capitali e banche (1896-1906)**, Napoli, Edizioni il Banco di Napoli.

De Rose Alessandra, Donatella Strangio, Jacqueline Maria Cora, 2013. **Dall'Italia al Brasile. Storia del contest economico e sociale tra due territory lontani ma "gemelli": Latina e Farroupilha (Da Italia ao Brasil. Història do context econòmico entre dois territòries distantes mas "gêmeos")**: Latina e Farroupilha, Soveria Mannelli (CZ), Rubbettino Editore.

De Soto Hemando, 2007. **Povertà e terrorismo. L'altro sentiero**, Rubbettino, Soveria Mannelli (CZ) (ed. or New York 1989).

Fauri Francesca, Donatella Strangio, 2019. The economic bases of migration from Italy: the distict cases of Tunisia and Lybia (1880s-1960s) **The Journal of North African Studies**, 25(3): 447-471.

Fauri Francesca, 2015. **Storia economica delle migrazioni italiane**, Bologna, Il Mulino.

Fawcett, James T. 1989. "Networks, linkages, and migration systems." **International Migration Review** 23: 671-680.

Gabaccia Donna, 2000. **Italy's Many Diasporas**, London: UCL Press.

Gabaccia Donna, 2002. **Two great Migrations: American and Southerners in Comparative perspective**, in E. Dal Lago, Rickhalpern (eds.) **The American South and the Italian Mezzogiorno, Essays in Comparative History**, New York, Palgrave, pp. 215-232.

Gallo Stefano, 2010. Emigrare da fascisti, tra bonifiche, guerre coloniali e l'alleato tedesco. Il fondo archivistico del Commissariato per le migrazioni e la colonizzazione interna, in "**Archivio Storico dell'Emigrazione Italiana**", a.6 (6) pp. 53-76.

Gallo Stefano, 2012. Riempire l'Italia: le migrazioni nei progetti di colonizzazione interna, 1868-1910, **Meridiana**, 75: 59-83.

Gallo Stefano, 2015a. **Il Commissariato per le migrazioni e la colonizzazione interna (1930-1940) Per una storia della politica migratoria del fascismo**, Foligno (PG), Editoriale Umbra.

Gallo Stefano, 2015b. **Migrazioni interne e istituzioni: il tornante degli anni Venti**, in S. Musso (a cura di), **Storia del lavoro in Italia**, VI, **Il Novecento**, t. 1, 1896-1945, Roma, Castelveccchi.

Glick Schiller Nina, Basch Linda., Blanc-Szanton Cristina (eds.), 1992. Towards a Transnational Perspective on Migration: Race, Class, Ethnicity, and Nationalism Reconsidered, **Annals of the New York Academy of Sciences**, 645.

Goss Jon., Lindquist Bruce, 1995. Conceptualizing International Labor Migration: A Structuration Perspective, in "**International Migration Review**", 29, 2, pp. 317-51.

Guilmoto Christophe Z., Sandron Frederic. 2000. La dynamique interne des réseaux migratoires dans les pays en développement, in **Population**, 55, 1, pp. 105-35.

Gurak, Douglas T., and Fe Caces, 1992. “**Migration networks and the shaping of migration systems**”, in Mary Kritz, Lin Lean Lim, and Hania Zlotnik (eds.), **International Migration Systems: A Global Approach**. Oxford: Clarendon Press, pp. 150-176.

Harris, John R., and Michael P. Todaro. 1970. “Migration, unemployment, and development: A two-sector analysis.” **American Economic Review** 60: 126-142.

Herédia Vania Beatriz Merlotti, Maria Clara Mocellin, Maria Do Carmo Santos Gonçalves, 2011. Mobilidade Humana e dinâmicas migratórias, Porto Alegre, Letra Vida Edition, pp. 9-16.

Istat, MAIC, **statistica dell’emigrazione italiana** all’estero vari anni

Kearney Michael, 1986. From the Invisible Hand to Visible Feet: Anthropological Studies of Migration and Development, in “**Annual Review of Anthropology**”, 15, pp. 331-61.

Levitt Peggy, Jaworsky Nadya B. 2007, Transnational Migration Studies: Past Developments and Future Trends, in “**Annual Review of Sociology**”, 33, pp. 129-56.

Lewis, W. Arthur. 1954. “Economic development with unlimited supplies of labor.” **The Manchester School of Economic and Social Studies** 22: 139-191.

Mabogunje, Akin L., 1970, **Systems approach to a theory of rural-urban migration, Man, space, and environment: concepts in contemporary human geography**; 2. – New York [u.a.]: Oxford Univ. Press, pp. 193-206.

Massey Douglas S., Joaquin Arango, Graeme Hugo, Ali Kouaouci, Adela Pellegrino and J. Edward Taylor, 1993. Theories of International Migration: A Review and Appraisal, **Population and Development Review**, Sep., Vol. 19, No. 3), pp. 431-466.

Mucknik Daniel, 2015. **Inmigrantes. 1860-1914. La historia de los mios y de los tuyos**, Buenos Aires, Sudamericana.

Pellegrino Stefano. 2020. **Il valore economico e sociale delle rimesse**, Amides, 24 settembre (<https://www.amistades.info/post/il-valore-economico-e-sociale-delle-rimesse>).

Philip Martin e Edward Taylor, 1996. **The Anatomy of a Migration Hump**, in J. E. Taylor (ed.), **Development Strategy, Employment, and Migration: Insights from Models**, Paris, OECD, pp. 43-62.

- Piore, Michael J. 1979. **Birds of Passage: Migrant Labor in Industrial Societies**. Cambridge: Cambridge University Press.
- Poste italiane, 1992. **Relazione sul servizio delle casse di risparmio postali: CXVII**, Roma.
- Ranis, Gustav, and J.C.H. Fei. 1961. "A theory of economic development." **American Economic Review** 51: 533-565.
- Ricciardi Toni, 2016, **Marcinelle, 1956. Quando la vita valeva meno del carbone**, Roma: Donzelli editore.
- Romano Piras, Francesca Zanda, 2019 **Migrazioni e rimesse: un'analisi delle determinanti a livello regionale**, EyesReg, vol. 9, n.2, pp. 1-6.
- Sen Amartya. (2000), **Lo sviluppo è libertà. Perché non c'è crescita senza democrazia**, Mondadori, Milano (ed. or. Oxford 1999).
- Serie Storiche Istat, <http://seriestoriche.istat.it/>
- Singer Paul I., 1980. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo, in Moura H.A. (Org.) Migração interna: textos selecionados, Fortaleza, BNB/ETENE
- Sori Ercole, 1979 (seconda ed. 1984). **L'emigrazione italiana dall'Unità alla seconda guerra mondiale**, Bologna: Il Mulino.
- Stark Oded, J. Edward Taylor, and Shlomo Yitzhaki. 1988. "Migration, remittances, and inequality: A sensitivity analysis using the extended Gini Index." **Journal of Development Economics** 28: 309-322.
- Taylor J. Edward, 1999. "The new economics of labour migration and the role of remittances in the migration process", **International Migration**, 37(1):63-88.
- Tedesco Joao Carlos, Pedro Alcides Trindade de Mello, **2015, Senegaleses no centro-norte do Rio Grande Do Sul**, Porto Alegre: Letra Vida Editor Suliani
- Wihtol de Wenden Catherine, 2010. **La question migratoire au XXI^e siècle. Migrants, réfugiés et relations internationales**. Paris de la Fondation Nationale de Sciences Politiques.
- Wihtol de Wenden Catherine, 2013. **Pour accompagner les migrations on Méditerranée**, Paris: l'Harmattan.
- Zlotnik, Hania, 1992. "Empirical identification of international migration systems", in Mary Kritz, Lin Lean Lim, and Hania Zlotnik (eds.), **International Migration Systems: A Global Approach**. Oxford: Clarendon Press, pp. 19-40.
- Zolberg Aristide R., 1981, **International Migrations in Political Perspective**, in M. M. Kritz, C. B. Keely, S. M. Tomasi (eds.), **Global**

Trends in Migration: Theory and Research on International Population Movements, Center for Migration Studies, Staten Island (NY), pp. 3-27.



IMIGRAÇÃO, EDUCAÇÃO E MEMÓRIA

Professores e alunos da escola regida pelo professor Silvío Stalivieri. À direita, vê-se o Agente Consular Domingos Bersani e seu filho Vítor (Victor) Ítalo Bersani (a cavalo).
[Bairro Santa Corona – Caxias, 1908].

Autoria não identificada.

Coleção Maria Conceição Abel Machado.

Acervo Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Processi di scolarizzazione etnica italiana nei contesti migratori in Brasile: Un primo bilancio storiografico tra dimensione locale e transnazionale della ricerca

Alberto Barausse

Introduzione

L'organizzazione mi ha assegnato un contributo piuttosto ambizioso, quello di delineare un primo bilancio storiografico per quanto riguarda il tema *Escolarização e (e/i)migração*. Si tratta di un proposito complesso sia per la ricchezza di studi prodotta nel corso di questi ultimi anni sia perché sorgono molti dubbi sulla possibilità di delineare un bilancio a fronte di quello che sembra presentarsi come un vero e proprio cantiere aperto. Il contributo non pretende essere esaustivo e farà riferimento in parte a studi prodotti su tutta la realtà brasiliana e in parte sul Rio Grande do Sul.

Articolerò il mio intervento facendo riferimento in primo luogo agli indicatori e alle ragioni che attestano una significativa crescita delle ricerche nell'ambito del rapporto tra educazione/scolarizzazione e processi migratori. In secondo luogo agli itinerari di ricerca percorsi durante questo ultimo trentennio e infine accennerò al mutamento dei metodi e all'ampliamento delle fonti che permettono, oggi, di guardare con un certo ottimismo alla possibilità di ampliare ulteriormente i casi di studio.

Dalla stagione pionieristica al cantiere aperto dal rinnovamento storiografico

Ci troviamo di fronte, fondamentalmente, a due stagioni, una delle quali ancora in corso. Identifico la prima stagione con quella pionieristica, promossa in occasione dei primi studi avviati nei decenni della seconda metà del Novecento, quando sulla scia dell'avvio di una dimensione di scala internazionale delle ricerche nell'ambito del processo migratorio che interessò gli italiani, furono avviate alcune riflessioni da parte degli storici italiani e brasiliani che iniziarono a mettere a fuoco anche l'ambito educativo e scolastico. Furono le ricerche degli storici

delle migrazioni che individuarono iniziative e spazi educativi destinati ai migranti italiani. Angelo Trento (1989), nel classico *Do outro lado do Atlântico* richiamava l'attenzione delle scuole italiane in Brasile. Furono, poi, le indagini condotte nel contesto delle iniziative di carattere transnazionale promosse da storici e antropologi italiani e brasiliani a cavallo tra gli anni Ottanta e Novanta e sostenute dalla Fondazione Agnelli, destinate ad arricchire il quadro delle conoscenze sulla storia delle migrazioni italiane in Brasile, a tornare sul tema. Ma lo spazio dedicato al tema dei processi educativi e di scolarizzazione che coinvolsero i migranti italiani in Brasile fu piuttosto marginale: gli sporadici interventi di Pasquale Petrone (1990) e di L. Moretto Ribeiro (1990), per il Rio Grande do Sul, furono orientati a sostenere soprattutto lo scarso disinteresse dei migranti alle questioni educative e ai problemi della scolarizzazione. Una prospettiva che seguiva la linea interpretativa degli storici De Boni, Costa e Manfroi (1975) affermatasi già nel corso degli anni Ottanta e Novanta secondo la quale la scuola per gli italiani emigrati nell'area coloniale del Rio Grande do Sul non costituiva un bene essenziale e una domanda sociale. Nello stesso decennio, tuttavia, altro tipo di attenzioni e di sollecitazioni furono rivolte in Brasile da una studiosa come Giron Slomp (1998) e in Italia da studiosi come Ambrosoli (1995) e Rosoli (1999) all'analisi dei processi educativi che coinvolsero i migranti italiani destinati ad approdare nelle Americhe durante il XIX e XX secolo. Tali indagini partivano da un presupposto diverso da quello degli studi brasiliani del decennio precedente, condotti su categorie interpretative fondamentalmente basate su concetti di natura antropologica: le ricerche erano volte a evidenziare il ruolo esercitato dai processi migratori nella crescita della consapevolezza, in seno ai migranti, della importanza dell'istruzione e della alfabetizzazione e il ruolo dei processi di scolarizzazione nella formazione della italianità, cioè l'identità etnica.

Le scarse ricerche condotte sul versante italiano si concretizzano in studi che offrono un primo quadro generale, sintetico delle politiche adottate dal governo italiano nella promozione della scolarizzazione degli italiani emigrati. Quello delle scuole italiane all'estero fu, infatti, il tema su cui rilanciarono l'attenzione studiosi come Gabriella Ciampi (1998) e Patrizia Salvetti (2002) cercando di sopperire alle carenze di contestualizzazione delle prime ricerche condotte in maniera pionieristica da Floriani (1974). Ulteriori stimoli per approfondire l'ambito

dei processi culturali ed educativi giunsero dalle indagini legate alla ricostruzione delle associazioni storicamente chiamate all'impegno per la diffusione dell'istruzione e della cultura italiane all'estero, sia di carattere laico sia religioso, come nel caso della associazione laica Dante Alighieri, analizzata da Patrizia Salvetti (1995) o quella della Associazione nazionale per soccorrere i missionari italiani nel mondo e la Italica Gens, avviati da Ornella Confessore (1976; 1987) e Gianfausto Rosoli (1990).

Una seconda stagione si è aperta con il nuovo millennio e, ritengo, sia ancora in corso. Per tali ragioni penso a un cantiere aperto ancora lontano dall'aver concluso i suoi lavori. Molteplici sono gli indicatori che registrano un significativo incremento degli studi relativi al rapporto tra processi migratori e educazione/scolarizzazione. Una stagione che vede crescere su tale versante l'impegno di ricerca degli storici dell'educazione, prima brasiliani che italiani. A partire dal 2008 si registra la costituzione, infatti, all'interno del contesto brasiliano di gruppi di ricerca che favoriscono le ricerche intorno al rapporto tra i processi educativi e il fenomeno migratorio e che maturano scelte di collaborazione a livello transnazionale o internazionale. Tra questi vorrei ricordare il Gruppo di ricerca *História da Educação, Imigração e Memória* GRUPHEIM, coordinato da T. A. Luchese, che raccoglie giovani studiosi di atenei diversi del Brasile che ha avviato uno stretto e proficuo rapporto di collaborazione con centri di ricerca italiani come il CESIS dell'Università degli studi del Molise e il CESCO dell'Università di studi di Macerata. La nascita di tali gruppi di ricerca ha consentito di incrementare il numero delle tesi di master e di dottorato sul tema; ma anche il numero degli eventi di carattere internazionale che vedono la partecipazione e la presentazione dei risultati sul tema (ASCENZI, BARAUSSE, LUCHESE, SANI, 2019; CASTRO, 2021).¹

¹ Secondo i sondaggi realizzati da Ascenzi, Barausse, Luchese, Sani (2020) e da Castro (2021) sono state prodotte tesi di dottorato da parte di Luchese (2007) e Rech (2015) e Castro (2021) Matiello (2019) sul Rio Grande do Sul, Maschio (2012) per quanto riguarda il Paraná, Rodriguez (2009) e Teixeira Maria Eliane (2016), relativamente al Minas Gerais, Corrêa (2000) e Teixeira Rosane Siqueira (2011) per il contesto di São Paulo e Claircia Otto (2005) per lo Stato di Santa Catarina. Per quanto riguarda le dissertazioni di Mestrado possiamo contare sui lavori di Franchini (2015) su São Paulo, Paganì (2012) relativamente a Rio de Janeiro, Dos Santos Virtuoso per il contesto di Urussanga nello Stato di Santa Catarina (2008), Cavalieri (2011) per quanto riguarda il contesto di Belo Horizonte, di Castro (2017) su Pelotas e di Cicconetto Bernardi Manuela su Antonio Prado nel contesto del Rio Grande do Sul.

Ma nel corso di questi ultimi dieci anni si sono moltiplicate le occasioni per un maggiore confronto tra gli studiosi dei due spazi geografici. La crescita degli approcci di carattere transnazionale o globale sembra coincidere con il cambiamento generazionale degli storici della educazione e dalla internazionalizzazione del lavoro accademico e di ricerca. La partecipazione dei ricercatori italiani e brasiliani ad eventi internazionali dell'area come il *Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação* (COLUBHE), o il *Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana* (CIHELA) e del già citato *International Standing Conference for the History of Education* (ISCHE) con lo SWG focalizzato sul tema *Education and Migration*, sono esempi di spazi di spiccata internazionalizzazione nei quali, anche attraverso l'organizzazione di *panels*, è stato possibile presentare la produzione scientifica frutto delle ricerche che si stanno portando avanti. Analoghe opportunità sono emerse anche dalla partecipazione di studiosi italiani o brasiliani a reti di ricerca transnazionale come quella costituitasi per lo studio della stampa etnica denominata *Transfopress* o ad eventi di carattere statale o regionale. Vorrei ricordare la partecipazione ai convegni annuali dell'ASPHE, agli incontri del *Simposio Internazionale e Forum de estudos italo-brasileiros* che nelle ultime edizioni ha visto crescere proprio i contributi orientati all'analisi delle iniziative promosse per la scolarizzazione dei migranti nella regione coloniale italiana (LUCHESE, 2015). La crescita della partecipazione congiunta ai percorsi di ricerca ha favorito, così, l'incremento consistente, come vedremo, di articoli o dossier tematici su riviste scientifiche, monografie e capitoli di libro.

Il salto di qualità che si è registrato nel corso di questi ultimi dieci anni è coinciso con l'evoluzione della storiografia specialistica, sia quella relativa alle migrazioni sia quella storico scolastica ed educativa. Nell'approcciare le ricerche sul tema incidono i cambiamenti paradigmatici che connotano la produzione scientifica intorno a questo specifico oggetto di studio. Il rinnovato interesse di storici italiani e brasiliani alla ricostruzione dei processi educativi e identitari trova, in questo caso, il fondamento comune nel rinnovamento del paradigma storico educativo maturato proprio alla fine del secolo scorso, orientato alla promozione di una investigazione storico scolastica ed educativa che fosse capace di oltrepassare la prospettiva offerta dalla tradizionale storia delle idee, dalla storia delle istituzioni o dalla storia sociale

quantitativa. Gli apporti sono stati, inizialmente, quelli degli studi degli storici e della storiografia dell'educazione europea francese, belga e anglosassone e, poi, iberica. Da queste aree sulla scia dei *post colonial studies* (Novoa 1995) e dei *cultural studies* (JULIA, 1995; DEPAEPE E SIMON, 1995; GROSVENOR, LAWN e ROUSMANIERE, 1999; NOVOA, 1995 e 1998; ESCOLANO, 2000 e 2007; DE GIORGI, 2004; SANI, 2011) presero corpo alcune ricerche che hanno offerto nuovi stimoli e ipotesi interpretative sul fenomeno della circolazione delle idee, dei movimenti e delle iniziative a livello transnazionale destinate ad alimentare prospettive di ricerca e l'uso di categorie di analisi impiegate nelle traiettorie di ricerca della *Global history* o della *Transnacional history*. All'interno, infatti, di una prospettiva orientata verso l'analisi di esperienze che travalicano le frontiere nazionali, la *Transnational History* si è proposta di esaminare, concettualizzare categorie e identità, di scoprire reti unite da vincoli più forti di quelli della classe sociale o della ideologia e a legare narrative ed esperienze che trascendono il tempo e la localizzazione (OSSENBACH E DEL POZO, 2011; FUCHS E ROLDAN, 2019).

Ma la storia dell'educazione come disciplina ha spesso accantonato dalla sua narrativa o dalla sua prospettiva di indagine riferimenti a connessioni transnazionali o internazionali: come ha recentemente osservato Fuchs (2014) la prospettiva transnazionale non è nata nell'ambito della storia dell'educazione. Pochi sono stati gli storici dell'educazione che, come Popkewitz (2013), Fuchs (2014), Fuchs, Rousmaniere, Barnita Bagchi (2014), Emmanuel Droit (2007), Noah Sobe (2013) ou Joëlle Droux e Rita Hofstetter (2014, 2015) si sono misurati con le prospettive storiografiche suggerite dalla "histoire croisée" (WERNER e ZIMMERMANN, 2006), o dalle "connected histories" (GRUZINSKY, 2001; SUBRAHMANYAM, 1977). Men che meno l'analisi storica dei processi educativi nei contesti migratori è stata oggetto di particolare interesse degli stessi pochi storici dell'educazione desiderosi di introdurre la dimensione transnazionale nelle tematiche di ricerca. In questo quadro si sono collocati i contributi di Braster e Maria del Mar del Pozo (2001) relativo alle problematiche educative sollevate dall'immigrazione nel contesto olandese o quello di K. Meyers e I. Grosvenor (2009) relativamente allo specifico contesto inglese. Non meno significative sono state le traiettorie di ricerca avanzate in ambito spagnolo dagli studi di Saavedra (1999, Malheiro Gutiérrez

(2011; 2019), Anton Costa Rico (2008) e Vinão Frago (1986), orientati a indagare le iniziative di carattere educativo promosse in favore degli emigranti galiziani in America. Eppure i movimenti migratori sono per loro definizione transnazionali e per tali ragioni possono essere meglio compresi e spiegati solo ricorrendo a una grandezza di scala globale e non focalizzata su un'unica prospettiva nazionale, quella del paese di emigrazione o quella del paese di immigrazione. Secondo Martin Lawn (2014) o Fuchs e Roldan (2019), tale difficoltà è legata alla condizione di “nazionalismo metodologico” che ha accompagnato il lavoro dei ricercatori nell'ambito delle scienze sociali. Un approccio che spesso ha trattato il suo lo stato come oggetto di studio, e le sue frontiere come un fattore “naturale” e impermeabile e come una grandezza di scala troppo vincolante (WIMMER; SCHILLER, 2002). Verso questa prospettiva critica del “nazionalismo metodologico”, sembrano convergere anche le riflessioni dello stesso P. Ramsey che con K. Myers e Helen Proctor (2018) hanno sollecitato anche nel campo delle relazioni tra *Migration and Education* l'avvio di nuovi percorsi di indagine che siano capaci di oltrepassare i limiti di una storiografia e di approcci metodologici ritenuti troppo ristretti nei confini nazionali.²

Talvolta, però, forse in maniera un po' troppo pretenziosa, tali prospettive sono presentate come nuovi paradigmi storiografici. Recentemente, insieme ai colleghi (ASCENZI, BARAUSSE, LUCHESE, SANI) con i quali vengono condotte ricerche dalla natura transnazionale sul tema, ho avuto modo di avanzare alcune perplessità intorno all'uso di concetti poco precisi e ambigui che invece sembrerebbero ambire a produrre una nuova storia universale attraverso “assemblaggi frettolosi” (PROSPERI, 2021, p. 4) o a voler proporre ed esercitare una storia della globalizzazione piuttosto che nella globalizzazione (GIOVAGNOLI, 2003). Riprendendo le osservazioni già espresse qualche anno fa da studiosi come Conrad che hanno analizzato in profondità le caratteristiche di tale filone di studi, più che fondare in maniera affrettata ulteriori nuovi paradigmi, le suggestioni della *Global* o della *Trasnacional history* dovrebbero favorire l'attenzione anche sul versante storico sco-

² E nella direzione di una prospettiva transnazionale si è collocata la recente pubblicazione sulla rivista “Paedagogica Historica” curata dagli storici inglese, nordamericano e australiana, di una *Special Issue* sul rapporto tra Educazione e migrazioni che costituisce il primo risultato di un incontro tra studiosi e gruppi di ricerca che si sono costituiti all'interno dell'International Standing Conference for the History of Education (ISCHE) che attraverso la costituzione di uno *Small Working Group* (SWG) sul tema *Migration and Education*, ha costruito uno spazio di confronto su scala internazionale.

lastico ed educativo, a quegli aspetti riconducibili agli elementi delle connessioni e delle relazioni nel mondo, alla circolazione delle idee, delle cose, delle persone e delle istituzioni (CONRAD, 2015).

L'invito a guardare oltre i confini nazionali non significa abbandonare il quadro nazionale quanto, piuttosto, di collocare la nazione e i fenomeni sociali, come quello migratorio, che li hanno contraddistinti dentro un quadro più largo. Altrettanto condivisibili sono le preoccupazioni di chi vede il rischio, sul versante interpretativo, di produrre facili generalizzazioni attraverso il ricorso acritico alle categorie della sociologia storica (LEVI, 2018). Tale tendenza – e tali rischi – hanno interessato e interessano anche l'ambito storico-educativo come qualche anno fa aveva già sottolineato anche Gabriela Ossenbach (2011). Sono, però, difficilmente contestabili le considerazioni di Paul Ramsey (2019) che, pur restando prevalentemente ancorato a una produzione anglosassone e nordamericana, ha individuato l'urgenza di estendere le ricerche sul tema del rapporto tra educazione e migrazioni per ampliare il quadro delle conoscenze in nostro possesso.

La definizione dell'agenda di lavoro per gli storici della scuola o dell'educazione, del resto, non può non tener conto delle prospettive che negli ultimi anni hanno inciso anche sul rinnovamento complessivo dei *Migration studies* che hanno registrato un significativo ampliamento delle possibilità tematiche intorno alle (e/i) migrazioni mettendo a fuoco altre realtà nel passato dei migranti. L'introduzione della analisi dei fenomeni migratori concepiti come mobilità non esclusivamente in senso unilaterale o non ristretti a un unico paese (LUCASSEN, 2014) e l'introduzione per quanto riguarda il contesto migratorio italiano, del concetto di diaspora (GABACCIA, 2003) unitamente all'abbandono della visione economicistica e pauperistica delle migrazioni hanno favorito l'indirizzamento degli studi verso l'analisi delle reti relazionali, della circolarità dell'esperienza migratoria, dei legami transnazionali che ha spinto gli studiosi ad approfondire le dinamiche relazionali e non solo territoriali, del fenomeno migratorio e della mobilità umana (CONRAD, 2015). La ricerca storica sulle migrazioni internazionali, come ricorda Franzina (2014 e 2015), ha dunque prodotto studi considerevoli fino a toccare ambiti come quelli letterari, cinematografici e musicali. In questa prospettiva sono emersi anche per l'esperienza del movimento migratorio italiano verso il Brasile nuovi ambiti di ricerca volti ad indagare la formazione e la gestione delle reti sociali,

quelle della costruzione della etnicità, della circolarità della cultura italiana espressa nelle diverse forme di associazionismo mutualistico e di forme di organizzazione del tempo libero praticati per i migranti, quelle dei circuiti e dell'associazionismo d'impresa e dell'inserimento della manodopera qualificata (FAY; DE RUGGIERO, 2014). In questa prospettiva nuove indagini sono state condotte tanto per le aree rurali del Brasile quanto per quelle urbane anche per quanto riguarda la circolazione, l'introduzione e il ruolo esercitato da nuove culture politiche importate direttamente dai paesi di origine. Oltre alla già conosciuta influenza delineata dagli elementi politici liberali dei primi decenni del XIX secolo in via di approfondimento sono gli studi sulla partecipazione, fino ad oggi piuttosto, trascurata dei gruppi migranti al mondo operaio nei primi anni del XX secolo (BIONDI, 2011) come, del resto, le ripercussioni del fascismo italiano tra gli emigranti residenti in Brasile (BERTONHA, 2001 e 2017; FRANZINA E SANFILIPPO, 2003). La storia dei processi educativi nei contesti migratori condotta nel corso di questo ultimo decennio, peraltro, si fonda anche sugli apporti di quella storiografia che, sulla scia della introduzione negli studi del concetto di identità, prendono in considerazione la formazione delle identità etniche (PROSPERI, 2016) attraverso l'uso di categorie e concetti come invenzione e costruzione delle identità. Intendo riferirmi in particolare agli studi di Benedict Anderson (2018) come quelli di Conzen (1992) di Hobsbawm e di Ranger (2002) che definiscono l'identità etnica come un costrutto culturale che si è sviluppato in un determinato periodo del tempo storico e l'invenzione della tradizione come il processo che coinvolge la manipolazione simbolica, svelando la necessità di riaffermare la propria personalità sociale. Questa necessità appartiene per eccellenza ai migranti (HALL, 2000). I fenomeni migratori si legano direttamente alla storia delle relazioni etniche, perché danno origine a situazioni di convivenza interetnica e alla inevitabile nascita di minoranze etniche. Si è parlato, a tal proposito, nell'ambito storiografico di revival etnico (SMITH, 1984) per indicare il fenomeno di scoperta di una solidarietà etnica perduta o accantonata, di rivendicazione dell'appartenenza a una storia e a una memoria collettiva, fino a parlare dell'invenzione della etnicità. Così i gruppi etnici si ricreano costantemente e la etnicità è reinventata per confrontarsi con realtà che cambiano e per costruire una comunità immaginata (COSTANTINO, 2002). È noto che le identità culturali dei gruppi di migranti italiani non sono scaturite dal nulla:

esse sono state costruite in maniera collettiva sulla base delle esperienze, della memoria, della tradizione-costruita e inventata – soprattutto regionale e di alcune grandi varietà di pratiche ed espressioni culturali, sociali e politiche. L'utilizzo di simboli e pratiche per affermare la *italianidade* è chiaramente percepibile per i gruppi di italiani in Brasile. Si è reso necessario, a partire da tali considerazioni, verificare attraverso quali forme l'ambito storico scolastico ed educativo ha concorso allo sviluppo della etnicità e con quali caratteristiche. Nelle indagini relative ai processi di scolarizzazione dei migranti e dei loro discendenti italiani nel contesto brasiliano si è tenuto conto del peso che i processi di formazione identitaria dei migranti nelle terre straniere si sono costituiti attraverso i contatti, le appropriazioni di nuove pratiche culturali. I loro processi identitari si sono forgiati e sono stati condizionati dalle esperienze e dai modi di pensare e di vivere del paese di destino adattandosi e reinventando modi di vivere e tradizioni, mettendo in opera, mediante pratiche di *cultural transfer*, un vero e proprio processo di negoziazione delle identità per giungere a definire una identità altra da quella originaria, ibrida, in mezzo a diverse situazioni di potere.

E' a partire da queste considerazioni introduttive generali di carattere storiografico che in questi ultimi anni si è sviluppata un'agenda di ricerca più ricca ed articolata orientata ad approfondire, secondo una prospettiva transnazionale che coinvolge i ricercatori italiani e brasiliani, la complessità della storia dei processi educativi, formativi, dei processi di scolarizzazione e delle culture scolastiche capace di illuminare dimensioni generalmente inesplorate del rapporto tra migrazioni ed educazione in Brasile; una storia capace di muoversi su diverse grandezze di scala per verificare la presenza di quella circolarità transnazionale di idee, movimenti, esperienze di carattere pedagogico e scolastico educativo, culture materiali, che hanno connotato le molteplici forme di educazione dei migranti italiani oltreoceano (ASCENZI, BARAUSSE, LUCHESE, SANI, 2019).

Gli itinerari e i contenuti delle ricerche sui processi di scolarizzazione etnica

All'interno di questo fermento storiografico si collocano molti dei contributi prodotti in questi ultimi anni sui quali si concentra la mia attenzione, che non intende avere la pretesa della esaustività ma cogliere gli spunti e i suggerimenti al fine di poter arricchire ulteriori percorsi

che possano restituire una maggiore articolazione e approfondimento dei cammini di ricerca fino ad oggi intrapresi. In generale la produzione di questo ultimo decennio relativamente alla scolarizzazione etnica nel Rio Grande do Sul fa riferimento a esperienze maturate nel periodo compreso tra la seconda metà dell'Ottocento e gli anni Trenta del Novecento. Essa si riferisce a contesti temporali diversi dello sviluppo degli stati nazione per i due paesi, Italia e Brasile, ma ricchi di interconnessioni. Per l'Italia gli articoli coprono il momento in cui il recente stato nazionale sotto la guida delle élite liberali tentano con Crispi di rilanciare le politiche coloniali all'interno di una prospettiva che fosse in grado di coniugare l'esigenza di uno stato forte con i disegni di espansione coloniale o politica o commerciale. Una fase segnata da disegni di riforma in relazione al governo dell'emigrazione e al ruolo delle scuole italiane all'estero. Un periodo seguito dalla crescita degli interventi dello stato nella regolamentazione del fenomeno migratorio durante il primo decennio del Novecento fino ad arrivare all'impulso del fascismo per i progetti di italianità all'estero. Anche per il Brasile i contributi toccano un arco temporale distinto nella storia dello spazio latino-americano contraddistinto dagli ultimi decenni della esperienza imperiale e dall'avvio della federazione repubblicana; periodo segnato dalla fine della schiavitù e dai progetti governati dai centri di potere, imperiale prima e federale o statale poi, di colonizzazione e immigrazione. Un contesto che continua con il consolidamento della federazione repubblicana nel primo Novecento fino ad arrivare al periodo in cui il Brasile sperimenta la crisi della Republica Velha e la fase di transizione verso il sorgere dello Estado Novo di Getulio Vargas.

Gli studi condotti in questi ultimi quindici anni si collocano nel quadro delle ricerche finalizzate a mettere in luce l'interessante sviluppo del fenomeno della scolarizzazione etnica italiana in alcuni degli stati brasiliani. Intendo riferirmi agli studi su São Paulo, da quelli pionieristici di Eliane Mimesse (2001 e 2010), ai quali sono seguiti quelli di Franchini (2015) e di Dell'Aira (2012), di Claudia Panizzolo (2020) di Corrêa (2000 e 2011) su Campinas; o a quelli sulla condizione della scolarizzazione nello Stato di Espírito Santo al quale hanno prestato attenzione Simões e Franco (2014); alle ricerche condotte per lo Stato di Santa Catarina, su cui hanno prestato la loro attenzione Claricia Otto (2011; 2014), Norberto Dallabrida (1997; 2001; 2005; 2012; 2015), Dos Santos Virtuoso (2008); e ancora lo Stato di Minas Gerais attra-

verso le indagini di Rodrigues (2014), lo Stato di Rio de Janeiro grazie alle investigazioni di Pagani (2014), lo Stato del Paraná su cui si sono esercitati Falcade Maschio (2012; 2014a; 2014b) la quale ha concentrato le sue verifiche sulla colonia di Colombo. Dentro questa vivacità si innestano anche le ricerche condotte sullo Stato del Rio Grande do Sul, il contesto su cui si sono esercitate la maggior parte delle indagini di carattere storico scolastico attraverso gli apporti di Luchese (2008; 2010a; 2010b; 2012a; 2014; 2015; 2018) Rech (2014; 2015; 2018a; 2018b; 2019), Barausse e Bastos (2019), Graziottin e Almeida (2013; 2014), Barausse (2016a; 2017a; 2017b), Barausse Luchese (2017), Barausse e Castro (2020), Rech e Barausse (2019), Castro (2021), Ciconetto Bernardi e Luchese (2020).

Oggi cominciamo a saperne un po' di più sulle diverse forme di scolarizzazione promosse dalle comunità dei migranti o dai singoli migranti insediatisi nello stato del Rio Grande do Sul e, più complessivamente, nei diversi stati brasiliani. Dal punto di vista quantitativo all'interno della letteratura prodotta negli ultimi anni si è avvertita la necessità di stabilire con più esattezza lo sviluppo del fenomeno delle scuole etniche. La questione è stata approcciata attraverso, soprattutto, l'ausilio di fonti italiane, gli annuari delle scuole italiane all'estero, che hanno permesso di presentare un primo quadro generale del numero degli iscritti e di quello delle scuole limitatamente alle scuole sussidiate dal governo italiano. Nel periodo compreso tra l'ultimo decennio dell'Ottocento e l'inizio degli anni Trenta del Novecento, si è giunti a rilevare un crescente numero di iscritti fino all'anno che precede l'inizio del conflitto mondiale, toccando il valore di 23.412 alunni. I limiti degli interventi delle politiche scolastiche da parte dei differenti stati brasiliani, analizzati in alcuni contesti più in profondità, hanno consentito di spiegare la crescita della presenza di scuole italiane, alcune delle quali sostenute anche dalle autorità consolari. Un numero, quello degli iscritti, destinato negli anni seguenti a diminuire, in relazione all'accelerazione del processo di nazionalizzazione dell'insegnamento in Brasile e allo sviluppo del sistema scolastico pubblico. Chi ha approcciato la questione ha, però, potuto farlo solo come un discorso introduttivo per rimarcare la necessità di chiarire ulteriormente la mappa delle iniziative di scolarizzazione in Brasile o nello Stato del Rio grande do Sul.

Tabella 1 – Numero degli iscritti alle scuole italiane del Brasile (1890-1930)

	1890-1891	1896-1897	1904-1905	1909-1910	1913-1914	1921-1922	1922-1923	1924-1925	1927	1930
Bahia	20	--	--	250	--	--	--	--	--	--
Minas Gerais	--	--	--	296	330	307	333	301	267	321
Paraná	--	--	752	596	786	704	1644	708	568	708
Santa Catarina	--	--	1681	1132	2261	1477	3195	2915	1032	2010
Pará	--	--	--	--	--	30	30	30	--	--
Pernambuco	--	--	--	424	424	656	656	656	409	61
Rio Grande do Sul	1468	2250	3213	2492	4310	3199	4628	4085	3315	3686
Rio de Janeiro	50	95	214	411	438	774	1072	901	334	101
São Paulo	515	1200	7275	6724	13307	5642	8248	10626	7012	6934
Espírito Santo	--	--	138	1053	1355	--	--	--	785	--
Mato Grosso	--	--	--	180	201	--	--	--	180	--
TOTAL	2053	3545	13273	13558	23412	12789	19806	20222	13902	13821

Fonte: Barausse (2017).

Ma non esiste, ancora, una analisi quantitativa sistematica alla quale sarà possibile arrivare solo attraverso scavi più approfonditi fondati sulla documentazione tanto di origine italiana quanto brasiliana, sulle singole realtà migratorie italiane presenti nei diversi contesti della federazione degli stati. Una conoscenza più analitica della presenza delle scuole italiane va, peraltro, messa in stretta relazione con uno studio più esteso dei livelli di scolarizzazione dei tassi di alfabetizzazione distribuiti nelle aree di insediamento tanto dei coloni nei contesti rurali, quanto degli immigrati italiani nelle aree urbane. Indagini come

quelle avviate da Ciconetto Bernardi e Luchese (2020) sulla realtà di Antonio Prado, ci permettono, ad esempio, di verificare con più esattezza la reale condizione di alfabetizzazione della popolazione migrante italiana insediatasi in uno dei centri rurali più importanti dell'area di colonizzazione rurale.

Nel loro insieme gli studi condotti sino ad oggi hanno solo iniziato a far meglio luce sui molteplici soggetti coinvolti nei processi di scolarizzazione etnica. Piuttosto eterogenea è, infatti, la natura delle scuole come gli studi stanno dimostrando. Le indagini condotte per il Rio Grande do Sul da Luchese (2008; 2010a; 2015) e Barausse (2017a; 2017b) hanno messo in evidenza la presenza di scuole promosse per iniziativa di genitori o emigrati che si sono prestati o dedicati all'attività di insegnamento. Tali scuole collocate nei contesti rurali, dalla natura privata e spesso dalla durata effimera, hanno convissuto con quelle di natura confessionale parrocchiale e, soprattutto all'inizio del novecento, con scuole promosse da religiosi. Scuole rurali che, peraltro, nel corso dei primi cinquanta anni della emigrazione italiana, hanno talvolta ottenuto il sussidio dallo stato italiano o dai municipi brasiliani alle prese con la necessità di dare delle risposte alle crescenti domande di scolarizzazione di quelle aree ancora scoperte dalla istruzione pubblica (LUCHESE, 2012a). Attraverso le ricerche condotte in questo ultimo periodo, si è cercato di sondare il comportamento dei soggetti istituzionali e, in particolare, soprattutto gli indirizzi delle politiche scolastiche e degli interventi politico istituzionali in materia di emigrazione o di immigrazione degli stati interessati dal fenomeno. Per quanto riguarda le iniziative promosse dallo stato italiano si sono cominciati a mettere in maggior risalto alcuni passaggi legati alle politiche per lo sviluppo delle scuole etniche (scuole italiane all'estero sussidiate dallo stato (1888-1942). I contributi di Salvetti (2002; 2014), sullo sviluppo delle scuole italiane all'estero, rimane solo un primo approccio al quale devono seguire specifici approfondimenti sulla elaborazione e lo sviluppo delle politiche scolastiche e del relativo dibattito che ne hanno accompagnato la definizione, nelle diverse periodizzazioni su cui hanno inciso gli interventi in materia scolastica. Nel cantiere aperto è tornata una particolare attenzione alla individuazione degli orientamenti e delle strategie dei consoli con particolare riferimento allo Stato del Rio Grande do Sul (BARAUSSE, 2017b). Ma è ancora assente una ricostruzione attenta degli indirizzi assunti dai responsabili degli esteri, anche

attraverso una puntuale ricognizione delle circolari prodotte tra Otto e Novecento in materia di scuole italiane all'estero. Un ambito intorno al quale sono stati realizzati dei percorsi di approfondimento è quello relativo alle iniziative promosse all'inizio del Novecento per lo sviluppo della formazione degli insegnanti adeguati al compito di formare gli emigrati (D'ALESSIO, 2019), o a quelle per la formazione professionale di chi intendeva emigrare (GALLO, 2016) in età giolittiana, primi del novecento. A loro volta gli studi sul versante brasiliano hanno permesso da un lato di approfondire la conoscenza degli interventi politico istituzionali, e dei loro limiti. Le indagini condotte dal gruppo di ricerca coordinato da T.A. Luchese hanno iniziato a far luce soprattutto sui limiti degli interventi delle classi dirigenti della nuova repubblica federale (LUCHESE, 2010a; 2015), limiti che hanno favorito lo sviluppo e la permanenza delle iniziative di carattere etnico dei coloni nelle aree rurali, destinate ad implementare le forme di scolarizzazione classificate nei regolamenti sotto la categoria delle scuole private o delle scuole isolate (LUCHESE, 2015). D'altra parte, gli studi di questi ultimi anni hanno avuto il merito di iniziare a chiarire i riflessi sulle scuole italiane, dei processi di nazionalizzazione avviati nel contesto brasiliano durante la stagione degli anni Trenta e nello *Estado Novo*, le dispute, i conflitti generati dalle politiche di nazionalizzazione dell'insegnamento prima e dopo Vargas (RECH, LUCHESE, 2018; BARAUSSE e LUCHESE, 2017; RECH e BARAUSSE, 2019). L'impressione, però, è che sia necessario un ampliamento delle ricerche al fine di comprendere la dialettica determinata dai processi di nazionalizzazione sin dall'inizio del Novecento, prima ancora della ventata nazionalista varguiana.

Nell'ambito delle ricerche condotte in questo ultimo decennio il focus sullo sviluppo delle scuole etniche è stato centrato inizialmente su quelle promosse nell'area coloniale rurale del Rio Grande do Sul o in quelle di analoghi contesti rurali negli stati di Santa Caterina per poi spostarsi verso l'analisi dello sviluppo dei processi di scolarizzazione nelle aree urbane. Le ricerche condotte sulla scolarizzazione etnica, pur nell'assenza di un quadro sistematico di indagini, hanno messo in evidenza il ruolo dell'associazionismo mutualistico. Le molte società di mutuo soccorso sorte sin dal periodo della prima colonizzazione sono state gli agenti più dinamici nella promozione delle iniziative di scolarizzazione. Su questo versante conosciamo meglio le iniziative promosse tanto nei contesti rurali quanto in quelli urbani dello stato del

Rio Grande do Sul che sono stati animati dalle forme di sociabilità etnica che hanno accompagnato la nascita e lo sviluppo delle scuole. Elementi di conoscenza più approfonditi si sono ottenuti attraverso le indagini condotte da Luchese (2010a; 2015) sul ruolo dell'associazionismo mutualistico per alcuni territori dell'area coloniale, soprattutto Garibaldi e Caxias; così come quelle condotte da Rech (2015) Rech e Luchese (2018), Barausse e Castro (2020) e Castro (2021) hanno messo a fuoco le iniziative per la promozione della scolarizzazione dell'associazionismo etnico in contesti, quelli urbani della capitale dello Stato di Rio Grande do Sul o di Pelotas che presentano caratteristiche, dinamiche e processi distinti da quelli che interessarono prettamente l'area della colonizzazione interna dello stato; dove l'azione dei gruppi della nascente borghesia tanto a Porto Alegre quanto a Pelotas, – interessata dal flusso migratorio italiano ancor prima dell'avvio della grande migrazione degli anni Settanta dell'Ottocento – fu connotata e condizionata dalle caratteristiche differenziate dei flussi migratori, destinati ad alimentare una forte conflittualità interna sia di natura regionalistica sia di origine sociale, ma anche una forte spinta verso un'idea di italianità più funzionale alla esaltazione del ruolo dei gruppi migranti italiani nello sviluppo economico, sociale e culturale del Rio Grande do Sul. D'altra parte lo scavo condotto sulle scuole promosse dalle associazioni etniche hanno permesso di verificare anche i mutamenti registrati nel corso degli anni Venti e Trenta del Novecento, l'efficacia e i limiti, in uno spazio geografico distinto da quello nazionale italiano, della introduzione di quei caratteri specifici che il regime fascista volle introdurre nell'organizzazione e cultura scolastiche legati al ruolo di maggior politicizzazione che le istituzioni scolastiche dovevano assumere anche all'estero per educare l'uomo nuovo fascista.

La storia dei processi di scolarizzazione a base etnica in Brasile presenta ancora molti punti oscuri. Penso alla necessità di conoscere meglio non solo le esperienze condotte in altre realtà delle colonie rurali riograndensi come Encantado, Antonio Prado, o nei municipi della quarta colonia a partire da Silveira Martin, ma anche nei contesti di frontiera come Bagé o Alegrete, dove il flusso migratorio italiano ha dato vita a comunità significative. Il tema meriterebbe uno scavo specifico anche attraverso il ricorso agli eventuali atti prodotti dai dirigenti delle associazioni. Già è stata richiamata l'importanza di conoscere i livelli di alfabetizzazione dei migranti e approfondire il profilo culturale

e le caratteristiche del corpo insegnante che promosse o accompagnò lo sviluppo delle scuole. Anche l'esperienza di tanti insegnanti, contraddistinta da una accentuata mobilità internazionale e dal mantenimento di forti relazioni con il contesto di origine, potrebbe rivelare la presenza di interconnessioni profonde tra l'Italia e il Brasile.

Le realtà scolastiche disseminate nei contesti rurali o urbani hanno convissuto, come già si diceva, con quelle di natura confessionale parrocchiale e, soprattutto all'inizio del novecento, con scuole promosse da religiosi. Alcune ricerche sono state destinate ad approfondire aspetti inediti di altri soggetti di natura istituzionale o associativa, espressione delle forme della sociabilità laica e religiosa. In questa direzione alcune indagini hanno ripreso gli spunti promossi qualche decennio fa da Rosoli (1982), per verificare il ruolo della Chiesa nell'ambito dei processi educativi e delle istituzioni scolastiche che furono fondate a partire dalla fine del secolo XIX in Brasile e nel Rio Grande do Sul. Un campo di estremo interesse e di considerevole aiuto riguarda lo studio dei comportamenti istituzionali attraverso l'approfondimento degli indirizzi pastorali della Santa Sede (SANFILIPPO, 2009; SANI, 2017; SANI, 2020) e il ruolo degli indirizzi pastorali dei vescovi italiani (TRAMONTIN, 1989) mentre ancora scarsi sono le ricerche intorno a quelli brasiliani se si eccettuano alcuni approcci di Francesconi (1975) per il Rio Grande do Sul. Per quanto concerne gli orientamenti della Santa Sede attraverso la cooperazione degli studiosi italiani è stato possibile riprendere e approfondire l'evoluzione delle direttive pontificie sull'emigrazione e la nascita della congregazione scalabriniana per i migranti (ROSOLI, 1982; ROSOLI, 1999; SANI, 2017). Ma è necessario realizzare casi di studio significativi nell'ambito della storia delle istituzioni scolastiche, coinvolgendo nel lavoro ricercatori che approfondiscano il ruolo e il profilo delle congregazioni religiose in ambito educativo nelle prime decadi del XX secolo e, in particolare indagini sulle iniziative promosse dalle congregazioni carliste, salesiane, mariste, gesuite o della famiglia dei cappuccini per comprendere meglio il loro ruolo educativo e la loro funzione nel quadro delle iniziative destinate tanto alla formazione dei ceti popolari quanto delle élite dirigenti, anche quelle della borghesia sviluppatasi nel contesto dell'emigrazione. L'azione pastorale educativa delle congregazioni religiose e dei missionari e delle istituzioni educative da loro promosse, su cui Rosoli aveva rivolto lo sguardo già venticinque anni fa (1996) è stata oggetto di alcune prime importanti

incursioni attraverso le indagini condotte da E. Falcade Maschio tese ad approfondire il ruolo degli scalabriniani in Paraná (FALCADE MASCHIO, 2019). Ma per quanto riguarda l'impegno dei padri carlisti proprio recentemente sono comparsi due importanti studi condotti da studiosi italiani meritevoli di essere segnalati per la loro originalità. Intendo far riferimento all'ampia raccolta epistolare realizzata da p. Terragni (2016) sulla figura di padre Colbacchini seguita da una analisi specifica di Roberto Sani (2020) relativa alla *Guida spirituale per l'emigrante italiano* redatta dallo scalabriniano. Ma altri sondaggi sembrano confermare la necessità di effettuare scavi più sistematici fondati su una documentazione che solo una dinamica transnazionale nella ricerca può far emergere: penso, in particolare al ruolo esercitato dalle suore carliste insediate a Bento Gonçalves nei primi decenni del Novecento (MATIELLO, 2019; MATIELLO, LUCHESE, BARAUSSE, 2019) o a quello del *Colégio Nossa Senhora de Lourdes*, costituito nel municipio di Farroupilha analizzato da Belusso (2016). Tra le iniziative di carattere educativo meritevoli di ulteriori approfondimenti sembrano esserci anche quelle istituzioni promosse dai religiosi in favore dell'infanzia emigrata. Un caso di studio interessante, in tal senso, è quello relativo all'orfanotrofio fondato a San Paolo per iniziativa dello scalabriniano p. Giuseppe Marchetti su cui si è soffermata recentemente Mimesse (2019) e che può costituire un valido punto di riferimento per indagini analoghe.

Al tempo stesso è necessario approfondire il ruolo esercitato dalle associazioni laiche di ispirazione religiosa nel periodo compreso tra la fine del primo decennio del nuovo secolo e la fine degli anni Trenta. L'attenzione a quelle che, seguendo le suggestioni di Lucassen (2014), potremmo definire "organizational migrants" ha ispirato anche i contributi volti ad analizzare le iniziative e le attività condotte da un'altra delle organizzazioni del cattolicesimo italiano che, però, sin dalla sua origine ebbe chiare ambizioni transnazionali. L'operato della *Federazione Italica Gens*, infatti, costituisce l'ulteriore caso di studio per approfondire e meglio conoscere gli strumenti di cui si avvalsero tanto il governo italiano quanto il cattolicesimo italiano per sviluppare lo specifico progetto culturale di salvaguardia e difesa dei caratteri etnico-culturali nazionali nei migranti, un progetto strettamente associato alla promozione dell'identità religiosa in senso cattolico. L'analisi recentemente avviata da Barausse (2019c) degli scambi epistolari tra

Cesare Bompard, l'ispettore dell'associazione inviato nello stato brasiliano del Rio Grande do Sul all'inizio degli anni Venti dalla sede centrale di Roma della organizzazione cattolica per conto del ministero degli affari esteri, e i dirigenti della stessa, a partire da Ernesto Schiaparelli, consentono di comprendere più in profondità il disegno che soggiaceva al tentativo di sostenere in alcuni stati brasiliani lo sviluppo delle scuole, la circolazione di una stampa periodica di orientamento cattolico e nazionale, la realizzazione di una serie di iniziative culturali per sostenere la diffusione della italianità. Un percorso che fu anticipato da altre significative esperienze solo parzialmente studiate, come quella di Venerosi, il collaboratore di Schiaparelli che si recò nel Brasile meridionale negli anni precedenti il primo conflitto mondiale, o come quella avviata tra il 1922 ed il 1923 da un altro dirigente dell'*Italica Gens*, il capitano Luigi Seghetti sui cui rapporti di viaggio nel Rio Grande do Sul e Santa Caterina si stanno predisponendo specifica pubblicazione.

Le ricerche condotte in questi ultimi anni hanno, del resto, richiamato fortemente l'attenzione sul ruolo esercitato dall'associazionismo mutualistico laico di carattere etnico nella promozione delle iniziative per la scolarizzazione. L'attenzione degli studiosi come ha recentemente rilevato De Ruggiero (2019), dopo essersi orientata ad approfondire le esperienze dell'associazionismo sorto nella capitale dello stato di San Paolo (BIONDI, 2012), si è diretta a far luce inizialmente sulle forme di sociabilità etnica sorte anche in altri contesti statali a partire da quello del Rio Grande do Sul e, nello specifico nella regione coloniale per poi passare ad individuare, grazie alle ricerche di Costantino (2002) la necessità di approfondire quelle maturate nei contesti urbani dello stato meridionale del Brasile a partire dalla capitale Porto Alegre. La presenza di una migrazione di artigiani e commercianti nella capitale dello Stato come in altri contesti urbani come Pelotas, ha favorito un processo di aggregazione di un primo ceto medio urbano desideroso di esprimere la propria identità originaria e di incidere sul tessuto economico e sociale delle città (DE RUGGIERO, 2019). Le molteplici società di mutuo soccorso fondate ancor prima dell'avvio della migrazione di massa, hanno, dunque, catturato l'attenzione degli storici i quali, però, solo recentemente hanno potuto rilevare il ruolo di molti di questi sodalizi per la promozione di iniziative destinate alla fondazione e il consolidamento di scuole etniche. Le indagini condotte su questo versante, anzi, hanno messo in evidenza come l'associazionismo mutualistico abbia

costituito un tassello fondamentale nella strategia tanto delle comunità di emigrati quanto delle politiche ministeriali italiane per consolidare l'identità nazionale nel contesto brasiliano (BARAUSSE, 2018) e incidere dal punto di vista sociale, culturale e anche politico. Tanto le comunità di italiani emigrati nelle regioni rurali quanto quelle inserite nei tessuti urbani delle città dello Stato del Rio Grande do Sul, hanno sostenuto, a volte anche senza sostegno economico da parte delle autorità consolari, esperienze di scolarizzazione per rispondere alle esigenze espresse dai diversi gruppi sociali presenti nei vari contesti. La vitalità di questi organismi, unitamente anche alla forte conflittualità interna dei sodalizi, hanno connotato e accompagnato le diverse esperienze di scolarizzazione etnica.

Le ricerche condotte sino a questo momento hanno rilevato, dunque, non solo la presenza di una significativa eterogeneità nella natura delle scuole, ma anche nelle caratteristiche generali strutturali delle scuole prese in esame. In primo luogo nella articolazione e composizione delle classi, talvolta miste in altri casi suddivise per genere, per il numero degli iscritti e degli effettivi frequentanti, per le tasse di iscrizione e le forme delle spese. Ma accanto alla diversità delle caratteristiche una certa eterogeneità si è riscontrata anche nei moduli organizzativi e nei contenuti didattico-pedagogici. Da questo punto di vista le indagini hanno iniziato a mettere in evidenza come siano sorte tanto scuole diurne quanto serali, come queste siano state articolate per gradi, frequentemente con orari e calendari scolastici diversificati in relazione alle disponibilità di insegnanti e alunni e alla collocazione delle scuole stesse. Le ricerche hanno rilevato anche la presenza eterogenea delle pratiche didattiche fondate tanto su una tradizionale didattica mnemonica quanto su quella intuitiva, che si è andata diffondendo soprattutto nel corso del primo quindicennio del nuovo secolo. Una fase, quest'ultima, che ha visto consolidarsi anche l'innesto di contenuti curriculari più sensibili ai programmi scolastici previsti dallo stato italiano. Più frequentemente era facile incontrare scuole che includevano nei loro contenuti curriculari l'insegnamento di storia e geografia oltre ai primi rudimenti della scrittura e della lettura e la dottrina cristiana (BARAUSSE, 2017; LUCHESE, 2016; CASTRO, 2021). Tale eterogeneità ha contraddistinto la scolarizzazione etnica italiana almeno fino ai primi quindici anni del novecento. Sarà soprattutto con l'avvento del fascismo in Italia e l'inquadramento delle scuole dentro le finalità del

regime ad esigere una riorganizzazione scolastica delle scuole italiane che parzialmente modificherà questa situazione (RECH E BARAUSSE, 2019; BARAUSSE, 2018 e 2019b).

Uno degli aspetti rilevanti intorno ai quali le indagini iniziano a centrare l'attenzione, per spiegare la forte eterogeneità delle caratteristiche delle scuole, è quello relativo agli insegnanti e agli studenti. Siamo all'inizio di un percorso di ricerca che sta rilevando la presenza di un variegato mondo di alunni e di insegnanti che hanno animato le scuole etniche. Qualche raro riferimento nelle indagini effettuate hanno potuto mettere in evidenza le caratteristiche degli alunni presenti tanto nelle scuole rurali quanto in quelle urbane (LUCHESE, 2012). Centinaia, invece, sono i maestri o le maestre che si sono esercitati nella professione insegnante e che le ricerche iniziano a far conoscere. Chi, in larga maggioranza, soprattutto tra gli emigrati stessi provenienti dal Veneto nei primi trent'anni di colonizzazione e emigrazione (BARAUSSE, 2019d), in forma più spesso artigianale che come frutto di preparazione professionale nelle scuole normali del Regno, spinti dalla domanda di istruzione che partiva dalle famiglie emigrate più sensibili alla istruzione dei figli; chi in forma più strutturata dal punto di vista professionale, come chi giunse dall'Italia con una "patente" ottenuta attraverso le scuole normali del Regno. Insegnanti che, peraltro, alimentarono, almeno in forma parziale, la nascita del primo nucleo di scuole pubbliche, soprattutto municipali, istituite dagli intendenti del Rio Grande do Sul nell'area rurale del Rio Grande do Sul, e anche la funzione ispettiva (GIRON, 1998). Altri ancora, soprattutto all'inizio del Novecento, su mandato esplicito del ministero degli Affari Esteri e del Commissariato per l'emigrazione, i cosiddetti "maestri agenti": figure, come quelle di Luigi Petrocchi o di Umberto Ancarani, intorno alle quali si inizia finalmente a far luce (LUCHESE, BARAUSSE, 2021; CASTRO, BARAUSSE, 2019) e che meriterebbero un approfondimento autonomo più sistematico anche per la funzione di "agenti consolari" da essi ricoperta in particolare nei primi quindici anni del nuovo secolo. Chi, infine, arrivò in Brasile nel corso degli anni Venti o Trenta al fine di contribuire alla riorganizzazione didattica e pedagogica delle scuole italiane per orientare secondo gli indirizzi del regime fascista le stesse pratiche didattiche. Proprio su questo versante esemplare è l'esperienza del maestro Luigi Ledda, recentemente analizzata (BARAUSSE, 2019b) che giunse a Porto Alegre all'inizio degli anni Trenta per coadiuvare i

consoli nella riorganizzazione delle scuole italiane nello Stato del Rio Grande do Sul e infondere un'idea di italianità in linea con le attese del regime. E proprio lungo questo versante il mutamento del paradigma storiografico ha legittimato l'avvio di indagini finalizzate a mettere in luce le culture e le pratiche scolastiche sviluppate nel corso del tempo nelle scuole etniche italiane. Una prospettiva ritenuta essenziale per comprendere i modelli e i costumi educativi attraverso i quali si è costruita l'identità dei migranti, e le pratiche per l'italianità. Lungo questa prospettiva risultano preziose quelle indagini, purtroppo ancora limitate anche per la difficoltà di reperire fonti adeguate, che hanno potuto prendere in esame i quaderni, le scritture scolastiche come i componimenti, attraverso le quali è possibile mettere in rilievo i contenuti attraverso i quali le diverse forme di scolarizzazione cercarono di trasmettere e trasferire l'identità culturale nazionale. Più frequentemente, nell'ambito delle culture scolastiche, sono stati i libri di testo ad aver riscosso l'interesse dei gruppi di ricerca. Alcuni primi sondaggi condotti da Barausse e Luchese (2017b; 2018; 2019), Barausse (2015; 2016a; 2018; 2019a; 2021) Bastos (2017) e Bastos e Barausse (2017), tanto per gli anni della prima colonizzazione quanto per quelli degli anni Venti e Trenta del Novecento, hanno iniziato, ad esempio, a far luce su aspetti e livelli diversi. Da un lato hanno fatto luce sulla presenza di specifiche politiche del libro per le scuole italiane all'estero; dall'altro sulla effettiva circolazione dei libri di testo utilizzati nelle esperienze di scolarizzazione etnica, non solo nel contesto riograndense ma anche in quello paulista (PANIZZOLO, 2019), sulle dinamiche di adattamento o meno di tali prodotti o addirittura sull'avvio di una produzione in loco, come ad esempio a Porto Alegre o a San Paolo, di testi da destinare ai figli dei migranti italiani (LUCHESE, 2018; BARAUSSE, 2021) attraverso operazioni di vero e proprio *cultural transfert* secondo le suggestioni di Fontaine (2015) e Fontaine Masoni (2016). Ma, accanto ai libri di testo, recentemente è stata aperta la stimolante e inedita prospettiva dello studio dei periodici destinati all'infanzia, un'area di studio intorno alla quale si è soffermata Ascenzi (2019; 2020) contribuendo, con l'analisi dei giornali prodotti negli anni Venti e Trenta, come *Aquilotti d'Italia* e il *Tamburino*, a mettere in evidenza la costruzione dell'immaginario infantile di tipo etnico e i modelli di integrazione sperimentati durante gli anni del regime fascista. Del resto altrettanto interessanti sono risultati quei primi sondaggi che hanno scavato intorno alle forme collettive

di rappresentazione dell'italianità che hanno coinvolto anche le scuole. I contesti nei quali maturarono e si definirono le “imagined communities” o “inventate”, secondo le suggestioni dei già ricordati storici strutturalisti come Benedict Anderson (2018) e Eric Hobsbawn (2002), sono quelli nei quali si cercarono di introdurre itinerari e iniziative per sostenere i rispettivi caratteri etnico-nazionali fino a raggiungere forti momenti di tensione. Processi realizzati attraverso un *transfert culturale* (OSSENBACH E DEL POZO, 2011) e una rinegoziazione delle identità che si fondò su strumenti e istituzioni diversificati a partire da quelle religiose e statali le quali si qualificarono come vere e proprie *agency* che generarono delle significative e costanti interconnessioni tra realtà diverse e favorirono la circolazione di beni e prodotti culturali. Lungo questo crinale gli studiosi hanno richiamato l'importanza di soffermarsi sui percorsi destinati ad alimentare il senso collettivo della italianità che è stato costruito attraverso luoghi, spazi, riti, celebrazioni, eventi, destinati ad essere delle vere e proprie pratiche di memoria che hanno messo in moto processi di costruzione identitaria. Per quanto riguarda il Rio Grande do Sul, le celebrazioni legate alla Festa dello Statuto, come quelle dei genetliaci dei monarchi, o ancora quelle per il Venti settembre, o ancora le celebrazioni del Cinquantenario e quelle introdotte dal fascismo, hanno meritato l'attenzione degli storici dell'educazione che hanno ravvisato in tali manifestazioni un vero e proprio progetto pedagogico di massa destinato ad alimentare l'ibridazione dei diversi modelli di italianità (BARAUSSE, LUCHESE 2018; BARAUSSE, LUCHESE, 2019).

Merita, infine, rilevare un ulteriore itinerario di ricerca che ha coinvolto in maniera transnazionale gli storici brasiliani e quelli italiani, tanto dell'educazione quanto generalisti: quello relativo alla stampa etnica. A partire dagli studi di Angelo Trento (2013), infatti, ci si è incamminati verso l'approfondimento della funzione pedagogica ed educativa ricoperta dal giornalismo etnico sorto in Brasile nel corso del secondo Ottocento e del primo Novecento. In particolar modo è stata rilevata la presenza di una significativa produzione connotata da un approccio pedagogico di massa volto a salvaguardare e ad alimentare le prospettive identitarie originarie e a sostenere un forte impegno di negoziazione culturale e politica con le autorità brasiliane. Giornali di matrice cattolica, con venature più o meno intransigenti legate al ruralismo cattolico veneto, a seconda delle congregazioni coinvolte e impegnate nei luoghi

di destino dei migranti nel compito educativo di incidere nei processi culturali e identitari, insieme a giornali prodotti dagli esponenti della nascente borghesia urbana soprattutto portalegrese, sono stati oggetto di indagine al fine di rilevare il ruolo esercitato dalla stampa etnica nella formazione di un sentimento collettivo di appartenenza, dei “fortini identitari” (SERGI, 2010) destinati a segnare la presenza collettiva dei gruppi di migranti. Luchese (2017a), Bastos e Barausse (2019), Bastos, Barausse, De Ruggiero (2017), si sono esercitati nell’approfondimento di esperienze giornalistiche nel Rio Grande do Sul come quelle del *Corriere d’Italia* piuttosto che di *Stella d’Italia* che vanno ad affiancare altre ricerche centrate sulla stampa etnica italiana presente negli altri stati come quelli di Santa Caterina (SANTOS CUNHA, 2019;) o di San Paolo (PANIZZOLO, 2019) anche di matrice anarchica e operaia (MARÇAL, 2004). Si tratta di un’area di indagine promettente, sulla quale Angelo Trento (2013) ha dedicato lunghi lavori di scavo e che è destinata ad accrescere le conoscenze sulle forme e sui protagonisti di una fase storica fondamentale per comprendere non solo le dinamiche che hanno accompagnato i processi migratori e di integrazione degli italiani migranti, ma anche le profonde radici multiculturali o interculturali e le tensioni ideologiche e politiche del Brasile contemporaneo.

L’ampliamento di metodi e fonti

La metodologia che ha supportato il lavoro di scavo condotto nel corso di questi ultimi decenni non si è solo fondata sulle suggestioni offerte dalla evoluzione più recente della storiografia sulle migrazioni e della storiografia dell’educazione a cui si è fatto riferimento in precedenza. L’incremento delle ricerche è stato, anzi, possibile proprio per l’ampliamento delle fonti e della loro messa a disposizione, che ha suscitato un inedito interesse dei ricercatori. Vorrei dire, anzi, che una delle novità più significative che ha accompagnato la straordinaria crescita delle indagini nel settore, attiene proprio l’ampliamento delle fonti. È a partire da questi presupposti che le indagini promosse hanno cercato costantemente di muoversi nella prospettiva di prendere in esame quelle fonti che potessero rispondere all’esigenza di muoversi su grandezze di scala diverse capaci di tenere insieme la dimensione globale con quella locale dei processi attraverso i quali si sono incrociati riferimenti condivisi, modelli educativi, testi e beni che circolavano su scala ben più ampia di quella nazionale. Essi si collocano in contesti

diversi dello sviluppo degli stati nazione per i due paesi, Italia e Brasile, ma ricchi di interconnessioni che intendono riferirsi a una prospettiva di ricostruzione storica, a un quadro di ricerche che possa mettere in evidenza le “connected histories” esperienze, cioè, che nel passato, come ci ricorda Chartier (2015, p. 29), hanno messo in relazione gli scambi, i processi e le pratiche educative di diverse popolazioni, con differenti culture, economie e poteri. Storie connesse rivelatrici anche della presenza, pur non generalizzabile, di una significativa interazione transnazionale all’interno delle comunità e dei soggetti migranti con i luoghi di origine. Si tratta di una prospettiva che, tuttavia, non intende rinunciare agli approcci su scala micro-analitica dei casi oggetto di studio anche per non incorrere nel rischio di de-constestualizzare alcuni elementi perdendo di vista l’importanza del «sistema simbolico che gli fornisce senso e agli usi locali e specifici che costituiscono le sue proprie significazioni» (CHARTIER, 2015, p. 30). All’interno delle cornici periodizzanti già precedentemente indicate, la dimensione locale della investigazione storico scolastica ed educativa continua ad essere euristicamente ricca e complessa anche nel quadro di prospettive di scala più ampie come è stato recentemente ricordato da Montino (2011) Barausse, Ghizzoni e Meda (2018), Justino Magalhães (2018), soprattutto quando si affacciano nuovi paradigmi che, sollecitando il superamento di presunti paradigmi nazionali o nazionalisti, propongono “assemblaggi frettolosi di storie del mondo intero” (PROSPERI, 2021) presenti nella prospettiva di alcuni ambienti che frequentano la *global history* più inclini alle sintesi che alla individuazione di fonti appropriate. Un rischio che corrono anche quegli storici propensi a una storia globale anche dell’educazione e non una storia dei processi di scolarizzazione dentro la globalizzazione. L’approccio orientato a mettere in luce le *connected histories* esige, piuttosto, di mantenere un rapporto sempre più stretto con le fonti. Uno dei più importanti studiosi che si muove nell’ambito della storia globale e propugnatore della *connected histories*, Subrahmanyam, ha ricordato la necessità di contestare l’idea che quella della *Global History* sia un’area nella quale debba prevalere la sintesi piuttosto che la ricerca empirica che utilizza archivi e opere inedite. Come per qualsiasi indagine per la quale gli storici continuano ad essere attratti dall’analisi di luoghi e spazi definiti, la conoscenza continua a derivare dal prodotto diretto della consultazione e interpretazione di opere, archivi, immagini, testimonianze, con la spe-

cificazione che tali fonti documentarie non si limitano a un unico spazio nazionale (SUBRAHMANYAM, 2017, p. 236). Il problema, semmai, resta quello di predisporre “una seria organizzazione della ricerca” e affrontare “i problemi che derivano da una scarsa presenza di strumenti indispensabili per una indagine storica in grado di andare oltre le sintesi frettolose e superficiali, e di fornire contributi di ampio respiro” (SANI, 2011, p. 8).

Esiste, oggi, una interessante varietà di fonti archivistiche, a stampa ed orali che lo storico dell’educazione oggi può “mobilitare” per le necessarie verifiche grazie proprio al mutamento del paradigma storiografico che ha legittimato l’uso di fonti fino a qualche anno fa del tutto inesplorate. La natura transnazionale delle ricerche avviate, con lo scambio di ricercatori italiani e brasiliani, ha consentito, in primo luogo, di recuperare in maniera più sistematica i dati quantitativi contenuti nei documenti a stampa costituiti dagli Annuari delle scuole italiane all’estero. Ma, come già detto in precedenza, si tratta di fonti che hanno bisogno di essere integrate anche con le fonti brasiliane, per essere ulteriormente arricchite. Solo in parte suppliscono a tali carenze le fonti a stampa utilizzate fino ad oggi, come alcuni album commemorativi della immigrazione italiana nello stato riograndense che hanno permesso di iniziare ad approfondire le iniziative relative alla scolarizzazione etnica. Le fonti commemorative sono state affiancate anche da un genere di documenti utilizzato nelle indagini dei ricercatori brasiliani, tra cui i documenti ufficiali delle autorità brasiliane. I rapporti dei presidenti delle province o degli intendenti, quelli degli ispettori scolastici e dei direttori delle scuole, i documenti prodotti dalle amministrazioni della istruzione pubblica nei diversi contesti statuali comprensivi dei dati relativi agli indici di scolarizzazione, delle relazioni degli ispettori scolastici anche per quanto riguarda gli esami espletati, l’andamento delle riforme di politica scolastica. Ancora piuttosto scarso, invece, è l’utilizzo delle fonti normative e, in parte, delle relazioni annuali predisposte per i presidenti degli stati o delle province o degli stati, in merito alla scolarizzazione etnica italiana che rientrava nelle forme di istruzione privata o isolata.

Tra i tipi di fonti che possono risultare di un certo interesse per comprendere il fenomeno delle scuole italiane nella loro complessità, ci sono quelle prodotte dai viaggiatori. Per poter valorizzare adeguatamente tale tipo di fonti bisogna distinguere tra i liberi viaggiatori da

quelli impegnati a fornire dei resoconti su incarichi istituzionali o per conto di associazioni. Bisogna, infatti, saper distinguere tra le considerazioni svolte da figure che hanno percorso ampiamente i diversi stati brasiliani, come Carlos Ullrich o Giovanni Pietro Malan (CASTRO, 2021), Vittorio Buccelli da figure che come Venerosi Pesciolini, il capitano Luigi Seghetti e l'ispettore Cesare Bompard realizzarono i loro rapporti per conto dell'associazione Italica Gens, su mandato del ministero degli Affari Esteri prima o dopo lo svolgimento della prima guerra mondiale; o ancora dai viaggi condotti nel Rio Grande do Sul dal direttore di Stella d'Italia Colnaghi, non solo per riscuotere gli abbonamenti annuali degli abbonati al giornale, ma anche per confrontarsi con i rappresentanti delle comunità di italiani residenti nei diversi contesti rurali non solo della grande area coloniale dello Stato, ma anche di altri centri più piccoli (BARAUSSE, BASTOS, 2019; BASTOS, 2021).

Solo parzialmente utilizzati sono i documenti prodotti dalle associazioni etniche che hanno animato la sociabilità etnica italiana nei diversi stati brasiliani (BIONDI, 2012; DE RUGGIERO, 2019). I verbali degli organi direttivi, gli statuti e i regolamenti, i libri dei soci, sono stati vagliati per comprendere le forme organizzative e come le iniziative di scolarizzazione si collocarono dentro di esse. Abbiamo cominciato a conoscere un po' di più alcune delle società di mutuo soccorso presenti nell'area coloniale (LUCHESE, 2010) come nella capitale (RECH, LUCHESE, 2018) o in altre aree urbane come Pelotas (CASTRO, 2021). Ma siamo ben lontani dall'aver esaurito il quadro delle nostre conoscenze su queste realtà: ad esempio chi componeva il quadro dei soci di questo associazionismo? I soci delle società di Caxias piuttosto che di Garibaldi, appartenevano a quel ceto medio borghese in ascesa che animava le forme di sociabilità di Porto Alegre o di Pelotas? Quali le attività e gli eventi promossi dalle società per promuovere le scuole e raccogliere fondi per esse?

Alcune ricerche hanno iniziato a esplorare in maniera più sistematica le fonti consolari. Accanto all'uso dei rapporti consolari già editi tra fine Ottocento e primo Novecento recentemente sistematizzati e pubblicati (ROMANATO, HERÉDIA, 2018) sono stati introdotti nell'uso, soprattutto per le scuole, altri inediti manoscritti, conservati presso l'archivio del ministero degli Affari Esteri italiano. Ancora troppo scarso è invece l'utilizzo delle fonti consolari custodite presso le sedi consolari italiane in Brasile le quali, per ragioni organizzative

e regolamentari, non sono ancora in grado di mettere a disposizione la documentazione storica prodotta o, addirittura, non sono ancora in grado di sistematizzare e inventariare il materiale presente. Tale documentazione è spesso arricchita da ulteriori e specifici rapporti redatti da agenti consolari o da insegnanti o da figure che ricoprivano la funzione di ispettori scolastici (BARAUSSE, 2019b). Come è stato messo in luce, i consoli non sempre erano nelle condizioni di poter compiere le visite ufficiali prescritte dalla normativa presso le istituzioni scolastiche disseminate nei luoghi di emigrazione e pertanto si affidavano alle note che venivano trasmesse alle autorità consolari da coloro che venivano delegati a tale compito (BARAUSSE, 2019). La rigorosa “critica metodologica” dei rapporti consolari è indispensabile per comprendere appieno la forza e i limiti di tali fonti (BARAUSSE, LUCHESE, 2019), destinate il più delle volte a supportare richieste di finanziamento a sostegno delle attività gestite dagli insegnanti delle scuole stesse o dalle società di mutuo soccorso. D’altra parte tali fonti si rendono indispensabili non solo per comprendere la complessità del quadro della scolarizzazione etnica sussidiata dal governo italiano, ma anche le strategie delle autorità consolari nei diversi contesti geografici e politici brasiliani. Per quanto riguarda lo stato meridionale del Rio Grande do Sul, le fonti prese in considerazione hanno potuto, ad esempio, mettere in evidenza il peso diverso assegnato dai consoli alle scuole rurali distribuite nell’area regionale coloniale rispetto a quelle urbane. In altre circostanze ho potuto documentare, ad esempio, interventi come quelli espressi dal vice console Acton, nell’agosto del 1890 per sostenere la necessità di sovvenzionare in maniera più significativa le scuole della regione coloniale e di lasciar decadere gli interventi sulle scuole urbane della capitale gestiti dalle associazioni mutualistiche ma profondamente segnate da conflitti interni (BARAUSSE, 2017b). Ma solo attraverso la raccolta sistematica di questi rapporti sarà possibile arricchire il quadro delle conoscenze sulle molteplici dinamiche che hanno accompagnato il consolidamento, lo sviluppo e la crisi delle iniziative legate alla scolarizzazione nei diversi stati della federazione brasiliana che sono stati interessati dal fenomeno migratorio³. Molti sono gli spunti offerti da tali fonti per meglio articolare anche le chiavi interpretative sul fenomeno oggetto di studio e la comprensione delle

³ Colgo l’occasione di comunicare che a breve, con il coordinamento curato da chi scrive e da T. Luchese saranno pubblicati i rapporti consolari sulle scuole prodotti nel Rio Grande do Sul per il periodo compreso tra il 1884 e il 1938.

dinamiche che hanno rallentato o favorito la scolarizzazione. Solo per fare alcuni esempi tali fonti consentono di cogliere anche la diversa sensibilità o approccio delle stesse autorità consolari sul ruolo delle scuole come quando il console di Porto Alegre Brichanteau contestava al viceconsole Acton “giovane baldo e ricco, ancora, di tutte le migliori illusioni della vita” di avere considerato le scuole dislocate nelle linee della regione coloniale “dal loro lato poetico”:

Se, come credo, lo scopo che il R. Governo si prefigge col subsidiare le scuole all'estero è quello di propagare il nostro idioma – farlo apprendere ai figli degli Italiani che nascono all'estero, se nella scuola all'estero si deve imparare a conoscere, amare, ed a suo tempo servire la patria lontana, se la scuola deve essere il legame che unisce in un sol pensiero i membri sparsi della grande famiglia italiana, in coscienza debbo assicurare l'E.V. che nessuno di questi alti e nobili scopi è raggiunto dalla grande maggioranza delle scuole sussidiate site nelle colonie. Il colono veneto che qui emigra, vende ogni suo avere: parte dal suo luogo natio con tutta la sua numerosa famiglia, padre, madre, mogli (sic!) e figli, e dopo mille e mille patimenti e privazioni se riesce a divenire proprietario del lotto promesso, quivi fabbrica in legno la sua casa, vi si stabilisce definitivamente e continua a far figli per conto del Brasile. Nessun legame di parentela, nessun interesse materiale ha lasciato in patria ove non sarebbe mai, forse, divenuto proprietario, i figli suoi portati qui in fasce o di già giovinetti dai 15 ai 16 anni, saranno tutti renitenti di leva, pur troppo; ed i nati nel Brasile non riconoscono altra patria all'infuori di questa. La famiglia veneta del colono continua a parlare non l'italiano, ma il suo dialetto perché dove si trova non vi sono indigeni che parlino altra lingua. Se v'è una scuola sussidiata dal R. Governo vi mandano i loro figli dai 5 ai 10 anni non già per sentimento patriottico, per far loro insegnare il nostro idioma che del resto il maestro contadino non sa insegnare; non già pel dovere di istruire i figli ma semplicemente per [...] proprio decisi a toglierli dalla scuola appena possono sopportare in qualche modo le pratiche campestri. Il colono veneto manda alla scuola italiana il figlio, quando altre non esistono, ma quando il governo brasiliano apre una scuola gratuita in un nucleo coloniale, questa è immediatamente preferita, perché gratuita, all'italiana ove deve pagare 60 centesimi ed una lira al mese. In una parola la famiglia colonica veneta che abbandona l'Italia, è irreversibilmente perduta per la patria ove più non tornerà né il padre né il figlio, né il figlio del figlio, e ciò anche perché il terreno concesso al nostro colono e che egli deve pagare con rate per molti e molti anni non procura alla famiglia veneta l'agiatezza, ma appena il necessario per sustentarsi e quando fra 20 anni questa agiatezza comincerà a far capolino, questa famiglia sarà completamente brasiliana di origine veneta. Né si potrebbe dire che essendo numerosissima la colonia nostra in questo Stato

(150.000) di cui tre quarti è composta di coloni Veneti, essa farà col consumo, concorrenza allo sviluppo del nostro commercio di esportazione e poiché anche sotto questo punto di vista il colono veneto merita poca simpatia, poiché egli è e diventerà in avvenire un serio concorrente alla nostra produzione ed esportazione. [...] (BRICHANTEAU, 1892).

Anche il successore, il nuovo console Pio di Savoia alimentava tale mentalità rafforzando la visione piuttosto negativa sul ruolo dei migranti italiani provenienti dalle diverse aree regionali e sulla possibilità di raggiungere gli obiettivi previsti di sostegno all'identità nazionale:

La lingua italiana nello Stato di Porto Alegre ed in generale nel Brasile non ha alcuna forza espansiva, e me ne appello a tutti quelli che sono stati qui ed hanno osservato. Non ne ha e non ne può avere poiché – a parte molte altre considerazioni d'indole più generale – la grande maggioranza di questi nostri emigranti sono gente incolta, rozza, ignorante, che non parla già la lingua di Dante ma i dialetti del Veneto, del Friuli, del Napoletano, della Sicilia ecc. Eglino sono venuti qui cacciati dalla miseria, in cerca di una nuova patria e per conseguire tutti i vantaggi ch'essa può loro concedere hanno bisogno assimilarsene gli usi, i costumi, la lingua il più presto possibile, oggi piuttosto che domani. Infatti, dopo due o tre mesi, già si fanno capire nella lingua del paese; dopo due o tre anni non sanno più dire due parole d'Italiano senza inciampare in quattro portoghesi e dopo un periodo più lungo non parlano più la loro lingua addirittura. E' impossibile andare contro questa corrente (PIO DI SAVOIA, 1894).

I rapporti consolari, parzialmente utilizzati, hanno potuto far luce anche su problematiche legate alla dimensione materiale del far scuola che generalmente la storiografia non ha preso in considerazione per le vicende della scolarizzazione oltreoceano. La circolazione e la distribuzione degli ausili didattici materiali come libri di testo, quaderni, penne, carte murali, riproduzioni fotografiche dei monarchi sono solo alcune delle problematiche intorno alle quali si dovettero esercitare le autorità consolari (BARAUSSE, 2016). Le richieste di fornitura di nuovo materiale scolastico che il nuovo console Brichanteau presentò tra gennaio e marzo 1892 al ministero di fronte a un bisogno “effettivamente urgente” in vista della riapertura delle scuole prevista per la fine del mese di febbraio, giunsero solo diversi mesi dopo, il 2 agosto, risultando, peraltro, insufficiente ad assicurare la copertura per tutte le scuole. Il console nella nota con cui lamentava “il grande ritardo” nell'arrivo del materiale, e per di più incompleto perché privo di 50 abachi e di

50 sillabari, rimarcava anche l'insufficienza del materiale stesso per la copertura di tutte le scuole. Problemi che si presentarono costantemente ai consoli come l'uso, seppur parziale della documentazione, ha potuto mettere in evidenza, come quando il nuovo console Angelo Legrenzi in una nota del 1894 scriveva:

Mi affretto a far sapere all'E.V. che finalmente mi sono giunte le 3 casse di materiale scolastico dopo 5 mesi di viaggio ed imballate con la nota noncuranza abituale ai produttori e industriali italiani, cosicché non pochi esemplari di libri arrivarono sciupati (LEGRENZI, 1894).

I rapporti consolari sono utili per capire anche i mutamenti in corso nella società e nelle scelte di politica scolastica brasiliana, via via più attenta anche alle esigenze di garantire una maggiore scolarizzazione pubblica. Nel corso degli anni Venti aumentò da parte delle autorità consolari, la percezione di sentirsi sempre più accerchiati dal processo di de-italianizzazione. Il console Arduini, su cui ho avuto modo di soffermarmi in altri contributi, nel trasmettere il proprio rapporto al ministero parlava di vera e propria “debacle” di “situazione disastrosa” di “tutte le piccole scuole laiche” mantenute dal governo italiano attraverso i sussidi e localizzate soprattutto nella regione coloniale che avevano rappresentato “piccoli baluardi di italianità” e che ora erano lasciate in condizioni di “abbandono” e di “incuria” (BARAUSSE, 2015).

Il procedimento di snazionalizzazione è naturalmente molto più facile nelle città che nelle campagne, ma è un fatto ch'esso va prendendo sempre più piede anche in queste ultime coll'aprirsi di nuove strade e vie di comunicazione, coll'intensificarsi dei rapporti commerciali fra le colonie e i centri abitati e soprattutto in seguito all'opera che vanno svolgendo le Autorità locali, le quali non solo non vedono di buon occhio le scuole straniere per modeste ch'esse siano, ma tentano con ogni mezzo la dove possono di soppiantarle” (ARDUINI, 1925).

Ed infine l'esame delle relazioni di consoli, direttori didattici e insegnanti degli anni Trenta e la corrispondenza intercorsa con le autorità politiche e amministrative italiane e brasiliane in momenti particolarmente delicati e segnati da tensioni di natura nazionalistica, hanno permesso di iniziare a mettere in luce la diversità dei comportamenti delle autorità consolari italiane nei confronti di quelle federali e statali del Brasile.

Tra le fonti di natura archivistica generalmente poco esplorate meritano di esser ricordati i documenti che si riferiscono all'esercizio delle

pratiche didattiche e che sono conservate presso sedi archivistiche differenti come gli archivi scolastici, l'archivio scuole del ministero degli affari esteri, gli archivi familiari o privati). È all'interno di queste sedi di conservazione di natura pubblica o privata che è stato possibile esaminare registri scolastici, quaderni scolastici, libri di testo che insieme ai diari o alle memorie di insegnanti e a relazioni da essi prodotte hanno arricchito e arricchiscono il quadro delle risorse a disposizione per le ricostruzioni promosse in questi ultimi anni. Se, per restare al caso dello stato riograndense, fino a ieri le memorie di Giulio Lorenzoni, (1975; FRANZINA, 2008) professore sembravano essere occasioni rare di approfondimento anche delle esperienze scolastiche legate alla grande emigrazione veneta in Brasile, altri tipi di scritture scolastiche e altre memorie sono riemerse da archivi e scaffali per integrare le conoscenze. Penso, ad esempio, alle memorie di Antonio Ceretta (VENDRAME, 2018; BARAUSSE, 2019b) o a quelle del professore Andrea Pozzobon (VENDRAME, 2018) i quali esercitarono la loro attività di insegnamento per decenni nell'area della quarta colonia. Memorie alle quali devono essere aggiunte altri tipi di scrittura professionale, come le relazioni e i resoconti degli insegnanti inviati dal ministero italiano degli affari esteri come agenti consolari o come maestri e maestre incaricati dalla direzione generale degli italiani e delle scuole all'estero diretto da Piero Parini. Altrettanto importanti per integrare il quadro delle conoscenze sugli insegnanti e sulle pratiche didattiche adottate si sono rivelate le fonti orali conservate in importanti banche dati come quella presente presso il centro di ricerca dell'Università di Caxias o la raccolta organizzata presso il municipio di Bon Jesus nell'area coloniale di Campos de Cima da Serra (GRAZIOTTIN, 2017).

Fonti estremamente utili per la composizione del quadro di informazioni sono quelle prodotte da istituzioni o associazioni di natura religiosa prodotta nel corso dei due secoli precedenti da diocesi, parrocchie, singole congregazioni religiose, e che vanno ad integrare le fonti conservate presso l'archivio segreto vaticano. Le relazioni delle visite pastorali dei vescovi, i "livros tombos", sono strumenti utili che insieme alle corrispondenze tra i vescovi e il clero o i responsabili delle congregazioni, possono chiarire ulteriormente la problematicità del fenomeno migratorio e la complessità delle forme di scolarizzazione.

Per chiudere questa breve rassegna delle fonti utili per la ricostruzione dei processi di scolarizzazione etnica, è necessario fare un

riferimento alla stampa etnica. Non intendo soffermarmi in modo analitico sui giornali pubblicati in italiano, su cui Angelo Trento ha prodotto un utilissimo e fondamentale repertorio al quale si rinvia per essere introdotti alla consapevolezza del ruolo storico esercitato dalla stampa etnica in Brasile tra Otto e Novecento. Mi basta rilevare che tale strumento non ha impedito di sviluppare ulteriori indagini per arricchire il quadro dei periodici pubblicati nei singoli stati come si continua a fare anche per il Rio Grande do Sul (LUCHESE, 2018; BARAUSSE, BASTOS, 2019) o allo stato di Santa Catarina (SANTOS CUNHA e BERETA 2019), come il saggio redatto con Antonio De Ruggiero presentato in questo stesso simposio dimostra. L'individuazione e lo studio di tali progetti editoriali, alcuni dalla durata più estemporanea, altri, invece, segnati da una vita più che decennale, consente di cogliere l'importanza rivestita dalle scuole per la costruzione e la promozione di un'identità nazionale all'estero come azione esercitata da gruppi inclini a inserirsi nel tessuto sociale urbano o rurale di stati dove le comunità migranti si insediarono come quelli di San Paolo, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul solo per fare alcuni esempi.

Conclusioni

Al termine di questa riflessione di natura prevalentemente storiografica, sarà più facile cogliere il significato dell'interrogativo da cui si è preso le mosse. Le considerazioni svolte alla luce dei diversi contributi realizzati nell'ultimo trentennio, orientati ad approfondire la conoscenza delle forme e delle iniziative finalizzate alla scolarizzazione etnica, portano a concludere che delineare un vero e proprio bilancio storiografico sia forse prematuro. Quanto emerso alla luce della produzione scientifica attuale induce a rafforzare l'idea che ci troviamo di fronte a un cantiere ancora aperto, dunque, destinato a moltiplicare le possibilità di indagine, di esplorazione e analisi delle fonti, vecchie e nuove, per arricchire il quadro euristico intorno al fenomeno dell'educazione e della scolarizzazione etnica in un contesto migratorio rilevante nella storia della mobilità degli italiani in Brasile. La crescita delle indagini e le numerose piste di ricerca indicate da un'agenda ricca e articolata per restituire un quadro ben più complesso di quello immaginato e rappresentato solo alla fine del secolo scorso. L'incremento delle ricerche in questo specifico ambito è, in realtà, da ricondurre alla crescita del processo di internazionalizzazione nel campo del lavoro accademico

di questi ultimi quindici-venti anni e che ha connotato secondo una prospettiva transnazionale la maggior parte dei contributi comparsi in questa ultima stagione. Credo che l'esito più fecondo di questa stagione di studi, stia proprio nella adozione di un approccio e di una metodologia destinati a fare da volano per ulteriori indagini in molti altri contesti del Brasile contemporaneo segnato dal processo migratorio. L'auspicio è che l'evoluzione del contesto sanitario e politico, consenta di riprendere e di rilanciare il cammino percorso fino ad oggi.

Bibliografia

AMBROSOLI, Luigi. L'istruzione degli emigranti nella lotta contro l'analfabetismo in Italia tra Ottocento e Novecento. *In: BRUSA, C. E GHIRINGHELLI, R. (a cura di.), Emigrazione e territorio: tra bisogno e ideale.* Varese: Lativa, 1995, p. 63-74.

ANDERSON, Benedicte. **Comunità immaginate. Origini e fortuna dei nazionalismi.** Bari: Editori Laterza, 2018.

ANDRÉS, María del Mar del Pozo. The Transnational and National Dimensions of Pedagogical Ideas: The Case of the Project Method, 1918-1939. *In: Paedagogica Historica.* v. 45, n. 4 and 5, 2009, p. 5611-584.

ASCENZI, Anna, BARAUSSE Alberto, LUCHESE Terciane Angela, SANI Roberto. History of education and migrations: crossed (or connected or entangled) histories between local and transnational perspective. A research "agenda". **History of Education & Children's Literature**, v. XIV, n. 2, p. 227-262, 2019.

ASCENZI, Anna. Journals for italian young people abroad during the fascist Twenty Years: from "Aquilotti d'Italia" (1928-1930) to "Il Tamburino della gioventù italiana all'estero" (1931-1943). **History of education & Children's Literature**, v. XIV, n. 2, p. 425-445, 2019.

ASCENZI, Anna. **Il fascismo e la mobilitazione della gioventù italiana all'estero.** Ideologia e propaganda nei periodici per ragazzi. Milano: Franco Angeli, 2020.

BAGCHI, B. Connected and entangled histories: writing histories of education in the Indian context. *In: Paedagogica Histórica.* v. 50, n. 6, 2014, p. 813-821.

BAGCHI, B., FUCHS, E. e ROUSMANIERE, K. (ed.), **Connecting Histories of Education. Transnational and Cross-Cultural Exchanges in Pos-Colonial education.** New York/ Oxford: Berghahn, 2014.

BARAUSSE, Alberto. The construction of national identity in textbooks for italian schools abroad; the case of Brazil between the two World Wars. **History of Education & Children's Literature**, v. X, p. 425-461, 2015.

BARAUSSE, Alberto. From the Mediterranean to the Americas. Italian Ethnic schools in Rio Grande do Sul between emigration, colonialism and nationalism (1875-1925). **Sisyphus**, v. IV, p. 144-172, 2016a.

BARAUSSE, Alberto. Os livros escolares como instrumentos para a promoção da identidade nacional italiana no Brasil durante os primeiros anos do fascismo (1922-1925). **Revista História da Educação**, Porto Alegre v. 20 n. 49 p. 81-94, 2016b.

BARAUSSE, Alberto. Chamas da educação nacional e do sentimento pátrio: as escolas italianas no Rio Grande do Sul da colonização ao final do século 19 (1875-1898). **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 21, n. 51, p. 41-85, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-34592017000100041&script=sci_abstract&tlng=pt. 2017a

BARAUSSE, A. Le scuole italiane nel Rio Grande do Sul attraverso le carte consolari tra la fine dell'Impero e l'inizio della Repubblica (1875-1893). In De Ruggiero, A., Herédia, V. B. M., Barausse, A. **História e narrativas transculturais entre a Europa Mediterrânea e a América Latina**, Porto Alegre, EDIPUCRS, 2017b, v.1, p. 195-248

BARAUSSE, Alberto. Livros didáticos e italianidade no Brasil nos anos 1920-1930. In LUCHESE, Terciane Ângela (org.). **Escolarização, culturas escolas e instituições: escolas étnicas italianas em terras brasileiras**. Caxias do Sul: EDUCS, 2018, p. 29-74.

BARAUSSE, Alberto. “Una impronta di italianità”: os livros didáticos para as escolas étnicas italianas no Brasil entre o liberalismo e o fascismo. **Cadernos de História da Educação**, v. 18, n. 2, p. 329-350, 2019a. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/50280>.

BARAUSSE, Alberto. As fontes para uma história das práticas educativas nas escolas italianas no Rio Grande do Sul (Brasil): da colonização ao período varguista. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 20, n. 44, p. 126-153, set./dez. 2019b. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723820442019126/0>.

BARAUSSE, Alberto. Between religion and nation: Italica Gens and the development of ethnical schools and Italian language in Southern Brazil in the early 20th century (1910-1930). **History of education & Children's Literature**, v. XIV, n. 2, p. 303-338, 2019c.

Barausse, Alberto. La scuola in Colonia. Maestri rurali e memorie dell'emigrazione veneta in Rio Grande do Sul (1875-1898). In: E. Franzina (Org.), I veneti in Brasile e la storia dell'emigrazione, in **Venetica**, a. XXXIII, v. 57, n. 2, 2019d, pp. 91-122.

BARAUSSE, Alberto; LUCHESE, Terciane Ângela., Apresentação do Dossiê. Da Itália ao Brasil: processos educativos e formativos. Século XIX e XX. In: **História da Educação**, v. 21, n. 51, 2017, p. 33-40.

BARAUSSE, Alberto; LUCHESE, Terciane Ângela. Nationalisms and schooling: between italianity and brazility, disputes in the education of italian-gaicho people (RS, Brazil, 1930-1945). **History of Education & Children's Literature**, XII, v. 2, p. 443-475, 2017.

BARAUSSE, Alberto; LUCHESE, Terciane Ângela. Education, ethnic identity, and memory in the Italian ethnic schools of South Rio Grande (1875-1902), **Paedagogica Historica**, v. 54, p. 1-16, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/toc/cpdh20/current>.

BARAUSSE, Alberto, LUCHESE, Terciane Ângela. Uma história da educação dos (i)migrantes italianos entre o local e o transnacional: entrecruzando documentos e olhares investigativos, in Karsburg A., Vendrame, M. **Variações da Micro-história no Brasil: temas, abordagens, desafios**, Oikos, São Leopoldo, 2019,1, pp.171-203.

BARAUSSE, Alberto; BASTOS, Maria Helena Câmara. Informing and educating for Italianess on the pages of “Stella d’Italia” (Porto Alegre/RS, 1902-1908). **History of education & Children's Literature**, v. XIV, n. 2, p. 359-387, 2019.

BARAUSSE, Alberto, BASTOS, Maria Helena DE RUGGIERO, Antonio (Org.). **O jornal “Stella d’Italia” (1902-1925)**. Transfopress Brasil, 2017. Disponível em: <http://transfopressbrasil.franca.unesp.br/verbetes/o-jornal-stella-ditalia-1902-1925/>

BASTOS, M. H. Camara. An italian book for brazilian children. Heart, by Edmondo De Amicis. **History of education & children's literature** (testo stampato). Eum: Macerata, v. XII, n. 2, p. 477-505, 2017.

BASTOS, M. H. C.; BARAUSSE, A. Le vicende della patria: os manuais de formação moral e cívica às escolas elementares italianas no exterior (Rio Grande do Sul /RS – Décadas de 1920-1930). In: De Ruggiero, A., Heredia, V. B. M., Barausse, A. **História e narrativas transculturais entre a Europa Mediterrânea e a América Latina**, Porto Alegre, EDIPUCRS, 2017, v. 1, pp. 249-276.

BASTOS, Maria Helena; BARAUSSE, Alberto; RUGGIERO, Antonio. **A imprensa étnica italiana em Porto Alegre. Da emigração ao fascismo: primeiros resultados e perspectivas de pesquisa** (1875-1930). Projeto de Pesquisa em Cooperação PUCRS/UNIMOL, 2017.

BELUSSO, Gisele; LUCHESE, Terciane Â. Memórias de uma religiosa-professora, Representações do cotidiano escolar do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Farroupilha/RS (1951-1962). **Revista Acadêmica Licência&acturas**, v. 4, p. 50-59, 2016.

BERNARDI Manuela Ciconetto. **Processo de escolarização em Antônio Prado – RS (1866-1920): Cultura e sujeitos**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2020.

- BERTONHA, José Fábio. **Os Italianos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- BERTONHA, José Fábio. Uma política exterior não estatal? Os fasci all'estero e a política externa do Partito Nazionale Fascista. **Anos 90 – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, v. 6, n. 10, p. 1919-1943, 1998. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6213>.
- BERTONHA, J. F. **Fascismo e antifascismo italianos**. Caxias do Sul: EDUCS, 2017.
- BERTONHA, J. F. **O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil**. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.
- BIONDI, Luigi. **Classe e nação: Trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920**, Campinas, Ed. da Unicamp, 2011.
- BIONDI, Luigi. **Mãos unidas, corações divididos**. As sociedades italianas de socorro mútuo em São Paulo na Primeira República: sua formação, suas lutas, suas festas. **Tempo**, n. 33, p. 75-104, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042012000200004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.
- BRASTER Jacques F. A.; DEL POZO, Maria del Mar Andres, Educating Immigrants in the Netherlands: migration flows and Educational Policy in the Twentieth Century, **Paedagogica historica**, vol. 37, n. 1, 2001, p. 97.
- CASTRO, Renata Brião de. **A Escola Garibaldi e o professor José Rodeghiero na Colônia Maciel – Pelotas (RS) (1928 – 1950)**: grupo local e etnia. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.
- CASTRO, Renata Brião de. WEIDUSCHADT, Patrícia. O percurso escolar dos imigrantes italianos e alemães na Serra dos Tapes (Pelotas/RS, 1920-1950): similitudes e particularidades. **Cadernos de História da Educação**, v.18, n. 2, p. 571-591, maio/ago. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/50312>.
- CASTRO, Renata Brião de; BARAUSSE, Alberto. “Una società senza scuola è un corpo senz’anima”: as escolas italianas de Pelotas/RS mantidas pelas sociedades de mútuo socorro no século XIX. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 24, p. 1-32, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/issue/view/3885>.
- CASTRO, Renata Brião de; BARAUSSE, Alberto. Transnacionalidade e ensino: a trajetória de Umberto Ancarani entre a Europa e o Brasil nas escolas italianas no exterior. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO SUL-RIO-GRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*, 25., 2019, Bagé. **Anais eletrônicos [...]**.

Disponível em: <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/index.php/2019/10/31/25o-encontro/>.

CAVALIERI, Daniel Gonçalves. **Os imigrantes italianos e os ítalo-descendentes em Belo Horizonte**: identidade e sociabilidade (1897-1942). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2011.

CENNI, Franco. **Italianos no Brasil: “Andiamo in’Merica”**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

CHARTIER, Roger **La mano dell’autore, la mente dello stampatore. Cultura e scrittura nell’Europa moderna**, Roma, Carocci Editore, 2015.

CIAMPI, Gabriella. Le scuole italiane all’estero. In: PELLEGRINI, Vincenzo (ed.). **Amministrazione centrale e diplomazia italiana (1919-1943)**: fonti e problemi. Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 1998, p. 115-122.

COLUCCI, Michele. SANFILIPPO, Matteo. **Le migrazioni: una introduzione storica**. Roma: Carocci, 2009.

CONFESSORE, Ornella. Origini e motivazioni dell’Associazione nazionale per soccorrere i missionari cattolici italiani; una interpretazione della politica estera dei conciliatoristi nel quadro dell’espansionismo crispino. In: **Bollettino dell’Archivio per la storia del movimento cattolico sociale in Italia**, XI, 2, 1976, p. 239-267.

CONFESSORE, Ornella. **L’Associazione nazionale per soccorrere i missionari cattolici italiani, tra spinte civilizzatrici e interesse migratorio (1887-1908)**. In: **Scalabrini tra vecchio e nuovo mondo. Convegno storico internazionale**. Atti del convegno storico internazionale, 12, 1987. Piacenza-Roma: Centro Studi Emigrazione, 1989, p. 519-536.

CONRAD, Sebastian. **Storia globale**: un’introduzione. Roma: Carocci editore, 2015.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **O italiano da esquina**: imigrantes na sociedade porto-alegrense. Porto Alegre: EST, 1991.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Italiani a Porto Alegre. L’invenzione di un’identità. In: **Altreitalie**. N. 25, luglio-dicembre 2002.

CONSTANTINO, Núncia Santoro. A escrita da História da Imigração Italiana: arquivos e fontes. In: RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz **et al** (orgs.). **História da imigração**: Possibilidades e Escrita. São Leopoldo: Oikos, 2013, p. 106-123.

CONZEN Kathleen Neils et al. Eds. **The Invention of Ethnicity in the United States**, *Journal of America Ethnic History*, v. 12 n.1, 1992, pp. 3-41.

- CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. **Conviver e sobreviver: estratégias educativas de imigrantes italianos (1880 a 1920).** (Tese em História Econômica). São Paulo: USP, 2000.
- CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. Imigrantes italianos em Campinas e Região: escolas e educação. *In: LUCHESE, Terciane Â.; KREUTZ Lúcio (Org.) Imigração e Educação no Brasil. Histórias, Práticas e Processos Escolares.* Santa Maria: Ed. della UFSM, p. 123-144, 2011.
- CUNHA, Maria Teresa Santos; SILVA, Cristiani Bereta da. A “civilizing mission” between quills, inks, and types: Italian immigrants and “La Tribuna” newspaper (Florianópolis/SC – 1932). **History of education & Children’s Literature**, v. XIV, n. 2, p. 339-357, 2019. Disponível em: <http://www.hecl.it/>.
- D’ALESSIO, Michelina. Preparatory courses addressed to “special” teachers for training Italian migrants in the early twentieth century. **History of education & Children’s Literature**, v. XIV, n. 2, p. 491-508, 2019. Disponível em: <http://www.hecl.it/>.
- CONZEN, K. N. et al. (Eds). The Invention of Ethnicity in the United States. *In: Journal of America Ethnic History.* v. 1, 1992, p. 3-41.
- DELL’AIRA, Alessandro. **Lungo studio grande amore.** Soveria Mannelli: Rubbettino, 2012.
- DALLABRIDA, N. Escolas Dante Alighieri: resistência e italianidade. *In: RADIN, José Carlos Radin (Org.). Cultura e identidade italiana no Brasil: algumas abordagens.* Joaçaba, SC: UNOESC, 2005, p. 109-120.
- DALLABRIDA, Norberto. As escolas paroquiais entre os imigrantes italianos. **Blumenau Em Cadernos.** Blumenau – SC, v. 38, n. 9, 1997, p. 7-19.
- DALLABRIDA, Norberto. Trentinos e italianos na Colônia Blumenau e a sociedade da capela. *In: PIAZZA, Walter Fernando (Org.), Italianos em Santa Catarina,* Florianópolis, SC: Lunardelli, 2001, p. 97-129.
- DALLABRIDA, Norberto. Imigração e colonização de trentinos e de italianos na Colônia Blumenau. *In: Blumenau em Cadernos.* Blumenau-SC v. 56, 2015, p. 06-22.
- DALLABRIDA, Norberto. Le scuole Dante Alighieri e l’italianità (Santa Catarina – Brasile, 1906-1917). *In: Nuovo Bollettino CIRSE,* v. 1, 2012, p. 71-77.
- DE GIORGI, Fulvio (Org.). La storia dell’educazione come storia culturale. *In: Contemporanea.* v. 7, n. 2, 2004, p. 263-286.
- DEPAEPE, M. e SIMON, F. Is there any place for the history of Education in the History of Education? A Plea for the history of Everyday Educational

Reality in-and outside Schools. *In: Paedagogica Historica*. v. 31, n. 1, 1995, p. 9-16.

DE RUGGIERO, Antonio. Italians in the cities of Rio Grande do Sul: social networks and ethnic associationism (1870-1914). *In: History of education & Children's Literature*, v. XIV, n. 2, pp. 559-584, 2019.

DROIT, Emmanuel. Entre histoire croisée et histoire dénationalisée. Le manuel franco-allemand d'histoire. *In: Histoire de l'éducation*. v. 114, 2007, p. 151-162.

DROUX, Joelle e HOFFSTETTER, Rita. Going international: the history of education stepping beyond borders. *In Paedagogica Historica*. v. 50, n. 5, 2014, p. 1-9.

DROUX, Joelle e HOFSTETTER, Rita (dir.), **Globalisation des mondes de l'éducation. Circulations, connexions, réfractions, XIXe-XXe siècles**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015.

ESCOLANO Benito, Agustín. **Tiempos y espacios para la escuela. Ensayos históricos**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000.

ESCOLANO Benito, Agustín. **La cultura material de la escuela**. Berlanga de Duero: CEINCE, 2007.

FARNCESCONI, Mario. Il contributo dei missionari scalabriniani all'assistenza degli emigrati italiani nel Rio Grande do Sul (1896-1918). *In: Contributo alla storia della presenza italiana in Brasile*. Roma: Istituto Italo-Latino americano, 1975, p. 71-110.

FAY Claudia, DE RUGGIERO Antonio (Org.). **Imigrantes empreendedores na história do Brasil. Estudos de casos**. 1. ed. Porto Alegre: ediPUCRS, 2014.

FLORIANI, Giorgio. **Scuole italiane all'estero: cento anni di storia**. Roma: Armando Editore, 1974.

FONTAINE, A. **Aux Heures suisses de l'école republicaine: Un siecle de transfert cultureles et de declinaisons pedagogiques dans l'espace franco-romand**. Paris: Demopolis, 2015.

FONTAINE, A. MASONI, G. Circolazioni transnazionali di letture morali nell'Europa del secolo lungo. Una storia di transfert culturali. *In: Annali di Storia dell'educazione*, 23, 2016, p. 20-37.

FRANZINA, Emilio; SANFILIPPO, Matteo (Org.). **Il fascismo e gli emigrati. La parabola dei fasci italiani all'estero (1920-1943)**. Roma-Bari: Laterza, 2003.

FRANZINA, Emilio (orgs.). **Storia dell'emigrazione italiana: arrivi**. Roma: Donzelli, 2002, p. 535-549.

FRANZINA, Emilio. **La terra ritrovata**. Storiografia e memoria della prima immigrazione in Brasile. Genova: Stefano Termanini Editore, 2014.

FRANZINA, Emilio (a cura di) **Giulio Lorenzoni**. Memorie di un emigrante italiano. Roma: Viella, 2008. Julius.

FUCHS Eckhardt (ed.), Transnazonating the History of Education, Special Issue, **Comparativ**, v. 22, n. 1, 2012.

FUCHS, Eckhardt, History of Education beyond the Nation? Trends in Historical and Educational Scholarship. In: BAGCHI, Barnita, FUCHS, Eckhardt, ROUSMANIERE, Kate (orgs.). **Connecting histories of education: transnational and cross-cultural exchanges in (post)colonial education**. Ney York/Oxford: Berghahn Books, 2014.

FUCHS, Eckhardt; VERA, Eugenia Roldán (orgs.). **The Transnational in the History of Education: Concepts and Perspectives**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2019.

GABACCIA, Donna R. **Emigranti**: Le diaspore degli italiani dal Medioevo a oggi. Torino: Einaudi, 2003.

GALLO, Stefano. **Educare chi se ne va: i corsi statali di alfabetizzazione e formazione professionale per gli emigranti in Italia (1920-1926)**. **Rivista di Storia dell'Educazione**, a. 3, n. 1, 2016, pp.177-192.

GIOVAGNOLI, Agostino. **Storia e globalizzazione**. Bari: Gius Laterza & Figli Spa, 2003.

S. Gruzinsky, **Les mondes mjetés de la Monarchie Catholique et autres “connected histories”**, *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, v. 56, 1, 2001, pp. 85-117; S. Subrahmanyam, **Connected histories: Note towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia**, in V. Liberman (ed.), **Beyond Binary Histories: Re-Imagining Eurasia to c. 1830**, University of Michigan Press, Ann Arbor (MI), 1977, pp. 289-315.

GIRON, Loraine Slomp. Colônia italiana e educação. **História da Educação**, v. 2, n. 4, p. 87-106, 1998. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30691>.

GOMES, Maysa; LUCHESE, Terciane Ângela. Notícias de escolas e associações étnicas italianas na imprensa de Caxias do Sul/RS e Juiz de Fora/MG (1880 – 1914). **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 119-144, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/2896>.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi S.; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. Os castigos nas escolas étnicas da região colonial italiana do Rio Grande do Sul: memórias de escolarização (1896-1928). **Cadernos de História da Educação**12, n. 2, p. 591-598, 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/25022>.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi; LUCHESE, Terciane Ângela. The schooling process and teacher training in the Italian colonial region of Rio Grande do Sul, Brazil (1910-1940). **History of Education & Children's Literature**, v. 9, n. 2, 2014. <http://www.hecl.it/>.

GRAZZIOTTIN, Luciane Sgarbi. Memórias de imigrantes. As escolas domésticas nos Campos de Cima da Serra/RS (1913-1940). *In*: De Ruggiero, A., Herédia, V. B. M., Barausse, A. **História e narrativas transculturais entre a Europa Mediterrânea e a América Latina**, Porto Alegre, EDIPUCRS, 2017, v.1, p. pp. 301-320.

GROSVENOR, Ian, LAWN Martin e ROUSMANIERE Kate. **Silences and images: the social history of the classroom**. New York: Peter Lang, 1999.

GUIMARÃES, Valéria; DE LUCA Tania Regina (Org.). **Imprensa em língua estrangeira publicada no Brasil**: primeiras incursões. 1. ed. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2017.

GUIMARÃES, Valéria. Da história comparada à história global: imprensa transnacional e o exemplo do Le Messenger de São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 176, n. 466, 87-120, 2015. Disponível em: <https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-466/item/108120-da-historia-comparada-a-hist%C3%B3ria-global-imprensa-transnacional-e-o-exemplo-do-le-messenger-de-sao-paulo.html>.

HALL, S. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2011.

HOBBSAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. *In*: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

IOTTI, Luíza Horn. **O olhar do poder**: a imigração italiana no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, através dos relatórios consulares. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

JULIA, Dominique. La culture scolaire comme objet historique. *In*: NÓVOA, A.; DEPAEPE, M. JOHANNIMGMEIER, E.W. (edd.). The Colonial experience in Education: Historical Issues and Perspectives. *In*: **Paedagogica Historica**. Supplementary Series, I, 1995, p. 353-382.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto historiográfico. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 9 – 44, 2001. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273>.

KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, p. 159-176, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-2478200000300010&script=sci_abstract&tIng=pt.

KREUTZ, Lúcio. Escolas étnicas no Brasil e a formação do estado nacional: a nacionalização compulsória das escolas dos imigrantes

(1937-1945). **Poiésis**, v. 3, n. 5, p. 71-84, 2010. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/527>.

KREUTZ, Lúcio; LUCHESE, Terciane Ângela. Grupos étnicos, pluralidade cultural e políticas públicas na história da educação, no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 11, n.1, p.79-206, 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38511>.

LAWN, Martin. Rabelo S.R. Um conhecimento complexo: o historiador da educação e as circulações transfronteiriças. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 14, n. 1, p. 127-144, 2014. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/issue/view/1400>.

LEVI, Giovanni **Microhistoria e Historia Global**, “Historia Crítica”, n. 69, 2018, pp. 21-35, doi: <https://doi.org/10.7440/historcrit69.2018.02>.

LORENZONI, Julius. **Memórias de um imigrante italiano**, Porto Alegre, Sulina, 1975.

LUCASSEN, L. SMIT, A. X. The Repugnant Others: Soldiers, Missionaries, and Aid Workers as Organizational Migrants. *In: Journal of World History*, v. 25, n.4, 2014, p. 1-39.

LUCHESE, Terciane Ângela. **O processo escolar entre imigrantes na região colonial italiana do Rio Grande do Sul, 1875 a 1930: leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

LUCHESE, Terciane Ângela. Singularidades na história da educação brasileira: As escolas comunitárias étnicas entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (final do século XIX e início do XX). **Cuadernos Interculturales**, v. 6, n. 11, p. 72-89, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55261104>.

LUCHESE, Terciane Ângela. Escolas étnico-comunitárias italianas mantidas por Associações de Socorro Mútuo: circulação e produção cultural da “italianità”. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO*, 5., 2010a, Caxias do Sul. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/eventos/cinfe/artigos/arquivos/eixo_tematico3/Escolas_etnico_comunitarias_italianas_mantidas.pdf.

LUCHESE, Terciane Ângela. “Per essere alcuno nella vita”: escolas na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul. **MÉTIS: história & cultura**, v. 9, n. 17, p. 153-168, 2010b. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1031>.

LUCHESE, Terciane Ângela. Em busca da escola pública: tensionamentos, iniciativas e processo de escolarização na região colonial italiana, Rio Grande do Sul. **Cadernos de História da Educação**, v. 11, n. 2, p. 667-679,

2012a. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/2171>.

LUCHESE, Terciane Ângela. Entrelaçando tempos de infância e escolarização: a relação entre idade e frequência nas escolas da Região Colonial Italiana do RS de 1875 a 1930. **Educação**, v. 35, n. 2, 277-284, 2012b. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/11641>.

LUCHESE, Terciane Ângela (org.). **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras**. Caxias do Sul: EDUCS: 2014, p. 57-78.

LUCHESE, Terciane Ângela. Histórias cruzadas: imigrantes italianos e processos educativos (1875-1914). In: RADÜNZ, Roberto; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti (orgs.). **Imigração e Sociedade: fontes e acervos da imigração italiana no Brasil**. Caxias do Sul: EDUCS, 2015. p. 288-309.

LUCHESE, Terciane Ângela. Ler, escrever, contar, rezar ou muito além? Saberes prescritos e praticados em escolas Étnicas italianas no Brasil (1875-1942). **Momento Diálogos em Educação**, v. 25, n. 2, p. 99-109, 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/5861>.

LUCHESE, Terciane Ângela. Educar para a catolicidade e a italianidade: o jornal Il Corriere D'Itália, RS, Brasil (1913 – 1927). In: LUCA, Tania Regina de; GUIMARÃES, Valéria dos Santos (Org.). **Imprensa estrangeira publicada no Brasil. Primeiras incursões**. 1ed.São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2017a, v. 1, p. 283-329.

LUCHESE, Terciane Ângela. Da Itália ao Brasil: indícios da produção, circulação e consumo de livros de leitura (1875-1945). **História da Educação**, v. 21, n. 51, p. 123-142, 2017b. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-34592017000100123&script=sci_abstract&tlng=pt.

LUCHESE, Terciane Ângela (org.). **Escolarização, culturas escolas e instituições: escolas étnicas italianas em terras brasileiras**. Caxias do Sul: EDUCS, 2018.

LUCHESE, Terciane Ângela. 'E não nos deixeis cair em tentação': livros de leitura religiosa do governo fascista para as escolas italianas no Brasil (anos 20 e 30 do século XX). **Cadernos de História da Educação**, v.18, n. 2, p. 368-385, 2019a. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/50289>.

LUCHESE, Terciane Ângela. "...libriccini, tutto l'amore che nutro per l'infanzia». Syllabaries written and printed in Brazil to the Italian ethnic schools (1906-1907). **History of education & Children's Literature**, v. XIV, n. 2, p. 467-489, 2019b. Disponível em: <http://www.hecl.it/>.

LUCHESE, Terciane Ângela. Ethnical catholic press in the RS Italian colonial regional: clashes and consensus on behalf of education (1898-1927).

History of education & Children's Literature, v. XIV, n. 2, 2019c, p. 389-423. Disponível em: <http://www.hecl.it/>.

LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio (orgs.). **Imigração e educação no Brasil**: histórias, práticas e processos escolares. Santa Maria: Editora UFSM, 2011.

LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio. Das escolas de improviso às escolas planejadas: um olhar sobre os espaços escolares da Região Colonial Italiana, Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 12, n. 2, p. 45-76, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38787>.

LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio. Educação e etnia: as efêmeras escolas étnico-comunitárias italianas pelo olhar dos cônsules e agentes consulares. **História da Educação**, v. 14, n. 30, p. 227-258, 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/28920>.

LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio; XERRI, Eliana Gasparini. Escolas étnico-comunitárias italianas no Rio Grande do Sul: entre o rural e o urbano (1875-1914). **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 36, n. 2, p. 211-221, 2014. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/22176>.

LUCHESE, Terciane Ângela; MATIELLO Marina; BARAUSSE Alberto. Religiosa, imigrante, mulher. Irmas Missionarias de Sao Carlos Borromeo-Scalabrinianas num olhar transnacional (1895-1917). **Revista Dialogo Educaional**, vol. 19, n. 63, 2019, pp. 91-122.

MAGALHAES Justino, The educational institution in the modernization of the local. Historical-Pedagogical Perspective. In **Rivista di Storia dell'educazione**. v. 5, n.1, 2018, p. 41-55. <https://rivistadistoriadelleducazione.it/index.php/rse/article/view/8006>.

MANFRÓI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul**: implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre: Grafosul, IEL/DAC/SEC, 1975.

MANNING, Paul. **Migration in World history**. New York: Routledge, 2005.

MALHEIRO GUTIÉRREZ, Xosé M. (coord.), **Emigración e Educación (1900-1936)**.

Gondomar: Instituto de Estudos Miñoranos/Consello da Cultura Galega, 2011, pp. 179-201;

MALHEIRO GUTIERREZ, Xosé M. **Emigration and education. Galician emigration to America and its impact on the processes of literacy, schooling and civic education amongst the rural and seafaring popular classes**, **History of Education**, v. 47, n. 6, 2019, p. 741-762.

MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. **A escolarização dos imigrantes e de seus descendentes nas colônias italianas de Curitiba, entre táticas e estratégias (1875-1930)**. Curitiba: UFPR, 2012. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná.

MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. Escolas da imigração italiana no Paraná: a constituição da escolarização primária nas colônias italianas. *In*: LUCHESE, Terciane Â. (Org.). **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras**. 1ed.Caxias do Sul: EDUCS, 2014, v. 1, p. 213-232.

MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. **Escolarização Pública e Imigração Italiana**. A constituição do ensino elementar das colônias ao município (1882-1912). Jundiá: Paco Editorial 2014.

MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. Childhood, school and education in Italian settlements under the auspices of the Scalabrinian Missionaries, located in the state of Paraná, Brazil. **History of education & Children's Literature**, v. XIV, n. 2, p. 285-301, 2019.

MATIELLO Marina **Religiosidade, etnicidade e educação: a presença das Irmãs Carlistas-Scalabrinianas no Rio Grande do Sul (1915-1948)** 2019. 282 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós Graduação em Educação, 2019.

MIMESSE, E. **A educação e os imigrantes italianos: da escola de primeiras letras ao grupo escolar**, 2. ed. São Paulo, Iglu, 2010.

MIMESSE, Eliane Prado. Orphaned and abandoned children in the city of São Paulo: the crucial understanding to create the Scalabrinian orphanage. *In*: **History of education & Children's Literature**, v. XIV, n. 2, p. 509-526, 2019.

MONTINO, Davide. La storia della scuola e delle istituzioni educative in una prospettiva locale. In Id. (Org). **La storia dietro l'angolo: luoghi e percorsi della ricerca locale**. Millesimo Savona: Istituto Internazionale di Studi Liguri Società Savonese di Storia Patria, 2011, pp. 121-148.

MYERS, Kevin Immigrant and ethnic minorities in the history of education, **Paedagogica historica**, v. 45, n.6, 2009, pp. 801-816.

MYERS, Kevin.; RAMSEY, Paul. J. e PROCTOR, Helen. Rethinking borders and boundaries for a mobile history of education. *In*: **Paedagogica historica**.v. 54, n. 6, 2018, p. 677-690.

MYERS, Kevin., GROSVENOR, Ian. e WATTS, R. **Education and Globalisation**. *In*: **History of Education**. v. 37, n. 6, 2008, p. 737-741.

NÓVOA, Antonio. L'histoire et l'histoire de l'éducation (Refléxions à propos de l'historiographie américaine. In **Histoire & Comparaison** (Essais sur l'Éducation), Lisbonne, Educa, 1998. p.13-50.

NÓVOA, Alfredo. **On History, History of Education and History of Colonial Education**. In DÉPAEPE, Mark; NÓVOA, Antonio. e JOHANNINGMEIER, E. V. The Colonial Experience in Education: Historical Issues and Perspectives. Vol. I of **Paedagogica Historica Supplementary Series**. Ghent, CHSP, 1995, p. 23-61.

OSSENBACH, Gabriela; Del Pozo, María del Mar. Postcolonial models, cultural transfers and transnational perspectives in Latin America: a research agenda. **Paedagogica Historica International Journal of the History of Education**, v. 47, N. 5, p. 579-600, 2011. Disponível em: < <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00309230.2011.606787>.

OTTO, Clarícia. **Catolicidades e italianidades: jogos de poder no Médio Vale do Itajaí-Açu e no sul de Santa Catarina**. (Tese em História). 270fl. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, 2005.

OTTO, Clarícia. A educação de imigrantes italianos em Santa Catarina. In: LUCHESE, Terciane Â., KREUTZ Lúcio (Org.) **Imigração e Educação no Brasil. Histórias, Práticas e Processos Escolares**. Santa Maria: Editoraufsm, p. 265-284, 2011.

OTTO, Clarícia. Escolas italianas em Santa Catarina: disputas na construção de identidade. In: LUCHESE, Terciane Â. (Org.). **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras**. 1ed.Caxias do Sul: EDUCS, 2014, v. 1, p. 233-254.

PAGANI, Carlo. **A imigração italiana no Rio de Janeiro e em Petrópolis e a educação para os filhos dos imigrantes, 1875-1920**. (Dissertação em Educação) – Petrópolis, RJ, UCP, 2012.

PAGANI Carlo. A formação das escolas italianas no estado do Rio de Janeiro. In: LUCHESE, Terciane Â. (Org.). **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras**. 1ed.Caxias do Sul: EDUCS, 2014, p. 147-184. v.1.

PANIZZOLO, Claudia. A escola étnica na cidade de São Paulo e os primeiros tons de uma identidade italiana (1887-1912), **História da educação (online)**, v. 24, 2020.

PETRONE, Pasquale, Italianos e descendentes do Brasil: escola e língua. In DE BONI, L. A. (Org.). **A presença italiana no Brasil**. v. II, Torino, Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, Escola Superior de Teologia, 1990, pp. 603-626.

POPKEWITZ, Thomas S. (org.). **Rethinking the history of education: transnational perspectives on Its, Questions, Methods, and Knowledge**. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2013.

PROSPERI, Adriano. **Un tempo senza storia**. La distruzione del passato. Torino: Einaudi, 2021.

RAMSEY, P. J. Education and migration in History. *In*: RURY, J. L.; TAMURA, E. H. **The Oxford handbook of the History of Education**. New York: Oxford University Press, 2019, p. 372-384.

P. J. RAMSEY, **Education and migration in History**, in John L. Rury, Eileen H. Tamura, **The Oxford handbook of the History of Education**, New York, Oxford University Press, 2019, pp. 372-384. Nel contesto nordamericano il tema è stato studiato da A. Bravo-Moreno, Transnational mobilities: Migrants and Education, “Comparative Education”, v. 45, n. 3, 2009, pp. 419-433.

RECH, G. L. LUCHESE, T. A. O processo escolar entre imigrantes italianos e descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1914). *In*: LUCHESE, Terciane Â. (Org.). **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras**. Caxias do Sul: EDUCS, 2014, p. 255-281. v. 1.

RECH, G.L. O Instituto Ítalo-Brasileiro Augusto Menegatti de Porto Alegre. *In*: Terciane Angela Luchese (Org.). **Escolarização, culturas e instituições: Escolas étnicas italianas em terras brasileiras**. 1ed.Caxias do Sul, Rio Grande do S: EDUCS, 2018, v. 1, p. 245-279.

RECH, G.L., LUCHESE, T. A. O processo escolar entre imigrantes italianos e descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1914). *In*: LUCHESE, Terciane Â. (Org.). **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras**. Caxias do Sul: EDUCS, 2014, v. 1, p. 255-281.

RECH, Gelson Leonardo. **Escolas étnicas italianas em Porto Alegre/RS (1877-1938): a formação de uma rede escolar e o fascismo**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

RECH, Gelson Leonardo; BARAUSSE, Alberto. Schooling of italian immigrants in Porto Alegre/RS (1928-1938). **History of education & Children’s Literature**, v. XIV, n. 2, p. 527-557, 2019. Disponível em: <http://www.hecl.it/>.

RECH, Gelson; RIBEIRO, Liane Beatriz Moretto. Escolas italianas em zona rural do Rio Grande do Sul. In DE BONI, L. A. (Org.). **A presença italiana no Brasil**. v. II, Torino, Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, Escola Superior de Teologia, 1990, p. 555-576.

RODRIGUES, M. G. Imigração e educação em Minas Gerais: histórias de escolas e escolas italianas. *In*: LUCHESE, T. Â. (org.), **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras**. Caxias do Sul: EDUCS, 2014, p. 101-146.

RICO, Antón Costa **Emigrantes, escuelas y regeneración social: los emigrantes gallegos a América y el impulso de la educación (1879-1936)**, **Revista Brasileira da Educação**, n. 16, (2008), p. 33.

ROMANATO, Gianpaolo; HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti (orgs.). **L'emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul brasiliano (1875-1914):** Fonti diplomatiche. Consiglio Regionale del Veneto, Ravenna: Longo Editore, 2018.

ROSOLI, Gianfausto. Il ruolo della Chiesa tra gli emigrati italiani in Rio Grande do Sul. In **Contributo alla storia della presenza italiana in Brasile**. Roma: Istituto Italo-Latino americano, 1975, p. 55-69.

ROSOLI, Gianfausto. Chiesa ed emigrati italiani in Brasile. *In: Chiesa ed emigrazione italiana tra '800 e '900, Studi Emigrazione*. v. XIX, n. 66, 1982.

ROSOLI, Gianfausto. La Federazione Italica Gens e l'emigrazione italiana oltreoceano 1909-1920. *In: Il Veltro*, n. 1-2, 1990, p. 87-100.

ROSOLI, Gianfausto. Un quadro globale della diaspora italiana nelle Americhe, **Rivista Altretalvie**, n. 8, p. 2-15, 1992. Disponível em: https://www.altretalvie.it/pubblicazioni/rivista/numeri_arretrati/n_8/altretalvie_8_luglio_dicembre_1992.

ROSOLI, Gianfausto. **Insieme oltre le frontiere**. Momenti e figure dell'azione della Chiesa tra gli emigrati italiani nei secoli XIX e XX. Sciascia: Caltanissetta-Roma, 1996.

ROSOLI, Gianfausto. La politica migratoria italiana durante il periodo liberale dall'unità politica al fascismo. *In: AA.VV. Il problema dell'emigrazione italiana tra ottocento e primo novecento a partire dalle pagine della Riforma Sociale*. Torino: Annali della Fondazione Einaudi, 20XII, 1998, p. 51-69.

ROSOLI, Gianfausto. Alfabetizzazione e iniziative educative per gli emigrati tra Otto e Novecento. In L. Pazzaglia (ed.), **Cattolici, educazione e trasformazioni socio-culturali in Italia tra Otto e Novecento**, Brescia, La Scuola, 1999, pp. 119-144.

RUGGIERO, Antonio de. Italians in the cities of Rio Grande do Sul: social networks and ethnic associationism (1870-1914). **History of education & Children's Literature**, vol. XIV, n. 2, p. 559-581, 2019. Disponível em: <http://www.hecl.it/>.

SAAVEDRA, Vicente Peña Panorámica de la intervención escolar de los emigrantes gallegos a América (Siglos XVII-XXI). *In: El asociacionismo y la promoción escolar de los emigrantes del Norte Peninsular a América*, coord. M. Llordén Miñambres and J. M. Prieto Fernández del Viso, Boal-Asturias, Ayuntamiento de Boal, 2012, pp. 35-69.

SAAVEDRA, Vicente Peña. **Éxodo, organización comunitaria e intervención escola: la impronta educativa de la emigración transoceánica en Galicia**, 2 vols. La Coruña: Xunta de Galicia, 1991.

SALVETTI, Patrizia. Governo italiano, diplomacia e escolas italianas no exterior. *In*: LUCHESE, Terciane Ângela. **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras** (org.). Caxias do Sul: EDUCS, 2014. p. 57-78.

SALVETTI, Patrizia. Le scuole italiane all'estero. *In*: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina,

SALVETTI, Patrizia. **Immagine nazionale ed emigrazione nella Società Dante Alighieri**. Roma: Bonacci, 1995.

SANFILIPPO, Matteo. Chiesa, ordini religiosi ed emigrazione. *In*: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA, E. (eds.), **Storia dell'emigrazione italiana**: v. I. Partenze, Roma, Donzelli, 2009, p. 128-129.

SANI, Roberto. **Sub specie educationis**. Studi e ricerche su istruzione, istituzioni scolastiche e processi culturali e formativi nell'Italia contemporanea. Macerata: EUM, 2011.

SANI, Roberto. Entre as exigências pastorais e a preservação da identidade nacional: a Santa Sé e a emigração italiana para o exterior, entre o oitocentos e novecentos. **História da Educação**, Porto Alegre v. 21 n. 51, p. 143-185, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-34592017000100143.

SANI, Roberto. Catholicism, education and emigration: the Spiritual Guide of the Italian emigrant in America [Guida spirituale per l'emigrato italiano nella America] by the Scalabrinian priest Pietro Colbacchini. **History of education & Children's Literature**, v. XIV, n. 2, p. 263-283, 2019.

SANI, Roberto. **“Per conservare la fede nei padri”**. La Guida spirituale per l'emigrato italiano nella Ammerica del sacerdote scalabriniano Pietro Colbacchini. Milano: Franco Angeli, 2020.

SANI, Roberto. **La Santa Sede e l'emigrazione italiana all'estero tra Otto e Novecento**. Tra esigenze pastorali e impegno per la preservazione dell'identità nazionale. Roma: Studium, 2020.

SMITH, Anthony D. **Il revival etnico**, Bologna: Il Mulino, 1984.

SIMÕES, Regina Helena, FRANCO, Sebastião Pimentel. Instrução pública e imigração italiana no estado do Espírito Santo, no século XIX e início do século XX. LUCHESE, T. Â. (org.), **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras**. Caxias do Sul: EDUCS, 2014, p. 79-99.

STUART Hall, **Identidade cultural na pós-modernidade**, Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2011, 11 ed. WOODWARD Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In* SILVA Tomaz Tadeu (org). **Identidade e Diferença**. Petrópolis: ed. Vozes, 2000, pp. 07-72.

Teixeira Rosane Siqueira. **Associações italianas no inteiror paulista num espaço partilhado. Nacionalismo e italianidade sob a perspectiva da**

historia local. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, 2011

TERRAGNI, Giovanni (Org.). **Con gli emigrati negli Stati di S. Paolo, Paraná e Rio Grande do Sul 1884-1901.** Napoli: Autorinediti, 2016.

TRAMONTIN, Silvio. Il problema dell'emigrazione nella pastoralità dei vescovi veneti dalla fine dell'Ottocento alla prima guerra mondiale. *In:* G. Rosoli (a cura di). **Scalabrini tra vecchio e nuovo mondo.** Atti del Convegno storico internazionale (Piacenza, 3-5 dicembre 1987. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1989, pp. 269-297.

TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil.** São Paulo: Nobel 1989.

TRENTO Angelo. **Imprensa italiana no Brasil séculos XIX e XX.** São Carlos, SP: EdUFSCar, 2013.

VENDRAME, Máira. Memórias de imigrantes: fontes para o estudo da imigração italiana. *In:* DE RUGGIERO, Antonio. **A voz do imigrante. Memória e oralidade nos estudos históricos das migrações,** Porto Alegre, Editora Fi, 2018, p. 63-88.

VĨÃO FRAGO, Antonio. Filantropía y educación. Fundaciones docentes y enseñanza elemental (siglos XVIII-XIX), in J. L. Guereña, E. M. Fell, J. R. Aymes (ed.), **L'enseignement primaire in Espagne et en Amérique Latine du XVIII siècle á nos jours,** Tours, Université de Tours, 1986, pp. 65-79.

VIRTUOSO, Tatiane dos Santos; RABELO, Giani. Escolas étnicas italianas: Urussanga como principal centro ítalo-brasileiro catarinense no início do século XX. **Acta Scientiarum,** Maringá, v. 37, n. 1, p. 65-77, 2015. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/22261>.

WERNER Michael e ZIMMERMANN Benedicte., Beyond Comparison: Histoire Croisée and the Challenge of Reflexivity, **History and Theory,** n. 45, 2006, p. 31.

Werner M. e Zimmermann B. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade, **Textos de História,** v. 11, n. 1/2, 2003, pp. 89-127.

WIMMER Andreas; GLICK SCHILLER Nina, **Methodological nationalism and beyond. Nation state formation, migration and the social sciences,** **Global Networks: a Journal of Transnational Affairs,** Oxford, v. 2, n. 4, 2002, pp. 301-334.

Documenti archivistici

ARDUINI, Luigi Rapporto del R. Console del 3 settembre 1925. In Archivio Storico Diplomatico del Ministero degli Affari Esteri, Archivio Scuole 1923-1928, b. 637.

BRICHANTEAU, Eugenio C. Rapporto del R. Console del febbraio 1892.
In Archivio Storico Diplomatico del Ministero degli Affari Esteri, Archivio Scuole 1889-1910, b. 339, f. Scuole al Brasile fino al 1898. 1892.

PIO DI SAVOIA, Gherardo. Rapporto del R. Console del 18 febbraio 1894.
In Archivio Storico Diplomatico del Ministero degli Affari Esteri, Archivio Scuole 1889-1910, b. 339, f. Scuole al Brasile fino al 1898. 1894.

LEGRENZI, Angelo. Telespresso del Console di Porto Alegre 25 settembre 1894, in Archivio Scuole MAE, POS III Brasile 1889-1910, b. 339, f. Scuole al Brasile fino al 1898. 1894.

A docência entre imigrantes italianos e descendentes no Rio Grande do Sul: um olhar transnacional (1875-1927)

Terciane Ângela Luchese

Considerações iniciais

“Chi a sete domanda da bere e chi a sete di istruzione domanda delle scuole.”

(Prof. Ludovico Maestri, jornal *Il Colono Italiano*, 28/10/1911, p. 2).

“Quem tem sede pede para beber e quem tem sede de instrução solicita escolas”. Com tal assertiva, o Prof. Ludovico Maestri escrevia ao jornal *Il Colono Italiano*, em outubro de 1911 (28/10/1911, p.2) sobre a importância da escola e as demandas que as famílias tinham dar instrução aos filhos. Entre o final do século XIX e as primeiras duas décadas do século XX, migraram da Península itálica para o Rio Grande do Sul número considerável de imigrantes de todas as idades, muitas famílias e que, em sua maioria, se estabeleceram em colônias a exemplo das mais antigas – Conde d’Eu, Dona Isabel, Caxias, Antônio Prado, Alfredo Chaves e Silveira Martins. Mas houve aqueles que permaneceram na capital, em cidades como Pelotas ou mesmo em algumas outras regiões do estado.

Estudos como os de Luchese (2015), Rech (2021) e Castro (2021) se debruçam sobre o processo escolar entre imigrantes em diferentes regiões do Rio Grande do Sul e demonstram os modos pelos quais diferentes sujeitos, individual ou coletivamente, como iniciativa particular ou associativa, promoveram a abertura e a manutenção de escolas. O objetivo,¹ neste estudo, foi o de analisar a configuração da docência entre imigrantes italianos e seus descendentes, perceber os movimentos para tornar-se e permanecer como professor e professora, bem como a atuação e a representação do ser docente, no período de 1875 a 1927. Restrinjo a investigação para os professores que migraram da Península itálica ou descendentes que se tornaram professores no período de 1875,

¹ Este capítulo é resultado de projeto de pesquisa mais amplo, interinstitucional, com financiamento CNPq e Fapergs intitulado “História das Culturas Escolares numa perspectiva transnacional: sujeitos, saberes, materialidades e práticas educativas entre Brasil e Itália (1875-1945)”.

quando começam a chegar levam numerosas e sucessivas e, como ano final, 1927 sem adentrar no debate do fascismo e de suas repercussões no Rio Grande do Sul.

O *corpus* empírico da análise são relatórios consulares e correspondências, fotografias, cadernos, jornais e entrevistas. No caso das entrevistas, é importante mencionar que elas advêm de dois acervos que preservam memórias de pessoas que viveram na chamada Região Colonial Italiana (RCI). Não se trata de acervos voltados para a história da educação, mas há diversos relatos sobre a escola, os professores e até mesmo histórias de vida de professores. As entrevistas transcritas e depositadas no acervo do Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, de Caxias do Sul (AHMJSA), e o Acervo de Entrevistas do projeto “Elementos Culturais da Imigração” arquivadas no Instituto Memória Histórica e Cultural, da Universidade de Caxias do Sul (ECIRS/IMHC/UCS), são o conjunto documental mobilizado no que tange às entrevistas. O conjunto documental foi perscrutado via análise documental histórica, mobilizando teoricamente estudos da História da Educação e História Cultural.

Por estudos anteriores,² sabemos que as iniciativas para a organização de escolas entre imigrantes e descendentes ocorreu em virtude da ausência de um sistema escolar público no Brasil e mesmo no Rio Grande do Sul. Foram alternativas criadas pela necessidade que as famílias de imigrantes e descendentes tiveram, ao estabelecer-se nas colônias ou mesmo, por vezes, em áreas urbanas. Algumas iniciativas, no entanto, foram apoiadas por outros agentes, caso de padres ou cônsules e, neste último caso, se constituem em decorrência das políticas italianas que, de certo modo, buscaram acompanhar os emigrados.

As alternativas mobilizadas para a organização e as tipologias escolares derivadas, amplamente denominadas escolas étnicas italianas ou escolas italianas, reúne, certamente, uma diversidade de modos e formas de organizar essa escola/aula. Escolas italianas comunitárias, porque resultantes de uma ação de várias famílias em prol da iniciativa; escola italiana particular, escola paroquial italiana, caso daquelas vinculadas à ação de um pároco local; escolas italianas vinculadas às Associações de Mútuo Socorro; escolas italianas subsidiadas, quando o professor recebia apoio regular proveniente do governo italiano, são

² Ver Luchese (2012, 2014, 2015, 2018), Luchese e Kreutz (2010, 2011), Luchese e Rech (2018), Barausse e Luchese (2017, 2018); Luchese *et al.* (2021).

alguns dos exemplos mapeados na documentação cruzada entre o que foi preservado no Brasil e na Itália.³ A complexidade dos processos escolares e suas culturas é um caminho profícuo para a pesquisa. A análise do tema em diferentes escalas também nos permite compreender nuances e matizes que entrecruzam as prescrições oficiais e as táticas locais em prol da escolarização. Neste sentido, a circulação de pessoas, ideias, materiais, entre Itália e Brasil é o que provoca pensar a perspectiva transnacional. Não se trata de abandonar a dimensão local ou as fronteiras nacionais na análise, mas de entrecruzar, conectar os acontecimentos entre o que ocorria na Itália e no Brasil. Não se trata de algo simples, pois, como indicaram Lawn e Rabelo (2014), há dificuldade de superar a visão nacional, pois está ligada à condição de ‘nacionalismo metodológico’, que acompanhou o trabalho de pesquisadores das ciências sociais.

Nesse sentido, a análise se volta para pensar a docência, por meio dos modos como se contituíram professores, sua atuação e o jogo de representações que os envolviam, a presença dos mesmos nas comunidades, entre imigrantes e descendentes.

Tornar-se professor/professora, entre representações e histórias conectadas

A migração de professores da Itália para o Brasil, em especial para o Rio Grande do Sul, ocorreu, mas em um número relativamente pequeno de docentes. A maioria dos que vieram a atuar no contexto gaúcho, seja em escolas italianas ou públicas ou em outras instâncias educativas, se constituíram docentes por oportunidades e/ou escolhas no Rio Grande do Sul. A atenção transnacional ao objeto – professores que imigraram ou imigrantes que assumiram a função da docência na terra de acolhida – viveram em condições híbridas, produziram transferências culturais (ESPAGNE, 2017), ou seja, uma dinâmica de ressemantização da cultura vivida na Itália para as novas experiências no contexto gaúcho. Na

³ É interessante registrar que, em diversos documentos consulares de época, em especial no último quartel do século XIX, os cônsules denominam as escolas como “colônias”. Não me parece uma terminologia que possamos livremente reproduzir como historiadores da educação. A polêmica está em quem as classificou desse modo e a partir de quais critérios, mesmo que presente na legislação italiana. Tensionar, problematizar e compreender o contexto de tal denominação, juntamente com outra que se segue, em que essas escolas passam a denominação de “escolas italianas no exterior”, pois que os emigrados pelas políticas italianas passam a ser “italianos no exterior”. Essa é uma discussão conceitual e histórica importante, mas que não cabe no escopo deste texto.

bagagem desses professores, uma diversidade de práticas culturais foi transportada e confrontada com os diversos modos de viver, nos locais em que se estabeleceram.

A carência de professores para atender aos filhos e as poucas escolas – nas primeiras décadas – contruídas pelas autoridades públicas locais, geravam a necessidade de iniciativas por parte das famílias, como mencionado. E, o mais recorrente da atuação de professores entre imigrantes e descendentes foi o descrito pelo Cônsul De Velutiis em 1908:

Nos centros urbanos e nas sedes das colônias rurais, *essas escolas são mantidas pelas Associações Italianas, ou melhor, surgem sob seus auspícios*. No mínimo, são as associações que fornecem o local e os móveis e utensílios necessários. Nas colônias, entre as linhas que não contam com escolas brasileiras, *os nossos compatriotas procuram sustentar as próprias custas, uma pequena escola para seus filhos, confiando-a a algum colono mais instruído do lugar*. Existem também algumas associações de fabriqueiros de várias capelas das linhas que se esforçam em manter abertas pequenas escolas italianas. Em geral, pode-se afirmar, com certa satisfação que, os nossos compatriotas *tem amor à sua escola italiana*. Mas os sacrifícios que eles fazem não são suficientes e tem que lutar com *grandes dificuldades para conceder uma remuneração para eles sempre pesada, aos professores que são mais pobres do que eles*. Afora poucas, a maior parte das nossas escolas tem uma vida difícil. Elas atravessam, enfim, neste momento um período muito crítico. Por um lado, a crise econômica, agravada pelas recentes calamidades, colocou muitos colonos numa situação de miséria. Por outro lado, soma-se a isso a invasão de congregações francesas que, expulsas de seu país, vieram refugiar-se nesse Estado, instalando nas colônias escolas para ambos os sexos, as quais fazem grande concorrência às nossas, porque admitem gratuitamente alunos pobres, cobrando apenas dos que podem pagar (DE VELUTIIS, 1908, p. 348-350).

Merece nota a iniciativa das associações de mútuo socorro na criação e manutenção de escolas, bem como as escolas italianas criadas em áreas rurais que tinham como professor “algum colono mais instruído do lugar”. A forma mais recorrente de manutenção da aprendizagem do ler, escrever, fazer contas e, claro, em muitos casos também do rezar foi a escolha, dentre aqueles de um conjunto de famílias que se dispunha a ensinar. Tornar-se professor pela oportunidade surgida, um professor que se fazia, na medida em que vivenciava a experiência de ensinar.

Ribeiro reforça a necessidade que premiu os esforços das famílias para a criação de escolas:

A falta de um sistema escolar público capaz de promover as áreas rurais que estavam sendo colonizadas, obrigou aos colonos a tomar outras iniciativas na criação de escolas. Em muitas localidades da RCI, a escolarização inicia com escolas particulares isoladas, sob a regência de um colono mais instruído ou que tivesse tido alguma experiência escolar na Itália (RIBEIRO, 2004, p. 149).

Nesse sentido, como menciona Luchese (2015), muitas dessas iniciativas foram efêmeras. De outro lado, no caso das associações de mútuo socorro, a manutenção das escolas foi um pouco mais duradoura. É o caso da *Scuola Vittorio Emanuele II* que Rech (2021) refere como uma instituição que teve duração significativa (1877-1938). Giron (1998, p. 90) afirma que “[...] entre os imigrantes da Colônia Caxias, apenas quatro se identificaram como professores, sendo os responsáveis pelas primeiras escolas particulares regionais. Foram eles Giacomo Paternoster, Abramo Pezzi, Clemente Fonini e Marcos Martini”. O ensino era em italiano (em geral dialetos como o vêneto) e, em alguns períodos, as escolas receberam material didático do governo italiano. Ressalta-se que os imigrantes falavam os dialetos maternos de suas respectivas regiões de origem, falavam mal o italiano, o que, de certa forma, dificultava, por vezes, o uso dos livros didáticos.

Tomando como referência os dados constantes no Anuário Estatístico das escolas italianas no Exterior, pode-se enumerar, conforme o Quadro 1, no Rio Grande do Sul, em 1908, as escolas italianas mencionadas.

Quadro 1 – Escolas italianas no Rio Grande do Sul, 1908

Município	Escola	Alunos	Alunas
Alfredo Chaves	14 escolas italianas mistas	317	250
Antônio Prado	2 escolas italianas mistas	79	50
Bagé	Colégio Italiano XX de Setembro	66	-
	Colégio dos Salesianos	90	-
Bento Gonçalves	8 escolas mistas	330	250
	Escola Luigi Petrocchi	25	20

Caxias	Escola diurna e noturna M. Rossi	25	-
	Escola italiana Principe di Napoli	36	-
	Escola italiana mista	28	20
	Escola italiana San Bartolo	32	25
	Escola italiana San Gottardo	25	20
	Escola italiana San Luigi	20	15
	Escola italiana Santa Lucia	26	20
	Escola italiana Santo Antonio	30	20
	Escola italiana Sertorina	14	10
	Escola italiana Traslati Maria	25	20
	Escola italiana Umberto I	20	20
Encantado	Escola italiana mista	20	10
Estrela	Escola Unione Agricola	25	15
Garibaldi	14 Escolas italianas mistas	340	250
Guaporé	3 Escolas italianas mistas	70	50
Jaguarão	Escola Margherita	15	10
	Escola San Luigi	22	20
	Escola Santo Stefano	17	10
	Escola Umberto I	10	10
Lajeado	Escola Umberto I	25	15
	3 Escolas Unione Agricola	55	30
Pelotas	Escola italiana privada	20	16
Porto Alegre	Escola Elena di Montenegro	35	30
	Escola Giovanni Emanuel	20	16
	Escola Umberto I	55	35
	Escola Vittorio Emanuele III	20	19
Silveira Martins	Escola colonial	20	16
Total		1957	1292

Fonte: Ministero degli Affari Esteri (1908, p. 14-16).

A partir do quadro, podemos perceber que, conforme o Ministério das Relações Exteriores existiam 81 escolas subsidiadas e 3.249 alunos no Rio Grande do Sul, em 1908. Comparativamente, no Brasil o total de alunos era de 13.656 alunos, sendo 8.769 meninos e 4.887 meninas (MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI, 1908). As escolas italianas no Rio Grande do Sul representavam 23,79% dos alunos que frequentavam as escolas italianas no Brasil. Diversas escolas eram ligadas às Associações de Mútuo Socorro.⁴

A partir da compilação de referências presentes no banco de memórias do AHMJSA e do ECIRS/IMHC/UCS, aponto um conjunto de evidências que indicam a constituição e as representações acerca da docência nas escolas ditas italianas, no contexto gaúcho.

⁴ Silva Júnior (2004), em tese sobre as associações de mútuo socorro gaúchas, refere-se a elas compreendendo-as como formas de organização que implementava estratégias privadas e reconhecia que, enquanto a maioria dos associados buscava os benefícios materiais oferecidos pelas sociedades, os líderes se voltavam mais para os recursos espirituais e/ou políticos. O mesmo autor aponta que, no Rio Grande do Sul, o maior número de associações foi mantido por italianos (apresenta um total de 71 associações). A organização de sociedades de mútuo socorro entre imigrantes italianos e seus descendentes é característica marcante desse grupo étnico.

Quadro 2 – Memórias da escola italiana e atuação dos docentes

Nome	Filiação, data e local de nascimento	Profissão	Lembrança narrada	Acervo
Benedito Zorzi	Filho dos imigrantes Arcângelo Zorzi e Líbera Carli Zorzi 27/5/1908, Nova Pádua, RS	Padre e Bispo em Caxias do Sul	“[...] a frequentar a escola não, porque o tio Guilherme, Meno, era um colono como os outros, trabalhava o dia inteiro na roça e à noite, pacientemente, na luz da lanterninha, <i>del lumin</i> , ensinou a leitura. Ele tinha um livro, chamavam silabário, trazido da Itália com cada trecho do livro, começava por ordem alfabética, a, b, c... Começava com o nome de cidade da Itália. Por exemplo, A – Ancona; B – Belluno; R – Roma; N – Nápoli, por ordem alfabética. Lá eu aprendi a ler só”.	ECIRS/ IMHC/ UCS
Elvira Tonietto Mosele	Filha dos imigrantes Belvim Tonietto e Stella Maria Tonietto, 20 de junho de 1920, Caxias do Sul	Do lar	Lembra do avô, na Linha Feijó [hoje Farroupilha]. “Ali ele era professor, ele lecionava e fazia tudo, porque não tinha padre antigamente, ele exercia as coisas de, só missa que não rezava, mas ele enterrava os mortos, fazia casamento, fazia batizado, a Semana da Paixão [...] o pai lecionava”.	Banco de Memória AHMJSA

Paulina Soldatelli Moretto	Filha de Giuseppe Soldatelli e Rosa Pelizzer Soldatelli, 3/6/1913, Distrito de São Marcos, Caxias [hoje Município de São Marcos]	Foi professor durante algum tempo	“[...] fui à escola na vila, em S. Marcos mesmo. O primeiro professor chamava-se João Fontana. Ele dava aula em português, mas nós tínhamos muita orientação, explicação em italiano, porque a escola era paroquial. Era paroquial, mas também em colaboração com a prefeitura. Então o Vigário dava muita assistência na escola. Ele ensinava a cantar, ensinava a declamar, sempre em italiano. A história sagrada eu aprendi em português. O catecismo em italiano, cantos em italiano. Inclusive quando aprendemos o Hino Nacional aprendemos o hino da Itália”.	ECIRS/ IMHC/ UCS
Alice Gasperin	Filha dos imigrantes Giovanni Gasperin e Ana Dall’Acqua, 1906, Barracão, Bento Gonçalves	Professora	“[...] comecei a ler o meu livrinho. Era bonito. A capa colorida: um menino correndo, levando uma pandorga assim correndo. E eu me lembro ainda. Ele tinha botinas, tinha calça curta e o nome dele era Carlino... italiano. A escola era italiana.”	Banco de Memória AHMJSA

<p>Angelo Araldi</p>	<p>Filho de José Araldi Filho e Dosolina Corso Araldi 1926, Flores da Cunha</p>	<p>Professor</p>	<p>O professor da minha mãe foi Marcos Martini, italiano. [...] Em 1908, 1910, 1912 mais ou menos uma coisa assim. [...] o meu primeiro professor também era italiano [...] chamava-se Rômulo Roncarelli, vindo da Itália, não sabendo coisa nenhuma em português. E – Que data foi isso? I – Sou de 1926, tinha 6 anos, em 1932. E – Será que ele já era professor na Itália? I – Não sei. Ele tinha bastante conhecimento. Se notava que ele tinha conhecimentos gerais, até de gramática, história, de tudo. Ele falava muito pouco o português [...]. E o primeiro ano meu, foi em italiano. E – E este italiano, era gramatical ou dialeto? I – Não era nem italiano gramatical nem dialeto. Acredito que ele sabia bem o gramatical, mas para se fazer entender ele tinha que falar o nosso dialeto, porque senão a gente não entendia. [...] E – Falavam só o italiano? I – Todo mundo falava italiano. Só o 1º ano meu, depois, já no 2º ano, trocou de professor, veio uma professora chamada Joana Menegolla. Era uma solteirona. Ali foi tudo português [...]”.</p>	<p>ECIRS/ IMHC/ UCS</p>
----------------------	---	------------------	--	---------------------------------

<p>Graciema Paternoste Pieruccini</p>	<p>Filha do imigrante João Paternoster e Maria Sartori, 8/8/1892, Caxias do Sul</p>	<p>Do lar</p>	<p>“Meu pai veio da Europa, de Trento, Giácomo Paternoster era meu avô, primeiro professor de Caxias [...]. De ler, de escrever, fazer contas. Depois, aquela professora Maria Translati também, que foi uma grande professora em Caxias do Sul, mas era italiana. [...] Era tudo italiana. [...] Ah, a pedra... mandavam fazer números, escrever, davam ditado. Tinha uma moça encostada na mesa da professora, que ela ajudava, então, ela nos ditava e nós escrevíamos. [...]”</p>	<p>Banco de Memória AHMJSA</p>
<p>Aparício Postali</p>	<p>Filho de Abel Postali e Maria Prezzi Postali, não consta data nascimento, Caxias do Sul</p>	<p>Dentista e fotógrafo</p>	<p>“Estudava na escola da minha mãe. Ela era professora [...]. Então, nós íamos na escola, 30, 40 alunos ou mais que fosse. A minha mãe era enérgica, era uma senhora alta, cabelo puxado para trás, com um coque, <i>a maestra</i>. Olha, quem facilitava, a vara de marmelo vinha pelas costas! Nós saímos de lá da escola rural com meu pai, eu tinha 11, 12 anos”.</p>	<p>Banco de Memória AHMJSA</p>

Verônica Candiago Bortolon	Filha de Francisco Candiago e Giovana Ruzzarin Candiago, 1915, Caxias do Sul	Professora	<p>“O meu avô materno era uma pessoa instruída, sabe? Ele era professor. Lá na Itália e quando ele veio para o Brasil, ele foi um dos primeiros professores do bairro, aí da 6ª légua, São Valentim. Aquela igreja de São Valentim aí na 6ª légua. Antônio Ruzzarin. [...] Eles tinham uma escola lá e ele lecionava. Ele gostava muito de ler e escrever. Ele era muito estimado pelos vizinhos pelo jeito. Tinha pouca gente que sabia ler e escrever naquele tempo. A minha mãe sempre me contava. Então de noite vinham os vizinhos: – Antônio, tu me escreves uma carta para mandar para a Itália, para os meus pais, meus cunhados ou sei lá pra quem. Ele ficava todo contente, coitado. Ele gostava muito de escrever. Quando tinha casamento, naquele tempo, eles usavam fazer um pequeno discurso para os noivos. Então, eles iam lá e pediam: Antônio, tu me escreves um pequeno discurso [...]. Era uma escola dirigida pelo governo italiano mesmo, ele recebia todo o material da Itália. Ele lecionava italiano.”</p>	ECIRS/IMHC/UCS
----------------------------	--	------------	--	----------------

Fonte: Trechos extraídos das entrevistas do banco de memórias do AHMJSA e ECIRS/IMHC/UCS.

Por meio dos excertos percebemos nuances importantes para pensar a docência e suas representações: o uso de materiais escolares, como

livros em italiano são rememorados; a aprendizagem era em dialeto, e muitas das práticas didáticas eram repetitivas e baseadas na memorização; há a lembrança do professor que ensinava a ler, a escrever e a contar; o número de estudantes nas aulas, os vários adiantamentos em uma mesma sala; o professor era uma referência para a comunidade, apoiando as atividades sociais e religiosas. Complementando, nas memórias autobiográficas da professora Alice Gasperin, ela lembra o início da escolarização;

Em 1913, no começo do ano letivo, cinco meses após o falecimento do papai, comecei a frequentar a escola. Tinha apenas seis anos. Naquele tempo, talvez pelas frequentes faltas dos alunos em vista dos trabalhos da lavoura, o ensino era individual. Cada aluno tinha o seu aproveitamento de acordo com a frequência. Muito dependia também da vontade de aprender de cada um, ou do incentivo e interesse dos pais. A escola ficava perto da nossa casa, dentro do nosso terreno. Mamãe comprou-me um par de tamanquinhos (GASPERIN, 1984, p. 113-114).

A ida para a escola aos seis anos, a observação das tarefas desempenhadas pelas crianças no cotidiano familiar, a prática de ensino individual e a proximidade da escola são lembradas, bem como o nome da primeira professora, Camila Roncaroni. E Alice escreveu ainda que a *maestrona* só falava italiano:

A professora era uma senhora italiana chamada Camila Roncaroni. [...] Veio para a colônia italiana de Caxias e apresentou-se na Prefeitura Municipal como professora. Mandaram-na Sertorina, porque lá estava vago o cargo. No prédio da escola da Sertorina havia também moradia para o professor. Tinha a sala de aula, um quarto, uma saleta e pelos fundos um puxado do comprimento do prédio. Ao final do puxado, um outro quartinho. Um pouco afastada do prédio, uma pequena cozinha com a lareira de terra socada. Lecionava em língua italiana. [...] A “maestrona” só falava italiano. Os livros todos italianos. Eu nem podia achar estranho, porque não sabia da existência de outras línguas. Sabia que éramos italianos, porque assim diziam os pais em casa. Frequentei só pouco tempo a escola da “maestrona”. Não aprendi nada (GASPERIN, 1984, p. 113-116).

Alice indica, em suas memórias, questões interessantes como o problema da frequência, da falta / inexistência de preparo de professores, o ensino em língua italiana (provavelmente o dialeto vênето era falado, e os livros em italiano gramatical), a responsabilidade assumida pelo aluno na sua aprendizagem, o professor vivendo nas comunidades. Em suas lembranças, afirma que as “[...] crianças em algazarra

iam e voltavam da escola, que ficava perto de nossa casa, praticamente dentro da nossa propriedade. Por todos os lados, movimento e alegria” (GASPERIN, 1989, p. 26).

Das lembranças de Gasperin sabemos que a professora era Camila Roncoroni, que havia atuado na escola de Sertorina, pertencente a Caxias, ensinando em italiano, com livros em italiano. E aqui está um ponto importante a ser observado: a circulação de alguns professores da capital para o interior. Como outro exemplo, podemos citar o caso de Santo Ceroni, que atuou como docente na escola da associação *Vittorio Emanuele II* (Porto Alegre) e depois fixou residência em Caxias, primeiramente atuando como professor particular, subsidiado e depois como professor público, chegando ao cargo de inspetor de ensino municipal de Caxias. E, assim, outros, como a Profa. Camila Roncoroni, pois havia atuado também na *Vittorio Emanuele II* e na *Società di Beneficenza ed Istruzione Principessa Elena di Montenegro*. Propaganda publicada no jornal *Stella d'Italia* e transcrito por Rech, informava que a

Escola Mista Italiana sob a presidência honorária do Régio Cônsul da Itália e patrocinada pela benemérita Associação Principessa Elena di Montenegro. Diretora docente: professora Camilla Roncoroni. Horário das aulas: das 8 às 12 todos os dias, salvo a quinta-feira e o domingo. Programa governamental. Rua Coronel Carvalho, n. 1 D (Moinhos de Vento). Depois do almoço: lições particulares. Ensino de língua portuguesa e trabalhos femininos (RECH, 2021, p. 167).

A Profa. Camilla Roncoroni atuava na *Società Principessa Elena di Montenegro* no ano de 1903 (lecionou doze anos nessa escola), quando foi registrada a imagem a seguir, publicada no almanaque do *Fanfulla* de 1905. Nela se observa a presença de 31 crianças e, no canto esquerdo, a professora. Duas crianças seguram uma placa, provavelmente de identificação da escola.

Figura 1 – Turma da Società di Beneficenza ed Istruzione Principessa Elena di Montenegro



Fonte: Almanacco dell Fanfulla (1905, p. 54).

É interessante que, na página seguinte, foi publicada uma imagem produzida no interior da sala de aula, o que por si é relativamente incomum, mas o intuito parece ter sido o de demonstrar a organização e o conjunto de materiais que estavam disponíveis: carteiras em madeira, e mesa da professora, próprias da época; armários com materiais pedagógicos, paredes com quadros do rei e da rainha,⁵ bandeira da Itália, quadro negro, ábaco, quadros-murais, panos de prato e guardanapos com bordados expostos no fundo, à esquerda. Portanto, fica evidente a preparação do ambiente para a produção da imagem, como se pode conferir na Figura 2.

⁵ Pela imagem, os quadros são do rei Humberto I e da Regina Margherita, primeiro rei e rainha da Itália unificada.

Figura 2 – Interior da sala de aula da Società di Beneficenza ed Istruzione Principessa Elena di Montenegro



Fonte: Almanacco dell Fanfulla (1905, p. 54).

Sobre as carteiras se observa a disposição de alguns livros e/ou folhas. Na mesa, centro da imagem, uma máquina de escrever. No quadro negro, o registro do ano de 1903. Na mesma página do *Almanacco dell Fanfulla*, é mencionado que os inspetores escolares eram Adelchi Colnaghi e Rev. Don Giovanni Riolo. E, nas páginas seguintes, apresenta as demais sociedades italianas da capital gaúcha, a exemplo da Umberto I, o que sinaliza o funcionamento de outras escolas.

É interessante registrar que a Profa. Camila Roncoroni, permaneceu no Brasil por mais de três décadas e exerceu a docência em diversos municípios, tais como: Pelotas, Silveira Martins, Gramado, Taquara e nas proximidades da Barra do Ribeiro. Pela obra do Cinquentenário se sabe que retornou, em 1923, para a cidade natal, Milão (CROCETTA, 2000 [1925], p. 399). Poucos dos professores que atuaram nas escolas italianas fizeram percursos como o da Profa. Camila Roncoroni, voltando para a Itália. Mas temos casos como os dos professores e agentes consulares, enviados pelo Ministério das Relações Exteriores da Itália, especificamente para assumirem a função de docentes. No

caso de Umberto Ancarani e Luigi Petrocchi, ambos atuaram em escola mantida pela Sociedade de Mútuo Socorro da zona urbana dos Municípios de Caxias e Bento Gonçalves, respectivamente. Outro professor, Giovanni Mantovani, também foi enviado e assumiu como professor e agente consular em Alfredo Chaves (hoje Município de Veranópolis). Ancarani conhecia grego, francês e tinha formação para a docência. Ele foi premiado pela publicação do livro *Novo Método para o Ensino da Língua Italiana* (para alunos gregos). O livro fora escrito na época em que Ancarani atuara como professor de italiano em um ginásio na Grécia, antes de ser enviado para o Brasil. Um importante detalhe é que sua nomeação, inicialmente, era para atuar em Alfredo Chaves, mas, chegado em Porto Alegre, foi destinado pelo consulado para Caxias, “querendo aliar a importância do nomeado à do local” (jornal *O Cosmopolita*, 26/11/1904, capa). A publicação que dava conta de tal nomeação noticiara assim:

Provimento para nossas escolas coloniais. O Régio Ministério das Relações Exteriores comunicou ao Cônsul Cav. Ciapelli que partiram para a Capital [Porto Alegre] o professor Ancarani e o Sr. Mantovani. Este será destinado para agente consular com o encargo de ensinamento em Alfredo Chaves. O professor Ancarani será destinado do Real Consulado para a colônia Caxias. O mesmo Ministério informou ao Cav. Ciapelli que decidiu enviar um professor para a escola de Bagé e um outro para a nova escola de Porto Alegre, dependente da União Meridional Vittorio Emanuele III (O COSMOPOLITA, 12/6/1904, p. 3) [Tradução da autora].

A presença de Ancarani em Caxias oportunizou o acesso a uma escola com um currículo ampliado, e sua esposa, Iró Ancarani, também professora, ensinava as meninas. Em anúncio, se informava aos interessados a abertura da matrícula e as disciplinas a serem ensinadas:

Se traz ao conhecimento dos habitantes desta vila que no próximo mês será aberta a Escola Italiana Masculina de grau inferior e superior na sede da sociedade anteriormente nominada, que com patriótico sentimento, é seu promotor. O ensinamento compreenderá as seguintes matérias: Língua italiana. Língua portuguesa. Língua francesa. História Italiana e Brasileira. Geografia. Matemática. Geometria. Desenho. Caligrafia. Canto. Ginástica e exercícios militares. As inscrições dos alunos serão recebidas todos os dias pelo Sr. Mario Marsiay secretário da Sociedade Príncipe de Nápoles (O COSMOPOLITA, 17/7/1904, p. 3, tradução da autora).

O mesmo anúncio foi publicado em edições posteriores do referido jornal. Umberto Ancarani, que foi professor e agente consular em Caxias, Pelotas e, em 1925 permanecia em Santa Maria, assim como a esposa Iró Ancarani como agente consular e professor (CROCETTA, 2000 [1925], p. 405). Ancarani também foi atuante na imprensa local, pois, em Caxias assumiu, por exemplo, a seção italiana publicada pelo jornal *O Cosmopolita*, em 1905. E Ancarani, assim como Petrocchi, em Bento Gonçalves, assumiram funções educacionais, no mesmo tempo em que apoiavam a abertura de outras escolas nas áreas rurais e narravam, por meio de minuciosos relatórios enviados aos cônsules, suas impressões acerca da economia, da política, da cultura e de outros aspectos daqueles municípios e da região. Em visita à Bento Gonçalves, o viajante italiano Buccelli registrou que o “[...] maestro Luigi Petrocchi, benemerito insegnante, che da sei anni presta i più rilevanti servigi alla italianità e alle colonie [...] consigliando i coloni ad istruirsi, aiutandoli ad aprire delle scuolle nei punti più lontani”⁶ (BUCCELLI, 1906, p. 240).

A constituição da docência com uma formação específica na Itália foi uma exceção. A maioria dos que atuaram como professores o fizeram a partir da oportunidade surgida, da necessidade de alguém assumir a função numa dada comunidade. Foi o caso do imigrante Giulio Lorenzoni, em que a assunção à condição de professor também ocorreu por um tempo, por vezes breve, pois, na sequência outra atividade – na maioria das vezes – com melhor remuneração, foi exercida. Lorenzoni em suas memórias também relembrou a necessidade local por escolas e professores e escreveu:

A absoluta falta de escolas do Governo Brasileiro obrigava o colono a escolher as pessoas mais aptas para ensinar a ler, escrever e fazer contas àquela mocidade toda, sob pena de criarem-se na maior ignorância, verdadeiramente analfabetos. Precisavam então conformar-se com o melhor que houvesse, pois não eram professores formados os que iam lecionar, mas sim os que, na Itália, tivessem recebido uma razoável instrução e que, mediante módica retribuição, se sujeitassem a desempenhar a árdua tarefa de mestre, o que procuravam fazer da melhor maneira (LORENZONI, 1975, p. 126).

⁶ [...] o professor Luigi Petrocchi, benemérito professor, que há seis anos presta os serviços mais relevantes à italianidade e às colônias, [...] aconselhando os colonos a se educarem e ajudando-os a abrir escolas nos pontos mais distantes (tradução nossa).

Lorenzoni foi um dos primeiros professores na escola mantida pela Sociedade Regina Margherita de Bento Gonçalves. É perceptível que os registros mais antigos são em em maioria, de professores, no entanto, nos primeiros anos do século XX, a predominância passa a ser de professoras, muitas bem jovens. Também é possível observar que os professores que atuaram nos primeiros anos, em escolas étnicas particulares ou comunitárias, se aperfeiçoraram e prestaram seleção para a função de professores públicos ou subsidiados pelo governo gaúcho. Neste caso, um exemplo de professor que permanece na função, mas que passa da condição de professor de escola italiana para professor público é o de Lodovico Maestri. Ele inicia como professor em São Pedro, Linha Palmeiro em Bento Gonçalves e, depois, em 1911, se transfere para Alfredo Chaves, na Linha Silva Jardim, que ele menciona pertence ao então distrito de Nova Bassano. Ali, assume a direção de uma escola pública. Em 1925, nas comemorações do cinquentenário de imigração italiana no Rio Grande do Sul, Maestri aparece como professor em escola de Parai (CROCETTA, 2000 [1925], p. 400).

É interessante notar que o Prof. Lodovico Maestri foi bastante ativo nas atividades que envolvem as comunidades em que viveu, participando em diferentes momentos da vida sociocultural local. Ele também foi correspondente de jornais como o *Il Colono Italiano* de Garibaldi, sendo frequente a publicação de matérias por ele produzidas. Chamo a atenção para duas evidências que selecionei: a primeira, em que Maestri publica que recebia material escolar – livros – do consulado italiano, mas que não os comercializava, pois tinham distribuição gratuita, como se pode ler a seguir:

Figura 3 – Excerto do jornal *Il Colono Italiano* escrito pelo Prof. Maestri, em 1911



Para a pura verdade

Declaro e atesto que eu aqui subscrito, Lodovico Maestri, que desde que eu sou professor eu jamais vendi livros como material escolar fornecido pelo Governo da Itália. Esta minha declaração tem por finalidade calar a boca de qualquer caluniador que tem coragem de manifestar tal falsidade ao R. Agente Consular, Sr. Dr. Gino C. Battocchio, em Bento Gonçalves. Lodovico Maestri.
Professor.

Fonte: Jornal Il Colono Italiano, 9/9/1911, p. 2.

Em outro artigo assinado pelo Prof. Lodovico Maestri, ele defende a escola e, por meio de um exemplo prático, uma conversa que teria tido com um colono, explica, argumenta e demonstra a importância da escola para as meninas, mesmo que fosse para serem boas mães. Pelo conteúdo, pela sinalização de práticas culturais e valores morais de um coletivo, registrados pela pena do Prof. Maestri, apresentamos a seguir o texto na íntegra:

Figura 4 – Excerto do jornal *Il Colono Italiano* escrito pelo Prof. Maestri, em 1910



Digníssimo diretor do jornal *Il Colono Italiano*. Eu estou convencido e me apraz dizer da importância do valoroso jornal *Il Colono Italiano*, para que dê sempre uma boa advertência aos colonos para que tenham sempre atenção ao Progresso e a Religião. Me entristece dizer que alguns deles não estão ainda valorizando a boa educação. Noutro dia, falando da utilidade da escola, a minha palavra foi interrompida por um pai de família dizendo-me que a escola é necessária somente para os filhos e não para as filhas. Imaginem se eu poderia me calar perante tal absurdo. Antes de tudo o fiz conhecer claramente as imensas vantagens que pode dar para um homem a boa educação. E depois lhe disse: diga-me, de quem é a primeira instrução dada aos pequenos meninos e meninas? Quem foi a sua primeira professora? O bravo cavalheiro depois de um pouco de reflexão me respondeu: a mãe. Muito bem, então eu disse: se esta mãe que ensinou os primeiros passos, a articular as primeiras palavras, também tivesse ensinado um pouco de educação, não seria muito útil? Sim, me responde. E então continuamos. Se esta bendita mãe não tivesse tido ela um pouco de instrução na escola, porque o canalha do seu pai não permitiu mandá-la para a escola, como poderia ela instruir os seus bons filhos, como poderia comportar os sacros deveres de uma boa mãe de família? Já se pode saber quando, por exemplo, se entra na casa de certas famílias e se encontram meninos e meninas bons, respeitosos, asseados e graciosos. No seu modo agradável de falar, logo se conhece quem da mãe recebeu uma pouco de instrução de etiqueta. No entanto, quando se entra numa outra casa e se encontra aquelas pobres crianças entre 5 e 7 anos de idade que, em lugar de demonstrar educação e amorosidade, fogem, são brabos, indisciplinados e sem um sinal de educação. Então, tudo depende da mãe que não pode ser um pouco instruída nos seus primeiros anos de vida. E como fica no aspecto religioso? Os filhos tendem a escusar-se, pois se não sabem mesmo a própria mãe. Ao ouvir isso, o meu amigo

abaixou a cabeça, ficou ruborizado como uma papoula, ficando convencido que a escola não é necessária para os meninos, mas faz bem para ambos os sexos. Lodovico Maestri.

Linha Palmeiro, Fração São Pedro de Bento Gonçalves, 6 de outubro de 1910.

Fonte: Jornal *Il Colono Italiano*, 10/10/1910, p. 2.

A escola é representada como o espaço para o esclarecimento, para a difusão do saber e a preparação das crianças – meninos e meninas – para o exercício de seus papéis sociais. É interessante observar que o Prof. Maestri menciona o aspecto religioso, para além de certo “refino”, nos modos de ser e agir, conforme a “etiqueta” social. A escola contribuiria para isso e apoiaria os futuros pais e mães a estarem mais aptos a ensinarem seus próprios filhos.

Professores de escolas italianas ou imigrantes que se tornam docentes e que vivenciam cursos, se preparam – diversos inclusive como autodidatas, dedicando o tempo de seu ofício, posteriormente como professores públicos no Rio Grande do Sul – são diversos os que identificamos. Em Bento Gonçalves, são conhecidos os casos de Angelo Roman Ross, que chegou a ser diretor de Colégio Elementar público. E Felix Faccenda que, além de lecionar no Colégio Elementar Bento Gonçalves, dava aulas particulares para outras professoras (a exemplo de Alice Gasperin, Cândida Sartor Merlin). Ambos, Ross e Faccenda também eram docentes em cursos de aperfeiçoamento para professores municipais de Bento Gonçalves. Em Caxias, temos o exemplo de Marco Martini que se aposentou como professor público estadual.

Entre os professores que imigravam temos ainda aqueles que foram subsidiados pelo governo italiano e/ou pelo governo estadual. Em 14 de dezembro de 1912, Penna de Moraes, presidente do Conselho Escolar de Caxias e Intendente, descreveu a relação entre subvenção, docentes e ensino de Português, afirmando que “os professores Luiza Morelli, Deboni e Marco Martini não tem boa pronúncia do português. Mas o lecionam na medida de sua competência relativa. Parece-me ser isso preferível a não ministrar-se ensino de espécie alguma. A professora Luiza Morelli encaneceu lecionando aqui e o professor Marco Martini é um preceptor zeloso. [...]” (CÓDICE, 06.02.02, AHMJSa).

Por fim, nas escolas paroquiais italianas cujo registro temos em Caxias e em Carvágio, hoje Município de Farroupilha, o professor ficava vinculado no exercício da docência àquilo que era orientado pelo pároco local. Um interessante exemplo foi apresentado por Ribeiro (1990, 2004) ao transcrever o documento de criação de escola paroquial. Consta no registro que, em 1903, o pároco Domenico Poggi reuniu, na canônica, os fabriqueiros da paróquia e os chefes de família da comunidade de Nossa Senhora de Caravágio, para prover a necessidade de uma escola paroquial cristã. Deliberou-se comprar o terreno e de erigir uma

casa para uso escolar. Não tendo os fabriqueiros dinheiro para comprar imediatamente o espaço, Antonio Franceschet se ofereceu a pagar duzentos e sessenta mil réis pelo terreno, e assim foi comprado, restando como aos fabriqueiros a obrigação de devolver a soma mencionada.

Para construir a escola, o pároco pediu ajuda. Aos poucos, ela ficou pronta com as ofertas dos colonos. Enquanto isso, pensavam num professor para os ensinamentos e, no dia 5 de fevereiro de 1904, fizeram outra reunião com todos os chefes de família. Deliberaram aceitar como professor Cristoforo Luzzatto. Ele se comprometera em seguir as regras estabelecidas pelos chefes de família e pelo pároco. Nesse caso, é interessante transcrever e observar as regras que orientavam o trabalho do professor, escritas em italiano, mas traduzidas pela autora:

1. É instituída uma escola católica para a instrução da mente e do coração dos nossos jovens, a fim de se tornarem bons cristãos e bons cidadãos.
2. O ensino é dado em língua italiana porque somos italianos e se ensina a leitura em língua portuguesa porque o Brasil é nossa segunda Pátria.
3. O professor deve ser bom cristão, não se colocando professores hostis à religião.
4. Depois do ensinamento das matérias escolares o professor ensinará o catecismo aos rapazes.
5. O professor dará início à aula com a oração e assim também quando a terminar.
6. Uma comissão se encarregará pelo pagamento do professor o qual será pago a cada trimestre.
7. O pároco será o superintendente da escola e terá o direito de inspecionar a escola, os livros e assistir os exames e observar o andamento da mesma.
8. Se os colonos tiverem reclamações a fazer se dirijam a comissão e esta ao pároco para que vejam se tem fundamento as reclamações feitas e providencie para que não surjam inconvenientes.
9. Na escola será pendurado um crucifixo – sinal de nossa Redenção. (Livro de Atas da Paróquia de Nossa Senhora do Caravágio – tradução da autora. In: RIBEIRO, 1990, p. 571-572).

As regras eram a declaração dos princípios orientadores de todo o processo escolar, que se vivenciaria naquela escola: o catecismo e a oração, a perspectiva da *italianità* (o pároco era italiano), a importância do professor como exemplo de cristão e de preservação dos valores morais, a rotina da aula e o pároco com o poder de inspeção em todas as instâncias escolares: dos livros à prática avaliativo-pedagógica. É uma outra ação de contratação do professor, sob regras próprias, criadas e

emanadas, no acordo que o pároco local, com anuência das famílias, indica as diretrizes de funcionamento da escola e inspeciona o professor.

Cabe ainda dizer que essa orientação e a relação com o pároco local não foi exclusividade de uma comunidade. Em vários documentos consta o registro da visita do pároco à escola, o pároco por meio do jornal local incentivando ou não a ida das crianças para a escola, reconhecendo ou criticando a posição de certo professor. Há uma relação de interdependência significativa entre escola e Igreja, no caso dos imigrantes italianos e descendentes. Mais do que isso, como aparece nas memórias do Quadro 2, em alguns momentos o próprio professor exercia funções que eram próprias de um sacerdote.

Considerações finais

A instabilidade, provisoriedade, efemeridade de instituições marcam a maioria das escolas entre imigrantes italianos e descendentes. É importante perceber que entre aqueles que assumiram a função de professores, a maioria foi mestre-escola. O professor foi central para a existência da escola, pois onde estava o professor estava a escola. Mas é certo que as ações docentes estavam para além da escola:

[...] os mais instruídos da comunidade, e essa condição, somada a de serem “mestres”, gerava prestígio, respeito e liderança comunitária. Muitos foram os professores que assumiram, dentro do meio social em que viviam, papel central nas questões religiosas, reivindicatórias e de organização, tornando-se representantes daquele grupo, quando não lideranças locais. Essas eram as representações produzidas acerca do ser professor (LUCHESE, 2015, p. 416).

Além de mestre-escola, o docente assumiu diferentes funções sociais na comunidade, participando das celebrações religiosas, sendo porta-voz das famílias mediante autoridades locais, contribuindo com o catecismo, com a banda ou o coral local, contribuindo com jornais locais, enfim, muitos professores e professoras exercem outras funções de trabalho concomitantes à de ensinar. Na maioria dos casos, se identifica que o tornar-se professor foi uma função artesanal e, por vezes, de improviso. Tornavam-se professores pela prática, pelo autodidatismo.

O ensino era individual, pautado na memorização, enfatizando o que se acreditava como o essencial: a leitura, as principais noções matemáticas e a escrita. Afora algumas noções de história e geografia, noções de civismo e o catecismo, também foram estudadas. Esses

professores desempenhavam “[...] uma das funções tradicionais do professor, aquela que o configurava como agente espiritual, enquanto docente, e como orientador social, enquanto personalidade modelar no interior da comunidade”. (FERNANDES, 1998, p. 3). Ainda, como considerou Sacristán, ao longo do processo histórico, a concepção sobre o ser professor foi sendo alterada e sobrecarregada de exigências.

Por isso seu papel é uma mistura de guardião e custódio da segurança dos menores, de cuidador e guia como tutor, pessoa que se relaciona afetivamente com os alunos, disciplinador de condutas, moralizador de menores, conhecedor da cultura que não possuem os pais e o instrutor dos pequenos, etc. Cria uma figura que acumula missões complexas a serem cumpridas – algumas mais claras e outras mais ambíguas, em momentos contraditórios – que se misturam na relação com os alunos (SACRISTÁN, 2005, p. 138).

Na maioria dos casos, aqueles que sabiam um pouco mais ensinavam, com os materiais que tinham, aquilo que sabiam. Entretanto, nem todos os casos foram assim, tivemos os professores que imigraram, no caso de Caxias – Giácomo Paternoster, Abramo Pezzi, Clemente Fonini e possuíam formação e até alguma experiência. Camila Roncoroni é outro exemplo. Abramo Pezzi, que imigrou de Dercolo, já exercia a docência.

Como visto, também tivemos, durante um período, professores com formação e enviados pelo Ministério das Relações Exteriores da Itália. Exerceram a função de agentes consulares. Foi o caso de Umberto Ancarani, Giovanni Della Ragione, Giovanni Mantovani e Luigi Petrocchi. Muitos dos professores desempenharam, paralelamente, outras funções, como professores e agricultores ou, como lembrou Libera Bigarella Cavagnolli, ao mencionar que o pai, Benedito Bigarella, “era um homem muito bom, muito educado, ele era professor e depois ele foi agente de correio e escrivão” (BIGARELLA, AHMJS). E, assim, também foi com Giulio Lorenzoni que, de professor passou a exercer outras funções, inclusive a de ajudante do correio, depois agente postal. Professores em transição para outras funções, a maioria, melhor remunerada.

Outra situação foi daqueles que exerceram a função de professores particulares em sua própria casa ou aqueles que assumiram a condição de docentes subsidiados pelo governo da Itália ou, então, do próprio município ou estado. Em algumas situações, foi possível identificar

professores que atuaram como subsidiados e, por meio da frequência aos cursos de aperfeiçoamento, adaptaram-se e ingressaram como professores públicos.

Nesse movimento entre migrar e atuar na docência é possível perceber as trocas culturais e as necessárias adaptações, criações pedagógicas produzidas no interior das salas de aula. Há, e no limite deste texto não foi possível explorar mais, a presença crescente de mulheres atuando na docência.⁷ Muitos professores, em seu fazer, mobilizaram e foram inventivos, criando táticas de implementação de escolarização e de apropriação de saberes, em especial a aprendizagem do Português, que a maioria não dominava. Os professores e as professoras que migraram foram se constituindo no exercício da docência. A maioria dos docentes eram leigos e se tornaram professores pela necessidade, muitos tendo frequentado poucos anos de escolarização, mas estavam vinculados à comunidade e foram reconhecidos pelo trabalho realizado. Ao longo dos anos, em especial na segunda década do século XX, os municípios passaram a oferecer cursos de aperfeiçoamento e a fazer processos seletivos, mesmo que simplificados. Em todo caso, é relevante reconhecer que um professor ou professora tornaram possível a escolarização de imigrantes e descendentes e, na maior parte dos casos, transferiram saberes e os hibridizaram, entre o aprendido na Itália e o vivido no Brasil.

Referências

ALMANACCO del FANFULLA, Gazzetta del popolo. San Paolo. Italia: Bemporad & Figlio, 1905.

BARAUSSE, Alberto; LUCHESE, Terciane Ângela. Nationalism and schooling: between italianity and brazilicity. Dispute in education of Italian gaucho people (RS, 1930-1945). **History of Education and Children's Literature**, v. XII, n. 2, p. 443-475, 2017.

BARAUSSE, Alberto; LUCHESE, Terciane Ângela. Education, ethnic identity, and memory in the Italian ethnic schools of South Rio Grande (1875-1902). **Paedagogica Historica**, v. 54, n. 6, p. 720-735, 2018.

⁷ Não é demais lembrar o que escreve Louro sobre o tema: “[...] as mulheres tinham, “por natureza”, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e “naturais educadoras”, portanto nada mais adequado do que lhes confiar a educação escolar dos pequenos. Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, “a extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha “espiritual”. [...] Para tanto seria importante que o magistério fosse também representado como uma atividade de amor, de entrega e doação” (LOURO, 2004, p. 450).

BUCCELLI, Vittorio. **Um viaggio a Rio Grande del Sud**. Milano: Palearini, 1906.

CASTRO, Renata Brião. **Una Società senza scuola è come un corpo senz'anima**: as escolas italianas vinculadas às sociedades de mútuo socorro em Pelotas/RS (1872-1938). 2021. 223 fls. Tese (Doutorado em Educação) – Pelotas, RS: Programa de Pós-Graduação em Educação, UFPel, 2021.

CÓDICE 06.02.02, Livro de registro da correspondência da 5ª Região Escolar de Caxias. AHMSA.

CROCETTA, Benedetto. Um cinquantennio di vita coloniale. *In*: **Cinquantenario della Colonizzazione nel Rio Grande del Sud: 1875 – 1925**. 2. ed. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000 [fac-símile 1925]. p. 357-462. v. 1.

DE VELUTIIS, Francesco. **O Estado do Rio Grande do Sul e a crise econômica durante o último quinquênio** – Extraído do Relatório do Cav. Francesco De Velutiis, Régio Cônsul de Porto Alegre. Roma: Ministero Affari Esteri, fev. de 1908.

ESPAGNE, Michel. A noção de transferência cultural. **Jangada**, n. 9, p. 136-147, jan./jun. 2017.

FERNANDES, Rogério. Ofício de professor: o fim e o começo dos paradigmas. *In*: SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Barbara (org.). **Práticas educativas, culturas escolares e profissão docente**. São Paulo: Escrituras Editora, 1998. p. 1-20.

GASPERIN, Alice. **Farroupilha: ex-colônia particular Sertorina**. Caxias do Sul: Ed. do autor, 1989.

GASPERIN, Alice. **Vão simhora**: relato de imigrantes italianos da Colônia Princesa Dona Isabel do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

GIRON, Loraine Slomp. Colônia italiana e educação. **História da Educação**, v. 2, n. 3, p. 87-106, 1998.

JORNAL **Il Colono Italiano**. Garibaldi (Conde d'Eu). Direttore: D. Giovanni Fronchetti. Ano II, n. 32, 10/10/1910, p. 2.

JORNAL **Il Colono Italiano. Organo degli interessi coloniali**. Garibaldi (Conde D'Eu). Ano III, n. 34, 28/10/1911.

JORNAL **Il Colono Italiano. Organo degli interessi coloniali**. Garibaldi (Conde D'Eu). Ano III, n. 27, 9/9/1911, p. 2.

JORNAL O COSMOPOLITA. Órgão dos Interesses Coloniais. Editor-proprietário Mauricio N. de Almeida. Caxias, ano III, n. 108, 17/7/1904, p. 3.

JORNAL O COSMOPOLITA. Órgão dos Interesses Coloniais. Editor-proprietário Mauricio N. de Almeida. Caxias, Ano III, n. 103, 12/6/1904, p. 3.

JORNAL O COSMOPOLITA. Órgão dos Interesses Coloniais. Editor-proprietário Mauricio N. de Almeida. Caxias, Ano III, n. 127, 26/11/1904, capa.

LAWN, M.; RABELO, S. R. Um Conhecimento Complexo: o historiador da educação e as circulações transfronteiriças. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 14, n. 34, p. 127-144, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38866>. Acesso em: 16 dez. 21.

LORENZONI, Julio. **Memórias de um imigrante italiano**. Trad. de Armida Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: PRIORE, Mary Del (org.). **Histórias das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 443-481.

LUCHESE, Terciane Ângela (org.). **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2014.

LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio (org.) **Imigração e educação no Brasil**: histórias, práticas e processos escolares. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2011.

LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio. Educação e etnia: as efêmeras escolas étnico-comunitárias italianas pelo olhar dos cônsules e agentes consulares. **Historia da Educação**, v. 14, n. 30, p. 227-258, 2010.

LUCHESE, Terciane Ângela. Em busca da escola pública, tensionamentos, iniciativas e processo de escolarização na Região Colonial Italiana Rio Grande do Sul Brasil. **Cadernos de História de Educação**, v. 11, 2012, n. 2, p. 667-679, 2012.

LUCHESE, Terciane Ângela. **Escolarização, culturas e instituições**: escolas étnicas italianas em terras brasileiras. Caxias do Sul: EDUCS, 2018.

LUCHESE, Terciane Ângela. **Processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul (1875-1930)**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2015.

LUCHESE, Terciane Ângela; BARAUSSE, Alberto; SANI, Roberto; ASCENZI, Anna (org.). **Migrações e história da educação**: saberes, práticas e instituições, um olhar transnacional. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2021.

RECH, Gelson Leonardo; LUCHESE, Terciane Ângela. **Escolas italianas no Rio Grande do Sul**: pesquisa e documentos. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2018.

RECH, Gelson Leonardo. **Escolas étnicas italianas em Porto Alegre/RS (1877-1938)**. A formação de uma rede escolar e o fascismo. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2021.

RIBEIRO, Liane Beatriz Moretto. Escolas italianas em zona rural do Rio Grande do Sul. *In*: RIBEIRO, C.; POZENATTO, J. C. (org.). **Cultura, imigração e memória**: recursos e horizontes. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

RIBEIRO, Liane B. Moretto. Escolas italianas em zona rural do Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luís A. A presença italiana no Brasil. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. p. 555-576. v. II.

SACRISTÀN, José Gimeno. **O aluno como invenção**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SILVA JÚNIOR, Alencar L. **As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas** (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940). 2004. 574f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2004.

Fontes orais

ARALDI, Angelo. Entrevista ao banco de memória “Elementos Culturais da Imigração (ECIRS)”, concedida a Liane Beatriz Moretto Ribeiro, em 27/10/1989. Foi transcrita por Tranquila Brambina Moresco Brando. Instituto de Memória Histórica e Cultural (IMHC), Universidade de Caxias do Sul (UCS).

BORTOLON, Veronica Candiago. Entrevista ao banco de memória “Elementos Culturais da Imigração (ECIRS)”, concedida a Liane Beatriz Moretto Ribeiro, em 3/10/1985 e transcrita por Tranquila Brambina Moresco Brando. Instituto de Memória Histórica e Cultural (IMHC), Universidade de Caxias do Sul (UCS).

CAVAGNOLLI, Líbera Bigarella. Entrevista ao Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA), realizada por Anelise Cavagnolli em 20/12/1984. FG090.

GASPERIN, Alice. Entrevista ao Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA), realizada por Sônia Storchi Fries e Susana Grigoletto em 18/1/1996 e transcrita por Sônia Storchi Fries. FG195.

MORETTO, Paulina Soldatelli. Entrevista ao banco de memória “Elementos Culturais da Imigração (ECIRS)”, concedida à Cleodes Maria Piazza Júlio Ribeiro, em 8/1/1983 e transcrita por Tranquila Brambina Moresco Brando. Instituto de Memória Histórica e Cultural (IMHC), Universidade de Caxias do Sul (UCS).

MOSELE, Elvira Tonietto. Entrevista ao Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA), realizada por Sonia Storchi Fries e Susana Storchi Grigoletto, em 1º/12/2005. FG646.

POSTALI, Aparicio. Entrevista ao Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA), realizada por Maria Beatris Gil e Sonia Storchi Fries, em 9/9/1998. FG291 e FG292.

PIERUCCINI, Graciema Patternoster. Entrevista ao Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA), realizada por Edma Ribeiro Pacheco e Zenith Salvador, em 2/4/1985. FG052.

ZORZI, Dom Benedito. Entrevista ao banco de memória dos Elementos Culturais da Imigração (ECIRS), realizada por Liane Beatriz Moretto Ribeiro, em 22/3/1988 e transcrita por Tranquila Brambina Moresco Brando. Instituto de Memória Histórica e Cultural (IMHC), Universidade de Caxias do Sul (UCS).

Educação e formação religiosa (1930-1940): la Congregazione di San Giuseppe

Gelson Leonardo Rech

Introdução

Este trabalho é parte integrante das investigações acerca da Congregação de São José, conhecidos como Josefinos de Murialdo¹ (doravante, Josefinos), uma congregação religiosa católica nascida na Itália, em 1873. Particularmente, interessa-nos a trajetória da Congregação no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, para onde, inicialmente, em 1915, ela enviou seus primeiros membros, e permanece atuante até nossos dias.

Considerando a temática, é necessário abordar a historiografia que já registrou a trajetória de 106 anos de presença murialdina no Brasil. A obra de maior fôlego sobre a saga Josefina entre imigrantes no Rio Grande do Sul e entre outras comunidades do País pode ser encontrada no volume único *Josefinos de Murialdo no Brasil*, publicado em 2016, ano posterior à comemoração do seu centenário. Este volume de 614 páginas, editado pela Editora da Universidade de Caxias do Sul, foi fruto do trabalho de dois padres da congregação, Orides Balardin e Bruno Barbieri, com a colaboração de um paroquiano, professor aposentado do Colégio Murialdo de Ana Rech, Valter Suzin.

A obra abarca os 100 anos de presença josefina em solo brasileiro, numa visão panorâmica, por vezes, e mais minuciosa em outras. No

¹ A Congregação de São José (*Congregazione di San Giuseppe*) foi fundada por São Leonardo Murialdo no dia 19 de março de 1873, em Turim, na Itália. Chamam-se “Josefinos de Murialdo”, porque a Família de Nazaré, em especial São José, foi o modelo em que a Congregação buscou suas inspirações originais; de Murialdo, porque o fundador foi São Leonardo Murialdo. O seu carisma espiritual é propagar que “Deus nos ama com amor pessoal, atual, terno e, sobretudo, misericordioso”. Seu empenho apostólico se endereça, preferencialmente, à promoção da educação para crianças, adolescentes e jovens pobres, órfãos e abandonados. A atuação dos Josefinos pode ser notada em obras sociais, escolas, paróquias, centros educativos e centros de formação profissional, abrigos e oratórios. Esses religiosos, se voltaram, sobretudo, para os bairros populares, periferias de centros urbanos, fazendo de suas obras e paróquias centros de irradiação e animação da promoção humana, social e cristã. Atualmente a Congregação está presente: na Europa (Itália, Espanha, Albânia, Romênia); na Ásia (Índia); na África (Guiné Bissau, Serra Leoa, Gana e Nigéria); na América (Estados Unidos, México, Equador, Colômbia, Argentina, Chile e Brasil).

conjunto, a obra cumpre o papel de registrar uma narrativa cronológica que dá conta dos principais momentos da história vivida e construída nessas terras, entre imigrantes e não imigrantes. Ao mesmo tempo abre espaço, ou melhor, instiga ao pesquisador que a lê aprofundar elementos ali apontados.

Ao lado desta obra, encontram-se, em Português, revistas, apostilas não editadas de uso interno para os confrades e iniciantes da vida religiosa, com apontamentos, excertos e cronologias em Língua Portuguesa. Particularmente, de duas obras religiosas fundadas no Brasil, existem dois livros de memórias escritos por ex-alunos, que narraram suas vivências nos espaços formativos do Seminário Josefino de Fazenda Sousa (RS) e no Seminário de Orleans (no Estado de Santa Catarina). Outra publicação, esta de 1999, traz um conjunto de entrevistas com alguns confrades e pessoas ligadas à congregação, já falecidos, que foram as testemunhas oculares das atividades da congregação, com recorte a partir da década de 30, do século XX.

Alia-se, ainda, a bibliografia a respeito do Beato Padre João Schiavo, josefino italiano que chegou ao Brasil em 1931, junto com o Padre Girolamo Pianezzola. Por ocasião do processo de beatificação do Padre João Schiavo, declarado beato em 2017 – e primeiro beato da Diocese de Caxias do Sul, RS – também houve a reunião da documentação que constitui um acervo documental importante, na medida da publicação do *POSITIO*, documento extenso chamado *Positio: super vita, virtutibus et fama sanctitatis* (posição: sobre a vida, virtudes e reputação de santidade), de 2010 e a coletânea de cartas registradas pelo postulador.

Este trabalho está na esteira de outros dois artigos que buscaram identificar mais amiúde a ação educacional dos Josefinos, logo no início, em 1915, sob o título *Atendendo aos pedidos: os padres josefinos em Quinta e Ana Rech*, publicado em 2017, o qual aborda elementos das tratativas da vinda da Congregação de São José para o Rio Grande do Sul, especificamente para a cidade de Rio Grande na localidade de Quinta e, para Caxias do Sul, na localidade de Ana Rech, em 1928. Em ambos os locais, a referida Congregação atuou na educação, e sua vinda foi solicitada pelo clero e apoiada pelas municipalidades. Os josefinos não estavam somente entre imigrantes italianos. Pe. Oreste Trombem, Pe. Giuseppe Longo, Pe. Umberto Pagliani e Ir. Emernegildo Guerrini, os pioneiros, haviam sido transplantados da Itália para o Sul do Rio

Grande do Sul, em meio aos luso-brasileiros e a toda a mestiçagem possível. Tratava-se de uma gente criada à margem da Igreja oficial que, no dizer de Gilberto Freyre, orientava-se por “muita reza e pouca missa, muito santo e pouco padre”, ou como diz Pierre Sanchis (2018) “há religiões demais nessa religião”, referindo-se ao catolicismo que convive com uma diversidade e pluralidade de ser católico.

Em outro artigo, na revista *Conjectura* de 2018, sob o título *Educação e italianidade: a opção pelas congregações religiosas italianas*, se verifica a questão do apoio e incentivo das autoridades consulares italianas para a vinda dos josefinos para a região de Caxias do Sul, fato ocorrido em 1928. Tendo este movimento se relacionado à manutenção da fé dos imigrantes, por outro, pode-se dizer que ele exerceu um papel importante na manutenção da italianidade e da escola étnica. Nesse sentido, viu-se o Consulado Geral da Itália em Porto Alegre manifestar-se favoravelmente à vinda de congregações para, dentre outras atividades, dedicarem-se ao ensino, como destacava Manfredo Chiostrri, cônsul em Porto Alegre, de 1928 a 1932, o qual escreveu, em maio de 1928,² um relatório ao ministro das Relações Exteriores da Itália, apontando a situação precária das escolas étnicas. A partir desse documento, é possível perceber claramente a intenção de incentivo à italianidade, com a vinda de congregações religiosas para a administração de escolas, medida que o cônsul sustentava ser prioritária. Destacava, ainda, que a maioria das congregações religiosas era francesa.

A maior parte das escolas elementares está confiada a congregações religiosas, sendo limitadas quanto a professores, e tais congregações são quase todas francesas ou alemãs. E, como foi dito no meu relatório n. 1005, de 15 do corrente, não são, certamente, as mais aptas a uma preparação para a italianidade, se bem que fazem o seu melhor ensinando a Língua Italiana. Portanto, na impossibilidade de ter professores nossos, o que significaria uma despesa grande e desproporcional aos resultados, é necessário ocupar-se da formação de ordens religiosas italianas e do nosso clero, o que poderá ser atingido com a instituição de um episcopado, como já mencionei no relatório supracitado³ (tradução e grifo nossos).

² ASMAE. Archivio Scuole, 1923-1928. Rel. MANFREDO CHIOSTRI, 30/5/1928. Maço 702. O relatório de Chiostrri apresentou a realidade educacional por cidade e região do Estado do Rio Grande do Sul com concentração de imigrantes e descendentes. No referido documento, fez, ainda, observações sobre o ensino público das localidades.

³ ASMAE. Archivio Scuole, 1923-1928. Rel. MANFREDO CHIOSTRI, 30/5/1928, p. 1. Maço 702.

No mesmo artigo, vê-se o pedido do então prefeito, Celeste Gobato,⁴ italiano nato que ascendera a intendente de Caxias do Sul, objeto de estudo da Profa. Katani Monteiro, defendido em 2011. O prefeito fez um pedido a Mussolini para que apoiasse a vinda de congregações italianas. Gobatto tinha receio de que congregações francesas viessem para Caxias do Sul para assumirem, especialmente, a paróquia de Ana Rech, deixada vaga com a saída dos Monges Camaldulenses. Esta ordem foi objeto de estudo do falecido Honorino Dall’Alba, cujo trabalho resultou na obra *A saga dos camaldulenses no Rio Grande do Sul*, de 1999.

De fato, o cônsul Chiostri, em seu relatório de 1928, estava convicto de que a vinda das congregações italianas seria “[...] eficiente propaganda da italianidade, na medida em que, através do auxílio delas e com o seu aumento, poder-se-ia preparar esta nova reorientação cultural e este renovado espírito de italianidade”.¹²⁵ Em outro relatório, datado de sete de janeiro de 1930, enviado ao Ministério das Relações Exteriores, Chiostri retoma a queixa de que nos “[...] centros coloniais a pouca instrução de língua italiana é feita por ordens religiosas e grande parte como disse, estrangeiras”.¹²⁵ Na oportunidade, Chiostri apresentou novo quadro das congregações que atuavam nas colônias italianas e em outras áreas, lamentando que “[...] das oito ordens religiosas existentes nas nossas colônias, três são francesas, uma brasileira, três italianas e os capuchinos somente neste ano se separaram da província francesa e mais ainda conservam muitos religiosos franceses.”⁵

O cônsul Manfredo Chiostri escreveu ao Ministério das Relações Exteriores, em 3 de agosto de 1929, referindo-se à atuação dos Josefinos e mercedores de toda consideração e ajuda:

Tenho a honra de comunicar que o Colégio Murialdo de Ana Rech, dirigido pelos religiosos italianos, merece toda a nossa consideração e ajuda. O Instituto, no final do ano passado, como tenho informado, seguidamente, já tem cerca de 60 alunos entre internos e externos e, junto dele, funciona uma escola noturna que promete dar ótimos resultados. Dado o impulso de verdadeira italianidade que anima aqueles dirigentes, é certo que os resultados em vista da difusão da nossa língua serão ótimos. [...] O que considero mais útil e condizente com a necessidade seria um subsídio anual que, somado aos poucos ganhos da ordem,

⁴ ASMAE. Archivio Scuole, 1923-1928. Cor. CELESTE GOBBATO A MUSSOLINI, 6/12/1927. Maço 702.

⁵ ASMAE. Archivio Scuole, 1929-1935. Cor. MANFREDO CHIOSTRI, 7/1/1930, p. 5. Maço 785.

daria a oportunidade de melhorar gradativamente o próprio colégio (tradução nossa).¹²⁶

Referidos pelo cônsul em 1930, os Josefinos são citados no álbum do cinquentenário (1925, p. 177), como uma congregação que “[...] se dedica a várias instituições segundo a necessidade dos tempos presentes, como colégios, em orfanatos, institutos de artes e ofícios, colônias agrícolas e patronatos”. De igual forma, o álbum dos 75 anos de imigração (1950) faz referência à Congregação, destacando o Colégio Murialdo de Ana Rech, o Seminário de Fazenda Souza, criado em 1941 e o Abrigo de Menores, criado em 1947.

É importante referir que, por ocasião das comemorações do centenário da presença da Congregação, aperfeiçou-se o trabalho do Arquivo da Casa Provincial do Josefino, no do Brasil⁶ estabelecida em Caxias do Sul, reunindo um conjunto de cartas enviadas e recebidas desde o início em 1915, devidamente ordenadas, as quais servem de base para a narrativa a seguir, que busca evidenciar aspectos do decênio 1930-1940, especialmente a atuação no distrito de Galópolis, relacionando-a com elementos educativos e sociais vividos pelos religiosos e sua saída inesperada da área de evangelização a eles destinada. Os escritos dos sacerdotes são a base da narrativa aqui apresentada, cujos textos vêm a público de forma inédita, emoldurados pela tese de Herédia *O processo de industrialização da Região Colonial Italiana*, considerando a segunda edição de 2017, revista e ampliada.

Os josefinos vão para Galópolis

Até 1880 trabalharam no País apenas sete ordens masculinas e 11 femininas. Os religiosos não passavam de 107, e as religiosas eram 286 (BEOZZO, 1983, p. 97). A pesquisadora Agueda Bittencourt (2017, p. 35) afirma que, de 1850 até 1970, pode ser considerada a era das congregações religiosas no Brasil, posto que os números são superiores ao período anterior caracterizado por demanda por congregações e serviços religiosos de certa forma reprimidos, chegando a 270 congregações religiosas católicas. Destas, 71 são de origem italiana. O aumento neste período é atribuído ao menos a três fatores:

[...] a expulsão de religiosos das atividades sociais então assumidas pelos Estados em processo de laicização na Europa, especialmente na França e na Itália; o projeto católico para a

⁶ Arquivo da Casa Provincial dos Josefinos no Brasil: doravante ACPJMB.

América Latina, implementado a partir de Leão XIII (1878-1903); e as demandas do episcopado para realizar a reforma do catolicismo local, associadas às demandas da própria sociedade brasileira, carente de *expertises* no campo social educacional (BITTENCOURT, 1917, p. 35-36).

Fragilizada na Europa e em processo de legitimação de uma política centralizada em Roma, a Igreja considerou a América Latina um espaço forte de investimento (p. 38). Soma-se à análise, o fenômeno da imigração e o acompanhamento dos emigrados por congregações, particularmente aqui o movimento italiano de emigração. A Congregação de São José, depois de estabelecida em Ana Rech, a partir de 1928, também se organiza para expandir suas atividades em seu entorno. Inicia com o Colégio Murialdo com séries primárias em 1º de março de 1929, no antigo Mosteiro da Santíssima Trindade, dos camaldulenses, que haviam retornado à Itália em 1926, o qual é inicialmente adaptado para acolher alunos. Em 1930, inaugura o novo colégio e, em 1931, ganha a permissão para abrir um noviciado. Os josefinos colhem os primeiros frutos vocacionais no Brasil, apenas 17 anos após sua chegada, em 18 de março de 1932, quando são acolhidos os primeiros noviços brasileiros, candidatos a serem Irmãos religiosos e, em outubro do mesmo ano, um candidato ao sacerdócio. Os religiosos vindos para a missão, todos italianos, somavam 18 em 1931, dos quais dois haviam já falecido em terras brasileiras.

Pe. Luigi Casaril,⁷ superior-geral da Congregação, em carta ao Pe. Agostinho Gastaldo, chegado ao Brasil em 1925, diretor da missão e do Colégio Murialdo, chama a atenção para que a expansão da congregação não ocorra de forma impensada, querendo competir ou comparar-se com a expansão de outras ordens religiosas e com a inveja de sua expansão. Ademais, adverte que as ofertas deverão considerar a América Meridional.

Caríssimo Pe. Gastaldo:

Agrada-me de uma parte sua preocupação pela congregação. Tenha presente quanto lhe exponho: a) nenhuma pressa: não devemos antecipar, mas seguir os desenhos os projetos da Providência. [...]. Não nos deixemos levar pela alegria dos números e menos ainda pela inveja da expansão de outras congregações. Façamos bem aquilo que podemos, deixando à Providência os pensamentos retos. 2) Nós, superiores, temos o dever de pensar primeiro na formação e depois na expansão.

⁷ Luigi Casaril (2/6/1883 – 15/8/1980) foi superior-geral da Congregação dos Josefinos de Murialdo, entre 1931 e 1958. Nascido em Veneza, Itália, foi ordenado sacerdote em 1906.

Primeiro se produz certo e bem a segunda, a qual, sem a primeira, seria a ruína da congregação. O desenvolvimento das coisas nos leva a um estudo importante sobre a orientação e o desenvolvimento da nossa congregação, a qual, eu penso, deva observar a Itália Meridional e a América Meridional, onde há a necessidade e possibilidade de fazer muito bem, enquanto a setentrional, como diz bem Dom Orione, batemos um pouco os pés entre o clero secular e regular⁸ (tradução nossa).

No empenho de expansão na Região dos Campos de Cima da Serra, primeiramente no Município de Caxias do Sul, o Pe. Agostinho Gastaldo, diretor do Colégio Murialdo de Ana Rech, aceita a proposta de João Laner Spinato (1899-1977),⁹ de dirigir uma escola na localidade de Galópolis. Em Galópolis havia também uma pequena capela ligada ao lanifício que ali funcionava. Dela, os josefinos seriam os capelães e, posteriormente, párocos. Em correspondência, o Pe. Agostinho Gastaldo descreve que o pedido incluía “desenvolver atividades junto ao Patronato, com atividades físicas, teatro, aulas e atividades de diversão também para os operários como os nossos *dopolavori*, da Itália”. Spinato e sua esposa visitaram a obra do colégio Murialdo em Ana Rech, para conhecer as atividades desenvolvidas e formalizar o pedido.

Tudo, porém, dependia da autorização do arcebispo de Porto Alegre, à época, Dom João Becker. De fato, em cinco de janeiro de 1934 chega a autorização do arcebispo dirigida ao Pe. Agostinho Gastaldo, comunicação assinada pelo Monsenhor Leopoldo Neis: “De ordem do senhor arcebispo metropolitano comunico vossa reverendíssima que os reverendo padres josefinos estão autorizado por esta Cúria Metropolitana a aceitar a direção do colégio de Galópolis, juntamente com a Capelania do Lanifício São Pedro da mesma localidade”.¹⁰ O Cônego Angelo Donato, padre diocesano e capelão de Galópolis, foi encaminhado para outra atividade. A escola ofertada atendia, especialmente, filhos dos operários do Lanifício São Pedro, fundado por imigrantes italianos. Em 3 de março de 1934, os Josefinos assumem a escola masculina e

⁸ ACPJMB. Correspondência do Pe. Luigi Casaril ao Pe. Agostinho Gastaldo, em 20/8/1935. Maço 1935-1938.

⁹ João Laner Spinato nasceu em 17 de dezembro de 1899 em Caxias do Sul. Fez os estudos de ginásio, humanidades, Filosofia, Escolástica no Seminário Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo, dirigido pelos padres Jesuítas. Após a morte de Hércules Galló, que foi substituído na gerência do Lanifício São Pedro por Orestes Manfro, cunhado de João, este se empregou na fábrica, em 1º de abril de 1921, e aí desenvolveu sua atividade durante quase 50 anos, vindo a ocupar o cargo de gerente depois da morte de Orestes Manfro. Casou com Luiza Gitzler e tiveram quatro filhas.

¹⁰ ACPJMB. Correspondência do Monsenhor Leopoldo Neis ao Pe. Agostinho Gastaldo. 5/1/1934. Maço 1933-1934.

a capelania da igreja de Galópolis. Segundo narrativa do Pe. Agostino Gastaldo em sua Cronistória (1962, p. 20), lemos: “Os padres, comprometeram-se a manter duas aulas para a instrução primária dos filhos dos operários, e a firma Chaves Irmãos comprometeu-se a ceder aos padres a sede da escola (um edifício recém concluído, que devia servir para hospital) e um subsídio mensal”.

Fora destinado para a tarefa o Pe. italiano Jerônimo Pianezzola, chegado ao Brasil em 1931, e o acompanharam outros dois confrades para auxiliar no Colégio, Pe. Giuseppe Gasparini e o recém-professado Irmão Ricieri Argenta, brasileiro. Viria a compor o grupo dos confrades para trabalhar na Escola e na pró-paróquia, também o Pe. João Schiavo, outro padre italiano que atuou de 1935 até 1937. No Livro de Tombo da atual Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia, encontram-se detalhes sobre o início desta localidade, marcada pela imigração de italianos, com experiência na arte de produzir fios e tecidos, tendo construído na localidade o Lanifício São Pedro, elemento indutor do desenvolvimento local, à época. Lê-se, no Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Pompéia:

O início desta povoação data de 60 anos atrás. As primeiras famílias que se estabeleceram neste recanto, foram as de José Comerlato, de João Bello, João Tissott, J. Sbabo e José Bolfe, que tinham vindo da Itália, (dos municípios de Valle dei Signori Schio etc., na província de Vicenza) para colonizar esta zona. Eram sócios da Capela da Maternidade, para onde subiam a ouvir Missa e onde sepultavam seus mortos. A este lugar chamavam “Profundo”. Antigos operários, na maior parte, dos Lanifícios Rossi de Schio (Itália), pelos valiosos recursos que lhes proporcionavam as águas do Arroio Pinhal, cogitaram em organizar um pequeno lanifício. Isto conseguiram, constituindo uma sociedade cooperavista em que entraram também novos colonos. As fábricas do Lanifício começaram a funcionar pelos anos de 1894-1895. No ano de 1896 levantaram uma Capela em honra de Nossa Senhora de Pompéia, e aos pés da Santíssima Virgem se reuniram para rezar o terço, contar as Ladainhas e os Contos sagrados que outrora faziam ressoar nas lindas Igrejas da longínqua Itália [...]. No ano de 1912 o senhor Hercules Galló que já tinha dirigido e depois alugado as fábricas da Sociedade Cooperativa, para dar maior desenvolvimento ao Lanifício, formou uma sociedade com os senhores Chaves e Almeida de Porto Alegre. [...] (p. 2).

A localidade, na qual os josefinos se instalaram, era, na década de 30, século XX, a vila operária constituída de operários ligados ao Lanifício como escreve Milano (2010) e Herédia (2017) uma localida-

de que surgiu a partir da formação de uma cooperativa de imigrantes italianos originários do antigo Lanifício Rossi, da cidade de Schio, que faziam parte do programa oficial de imigração italiana, financiada pelo governo brasileiro, para ocupar e para colonizar aquelas terras. Inicialmente, ocuparam os lotes rurais, exercendo atividades agrícolas, porém nunca abandonaram o ofício da tecelagem. Em 1928, a família Chaves Barcelos tornou-se a única proprietária do Lanifício, após a compra das ações da família de Hercole Galló, figura central no desenvolvimento do Lanifício, como se pode ver em Herédia (2003, 2017), denominando-se Sociedade Anônima Companhia Lanifício São Pedro. O Lanifício e as relações com o senhor Spinato, marcaram, decisivamente, a presença e a saída dos josefinos. A presença do Lanifício consolidou-se e influenciou aspectos culturais na Vila de Galópolis. Os josefinos vão para Galópolis no terceiro período de desenvolvimento da Sociedade Anônima Companhia Lanifício São Pedro, período de expansão da indústria têxtil na Região Colonial Italiana, compreendido entre 1928 e 1979, como classificou Herédia (2017).

Sobre a companhia gerenciada por João Spinato, Herédia aponta:

Em 1933, essa companhia passa a ser gerenciada por João Laner Spinato, em substituição a seu cunhado assassinado Orestes Manfro. Sua gestão é marcada por um período de desenvolvimento social, tanto para a fábrica como para a vila, como será visto no capítulo dedicado a força de trabalho e a vila operária. No período de gerência de João Laner Spinato foram fundados a Cooperativa de Consumo, o Círculo Operário Ismael Chaves Barcelos, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, o Colégio Chaves & Irmãos, o Ambulatório e a Farmácia, a cancha de Bochas, a Escola Particular Dona Manuela Chaves. Tanto na história do lanifício como da vila operária, a presença desse gerente deixou marcas indeléveis que até hoje são lembradas nas histórias dos operários. Evidencia-se uma política paternalista, centrada na sua figura, que caracteriza o período de sua administração (2017, p.142).

É importante destacar a preocupação do superior-geral dos josefinos com o futuro das obras que os confrades viessem a assumir, em vista da continuidade das mesmas e de seu desenvolvimento. Na Carta do Superior Geral ao Pe. Agostinho Gastaldo, assim se referia o Pe. Luigi Casaril:

Sobre as obras que o Senhor prevê em Caxias, é importante saber se elas serão dadas em propriedade para a Congregação, se terão um futuro de desenvolvimento mesmo que discreto, além disso

não sei se vale a pena colocar-se na dependência de outros e em obras que não se pode ter um futuro. Me congratulo do futuro de Galópolis e de suas boas esperanças da instituição escolar e da paróquia.¹¹

De fato, os josefinos assumiram o colégio masculino para os filhos dos operários e a capela, que passaria a ser paróquia,¹² somente em 1º de julho de 1936, mas não teriam a propriedade das mesmas. Em 22 de janeiro de 1934, Padre Agostinho Gastaldo escreve a João Spinato, informando a autorização da arquidiocese para os Josefinos assumirem a obra e sublinha: “Por esta graça divina tão inesperada devemos com certeza agradecer antes de tudo ao nosso Padroeiro São José, mas logo depois ao zeloso e incansável apóstolo desse povo operário senhor João Spinato”.¹³ Spinato, ex-seminarista jesuíta, incentivava permanentemente a participação dos operários nas missas dominicais.

Em primeiro de março de 1934 começou a atividade no Colégio Irmãos Chaves sob a direção dos Josefinos. Havia também em Galópolis um colégio feminino denominado Colégio Manoela Chaves, também criado em junho no mesmo ano. Ambos foram instituídos para atender principalmente aos filhos dos operários. Nestes, foram educadas crianças dos 7 aos 14 anos. O confrade josefino Ricieiri Argenta em depoimento, o qual trabalhou na escola masculina, relata: “Os alunos eram todos externos. As aulas funcionavam, de manhã, das 8h às 11h45min; de tarde, das 13h30min às 17h30min; à noite, das 20h às 23h30min. Trabalhava-se muito” (DALL’ALBA, 1999b, p. 15).

Segundo Milano (2010), o Colégio Irmão Chaves apresentava traços da arquitetura alemã, principalmente na resolução da cobertura, bem distinta dos outros edifícios que estavam sendo construídos no local, no mesmo período. Inicialmente, era destinado a ser um hospital, mas, por decisão dos donos da fábrica, foi adaptado à escola. Aldo Comerlato, nascido em Galópolis e um dos confrades Josefinos refere: “O prédio do Colégio Ismael Chaves Barcelos era propriedade da fábrica; os seus professores eram remunerados pela mesma que se

¹¹ ACPJMB. Correspondência do Pe. Luigi Casaril ao Padre Agostinho Gastaldo, em 21/1/1936. Maço 1935-1937.

¹² A partir de 1939, numa comunhão de esforços, com trabalho voluntário dos operários e sob a administração de João Spinato e apoio econômico de Ismael Chaves Barcelos, começou a construção da Igreja Matriz atual. Inaugurada em março de 1947, a edificação caracteriza-se pela imponência da torre. Os vitrais, importados da Alemanha, então estocados no almoxarifado do lanifício, foram salvos de um incêndio que atingiu a seção de fiação cardada.

¹³ ACPJMB. Correspondência do Padre Agostino Gastaldo ao João Laner Spinato, em 22/1/1934. Maço 1935-1937.

encarregava da cobrança de módica mensalidade dos alunos. A escola era quase um departamento da fábrica, e os Padres Josefinos não eram muito mais que funcionários [...]” (2006, p. 90).

Figura 1 – Pe. João Schiavo e Pe. Girolamo Pianezzola com churrasco pronto para os meninos da escola (1936)



Fonte: Arquivo Memorial Pe. João Schiavo – Congregação das Murialdinas de São José.

Figura 2 – Alunos da Escola Irmãos Chaves dirigida pelos josefinos e, ao fundo, a vila operária (1936)



Fonte: Arquivo Memorial “Padre João Schiavo” – Congregação das Murialdinas de São José.

Figura 3 – Pe. João Schiavo e os alunos da Escola Irmãos Chaves (1936)



Fonte: Arquivo Memorial “Padre João Schiavo” – Congregação das Murialdinas de São José.

O Colégio Dona Manoela Chaves, localizado ao lado da residência do imigrante Hércules Galló – atualmente sede do Instituto Hércules Galló –, foi dirigido por muito tempo pelas religiosas da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, congregação fundada em 1849, no Rio de Janeiro. A chegada das religiosas ao Rio Grande do Sul ocorreu quatro anos depois, em 1853, primeiramente no Município de Pelotas. Na Serra, a congregação iniciou seus trabalhos na então localidade de Monte Belo, em Bento Gonçalves, no ano de 1898. Também as freiras receberam o convite do então gerente João Laner Spinato, para lecionar no Colégio Dona Manoela Chaves – fundado em 1º de junho de 1934, para atender às filhas dos funcionários da fábrica. Em 22 de julho de 1936, o colégio “ardeu em chamas”.¹⁴ A congregação permaneceu em Galópolis até 1973.

As atividades educacionais desempenhadas pelos Josefinos, logo no primeiro ano, foram elogiadas pelo gerente João Spinato, como se pode ver na correspondência enviada ao diretor da Missão, em 6 de setembro de 1934.

¹⁴ Livro de Tombo da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário de Pompéia – Galópolis, p. 11.

Tenho a grata satisfação de levar ao seu conhecimento que, a convite do Rev. Padre Jeronymo, tive a oportunidade de assistir aos exames do primeiro período dos alunos do “Colégio Chaves Irmãos”, dessa localidade, em boa hora entregue à direção dos Padres Josefinos. Pelos resultados que me foi dado apreciar, cumpre-se, como dever de justiça, transmitir-lhe as minhas sinceras felicitações pelo êxito brilhante atingido em tão pouco tempo e devido certamente aos ótimos elementos que V.S. destacou para o referido estabelecimento. Posso assegurar-lhe que o aproveitamento dos alunos nesses poucos meses foi deveras notável e constitui motivo de justo contentamento por parte da população de Galópolis. Aproveito o ensejo para, mais uma vez, renovar os meus protestos de estima e apreço e saudar a vossa senhoria. Muito respeitosamente, Spinato.¹⁵

Em resposta, o Pe. Agostinho envia carta em 10 de setembro de 1934 referindo que os Josefinos não esmoreceriam no entusiasmo da missão.

A satisfação, a euforia, o santo orgulho que com toda a razão sente em sua alma nobre vossa Senhoria por ter havido ocasião de presidir aos primeiros exames no colégio Chaves Irmãos é motivo de grande contentamento para nós é de forte estímulo a progredirmos, com o espírito de sacrifício que nos impõe a santa vocação que abraçamos, no árduo caminho. Gratíssimos pelas expressões lisonjeiras que Vossa Senhoria nos enviou apreciando e enaltecendo, na sua exímia cortesia, os primeiros ensaios de nosso trabalho educativo, posso assegurar-lhe que não irá esmorecer nesta santa e patriótica empresa o nosso entusiasmo, mas sim pela adesão e perfeita harmonia com as autoridades locais iremos ver brevemente em Galópolis os resultados satisfatórios e consoladores dos magnânimos esforços da vossa senhoria, coadjuvados pelo zelo dos padres josefinos.¹⁶

Como se vê, a participação do gerente na escola se dá de forma próxima, tendo participação na presidência dos exames escolares.

Além da atividade educacional, os Josefinos cuidavam do desenvolvimento das vocações. Em 2 de janeiro de 1936, em correspondência ao diretor da Missão, o Padre João Schiavo informa o envio de estudantes para o retiro preparatório à admissão ao seminário: “Seguem para Seminário de Ana Rech três rapazes do colégio que, de boa mente querem fazer o retiro; outros pediram mas eram muito novos e não os

¹⁵ ACPJMB. Correspondência de João Spinato ao Pe. Agostinho Gastaldo, em 6/9/1934. Maço 1934.

¹⁶ ACPJMB. Correspondência do Pe. Agostinho Gastaldo a João Spinato, em 10/9/1934. Maço 1934.

aceitei” (BALLARDIN, 2019, p. 13).¹⁷ De Galópolis a congregação arrebanhou seis meninos para o seminário: Félix Bridi, Antônio Manea, Renato Forner, Arno Tissot, Aldo Natalino Comerlatto e Romano Sirtoli. Aldo Natalino Comerlatto, um dos incentivadores da proposição de beatificação do Padre João Schiavo, faleceu em 5 de abril de 2021 com 96 anos de idade. Ele foi um dos meninos que se tornou sacerdote e, mais tarde, em 1948, se ex-claustrou.

“Se esta é vossa decisão, eu providenciarei a retirada dos Josefinos”: As relações de poder e a saída dos Josefinos de Galópolis

Como bem abordou Herédia, João Spinato deixou marcas indeléveis na comunidade de Galópolis. Fato marcante foi a saída dos padres Josefinos de Galópolis. Pe. João Schiavo, pároco desde primeiro de fevereiro 1935, escreveu em 10 de setembro de 1936 ao gerente do Lanificio, referindo que os pagamentos aos josefinos não estavam em dia e se revelava insatisfeito com os atrasos e cancelamentos sem comunicação e que estes já se somavam a outros.

Acabo de receber a visita do Sr. Pery que me deu explicações a respeito do meu bilhete de anteontem. Sinto muito em comunicar-vos que não pude ficar satisfeito com elas. Pois já a questão do serviço religioso às Freiras estava combinado; assim que passado o mês de prestar esse serviço... não iam ser pagos os 15\$000. Pois eu achava que era bom, antes de suspender aquele pagamento, umas palavras. Em efeito, sempre recebi a quantia como uma combinação da Fábrica para a pessoa do Cura de Almas da povoação e este serviço não falhou durante o mês de agosto. Tão confirmado estou nisso que Vossa Bondade quis, ao mandar-nos a primeira de tal mensalidade passada em abril de 1935, remeter-me também os dois meses atrasados de fevereiro e março, isto é, desde minha tomada de posse da Cura de Galópolis (BALLARDIN, 2019, p.14).¹⁸

Não há registros de dificuldades financeiras do Lanificio, no período de 1934 a janeiro de 1937, época marcada pela presença dos Josefinos. Em outra correspondência, de 2/1/1936, Padre João Schiavo recorria ao “iluminado senso” de João Spinato, “esperando benigna resposta” (BALLARDIN, 2019, p.14) quanto aos atrasos e suspensões. Passados

¹⁷ Cartas do Pe. João Schiavo (epistolário) ao superior vice-provincial do Brasil Agostino Gastaldo, em 2/1/ 1936, conforme referências. Material compilado pelo procurador da causa de beatificação do Pe. João Schiavo, Pe. Orides Ballardin.

¹⁸ Trata-se de um rascunho de carta a João Spinato, gerente do Lanificio São Pedro.

pouco mais de três meses da reclamação Pe. Luigi Casaril, superior da Congregação que acompanhava a distância o desenvolvimento da Congregação em Caxias do Sul fez a visita às obras brasileiras, em 1937. Também vai para Galópolis. O Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora do Pompéia registra a visita:

Aos 10 de janeiro [de 1937] a população em peso da vila e da colônia compareceu a receber o Rev. Pe. Luigi Casaril, Superior Geral dos Padres Josefinos, que, saído da Itália cinco meses antes, visitara as Casas da Congregação no Equador e na Argentina. Autoridades do lugar, Apostolado dos homens e senhoras, Colégios e povo em geral fizeram-lhe solene e carinhosa recepção. O Rev. Pe. Celebrou missa solene à porta da Igreja e ao Evangelho saudou as autoridades e fiéis, discursando em seguida sobre a missão educadora dos Padres Josefinos.¹⁹

A população ocorreu à celebração presidida pelo Pe. Luigi Casaril. A igreja pequena exigiu que a celebração fosse à porta da mesma. No final dos festejos, o gerente da fábrica comunicou ao superior que, em nome do Sr. Chaves, a decisão de retirada da escola masculina da direção dos padres josefinos. A escola, a partir de então, seria confiada às Irmãs. Nos escritos de Agostinho Gastaldo (1962), lemos: “O Superior, Padre Luigi Casaril, admirado por uma resolução tão inesperada, respondeu calmamente: ‘Se esta é vossa decisão, eu providenciarei a retirada dos Josefinos’” (GASTALDO, 1962, p. 24).²⁰

Pe. Casaril escreve no dia seguinte ao Bispo da recém-criada Diocese de Caxias do Sul, Dom José Baréa:

Na visita feita ontem a Galópolis o senhor Spinato, em nome do Senhor Chaves declarou a mim a decisão tomada de retirar a escola masculina aos padres Josefinos e uni-la com a aquela feminina confiada às irmãs. Tive que dizer a ele por minha vez que neste caso que eu deveria retirar os padres de Galópolis porque as nossas constituições não permitem somente o cuidado das almas sem as obras juvenis, sendo esta essencial e necessária. Roguei ao Senhor Spinato de fazer a comunicação por escrito, considerando meu dever de avisar disto vossa Excelência reverendíssima para todas as medidas do caso.²¹

Os josefinos atendiam, além da escola e da paróquia, a outras duas paróquias enquanto estavam em Galópolis: a Paróquia de Conceição

¹⁹ Livro de Tombo da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário de Pompéia – Galópolis, p. 12.

²⁰ Trata-se de uma compilação cronológica de eventos, narrada pelo superior da missão, Pe. Agostinho Gastaldo – ainda não publicada –, que está no ACPJMB.

²¹ ACPJMB. Correspondência do Pe. Luigi Casaril a Dom José Baréa (rascunho), em 11/1/1937. Maço 1935-1937.

da Linha Feijó e a de São Pedro da Terceira Légua. A sua permanência em Galópolis estava estritamente ligada à lógica do carisma de trabalho com a infância e a juventude e a atividade com estes, que se dava pela escola, era primordial estatutariamente. Aldo Comerlato (RIGON, 2006, p. 92) em sua entrevista narra:

Não se sabe com segurança o que aconteceu. O certo é que João Spinato disse ao Padre Casaril que retirava dos Padres Josefinos a escola e que ficassem com a paróquia, que não era de sua jurisdição. [...] Entre o povo das três localidades a desolação foi geral, de modo particular entre aqueles que tinham filhos no Colégio Ismael Chaves Barcelos. A juventude de Galópolis que se afeiçoara de modo especial ao Irmão José Gasparin, não queria acreditar...

Atendendo ao pedido, João Spinato formalizou ao Pe. Casaril a decisão de não mais contar com os Josefinos na escola, em ofício datado de 17 de janeiro de 1937.

Saúdo-vos cordialmente, fazendo votos sinceros pela vossa preciosa saúde.

O que me leva à vossa presença é o assunto, que, verbalmente, apresentei a V. Exa., por ocasião da honrosa visita, que nos fez em Galópolis, isto é: a modificação, que a diretoria da Companhia Lanificio São Pedro resolveu adaptar, quanto à instrução, por ela mantida. Ponderando os motivos e as circunstâncias, que, em palestra, levei ao conhecimento de V. Excelência, ficou definitivamente assentado, como sendo, de momento, a solução mais oportuna e mais viável, que essa instrução dos meninos e das meninas fosse ministrada conjuntamente em colégio misto. Agradecendo profundamente todas as atenções, que nos dispensou V. Exa. Pessoalmente e por intermédio dos Padres e Irmãos Josefinos. Firmo-me com sincero respeito e elevada consideração.²²

O texto da correspondência aponta uma decisão da diretoria da companhia, mas não descreve os motivos que levaram a tal decisão. Herédia (2017, p. 242) relata que, “no início daquele ano [1937], houve um sério desentendimento entre um dos padres josefinos com o gerente da fábrica, resultando no fechamento da escola e na retirada dos padres da vila”. Ainda, aqui não há clareza sobre o motivo do “desentendimento”. Com a saída dos josefinos de Galópolis, o educandário passou a atender também a meninos, mas gerido pelas Irmãs do Imaculado Coração de Maria, que passaram a ocupar o prédio. Os muitos apelos à

²² ACPJMB. Correspondência de João Spinato ao Pe. Luigi Casaril, em 17/1/1937. Maço 1935-1937.

permanência dos padres nada resultou de efetivo. Em 16 de fevereiro, Pe. Agostinho Gastaldo escreve ao superior-geral:

Vi outro dia que o prefeito me disse que recebeu carta de vossa Reverendíssima de Roma. Se mostrou muito triste pelo fato de Galópolis. O bispo sempre o mesmo. A população de Galópolis, Conceição e São Pedro se mostram afetuosa aos padres Josefinos e continuam a importunar as autoridades para tê-los. Para as pessoas amigas e inteligentes se explicou qual a razão da nossa saída e qual seria o único meio para poder continuar a servi-los. Estou contente que alguns estão atentos a este bem e estão esclarecidas nossas posições e as pessoas retas estão conosco.²³

No Livro de Tombo (1937, p. 12-13), no período em análise, ainda escrito pelo Padre João Schiavo, pároco, relata que ele ficaria até o final do mês de janeiro para o fechamento das atividades paroquiais. Refere que foi uma “dolorosa notícia aos fiés” a saída dos Josefinos, sublinhando que, “retirado o cuidado da juventude, não havia mais motivo para ficarem em Galópolis”. Irmão Ricieri, testemunha ocular dos eventos vividos no período, professor na Escola e membro da comunidade religiosa local, descreve que João Spinato havia comunicado o fechamento da escola, alegando como “único motivo o econômico” (DALL’ALBA, 1999, p. 18). Mais adiante explica: “A obra progredia; mas os Josefinos não eram donos da Escola e o Padre João [Schiavo] incomodava os donos do Lanifício São Pedro, pois nos sermões falava dos deveres dos patrões e denunciava as injustiças que havia. O senhor João Spinato não tolerava essa linguagem. Com isso, fomos tornando-nos pessoas não gratas para o dono do lanifício e da escola” (DALL’ALBA, 1999b, p. 18). Como se lê no Livro de Tombo (1937, p. 12), a comunidade buscou criar uma escola paroquial independente da fábrica, mas esta falhou, pois “dizendo-se contrários a tal iniciativa dos dirigentes da fábrica os padres não aceitaram para que não fossem prejudicados os paroquianos, na quase totalidade, operários da fábrica”. Um jogo de poder e medo e traços de dominação se apresentavam nas entrelinhas dos episódios locais.

Herédia trata em sua tese de doutoramento sobre as relações entre capital e trabalho, estabelecidas no Lanifício. Assim pondera:

Entretanto, não se pode negar que existem traços de dominação com os operários que vivem em uma vila operária. No caso em estudo, a dominação não aparecia através de um controle

²³ ACPJMB. Correspondência do Pe. Agostinho Gastaldo ao Pe. Luigi Casaril, em 16/22/1937. Maio 1935-1937.

repressivo, violento e direto. Existia um processo de dominação informal que impunha a aceitação de uma série de regras e comportamento, por meio das instituições, das quais os operários frequentavam, englobando a escola, a cooperativa, a Igreja, o sindicato e outras formas de recreação. A fábrica praticamente financiava todas essas atividades e, conseqüentemente, tinha ascendência sobre elas, podendo agenciar as estratégias empregadas para o seu domínio. Esse fato gerava um espírito de reciprocidade, em que a sua submissão, a obediência, o respeito e o medo eram trocados pela estabilidade no emprego e o lugar fixo na vila. O operário, ao pagar a taxa irrisória de seu aluguel, recebia a garantia de mais um mês de manutenção de seu grupo familiar. Assim, a dívida com o patrão aumentava e ele valorizava tudo aquilo que lhe era concedido, não como um direito decorrente do processo de trabalho, mas como uma troca desigual, na qual ele mesmo se via como um ser inferior, sem condições de se valorizar (2017, p. 238).

Na mesma publicação, (p. 231) a autora relata que, dentre seus entrevistados, “um apenas expressou com muita mágoa a questão da exploração, sendo que a maioria citava os baixos salários como uma condição natural da organização industrial do Brasil, sem referir ou acusar a fábrica de retirar parcela de bons lucros sobre o baixo pagamento da força de trabalho”. Destaca o medo da perda de emprego e da perda de “[...] um quase inexistente prestígio social perante o gerente” (p. 193).

Nas cartas do Padre João Schiavo, não há registro da reclamação dos operários. Pode-se supor, porém, que, como cura das almas, havia informações de episódios e de elementos velados, que alimentavam a percepção do pároco em seus sermões. É nesse contexto que se pode entender a afirmação de Aldo Comerlato (RIGON, 2006, p. 90): “O gerente do Lanifício era, na prática, a maior autoridade da vila: mandava e desmandava e nada se fazia sem seu beneplácito. Os que a ele se opunham tinham que agir com muita discrição e cuidado”.

Importante recordar, como escreve Herédia (2017, p. 239), que havia sido fundado um Círculo Operário em 1929, chamado Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos, ainda ativo no período em análise. Lê-se, no Livro de Tombo que o padre Josefino Girolamo Pianezzola, capelão, ainda em 1934, convidou o Padre Jesuíta Leopoldo Brentano²⁴

²⁴ Pe. Leopoldo Brentano nasceu em 5/2/1884, na localidade de Roca Sales/RS (então pertencente a Estrela), no Vale do Rio Taquari (RS), numa família de agricultores, imigrantes alemães. Fez os estudos primários (quatro anos) na escola paroquial de sua localidade. Depois, continuou seus estudos no Seminário Menor dos Padres Jesuítas, em Pareci Novo, então pertencente a Montenegro. Faleceu no Rio de Janeiro, no Colégio Santo Inácio,

(5/2/1884 – 8/10/1964), fundador dos círculos operários católicos no Rio Grande do Sul, para lançar as bases de um Círculo Católico. Lê-se, ainda que “por motivos independentes da vontade do capelão e da maioria dos operários não pode ser fundado”.²⁵ É mister referir que os Josefinos tinham herdado de Murialdo o zelo pela juventude e pelo operariado. Nos idos de 1881, o fundador promoveu e dirigiu, em Mondovì, Itália, o Primeiro Congresso Operário Católico (REFFO, 2000, p. 91) e foi membro da União dos Operários Católicos de Turim. No primeiro Congresso, é importante destacar que Murialdo “tratou em particular da tutela material e moral dos jovens operários, da moralização das fábricas e de cada ambiente de trabalho” (PANERO, 2001 p. 187, tradução nossa). Em 1876, fundou o *Bollettino delle Unioni Operaie Cattoliche* que, em 1883, teria o título de *La Voce dell’Operaio* e, em 1933, de *La Voce del Popolo*, que ainda é o semanário diocesano de Turim.²⁶ A ação social era uma marca de sua atuação como bem sintetizou o Papa Paulo VI na missa de canonização em 3 de maio de 1970.

Murialdo está entre os primeiros a sentir a urgência e a criar a possibilidade de atender aos jovens destinados ao trabalho. É pioneiro na formação especializada de jovens trabalhadores. É ele quem tenta as primeiras experiências da organização operária. **Ele é um promotor dos primeiros Sindicatos de Trabalhadores Católicos. É ele quem dá início a um gabinete católico de colocação de trabalhadores desempregados em Turim, que cria um “Jardim festivo para os trabalhadores”, que abre colônias agrícolas, escolas técnico-práticas de agricultura, casas de família para jovens trabalhadores, e dá origem a uma centena de outras iniciativas desse tipo.** Murialdo tem a intuição presciente das formas pedagógicas, profissionais, associativas, legislativas que deverão dar à nova população industrial a educação, a direção, a solidariedade, que a sociedade moderna então incluiu nos seus programas e que terá que cumprir. de massas dispersas, deserdadas, indefesas, inquietas e estimuladas pelas vozes de classe e revolucionárias da época, um povo novo, consciente de seus direitos, capaz de seus deveres, fundado no desenvolvimento progressivo de justiça

no dia 8 de outubro de 1964. Este dia, 8 de outubro, foi mais tarde declarado como Dia Nacional Circulista.

²⁵ Livro de Tombo da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário de Pompéia – Galópolis, p. 6.

²⁶ **La Voce del Popolo** fondato nel 1876 da San Leonardo Murialdo. La proprietà era dei padri Giuseppini con il nome di *Bollettino delle unioni Operaie Cattoliche*, poi *La Voce dell’Operaio*. Nel 1933, prende il nome *La Voce del Popolo* e fino ad oggi è stato il giornale della Chiesa torinese al servizio della comunità ecclesiale e della comunità civica torinese.

social legítima, livre e responsável, como exigidas pela ordem democrática moderna (tradução e grifo nosso).²⁷

Talvez se possa entender o “desentendimento”, citado por Herédia (2017), à luz desta base “fundacional” carismática e dos elementos aqui abordados como manifestação dos religiosos, em favor dos operários, como motivação principal da saída dos Josefinos. É mesmo sutil a informação que está na correspondência do Padre Casaril ao Padre Agostinho Gastaldo, poucos dias depois de sua partida e do desfecho da presença dos josefino em Galópolis, referindo que, nas “[...] próximas obras, devemos ter liberdade suficiente e estabilidade para o futuro”.²⁸

Os Josefinos saíram de Galópolis. Buscaram outro local: Fazenda Souza, também no interior de Caxias do Sul. Lá construíram o Seminário Josefino, sementeira de dezenas de sacerdotes e religiosos. Lá, diferentemente de Galópolis, tiveram a posse da propriedade e sua obra prosperou. Aqui começa outra narrativa e entramos na década de 40, do século XX. Ainda há muito a pesquisar sobre os Josefinos que atravessaram o mar e trouxeram consigo a visão social e educacional do piemontês Murialdo. Mas há muito também a pesquisar sobre a atuação das congregações religiosas, a imigração e as micro-histórias que marcaram as culturas locais.

Arquivos

Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores – Roma (Asmae).

ASMAE. Archivio Scuole, 1923-1928. Rel. MANFREDO CHIOSTRI, 30/5/1928. Maço 702.

ASMAE. Archivio Scuole, 1923-1928. Cor. CELESTE GOBBATO A MUSSOLINI, 6/12/1927. Maço 702.

ASMAE. Archivio Scuole, 1929-1935. Cor. MANFREDO CHIOSTRI, 7/01/1930, p. 5. Maço 785.

ASMAE. Archivio Scuole, 1929-1935. Cor. MANFREDO CHIOSTRI, 3/8/1929. Maço 785.

²⁷ Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/it/homilies/1970/documents/hf_p-vi_hom_19700503.html. CANONIZZAZIONE DI DON LEONARDO MURIALDO – OMELIA DEL SANTO PADRE PAOLO VI – Domenica, 3 maggio 1970. Acesso em: 3 abr. 2021.

²⁸ ACPJMB. Correspondência do Padre Luigi Casaril ao Padre Agostinho Gastaldo, em 6/3/1937. Maço 1935-1937

Arquivo da Paróquia da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário de Pompéia – Galópolis (Caxias do Sul)

Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Pompéia

Arquivo Memorial “Padre João Schiavo” – Congregação das Murialdinas de São José – Fazenda Souza (Caxias do Sul)

Positio: *super vita, virtutibus et fama sanctitatis*. 2010

Álbum de fotografias de Pe. João Schiavo

Arquivo da Casa Provincial dos Josefinos de Murialdo no Brasil (ACPJMB)

ACPJMB. Correspondência do Monsenhor Leopoldo Neis ao Pe. Agostinho Gastaldo. 5/01/1934. Maço 1933-1934.

ACPJMB. Correspondência do Pe. Luigi Casaril ao Pe. Agostinho Gastaldo. 21/1/1936. Maço 1935-1937.

ACPJMB. Correspondência do Pe. Agostino Gastaldo a João Laner Spinato. 22/1/1934. Maço 1935-1937.

ACPJMB. Correspondência de João Spinato ao Pe. Agostinho Gastaldo. 6/9/1934. Maço 1934.

ACPJMB. Correspondência do Pe. Agostinho Gastaldo a João Spinato. 10/9/1934. Maço 1934.

ACPJMB. Correspondência do Pe. Luigi Casaril a Dom José Baréa (rascunho). 11/1/ 1937. Maço 1935-1937.

ACPJMB. Correspondência de João Spinato ao Pe. Luigi Casaril. 17/1/1937. Maço 1935-1937.

ACPJMB. Correspondência do Pe. Agostinho Gastaldo ao Pe. Luigi Casaril. 16/2/1937. Maço 1935-1937.

Manuscrito do Pe. Agostinho Gastaldo. Cronistória dos Josefinos de Murialdo no Brasil, de 1913 a 1962.

Referências

BALLARDIN, Orides Pe. **Cartas do Pe. João Schiavo**. Roma, 2013. v. 1.

BARBIERI, Bruno A.; BALLARDIN, Orides Pe.; SUSIN, Valter. **100 anos dos Josefinos no Brasil: 1915-2015**. Caxias do Sul: EDUCS, 2016.

BEOZZO, José Oscar. Decadência e morte, restauração e multiplicação das ordens e congregações religiosas no Brasil 1870-1930. *In*: AZZI, Riolando. **Vida religiosa feminina no Brasil colonial (enfoques históricos)**. São Paulo: Paulinas, 1983.

BERTASO, Henrique D'Avila; LIMA, Mário de Almeida. **Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950.

BITTENCOURT, Agueda. A era das congregações: pensamento social, educação e catolicismo. **Pro-posições**, v. 28, n. 3, (84) p. 29-59, set./dez. 2017.

CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NEL RIO GRANDE DEL SUD. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1925.

DALL'ALBA, Honorino. **A saga dos camaldulenses no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

DALL'ALBA, Cornélio. **Josefinos de Murialdo no Brasil**. Entrevistas com confrades Josefinos e pessoas diretamente ligadas aos josefinos de Murialdo. Porto Alegre: Evangraf. 1999b.

FRANZINA, Emilio. **Storia Dell'Emigrazione Veneto: dall' unità al facismo**. Verona: Cierre Edizioni, 1991.

FRANZINA, EMILIO. **A Grande Emigração: O Êxodo dos Italianos do Veneto para o Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Processo de industrialização da zona colonial italiana**. 2. ed. ampl. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2017.

MILANO, Daniela Ketzer **Uma vila operária na colônia italiana: o caso Galópolis (1906-1941)**. 2010. Dissertação (Mestrado em...) – PUCRS, 2010. p. 86-89.

MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. **Entre o vinho e a política: uma biografia de Celeste Gabbato (1890-1958)**. 2011. Tese (Doutorado em...). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

PANERO, Tommaso. Le prime organizzazioni operaie a Torino, l'unione operaia cattolica ed il Murialdo. *In*: AUTORI VARI. **La figura e l'opera di San Leonardo Murialdo nel contesto della Torino dell'800**. Atti del convegno Torino, 31 marzo – 1 aprile 2000. Roma: Libreria Editrice Murialdo, 2001. p. 179-190.

RECH, Gelson Leonardo. Educação e italianidade: a opção pelas congregações religiosas italianas. **Conjectura: filos. e Educ.**, Caxias do Sul, v. 23, n. spe2, p. 157-180, 2018. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-46122018000300008&lng=pt&nr m=iso. Acesso em: 18 fev. 2022.

RECH, Gelson Leonardo. Atendendo aos pedidos: os padres Josefinos em Quinta e Ana Rech. *In*: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio; SANTOS, Rodrigo Luis dos (org.). **Migrações: religiões e espiritualidade**. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 1-1193. v. 1.

REFFO, Padre Eugenio. **Vida, obra e espiritualidade de São Leonardo Murialdo, fundador dos Josefinos de Murialdo**. Porto Alegre: Evangraf, 2000.

RIGON, Elisa Ir. **Traços da espiritualidade do servo de Deus Padre João Schiavo**. Caxias do Sul, 2006.

SANCHIS, Pierre. **Religião, cultura e identidade. Matrizes e matizes**. Petrópolis: Vozes, 2018.



IMIGRAÇÃO, TERRITÓRIO E PATRIMÔNIO

Fábrica de Salame e Presunto de Angelo Chittolina na rua Julio de Castilhos, em frente à praça Dante Alighieri. O segundo andar do palacete servia de residência da família. Caxias, c. 1910.

Autoria: Domingos Mancuso.

Fundo Domingos Mancuso.

Doação Francisco Fortuna.

Acervo Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Engenheiros italianos na Amazônia

Günther Weimer

Um dos fatos mais significativos para a história do Brasil-Colônia foi a política de expansão territorial do Brasil, particularmente, na Amazônia. Segundo o Tratado de Tordesilhas, no Norte do Brasil, a fronteira mais ocidental¹ entre as posses das Coroas ibérica passaria aproximadamente pelo local onde viria a ser construída a cidade de Belém. Isso quer dizer que nem mesmo a desembocadura do rio Amazonas ficaria sob jurisdição portuguesa.

Muito cedo, porém, os portugueses resolveram ocupar áreas situadas além desse meridiano. Em 1616, Francisco Caldeira Castelo Branco ergueu um fortim junto à baía de Guajará, ao qual deu o nome de Presépio de Belém. Com a vinda de açorianos e de uma população lusa que estava sendo expulsa do território marroquino, foi possível ocupar o extremo norte da Colônia. Segundo Afonso Arinos, na virada do século XVII para o seguinte,

[...] Belém teria pouco mais de duas dúzias de logradouros... Afora Belém, podemos indicar, no Pará, a existência das vilas de Bragança, 30 léguas (198 km) a leste da capital,... Vigia a 15 léguas (99 km) de Belém, na margem do Guarajá, originada de uma casa de jesuítas, Gurupí,... Cameté, a 26 léguas (171 km) de Belém, na margem esquerda do Tocantins, Curupá, situada na margem direita do Amazonas, 12 léguas (80 km) antes da confluência com o Xingú. Como se vê, tudo mais ou menos junto do mar. Havia também, na foz do Gurupatuba, uma missão jesuítica, transformada no século XVIII na vila de Monte Alegre.²

Isso significa que, ao fim do século VII, os conquistadores portugueses estavam estabelecidos ao longo da costa entre Belém e São Luiz, respeitando os tratados celebrados entre Portugal e Espanha. Porém, as descobertas de minas de metais e pedras preciosas, nas Gerais, aumentou a cobiça a cerca de eventuais riquezas existentes em território espanhol, nas terras baixas, à semelhança do ouro e da prata que estavam sendo exploradas às toneladas em cima dos Andes. As descobertas de mananciais auríferos em Goiás e Mato Grosso vieram a corroborar as expectativas a este respeito, por parte dos reinóis.

¹ Isto é, o meridiano situado a trezentos e setenta léguas do ponto mais ocidental do Arquipélago de Cabo Verde.

² FRANCO, Afonso Arinos de Melo, **Desenvolvimento da civilização material no Brasil**. Rio de Janeiro: SPahn, 1944. p. 56.

Como era comum na época, religiosos eram enviados como pioneiros na exploração territorial, usando como justificativa a catequese dos indígenas. Em 1745, portanto cinco anos antes do Tratado de Madri, Charles Marie de La Condamine, a mando do rei da França, desceu o rio Solimões e, partindo de Pebas, o último assentamento espanhol do Equador (hoje Peru), chegou ao primeiro povoado português que se encontrava localizado na margem do rio Solimões, próxima à atual tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru. Tratava-se de uma missão da ordem dos carmelitas, que era denominada de São Paulo de Olivença, que o viajante descreveu nos seguintes termos: “Em São Paulo começamos a ver, em lugar de casas e igreja de bambu, capela e presbitério de pedra, de terra e tijolos e muros alvejados com asseio”.³

Isso significa que, na primeira metade do século XVII, o governo português já alimentava o desejo de estender seus domínios para além das fronteiras acertadas entre Portugal e Espanha. Se havia uma missão tão avançada em território espanhol, é de supor que houvesse outras ao longo do Solimões e do Amazonas, possivelmente, de seus afluentes. Uma vez estabelecidas missões religiosas, o governo português tratou de iniciativas no sentido de consolidar a posse de um vastíssimo território, que mais que duplicaria a área acertada em tratados com a Espanha. A Colônia do Santíssimo Sacramento já havia sido fundada em 1680; as incursões a partir do Sudeste já haviam chegado até a margem do rio Paraná e, mais a norte (hoje, Mato Grosso do Sul), do Paraguai, mas as fronteiras na Amazônia ainda estavam por ser definidas. Como Portugal não dispunha de um corpo técnico em número necessário para assumir as numerosas tarefas demandadas no Novo Mundo, o governo complementou o número de seus profissionais com a contratação de técnicos estrangeiros, dentre os quais vários italianos e alemães, para fazer um levantamento da região amazônica. De início, estes profissionais começaram a trabalhar nas proximidades da foz do rio Amazonas. Em fins do século XVII, já haviam sido construídos fortes em Macapá, Santarém, Óbidos e São José da Barra do Rio Negro (que daria origem a Manaus). Estes, certamente, eram fortes de taipa, pois deles não há mais restos.

Com a morte de Dom João V em 1750, houve uma transformação na política portuguesa, e a autoridade de maior destaque do período

³ CONDAMINE, Charles Marie de la. **Viagem na América descendo o rio das Amazonas**: Brasília, Senado Federal, 2000. p. 76.

passou a ser o Sebastião José da Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal. Influenciado pelo iluminismo nascente, Pombal foi nomeado embaixador de Portugal em Londres e em Viena onde rapidamente se assenhoreou das macelas da diplomacia internacional. Através de seu voluntarismo, conseguiu manobrar a política portuguesa no sentido de se tornar o secretário de Estado do Reino, que corresponderia ao atual posto de primeiro ministro, relegando ao rei D. José I o encargo representativo da Nação. Neste posto atuou entre 1750 e 1777, quando o Rei foi assassinado e, conseqüentemente, perdeu seu posto. São bem conhecidas as reformas inovadoras que introduziu no reino e que lhe custaram grande admiração e muitas inimizades. A atuação de Pombal no Brasil sempre foi encarada com reservas, entre outros, devido à expulsão dos jesuítas sob a alegação de que constituíam um poder paralelo dentro do Estado e decretação da derrama, que levou à Inconfidência Mineira. Como a educação na Colônia estava virtualmente monopolizada nas mãos dos jesuítas, esta expulsão representou um percalço na cultura colonial, e a integração dos indígenas na vida nacional por via da catequese sofreu sério abalo. Porém, sua atuação diplomática tem sido pouco estudada e valorizada, na expansão e consolidação das fronteiras coloniais, através dos firmes governos de Gomes Freire de Andrade, no Rio de Janeiro, e de Mendonça Furtado, no Grão-Pará.

Referentemente à Amazônia, Pombal percebeu que as condições geográficas eram muito favoráveis ao domínio da Amazônia, posto que o acesso pelo lado do Pacífico seria muito difícil, devido à altura dos Andes e, depois da decida dos mesmos, da floresta amazônica. Este acesso era muito fácil pelo lado do Atlântico, uma vez que o interior da Amazônia faria de direto acesso por via fluvial. Com isso, os produtos tanto de importação como de exportação poderiam ser vendidos/comprados por preços mais competitivos. Por esta via, seria possível encontrar apoio dos habitantes castelhanos já estabelecidos na planície amazônica e uma política de incentivos comerciais facilitaria alcançar estes objetivos.

A anexação de grande parte da Amazônia ao Brasil foi um dos maiores feitos da política pombalina e correspondia a um aumento de uma área correspondente de, aproximadamente, a metade da Europa. Neste empreendimento, a construção de fortes e fortins teve decisiva importância para o complemento mapas com credibilidade relativa, complementados por projetos urbanístico-arquitetônicos for-

gados, acompanhados de nomeações funcionais inverídicas; a anexação da maior parte do território nacional à Coroa portuguesa deve ter sido uma das maiores fraudes praticada pela diplomacia mundial.

Desde logo, Pombal estruturou uma política de dominação, através da implementação de um “Secretíssimo Plano de Comércio”. As diretrizes deste plano foram mantidas no maior segredo e somente poucas pessoas dele tinham conhecimento, dentre as quais o governador do Pará, João Pereira Caldas que, muito em breve, viria a ser substituído por Francisco Xavier Mendonça Furtado que, nada mais era do que o irmão do primeiro-ministro. Isso bem demonstra a importância de como este empreendimento era tratado por Lisboa. Até hoje não foi encontrado o original deste documento, mas sabe-se de algumas de suas disposições, por terem sido transcritas na correspondência entre estas autoridades. Este fato vem causando muitas controvérsias entre os historiadores, devido ao fato de este documento não ter sido encontrado, mas as evidências de seus efeitos têm conferido credibilidade ao mesmo.⁴

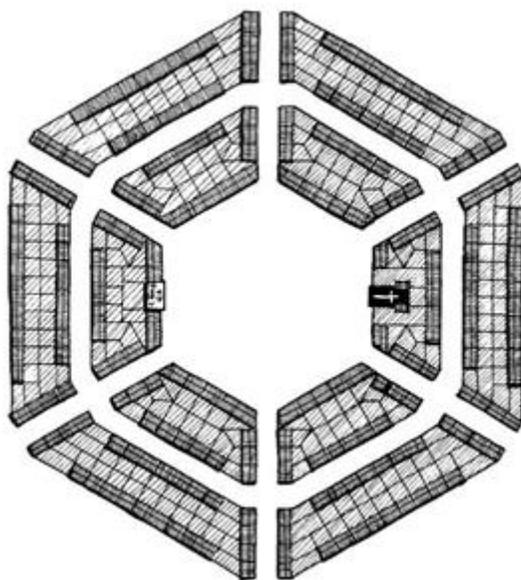
De imediato, Pombal mandou fazer um minucioso levantamento de todas as aldeias indígenas existentes ao longo dos principais rios amazônicos. Para elas mandou confeccionar planos urbanísticos hipotéticos muito avançados para a época (Figuras 1 e 2). Curiosamente, Pombal agiu de forma ambígua em relação aos técnicos estrangeiros que haviam sido contratados, durante o reinado de João V, para tratar da fixação de novas fronteiras no Norte da Colônia e que viria a ser objeto do Tratado de Madrid.⁵ Além de confeccionar uma série de planos urbanísticos para hipotéticos assentamentos, forjou a nomeações das autoridades administrativas para estas hipotéticas comunidades. Mais do que isso, mandou confeccionar hipotéticos desenhos desses “assentamentos”, cuja única e remota vinculação com a realidade era dar sua locação como sendo a de aldeias indígenas efetivamente existentes (Figuras 3 a 5). Para tanto, seus habitantes que, na linguagem da

⁴ Corcino Medeiros dos Santos fez um detalhado estudo sobre o mesmo, que foi publicado, em 2008, pelo Senado Federal, no volume 86, com o título de *Três ensaios de história colonial*.

⁵ Pelo Tratado de Madrid, de janeiro de 1750, portanto, antes de Pombal ter assumido o poder, havia sido aceito tanto por Portugal como pela Espanha o princípio do direito romano do *uti possidetis ita possideatis* (quem possui de fato deve possuir de direito), Pombal tratou de tirar bons proveitos deste acerto. Tratou logo de “legitimar” a ocupação do interior da Amazônia e, para tanto, passou a promover os desprezados indígenas a cidadãos “portugueses”.

época, eram denominados de “brasileiros”, posto que os conquistadores eram qualificados como “portugueses”, mesmo que tivessem nascido na Colônia (outros designativos dos nativos era de “negros da terra”, “gentios da terra”, quando não eram desprezados por serem “selvagens” ou “bárbaros”), foram promovidos a cidadãos “portugueses”. Suas aldeias foram transformadas em “vilas”, conforme atesta o baiano Alexandre Rodrigues Ferreira,⁶ que percorreu a Amazônia entre 1785 e 1787.

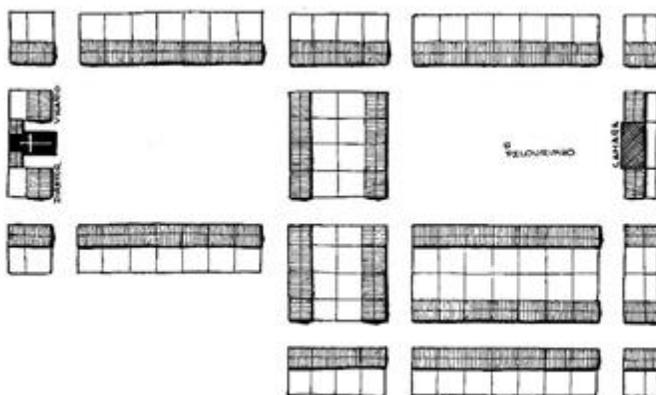
Figura 1 – Projeto de uma hipotética “Villa de Serpa, erigida pelo Illmo. Sr. Joaquim de Mello e Povoas, Gov.or desta Cap.nia”. Projeto de Philipp Sturm, de 1759.



Fonte: REIS Fº, 2000. p. 305.

⁶ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem filosófica ao rio Negro**. Belém. Museu Emílio Goeldi [s.d.]. p. 718.

Figura 2 – “Projeto da Va. de Silviz”, proposta pioneira da separação nítida da Praça da Igreja da Casa de Câmara e Cadeia. Projeto de Philipp Friedrich Sturm, de 1759



Fonte: REIS Fº., p. 304.

Figura 3 – “Projecto da Boa Vista, (n)o pé da boca do Rio Xingu”, uma fantasiosa perspectiva de um povoado que foi “contemplado” até mesmo com diversos sobrados



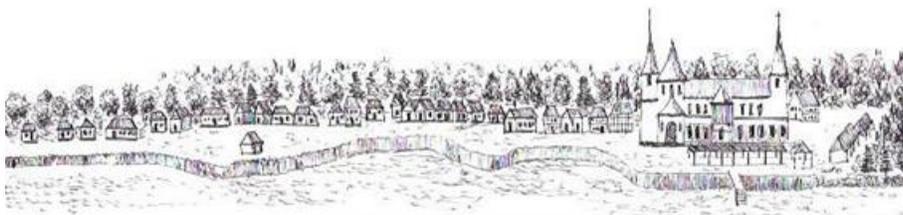
Fonte: MENDONÇA, 2005, p.270.

Figura 4 – Vista da fantasiosa Vila de Borba, a Nova. Para conferir veracidade ao desenho, a mesma foi complementada com algumas palhoças indígenas nos fundos



Fonte: REIS Fº, 2000. p. 301

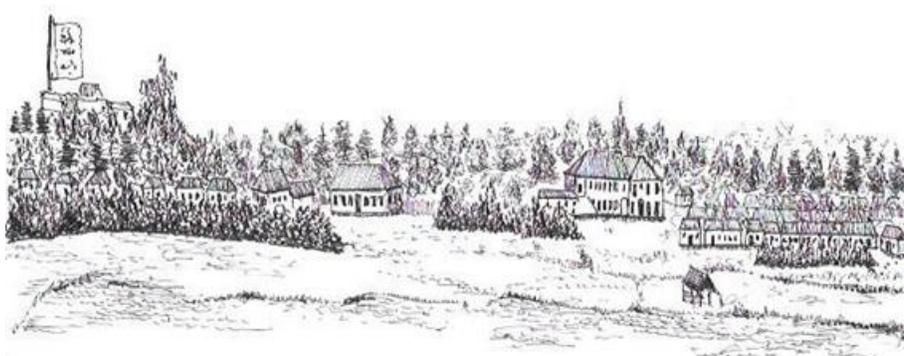
Figura 5 – “Aldeia de Guacuru, no rio de mesmo nome, administrada pelos Padres da Comp^a”



Fonte: MENDONÇA, 2005, p. 301

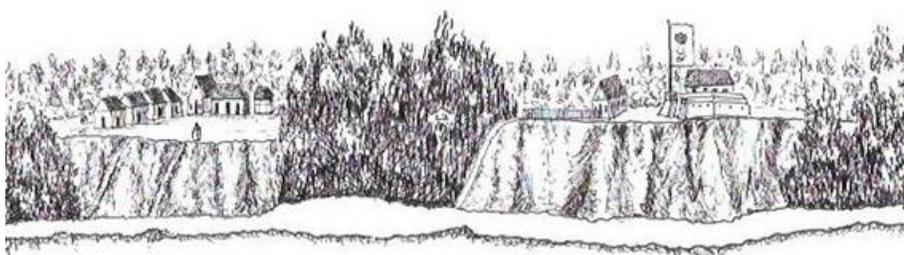
Como a intensão política era a anexação do território, Pombal também tratou de construir alguns fortins e, possivelmente, simulou a construção de outros. As representações dos mesmos era tão ficcional que, seguindo a tradição europeia, os “implantava”, no topo de morros (Figuras 6 e 7), sem ao menos levar em consideração que a bacia do Solimões/Amazonas se caracteriza por ser marcadamente plana.

Figura 6 – “Projecto da Fortaleza de Tapajos, com a sua aldea”



Fonte: MENDONÇA, 2005, p. 272

Figura 7 – “Fortaleza de Pauxis, no rio Amazonas”



Fonte: MENDONÇA, 2005, p. 273

O quão precárias eram as tentativas de ocupação efetiva da região é relatada pelo médico Robert Avé-Lallemant, que a percorreu entre 1858/1859. Segundo suas observações, a povoação de São José de Marabitanas tinha 35 pequenas casas mal-rebocadas, cobertas de palha, sem divisões internas, todas velhas e ameaçando ruína, com uma pequena capela de paredes reentrantes, pilares carcomidos, telhado esburacado e o interior em ruína; na povoação de Cucuí nada mais havia além de um péssimo quartel inacabado; São Marcelino estava abandonada, contava com 11 casas pequenas, cobertas de palha e fora invadida pelo mato; Nossa Senhora da Guia contava com 15 casas e uma capela coberta de palha bastante arruinada; São Felipe estava abandonada e invadida pelo mato; Santa Ana fora abandonada; a aldeia do Carmo tinha sete casas velhas, uma quase pronta, duas abandonadas e em ruínas e uma

capela ameaçando desmoronar-se, e mais treze aldeias em condições semelhantes.⁷

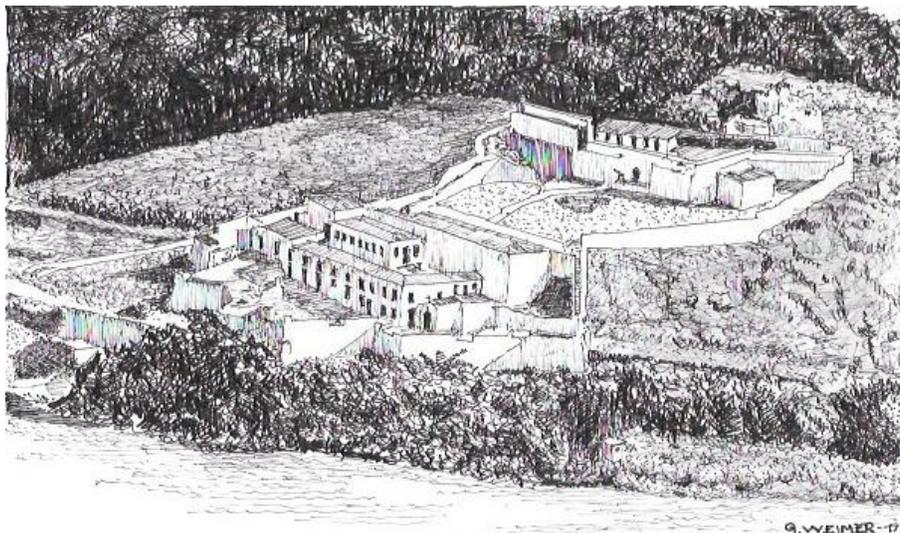
Em verdade, toda mentira se torna crível, quando se transforma em meia verdade. Talvez fosse nessa diretriz que o governo português resolveu, efetivamente, construir algumas fortificações realmente audaciosas por suas consideráveis dimensões. Foi desta forma que foram concebidos o Forte de São José de Macapá, próximo à foz do rio Amazonas, o Real Forte Príncipe da Beira, na margem oriental do rio Guaporé, no atual Estado de Rondônia, na fronteira entre o Brasil e a Bolívia e o forte de Nossa Senhora do Carmo de Nova Coimbra (ou simplesmente Forte de Coimbra), localizado na margem oriental do rio Paraguai, na fronteira com a Bolívia, a cem quilômetros a sul de Corumbá e a 40 km a norte do encontro das três fronteiras do Paraguai, da Bolívia com a do Brasil.

A construção da última (Figura 8) se constituiu num feito espetacular para a sua época. O local de sua implantação foi uma das poucas encostas escarpadas da margem oriental do rio Paraguai, aproximadamente no centro geográfico da fronteira do Estado de Rondônia com a Bolívia. Por isso mesmo, segundo o naturalista estadunidense Herbert Smith, “é talvez este o forte mais indefensável que jamais se edificou”.⁸ Este conceito foi emitido pelo fato de que, estando localizado numa encosta, seu interior era perfeitamente devassável, a partir de qualquer embarcação que navegasse pelo rio. Assim, seus locais mais vulneráveis – a casa de pólvora, o depósito de mantimentos e o poço d’água – se tornariam alvo fácil da artilharia inimiga. Este autor mal-conhecia as condições geográfica da região em que se encontrava: um imenso pântano intransitável por terra, na maior parte do ano pelos lados ocidental e setentrional, situado na fronteira de território inimigo a oeste e o acesso pelo lado meridional era feito pelo rio que corta o centro do Paraguai. Se tivesse perfeita consciência disso, seu juízo, certamente, teria sido bem mais contundente.

⁷ AVÉ-LALLEMANT, Robert Berthold. **Viagens pelo Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 123 e seguintes. 2 v.

⁸ SMITH, Herbert Huntington. **Do Rio de Janeiro a Cuyabá**. São Paulo: Melhoramentos, 1922. p. 261.

Figura 8 – Forte de Nossa Senhora do Carmo de Coimbra, no rio Paraguai, a 40 km do encontro das três fronteiras do Brasil com a Bolívia e o Paraguai



Fonte: Forte de Coimbra: Disponível em: www.campograndense.com.br. Acesso 05.12.2017.

Estas características do forte constituem indicativos de que sua construção tinha uma função mais propagandística do que militar. Em 1775, portanto, ainda durante a administração pombalina, o Capitão Matias Ribeiro da Costa iniciou a construção da fortaleza chamada, a seu tempo, de Presídio de Nova Coimbra, em 1797.

Posto isso, coloca-se a pergunta: O isso tem a ver com os italianos?

Os principais integrantes da Comissão de Demarcação das Fronteiras entre Portugal e Espanha foram os italianos Antonio Giuseppe Landi, Domenico Sambucetti, Enrico Antonio Galluzzi, Giovanni Angelo Brunelli, Giuseppe Maria Cavagna, Michelangelo Blasco, os alemães Adam Leopold von Breuning, Daniel Panck, Emanuel Fritz Goetz, Johann Andreas Schwebel, Kaspar Johann Gerhard von Gronfeld e Philipp Friedrich Sturm, o sueco Jakob (Jacques) Funck, o croata Ignác Szentmártonyi, dentre outros.⁹ Giovanni Angelo Brunelli

⁹ SOUSA VITERBO cita um número considerável de outros profissionais contratados para esta finalidade a ser desempenhada na “América do Sul”, no **Dicionário histórico e documental dos arquitetos, engenheiros e construtores portugueses**, Lisboa, Imprensa Nacional, 1988, 3 vol. *passim*. Uma biografia dos alemães pode ser encontrada em

era astrônomo, bem como o padre croata Ignáz Szentmartoniy, que tinha como ajudante o alemão Phillip Friedrich Sturm. Os capitães Johann Andreas Schwebel e Kaspar Johann Gerhard von Gronfeld eram engenheiros, bem como Adam Leopold von Breuning, Emmanuel Fritz Goetz, Antonio Giuseppe Galluzzi, Michelangelo Blasco e Domingos Sambucetti; Antonio Giuseppe Landi era arquiteto e “desenhador”; Daniel Panck era médico. Os portugueses, Sebastião José da Silva e Gregório Rebelo Guerreiro Camacho, tiveram uma participação limitada no empreendimento; sua função principal – ao que parece – era supervisionar e controlar o trabalho realizado pelos demais componentes da Comissão.

Na história da arquitetura brasileira, tem sido relavada a figura de Antonio Giuseppe Landi (1713-1791). Era natural de Bolonha onde se formou na Academia Clementina para a qual fora nomeado professor como reconhecimento por suas realizações profissionais. Ali foi contratado como geógrafo e “desenhador” em 1750, para integrar a Comissão de Demarcação. De imediato, partiu para Lisboa, mas, em consequência da morte do rei Dom João V, só embarcou para Belém em 1753. De início realizou observações astronômicas e da fauna e flora em colaboração de Brunelli. Entrementes, o governador da capitania do Grão-Pará foi substituído por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que o dispensou das atividades da Comissão de Demarcação para a qual tinha sido contratado.

Isso não deve ter sido frustrante para Landi, pois, de imediato, foi encarregado de projetar a nova sede do governo da capitania, o Palácio dos Governadores (1759-1772), a Igreja de Santana (1762-1782) e a Capela de São João Batista (1769-1772), além de diversas obras de reforma, como a do Convento das Mercês e da decoração interna da Matriz da Belém. Ao lado disso, pôde se dedicar a atividades comerciais, como o cultivo da cana-de-açúcar e cacau, produção de tijolos, telhas, louças vidradas, que se constituíam em inovações por ele introduzidas.

Estas datas são importantes devido a controvérsias que têm surgido em torno da introdução da arquitetura classicista no Brasil, que têm sido atribuídas a José Custódio da Sá e Faria, na realização do projeto da Igreja da Santa Cruz dos Militares, no Rio de Janeiro, cuja construção se estendeu de 1780 a 1811 e da Igreja de Nossa Senhora da Candelária

OBERACKER JUNIOR, Carlos H. **A contribuição teuta à formação da nação brasileira**. Rio de Janeiro: Presença, 1968. *passim*.

também no Rio de Janeiro, de autoria de Francisco João Roscio, cujas obras se estenderam de 1775 a 1811. Estas datações evidenciam que as primeiras obras do classicismo no Brasil foram efetivamente de autoria de Landi.

Uma trajetória semelhante ocorreu com Michelangelo Blasco (1710-1772). Este genovês também foi contratado pelo governo português para integrar a mesma Comissão de Demarcação, depois de ter servido com destaque no Exército austríaco. Como chegou a Lisboa antes de Landi, foi mandado ao Rio de Janeiro em 1751. Com a chegada de Mendonça Furtado a Belém, Blasco não chegou a assumir seu cargo na Amazônia, razão pela qual foi designado para integrar comissão semelhante encabeçada pelo governador Geral Gomes Freire de Andrade, na região meridional da Colônia, mais especificamente, no Rio Grande do Sul. Nem havia chegado a integrar este encargo, quando foi desligado desta função para ser designado a fazer levantamentos das regiões incontestadas de ocupação lusa, por ordem expressa de Pombal. Deixou muitos documentos de importância a respeito da Capitania de São Pedro e assinou cerca de vinte levantamentos geográficos. Por estranho que possa parecer, novamente um engenheiro italiano, de reconhecida competência, que havia sido contratado para exercer funções de alto interesse da Coroa portuguesa foi afastado de encargos para os quais havia sido contratado.

Outros integrantes da comissão também passaram por provações: Enrico Antonio Galluzzi passou por dificuldades devido a suspeitas de ser cristão novo e sobre Emmanuel Fritz Götz pesava a suspeita de ser luterano o que, para a ideologia dominante na época, era muito grave.

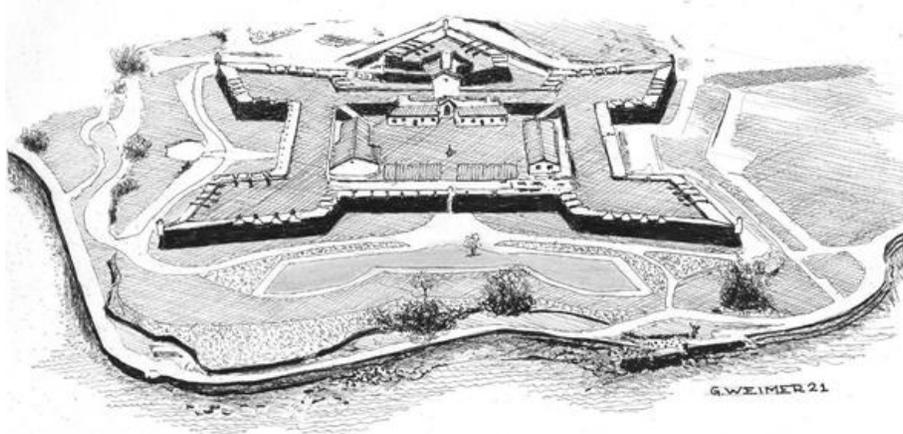
Uma figura importante nos inícios dos trabalhos foi o capitão Schwebel, que fez muitos esboços de aldeias que, hipoteticamente, se encontrariam na região e elaborou um atlas geográfico do rio Amazonas além de mais de quarenta cartas geográficas de suma importância para os interesses reinóis. Porém, sua atuação foi limitada, pois, em 1756, adoeceu razão pela qual voltou a Lisboa, onde faleceu três anos mais tarde.

A equipe da Amazônia trabalhava em conjunto, ainda que fossem encarregados de diferentes atividades. A função dos astrônomos era fazer a localização geográfica dos diversos locais que estavam sendo levantados. Suas atividades principais eram colaborar na elaboração de mapas e “planejar” a instalação estratégica de supostas vilas, cidades

e fortificações. Contudo, os empreendimentos mais audaciosos foram capitaneados pelos engenheiros Galluzzi e Sambucetti.

A von Gronsfeld coube o planejamento da cidade de Macapá, e a construção do forte de São José coube a Galluzzi. Este nascera em Mântua, Itália, em 1720, onde fez carreira militar e chegara ao posto de Sargento-mor (major), quando foi contratado. Inicialmente, desempenhou a função de engenheiro auxiliar, qualidade na qual elaborou um mapa geral do Bispado do Pará e outro da capitania do Piauí. Em função de sua competência, ascendeu a engenheiro responsável pela obra do forte de São José de Macapá (Figura 9).

Figura 9 – Forte de São José de Macapá, projeto e construção de Enrico Antonio Galluzzi (estado atual)



Fonte: CASTRO, 2009, p.119

Localizava-se nas proximidades da embocadura do rio Amazonas, pelo lado setentrional, ficando a 350 km, em linha reta, da cidade mais próxima que era Belém. Entre estas duas localidades ficava o rio Amazonas, a Ilha da Queimada, A Ilha de Marajó e a Baía de Marajó, o que significa que a ligação por via fluvial entre ambas era muito maior. Esta obra foi realizada em condições bastante adversas. A escassez de mão de obra qualificada levou à necessidade do emprego de mão de obra nativa, que pouco estava hábil a executar as tarefas. Isso lhes rendeu revolta, que, somente pôde ser contida com muito esforço e habilidades. As obras foram iniciadas em 1756 e inauguradas em 1764, o que por

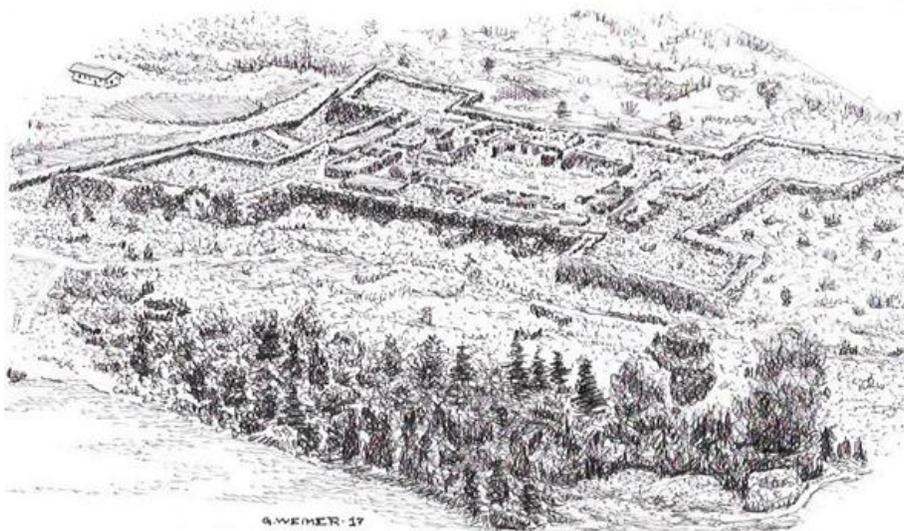
si só constituía uma performance extraordinária para as condições da época.

A construção deste forte tinha, obviamente, um valor mais simbólico que prático: deveria servir de defesa e salvaguarda da entrada do rio Amazonas. Para as condições da época, isso constituía mais uma afirmação de soberania do que efeitos práticos, posto que os canhões não conseguiriam cobrir a largura do rio. Ademais, o canal sul do Amazonas, que separava a Ilha da Queimada da de Marajó, estava totalmente desprotegida. As intenções de dominação territorial deste empreendimento ficavam bem evidenciadas pelo fato de o forte ter sido construído no lado setentrional, posto que os domínios portugueses estavam no Sul.

Concluída a construção, Galluzzi se dedicou a levantamentos do interior da Amazônia chegando até a subir pelo rio Negro, embora estivesse assentado em Belém, onde contraiu matrimônio com Sebastiana Maria Gemaque, e onde faleceu em 27 de outubro de 1769, vítima de malária, com apenas 49 anos de idade.

Uma obra de maior vulto e complexidade coube a Domenico Sambucetti com o projeto e a construção do Real Forte do Príncipe da Beira (Figura 10) situado no Estado de Rondônia, na margem esquerda do rio Guaporé, que hoje serve de fronteira entre o Brasil e a Bolívia. Hoje a distância entre o forte e Belém é de aproximadamente 3.300 km pela Transamazônica, o que significa que o percurso por via fluvial é significativamente maior. Por via fluvial, o forte dista cerca de 660 km de Porto Velho, a capital do estado.

Figura 10 – O Real Forte Príncipe de Beira, projeto do arquiteto italiano Domenico Sambucetti



Fonte: BARBOSA, 1985, p. 340/1.

Seu projeto é de 1775, mas sua construção só pôde ser iniciada em junho de 1776, no fim do governo de Pombal. Segundo Ferraz:

[...] sua construção se fez com a cal enviada de Corumbá, pela via fluvial do Javari (*por via terrestre até o rio Guaporé, inserção do autor*) e dali pelo Guaporé. Só em 1782, as pedras remetidas deram para o fabrico de 2000 alqueires. Executando-se as obras de cantaria no Juruá e o restante veio do Pará, pelo Rio Madeira [...]. Fortificação quadrangular... mede cada face 119,50 m, havendo nos ângulos baluartes de 59 m sobre 48 m na máxima altura.¹⁰

Isso significa que a cal tinha de ser transportada por uma distância de mais de mil quilômetros em linha reta. É sabido que a Amazônia é muito pobre em jazidas de pedra. Por isso, é crível que as pedras tivessem de ser trazidas desde muito longe. Segundo Ferraz, elas teriam vindo do Pará, em local de extração não definido e de Juruá. Isso significa que as que vinham do Pará teriam de ser transportadas por, no mínimo, 1.800 km. As que vinham de Juruá teriam que descer o rio de mesmo nome até desembocar no Solimões, navegar por este rio até a desembocadura do Madeira pelo qual subiriam até o Guaporé para, só

¹⁰ FERRAZ, A. L. Pereira. Real Forte Príncipe da Beira. In: **Arquitetura oficial**. São Paulo: FAU-USP, 1978. p. 115.

então, chegar ao canteiro de obras. Esse percurso correspondia a uma distância de 2.440 km.

O alqueire foi uma antiga medida de volume ou de peso, variável de local para local. No Pará, seu peso era avaliado em 30 kg. Se este foi o valor considerado pelo autor, teriam sido transportadas 60 toneladas de pedra em apenas um ano! Estes dados se constituem em apenas alguns indicativos para as enormes dificuldades das quais se revestiu a realização desta obra. Sua construção apresentou bem maiores dificuldades que a de Macapá, dentre elas, a morte de Sambucetti, seu projetista e construtor por contração de malária, que também afetou amplamente a mão de obra e se constituiu num dos maiores entraves à sua realização. Sem querer apelar para exageros, sua construção pode ser qualificada de verdadeira epopeia.

É importante assinalar que este forte jamais foi utilizado para fins bélicos. Sua importância decorre do fato de ter sido um dos mais importantes marcos que alicerçaram a expansão do território brasileiro, até as proximidades da Cordilheira dos Andes. Suas dimensões gigantescas elevadas numa região de difícil acesso e num virtual deserto demográfico são indicativos claros de que se tratava de uma obra destinada a dar credibilidade à ocupação da Amazônia pelos portugueses. Na literatura específica, este forte é citado como o maior forte realizado pelo governo português.

Cumprida a função da delimitação das fronteiras, a obra foi abandonada durante muito tempo e, virtualmente, esquecida, até ser redescoberta, invadida pela mata, pela Missão Rondon, somente em inícios do século passado. Por ter sido construída em terreno plano, pôde ser concebida, em observância dos maiores rigores, dentro dos postulados oficiais da construção de forte (sistema Vauban), o que dificilmente podia ser observado em outras construções dos congêneres.

Para concluir esta apresentação, quero assinalar que as obras – e talvez, principalmente – os mapas elaborados pela Comissão de Demarcação foram fundamentais para a definição da expansão e definitiva ampliação dos domínios territoriais de nosso País. Estes trabalhos e levantamentos não serviram para estas definições no Tratado de Madri, pois este serviu de motivação para que fosse criada a Comissão. Como é sabido, este tratado foi denunciado pelo governo espanhol em 1761, mas o empenho realizado teve importância crucial nos tratados posteriores. Em 1777 foi assinado o tratado de Santo Ildefonso, que

definiria as fronteiras no extremo Sul do País. A definição das fronteiras na Amazônia viria a ser objeto de muitas idas e vindas, mas não há dúvida de que os levantamentos e as obras realizadas, durante o governo de Pombal, com o apoio dos técnicos estrangeiros contatados, foram fundamentais para a definição definitiva das fronteiras. Cumpre assinalar que foi alto o preço pago por estes técnicos. Sua aventura nas terras tropicais terminou, em diversos casos, com a própria morte.

A questão porque técnicos contratados foram excluídos da Comissão de Demarcação permanece em aberto e, provavelmente, só um círculo restrito da cúpula do governo saberia das razões. A nós somente é permitido fazer algumas conjecturas. Fato é que estas iniciativas aconteceram nos inícios das atividades da Comissão, quando estavam sendo estruturadas as iniciativas a serem tomadas. Provavelmente, seria temerário que estrangeiros soubessem dos segredos que envolviam estas atividades de nítido caráter imperialista, que poderiam ser divulgadas se os mesmos voltassem a seus países de origem.

Estes são estudos que ainda devem ser levados adiante, para saber dos destinos dos demais membros dessa Comissão. Esta atuação, certamente, deve ter servido de critério para a contratação de outros técnicos italianos, no auge do ciclo da borracha, por volta de 1900, que também tiveram maiúscula atuação na Amazônia.

Referências

AVÉ-LALLEMANT, Robert Berthold: **Viagens pelo Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: INL, 1961. 2 v.

BARBOSA, Francisco da Assis & cols: **Real Forte Príncipe da Beira**, Rio de Janeiro, Spala, 1985, pg 340/1.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. **Muralha de pedra, canhões de bronze, homens de ferro**. Rio de Janeiro, Fundação do Exército Brasileiro, 2009. v. II.

CONDAMINE, Charles Marie de la. **Viagem na América descendo o rio das Amazonas**. Brasília: Ed. do Senado Federal, 2000.

CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009.

COSTA, Graciete Guerra da. **Os engenheiros militares italianos na Amazônia do século XVIII**. Brasília: UnB, 2006.

FERRAZ, A. L. Pereira. Real Forte Príncipe da Beira. *In: Arquitetura oficial*. São Paulo: FAU-USP, 1978.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem filosófica ao rio Negro**. Belém: Museu Emílio Goeldi, s.d.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Desenvolvimento da civilização material no Brasil**. Rio de Janeiro: Spahn, 1944.

MENDONÇA, Marcos Carneira de. **A Amazônia na era de Pombal**. Brasília: Senado Federal, 2005. 3 v.

NUNES, José Maria de Souza. **Real Forte Príncipe da Beira**. Rio de Janeiro: Spala, 1985.

OBERACKER JÚNIOR Carlos H. **A contribuição teuta à formação da nação brasileira**. Rio de Janeiro: Presença, 1968.

REIS Fº, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas de Cidades do Brasil Colonial**, São Paulo, EdUSP, Imprensa Oficial, 2000. pg. 305.

SANTOS, Corcino Medeiros. **Três ensaios de história colonial**. Brasília: Ed. do Senado Federal, 2008. v. 86.

SMITH, Herbert Huntington. **Do Rio de Janeiro a Cuyabá**. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

VITERBO, Francisco Marques de Sousa. **Dicionário histórico e documental dos arquitetos, engenheiros e construtores portugueses**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1988. 3 v.

Formazione, tutela e valorizzazione del patrimonio industriale di Schio e dell'Alto Vicentino

Giovanni Luigi Fontana

Premessa

Schio e Galópolis sono due comunità del lavoro dalla storia fortemente intrecciata. I fondatori della Sociedade de Tecidos “Tevere”, primo nucleo socio-produttivo di Galópolis, erano operai del Lanificio Rossi di Schio emigrati in Brasile dopo essere stati licenziati dall’azienda a causa del grande sciopero del 1891. Nella “Val del Profondo” importarono competenze tecniche e modi di vita, contribuendo con Ercole Galló a creare una piccola *company town* che riproduceva molte componenti di quella conosciuta e lasciata nel paese natio. L’eredità del loro operato mescola elementi del mondo d’origine e di quello d’insediamento. Un patrimonio materiale e immateriale che a Schio e nel territorio dell’Alto Vicentino come a Galópolis è stato oggetto di studi e di progetti di valorizzazione.

Nel primo paragrafo, questo contributo intende far conoscere meglio la storia industriale di Schio e del suo territorio, di Alessandro Rossi e della sua grande impresa laniera, attraverso il processo di formazione dell’immenso patrimonio industriale che la comunità alto-vicentina ha ereditato e si è trovata a gestire. Nel secondo paragrafo, delineare le iniziative, i progetti e le realizzazioni messe in opera dagli studiosi, dall’amministrazione comunale di Schio e da soggetti privati per la conoscenza, la salvaguardia e la valorizzazione di questo patrimonio, al fine di promuovere un confronto e un possibile scambio di buone pratiche tra comunità legate da un’identità e da una cultura comuni.

Formazione e composizione dell’eredità industriale

Dalle origini dell’industrializzazione Schio è stata la “capitale della lana” del Veneto e uno dei poli italiani più dinamici nell’ambito della produzione e dell’occupazione manifatturiera. Posta allo sbocco in pianura della valle del Leogra, la città si colloca al centro dell’Alto Vicentino, il territorio settentrionale della provincia di Vicenza, costituito dalle tre vallate del Leogra, dell’Astico e dell’Ago, caratterizzate

da una storica vocazione e da una permanente identità industriale. Già nel periodo proto-industriale, Schio si era affermato come il distretto tessile di punta della Repubblica di Venezia. Nel corso del XIX secolo seguì le fasi di espansione del più grande complesso industriale italiano dell'epoca, il Lanificio Rossi, fondato da Francesco Rossi nel 1817. Dalla fine dell'Ottocento, il suo sviluppo fu accompagnato dall'ascesa di un'altra grande industria laniera, la Manifattura Marzotto, localizzata nel capoluogo della vicina valle dell'Agno. Dopo oltre un secolo e mezzo di forte competizione, nel 1987 la Marzotto – grazie alla privatizzazione delle aziende di Stato – assorbì la Lanerossi, che era divenuta impresa pubblica negli anni Sessanta, diventando il più grande gruppo tessile europeo. A Valdagno, la Marzotto monopolizzò l'attività industriale della valle fino al secondo Novecento, mentre a Schio e nel bacino dell'Astico, sul traino della costellazione di imprese della Società anonima Lanificio Rossi, il tessuto produttivo conobbe un precoce sviluppo ed una crescente diversificazione che, già a fine Ottocento e nel primo Novecento, fecero di quest'area il polo industriale più importante del Veneto e dalla seconda metà del XX° secolo uno dei più avanzati distretti tessili e meccanici italiani.

Questo processo di industrializzazione, lungo ed articolato, ha lasciato nell'Alto Vicentino una straordinaria eredità materiale ed immateriale. Il territorio riunisce infatti ogni tipologia di patrimonio industriale, talvolta di eccezionale rarità documentale, tecnica ed architettonica: archivi d'impresa di primaria importanza; collezioni di campionari e prodotti; macchine ed attrezzature di varie epoche; edifici molto diversificati, spesso di alta qualità costruttiva; reti energetiche (canali artificiali, detti *rogge*, e ben 46 centrali idroelettriche); vie di comunicazione (strade, ponti, ferrovie, stazioni, ecc.); case, quartieri e villaggi operaie, scuole, giardini, teatri, stadi e piscine, strutture per il tempo libero e per i servizi socio-sanitario-assistenziali; interventi urbani di iniziativa padronale; complesse stratificazioni di saper-fare, di cultura tecnica ed imprenditoriale.

Nel territorio compreso fra le tre valli e il pedemonte alto-vicentino si passa dalle antiche manifatture tradizionali ai segni delle più grandi innovazioni industriali; dai canali industriali del medioevo alle centrali idroelettriche, per lo più ancora con gli impianti originali, dei torrenti Leogra, Agno e Astico; dagli alti ponti a travata semiparabolica a picco sui fiumi alla ferrovia a cremagliera, la prima in Italia, che si

inerpicava fino all'Altopiano di Asiago; dalle filande seriche e dalle piccole filature alle grandi manifatture laniere e cotoniere; dalle cartiere alle fonderie e alle industrie meccaniche nate sull'indotto del Lanificio Rossi. Come la *Fabbrica di navette Saccardo*, sorta nel 1885 e trasferita nel 1892 ai piedi della zona collinare di Tretto, un complesso molto articolato e dotato di centrali idroelettriche e abitazioni per il direttore e il custode dello stabilimento, tuttora conservato *in situ*. Alla fine degli anni Novanta del secolo scorso, in occasione di una mostra di archeologia industriale organizzata presso la celebre *Fabbrica alta* della Lanerossi, schedammo 94 principali beni storico-industriali nei territori di Schio e Valdagno, comprendenti fabbriche, macchine, strutture sociali ed elementi di connessione tra la fabbrica e il territorio. Il solo comune di Schio conservava più di 50 testimonianze della propria storia industriale.

Le principali vestigia sono tuttora concentrate in una grande zona di circa 40 ettari, nel cuore della città. Ad esse, in particolare, dedicheremo in questa sede la nostra attenzione. A Schio, gli antichi laboratori ed i maggiori edifici dell'età industriale si dispongono lungo il canale artificiale detto *Roggia Maestra*, la fondamentale fonte di energia, a partire dal XIII secolo, per tutte le attività manifatturiere. Il canale, che si dirama dal torrente Leogra nel vicino comune di Torrebelvicino, è all'origine della stessa morfologia urbana di Schio, attraversando tutta la città con il suo corso principale e le sue diverse ramificazioni. Sui suoi numerosi salti d'acqua si concentrarono nei secoli molini da grano, magli da ferro, segherie, concherie, cartiere, folli da lana e tintorie, di cui si conservano tracce in alcune strutture sopravvissute e, in particolare, nel settecentesco opificio Lora e nel *Lanificio Conte*, creato nel 1757 dall'artigiano Antonio Conte su una derivazione della *Roggia Maestra*, il canale detto *Riello* (piccolo rio).

Gestito per oltre 250 anni dalla stessa famiglia, il *Lanificio Conte* è rimasto in attività sul sito delle origini fino alla fine del Novecento, ultima fabbrica a trasferirsi nella grande e moderna zona industriale creata, a partire dagli anni Settanta, in una vasta area rurale tra i comuni di Schio, Marano e Santorso. La prima crescita significativa del Lanificio Conte, sul modello anche edilizio della vicina grande impresa Rossi, ebbe luogo tra gli anni Sessanta e Settanta del XIX secolo, epoca alla quale rimonta l'edificio di quattro piani costruito direttamente sulla *Roggia*. In seguito ad altri ingrandimenti negli anni Ottanta, la

manifattura assunse le caratteristiche di una industria laniera di medie dimensioni, tipica della regione. Il complesso fu ancora ingrandito agli inizi del XX secolo sotto la direzione di uno dei più importanti esponenti di questa dinastia industriale, Alvise Conte, che portò le strutture alla loro definitiva configurazione razionalizzando la distribuzione delle lavorazioni in nuovi fabbricati e una seconda villa padronale nel parco attiguo allo stabilimento, adornato con aiuole, statue e fontane. Tra le trasformazioni successive, particolarmente rimarchevole è la struttura in cemento armato sovrapposta nel 1929 all'antica fabbrica per ampliare gli spazi di lavoro e per sostenere due serbatoi d'acqua anti-incendio sul tetto.

Nel corso dell'Ottocento e all'inizio del Novecento la grande area produttiva lungo la *Roggia Maestra* fu coperta da un'enorme estensione di grandi stabilimenti lanieri, oggi in gran parte scomparsi. Rimangono però fondamentali testimonianze dei più importanti lanifici storici – il *Lanificio Rossi*, il *Lanificio Conte* e, fuori dall'area ma sempre lungo la *Roggia*, il *Lanificio Cazzola* –, a partire dal monumento per eccellenza della prima industrializzazione italiana, la *Fabbrica alta* del Lanificio Rossi, eretta nel 1862 da Alessandro Rossi (1819-1898), ideologo e leader degli industriali del nuovo Regno d'Italia, su progetto dell'architetto belga Auguste Vivroux. La grande fabbrica si innalza su sette piani e misura 80 metri di lunghezza per 13,90 di larghezza. I diversi piani erano suddivisi in tre navate da file di colonne in ghisa e rischiarati da 330 finestre e 52 lucernai. Ciascun piano ospitava una diversa fase del ciclo produttivo. Secondo il progetto dell'architetto Vivroux, un secondo, identico, grande fabbricato doveva sorgere *vis-à-vis*, perpendicolarmente alla prima fabbrica meccanizzata che univa le due immense ali, la «*Francesco Rossi*» (denominazione della società familiare), costruita nel 1849 con una facciata neo-classica, decorata di simboli dell'industria e del commercio. Al posto del secondo edificio previsto, venne tuttavia costruito tra il 1866 e il 1868 un atelier di filatura e tessitura più moderno, con copertura a *shed* (denti di sega), purtroppo demolito negli anni Sessanta del Novecento. Sul lato Sud del vasto cortile, s'elevò nel 1864 un edificio di tre piani dedicato alla preparazione, follatura e lavaggio delle lane.

Tra il 1852 e il 1857, al fine di ingrandire il complesso, il Lanificio Rossi acquistò le proprietà sull'altro lato della strada, di fronte alla *Fabbrica alta*, alle pendici della collina sottostante la cinquecentesca

chiesa di San Rocco. Dal 1858 al 1878 l'architetto Antonio Caregaro Negrin (1821-1898), per quarant'anni al servizio di Alessandro Rossi, vi creò un giardino romantico con una scenografia paesaggistica che aveva come quinte laterali edifici destinati a diverse funzioni. A destra il *Teatro Jacquard*, ubicato nell'edificio sede delle istituzioni operaie, della sala di musica, della scuola di declamazione e della biblioteca circolante (in sostanza un centro culturale polivalente per tutta la cittadinanza). Sul suo prospetto vennero posti medaglioni con i ritratti dei personaggi storici scledensi facendone il monumento celebrativo delle glorie della cittadina industriale e il completamento iconografico della facciata neoclassica del *Lanificio "Francesco Rossi"*. Nella parte centrale, l'architetto pose una serra arcuata circondata da un fiabesco ninfeo, affiancata da una torretta ottagonale, con sentieri serpeggianti, giochi d'acqua, scalinate rustiche, grotte artificiali, belvederi, giardini pensili, concepiti sfruttando le differenze altimetriche del terreno e le sue caratteristiche geologiche. Un *unicum* nel suo genere e un autentico campionario, anche nella varietà dei materiali impiegati, della cultura eclettica del tempo. Nel 1878, demolite le settecentesche fabbriche Tron-Rubini, collocate sul lato sinistro, il *Giardino Jacquard* acquisì l'assetto giunto fino ai nostri giorni.

Tutto attorno all'area degli stabilimenti e del *Giardino* si raggrupparono le istituzioni educative, culturali, sociali e del tempo libero, create nella seconda metà del XIX secolo da Alessandro Rossi. Per la nuova grande Società Anonima, nata tra il 1872 e il 1873, Rossi dettò le linee di un articolato programma industriale, economico, commerciale e morale, che comprendeva lo sviluppo della già vasta rete di istituzioni e provvidenze per le maestranze da lui istituite e propagandate da imprenditori, politici e giornalisti di tutta l'Italia come un modello da imitare. Un prospetto per il *Giubileo Operaio di Alessandro Rossi* del 1889 avrebbe elencato 21 *Istituzioni operaie* a Schio, 13 a Piovene, 8 a Pieve e 6 a Torre, oltre alle 12 create dal figlio Francesco intorno alla cartiera di Arsiero. Gli occupati in quell'anno raggiunsero le 5.000 unità.

Per rispondere alle crescenti esigenze di alloggi dovute allo sviluppo degli stabilimenti e con l'intenzione di realizzare un quartiere modello, egli realizzò tra il 1872 e il 1880 in una grande area a sud degli stabilimenti di Schio, il *Nuovo Quartiere "Alessandro Rossi"*, frutto di diverse elaborazioni progettuali dell'architetto Antonio Caregaro

Negrin. Concepito come una vera estensione della città esistente con case, ville e villini per operai, tecnici e quadri, e dotato di attrezzature e servizi pubblici, il “*Nuovo Quartiere*” si legava alle esperienze più innovative condotte in Europa nel XIX secolo in materia di residenze per i dipendenti. Dotato di 272 alloggi per circa 1.300 abitanti, nel 1890, con l’aggiunta del “*Quartiere Nuovissimo*”, la “*Nuova Schio*” accolse 1.543 abitanti, vale a dire il 10% della popolazione urbana dell’epoca, che in seguito doveva gradualmente aumentare.

A partire da questa esperienza-pilota, tutto il territorio delle valli del Leogra e dell’Astico, dove venivano distribuendosi gli altri stabilimenti della “costellazione Rossi”, vide sorgere quartieri e case operaie, istituzioni educative, sociali, assistenziali e del tempo libero. L’imponente Società anonima Lanificio Rossi, che aveva sede a Milano, controllava gli stabilimenti di Schio, Pieve, Torre, Piovene e il lanificio Mazza di Bellano, che utilizzavano un sesto della filatura cardata e un quarto dei telai meccanici operanti in Italia nel pettinato. L’espansione territoriale del Lanificio Rossi, di cui restano tuttora numerosi complessi, avvenne costruendo, per ragioni energetiche e di forza lavoro, stabilimenti specializzati nell’entrovalle del Leogra, a Pievebelvicino (filatura cardata, 1870) e Torrebelvicino (tessuti cardati misti lana, 1872-73), e nella valle dell’Astico a Piovene-Rocchette (filatura pettinata, 1869; tessiture per pettinato “Rocchette 2”, 1871; “Rocchette 3”, 1888; “Rocchette 4”, 1890). Nelle vicinanze, a Chiuppano, sorse anche il grande complesso del Cottonificio Rossi, gestito da Giovanni Rossi, mentre ad Arsiero si sviluppavano le Cartiere Rossi.

Le fabbriche si resero autosufficienti per l’approvvigionamento energetico: rimangono ancora oggi visibili le tracce della pionieristica *fune* telodinamica, che dal 1871 trasportava energia da una centralina idraulica allo stabilimento di Pievebelvicino, mentre a Piovene Rocchette nel 1887 fu fatto il primo esperimento in Europa di trasporto di forza elettrica per circa un km. Furono le prime prove di un grande impulso alle comunicazioni ferroviarie, telegrafiche e telefoniche tra i vari stabilimenti: la linea ferroviaria Vicenza-Schio (1876), un treno a cremagliera in galleria per colmare il dislivello altimetrico con lo stabilimento sull’Astico a Piovene (1884), la “ferrovia alpina” Torre-Schio-Piovene-Arsiero (1884-1885), la Thiene-Rocchette (1907) e la cremagliera Rocchette-Asiago (1910), con i loro numerosi ponti e

stazioni. Così avvenne nella Valle dell'Agno, con il tramway Vicenza-Valdagno (1879).

L'apparato di “*istituzioni operaie*”, che accompagnò questa grande espansione industriale e che rimane in buona parte conservato, si collocava all'interno di un fenomeno di portata internazionale, che riguardava le imprese più avanzate e che Rossi conosceva molto bene, ma che assumeva connotazioni specifiche a seconda dei luoghi, delle aziende e della personalità degli industriali che lo realizzavano. Nell'imponente complesso di mense, magazzini cooperativi, cucine e forni economici, strutture previdenziali, assistenziali, scolastiche, culturali e ricreative, cui vennero ad aggiungersi i convitti per le operaie e le realizzazioni del *Nuovo Quartiere di Schio*, dei villaggi e delle case per operai, tecnici ed impiegati di Piovene, Cogollo, Pieve e Torre, si rispecchiavano fedelmente le concezioni imprenditoriali, economico-sociali e religiose di Alessandro Rossi.

Così avvenne nella visione laica e modernizzatrice dei Marzotto a Valdagno, dove tutte le realizzazioni industriali ed infrastrutturali furono opera della grande impresa laniera che da fine Ottocento aveva visto crescere notevolmente gli stabilimenti di Valdagno e di Maglio di Sopra. Alle prime case operaie ottocentesche (la manodopera, come nel caso di Schio, risiedeva in buona parte nella città o nelle borgate collinari vicine) seguirono dalla seconda metà degli anni Venti del Novecento il *Villaggio Margherita* (1927) e la *Città Sociale*, concepita negli anni Trenta del XX° secolo dall'architetto Francesco Bonfanti per Gaetano Marzotto Jr (1894-1972), la sola esperienza nell'Italia del tempo ad avere esteso alla scala urbana – secondo il linguaggio del modernismo europeo – i concetti, i metodi e le nuove tecniche introdotte nei processi industriali. Vi si concentrarono, accanto alla maggior parte dei 3.500 vani costruiti tra il 1928 e il 1937 e alle scuole edificate dalla ditta e donate al comune, tutte le istituzioni aziendali a carattere assistenziale e ricreativo.

Il processo di patrimonializzazione: conoscenza, tutela e valorizzazione

Questo patrimonio industriale è stato oggetto di studi, di ricerche, di piani di recupero e di piani urbanistici, di mostre, progetti e realizzazioni museali, alcuni dei quali di carattere esemplare, valorizzati sia in ambito italiano che internazionale. All'inizio del processo di patrimo-

nializzazione, sviluppatosi dagli anni Sessanta-Settanta del Novecento e tuttora in corso, vi furono la conservazione della documentazione d'archivio e l'impulso alla ricerca storica, tra loro strettamente intrecciate. Alessandro Rossi ebbe grande cura non solo nel costituire e conservare la memoria della sua impresa, ma anche nel documentare il suo infaticabile attivismo come leader industriale e politico, intellettuale, scrittore, giornalista e organizzatore sociale. Il suo archivio privato, donato nel 1985 dagli eredi alla Biblioteca civica di Schio, è composto, oltretutto dagli scritti rossiani e da una quantità di materiale a stampa, da 110 raccoglitori contenenti 22 copialettere e una massa di documenti che vanno dalla fine del Settecento al primo Novecento. L'Archivio ha mantenuto la fisionomia che aveva acquisito nel periodo in cui Rossi conservava le proprie carte in parte nella villa padronale di Santorso, in parte nella casa paterna di Schio.

I materiali dell'archivio personale del senatore Rossi sono strettamente intrecciati con quelli dell'Archivio storico del Lanificio Rossi, conservati in buone condizioni presso uno degli edifici rimasti nell'area Lanerossi. I due complessi archivistici costituiscono un *corpus* documentale di eccezionale importanza storica e culturale. Sottratto a dispersioni e rischi di distruzione, l'archivio aziendale cominciò ad essere valorizzato dai dirigenti per la promozione della Lanerossi negli anni Cinquanta del Novecento, con una mostra organizzata nel 1961 dall'Associazione Industriali e dal Comune, in occasione del passaggio della Lanerossi all'ENI, avvenuto nel 1962, e con il successivo trasferimento degli impianti produttivi che inaugurarono l'apertura della nuova zona industriale di Schio. Nel 150° anniversario della fondazione dell'impresa, nel 1967, vennero pubblicati due volumi *Lanerossi ieri, Lanerossi oggi*, largamente illustrati con documenti e immagini d'archivio, così salvaguardati per la futura memoria. In ragione del rilevante interesse storico e della straordinaria ricchezza dell'archivio quale fonte essenziale di ricerche che andavano sviluppandosi ad opera di studiosi di diverse discipline, la *Soprintendenza Archivistica per il Veneto* emanò nel 1872 la notifica di tutela n. 1049 in base all'art. 36 del DPR del 30 settembre 1963, quale riconoscimento fondamentale del valore degli archivi aziendali che aprì la strada alla politica di salvaguardia degli archivi d'impresa in Italia.

L'accesso alle fonti d'archivio permise una fioritura di studi sulla figura di Alessandro Rossi, che tra gli anni Sessanta e i primi Settanta

riguardò soprattutto la sua figura di ideologo dell'industrializzazione e di leader della battaglia politica e pubblicistica per il protezionismo in Italia. Una maggiore attenzione alla biografia familiare, alla sua formazione imprenditoriale e all'impatto della sua impresa sui territori di insediamento venne dedicata dal congresso nazionale di studi storici "Schio e Alessandro Rossi. Imprenditorialità, politica, cultura e paesaggi sociali del secondo Ottocento", da noi organizzato nel 1979 con il comune di Schio e seguito dalla pubblicazione degli atti, il cui secondo volume, *I documenti – una Storia per immagini* (oltre 800), articolate in 12 sezioni tematiche e corredate da densi testi di accompagnamento – fu interamente costruito sulla documentazione dell'Archivio storico del Lanificio Rossi e dell'Archivio privato del Senatore Rossi. Questo secondo volume, all'epoca completamente innovativo, fu da noi concepito per far conoscere, salvaguardare e valorizzare documenti fondamentali per la conoscenza della figura e dell'opera di Alessandro Rossi, corrispondendo con l'impegno scientifico alla generosa donazione al comune di Schio, preparata con un lungo e paziente lavoro di convincimento, dell'archivio privato della famiglia da parte delle decine di eredi Rossi.

Dal 1987, quando la proprietà della Lanerossi e della sua area di pertinenza – compreso l'Archivio aziendale – passò all'impresa Marzotto e, dopo qualche tempo, la *Fabbrica alta* non venne più utilizzata a scopi direzionali, divenne urgente un'azione di riorganizzazione e d'inventariazione dell'insieme dei documenti e archivi, conservati in uno degli edifici dell'area dismessa. A questo scopo, l'impresa Marzotto e il comune di Schio, col sostegno tecnico della *Soprintendenza Archivistica per il Veneto*, il 30 luglio 2003 firmarono un accordo per la gestione dell'Archivio del Lanificio Rossi in virtù del quale l'Archivio Lanerossi venne affidato in comodato all'amministrazione comunale di Schio per i successivi 25 anni. Questo accordo, atteso da tempo, fu il risultato degli sforzi convergenti della Soprintendenza, della Marzotto Spa, dell'amministrazione comunale di Schio, mediato dall'Università di Padova, e di un sistema di convenzioni passate tra questi organismi, che per l'inventariazione e la catalogazione si avvalsero dell'opera di specialisti del Master universitario *post-lauream* in "Conservazione, valorizzazione e gestione del patrimonio industriale" (MPI), attivato nel 2002-2003, coordinato dall'Università di Padova e da noi diretto, di cui era partner anche il Comune di Schio. Secondo i progetti del tempo, i documenti dell'Archivio Lanerossi avrebbero dovuto costituire il

nucleo di un Archivio di concentrazione di archivi di imprese venete da localizzare negli ampi spazi al pianoterra dell'edificio che ancora oggi ospita l'Archivio storico del Lanificio Rossi.

Durante gli anni Ottanta, la grande zona degli stabilimenti Rossi e Conte divenne una delle prime e più importanti aree dismesse italiane sia per le dimensioni, sia per la centralità rispetto al contesto urbano, sia per l'importanza delle costruzioni esistenti al suo interno. Per il suo recupero l'amministrazione comunale lanciò negli anni 1979-1980 un pionieristico concorso nazionale di idee, presieduto dall'architetto Bruno Zevi, al quale parteciparono più di 100 gruppi comprendenti gli architetti ed urbanisti più eminenti del periodo. Il concorso aveva per obiettivo di promuovere, con indirizzi e proposte di qualità, l'attivazione dell'iniziativa privata, ma ciò non avvenne se non molti limitatamente.

Nel 1986, allora, l'amministrazione comunale, attraverso l'assessorato alla pianificazione urbana e territoriale, guidato da chi scrive, si impegnò direttamente nel progetto riconsiderando il ruolo strategico dell'antica zona industriale nella nuova politica di riassetto urbano e territoriale, che investiva molteplici settori. Il piano urbanistico per l'area Lanerossi-Conte si collegò organicamente al recupero dell'antico centro storico e delle zone limitrofe, a loro volta oggetto di piani urbanistici. In particolare venne stabilita una stretta connessione con il *Piano di riqualificazione urbanistica e ambientale del "Nuovo Quartiere Alessandro Rossi"*, avviato nello stesso periodo e approvato nel 1990. Il "Nuovo Quartiere" era ormai molto integrato nel contesto urbano di Schio, ma conservava ancora un'immagine fondamentalmente inalterata. Tuttavia, il Quartiere rischiava di perdere la sua specificità in ragione di un sovrapporsi di interventi eterogeni ed estranei ai caratteri degli edifici, ma anche di saturazioni inappropriate delle aree ancora non edificate. Per questo, nel 1986, vennero iniziate le prime azioni miranti, nel quadro dei programmi di riqualificazione urbana ed ambientale, ad assicurare la conservazione e il recupero dello storico quartiere. La scelta fu di un integrale recupero della "complessità", vale a dire della diversità di condizioni ed esigenze del Quartiere.

Una tale complessità si espresse in primo luogo nel percorso di lavoro, nella metodologia adottata e nella natura delle regole seguite. L'opera di pianificazione cominciò con il rilievo e la schedatura di tutti gli edifici e delle zone non costruite facenti parte del quartiere, l'analisi delle aggiunte e delle alterazioni dovute ad esigenze funzionali, l'esame

delle domande di licenza edilizia per interventi di modernizzazione, accompagnati da una serie di sondaggi e di incontri diretti con gli abitanti che fornirono indicazioni utili sulle attese e preferenze della popolazione del quartiere.

Figura 1: Le case ristrutturate in Via Alessandro Rossi, Schio.



Fonte: Acervo pessoal Giovanni Luigi Fontana.

Il “Piano Particolareggiato di Iniziativa Pubblica” interessava un’area di circa due ettari, comprendente nel suo insieme 436 unità edilizie, individuate attraverso un’analisi minuziosa del tessuto edificato per la presenza di diversi caratteri tipologici e architettonici. Il Piano venne strutturato in modo da orientare gli interventi, anche alla scala edilizia, nella direzione di una vera e propria riqualificazione ambientale dell’insediamento, rispettando le caratteristiche storiche e morfologiche degli edifici e dell’insieme urbanistico. Esso si basò su alcuni principi essenziali: a) la razionalizzazione e l’adeguamento degli edifici esistenti alle esigenze contemporanee, ma nel rispetto dei caratteri originali dei singoli manufatti e dell’insieme urbanistico; b) l’utilizzazione degli spazi vuoti, o facilmente liberabili, con edifici dalle caratteristiche tipologiche e architettoniche tali da inserirsi cor-

rettamente nel quartiere, rispondendo nel contempo ad alcune esigenze di base che in questi ultimi anni si sono manifestate (parcheggi, servizi, verde, ecc.); c) la riqualificazione degli spazi pubblici (strade, giardini, percorsi), attraverso adeguati interventi di arredo urbano, nella prospettiva di un miglioramento complessivo dell'immagine, e mediante una ridefinizione dei tracciati della circolazione automobilistica e della rete delle soste veicolari.

Per non limitarsi ai vincoli, ma fornire agli abitanti un ventaglio di possibilità all'interno di un quadro normativo prestabilito, si scelse di realizzare e distribuire a tutte le famiglie del quartiere un *Manuale per "Nuova Schio"*, contenente un'analisi storico-evolutiva di tutti gli elementi costitutivi del quartiere, la schedatura di ogni edificio e le indicazioni del piano. Il *Manuale*, frutto di un lavoro d'équipe coordinato da Franco Mancuso e da chi scrive in veste di assessore all'urbanistica, venne pensato come strumento di una nuova maniera di concepire la riorganizzazione di un territorio segnato dall'imponente presenza di edifici della prima rivoluzione industriale. Il *Manuale* fu per questo considerato come un "modello atipico di pianificazione" ed ottenne importanti riconoscimenti (ed imitazioni) in ambito nazionale ed internazionale.

A distanza di oltre trent'anni, continuano gli interventi di recupero da parte dei privati seguendo le indicazioni originarie e l'immagine attuale del Quartiere, divenuto molto attrattivo, si caratterizza rispetto a tutto il contesto urbano. Tra le ragioni fondamentali di tale indubbio successo vi sono: a) la struttura operativa del Piano, che dandosi la forma di un Manuale, come si è detto, ha fornito indicazioni e soluzioni per gli interventi, piuttosto che vincoli; b) una buona intellegibilità delle esemplificazioni, la concretezza delle indicazioni e la loro estrema praticabilità; c) l'azione di sensibilizzazione condotta presso gli abitanti, nella fase di redazione del Piano, con le numerose riunioni indirizzate a far emergere l'interesse per la memoria e la storia del Quartiere; d) l'acquisizione della consapevolezza, da parte degli abitanti, dei valori insiti nel patrimonio abitativo del Quartiere – e dunque nelle loro case – tanto più espliciti quanto più avevano conservato i segni della storia; e tanto più esplicitabili quando apparve chiaro che, con gli interventi suggeriti dal *Manuale*, potevano essere riproposti.

Nello stesso tempo proseguì il complicato iter del Piano urbanistico per l'area Lanerossi-Conte, comprendente la *Fabbrica alta* e la

“*Francesco Rossi*”, oltre agli altri più importanti edifici storici come le centrali idroelettriche e termoelettriche. Il Piano prevedeva che l’area – ad eccezione degli immobili storicamente più significativi – potesse essere trasformata con notevoli costruzioni destinate a nuove residenze ed attività terziarie da parte dei privati, soggetti attuatori del Piano a fianco dell’amministrazione comunale. Ad essi venne richiesta la cessione gratuita dei manufatti storici individuati in conto oneri di urbanizzazione, nonché la realizzazione di tutte le opere volte a dotare di adeguati servizi l’intera zona e a valorizzare il percorso della *Roggia Maestra*, che doveva essere interamente riportato in *plein air* come “asse della memoria”, un elemento di riqualificazione urbana nel cuore della città. Il Piano, tuttavia, ha incontrato continue difficoltà e rielaborazioni nel suo percorso di attuazione a causa dell’entità dell’intervento richiesto, della complessità dei rapporti pubblico-privato e delle vicissitudini finanziarie della società Aree Urbane, cui il compendio immobiliare era stato conferito dalla Marzotto per l’attuazione degli interventi. Entrata a far parte di Pirelli Real Estate, Aree Urbane ha dapprima sofferto le pesanti ricadute della crisi del 2008-2009 ed è stata poi coinvolta nel fallimento del grande gruppo immobiliare. Tutto il Piano è rimasto pertanto inattuato, ma nel 2013 il Comune di Schio è riuscito egualmente a raggiungere il fondamentale obiettivo dell’acquisizione alla proprietà pubblica del complesso “Francesco Rossi – Fabbrica Alta” (1849-1862), della ex centrale termoelettrica (1922) che controllava tutti gli stabilimenti dell’area e della centralina idraulica lungo la Roggia, nonché del fabbricato a shed a pianta libera (1958-61) con copertura retta da archi extradossali elastici, prototipo dell’architettura industriale moderna, in cui è ospitato l’Archivio storico del Lanificio Rossi.

In vista di questo passaggio, nel 2004 il Comune di Schio affidò l’incarico ad un team di specialisti per la redazione del progetto “*Fondazione Alta Fabbrica*”, riguardante, oltre agli immobili fin qui citati, anche *palazzo Fogazzaro* (1810) e *palazzo Toaldi-Capra* (XV-XVIII sec.), con l’intento di valorizzare tutti questi fabbricati mediante il loro riuso a fini culturali con ricadute di carattere economico e sociale. Per una regia unitaria delle iniziative culturali previste nei suddetti edifici si convenne sulla necessità di costituire una Fondazione denominata “*Alta Fabbrica*”, quale struttura integrata di programmazione, promozione, marketing e servizi, capace di garantire efficacia d’azione e significative economie di gestione. Il Comune avrebbe dato

in concessione i suddetti immobili alla Fondazione, cui sarebbe stato consentito l'utilizzo e la locazione degli spazi commerciali e ricreativi. Nell'insieme del progetto venne prevista anche la realizzazione del "*Museo dell'Industria e dell'Innovazione*" (MIND) con l'obiettivo di far conoscere la lunga storia e le dinamiche contemporanee dell'industria veneta a partire dai suoi luoghi d'origine e di conservare, gestire e valorizzare lo straordinario patrimonio materiale e immateriale dell'Alto Vicentino. Il progetto, dopo alcuni confronti con organismi comunali ed istanze culturali cittadine, venne approvato all'unanimità dal Consiglio comunale nel maggio 2006. Tuttavia, traversie e cambi nella vita politico-amministrativa di Schio hanno impedito finora di far decollare la Fondazione, che resta però un passaggio obbligato per una gestione organica e coordinata delle iniziative ed ha già stimolato il varo di specifiche iniziative su singoli brani del complesso patrimoniale.

Altre componenti rilevanti del sistema, sono invece approdate a soluzioni definitive. Nel 1994, una ricerca storica e artistica si accompagnò ad un rilievo dettagliato dell'insieme *Giardino e Teatro Jaquard* e ad un'analisi della sua vegetazione. L'indagine definì in quantità e qualità la presenza di uno straordinario patrimonio architettonico e botanico, ma ne mise in luce anche le urgenti e indifferibili esigenze di restauro e della manutenzione straordinaria. Nel 1995 sul complesso venne posto il vincolo di tutela del Ministero dei Beni Culturali e dell'Ambiente come bene di rilevante valore storico-culturale. L'allora proprietario, la società Marzotto, si rese disponibile all'intervento dell'Amministrazione comunale e di numerose associazioni culturali e di volontariato per la salvaguardia e la valorizzazione del complesso. Nell'azione dei recupero vennero coinvolti la sezione locale di Italia Nostra, l'Associazione Nazionale Alpini, i gruppi scout, il comune di Schio e la cooperativa "Primavera Nuova" che si adoperarono nelle operazioni di pulizia per liberare i percorsi delle grotte e tra gli edifici. Gli alberi furono censiti, sorvegliati e, in caso di pericolo, abbattuti; le aiuole e i fiori risistemati, benché persistano rischi strutturali derivanti da complessi fenomeni di natura ideo-geologica e della vegetazione. La copertura delle serre e la torre colombara furono restaurate. Nel 2009, l'amministrazione comunale di Schio, esercitando il diritto di prelazione su un bene vincolato dalla Soprintendenza, divenne proprietaria di tutto il complesso.

Più complesso fu il processo di acquisizione e valorizzazione del *Lanificio Conte*, che a cavallo degli anni Duemila venne venduto quasi interamente dalla proprietà ad un'impresa immobiliare per finanziare il trasferimento della fabbrica in zona industriale. In un'ampia area di insediamento, dove vi erano edifici di minore valore storico e architettonico, venne permessa la costruzione di condomini residenziali e terziari pur di salvare la parte più antica lungo il corso della *Roggia*, acquisita da un imprenditore del settore alberghiero d'intesa con il comune di Schio. Questa collaborazione pubblico-privato produsse dei buoni risultati dando indicazioni utili per interventi simili nel futuro. Il progetto di riuso dell'antico sito fu avviato con l'intento di valorizzare le caratteristiche storiche degli edifici, adottando la filosofia dell'integrazione del nuovo nell'antico. Il progetto, molto accurato, ha permesso di organizzare percorsi spazi, percorsi e connessioni verticali, che integrano delle nuove strutture in metallo che si giustappongono a quelle in ghisa e in legno del XIX secolo, e ha favorito l'inserimento di nuovi usi: una galleria al piano terra ed una sala convegni ed esposizioni al primo piano, più recupero della centrale idroelettrica con le turbine originarie sulla *Roggia*. Tutta questa parte è stata acquisita dal Comune di Schio, mentre i piani superiori dell'antico fabbricato sono stati destinati ad uso abitativo. Gli spazi pubblici del *Lanificio Conte*, ristrutturato e aperto al pubblico, sono stati inaugurati nel 2007. L'insieme di questi interventi ha valorizzato i caratteri storici delle strutture sontuosamente restaurate.

Interventi di conservazione e valorizzazione, che qui per ragioni di spazio qui non possiamo descrivere, riguardarono numerosi altri fabbricati industriali del territorio. Per le sue connessioni con la storia del Lanificio Rossi e per il ruolo dell'iniziativa imprenditoriale privata in sinergia con il pubblico, ci limitiamo a segnalare l'opera del Consorzio artigiano "Progresso" che nel 1987, allo scopo di salvaguardare e riusare l'ottocentesca *Fabbrica Saccardo*, creò al suo interno una ventina di nuovi spazi produttivi, trasformò l'antica centralina in museo e realizzò un nuovo impianto per la produzione di energia elettrica. Il recupero degli stabili e della ciminiera originale si concluse nel 1991. Grazie ai laboratori artigiani, gli immobili hanno potuto conservare la loro destinazione produttiva. Le ricadute positive hanno riguardato anche l'ambiente circostante, grazie agli interventi di pulizia e manutenzione delle opere di canalizzazione delle acque, conseguenti al ripristino dell'impianto per la produzione di energia elettrica.

I piani urbanistici sull'area Lanerossi-Conte sono andati di pari passo col progetto di integrazione urbana e territoriale tra le città di Schio e di Valdagno, elaborato dal *Consorzio per l'integrazione urbana e territoriale di Schio e di Valdagno*, un organismo creato dai due comuni nel 1990 allo scopo di creare una «città-rete» a partire dalla realizzazione di una grande infrastruttura di collegamento tra le due città, il tunnel «*Schio-Valdagno Pass*», inaugurato il 2 luglio 1999, che connette i territori limitrofi separati da un'alta dorsale collinare di questi due centri principali dell'Alto Vicentino, un'area prealpina e pedemontana di 32 comuni e 220.000 abitanti. Con l'occasione, per la valorizzazione dell'enorme patrimonio industriale dell'Alto Vicentino, nel 1999 il *Consorzio* ha dato vita al Museo Territoriale dell'Industria Vicentina (MUTIV), primo nucleo alla *Rete museale dell'Alto Vicentino*, un vero e proprio *open air museum*, imperniato su itinerari, strutture eco-museali e un centro servizi ubicato presso il *Museo della Serica e Laterizia* di Malo, che si è progressivamente esteso, aggregando molte realtà di tutta la fascia pedemontana.

Il patrimonio industriale di Schio e dell'Alto Vicentino è stato oggetto di molti studi e ricerche e di visite, workshop e laboratori didattici sul campo da noi organizzati dal 2002 al 2017 con il Master in “*Conservazione, valorizzazione e gestione del patrimonio industriale*” (MPI) e dal 2008 con gli studenti internazionali del Master Erasmus Mundus, “*Techniques, Patrimoine, Territoires de l'Industrie. Histoire, Valorisation, Didactique*” (TPTI). Nel 2002, sotto la nostra responsabilità scientifica e quella di Gérard Gayot (Université de Lille), si svolse a Schio, Valdagno, Follina e Biella la seconda delle due euroconferenze “*Wool: Products and Markets (13th – 20th Century)*” (la prima si era tenuta nel 2001 in Belgio), in preparazione della sessione sul medesimo tema del XIII International Economic History Congress svoltosi nel 2003 a Buenos Aires. In coincidenza venne allestita l'esposizione itinerante “*Villes lanières d'Europe*”, presentata nel 2002 a Schio, Valdagno, Biella e successivamente a Sedan, Verviers, Eupen, Roubaix, Elbeuf, Terrassa (Barcellona), Crimmitschau, Châteauroux e in altri centri lanieri europei. Nel 2006 Schio e Valdagno furono tappe del tour di una settimana che seguì al XIII Congresso mondiale di The Committee for the Conservation of Industrial Heritage (TICCIH), su “*Industrial Heritage and Urban Transformation*” e “*Productive Territories and*

Industrial Landscape”, svoltosi a Terni e Roma con il nostro coordinamento scientifico e organizzativo.

Progetti e realizzazioni sono sempre stati presentati e illustrati in convegni, conferenze, mostre ed esposizioni organizzati *in loco* o in occasione di importanti iniziative ed eventi nazionali ed internazionali volti a diffondere le buone pratiche nel campo del patrimonio industriale. Così avvenne, ad esempio, dal 2003 al 2005 con il progetto Cultura 2000 “*Working Heritage. A future for historic industrial centres*”, finalizzato a promuovere un confronto di esperienze alla scala europea in materia di conservazione, recupero e valorizzazione del patrimonio industriale. Co-organizzatori del progetto furono English Heritage (lead-partner) per l’Inghilterra; la Direction de l’Architecture et du Patrimoine del Ministero della Cultura e della Comunicazione e la Città di Roubaix per la Francia; la Generalitat de Catalunya per la Spagna; le Città di Schio e di Terni per l’Italia. Al progetto vennero associate Università e Scuole di architettura, nonché organismi nazionali ed internazionali per la salvaguardia del patrimonio industriale, tra cui The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH) e l’Associazione Italiana per il Patrimonio Archeologico Industriale (AIPAI). Per realizzare questo obiettivo vennero individuati alcuni siti di importanza internazionale oggetto di strategie di riqualificazione urbana o di rilancio di processi di sviluppo locale. Nel lavoro sul campo furono coinvolti studiosi, responsabili politico-amministrativi, professionisti, esperti ed operatori economici.

Confrontando le diverse modalità ed esperienze di protezione, valorizzazione e gestione condotte in realtà industriali storiche di diversi paesi, i partners di “Working Heritage” hanno voluto – come negli intenti di questo contributo – identificare gli elementi che hanno concorso al buon esito di progetti di tutela e riuso consapevoli, durevoli e sostenibili in grado di valorizzare l’identità dei luoghi e di favorire lo sviluppo delle comunità interessate.

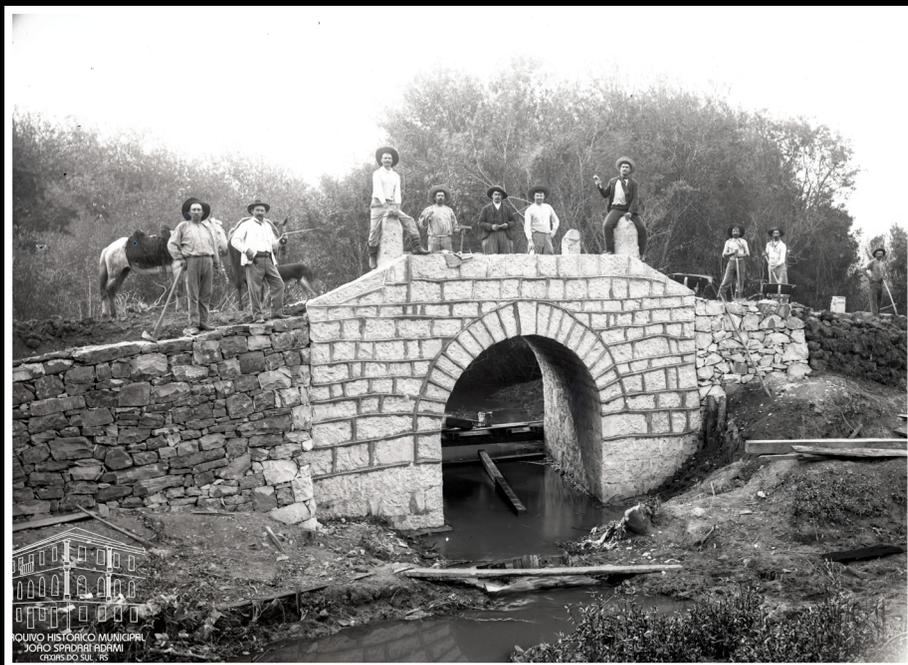
Bibliografia essenziale

F. MANCUSO (Ed.), **Un manuale per “Nuova Schio”** Venezia, 1990.

G. L. FONTANA (Ed.) **Schio e Alessandro Rossi. Imprenditorialità, politica, cultura e paesaggi sociali del secondo Ottocento**, 2 voll., Roma, 1985-86.

- G. L. FONTANA, **Archivi aziendali e archivi privati: il caso del Lanificio Rossi**, “Archivi e imprese”, 4 (1991), pp. 3-17.
- D. SASSI, G. L. FONTANA, **Acqua & lana**, Schio, 1991.
- G. L. FONTANA, **Macchine, fabbriche e paternalismo industriale: due modelli a confronto**, in F. MANCUSO (Ed.), **Archeologia industriale nel Veneto**, Milano, 1990, pp. 20-223.
- G. L. FONTANA, **Mercanti, pionieri e capitani d’industria. Imprenditori e imprese nel Vicentino tra ‘700 e ‘900**, Vicenza, 1993.
- G. L. FONTANA, **Distretti specializzati e grandi imprese nella formazione del sistema industriale vicentino**, in G.L. FONTANA (Ed.), **Le vie dell’industrializzazione europea. Sistemi a confronto**, Bologna, 1997, pp. 495-538.
- G. L. FONTANA, **Le patrimoine industrie, une ressource pour le développement. Le Musèè territorial de l’industrie du Vicentino**, in “Patrimoine de l’industrie/Industrial Patrimony”, 2 (1999), pp. 21-26.
- G. L. FONTANA, **Schio, “Nuova Schio” e il Lanificio Rossi: costruzione e riuso di un caso esemplare**, in “Annali di Storia dell’impresa”, 13 (2002), pp. 153-188.
- G. L. FONTANA, **L’Europe de la laine: transfert de techniques, savoir-faire et cultures d’entreprise entre Verviers, Biella et Schio**, in G.L. Fontana, G. Gayot (Eds.), **Wool: products and markets (13th – 20th Century)**, Padova, 2004, pp. 687-746.
- G. L. FONTANA, **Imprenditori, imprese e territorio dalla prima alla seconda rivoluzione industriale**, in G.L. FONTANA (Ed.), **L’industria vicentina dal Medioevo a oggi**, Padova, 2004, pp. 347-454.
- G. L. FONTANA, G. GAYOT, **L’industrie lainière européenne entre histoire et patrimoine**, in G. L. FONTANA, G. GAYOT (Eds.), **Roubaix-Tourcoing et les villes lainières d’Europe. Découverte d’un patrimoine industriel**, Villeneuve d’Asq, 2005.
- G. L. FONTANA, G. RIELLO, **Seamless Industrialization: The Lanificio Rossi and the Modernization of the Wool Textile Industry in Nineteenth-Century Italy**, “Textile History”, 36 (2005), pp. 168-195.
- G. L. FONTANA, **Formazione ed evoluzione di una città del lavoro: Schio, “Nuova Schio” e l’industria laniera**, “Ricerche Storiche”, 47 (2009), pp. 88, 39.
- G. L. FONTANA, **Schio, il progetto Alta Fabbrica e il museo dell’industria e dell’innovazione**, in Comune di Monfalcone, **Da territori industriali a paesaggi culturali. Percorsi progettuali, esperienze, potenzialità di valorizzazione, riconversione e recupero del patrimonio e dei siti dell’archeologia industriale**, Monfalcone, 2009, pp. 207-214.

- R. BUENO, **Galópolis e os Italianos. Patrimônio histórico preservado a serviço da cultura**, Porto Alegre, 2012.
- V. B. MERLOTTI HERÉDIA, **Processo de industrialização da Zona Colonial Italiana**, 2a ed. ampl., Caxias do Sul, 2017.
- V. B. MERLOTTI HERÉDIA, G. L. FONTANA, **Emigração, industrialização e cultura do trabalho: o caso de Galópolis, primeira indústria têxtil na zona de colonização italiana no Rio Grande do Sul**, “Ricerche Storiche”, 48 (2018), n. 3, **Patrimoni dell’Industria Tra Europa e America Latina**, a cura di G. L. Fontana, pp. 90-112.
- V. B. MERLOTTI HERÉDIA, G. L. FONTANA, **Industrial patrimony and italian immigration in the South of Brazil: the case of Galópolis / RS**, in G. L. FONTANA (Ed.), **Stati Generali del Patrimonio Industriale 2018**, Atti di convegno (Padova, Venezia, dal 23 al 25 ottobre 2018), Venezia, 2020, n. 4. 2.
- V. B. MERLOTTI HERÉDIA, G. L. FONTANA, **Industrial Heritage and Italian Immigration in the South of Brazil**, in A. KARADAG, F. BAIKAL (Eds.), **Industrial Heritage in the Urban Identity and Memory Axis**, IZMIR, 2021, pp. 225-238.
- G. L. FONTANA, **Alessandro Rossi e l’era industriale**, in **Rossi200. Dalla lana al tessuto produttivo**, Schio, 2020, pp. 115-132.
- G. L. FONTANA, A. GRITTI, **Architetture del lavoro. Città e paesaggi del patrimonio industriale / Architecture at Work. Towns and Landscapes of Industrial heritage**, Firenze, 2020.
- G. L. FONTANA, F. MANCUSO, R. MARCHESINI, **Il “Nuovo Quartiere Alessandro Rossi” di Schio: storia e recupero**, in G.L. FONTANA (Ed.), **Stati Generali del Patrimonio Industriale 2018**, Atti di convegno (Padova, Venezia, dal 23 al 25 ottobre 2018), Venezia, 2020, n. 4.1.
- G. L. FONTANA, **Città del lavoro e welfare d’impresa nell’Europa industriale**, in G. FERRARI, **Valdagno nel Novecento. Estetica e cultura della città industriale**, S. Giovanni Lupatoto (VR), 2021, pp. 7-16.



IMIGRAÇÃO, REDES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Aspecto da antiga ponte Cel. Tancredo Feijó, conhecida também como “Ponte Negra”, localizada no bairro Santa Catarina.

Caxias, 1909.

Autoria: Domingos Mancuso.

Fundo Domingos Mancuso.

Doação Francisco Fortuna.

Acervo Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Acordos de *Gemellaggios*: religando tempos e territórios migratórios e (re) produzindo italianidades

João Carlos Tedesco

Introdução

No horizonte da globalização e da sua consequente transnacionalização de múltiplos processos sociais, econômicos e informacionais, tudo parece que ganha amplitude global, e as fronteiras não existem mais, até mesmo os territórios étnicos. A dimensão étnica expressa modos de ser de grupos sociais, os quais, em razão de especificidades regionais dos locais de origem, buscam diferenciar-se, interligar-se a horizontes do passado, apropriar-se de recursos simbólicos (geográficos, simbólicos, linguísticos, etc.), identificar-se e produzir pertencimentos multiterritoriais. Nesse cenário do temor da globalização e da universalização de referências culturais, memórias coletivas e ícones que se ligam a grupos sociais, tornam-se patrimônios imateriais e passam a ser demandados, instituídos, ritualizados e disseminados.

No caso do associacionismo étnico, em particular o italiano espalhado pelo mundo, referenciado aos grupamentos migratórios, tornou-se integrante de sua história no Brasil, fruto de um amplo processo já existente e contextualizado na Itália, sob influência religiosa, política, econômica e assistencial (FRANZINA, 1995; TRENTO, 1989; BIONDI, 2012). Ou seja, o processo migratório trouxe consigo também essa dimensão. Desse modo, há uma história longa que os identifica, tema que já foi abordado por muitos analistas;¹ territorialidades múltiplas, as quais buscavam produzir pertencimentos, identificações, ligações com a pátria-mãe e o local específico de origem de fluxos migratórios, assim como (re)dimensionar determinados processos memoráveis, valorativos e culturais agrupados na dimensão étnica (TRENTO, 1990; FRANZINA, 2011; BERTAGNA, 2006).

Essa longa trajetória histórica associacionista ganhou um novo dinamismo, a partir do final do século XX, com os acordos de *gemella-*

¹ Um aprofundamento sobre o tema pode ser visto em Franzina (1995), Zanini (2006), De Boni e Costa (1984), Siviero (2004), Colognese (2004).

*ggios*² entre municípios do Sul do Brasil, em particular no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, com alguns das regiões do Norte e Nordeste da Itália (Vêneto, Lombardia e Trento). Com eles, revigoraram-se as italianidades – as dimensões que davam conotação de pertencimento étnico, bem como a interligação entre territórios – fazendo com que os negócios, aliados ao fenômeno étnico, passassem a ser dinamizados num cenário de globalização econômica.

Como já mencionamos, os acordos de coirmandades étnicas vêm se desenvolvendo nas últimas três décadas com grande expressão. Esses vínculos históricos de memórias de imigração e de grupos imigrantes em particular, localizados em territórios de origem e de destino transoceânicos, formam e/ou reconformam grupos identitários; reatam tempos e sujeitos, buscando transformar imigrantes em grupos étnicos; reconstituem etnicidades, agregando identificações, valores, sentimentos e práticas consideradas e/ou atribuídas como comuns. Isso tudo permite ritualizar e reatualizar uma memória coletiva da imigração de um grupo, de uma formação dialetal (vicentina, friulana, padovana, trentina, lombarda, piemontesa, dentre outras), além de fortalecer laços étnicos, através de associações que ligam dois territórios, tempos distantes (quase um século e meio), valores culturais com tonalidades localizadas e/ou regionalizadas, a partir do espaço de origem.³

Como essa realidade, vem ganhando corpo na perspectiva étnica e intensifica e reconstrói italianidades; horizontes culturais se ligam no tempo, entrecruzam-se pela institucionalidade dos grupos e dos territórios, além de ganharem formatos variados, em razão da maneira como os grupos étnicos se manifestam e se autopercebem (SEYFERTH, 1993, ZANINI, 2006). Desse modo, entendemos que as etnicidades são construídas (CANDAU, 2011), adaptadas e convencionadas nos tempos em que os grupos as têm como fundamentais; tornam-se armas de identificação, passam a ser e ter *lugares/locais* no cenário global-

² *Gemellaggios* são acordos de cooperação entre dois municípios dos dois países (Itália e Brasil), os quais, a partir de comprovações histórico-genealógicas e dialetais, vinculam imigrantes do espaço de origem e de destino numa dimensão de passados comuns. Esses acordos objetivam desenvolver intercâmbios culturais, possibilidades de ações econômicas, assessorias técnicas, pesquisas históricas; fortalecer a identidade étnica regionalizada; produzir uma ligação histórico-cultural de pertencimento; ligar gerações de descendentes de imigrantes e dos que ficaram no espaço de origem, etc.

³ Há um imenso acervo de estudos que analisam as organizações e correlações de imigrantes italianos no Brasil, com o país de origem e regiões em seu interior, dentre os muitos, estão: Franzina (2011), Corti (2011), Trento (1989), Zanini (2006).

lizado, “expressar performances políticas e econômicas adequadas” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1978, p. 65).

Dito isso de forma introdutória e genérica, nossa análise, de modo panorâmico e sintético, busca identificar alguns dos processos que vêm ocorrendo nas últimas décadas ligados à etnia italiana. Buscamos atualizar alguns dos processos que, nos últimos anos, vêm ocorrendo em torno dos *gemellaggios*, os quais se correlacionam com os festejos étnicos de expressão de italianidades regionalizadas, a partir da pátria-mãe, das festas genealógicas, ou *de famílias* (trancos genealógicos formados a partir da chegada ao Brasil de algum imigrante, em geral, do sexo masculino, de reprodução do sobrenome). Esses rituais fortalecem pertencimentos, constituem memórias coletivas e interligam-se ao passado de lugares, pois se referem a grupos, com um quadro social e cultural baseado no território de origem e no de destino, os quais conformam o referencial étnico.

As festas de família são dinâmicas no Sul do Brasil, nas últimas três décadas. Elas estão correlacionadas aos *gemellaggios*, estão em seu nascedouro, num período de reconfigurações do papel da esfera religiosa no interior das famílias de origem italiana, de pouca significação do parentesco e da consanguinidade, da mundialização da cultura, das sociedades complexas, expressivas dos multipertencimentos, de reconfiguração das italianidades no mundo, dentre outros aspectos do contexto. Os grupos étnicos são variados. Os festejos têm quase as mesmas origens, intenções, ritualidades e mediações.

Figura 1 – Publicidade jornalística de festas genealógicas no Rio Grande do Sul

Túnel do Tempo
Encontros de família



Francesco Lazzaretti (de branco, 1ª fila) recebe os primos Rino e Damiano em São Virgílio, em 1902

Os Kist
Os descendentes brasileiros da família Kist têm encontro neste domingo, dia 22, em Vila Arlindo, a partir das 7h30min, estendendo-se à missa, ao cadastramento de famílias, almoço e confraternização. Contatos, em Vila Arlindo e Vera Cruz (Astor Kist - 51 9911-0709) e Venâncio Aires (Telmo Kist - 51 9201-3066) ou pelo e-mail familiakistfest@gmail.com.

Os Lazzaretti
Oriunda de Vicenza, Itália, a família de Francesco Lazzaretti e Carolina Coaro chegou ao Brasil em 1873, com os filhos Elizabeta, Giocondo e Maria Cecília. Os descendentes desse casal pioneiro preparam o 4º Encontro da Família Lazzaretti, a ser realizado dia 29 de novembro de 2009, em Capela Santo Antônio, Iperá, Gramado. Contatos pelos telefones (54) 3286-0550, com Lácio ou Nete, e (51) 3458-2073, com Itelena.

Os Muxfeldt
Os Muxfeldt, procedentes de Hamburg, Alemanha, têm descendentes praticamente em todo o Brasil. Para confraternização familiar, está sendo organizado o 3º encontro da família Muxfeldt, dia 29 de novembro, no CTG Pelejo Branco, em Tisquari. (Contatos: 51 9994-8447 com Genis; 9402-2050 com Silvia e 9945-3963 com Sandra).

Os Goergen
O 8º Encontro da Família Goergen está marcado para o próximo dia 29 de novembro no Salão Comunitário de Pedras Brancas, interior de Itaquaiara do Leão. A programação se inicia às 8h30min com recepção e café, seguido às 10h de missa, ao meio-dia almoço e a tarde apreciação da árvore genealógica, apresentações diversas, sorteio de brindes e pronunciamento das delegações. Informações sobre o evento podem ser obtidas com Fátima Goergen, Cristiani pelos telefones (51) 3789-1220 e 3789-1501.

Fonte: Jornal *Zero Hora*, Porto Alegre, 21 nov. 2009, p. 44 – coluna Túnel do Tempo

Em termos de recursos de pesquisa, tivemos oportunidade de, em janeiro e fevereiro de 2019, estagiar como professor visitante na Universidade de Verona (Itália) e, nessa oportunidade, revisamos a literatura; visitamos municípios nas Províncias de Vicenza, Belluno, Trento e Treviso (Norte e Nordeste do país), os quais possuem *gemellaggios* com municípios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Nesse sentido, atualizamos nossos estudos anteriores, em torno da mediação e dos sentidos dados a essas associações e vinculações históricas, étnicas e territoriais; os resultados disso; os rituais promovidos, as delegações que viajam de um país para outro; a imigração de brasileiros para a Itália, essa demandada e tutelada por esses acordos, dentre outros processos.

Na mesma maneira, continuamos atualizando nossos estudos em espaços dos dois estados já mencionados com pesquisa de campo, entrevistando responsáveis pelos acordos, no sentido de perceber as justificativas, a fundamentação histórica, os resultados, as expectativas,

os rituais de sobreposição étnica nos municípios onde ocorrem que, em geral, os *gemellaggios* promovem, participando por ocasião do ritual institucional de assinatura de dois acordos em municípios no norte do Rio Grande do Sul, em 2019, dentre outros aspectos. A pandemia não nos permitiu, em 2020 e 2021, dar sequência ao contato de campo no Sul do Brasil para atualizarmos informações; obtivemos apenas algumas delas por telefone e *e-mails* com representantes de entidades mediadoras, responsáveis por acordos de *gemellaggios* e/ou Pactos de Amizade em municípios no Norte e Nordeste do Rio Grande do Sul, porém vimos que o momento que estamos vivendo também fez recrudescer ações, contatos, intercâmbios e acordos entre os municípios com *gemellaggios* firmados.

Desse modo, nossas fontes são: pesquisa de campo nos dois países, leituras de jornais em que matérias são produzidas sobre os acordos, saídas e chegadas de delegações dos dois países para viabilizar a ritualidade deles; as produções de cunho histórico e cultural que são elaboradas para legitimar e fundamentar os Pactos de Amizade e, posteriormente, os *gemellaggios*; além disso, fazemos uma revisão de literatura sobre memória coletiva e a constituição de identidades étnicas e contatos informais com pessoas responsáveis pelos acordos. A temporalidade que definimos se dá a partir da década de 90, do século XX, em razão da intensificação dos processos de globalização e da ampliação e do fortalecimento de acordos de municípios coirmãos entre Brasil e Itália.

Partimos da hipótese de que, nesse contexto histórico de temor de perdas culturais, etnicidades (no caso de expressão das italianidades), buscam se redefinir e/ou são reconstruídas, a partir de seus horizontes específicos do lugar e, nessa ampliação, novos significados são impressos, os quais promovem resistência frente aos mecanismos econômicos e culturais da globalização, com suas concepções de universalismo, homogeneização, desnacionalizações, sobreposição econômica e tecnológica, dentre outros.⁴ No interior dessa esfera étnico-cultural, dimensões econômicas são intencionadas. Na Itália, na década de 80, do século XX, intensificaram-se ações políticas das regiões (Vêneto, Trento, Lombardia, por exemplo), em busca de sua própria identidade, e isso foi estendido ao antigo horizonte imigratório italiano. Isso ficou muito evidente com as inúmeras instituições que

⁴ Sem podermos adentrar no tema, indicamos leituras de Ianni (1996) e Sassen (2008).

surgiram a partir daí identificando-se regionalmente, principalmente no Sul do Brasil.

Primeiramente, organizamos o texto analisando alguns aspectos que constituem e ritualizam a memória coletiva de grupos; posteriormente, comentamos alguns dos processos históricos e institucionais que vêm produzindo irmandades étnicas regionalizadas, identificações de italianidades com a intenção de fortalecer, *all’Estero*, uma memória coletiva de cunho étnico. Na parte final, adentramos com mais ênfase na dinâmica dos acordos de *gemellaggios*, com a intenção de demonstrar seu dinamismo, alguns dos elementos que os embasam, sua correlação com as possibilidades de otimização de negócios num mundo globalizado e as redes transnacionais e institucionais que os viabilizam.

Pertencer em tempos e espaços variados

A ideia de pertencimento é muito significativa para a memória coletiva, pois carrega consigo a necessidade de ancorar o grupo/comunidade a algo que dê garantia de continuidade, de eternidade, tanto para o futuro, quanto para o passado. Desse modo, a memória coletiva é caracterizada por um intenso componente afetivo-grupal (SANTOS, 2003; BOSI, 1994, 2003). O pertencimento nasce da estreita interação e seu conseqüente intercâmbio de experiências entre os membros do grupo (NAMER, 1986). Mitos, genealogias, contos populares, tradição oral, etnicidades são manifestações de criações e de contextualizações sociais e, obviamente, temporais (HALBWACHS, 1990). Há a necessidade histórica de recontextualizações como processo geral da memória social, para ganhar significados mais amplos. A cultura camponesa (*contadina*), os cantos populares, os dialetos, a gastronomia, os eventos religiosos de manifestação de crenças populares (mediados ou não pela institucionalidade religiosa) são dimensões de base da força do pertencimento.

Diz Candau (2011, p. 73) que a “memória coletiva não é outra coisa que a transmissão a um grande número de indivíduos, lembranças de um homem só, ou de alguns homens, repetidas e frequentemente reprisadas”. Segundo o autor, há uma multiplicidade de causas que originam um ato de memória e, por isso, as memórias coletivas nem sempre são unívocas. Ao convivermos socialmente, vamos formando lembranças, ampliando nosso acervo de comunicação e formando nossa cultura, nossa identidade, consciência *de...*, construindo alteridades,

definindo fronteiras (o *nós* e os *outros*) e ritualizando tempos, fatos e situações que nos promovem reconhecimento étnico, pessoal, social e cultural.

Esse vivenciar de proximidade e de agregação identitária requer, também, ritualidades expressivas, pertencimentos, identificações, exigências de manifestação coletivas, *habitus* social, comemorações, festejos, representações objetais e simbólicas. Produzimos muito disso em nosso cotidiano e promovemos rituais mais amplos e agregativos de grupos em momentos especiais, em eventos que se seguem, mas que ganham noção de tempos e situações especiais. Os *gemellaggios* expressam bem isso, pois estão em correspondência com tempos comuns, atos coletivos (ficar, migrar, destino, local de origem), origens comuns, falas comuns, crenças comuns, espalhadas no tempo e no espaço e que objetivam se reencontrar para reconfigurar uma memória coletiva, em torno do fenômeno étnico, reconstituído em tempos variados e em seu dinamismo do contexto histórico.

Para haver essa expressão social, a memória é necessária; ela é uma grande mediadora, mas que se alimenta de e demanda eventos, situações, narrativas, rituais, ilustrações, etc. Os eventos de memória de cunho étnico, por exemplo, são símbolos, representações culturais da lembrança que possuem eficácia, capacidade de evocação, agregação e de coesão (WOORTMANN, 1994). Nesse sentido, as festas de família (de sobrenomes), por exemplo, ainda que fragmentadas temporalmente, as festas de cunho religioso, os rituais culturais em torno da gastronomia, de expressão dialetal, dentre outras, são manifestações públicas disso.

O poder evocativo e simbólico do evento de memória não se dá no sentido da representação do passado, mas do/no que pode produzir temporal, cotidiana, cultural e significativamente no presente. Por isso, presente e passado são horizontes mediados, são ligados por rituais e por símbolos narrativos. O rastro do tempo e das vivências em identificação grupal intenciona refletir e dialetizar presença e ausência, simbolizando intenções e desejos de exteriorização e não apagamento. A festa é um rastro, é uma marca que revela tensão da memória, ou seja, a presença do presente que se lembra de um passado desaparecido e que, ao relembrá-lo, também adquire a consciência de seus limites efetivos no próprio presente (GAGNEBIN, 1998). A presentificação de algo significativo revela desgaste, substituição, nostalgia, sentimento

de perda, limites que o tempo e as concepções sobre o mesmo ou o pragmatismo da vida cotidiana se encarregam de produzir desgaste e/ou apagamento, por isso seu imperativo, sua necessidade e dinamismo nos tempos atuais.

As festas de família e as homenagens presentes em situações de recordação “costuram”, simbolicamente, objetos, discursos, tempo, espaços, fatos, que manifestam trajetórias; mitos fundadores; valorizações de grupos (WOORTMANN, 1994; RIBEIRO, 2002). É nesse sentido que a festividade, o comemorar e o reencontrar memórias vividas exemplificam experiências temporais em interação e identidades valorizadas, porém, em geral, pouco historicizadas e contextualizadas (LUCENA, 1999). A memória familiar e de grupos étnicos, em momentos festivos, cria condições para o cruzamento de temporalidades e para o testemunho da História. Além disso, localiza no tempo e no espaço raízes e ações que o presente e o passado remoto não valorizam, como é o caso do parentesco, da consanguinidade de famílias extensivas, da centralidade religiosa da vida nas colônias, das migrações e dos territórios separados e deixados, etc. As migrações internas e a de outro país, os sacrifícios da vida inerentes a essa realidade, o despojamento, o trabalho, a tenacidade e o regramento moral (influência do campo religioso), o orgulho da descendência e a etnicidade construída no passado, etc., isso tudo é composição do ritual agregador de *gemellaggios*, de festejos de reprodução de lembranças vividas por grupos étnicos específicos.

Essa realidade torna-se muito significativa para os grupos sociais e os sujeitos coletivos envolvidos; ela une espaços e tempos, renova a dimensão transfronteiriça da *família* e do pertencimento étnico. Desse modo, as etnicidades transcendem fronteiras nacionais, aliás, baseiam-se nelas para se produzirem; produzem-se comunidades de pertencimento translocais e que criam, através de *gemellaggios* e seus festejos étnicos, ritualidades integrativas.

Figura 2 – Símbolo dos “italianos no mundo”



Fonte: Disponível em: <http://www.cavallaro.com.br/genealogia/gif/logo2.gif&imgrefurl>. Acesso em: 13 jun. 2019.

Muitos dos rituais festivos de expressão étnica dialetizam tradição, modernidade, pragmatismo, obrigações, identificação grupal, velhas tradições e velhos saberes, como se fossem tempos e espaços que se ressignificam e que são transportados de uma situação a outra (RIBEIRO, 2002). Valores simbólicos de hoje tentam dialogar com sociedades do passado e do presente (DUVIGNAUD, 1983). Rituais de celebrações do passado ou algo do passado cotidiano e tradicional, que buscam manter e atualizar significações, expressar relações simbólicas, formatos sociais, hierarquias, performance de grupos étnico-nacionais que fortalecem um sentimento coletivo (WOORTMANN, 1994).

Figura 3 – Propaganda da “Festa Italiana no Município de Marau” – Nordeste do Rio Grande do Sul, de 1º a 3 de junho de 2021



Chama-se a atenção para a questão da identificação de *gemellaggios*, com a frase “A distância que nos une”. Fonte: Prefeitura Municipal de Marau. Gentilmente enviada pela professora Marinilse Marina.

Os festejos étnicos, em particular os *gemellaggios*, demonstram uma genealogia comum, ainda que fragmentada e rompida temporalmente. Há um limite do “para trás” e uma história espaço-temporal também comum (no caso da Itália para o Brasil para descendentes de italianos; o limite do “para frente”, que demonstra fragilidade, desinteresse, desvinculação temporal dialetal, espacial e parental, personificado pelas gerações jovens, pelas famílias que descendem de núcleos de terceira e quarta gerações de imigrantes. Os rituais de etnicidades permitem confrontar o ontem e o hoje, aliás, dizer que o hoje não é igual ao de ontem, ou pelo temor da perda do passado, ou para mostrar processos evolutivos (*progressismo* econômico nem que seja de alguns). É por isso que a memória familiar, enquanto quadro sociocultural, garante uma memória de identidade, de valor grupal, de uma lógica genealógica, de um tempo vivido em grupo, de imagem de uma afetividade particular e normativa, de uma propriedade psíquica e cultural de um grupo, além de simbólica e moral. A memória familiar permite assegurar lembranças, ordens de tempos e de sentidos, imagens vividas em uma sucessão temporal, em relação à significação, aos símbolos, às lógicas de sentido (WOORTMANN, 1994; ECKERT, 1997).

Figura 4 – Informação pública de *gemellaggio* entre um município do nordeste do RS com um da região do Vêneto



Fonte: Disponível em: <https://media-cdn.tripadvisor.com/media/photo-s/0e/a2/ad/82/nova-padua-acordo-de.jpg>, Acesso em: 6 out. 2019.

Para Lowenthal (1998), passado e presente estão unidos e, ao mesmo tempo, separados, porém, coexistem no presente dando a entender o que é um antes e o que é um agora. Essa coexistência se funda numa tensão constante. O passado necessita se sentir como parte do presente, assim como separado deste. A lembrança só se dá pela presença dessas duas dimensões e também se justifica em razão disso. É nessa aproximação e separação de tempos que a memória étnica se localiza e se identifica como memória coletiva. Essa pode se tornar matéria-prima para a reconstituição e a atualização de práticas de parentesco. As noções de proximidade do tempo, de familiaridade, de vivido, de impressão, sucessão do mesmo fato (recorrência), adquirem alto valor simbólico pelo fato de condensarem algumas representações importantes para o passado individual, grupal, comunitário e étnico. E, nesse sentido, a noção de pertencer está presente no significado do objeto de memória, dá firmeza à identidade coletiva e, ao mesmo tempo, serve de testemunho de uma história pessoal ou coletiva de significação intensa (WOORTMANN, 1995; LUCENA, 1999).

Halbwachs (1990) já dizia que a memória tem a característica de operar, quando ligada e referida a aspectos concretos, como, por exemplo, objetos, lugares, pessoas, pontos reais estes passíveis de transfiguração significativa e simbólica, ou seja, ser ou servir de testemunho,

de figuras-chave do processo de reconstrução do passado. Assumir sentido no presente, exprimir a dimensão temporal passada e (res)significar o presente individual e coletivo são papéis dos eventos de memória; sua transtemporalidade e multitemporalidade se justificam, enquanto forem capazes de produzir pertencimento sociocultural aos seus membros.

Italianidades em irmandades: identificações e rituais de memórias coletivas em tempos recentes

Como vimos, festejos étnicos, em particular de núcleos italianos, através de festejos de coirmandades, buscam, da mesma forma que outras associações de longa data e de cunho histórico, dimensionar a “italianità” de seus descendentes (DE BONI; COSTA, 1984; LUCA 1990), reconstituindo processos étnico-culturais e de identificação política com a pátria-mãe e com intencionalidades estendidas na pátria de destino (NORONHA, 2001, TRENTO, 1990).

Autores dizem que houve uma verdadeira explosão de sociedades italianas em São Paulo, entre 1896-1899, com maior centralidade para 1897 (BIONDI, 2012). As agremiações possuíam características regionais marcadas ou demarcadas pela diversidade de membros e de influências regionais (socialistas/clericais, empresários/trabalhadores, monarquistas/republicanos, dentre outros pares opostos), com prevalência não homogênea de seus membros, por vezes, muito diferenciadas e conflitantes, buscando identificação nacional num processo de (re) construção, transformação e pertencimento étnico. Jornais, revistas, folhetos, de e para imigrantes italianos, surgiram em grande quantidade, muitos deles correlacionados a algum tipo de instituição associativa do Brasil ou da Itália, muitas vezes, a partir desta última, com dimensão regionalizada (TRENTO, 1990; BERTAGNA, 2006). Nesse sentido, ao falarmos de italianidade, preferimos falar no plural, em razão de sua não homogeneidade e dos significados.

A política varguista no Brasil, por vários anos, recrudescer o caráter político dos agrupamentos associativos, ligados às italianidades em particular, as que atuavam em grandes centros urbanos e com canais de divulgação (revistas e jornais) (TRENTO, 1990); porém, não significa que tenham sido extintos todos nem atingido a todos por completo; estratégias, redimensionamentos de práticas e de abordagens identificadoras, alterações do contexto histórico brasileiro (dentre elas, industrialização, urbanização, integrações regionais, modernização da

agricultura, etc.) vão também permitir alterações no quadro associativo das múltiplas dimensões das italianidades, principalmente no Centro-Sul do País (COLOGNESE, 2004). As noções de dispersão, diversificação, diferenciação e representação dentre as várias associações étnicas de italianos (em geral, descendentes), pós-período varguista, revelaram sua polissemia, os rituais de afirmação pública e sobreposição étnica, de descendentes de italianos em particular, no campo econômico e político (LUCA, 1990; COLOGNESE, 2004).

Figura 5 – Inauguração de placas de identificação do *Gemellaggio* de Marau/Rio Grande do Sul/Brasil, com Isola Vicentina/Vêneto/Itália e Muehlhausen/Bavaria/Alemanha, em 2 de junho de 2021



Fonte: Disponívem em: https://www.facebook.com/PrefeituraMarau/?ref=page_internal. Acesso em: 6 jun. 2021.

No período em que a globalização econômica e cultural buscou se intensificar no mundo ocidental, no final da década de 80, século XX, pelas pesquisas que fizemos no Sul do Brasil, percebemos que é um contexto de grande afirmação de grupos étnicos e identitários de várias matizes, dentre as quais a italiana; buscou-se constituir uma intensa ritualidade objetivando compartilhamentos de valores culturais comuns e reinvenções de tradições.⁵ As associações se multiplicaram, principalmente em pequenos municípios, os quais ganharam denominações

⁵ Ver, em Hobsbawm e Ranger (1984), uma análise sobre a importância e necessidade que grupos sociais e/ou nações têm de, constantemente, inovar, readaptar costumes. Os referidos autores esclarecem os processos que fazem com que as tradições sejam perenes e/ou alteradas em termos de significações em determinados tempos, ou seja, em suas ritualizações temporais, interesses políticos, de grupos sociais em (situ)ação.

de locais de proveniência de grande parte do grupo de imigrantes,⁶ que saiu da Itália. Elas são criadas com identificação regional (associações vênetas, trentinas, friulanas, piemontesas, lombardas, etc.). É um período marcado pela grande tendência de sobreposição étnica, através da expressão econômica e investimento político, legitimadas pela ótica do mito da expansão econômica, esta, entendida como fruto do trabalho, de valores familiares e da expressão religiosa católica e do local de origem de proveniência dos imigrantes. Passaram a ser criados os institutos ítalo-brasileiros (Comitatos), em geral no campo assistencial e cultural (nesse último, a divulgação da língua) ou na forma de consulados e vice-consulados, em várias capitais e cidades de maior expressão da comunidade de italianos. Desse modo, as etnicidades transcendem as fronteiras nacionais e produzem comunidades de pertencimento trans-locais, com irmandades que imprimem *rituais integrativos* (CANDAU, 2011).

Usa-se com intensidade e politicamente a memória e os referenciais culturais de grupos. Isso serve para momentos de necessidade de forte agregação coletiva, como também para ligar tempos e otimizar pertencimentos no mundo do mercado de bens simbólicos (produtos *típicos*, por exemplo), no horizonte cultural de *territorialidades* (“gli veneti”; “i padani”, “gli italiani nel mondo”). Da mesma forma, as etnicidades são produzidas, inclusive, nos contextos relacionais da imigração, pois seus sistemas simbólicos permitem categorizar identidades, marcar diferenças que lhes dão valor e significados (BAUMAN, 2003). Desse modo, insistimos no fato de que as etnicidades não são estanques, mas um processo relacional que funciona como controle, definição grupal e fronteira; produzem distinções que se reproduzem em diferentes contextos e, por isso, resultam de interpretações de si, socialmente construídas (BAROUH, 1998). Diz Candau (2011, p. 149) que a “atividade da memória que não se inscreve num projeto do presente não tem carga identitária e, com mais frequência, equivale a nada recordar”. Desse modo, os *gemellaggios* buscam desenvolver o espírito histórico e, acima de tudo, o sentimento de continuidade, ou seja, uma irmandade, que permanece ritualizada por dialetos, costumes, crenças materializadas na família, no âmbito religioso, linguístico e do trabalho, “pilares” esses produzidos para os imigrantes, em regiões da pátria-mãe

⁶ Vários municípios novos do período, no Rio Grande do Sul, passaram a ser denominados com identificação do grupo imigrante que se localizou na região (Nova Bassano, Nova Trento, Nova Bréscia, Nova Roma, Nova Milano, Nova Pádua, etc.)

e reproduzidos nos espaços de destino. Regiões delimitadas passaram a ser “territórios étnicos”, redes que se entrelaçam regionalmente, através de comunidades (vênetas, friulanas, lombardas, trentinas...); associações, juntas regionais, círculos, comitatos, pactos de amizade, consulados; COMITES (Comotato degli Italiani all’Estero), federações (representantes de associações); Conferenze (exemplo da “Conferenza Permanente dei Veneti nel Mondo”),⁷ dentre outras. Ou seja, nesse horizonte todo de vínculos regionais, mundializam-se processos identitários e territoriais.⁸ Transcreveremos apenas alguns fragmentos colhidos em entrevistas diretas com membros de associações: “[...], coisas que a gente traz no sangue desde os que saíram da Itália”; “[...] é o sangue italiano que está na nossa origem”; “[...], pra não esquecer da História, né [...], aqui se come, se dança, canta aquelas antigas canções, em italiano, dialeto, né, [...], é bom”; “tem gente aqui que foi para a Itália, têm os que estão se organizando para ir, eu já fui duas vezes [...], tem gente que está fazendo negócios com italianos por aqui, eles vêm pra cá [...], isso tudo hoje ficou mais fácil”. “[...] talvez, com o nosso exemplo, os mais jovens vêm também” (Fragmentos de entrevistas diretas com responsáveis por *gemellaggios* em municípios do centro-norte do Rio Grande do Sul). Nos fragmentos de fala, percebe-se uma narrativa de memórias de origens, suas representações, bem como os elementos que formam os “laços primordiais” (CANDAU, 2011) que fundamentam a etnicidade em questão.

Redes e territorialidades: lugares e tempos entrecruzados

As associações étnicas de descendentes de italianos galvanizam-se e legitimam-se atravessando o Atlântico e vinculando-se na forma de redes, bem como constituem os vários canais oferecidos por grupos regionais da Itália. As associações, principalmente na forma de *gemellaggios*, referenciam-se no passado e (re)produzem uma memória e uma identidade coletiva, ressituidas no tempo e que funcionam como guardiões da memória do grupo territorial de pertencimento (vêneto, lombardo, friulano, etc.). Com isso, ao mesmo tempo em que se busca

⁷ Essas são desenvolvidas em vários locais no mundo, se fragmentam em macrorregiões como a América Latina, ou, então, a América do Sul, na Austrália, no Sul da África, na Europa, etc., ou seja, demonstram uma grande rede entrelaçada territorialmente por fatores regionais e étnicos que, também, se mundializam.

⁸ Segundo Colognese (2004, p. 62), havia no Brasil, no final dos anos 90, 1.400 associações étnicas de italianos, com grande centralidade em São Paulo e no Rio Grande do Sul.

cristalizar tempos, são revigorados os grupos e se permite o trabalho da memória, ou seja, de presentificar passados que ao presente interessa e/ ou significa. Nos seus rituais, os *gemellaggios* desenvolvem o espírito de pertencimento histórico, de continuidade de tempos, ligando gerações e constituindo memória de uma comunidade afetiva.

É por isso que sentir-se *pertencendo* carrega uma simbologia que une indivíduo a uma totalidade histórico-cultural e temporal de longa duração, de memórias fortes, como é o caso da separação pela emigração e a “recostura” histórica e de costumes que busca se evidenciar e justificar os acordos de irmandades étnico-territoriais e dialetais. Isso produz aquilo que Candau (2011, p. 87) chama de “qualidade associativa e emocional”, ou seja, que materializa aquelas representações que são centrais na configuração do grupo identitário, as quais se esforçam para eternizar o passado e dimensionar a nostalgia de um passado idealizado (genealogias, dialetos e tradições expressam isso). Esse “fundo comum de memória” (CANDAU, 2011), constituidor de memória étnico-coletiva, de uma forma ou de outra, envolve contextos históricos, representações, simbologias, espaços multiétnicos que se tornam territórios de um grupo étnico, associações/agremiações mediadoras, acervo linguístico, adesão afetiva ancorada em alguns pontos comuns, o mais importante de todos é o dialeto do grupo.

Figura 7 – Placa localizada no município de Longarone – Itália – expressando a coirmandade (*Gemellaggio*) com Urussanga – sul de Santa Catarina



Fonte: Foto gentilmente cedida pelo professor da UFFS José Carlos Radin, em 27/5/2021.

A memória étnica passa a atuar na construção, na alimentação e no fortalecimento da identidade.⁹ Os vínculos com a Itália passam a ser mais amplos; estão presentes a dupla-cidadania, os cursos de Língua Italiana, as excursões e os intercâmbios entre os dois países. Assim, os encontros de troncos de família passam a se disseminar por vários municípios do Sul do Brasil e, para isso, intensificam-se as buscas de genealogias na Itália; escritórios são montados, tanto na Itália quanto no Brasil, para viabilizar essa intermediação, bem como os contatos inter-regionais entre os dois países são ampliados e identificados, historicamente. Desse modo, recursos de memória se entrecruzam com os da identidade, reforçando-se mutuamente (CANDAU, 2011) e dando conteúdos ressignificados a uma coletividade, como uma qualidade de agrupamento emocional, esforçando-se para eternizar um tempo passado (local de origem dos antepassados, emigração, vida na colônia, o trabalho aliado ao sacrifício e aos limites). Assim, esses conteúdos ressignificados e comemorados pelos *gemellaggios* tendem a desenvolver nos grupos de hoje “espírito histórico e o sentimento de continuidade” (CANDAU, 2011, p. 147), um projeto de integração e de unidade étnica de tempos e territórios diferenciados e distanciados. Para isso tudo, busca-se uma memória de acontecimentos, eixos temporais, lugares de memória para evidenciar os coletivos (grupos, associações, círculos, comitatos, *gemellaggios*, etc.) para representar, sentir-se pertencendo e, com isso, ritualizar o fortalecimento como grupo identitário (HALBWACHS, 1990), produzindo, com isso, um *capital memorável de lembranças* compartilhadas (CANDAU, 2011), que reconfigura e representa uma memória coletiva. No caso específico dos *gemellaggios*, eles passam, então, a redefinir alguns processos que ligam tempos, sujeitos, fatos (migração) e territórios. Nesse horizonte relacional, eles coroam um processo histórico e imprimem novas ações e possibilidades em meio a outros referenciais associativos e de vínculos institucionais de caráter étnico de italianos, no início do século XXI. São, em geral, desenvolvidos por esferas políticas e religiosas (prefeituras/prefeitos, empresas, instituições consulares, representações associativas, Igreja católica).

⁹ Não temos condições em razão do espaço para adentrar nas questões polêmicas em torno da noção de identidade. Indicamos algumas fontes, nas quais o tema é centrado: Candau (2011), Seyferth (1993), Santos (2004), Zanini (2006).

Figura 8 – Presença do governador do estado por ocasião da assinatura do *gemellaggio* entre Nova Roma do Sul e Cavaion Veronese (Itália), em 2016



Fonte: Foto de Luiz Chaves/Palácio Piratini-RS.

Desse modo, os *gemellaggios* colaboraram para produzir ligações históricas com o processo migratório, integrações, duplo pertencimento, vínculos e laços históricos; numa tentativa de expressar o amor pátrio ao *bel paese*, desenvolvem-se a simbologia do “sangue italiano que corre nas veias”; a dimensão da “origem”, do passado idealizado; o sacrifício do vivido nesse passado e sua redenção atual; a possibilidade de religar tempos, sujeitos e espaços. Há uma espécie de produção de uma *comunidade imaginada* (ANDERSON, 2008), alimentada pela dimensão afetiva, por partilhas emocionais, rituais de pertencimento, produção da dimensão simbólica valorativa.

É o reconhecimento que temos pelos imigrantes e descendentes que estão lá no Brasil, que fizeram sua vida lá e hoje nos permite fazer o que não foi possível em mais de 100 anos, ou seja, mostrar que temos uma origem comum. [...]. Podemos com isso criar situações de intercâmbio, de comércio, de ver o que um necessita e o que o outro tem para oferecer [...]. Com os *gemellaggios*, um tem mais confiança no outro (Entrevista direta com um responsável de um *gemellaggio* com um município do norte do Rio Grande do Sul, jan. 2019).

A concessão da dupla-cidadania e a conseqüente emigração de brasileiros para a Itália, nas últimas duas décadas, surgem nesse contexto,¹⁰ ou seja, desenvolvem-se no interior de uma lógica econômica

¹⁰ Sobre a cidadania italiana e seus efeitos transnacionais, ver Tintori, G. *Fardeli d'Italia. Conseguenze nazionali e transnazionali delle politiche di cittadinanza italiane*. Roma: Carocci, 2009; sobre os efeitos e requisitos da dupla-cidadania na sociedade italiana e externa, ver também, ZINCONI, G. (a cura di). *Familismo legale: come (non) diventare italiani*. Roma-Bari: Laterza, 2006.

que se alimenta por um horizonte étnico-cultural e/ou *irmandades* histórico-territoriais¹¹ (os *oriundi*, ou os *de origem*), produzindo novas representações, fronteiras culturais, tradições e funcionalidades econômicas. Em entrevista com o secretário da cultura do Município de Pordenone, Nordeste da Itália, ele nos disse que “o gemellaggio que fizemos [...] nos deu muita esperança de unidade entre nós. Temos histórias comuns do passado e que não podem ser esquecidas. [...]. Há negócios em processo [...], imigrantes estão aqui também, muitas enfermeiras que cuidam de nossos idosos aqui. [...]. Não temos que ter mais fronteiras entre nós [...], somos todos italianos, todos vênets” (Entrevista, jan. 2019).

Dessa forma, os *gemellaggios* vêm ao encontro desse dinamismo que reconfigura as oportunidades econômico-mercantis dos mercados globalizados; produzem também nichos de mercados que se alimentam por justificativas étnicas, irmandades constituídas num período histórico apropriado e que podem produzir funcionalidade aos sistemas de mercado atuais. Desse modo, tradições, identificações histórico-culturais de grupos e locais de origem e de destino interligam-se para desenvolver pré-condições para a dinâmica das trocas, dos negócios, das parcerias e dos investimentos econômicos. Os *gemellaggios* fazem frutificar isso na mesma proporção de sua quantificação. No Rio Grande do Sul, havia 70 acordos de cooperação até junho de 2019, acrescidos ainda de “pactos de amizade” entre municípios dos dois países. Mais de 30 *gemellaggios* são acordados, especificamente, entre municípios do Rio Grande do Sul, em particular na sua parte centro-norte, com a região do Vêneto na Itália.¹² A Igreja católica, as associações políticas e as de representação étnico-regional¹³ dão a legitimidade e a concretude aos acordos, os quais, em geral, começam a se desenhar na dimensão do *Patto di Amicizia* e, aos poucos, ganham corpo e se transformam em acordos de cooperação (*gemellaggios*). Representantes da Igreja católica passam a

¹¹ Num jornal da Itália, lemos a seguinte manchete: “Seren e Marau, nas veias, o mesmo sangue” (Jornal *Correire delle Alpi*, 14 novembro de 2012, p. 30). No texto narrativo, algumas passagens são significativas nesse sentido: “A colaboração recíproca é importante e é melhor cultivar com o Brasil porque é como estar em nossa casa”, Prefeito Loris Scopel de Seren del Grappa, em discurso oficial por ocasião da assinatura do acordo em seu município, com a delegação de Marau.

¹² Informações obtidas no Consulado Italiano de Porto Alegre, em abril de 2019.

¹³ Esses são vários e, comumente, representam do nível regional/local até os de ordem internacional da região específica até a representação dos vênets no mundo, bem como de entidades que representam todas as associações de um referido país, em correlação com as da Itália.

ser fundamentais, pois interligam credos, princípios caros à instituição, como é o caso da família, do trabalho, do parentesco, dos vínculos com sua presença no passado junto aos imigrantes, etc. Eles estão muito presentes em festas étnicas e genealógicas que se desenvolvem no Sul do Brasil, em regiões de intensa presença de descendentes de italianos.

Por ocasião de um dos acordos que participamos, um dos responsáveis disse em seu discurso que, “[...], além dos possíveis elementos econômicos, há a possibilidade de estreitar a união levando em consideração as tradições e culturas que entre nós são semelhantes. [...]. Temos a mesma raiz, falamos o dialeto nosso [...], com isso podemos fazer negócios e reproduzir a nossa cultura” (Gravação efetivada por ocasião de um acordo de *gemellaggio* em um município no norte do RS).

Dessa forma, percebe-se que as noções de comunidades/irmandades transnacionais e de proximidades são importantes para tornar legítimo o espaço da memória. Há alguns pré-requisitos para viabilizar os *gemellaggios*, dentre os principais, é que haja comprovação de fluxos migratórios de determinadas regiões da Itália para a referida região e/ou, particularmente, para o atual município, isto é, que haja descendentes desses imigrantes. É necessária também a existência prévia de associações e que seja comprovado que elas “promovem a valorização e a manutenção da cultura italiana”, pessoas que “saibam falar a língua e que conheçam o dialeto. No campo econômico, “pessoas interessadas em fazer negócios, parcerias, intercâmbios, trocas de conhecimento, assessoria técnica, importação/exportação de produtos”; no campo cultural, “desenvolver o relacionamento entre as famílias, para que sejam mantidas a cultura e as tradições das nossas populações”, além do “benefício de estudantes e de trabalhadores de ambas as cidades que poderão estudar em universidades vinculadas, ou mesmo trabalhar, temporariamente, em áreas afins com seus objetivos”. O que mais é evidenciado, em todos os acordos é a obrigação de expressar o desejo “de sempre manter viva a ligação dos descendentes com seu país de origem”, viabilizar a “troca de experiências de práticas bem-sucedidas aqui e que podem ser implantadas na nossa futura cidade irmã e vice-versa”.¹⁴

Nas narrativas em jornais, nos discursos por ocasião dos acordos, nas entrevistas que fizemos com representantes e/ou encarregados dos municípios pelos *gemellaggios*, vimos que há um forte traço no

¹⁴ Fragmentos de textos dos documentos de *gemellaggios* colhidos em pesquisa de campo.

âmbito econômico de italianos no espaço local, do passado histórico, da necessidade e da possibilidade de unir tempos, territórios e pessoas. “[...]. Gemellaggios devem ser feitos *com os filhos da mesma mãe*”; “É a coroação de um sonho cultivado há muito tempo naquela comuna [...], onde centenas de imigrantes provenientes do Vêneto fundaram cidades e exerceram atividades comerciais e industriais com sucesso”; “*são duas famílias que voltam a se reunir após 137 anos*” (Fragmentos de entrevistas diretas com responsáveis por *gemellaggios* no norte e nordeste do Rio Grande do Sul, grifo nosso).

Em nossas pesquisas na Itália, vimos que há imigrantes brasileiros tutelados pelos *gemellaggios* e que, em janeiro e fevereiro de 2019, atuavam em setores vinícolas, no campo da saúde, principalmente na enfermagem em hospitais e em casas de atendimento a idosos; vimos muitos no setor agrícola, em geral na produção de leite, em setores industriais, como é o caso do trabalho com mármore e na viticultura. Diz um empresário que emprega brasileiros numa pequena cidade da província de Vicenza que “è uno riconoscimento formale da parte del comune di Isola Vicentina di imprese, aziende, realtà produttive, liberi professionisti ecc. *interessate a costituire, determinare e consolidare attività di collaborazione, franchising, joint-venture, partenariato, ecc.*” (Entrevista direta, grifo nosso).

Nessa questão da imigração, há, na Região do Vêneto, por exemplo, o denominado *Vêneto Community*. É um projeto que agrega forças e representações de várias ordens, no sentido de valorizar e fortalecer a chamada *cultura veneta al Estero*, ou seja, que objetiva manter e facilitar o retorno e a inserção no território do Vêneto aos cidadãos italianos emigrados; garantir a manutenção da identidade vêneta e melhorar o conhecimento da cultura de origem, “[...], organizar processos de equilíbrio entre oferta e demanda de trabalho na referida região;¹⁵ “retorno facilitado para nossos descendentes de emigrantes no Vêneto, agregar redes associacionísticas dos emigrantes vênets, auxílio-casa para todos os que vêm do estrangeiro”.¹⁶ “Vênets solicitam a viva voz a disponibilidade de mão de obra em suas empresas”.¹⁷ Diz o Presidente do Comitato Vicentini nel Mondo, “em vez de buscar em outro lugar, isso de fazer retornar nossa gente é não só um nosso dever moral, mas

¹⁵ Sobre as especificidades do Projeto em seus vários temas. Disponível em: www.consiglio-veneto.it/leggi/2003.

¹⁶ Assessor Zanon, in: *Vicentini nel Mondo*, a. 52, n. 4, p. 8, abr. 2004.

¹⁷ Revista *Vicentini nel Mondo*, ano XLVIII, n. 9, p. 7, jan. 2001.

também um modo de haver nas nossas fábricas mão de obra”.¹⁸ Em nome de “estreitar os laços com os vênets no mundo”, ou mais precisamente, “il Veneto ai veneti”, dinâmicas do mundo do trabalho na Itália poderão ser otimizadas pela presença de imigrantes tutelados.

Enfim...

Percebemos que as identidades étnicas tornam-se “(trans)temporalizadas”, o associacionismo italiano segue em seu curso histórico reconfigurando italianidades, porém, não como um fenômeno isolado, mas na dinâmica da sociedade global. O formato e os sentidos dos *gemellaggios* demonstram os vínculos entre territórios e sujeitos sociais e econômicos; imprimem certo pragmatismo no discurso voltado ao campo econômico, em particular, comercial, técnico e de serviços, porém, alimentado pela seiva do passado, da velha imigração e da irmandade étnico-territorial; revelam laços históricos reconstruídos, que encontram e justificam a existência de pontos comuns, em geral, nos antigos e sempre existentes horizontes associativos, valores da *origem italiana*, os quais se renovam em termos de vínculos e externalidades (intenções localizadas no tempo e no espaço), mas reproduzidos como se fossem significados perenes. Os *gemellaggios* exigem vínculos e redes de pertença históricas, essas fundadas na relação entre o espaço de origem e de destino, na necessidade da presença de genealogias transnacionais, as quais redefinem valores e características atribuídas e necessárias aos grupos, para que se sintam em pertença e possam dinamizar as simbologias que reconfiguram no tempo as italianidades.

Os *gemellaggios* necessitam de laços históricos; estes são reconstruídos por gerações que viveram em regiões distanciadas pela geografia e pelo tempo, mas que encontram e justificam a existência de pontos comuns, em geral, nos antigos e sempre existentes horizontes associativos, os quais se renovam em termos de vínculos e externalidades, mas são reproduzidos como se fossem significados perenes. Por isso, eles (*gemellaggios*), na dimensão da coirmandade, renovam sentidos da emigração, renovados pelas gerações outras (em geral, bisnetos e trinets); potencializam um olhar nostálgico dos descendentes de imigrantes para o passado, porém intensificado pela imigração que deu certo, ou seja, ao imigrante referenciado e como redenção ao sofrimento e à penúria do passado; demonstram que as etnicidades são

¹⁸ *Il Giornale di Vicenza*, p. 3, 21 fev. 2019.

dinâmicas, recriadas com traços de pertença que possibilitam revigorar grupos, rituais e narrativas.

Com os *gemellaggios* torna-se possível buscar raízes de uma árvore mais do que centenária, permitem encontrar vestígios e marcas que identificam grupos, nas suas várias formas de ações e manifestações alimentadas pela seiva ressemantizada por noções de “origem” e “sangue italiano”. Essas comunidades transnacionais de cunho étnico revelam um “esforço para ajustar o passado aos jogos identitários do presente”, como diz Candau (2011, p. 172), bem como buscam encontrar formas de gestão selecionada do passado no presente, com as múltiplas intenções que ela carrega. Entendemos que os rituais são importantes para alimentar a dimensão étnica e, com isso, as identidades se reconstróem. Desse modo, os *gemellaggios* ritualizam e reatualizam a memória coletiva de um grupo.

Referências

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

BAROUH, Simon. **Dynamiques migratoires et rencontres ethniques**. Paris: L'Harmattan, 1998.

BAUMAN, Zigmund. **Comunidade**: a busca de segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BERTAGNA, Federica. **Una pátria di riserva**: l'emigrazione fascista in Argentina. Roma: Donzelli, 2006.

BIONDI, Luigi. Mãos unidas, corações divididos. As sociedades italianas de socorro mútuo em São Paulo na Primeira República: sua formação, suas lutas, suas festas. **Tempo – Revista do Departamento de História da UFF**, n.1, jul., 2012. Full-text **online Journals**. Online Library.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

COLOGNESE, Silvio Antônio. **Associações étnicas de italianos**: identidade e globalização. São Paulo: Itália Nova Editora, 2004.

CORTI, Paula. Le dinamiche dell'italianità nella storia delle migrazioni nazionali. **Rivista Passato e Presente**, Roma, n. 12, p. 87-100, 2011.

- DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. **Imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/EDUCS, 1984.
- DUVIGNAUD, J. **Festas e civilizações**. Fortaleza: UFCE, 1983.
- ECKERT, C. Saudade em festa e a ética da lembrança. **Estudos Feministas**, n. 1, p. 182-192, 1997.
- FRANZINA, Emílio. **Gli italiani al Nuovo Mondo**. Milano: Mondadori, 1995.
- FRANZINA, Emílio. **La patria degli italiani all'estero**. Bologna: Il Mulino, 2011.
- GAGNEBIN, J. M. Verdade e memória do Passado. **Projeto História**, São Paulo, n.17, p. 213-221, 1998.
- HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective**. Paris: PUF, 1990.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- IANNI, Otávio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, São Paulo, n. 17, p. 63-201, 1998.
- LUCA, Tania Regina de. As sociedades de socorros mútuos italianos em São Paulo. *In*: DE BONI, Luis Alberto (org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre/Torino: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. p. 148-162. v. II.
- LUCENA, C, T. **Artes de lembrar e de inventar: (re)lembranças de migrantes**. Belo Horizonte: Arte e Ciência, 1999.
- NAMER, G. **Mémoire et société**. Paris: Méridiens-Klincksieck, 1986.
- NORONHA, João Fábio. **O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira Editora, 1978.
- RIBEIRO, C. M. P. J. **Festa & identidade: como se fez a Festa da Uva**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.
- SANTOS, M. S. dos. **Memória coletiva & teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.
- SANTOS, Miriam de Oliveira. **Bendito é o fruto: Festa da Uva e identidade entre os descendentes de imigrante italianos de Caxias do Sul/RS**. 2004. Tese (Doutorado em...) – PPGAS/Museu Nacional, UFRJ, 2004.

- SASSEN, Saskia. **Una sociologia della globalizzazione**. Torino: Einaudi, 2008.
- SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 91, p. 31-63, 1993.
- SIVIERO, Ivone Bigolin. **Reatando o elo com a Itália**. Chapecó: Argos, 2004.
- TINTORI, Guido. **Fardeli d'Italia**: conseguenze nazionali e transnazionali delle politiche di cittadinanza italiane. Roma: Carocci, 2009.
- TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989.
- TRENTO, Angelo. La stampa periodica italiana in Brasile – 1865-1915. **Il Veltro – Rivista della Civiltà Italiana**, XXXIV, n. 3, p. 301-315, maio/ago. 1990.
- WOORTMANN, E. Árvore da memória. **Anuário Antropológico**, Brasília, n. 92, p. 113-131, 1994.
- ZANINI, Maria Catarina. **Italianidade no Brasil Meridional**: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria/RS. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2006.
- ZINCONI, Giovanna (a cura di). **Familismo legale**: come (non) diventare italiani. Roma-Bari: Laterza, 2006.

La inmigración europea en Uruguay: los italianos como impulsores del desarrollo (1870-1914)

Alcides Beretta Curi

Un aspecto particular de análisis, corresponde al rol de esa inmigración en la formación de élites empresariales y cuadros de productores innovadores en estos países. Del mismo modo, una atención a la conformación de los círculos empresariales, focaliza el aporte de la inmigración europea en los procesos de constitución, desarrollo y consolidación de las organizaciones corporativas del empresariado.

La región y las redes de inmigrantes

Los movimientos migratorios europeos hacia la América Latina han sido visualizados en general como itinerarios que, desde los puertos de origen tienen por destino otros definitivos, en el Nuevo Mundo. Sin embargo, a partir de estos puntos de llegada, se procesaron movibilidades diversas, a veces tan intensas, que no es inapropiado considerar que los inmigrantes llegaron a la región. Una región que desde San Pablo y Rio de Janeiro se extiende hacia Rio Grande del Sur para prolongarse en Uruguay, el litoral argentino y parte de la región pampeana, abarcando alrededor de 1,5 millones de km². El espacio más denso se organizó en torno a las dos capitales-puertos del Plata y fue vertebrado parcialmente por los ríos que conducen al estuario platense. Muchas de las redes sociales previas, construidas en Italia, se recrearon y rearticulaban en ese espacio, superando las fronteras.

Se viajaba a Rio, a Montevideo o al gran atractivo del sur, Buenos Aires. El destino era Brasil, Uruguay, Argentina: no importaba. Además ¿qué significaban Uruguay, Argentina o Brasil? Un vasto escenario, donde las fronteras presentaban un grado de permeabilidad asombroso. Las oportunidades laborales, las oscilaciones de los salarios, las perspectivas más atractivas de ciertas regiones o ciudades, los efectos más pronunciados de las crisis económicas, o la inestabilidad en los negocios consecuencia de las agitaciones políticas, revoluciones y guerras civiles, fueron factores que incidieron en abandonar radicaciones y proceder a nuevos desplazamientos.

Numerosas son las historias personales que iniciaron itinerarios en los puertos de ingreso de la región, puntos donde eslabona el mundo de relaciones y fuertes vínculos de la comarca o el pueblo de origen, con la *nueva tierra*. Es posible advertir, a partir de la correspondencia que se exhuma y de los testimonios de protagonistas o sus descendientes directos, que existía una *acondicionada carretera* para el tránsito de las relaciones vinculares entre los inmigrantes residentes en Brasil, Argentina y Uruguay y que les permitió, con una frecuencia superior a la imaginable, realizar una afanosa búsqueda del lugar ideal para asentarse definitivamente.

En esta vasta región se registraron procesos de formación de mano de obra, experiencias laborales diferenciadoras, actividades productivas que favorecieron la acumulación de capital. Así, quienes jóvenes se formaron como artesanos en Rio Grande del Sur o en Montevideo, encontraron oportunidades para finalizar sus trayectos laborales en Buenos Aires u otro punto del litoral argentino, instalando un taller artesanal o una pequeña industria. En el caso concreto de Montevideo, no sólo recibió artesanos y agricultores italianos, sino también otros que llegados muy jóvenes –acompañando a sus padres – realizaron aprendizajes en otras partes de la región para instalarse definitivamente en Uruguay.

Los inmigrantes buscaban anclar, instalarse en un lugar; pero esa búsqueda no estaba reñida con desplazamientos breves o largos. Conocemos mejor estos tránsitos en los casos de quienes alcanzaron posiciones destacadas en la actividad económica, agraria y financiera, aunque no son escasas las biografías de quienes lograron desempeños más modestos.

No pocos – principalmente marinos –, carecieron de residencia fija y el referente inicial fue Buenos Aires o Montevideo. Desde allí, operaron otros itinerarios a escenarios más lejanos en los que finalmente se instalaron. Al respecto, existió un fuerte vínculo entre la comunidad marinera de Montevideo y Valparaíso (Chile), al punto que muchos de aquellos que sirvieron como marinos y capitanes en el Plata culminaron su historia al servicio de la marina chilena. Este fenómeno se registró con cierta importancia en la primera mitad del XIX.¹ Otros permanecie-

¹ MAINO, Valeria “I marinai italiani in Cile a metà del secolo XIX” en Luigi Favero et al. **II contributo italiano allo sviluppo del Cile**, Torino, Fondazioni Giovanni Agnelli, 1993; p. 292.

ron en escenarios de cercanías, y luego de años de oficio en el servicio de cabotaje, finalmente se establecieron en Salto, puerto sobre el río Uruguay que gozó de una próspera actividad hasta vísperas de la primera guerra mundial.² Un triángulo ambulante se generó entre este puerto fluvial y las dos capitales platenses. La importancia de este eje fluvial se favoreció del desarrollo del llamado *comercio de tránsito* que reconocía en Salto un importante eslabón de la ruta que bifurcaba hacia Paraguay, por un lado, y hacia el litoral y noroeste argentino.³ Actividades implicadas en el tráfico marítimo y de cabotaje – pequeños astilleros para la construcción de embarcaciones de menor calado, servicios de mantenimiento y reparación, de aprovisionamiento, mercantiles y portuarias-, desarrolladas en este escenario, alentaron la radicación de extranjeros, principalmente hombres procedentes de la Liguria.

La inmigración italiana y su radicación urbana

El impacto de la inmigración europea en Uruguay fue más rápido y profundo que en otras sociedades contemporáneas de América Latina, por tratarse de una sociedad poco estructurada y en proceso de transformación. Los inmigrantes radicaron principalmente en la capital-puerto, Montevideo. Hacia el fin de la Guerra Grande (1839-1851) los franceses eran el contingente étnico más importante, pero pronto fueron superados por españoles e italianos. El censo de 1860, precisaba que la presencia de los inmigrantes se aproximaba a la mitad de los habitantes de Montevideo (47,8%).⁴

Los italianos estuvieron presentes en los flujos migratorios inmediatos a la independencia del Uruguay, con cifras menores frente a un aporte más contundente de españoles y, principalmente franceses.

² Son ilustrativos los casos de Nicola Chiazzaro [Pietra Ligure, Prov. de Génova, 1829] que fue capitán del velero Virgen del Carmen que atendía el tráfico entre Montevideo y Salto. En 1852, Giovanni Accame, establecido en Salto con casa comercial lo incorporó como socio. Antonio Volpi [Cupra Marittima, 1858?] desde muy joven experimentó como marino hasta que, en 1890, embarcó para América. Durante cuatro años sirvió en el tráfico de cabotaje y, en 1894, se instaló con negocio en Salto. Anacleto Aleleo [Génova, 1856] ingresó muy joven como empleado de vapores mercantes. A comienzos de los 80 ingresó a Montevideo, trasladándose en 1882 a Paysandú y poco después a Salto (*Gli italiani residenti in Salto, Repubblica O. del Uruguay all'Esposizione di Milano (1906)*, Salto. Stabilimento tipográfico La Prensa, 1906).

³ MOURAT, Oscar **La crisis comercial en la cuenca del Plata (1880-1920)**, Montevideo, EBO, 197.

⁴ CAMOU, María; PELLEGRINO, Adela “Una fotografía instantánea de Montevideo”, en **Ediciones del V Centenario**, tomo 2, Montevideo, Universidad de la República, 1992, pp.135-136.

Desde la década de 1880 se fueron afirmando como aporte dominante y su participación en actividades como el artesanado y la industria fue proporcionalmente superior atendiendo al conjunto de la inmigración europea. Estuvieron presentes en todos los campos de la actividad económica, tanto en el agro –claramente en la agricultura-, como en el sector artesano-industrial –del que fueron sus principales artífices-, y en menor proporción, en el comercio y las finanzas.

En 1884, los italianos constituían el 20% de la población de Montevideo y la séptima parte de la nacional. Un quinquenio más tarde, la población capitalina ascendía a 114.322 uruguayos, y 110.739 extranjeros, con una muy alta participación de los italianos.⁵ El censo de Montevideo de 1889 establecía una población de 215.061 habitantes, de los cuales eran extranjeros 100.739 (46,84%). Si esos datos se circunscribían a los hombres extranjeros mayores de 20 años, la cifra se eleva a 53.109, representando el 78,6% de los efectivos masculinos.⁶ En tanto los ligures se establecieron principalmente en la ciudad –por sus actividades navieras-, los piemonteses y lombardos escogieron la periferia urbana. Luego de la Guerra Grande, el principal aporte inmigratorio italiano procedía del norte y centro de la península, pero en el tramo 1883-1890, fueron los italianos del sur quienes alimentaron una fuerte corriente inmigratoria.⁷ En 1908, los hombres extranjeros mayores de 20 años eran 46.631 y representaban en Montevideo el 52,75% de esa categoría y, en el conjunto, los italianos eran la principal colectividad proveedora de mano de obra.

La radicación de los inmigrantes fue predominantemente urbana, privilegiando Montevideo, capital y principal puerto. Su desempeño impactó en las actividades productivas tradicionales y, principalmente, en otras con escasos antecedentes, al punto que es muy visible el binomio “inmigrante-innovación”.

Acompañando el desempeño agro-exportador de Uruguay, desde la década de 1870 se registra un crecimiento de la actividad industrial, preferentemente a cargo de talleres y medianas empresas. En la década de 1880 se modernizan los molinos harineros, en 1898 se instala la

⁵ ODDONE. Juan Antonio, **La formación del Uruguay moderno. La inmigración y el desarrollo económico y social.** Buenos Aires. Eudeba, 1966.

⁶ Junta Económico-Administrativa, **Censo Municipal del departamento de Montevideo,** Montevideo, Establecimiento Tip. Litográfico Oriental, 1892.

⁷ ODDONE. Juan Antonio, **La emigración europea al Río de la Plata,** Montevideo, Eds. de la Banda Oriental, 1966, 112 pp.

primera textil y en 1904, el primer frigorífico. Entonces, los establecimientos fabriles eran pocos y a la escala de un pequeño país, ya que a excepción de los frigoríficos – rápidamente controlados por el capital anglo-norteamericano – esta industria realizaba escasas exportaciones. Orientada a satisfacer la demanda del mercado interno en expansión, el término “industria” en realidad disimulaba mal, una proliferación y diversidad de talleres artesanales.

Presencia de la inmigración italiana en el sector artesano-industrial

En Montevideo, el trabajo asalariado estaba más extendido que en otras ciudades latinoamericanas, aunque sobrevivían elementos de carácter precapitalista como la remuneración del trabajo incluyendo vivienda y comida; el carácter subordinado del trabajador respecto al empleador en situaciones que no se definían claramente, al estar empadronados en la vivienda del empleador. En este contexto urbano, se aprecia un fenómeno relativamente extendido entre los inmigrantes: el ahorro sobre el salario.

Al respecto, la historia económica aporta a la comprensión del tema. En Montevideo, entre 1880 y 1907, una familia de trabajadores del sector privado –compuesta por cuatro personas – invertía en alimentación un porcentaje del salario bastante próximo al de una familia similar en Europa. En el largo plazo se aprecia una diversificación de la canasta de alimentos para ese mismo período, consecuencia de una mayor oferta y variedad de productos alimenticios en el Uruguay.⁸ Coincidentemente, en 1885, Giosué Bordoni apreciaba una mayor variedad y riqueza nutritiva de la canasta familiar básica en Uruguay respecto a Italia.⁹ A partir de esta canasta era posible desarrollar ciertas estrategias para el ahorro de un pequeño capital: algunos demoraban la constitución de una familia; o las familias optaban por suprimir ciertos artículos del consumo familiar, o bien los sustituían por otros más económicos. Este fue el derrotero para iniciar un taller o una mediana empresa industrial. Leonardo Calicchio advierte que, desde 1910, el salario real privado inició una caída acentuada, respecto al similar en

⁸ CAMOU, María, **Salarios y costos de vida en el Río de la Plata (1880/1907)**. Documentos de Trabajo n. 28, Montevideo, Unidad Multidisciplinaria, Facultad de Ciencias Sociales. Abril, 1996, pp. 5, 9, 11.

⁹ BORDONI, Giosué, **Montevideo e la Repubblica dell'Uruguay**, Milano, Fratelli Dumolard, 1885.

Buenos Aires, que no se recuperó hasta 1921. Esta caída, concurre a explicar el agotamiento de una vía de gestación de la empresa artesanal e industrial en Uruguay por la vía del ahorro sobre el salario, como se puede observar a partir de las historias personales y de empresas.¹⁰

Ahorro y formación del capital de instalación

Los inmigrantes fueron portadores de una nueva cultura de trabajo y de una nueva mentalidad. De ese bagaje cultural, el ahorro es uno de los aportes más interesantes, visible en los nuevos hábitos y valores, que se introducen en la sociedad uruguaya. Este aspecto, el del ahorro y la formación de un capital para la instalación de un taller o una pequeña empresa, ha sido uno de los temas de análisis que he privilegiado en anteriores publicaciones.¹¹

¹⁰ CALICCHIO, Leonardo **Salario y costo de vida en el Río de la Plata (1907/1930**, Documento de Trabajo n. 33, Montevideo, Unidad Multidisciplinaria. Facultad de Ciencias Sociales, Julio 1996, p. 23).

¹¹ BERETTA CURI, Alcides, **Pablo Varzi, un temprano espíritu de empresa**, Montevideo, Fin de Siglo, 1993; BERETTA CURI, Alcides y GARCÍA ETCHEVERRY, Ana, **Los burgueses inmigrantes**, Montevideo, Fin de Siglo, 1995; BERETTA CURI, Alcides, **El imperio de la voluntad. Una aproximación al rol de la inmigración europea y el espíritu de empresa en el Uruguay de la temprana industrialización, 1875-1930**, Montevideo, Fin de Siglo, 1996.

Artesanos, artistas y talleres (imágenes 1 y 2)



Fonte: archivo del autor.

Arturo Marchetti, nacido en Milán, egresó de la Scuola Superiore d'Arte de esa ciudad. Llegó a Montevideo, cuando la ciudad vivía una rápida expansión y la construcción de viviendas se encontraba en auge. Instaló un taller que produjo vitrales para iglesias, edificios públicos y residencias de las clases medias y la reciente burguesía montevideana. Marchetti fue el prototipo del artesano-artista que se integró rápidamente a las ascendentes clases medias de la ciudad.

¿Cuáles fueron los tiempos reales de ahorro y constitución del capital de instalación? En general, las muestras utilizadas, estarían revelando su viabilidad en un tiempo relativamente breve. Importantes industriales de plaza, se iniciaron con modestos talleres. Invirtieron de cinco a diez años para acumular el capital inicial: Angel Giorello (Carcere, en Liguria, 1847) y Luis Ghelfi (Pontremoli, en Massa-Carrara, 1859), ambos con fábrica de muebles, Antonio Marexiano (Borghetto, provincia de Génova, 1835-Montevideo, 1906) con fábrica de zapatos. En un lapso que osciló entre diez y quince años, se instalaron con establecimiento propio, los molineros Luigi Podestá (Sestri Levante, provincia de Génova, 1837), Nicolás Peirano (Margarita Ligure, provincia de

Génova, 1853) y Aristeo Levrero (San Qui-rico, provincia de Génova, 1864); y Agostino Deambrosis (Lavagna, provincia de Génova, 1838) con fábrica de velas y jabones. Los tiempos de despegue se alejaron considerablemente para otros. Superaron los quince años para una habilitación independiente: Paolo Delucchi (Moneglio, provincia de Genova, 1840), con molino harinero; Leopoldo Rappallini (Calice, provincia de Massa-Carrara, 1855), con fábrica de conservas; Angelo Banfi (Lurago, provincia de cómo, 1866) con carpintería, Giovanni Gaggioni (construcciones metálicas), Angelo Pozzoli (fábrica de tejido de alambre), Guillermo Strauch (Hannover, 1844) con taller para elaboración de creolina, que devino, rápidamente, en un importante establecimiento industrial.¹²

En el caso particular de la inmigración italiana es de consideración, no solo la disponibilidad de un pequeño capital ahorrado sobre el salario, sino una fuerte tradición del taller y la pequeña empresa en la sociedad italiana, que aportaron las bases para el desarrollo de un sector artesano-industrial en Montevideo.¹³ Franzina observa un panorama similar en Argentina y Brasil.¹⁴ Contrastando con los países de la región, la presencia de productos industriales en las exportaciones uruguayas fue muy débil y no sostenida en el tiempo. La producción estaba destinada, principalmente, al mercado interno.

La identificación de las regiones de procedencia de estos inmigrantes, aporta a un mejor conocimiento del sector artesano-industrial montevidiano. El contraste fue más acentuado en el caso italiano – la mayoría procedía del norte – en tanto fue más equilibrado en el caso español: dominaron los de origen catalán y en segundo lugar los vascos, pero en conjunto no representaron una mayoría muy distante de los

¹² BERETTA CURI, A. “Inmigración europea, artesanos y talleres en la temprana industrialización del Uruguay, 1870-1914”, *El taller de la Historia*, vol. 6, n. 6, 2014, pp. 247 – 275.

¹³ PIORE, Michael; SABEL, Charles, *Italian Small Business Development Lessons for U. S. Industrial Policy*, Massachusetts Institute of Technology, Number 288 August, 1981; PIORE, Michael; SABEL, Charles, *La segunda ruptura industrial*, Madrid, Alianza Editorial S. A., 1990; PELLEGRINO, Anna “Il lavoro artigiano” en Stefano MUSSO (A cura di) *Il novecento, 1896-1945. Il lavoro nell’età industriale*, Roma, Castelvechchi, 2015, pp. 84-125; PELLEGRINO, Anna “Les travailleurs artisans en Italie, 1880-1940: continuité, transformations et culture du travail”, en HATZFELD, N.; PIGENET, M.; VIGNA, X. (Dir.) *Travail, travailleurs et ouvriers d’Europe au XX^e siècle*, Dijon, Édition Universitaires de Dijon, 2016, pp. 229-241.

¹⁴ FRANZINA, Emilio. Culture territoriali italiane dal vecchio al nuovo mondo. Immigranti, arti e mestieri alle origini dell’industrializzazione in Brasile, Uruguay e Argentina fra Otto e Novecento, In: BERETTA CURI, Alcides (Coord.) *Inmigración europea, artesanado y orígenes de la industria en América Latina*, Montevideo, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación-Udelar, 2015, pp. 27-49.

oriundos de otras provincias – castellanos, gallegos, extremeños – que estuvieron, también, bien representados. Esta participación regional diferente explica que se acentúe, en el caso italiano, la presencia de quienes procedían de regiones con importantes niveles de industrialización y urbanización, respecto al cuadro general para los otros países europeos. Dos décadas atrás, organicé una muestra de 300 artesanos e industriales, a partir de la reconstrucción de biografías y datos de empresas. De la misma resultó que – en el caso de los italianos – los patrones originarios de Lombardía, Liguria y Piemonte –cada una con más de un 20% – superaban el 70%. Incluyendo la Toscana – con un 6% –, el norte italiano aportó el 77%. Ello es comprensible por el importante desarrollo de las actividades artesanales, industriales o marítimas de las regiones de origen de esos inmigrantes. No obstante, no fue irrelevante la presencia de los italianos del sur, que participaron con establecimientos de menor magnitud.¹⁵

De los modestos orígenes a los negocios diversificados (imágenes 3, 4 y 5)



Fonte: archivo del autor.

¹⁵ BERETTA CURTI, Alcides. **Inmigración europea e industria: Uruguay en la región, 1870-1915**, Montevideo, Universidad de la República, 2014.



Fonte: Museo Paleontológico Alejandro Berro



Fonte: archivo del autor.

Buonaventura Caviglia, de la Liguria natal al encumbramiento empresarial en Uruguay. Industrial (ramo mueblería fina), importador, y terrateniente (3.600 hás, que formaron parte del establecimiento del Barón de Mauá). El “castillo”, residencia de Caviglia en la estancia Santa Blanca. El edificio había sido construido por Mauá.

El viñedo (80 hás) integró el establecimiento agro-industrial de Santa Blanca, con un área destinada a la agricultura, otra a ganadería, una bodega, un frigorífico y varios talleres para la producción de dulces, conservas, y otros productos que se comercializaban en Uruguay y el litoral argentino.

La participación de los italianos se constata en todas las ramas de la actividad industrial, aunque en algunas de ellas se instalaron como

el grupo étnico dominante. Su posicionamiento fue casi excluyente respecto a otros europeos, en el calzado, el textil y la producción de harinas. Fueron mayoritarios en talabarterías, carpinterías y fábricas de muebles, hojalaterías, bodegas y las diversas actividades industriales vinculadas a la construcción (marmolerías, yeserías, escultura en madera y mármol, talleres de vitrales, ceramistas, fundiciones artísticas en hierro y bronce, etc). En algunas ramas industriales ocuparon segundos planos (tanto en número como en el monto de las inversiones): tabaco y cigarrillos, fabricación de ropa, dulces, conservas y confituras. De todos modos, fueron predominantes en el conjunto del sector artesano-industrial.

De la mediana empresa a la fábrica (imágenes 6 y 7)



Fonte: archivo del autor.



Fonte: Biblioteca Nacional de Uruguay

Izquierda: la fábrica de zapatos de los hermanos Marexiano inició como un modesto taller. En 1886 se transformó en una moderna empresa industrial; Derecha: el Molino del Comercio, iniciado por Luigi Podestá, fue uno de los establecimientos más importantes del ramo. Su propietario formó parte de la naciente burguesía, implantado en el comercio y el sector financiero.

La decisión de emigrar exigió y estimuló aptitudes naturales, capacidades de adaptación y de iniciativa, procesos creativos y otras cualidades a explotar en el país receptor. Con los emigrados de la Basilicata y otros territorios del sur de Italia, nos encontramos en presencia de empresarios pequeños o medianos, propietarios de talleres y establecimientos de estructura sencilla, que no requirieron de asesoramiento, contratación de técnicos, ni la cultura o los conocimientos exigibles para abordar la organización de empresas más complejas. Indudablemente, están presentes allí una serie de elementos de difícil identificación y reconstrucción desde el país receptor: estructuras sociales, mentalidades, experiencias, conocimientos y aprendizajes que conformaron el “equipaje” de los inmigrantes.

En la inmigración de procedencia lombarda, se constata un rápido proceso de diferenciación social que posibilitó el surgimiento de una elite cuyos establecimientos evolucionaron rápidamente a la fábrica moderna, registrando una mayor dotación de capitales y de trabajadores. Posteriormente, estos “capitanes de la industria”, derivaron capitales hacia otros espacios de negocios: el agro fue uno de los principales atractivos, en tanto algunos se hicieron presentes en el comercio de importación o se instalaron como accionistas de bancos y accedieron a sus directorios. Puede ser ilustrativo considerar a dos hombres representativos de esta elite diversificada: Angelo Pastori¹⁶ y Giuseppe Fiocchi.¹⁷

¹⁶ *Angelo Pastori* (Milán, 1848) llegó a Montevideo con sus padres en 1859. Ingresó muy joven como dependiente de comercio hasta que se independizó e instaló una pequeña empresa en el ramo de suela y calzado. El negocio prosperó por lo que, pocos años más tarde, Pastori se convirtió en barraquero y exportador de cueros, en tanto transformaba el pequeño taller en una importante fábrica de zapatos. Reconocido empresario, fue uno de los fundadores de la Camera di Commercio Italiana – cuyo directorio integró en numerosos ejercicios – y fue socio de la Unión Industrial Uruguaya. Participó de la fundación del Banco Italiano dell’Uruguay, fue miembro de su directorio en varios ejercicios, y su presidente en 1907-1908.

¹⁷ *Giuseppe Fiocchi* (Milán, 1876) viajó al Uruguay en 1898 instalándose, poco después, como empleado de comercio. Cinco años más tarde, se convirtió en socio de Pietro Talice – reconocido comerciante de plaza – e inmediatamente pasó a representar a las firmas Franco Tosi S. A. de Legnano, Officine Meccaniche Stigler de Milano y Società Anonima Meccanica de Monza. En 1904, asociado a otros empresarios, participó de la creación de Compañía Comercial de Ascensores Italianos Stigler, en Buenos Aires. Al finalizar la primera guerra mundial, representaba en Montevideo a la FIAT. Por esos años, actuó como representante para la región (Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay) de las firmas italianas antes mencionadas. Fue propietario de dos empresas para la explotación y exportación de cueros vacunos y madera de quebracho en el chaco paraguayo. Integró los directorios de la Camera di Commercio Italiana y del Banco Italiano dell’Uruguay.

La familia salvo: testimonio de los inmigrantes exitosos (imágenes 8, 9, 10)



Fonte: archivo del autor.



Fonte: Inventario del patrimonio arquitectónico y urbanístico de Ciudad Vieja



Fonte: archivo del autor.

De la venta ambulante a la Tienda Salvo (arriba). Luego la creación de la primera fábrica textil, y la sociedad con el industrial José Campomar, siguieron las inversiones en el agro. El “cerebro” empresarial fue Angelo Salvo (foto inferior derecha), quien coronó la carrera empresarial de la familia con la construcción de un complejo comercial-hotelero (palacio Salvo, superior derecha) en la plaza Independencia de Montevideo.

Otras instancias de participación de la inmigración: la Camera di Commercio Italiana di Montevideo y el Banco Italiano dell’Uruguay

En el último cuarto del siglo XIX, la comunidad empresarial de origen italiano procesó la creación de dos instituciones: la Camera di Commercio Italiana di Montevideo (CCIM) y el Banco Italiano dell’Uruguay (BIU). La entidad comercial fue administrada por la emergente burguesía importadora de ese origen, aunque abrió espacios para comerciantes con menor potencial económico. En cuanto al Banco, fue expresión de diversas fracciones burguesas – comerciantes, financistas, industriales, terratenientes –, operando como una institución “integradora” del gran capital.

La instalación de la *Camera di Commercio Italiana di Montevideo* se instrumentó en el contexto de las políticas de expansión colonial impulsadas por los estados europeos en el último cuarto del siglo XIX. El movimiento en pro del asociacionismo empresarial fue conducido por el *Consiglio Superiore dell’Industria e del Commercio* (fundado

en 1869), institución consultiva del Ministero di Agricoltura, Industria e Commercio.¹⁸ En 1883 se fundó la Camera di Commercio Italiana di Montevideo, primera de las instaladas en el exterior a la que siguieron otras ocho, la mayoría en América Latina. En el período 1890-1914 el elenco se amplió con las cámaras comerciales italianas de Buenos Aires, Valparaíso, San Pablo y Ginebra. Inicialmente fueron concebidas como instrumentos de una expansión comercial que favoreciera el intercambio y las exportaciones de productos primarios e industriales del Reino.¹⁹ El historiador Emilio Franzina aprecia que se trataba de una extensa comunidad de negocios, un circuito de intereses de tipo reticular resultado de la constitución en el exterior de numerosas *business communities* de origen italiano.²⁰ La elección de Montevideo como sede de la primera cámara de comercio italiana en el exterior fue determinada por el papel estratégico del puerto de Montevideo y su hinterland – que se extendía sobre el litoral argentino de los ríos Paraná y Uruguay, el sur de Brasil y Paraguay-, la existencia de una importante colectividad de comerciantes, y el rápido crecimiento de la inmigración italiana. Además, no se trataba de una colonia de trabajadores modestos. Un número importante de estos europeos había logrado constituirse como emergente clase media, en tanto otros ingresaban como destacados miembros de los nuevos estratos burgueses.²¹ La conformación de una fracción burguesa, nacida en el seno de la inmigración italiana, se convirtió en pieza clave e ineludible para el programa italiano de expansión comercial, ya que operarían en sintonía con los círculos empresariales de Italia, a través de la nueva institución. Giosue Bordoní, que recorrió los países del Plata por esos años, apreciaba que

¹⁸ PALETTA, Giuseppe **La nascita delle Camere di commercio italiane all'estero**, Impresa & Stato, VI, 22, 1993.

¹⁹ BERETTA CURI, Alcides “El aporte de la emigración italiana en la formación del empresariado urbano en Uruguay: la constitución de la Camera di Commercio Italiana di Montevideo, 1883-1933”, **Studi Emigrazione/Migration Studies**, XLVI, n. 176, 2009, pp. 890-911.

²⁰ FRANZINA, Emilio “Le comunità imprenditoriali italiane e le Camere di commercio all'estero (1870-1945)”, *In*: Sapelli, G. (a. cura di), **Tra identità culturale e sviluppo di reti. Storia delle Camere di commercio italiane all'estero**. Catanzaro, Rubbettino Editore, 2000, p. 33.

²¹ La inversión del ahorro en bienes inmuebles puede ser un dato significativo. En 1881, los italianos radicados en Uruguay declaraban un capital en giro y propiedades por valor de \$ 34.765.186; en 1883 – año de instalación de la cámara – los valores se habían elevado a \$ 38.652.102. En 1889, 8.246 súbditos del Reino radicados en Uruguay declaraban capitales que representaban el 22,75% de los valores inmobiliarios de Montevideo y el 13,23% del Uruguay.

“l’esempio fu subito imitato dalle colonie di Buenos-Ayres e di Rosario di Santa Fe, che istituirono a la loro volta una semile” y concluía “Moltissimi sono i vantaggi che apporta quest’istituzione, la quale e in relazione diretta con molte simili d’Italia, da cui riceve le mostre di vari prodotti”²²

Es preciso señalar que la CCIM incidió en el proceso de formación, ascenso y consolidación de una nueva fracción burguesa, fuertemente integrada y diversificada en el Uruguay. Al respecto, fue una institución que aglutinó elementos pertenecientes a distintas fracciones de la burguesía y, consiguientemente, articuló intereses que durante muchos años se confrontaron con cierta aspereza: comerciantes importadores e industriales. Los primeros identificados con el liberalismo económico, en tanto, defensores acérrimos del proteccionismo, los segundos. No fue menor el de crear un espacio de relaciones sociales que concurrieron al desarrollo de un tejido empresarial altamente integrado y concentrado, donde se propiciaron nuevos caminos para la reubicación de capitales, asegurando la diversificación de las inversiones y negocios. Desde su constitución, la Camera di Commercio Italiana di Montevideo se configuró como un espacio de empresarios vinculados a la industria y al comercio, pero con fuerte implantación en la banca y también en el agro. Si figuras medianas y hasta pequeños empresarios estuvieron presentes, la institución fue representativa de intereses mayores y más complejos, tonalidad que se acentuó en el siglo XX. En la correspondencia institucional, se identificaba con contundente claridad esa integración: *‘Una rappresentanza commerciale italiana composta di persone che appartengono all’alto commercio ed alla grande industria e che per la loro posizione e capacità hanno molto prestigio nella colonia’*.²³

La CCIM cumplió papel activo en generar un clima apropiado para la firma de un tratado de comercio y navegación entre Italia y Uruguay (12 de enero de 1886).²⁴ La creación de la cámara y la firma del tratado fueron un marco apropiado para fortalecer las relaciones comerciales entre Italia y Uruguay. Luego de la crisis de 1890, Italia se posicionó mejor en ese intercambio, con exportaciones por valor de \$ 2.050.107

²² BORDONI, Giusué, **Montevideo e la Repubblica dell’Uruguay**. Milano, Fratelli Dumolard Editori, 1885, p. 174.

²³ Archivo de la Camera di Commercio Italiana di Montevideo (ACCIM): Cc Corrispondenza 1884/85: nota de la C. Commercio ed Arti, di Livorno, 26/5/1884.

²⁴ MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY, **Colección de tratados, convenios y acuerdos económico-comerciales** (dirección y prólogo de Ariosto González). Montevideo, Ministerio de RR. EE, 1947, p. LXVI.

en el quinquenio 1891-1895 y, luego de la recuperación internacional desde 1906, las cifras progresaron hasta alcanzar la cifra \$ 3.164.072 en vísperas de la primera guerra mundial. Por el contrario, las exportaciones uruguayas al Reino no encontraron un mercado promisorio, manteniéndose en torno al 2% del total, recuperándose hacia fines de la primera conflagración mundial. No obstante y pese a esa recuperación, la participación de productos uruguayos en las importaciones italianas fue irrelevante.²⁵

La creación del *Banco Italiano dell'Uruguay* (1887) surgió de una iniciativa mancomunada de capitales del Reino a la que se asociaron capitales locales y de la región. Este proyecto había sido precedido por iniciativas similares en otros países, donde las colectividades comerciales italianas allí radicadas, buscaron fortalecer posiciones con el concurso del capital financiero.

Los italianos en el comercio exterior y las finanzas (imágenes 11, 12 y 13)



Fonte: Inventario del patrimonio arquitectónico y urbanístico de Ciudad Vieja

²⁵ BERETTA CURTI, Alcides *La Camera di Commercio Italiana di Montevideo (1883-1933)*, Tomo 1, Montevideo, Universidad de la República, 2004.



Fonte: Inventario del patrimonio arquitectónico y urbanístico de Ciudad Vieja



Fonte: Museo Histórico Nacional

Superior izquierda: Banco Italiano del Uruguay; superior derecha: sede de la Camera di Commercio Italiana di Montevideo (inicios siglo XX); c) billete emitido por el Banco Italiano del Uruguay.

El auge económico de Uruguay, luego de 1905, alentó la colocación de capitales, multiplicándose las instituciones de crédito. Compitiendo con ellas, el BIU abrió sucursales en otras ciudades del país. La institución se ocupaba de operaciones bancarias generales, siendo uno de

sus fines encargarse a comisión de la venta de frutos del país en Europa y América, y la administración de propiedades.²⁶ Le correspondió a la CCIM un papel protagónico, en los pasos previos a la creación de esta institución financiera, acción que redundó en la presencia de algunas figuras relevantes de su *Consiglio Direttivo* en el staff dirigente del *Banco Italiano dell'Uruguay*.

Finalmente, una breve referencia a otras dos instituciones que, sin presentar un perfil étnico único, contó a los italianos como uno de sus principales referentes. En 1879, varios artesanos fundaron la Liga Industrial. Institución de vida breve fue, sin embargo, relevante en expresar a un sector emergente de patrones de talleres, cuya producción se volcaba al mercado interno, principalmente urbano. La institución fue suficientemente influyente para obtener una legislación crecientemente proteccionista (1875, 1881, 1886, 1888) para las actividades de este colectivo de artesanos y pequeños industriales. En 1898, antiguos integrantes de la Liga y otros más recientes, fundaron la Unión Industrial Uruguaya – actual Cámara de Industrias del Uruguay –, donde los empresarios de origen italiano ejercieron un fuerte liderazgo. La UIU convocó al empresariado más moderno, con mayores capitales, identificados con la actividad fabril y no con el taller. Le correspondió un rol principal –hasta fines de la década de 1950–, en el proyecto batllista centrado en la expansión del mercado interno.

La inmigración italiana en el medio rural agricultura y redesde agricultores

La agricultura diversificada, principalmente las actividades de granja, la horticultura, la fruticultura y en forma dominante la viticultura, fueron actividades vinculadas a la presencia de inmigrantes italianos en el medio rural uruguayo. Aun cuando el Estado uruguayo no asumió una política comprometida con la inmigración europea – pese al interés manifiesto por varios gobiernos – y no se impulsaron programas de colonización, quedó en manos privadas la compra y loteo de terrenos que generaron las bases para modestos resultados. Se trató de una inmigración espontánea, con escasos estímulos oficiales (facilitando el transporte desde Europa, suministrando tierras a algunas empresas

²⁶ Banco Italiano, *Statuti delta Societa Anonima Banco Italiano dell Uruguay*. Montevideo, Tip. Americana a vapor, 1887, p. 11.

de colonización, favoreciéndolas con algunas franquicias, exención de varios impuestos, etc.).

Los historiadores José Pedro Barrán y Benjamín Nahum señalan que, el suroeste del país, a fines del siglo XIX, existía “hambre de tierras”.²⁷ Esa demanda generó mejores precios para la tierra, luego de los efectos prolongados de la crisis de 1890 y aun cuando presentó dificultades a los inmigrantes para acceder a la propiedad, la medianería y el arrendamiento permitieron el desarrollo y consolidación de una modesta clase de pequeños y medianos agricultores.²⁸

En el Album editado para la participación de Uruguay en la Exposición Universal de Chicago (1893), se expresaba:

La agricultura tiene ya un gran desarrollo en los departamentos de Montevideo, Canelones, San José, Soriano, Paysandú, Salto, Florida, Durazno, Maldonado, Colonia, donde existen zonas agrícolas de importancia. No se ha extendido en los demás con la misma magnitud de los tres primeros. Esto no obstante, en los ejidos de los pueblos y sus inmediaciones, en las proximidades de las vías férreas, hay gran número de chacras y centros agrarios que producen cereales y hortalizas para el consumo local”. [...] “A pesar de contar la República con una tierra sumamente fértil y de las mejores condiciones para toda clase de cultivos, la agricultura ocupa todavía un rango secundario, no obstante la notable extensión puesta en cultivo en el último año y sus progresos recientes. [...] A más del maíz y trigo cuyas siembras son las más importantes, se cosecha con muy buenos resultados la vid, el olivo, el tabaco, el lino, el alpiste, el cáñamo, el garbanzo, porotos de varias clases, papas (dos cosecha por año), arvejas, lentejas, habas, batatas, remolacha, etc. En hortalizas, como ya se ha dicho, se produce la más completa variedad y con gran abundancia.”²⁹

En la primera década del siglo XX, se apreciaba un crecimiento de la agricultura y una cierta diversificación de los cultivos, consecuencia de la expansión del mercado interno, la demanda de nuevos productos agrícolas que se incorporaban a la dieta urbana y el incipiente abastecimiento a la industria. El censo de 1908 identificaba 918.937 hectáreas

²⁷ BARRÁN, José Pedro; NAHUM, Benjamín **Historia rural del Uruguay moderno**, Tomo 2: 1886-1894, Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1973, 680 p.

²⁸ MOURAT, Oscar “Gli italiani e l’acquisizione della proprietà nell’Uruguay moderno” in: Devoto, Fernando **L’emigrazione italiana e la formazione dell’Uruguay moderno**, Edizioni Della Fondazione Giovanni Agnelli, 1993, pp. 233-317.

²⁹ DE PENA, Carlos María; ROUSTAN, Honoré **La República Oriental del Uruguay en la Exposición Universal Colombiana de Chicago** (E. U. de N. A.). **Breves Informaciones Geográficas y Estadísticas por...** en “Revista de la Asociación Rural del Uruguay” Año XXII, n. 2; Montevideo, Enero 31 de 1893.

dedicadas principalmente a la producción de cereales y oleaginosos, legumbres, árboles frutales, viñedos y forrajes.

La inmigración italiana en el medio rural: redes y agricultura

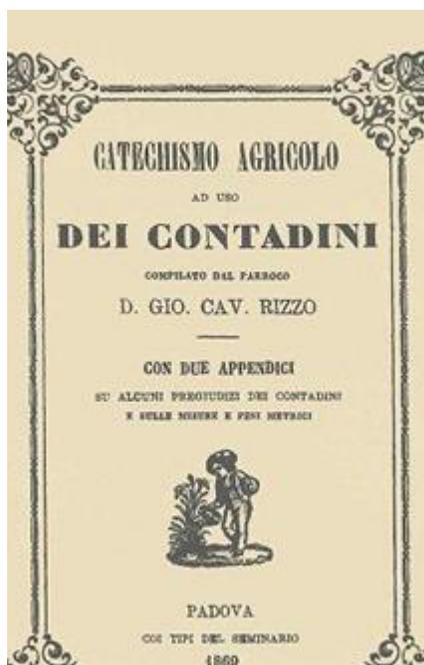
El desarrollo y diversificación agrícola se sustentó en la constitución de numerosas redes de agricultores, en cuyo seno se divulgaron conocimientos y prácticas de que eran portadores los agricultores inmigrantes, principalmente los de origen italiano. Se realizaron ensayos con semillas introducidas por ellos mismos, recibidas de agricultores de otros departamentos de Uruguay y de las colonias instaladas en el litoral argentino. Circularon manuales para la agricultura, y en el contrastar del paquete de conocimientos originales con los resultados del trabajo en suelo uruguayo, resultaron novedades que fueron socializadas, desde prácticas de poda, técnicas de injertos, roturación del suelo y ensayos con arados, etc. Conocemos mejor la situación de los viticultores, resultado de una Encuesta (1888) realizada por la Asociación Rural del Uruguay (ARU), que permite identificar unas veinte redes de viticultores. Pero no fueron las únicas. Varias redes ensayaron con variedades de trigo no cultivadas en Uruguay, y otras con arroz. En los departamentos de Canelones y Montevideo, fueron pioneras aquellas que se aplicaron con variedades de manzanos, durazneros y cítricos y que originarían, décadas más tarde, una de las zonas frutícolas más importantes del país. Los registros realizados por la ARU y los informes de los Inspectores de Agricultura –dependientes de la Dirección Nacional de Ganadería y Agricultura–, dan cuenta de este panorama “fermental”.

En ausencia de escuelas agrarias y de una facultad de agronomía (creada en 1907), durante el siglo XIX los agricultores se asistieron unos a otros en el seno de las redes antes mencionadas, se ilustraron en algunos pocos manuales italianos de agricultura, y recibieron breves recomendaciones de los pocos Inspectores del Departamento de Ganadería y Agricultura (Ministerio de Fomento), creado en 1897. No eran pocos los agricultores alfabetizados y revelaron destreza en la consulta a manuales escritos en español. Los textos ofrecían directivas generales que no siempre se adaptaban bien a las características del medio rural uruguayo, lo que exigió una permanente confrontación entre conocimientos previos, lecturas y las prácticas cotidianas.

Agricultura y circulación del conocimiento (imágenes 14 y 15)



Fonte: Biblioteca de la Asociación Rural del Uruguay



Fonte: Biblioteca de la Asociación Rural del Uruguay
En las redes de agricultores italianos circularon varios manuales y tratados de agricultura general, también libros especializados (viticultura, fruticultura)

Entre los cultivos que cobraron creciente importancia se encontró la viña, a cargo de “inmigrantes, fundamentalmente italianos [...]. Muchos ya lo habían hecho en su país natal y otros, la cultivaron por primera vez. Estos multiplicaron los viñedos con producciones de escala familiar. El pequeño viñedo familiar, transmitido de padres a hijos llegó hasta nuestros días y constituye la mayor parte de la superficie vitícola uruguaya”.³⁰

MAPA 1 – área agrícola y de redes de agricultores (imagen 16)



Fonte: mapa elaborado por el autor

En síntesis, en el seno de varios distritos vitícolas y cerealeros, aun poco densos y débiles, se generaron sin embargo vínculos más estables entre algunos productores. Incidieron en ese fortalecimiento, las proximidades geográficas, los orígenes étnicos comunes, o algunos

³⁰ Revista de la Unión de Viticultores y Bodegueros del Uruguay, Año X, IV, n.121, 1935, p. 4.

problemas que afectaban seriamente la zona y que obligaban a buscar una salida colectiva. No puede ser desconocida la acción de algunos hombres, su liderazgo natural – aun tratándose de pequeños productores –, el “reconocimiento” a su saber o la capacidad creativa para resolver problemas que atañen a todos. En ese marco fue permitido intercambiar diversas prácticas, que cada uno había heredado de padres y abuelos; apreciar algunas experiencias sobre el terreno, a partir del asesoramiento brindado por la Asociación Rural o bien adquirido en algunos de los manuales en circulación. Bien el ensayo con herramientas más complejas y arados especializados.

Agricultura y comunicaciones

La casi totalidad de los productores estaban establecidos en localidades muy próximas al litoral del río Uruguay o en los departamentos sureños, sobre el Río de la Plata. Esa ubicación desnuda la relación relativamente estrecha entre estos núcleos agrícolas y el desarrollo de las comunicaciones. La comercialización de los vinos fronteras adentro, requería de una relativa integración del mercado interno, articulado por rutas terrestres y fluviales. Pese al déficit del Uruguay en esta materia, los litorales oeste y sur eran los mejor servidos del país.

En varios distritos, el aislamiento en que se encontraban los viticultores, obligó a una reconversión de las actividades productivas. En el departamento de Salto, dos localidades con importante desarrollo vitícola, como Belén y Constitución, hallaron un escollo insalvable al fracasar el proyecto de extender un ramal de la línea férrea del Salto hacia estas dos localidades.

Desde el inicio de esta actividad en el país, el trazado de carreteras y líneas férreas sería motivo de interés para el sector. Tanto es así, que varias carreteras de la zona sur serían construidas, en los años siguientes, por iniciativa privada mediante suscripción entre vecinos agricultores. El conocimiento de algunos casos es ilustrativo, ya que la mayoría de los contribuyentes eran viticultores. La construcción del camino Colón-La Paz fue iniciativa del empresario y viticultor Pablo Varzi. El análisis del registro de contribuyentes revela la presencia absoluta de productores vitícolas.³¹

³¹ Archivo Carlos Varzi: Carpeta s/caratular. Suscripción para la construcción de una carretera entre las localidades de Colón y Las Piedras. VER: Alcides Beretta Curi **Pablo Varzi, un temprano espíritu de empresa**, Montevideo, Ed. Fin de Siglo, 1993.

A modo de cierre: los aportes de la inmigración

Tanto en el medio urbano como en el rural, los inmigrantes aportaron sus conocimientos y experiencias laborales previas, y confrontaron ese bagaje con la realidad local, en las instancias constitutivas de talleres y fábricas, o en los inicios de una agricultura capitalista orientada al mercado. Un sector de los inmigrantes contaba con formación técnica y es posible realizar un seguimiento por las instituciones donde se formaron, o bien fueron portadores de la cultura del taller, basada en la tradición oral y la observación. La formación y experiencia manual habilitó los tránsitos entre oficios diferentes, entre el trabajo rural y el urbano. Los artesanos que llegaron al Río de la Plata, revelaron una gran ductilidad para desempeños diversos, a veces alejados de su formación inicial.

Otra dimensión del aporte de esta inmigración refiere a su mentalidad y los valores de que fueron portadores: el esfuerzo personal, el sacrificio, la capacidad de iniciativa, la práctica del ahorro, el trabajo, la conquista de una posición y un reconocimiento social. Este decálogo impregnó los espacios donde se insertaron y fue por ellos, convertido en “valores”, que la sociedad uruguaya incorporó y asumió como propios.

Fuentes y bibliografía

Archivos

Archivo de la Camera di Commercio Italiana di Montevideo (ACCIM)

Archivo Carlos Varzi

Archivo Teresa Caviglia de Navarro

Archivo de la Asociación Rural del Uruguay

Fuentes editas

Junta Económico-Administrativa, **Censo Municipal del departamento de Montevideo**, Montevideo, Establecimiento Tip.-Litográfico Oriental, 1892

Banco Italiano, **Statuti della Società Anonima Banco Italiano dell Uruguay**. Montevideo, Tip. Americana a vapor, 1887.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE URUGUAY, **Colección de tratados, convenios y acuerdos económico-comerciales** (dirección y prólogo de Ariosto González). Montevideo, Ministerio de RR. EE, 1947.

Unión de Viticultores y Bodegueros del Uruguay **Revista de la Unión de Viticultores y Bodegueros del Uruguay**, Año X, IV, n. 121, 1935.

Bibliografía

ABAL OLIÚ, Alejandro, **Lorenzo Salvo Vasallo-Angela Debenedetti Ciarla**, Montevideo, 1984 (inédito)

BARRÁN, José Pedro; NAHUM, Benjamín **Historia rural del Uruguay moderno, Tomo 2: 1886-1894**, Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1973.

BERETTA CURI, Alcides “El aporte de la emigración italiana en la formación del empresariado urbano en Uruguay: la constitución de la Camera di Commercio Italiana di Montevideo, 1883-1933”, **Studi Emigrazione/Migration Studies**, XLVI, n. 176, 2009, pp. 890-911.

BERETTA CURI, Alcides (2009), “Inmigración, vitivinicultura e innovación: el emprendimiento de Buonaventura Caviglia en la localidad de Mercedes (1870-1916)”. **Mundo Agrario**, 9 (18).

BERETTA CURI, Alcides “Inmigración europea, artesanos y talleres en la temprana industrialización del Uruguay, 1870-1914”, **El taller de la Historia**, vol. 6, n. 6, 2014, pp. 247 – 275.

BERETTA CURI, Alcides **Inmigración europea e industria: Uruguay en la región, 1870-1915**, Montevideo, Universidad de la República, 2014.

BERETTA CURI, Alcides **La Camera di Commercio Italiana di Montevideo (1883-1933)**, Tomo 1, Montevideo, Universidad de la República, 2004.

BERETTA CURI, Alcides y GARCÍA ETCHEVERRY, Ana, **Los burgueses inmigrantes**, Montevideo, Fin de Siglo, 1995.

BERETTA CURI, Alcides, **El imperio de la voluntad. Una aproximación al rol de la inmigración europea y el espíritu de empresa en el Uruguay de la temprana industrialización, 1875-1930**, Montevideo, Fin de Siglo, 1996.

BERETTA CURI, Alcides, **Pablo Varzi, un temprano espíritu de empresa**, Montevideo, Fin de Siglo, 1993.

BORDONI, Giosué, **Montevideo e la Repubblica dell’Uruguay**. Milano, Fratelli Dumolard Editori, 1885.

CALICCHIO, Leonardo **Salario y costo de vida en el Río de la Plata (1907/1930)**, Documento de Trabajo, n. 33, Montevideo, Unidad Multidisciplinaria. Facultad de Ciencias Sociales, Julio 1996.

CAMOU, Marí; PELLEGRINO, Adela “Una fotografía instantánea de Montevideo”, en **Ediciones del V Centenario**, tomo 2, Montevideo, Universidad de la República, 1992, pp.135-136.

CAMOU, María **Salarios y costos de vida en el Río de la Plata (1880/1907)**. Documentos de Trabajo n. 28, Montevideo, Unidad Multidisciplinaria, Facultad de Ciencias Sociales. Abril, 1996.

DE PENA, Carlos María; ROUSTAN, Honoré **La República Oriental del Uruguay en la Exposición Universal Colombiana de Chicago (E. U. de N. A.). Breves Informaciones Geográficas y Estadísticas por...** en “Revista de la Asociación Rural del Uruguay” Año XXII N° 2; Montevideo, Enero 31 de 1893.

FRANZINA, Emilio “Culture territoriali italiane dal vecchio al nuovo mondo. Immigranti, arti e mestieri alle origini dell’industrializzazione in Brasile, Uruguay e Argentina fra Otto e Novecento” in BERETTA CURI, A. (Coord.) **Inmigración europea, artesanado y orígenes de la industria en América Latina**, Montevideo, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación-Udelar, 2015, pp. 27-49.

FRANZINA, Emilio “Le comunità imprenditoriali italiane e le Camere di commercio all estero (1870-1945)”, *In*: Sapelli, G. (a. cura di), **Tra identità culturale e sviluppo di reti. Storia delle Camere di commercio italiane all estero**. Catanzaro, Rubbettino Editore, 2000.

MAINO, Valeria “I marinai italiani in Chile a metà del secolo XIX” en Luigi Favero et al. **Il contributo italiano allo sviluppo del Chile**, Torino, Fondazioni Giovanni Agnelli, 1993.

MILLOT, Julio, BERTINO, Magdalena **Historia económica del Uruguay, tomo 2: 1860-1910**, Montevideo, Fundación de Cultura Universitaria, 1996.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE LA REPUBLICA ORIENTAL.

MOURAT, Oscar “Gli italiani e l’acquisizione della proprietà nell’Uruguay moderno” *In*: DEVOTO, Fernando et. Al. **L’emigración italiana e la formación del Uruguay moderno**, Edizioni Della Fondazione Giovanni Agnelli, 1993, pp. 233-317.

MOURAT, Oscar **La crisis comercial en la cuenca del Plata (1880-1920)**, Montevideo, EBO, 1973.

ODDONE, Juan Antonio **La emigración europea al Río de la Plata**, Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1966.

ODDONE. Juan Antonio, **La formación del Uruguay moderno. La inmigración y el desarrollo económico y social**. Buenos Aires. Eudeba, 1966.

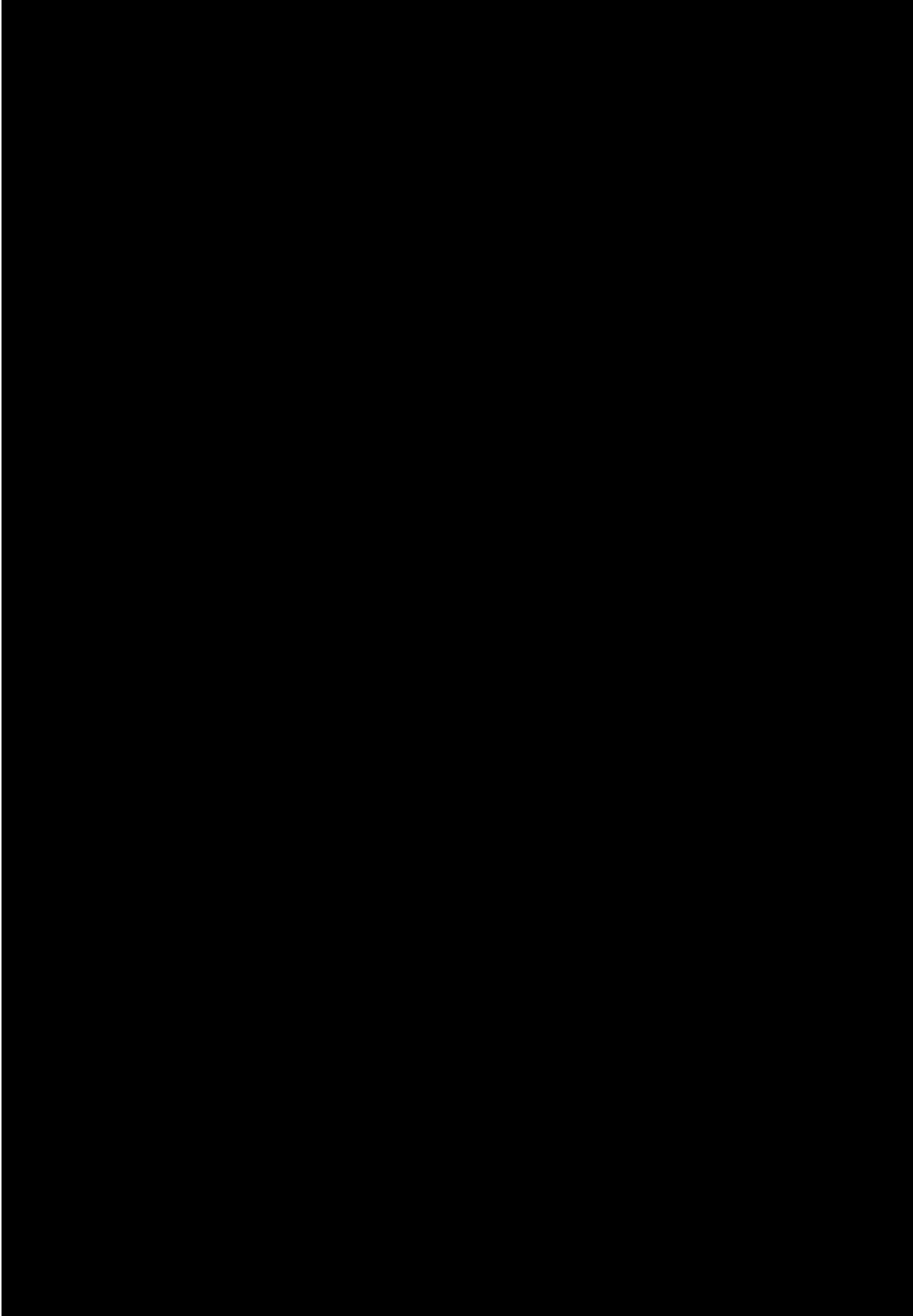
PALETTA, G. **La nascita delle Camere di commercio italiane all’estero**, *Impresa & Stato*, VI, 22, 1993.

PELLEGRINO, Anna “Il lavoro artigiano” en Stefano Musso (A cura di) **Il novecento, 1896-1945. Il lavoro nell’età industriale**, Roma, Castelvechi, 2015, pp. 84-125.

PELLEGRINO, Anna “Les travailleurs artisans en Italie, 1880-1940: continuité, transformations et culture du travail”, en Hatzfeld, N.; Pigenet, M.; Vigna, X. (Dirs.) **Travail, travailleurs et ouvriers d’Europe au XX^e siècle**, Dijon, Edition Universitaires de Dijon, 2016; pp. 229-241.

PIORE, Michael; SABEL, Charles, **Italian Small Business Development Lessons for U. S. Industrial Policy**, Massachusetts Institute of Technology, Number 288 August, 1981.

PIORE, Michael; SABEL, Charles **La segunda ruptura industrial**, Madrid, Alianza Editorial S. A., 1990.





IMIGRAÇÃO, IDENTIDADE E CULTURA

Aspecto do prédio onde funcionaram os cinemas União, Íris e Coliseu. Prédio de propriedade de Francisco Balen localizado na então rua Julio de Castilhos, entre as ruas Borges de Medeiros e Alfredo Chaves. A direita, vê-se o prédio de propriedade de Augusto Hübner, onde funcionava a funilaria do mesmo.

Caxias, [1915-1918].

Autoria: Domingos Mancuso.

Fundo Domingos Mancuso.

Doação Francisco Fortuna.

Acervo Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

A alimentação como fator de manutenção de identidade entre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul

Miriam Santos

Em tempos antigos, os chamados “guardiões do fogo”, em momentos de chuva e vento, arqueavam o peito sobre um punhado de chamas que traziam entre as mãos. Defendiam com a própria vida esse pedaço quente e luminoso de eternidade.

No nosso tempo outros há que são escolhidos para guardar um outro fogo: a história do que fomos e de quem somos. Esses anônimos guardiões das histórias buscam, entre os escombros, a palavra redentora. Eles sabem: tudo o que não se converte em história se afunda no tempo.

Mia Couto – O Mapeador de Ausências

O objetivo deste trabalho é analisar como a relação entre a alimentação, o estilo de vida e a imigração promove a geração e manutenção da identidade. Os métodos aqui utilizados são a revisão bibliográfica, iconográfica e documental e, como um dos principais resultados, podemos apontar que, ao contrário da crença do senso comum, as tradições culturais estão em constante mudança. Da mesma maneira, os pratos utilizados como símbolos identitários não são estáticos nem imutáveis e, mesmo quando se mantêm através do tempo, seus significados costumam ser constantemente reelaborados.

Imigrações italianas para o Brasil

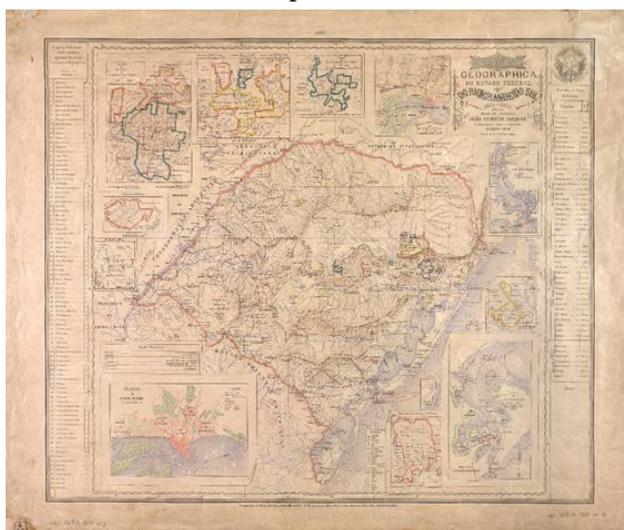
Devemos falar em imigrações italianas e não em imigração italiana, porque na verdade foram várias, bastante diversas entre si. Essas imigrações, diferenciadas no tempo e no espaço, não são homogêneas, apresentam especificidades diversas em função de locais de origem dos imigrantes, geografia, clima, inserção econômica, etc. Muitas vezes é mais fácil encontrar semelhanças entre a imigração italiana e alemã para o Rio Grande do Sul, do que entre a imigração italiana para São Paulo e para o Rio Grande do Sul.

Por isso optamos por utilizar neste trabalho dados sobre alimentação e cultura, referentes à imigração italiana para o Rio Grande do Sul, nossos

referenciais empíricos são principalmente os Municípios de Caxias do Sul e a região de Santa Maria, no RS.

Como já escrevemos alhures (SANTOS, 2015), a colonização do Rio Grande do Sul por imigrantes oriundos da Itália e da Alemanha fazia parte de um projeto geopolítico do governo imperial brasileiro, que se valeu da imigração para preencher o que acreditava ser uma lacuna populacional, no Sul do País. Existia o objetivo de substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre, mas também uma meta de aumentar o número de brancos no País, com uma substituição do negro escravo pelo branco europeu, em um processo de colonização baseado na pequena propriedade e que objetivava criar no Brasil *farmers*¹ dentro do modelo norte-americano, mas que resultou em um campesinato etnicamente diferenciado (SEYFERTH, 2009). A ideologia evolucionista respaldava esse pensamento; neste contexto, a escravidão era vista como uma forma arcaica de produção, que não se coadunava com a modernidade, enquanto a colonização europeia era vista como um processo civilizatório.

Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul com colônias e ex-colônias em destaque – 1891



Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart530286/cart530286.html. Acesso em: 14 maio 2021.

¹ Produtores rurais que utilizavam o trabalho familiar e estavam voltados para a produção para o mercado, baseados em um modelo capitalista de produção.

Cabe destacar que o significado de colônia e colonização, no Sul do Brasil, também é diferente do que encontramos no restante do País. Colônia é o termo que designa, especialmente no Rio Grande do Sul, tanto na linguagem oficial como na linguagem comum, uma área de terra virgem, destinada à colonização, especialmente à colonização estrangeira. Essa área era dividida em lotes destinados, por concessão, a chefes de família que para ter direito à posse plena deveriam desmatá-los, cultivá-los e pagá-los.²

Os italianos foram escolhidos porque os imigrantes europeus gozavam da preferência do governo imperial brasileiro e, quando a introdução dos alemães se tornou mais difícil, o processo de recrutamento para a imigração, no Norte da Itália, tornou-se mais efetivo. Havia hierarquias entre os imigrantes e os alemães; eram vistos como agricultores eficientes e como o ideal para a colonização no Rio Grande do Sul (SEYFERTH, 2001).

De acordo com Fausto:

Depois de 1870, o governo imperial incentivou a vinda de colonos italianos para o Rio Grande do Sul. Pequenos cultivadores procedentes em sua maioria do Tirol, do Vêneto e da Lombardia estabeleceram uma série de colônias, das quais a de Caxias foi a mais importante. A atividade econômica dos italianos, além de seguir alguns caminhos semelhantes a dos alemães, especializou-se no cultivo da uva e na produção do vinho. Entre 1882 e 1889, em um total de 41.616 imigrantes que ingressaram no Rio Grande do Sul, 34.418 eram italianos (FAUSTO, 2000, p. 241-242).

Portanto, tem lógica o fato de que a identidade dos descendentes de imigrantes italianos seja marcada pela Uva e pelo Vinho e, conseqüentemente, pela gastronomia. Já que são estes os elementos que os diferenciam dos colonos alemães.

Identidade, manutenção e reelaboração

Os descendentes de italianos do Rio Grande do Sul não podem ser entendidos literalmente como grupos étnicos, mas a literatura sobre etnicidade é muito consistente com o seu estudo, o que nos permite lançar luz sobre algumas questões. O conceito de etnicidade que mais

² Segundo Seyferth (1993, p. 38): “No seu significado mais geral, a categoria colono é usada como sinônimo de agricultor de origem européia, e sua gênese remonta ao processo histórico de colonização” e, ainda, a “categoria colono foi construída, historicamente, como uma identidade coletiva com múltiplas dimensões sociais e étnicas (p. 60)”.

se adapta ao estudo de tais grupos é o de Weber (1981), no qual os grupos são definidos não apenas pela raça ou pelas características culturais, mas também por um senso de pertencimento definido, subjetivamente. O sentido de pertencimento que Weber enfatizou, aparece no contato entre grupos étnicos, pois a “unidade étnica” se manifesta na oposição ou no desprezo pelas coisas diferentes, em confronto com fatores externos, despertando neste embate, entre o “nós” e os “outros”, o sentido de unidade grupal e a consciência de pertencimento a um grupo culturalmente distinto.

Ao definir o grupo étnico pela crença subjetiva numa origem comum, Weber sublinha que não é conveniente procurar a etnicidade em características fixas. Esta deve ser procurada antes na atividade de produção, manutenção e aprofundamento das diferenças, cuja objetividade não pode ser avaliada, independentemente da significação que lhes atribuem os indivíduos, no decorrer de suas relações sociais. Tais atividades de produção, manutenção e aprofundamento de diferenças funcionam como políticas de identidade, produzindo sinais diacríticos e marcadores sociais das diferenças. Segundo Seyferth:

Às mulheres – mãe e avó – é atribuído o papel de educar filhos e netos nos princípios da cultura trazida da nação originária. A origem comum é apenas um qualificador incompleto da identidade étnica, pois esta presume, igualmente, a prática cultural compartilhada pelos membros da comunidade. Os argumentos a favor da endogamia são relacionados à função da família como transmissoras da língua e dos costumes para os descendentes (SEYFERTH, 2000, p.166).

No caso dos descendentes dos imigrantes italianos do Rio Grande do Sul, encontramos “uma identidade básica que se expressa através de diferenças culturalmente dadas, e que podem ser assumidas como limites grupais” (SEYFERTH, s/d., p. 25). Poderíamos dizer que as identidades são construídas para a diferenciação e refletem a maneira pela qual o grupo se pensa (HANDLER, 1984).

Sobre essa cultura e seus limites, podemos afirmar como Cunha:

A cultura original de um grupo étnico, na diáspora ou em situações de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, essencial e que se acresce às outras, enquanto se torna cultura de contraste: este novo princípio que a subentende, a do contraste, determina vários processos. A cultura tende ao mesmo tempo a se acentuar, tornando-se mais

visível, e a se simplificar e enrijecer, reduzindo-se a um número menor de traços que se tornam diacríticos (1987, p. 99).

Ainda utilizando o mesmo texto de Cunha, devemos observar que “[...] existe uma bagagem cultural, mas ela deve ser sucinta: não se levam para a diáspora todos os seus pertences. Manda-se buscar o que é operativo para servir ao contraste. [...]” (CUNHA, 1987, p. 100-101).

Nessa mesma linha, Azevedo (1994, p.72), falando sobre o Município de Caxias do Sul, observa que existem ali valores “coloniais”, isto é, “reelaborações da experiência europeia no meio colonial”. Lembra sempre que esse colonial está referido às colônias imigrantes e não ao período em que o Brasil foi colônia de Portugal.

A cultura “italiana” é assumida como um elemento de diferenciação. Há uma construção histórica de uma identidade, ligada a determinados comportamentos, que estão associados ao sentido de pertencimento a um grupo. Acontece neste caso um “privilegiamento” de natureza biológica (a descendência italiana), para explicar fenômenos sociais, inclusive o desenvolvimento econômico.

Portanto não devemos esquecer que, como afirma Barth (1966), o passado é uma dimensão do contemporâneo, a cultura não é algo repetitivo, mas se atualiza constantemente. Ou, como assinala Balandier (1982), o passado coletivo serve como uma reserva de símbolos, que permite a construção de uma história idealizada, que justifica os privilégios, em função da herança recebida das gerações anteriores.

Comida e cultura

A alimentação frequentemente é apontada como um marcador no campo da identidade cultural tanto individual quanto do grupo; funciona como uma fronteira simbólica entre indivíduos em contato. No caso dos descendentes de italianos do Rio Grande do Sul, observamos que tanto a comida quanto a comensalidade são fatores importantes para a sua definição identitária.

Afinal, como ressaltado por Mintz (2001), o comportamento referente à comida está diretamente vinculado ao “sentido de nós mesmos e à nossa identidade social”. Mintz relaciona diretamente alimentação e cultura nacional, quando afirma:

As comidas são associadas a povos em particular, e muitas delas são consideradas inequivocamente nacionais, lidamos frequen-

temente com questões relativas à identidade. Todos sabemos que os franceses supostamente comem rãs e caracóis; os chineses, arroz e soja; e os italianos, macarrão e pizza. Mas a espantosa circulação global de comidas e a circulação paralela de pessoas levantam novas questões sobre comida e etnicidade. Seria mais fácil mudar o sistema político da Rússia do que fazê-los abandonar o pão preto; a China abandonaria sua versão do socialismo mais facilmente que o arroz (MINTZ, 2001, p. 34).

Do nosso ponto de vista, os descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, utilizam a comida como símbolo identitário e a abundância está associada com a prosperidade. Não podemos esquecer também o caráter de identidade portátil que a gastronomia adquire e como ela sinaliza para as diferenças entre os povos. Segundo Dutra:

o paladar, muitas vezes, é o último a se desnacionalizar, a perder a referência da cultura original. A culinária atua como um dos referenciais do sentimento de identidade; é por sua característica de “portable” [...] que ela pode se tornar referencial de identidade em terras estranhas (1991, p. 17).

Ribeiro (1998, p.188) nos informa que, por quase um século, a sopa típica da região de colonização italiana no Rio Grande do Sul foi a *minestra*, uma sopa de verduras com feijão que normalmente servia de jantar para a maioria dos colonos. Só bem mais tarde se popularizou a sopa de *agnolini* ou *cappelletti* (a diferença entre o *agnolini* e o *cappelletti* é somente o formato da massa).

Qual o significado da substituição? A *minestra* é uma sopa de camponeses feita com os ingredientes que se tem em casa, geralmente sobras de legumes e verduras. Além disso, não é uma sopa bonita. Com o tempo foi sendo associada aos tempos de pobreza. Mas, nos parece haver também um sentido instrumental na substituição à sopa de *agnolini* ou de *cappelletti* é muito mais palatável para o turista e, por isso, foi entronizada nos restaurantes da Região de Colonização Italiana (RCI), do Rio Grande do Sul. Isso nos remete para Henriques (2015), que afirma que o turismo influencia bastante o tipo de comida que é ofertado nos restaurantes, porque, muitas vezes privilegiam os alimentos que são considerados mais palatáveis e atraentes para os turistas, deixando de lado aqueles que são considerados feios ou mais exóticos.

Como afirma Douglas,

se a comida é tratada como um código, as mensagens que ela codifica serão encontradas no padrão de relações sociais que estão sendo expressas. A mensagem trata de diferentes graus

de hierarquia, de inclusão e exclusão, de fronteiras e transações através de fronteiras [...] as categorias de comida, por conseguinte, codificam eventos sociais (1971, p. 61).

O depoimento da Profa. Cleodes Piazza Júlio Ribeiro, em uma entrevista gravada em 1º de março de 2002, explica e exemplifica a citação acima.

Eu sou bisneta de um dos três primeiros casais que precede a grande imigração, meu bisavô com minha bisavó e outros dois casais são conduzidos de Porto dos Guimaraens, atual Porto do Cai, até a localidade de Nova Milano. [...] Eles foram conduzidos por um índio, o barracão ainda não havia sido construído, eles foram abrigados na choupana deste índio. [...] Luís era o nome de branco do índio, eles o chamavam de Luís Bugre e, nas mitologias familiares, este Luís Bugre sempre foi uma influência extremamente positiva na relação, ele os ensinou a comer o pinhão.

Assim, o pinhão vai ser incluído dentre os alimentos típicos “italianos”, junto com a sopa de *agnolini*, a carne *lessa*,³ o crem,⁴ o risoto com miúdos de galinha; o galetto, a polenta e muitos outros que, frequentemente, estão ligados ao que Douglas (1971) chama de “transações através de fronteiras”, no limite pode-se mesmo transformar um prato paulista como o Bauru Caxiense e, mais tarde, declarar que como o prato é farto e o restaurante em que é tradicionalmente servido, acolhedor, ele se tornou italiano, porque a fartura e o acolhimento são “característicos da culinária italiana”.⁵

Da mesma forma, em uma matéria com sugestões culinárias para quem estiver fazendo turismo na Serra gaúcha, encontramos o seguinte texto:

Para saborear uma refeição bem típica em Flores da Cunha, com direito à sopa de agnolini, galetto e sagu⁶ de sobremesa, a sugestão é almoçar na cantina da Famiglia Veadrigo, que fica no travessão Rondelli, a poucos minutos do Centro da cidade. Tudo oferecido lá – do pão ao vinho – é preparado pela própria família, que trabalha unida em uma cozinha, onde é preparado um dos mais deliciosos tortéis que você vai provar.⁷

³ *Lessa* é uma reminiscência em dialeto, significa cozida em água fervente.

⁴ O *crem* é feito de raízes raladas e postas em vinagre.

⁵ Ver Andrade (2021).

⁶ Segundo o *site* Divinho: “O sagu é uma das sobremesas mais tradicionais do Sul do Brasil, elaborada a partir de bolinhas de fécula de mandioca e vinho tinto”. Disponível em: <https://www.divinho.com.br/blog/sagu/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

⁷ Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2018/04/especiais/vinhos_e_espumantes_2018/623727-serra-like-a-local.html. Acesso em: 14 maio 2021.

Considerando que o sagu é feito com bolinhas de mandioca, ele dificilmente poderia ser considerado “típicamente” italiano. Mas aqui ocorre uma reelaboração da mesma forma que com o pinhão. O sagu pode não ser típico da Itália, mas é típico da Região de Colonização Italiana, no Rio Grande do Sul, o que basta para transformá-lo em comida de “italianos”.

Mais curioso ainda é o caso do *menarosto*, que um vídeo no *Youtube* chama de “comida italiana da colonia”. Segundo o *site* de turismo de Flores da Cunha,

menarosto é um processo que consiste em assar carnes sem ter contato direto com as chamas e fumaça (somente brasas), para isso é utilizado um rolete de espetos que gira lentamente para que as carnes assem por igual. Todo o processo de cozimento leva, aproximadamente, 5 horas. Essa técnica foi trazida pelos imigrantes italianos que vieram para o Brasil em busca de uma vida melhor. Eles utilizavam carnes de caça disponíveis na época e movimentavam o rolete manualmente por meio de uma manivela, pedal ou até roda d’água. Traduzido ao pé da letra, seu nome significa “levar o assado”, no sentido de girar o assado feito em espetos rotativos. Não era uma refeição comum, pois eram feitas em ocasiões especiais, quando as famílias se reuniam para festejar o sucesso nas caçadas. Desde 10 de agosto de 2010, o menarosto foi instituído como prato típico oficial de Flores da Cunha, através da Lei n. 2.831.⁸

No mesmo *site* é possível encontrar o anúncio para um jantar típico que incluiu: Codorna, polenta frita, tortéi,⁹ radici¹⁰ com *bacon*, maionese, pão colonial e café com grôstoli.¹¹ É interessante ressaltar que o *menarosto* foi incluído em um livro intitulado *Os gaúchos e o churrasco: uma jornada cultural através do fogo*, e que a maionese, ou salada de batatas com maionese, é um prato de origem alemã, trazido para o Estado do Rio Grande do Sul pelos imigrantes alemães, o que demonstra que a cultura dos diversos grupos étnicos não são ilhas, suas fronteiras são permeáveis mas, mesmo assim, os limites e as distinções se mantêm (BARTH, 2000).

⁸ Disponível em: <https://www.turismoflores.com.br/eventos/menarosto-linha-100>. Acesso em: 14 maio 2021.

⁹ Segundo o site Mel e Pimenta: “Tortéi é um prato típico da culinária italiana originário da região da Lombardia, o nome original é Tortelli. Aqui no Brasil o tortéi é um prato ainda muito presente nas mesas das famílias de imigrantes italianos e muitos restaurantes do Sul costumam ter esse prato em seus cardápios”. Disponível em: <https://melepimenta.com/tortei-delicias-da-culinaria-italiana/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

¹⁰ Verdura semelhante à rúcula.

¹¹ Grôstoli é um biscoito frito que é passado no açúcar e na canela.

De novo devemos lembrar Azevedo (1994) que nos fala de uma cultura específica da Região de Colonização Italiana, ou como ele batiza, dos italianos do Rio Grande do Sul e é essa cultura híbrida que permite incorporar como alimentos *italianos*: o sagu, o pinhão, a maionese, o churrasco, etc.

Figura 2 – Convite para um *menarosto*



Fonte: Disponível em: <https://www.turismoflores.com.br/eventos/menarosto-linha-80>. Acesso em: maio de 2021.

O que nos leva ao rótulo de colonial que vai ser empregado não só para os produtos produzidos nas antigas colônias, mas para todos os que são considerados típicos da região de imigração (tanto alemã quanto italiana).

Como aponta Garcia-Parpet, “os produtos locais adquirem valor porque contam uma história (que pretende ser a história), são associados a um local, a um momento específico, a uma identidade [...]” (GARCIA-PARPET, 2016, p. 494).

O rótulo “produto colonial” agrega valor aos produtos locais que antes eram de domínio doméstico, seja entre descendentes de imigrantes italianos, alemães, poloneses ou de outras origens étnicas.¹² Por isso passam a ser utilizados como atrativos nos restaurantes e também nos circuitos turísticos, de maneira especial no turismo rural e gastro-

¹² Sobre a valorização dos produtos coloniais ou “da colônia” ver, por exemplo, Zanini (2015).

nômico, que se inserem numa categoria mais ampla, conhecida como turismo cultural.

Observamos também a implantação de roteiros turísticos no interior do Estado do Rio Grande do Sul; implementados pelo desenvolvimento de um turismo voltado para o cultural, trazem valorização e visibilidade para o saber-fazer daquelas que se intitulam colonas italianas.

Existem pequenas variações naquilo que é considerado “tipicamente italiano”, no Estado do Rio Grande do Sul. Por exemplo, a “cuca italiana”, um pão feito com fermento de batata e um crocante de açúcar e canela como cobertura, é encontrada na região central do estado, mas não em Caxias do Sul, onde o chamado “pão italiano” é um pão de forma caseiro que também não possui qualquer relação com o pão italiano que é vendido nas padarias do Rio de Janeiro ou de São Paulo.

Tais variações acontecem não só em relação ao espaço, mas também no tempo. Alguns pratos podem ser considerados tipicamente italianos, em determinadas épocas, mas não em outras. Em 1975, por ocasião da visita do Presidente Geisel ao distrito de Nova Milano, em comemoração ao centenário da imigração italiana, o jornal O Globo descreve:

No início da tarde, Geisel e sua comitiva almoçarão no salão paroquial da Igreja Santa Helena da Cruz, onde há cem anos se reuniram pela primeira vez os colonos das famílias pioneiras Sperafico, Radaelli e Crippa. Cerca de 250 pessoas devem participar do almoço, que terá cardápio típico da região: sopa de agnolini, frango assado, carne cozida, leitão assado, risoto e vinho (O GLOBO, 20 maio 1975, p. 3).

Outros relatos (MANFIO, 2019) sobre almoços e jantares festivos, nessa mesma época, confirmam que o frango (ou galinha assada) e o leitão eram comumente incluídos, mas não encontramos referência ao galeto,¹³ apesar de que, em alguns casos, se mencionavam também o churrasco e a salada de batatas ou salada de maionese. Ou seja, naquele

¹³ Reza a lenda que o galeto surgiu em Caxias do Sul para substituir passarinhas, no momento em que a caça aos passarinhos é proibida. O galeto é a denominação utilizada para uma carne de frango de leite com, aproximadamente, 25 dias de vida, que pesa, no máximo, 500 a 700 gramas depois de limpo, assada no espeto diretamente sobre o fogo. *Al primo canto* significa ao primeiro canto, ou seja, abatido ainda jovem. Em Caxias do Sul, começou a ser servido em 1950 no restaurante do hotel de Lauthércio e Adélia Peccini. Contudo, mais que o frango, o galeto é “uma combinação de comidas, composta pelos seguintes pratos: sopa de agnolini, pão d’água em fatias, galeto assado no espeto, espaguete ao molho de miúdos, polenta frita, salada de *radicci* com toucinho frito, à qual foram agregadas, posteriormente, a maionese de batatas, uvas frescas no verão e/ou frutas em calda, nas demais estações do ano. A refeição era acompanhada de vinho em jarras”. (DAL PONT, Maria B.

momento, o cardápio era pensado não como “tipicamente italiano”, mas como registrado na nota de jornal transcrita acima “Típico da região”, incorporando o churrasco de campanha gaúcha e a salada de batatas dos imigrantes alemães.

Portanto, devemos concluir que a cultura não só influencia a escolha daquilo que é bom para comer, mas também determina como devemos comer, quando, de que forma e com quem. A caracterização funcional intrínseca de um alimento específico não se refere apenas ao sabor e à apresentação do prato, mas envolve a estratégia de compra, o método de consumo e a tecnologia de preparo, incluindo ocasiões que, às vezes, requerem um longo tempo de preparação e confecção dos pratos que serão degustados.

Tais afirmações nos remetem para o fato de que os alimentos “[...] são utilizados em conformidade às representações sociais e usos compartilhados pelos membros de uma classe, grupo ou cultura [...]” (FISCHLER 2001, p. 81).

As representações e os usos sociais dos alimentos podem ser públicos ou privados. A alimentação pública, aquela que é praticada em festas e restaurantes, é influenciada pela mídia, pelas transformações sociais, pelo contato com outros grupos e é moldada pela interação de todos esses fatores. A alimentação familiar muda mais lentamente e é moldada, principalmente, pelas mulheres, como veremos no próximo tópico deste artigo.

Gênero e transmissão da identidade

A construção dos gêneros se dá através da dinâmica das relações sociais. Para Grossi (1998, p. 6), “gênero é uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual”. A autora também afirma que o gênero está, permanentemente, sujeito a mudanças, pois “está sendo todo o tempo resignificado pelas interações concretas entre indivíduos do sexo masculino e feminino” (p. 7).

De acordo com Bourdieu,

s/d. Disponível em: <https://www.portalbonvivant.com.br/post/a-hist%C3%B3ria-do-galeto-al-prim-canto>. Acesso em: 29 jul. 2021).

O trabalho de reprodução esteve garantido, até época recente, por três instâncias principais, a Família, a Igreja e a Escola, que, objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes. É sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculina; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem (BOURDIEU, 2005, p. 103).

Cabe ressaltar que as relações reprodutivas, aquelas que ocorrem na esfera doméstica são tão importantes quanto as relações de produção, uma vez que são as relações reprodutivas que garantem as condições de formação e manutenção da força de trabalho produtiva.

Woortmann (1987) utiliza a teoria e terminologia marxista, para demonstrar que as atividades femininas são tão econômicas quanto as do marido, pois panelas, frigideiras, forno e fogão podem ser considerados “meios de produção”, e o alimento cru é a “matéria-prima” que elas utilizam para produzir um bem que será consumido por todos os membros da unidade doméstica; de maneira análoga, podemos deduzir que todos se beneficiam de seus serviços de limpeza e arrumação. Apesar de não remuneradas, essas atividades geram renda, ainda que de forma indireta. Em função disso, Woortmann conclui que o papel da mulher, mesmo que não exerça um trabalho remunerado, é tão econômico quanto o do marido, pois a família não poderia criar seus filhos sem o trabalho dos dois.

No caso dos descendentes de imigrantes italianos do Rio Grande do Sul, observamos a centralidade da comida e, também, a importância da organização do trabalho familiar e coletivo, em que relações de gênero e hierárquicas se mesclam e se superpõem. As mulheres realizam o trabalho de reprodução tanto biológica quanto social, são elas que, no cotidiano, transmitem e mantêm a identidade coletiva.

[...] as mulheres foram protagonistas e também elementos extremamente importantes de manutenção de gostos, paladares e costumes culinários étnicos. Elas, de certa forma, em suas cozinhas, no ensinamento de receitas de mães e avós para as filhas e netas, passaram muitos valores do universo “italiano” de origem. Ensinavam, além de culinária, posturas para a vida: quem deveria ser servido primeiro, para quem seria destinado o melhor pedaço de alimento, como servir as visitas, o que deveria ser destinado à caridade, onde sentar, com quem falar, sobre o que falar, entre tantos outros ensinamentos. Enfim, além de comida, ensinava-se como uma “boa mulher italiana” deveria

se comportar, dentro e fora de casa; quais as hierarquias sociais existentes e como deveriam ser respeitadas (ou não) (SANTOS; ZANINI, 2008, p. 258).

Contudo, é preciso ter clareza que as relações modificam-se junto com as transformações do contexto social, muitos lamentam que com a participação cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho, “as receitas familiares vão morrendo junto com as avós, as mães, que aprenderam de suas avós e de suas mães, na cozinha da casa, observando-as e depois ajudando...”¹⁴

De certa maneira, as refeições funcionam como rituais e, segundo Douglas (1976, p. 82), o ritual “focaliza a atenção por enquadramento; ele anima a memória e liga o presente com o passado relevante”. A preparação de alimentos, a arrumação da mesa, as cerimônias e as festas funcionam como rituais cotidianos, que marcam e fragmentam o tempo, contribuindo também para a formação e manutenção das memórias.

Cabe lembrar também que, segundo Dumont (19997, p. 56), “a percepção de nós mesmos como indivíduos não é inata, mas aprendida. Em última análise, ela nos é prescrita, imposta pela sociedade em que vivemos”. Em suma, o indivíduo se constrói por e através do grupo e, nesse caso especial, através da família.

Voltando a Bourdieu:

[...] uma parte muito importante do trabalho doméstico, que cabe às mulheres, tem ainda hoje por finalidade, em diferentes meios, manter a solidariedade e a integração da família, sustentando relações de parentesco e todo capital social com a organização de toda uma série de atividades sociais ordinárias, como as refeições, em que toda a família se encontra, ou extraordinárias, como as cerimônias e as festas destinadas a celebrar ritualmente os laços de parentesco e assegurar a manutenção das relações sociais e da projeção social da família, [...] (1999, p. 52).

Ou seja, novamente encontramos a relação entre gênero, comida e sociabilidade. Cabe destacar que a relação nunca é apenas instrumental, a comida serve para matar a fome, mas não apenas para isso.

É interessante notar que existe também um lugar no imaginário social ligado ao cuidado e ao afeto na produção do gênero feminino, através da elaboração da comida, e há, por consequência, uma sobrecarga às mulheres nesta tarefa associada ao espaço doméstico.

¹⁴ Disponível em: <https://www.portalbonvivant.com.br/post/2020/04/17/grostoli-qual-%C3%A9-a-origem-e-como-fazer>. Acesso em: 12 jun. 2021.

Além disso, como aponta Brumer (2004), as tarefas destinadas às mulheres evidenciam sua condição de subordinação:

As mulheres, ainda, responsabilizam-se praticamente sozinhas pelo trabalho doméstico, no qual com frequência são auxiliadas ou substituídas pelas filhas, quando têm outra atividade. Nessa esfera, as mulheres têm autonomia e poder, tomando decisões relativas ao preparo dos alimentos, cuidado da casa e da roupa, orientação e educação dos filhos, assim como ao uso de recursos destinados ao consumo doméstico. Elas também tomam decisões referentes a vendas eventuais de bens por elas produzidos, tais como ovos, queijo, nata e outros, sendo também as responsáveis pelo uso dos recursos assim obtidos. No entanto, não se deve superestimar a importância de sua autonomia e poder nesse domínio, tendo em vista, por um lado, que as vendas feitas por elas geralmente são eventuais e de pequeno valor e, por outro, que as atividades domésticas são consideradas como secundárias, pelos próprios membros da família, em relação às atividades produtivas (BRUMER, 2004, p. 211-212).

Enfim, como afirma Woortmann, é através da memória que pratos e receitas são transmitidos de geração em geração (WOORTMANN, 2016), mesmo quando as pessoas se distanciam de suas raízes. Neste mesmo diapasão, Maciel (2001, p. 151) destaca o quanto a comida está envolvida com a emoção e como através dela, e por ela, “trabalha com a memória e com sentimentos” e também com os pertencimentos. Assim, nestas inter-relações, não se pode perder de vista o peso das subjetividades, bem como o das forças sociais e de suas negociações.

Finalmente, é preciso destacar que muitas das coisas que são apontadas como “tipicamente italianas” estão relacionadas com uma cultura camponesa que é compartilhada com outros grupos imigrantes (como alemães e açorianos).

Encontramos um exemplo desse tipo em um *site* que fala sobre o grôstoli:

Grostoli ou Crostoli, tanto faz... Ambas as palavras definem este doce de massa que lembra os cafés da tarde na casa dos avós, o inverno, sabor do açúcar e canela na boca e as mãos meladas. Já ouvi serem chamados de “cueca virada”, de “orelhas de gato”. Dele existem diversas receitas, assim como diversas apresentações. Está presente na culinária de diversos países europeus, variando de nome, mas não de receita. Chegou ao Brasil através dos portugueses e, também, dos imigrantes europeus, no final dos anos 1800, tornando-se popular. Na Europa, o grôstoli é um doce de Natal e Ano Novo; na Itália é tradicional no car-

naval, porém do Brasil não há vínculos com épocas ou datas comemorativas.¹⁵

É interessante perceber que o autor separa os portugueses dos imigrantes europeus, como se Portugal não ficasse na Europa ou como se, no Brasil, não houvesse imigração portuguesa, apenas os colonizadores que aqui chegaram em 1500. É igualmente interessante a separação feita entre a Itália e os demais países da Europa.

No mesmo *site* podemos ler:

Preparar esta iguaria não é fácil. É um processo trabalhoso, envolvendo conhecimento sobre ponto da massa, de forma a não batumar ou ficar massuda demais, impedindo o cozimento interno; a forma de virar a massa deve ser feita de tal forma que não esgace e nem se rompa na fritura. Ela deve crescer no ponto certo e ter equilíbrio entre textura e doçura. Demanda tempo e prática que as pessoas não dispõem mais, hoje em dia. Raramente, vê-se a preparação do *grostoli* em casa, mesmo no interior; o saber fazer, o costume de servi-lo e a receita estão se perdendo. Muitas agroindústrias ou pequenos produtores artesanais fabricam e vendem com sucesso em feiras, mercados ou mesmo nas feiras de agricultor.¹⁶

Recentemente, a valorização da agricultura orgânica e dos produtos caseiros, como geleias e biscoitos, que as mulheres fabricam e vendem nas feiras, contribui para o empoderamento dessas mulheres. Neste processo, a culinária, hábitos e costumes são mostrados como tradição e patrimônio familiar, o que finda por valorizar, também, o conhecimento camponês.

Sobre isso, podemos recorrer a Certeau (2002, p. 211) que, ao analisar o papel das mulheres na preparação da comida no espaço doméstico, nega a ideia de uma suposta “natureza” feminina e estável, que é atribuída às mulheres pelo trabalho doméstico; demonstra a relação das mulheres que, ao ritualizarem os gestos, produzem uma memória em suas mãos que cozinham. Existe ao mesmo tempo um grande investimento afetivo e um alto grau de ritualização, nas atividades culinárias.

Acontece que, no âmbito doméstico, existe uma invisibilidade social, que mostra que a tarefa feminina está posta em uma ordem cultural, inserida em uma hierarquia interna, em uma classe social, em técnicas (em um saber/fazer). Desta forma, as mulheres, aparecem como

¹⁵ Disponível em: <https://www.portalbonvivant.com.br/post/2020/04/17/grostoli-qual-%C3%A9-a-origem-e-como-fazer>. Acesso em: 12 jun. 2021.

¹⁶ *Idem*.

portadoras de uma memória múltipla, uma memória de aprendizagem, uma receptividade sensorial que produz histórias, identidades e afetos (CERTEAU, 2002).

Além disso, cabe destacar que o desempenho das tarefas ligadas à alimentação e ao cuidado não é exclusivo das descendentes de imigrantes italianas, mas pode ser encontrado em todo o Brasil entre mulheres de todas as classes sociais. Devemos assinalar igualmente que, principalmente nas classes mais abastadas, muitas vezes são as empregadas domésticas que desempenham o papel de transmitir os conhecimentos culinários às novas gerações.

Considerações finais

A epígrafe com a qual abrimos esse texto remete para a importância da história e da memória. Do lembrar e preservar para a manutenção dos elementos culturais. Fala também do fogo e da sua simbologia sempre tão importante, quando falamos de comida. Levi-Strauss (2004) já assinalava que não cozinhamos a comida por precisar fazê-lo para consumir os alimentos, cozinhamos para provar que somos humanos. A culinária é uma forma de reafirmar a nossa civilização.

Estudar a culinária é também uma forma de reafirmar sua diferença cultural e manter os limites, como aponta Barth, o que conforma os grupos é muito mais a criação e manutenção dos limites do que a cultura do grupo. Como o autor aponta, o que demarca a continuidade do grupo no tempo, quando sua cultura e seus critérios de pertencimento se transformam; é justamente a manutenção das fronteiras que separam nós e os outros que contribui para a continuidade da existência desse grupo. Tais afirmações fazem eco às explicações que Weber fez sobre os grupos étnicos e se encaixam perfeitamente no grupo que estudamos aqui.

No Rio Grande do Sul, apesar da imigração italiana já ter mais de um século, continuamos lidando com a ideia de distinção cultural, e acreditamos que, ao longo da História, a comida foi utilizada como um fator diacrítico importante, que sofreu transformações ao longo do tempo, mas continua demarcando a fronteira.

Referências

ANDRADE, Vanessa Pacheco de. **Bauru à moda caxiense**: um estudo de caso na gastronomia da região de colonização italiana. 2021. Dissertação

(Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2021.

AZEVEDO, Thales de. **Os italianos no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 1994.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Ed. da UnB, 1982.

BARTH, Fredrik. Models of social organization. **Occasional Papers**, London: Royal Anthropological Institute, n. 23, 1966.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Org. de Tomke Lask. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 360, jan./abr. 2004.

CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano: morar e cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. v. 2.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Etnicidade: da cultura residual, mas irreduzível. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 97-108.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DOUGLAS, Mary. Deciphering a meal. *In*: GEERTZ, Clifford (org.). **Myth, symbol and culture**. New York: Norton, 1971.

DUMONT, Louis. **La Tarasque**. 4. ed. Paris: Gallimard, 1951.

DUTRA, Rogéria C. de Almeida. **A boa mesa mineira: um estudo de cozinha e identidade**. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 8. ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

GARCIA-PARPET, Marie France. Patrimonialização de produtos alimentícios na França: construções simbólicas e reinvenção do passado. *In*: WOORTMANN, E.; CAVIGNAC, J. (org.). **Ensaio sobre a antropologia da alimentação: saberes, dinâmicas e patrimônios**. Natal: EDUFRN; Brasília: ABA, 2016.

GROSSI, M. P. Identidade de gênero e sexualidade. **Antropologia em primeira mão**. PPGAS/UFSC, Florianópolis, n. 24, 1998.

HANDLER, Richard. On sociocultural discontinuity: nationalism and cultural objectification in Quebec. **Current Anthropology**, v. 25, n. 1, 1984.

HENRIQUES, Cláudia. O gosto do outro pelo nosso gosto. *In*: Santos, Norberto e Cravidão, Fernanda Delgado (organizadores). **Gastronomia e vinhos: do turismo de experiência à experiência pelo turismo**. Coimbra,

PT: Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território; Edições Minerva Coimbra, 2015. p. 131-149.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O cru e o cozido. **Mitológicas 1**, São Paulo: Cosac&Naify, 2004.

MANFIO, Juliana Maria. **A construção de uma memória**: as comemorações do centenário da imigração italiana na região da ex-colônia Silveira Martins (1975-1993). São Leopoldo: Edição do Autor, 2019. 231 p., il.: fot. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9093?show=full>. Acesso em: 24 ago. 2021.

MINTZ, S. W. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 47, p. 31-41, 2001.

MOREIRA, S. 16A. Alimentação e comensalidade: aspectos históricos e antropológicos. **Ciênc. Cult.**, São Paulo, v. 62, n. 4, p. 23-26, 2010. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252010000400009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 ago. 2019.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio. Paese di cuccagna ou o país das maravilhas. *In*: MAESTRI, Mário. **Nós, os ítalo-gaúchos**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

SANTOS, Miriam de Oliveira. **Bendito é o fruto**: Festa da Uva e identidade entre os descendentes de imigrantes italianos. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2015.

SANTOS, Miriam Oliveira, ZANINI, Maria Catarina C. Comida e simbolismo entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. **Caderno Espaço Feminino**, v.19, n.01, jan./jul., 2008.

SEYFERTH, Giralda. Identidade étnica e folclore. *In*: SEMINÁRIO SOBRE FOLCLORE ALEMÃO, 1., s/d., Blumenau. **Anais** [...]. Blumenau, s/d.

SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica (Um estudo de caso). **Anuário Antropológico**, n. 91, p. 31-63, 1993.

SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p.143-176, nov. 2000.

SEYFERTH, Giralda. Imigração e nacionalismo: o discurso da exclusão e a política imigratória no Brasil. *In*: CASTRO, Mary Garcia (coord.). **Migrações internacionais**: contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes, colonos: ocupação territorial e formação camponesa no Sul do Brasil. *In*: NEVES, D. P. (org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. São Paulo: Ed. da Unesp; Brasília: Nead, 2009. p. 39-63. v. II.

WOORTMANN, Ellen. Memória alimentar: prescrições e proscições. *In*: WOORTMANN, E.; CAVIGNAC, J. (org.). **Ensaio sobre a antropologia da alimentação**: saberes, dinâmicas e patrimônios. Natal: EDUFRN; Brasília: ABA, 2016.

WOORTMANN, K. **A família das mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1987.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina (org.). **Mercados, campesinato e cidades**: abordagens possíveis. São Leopoldo: Oikos, 2015.

“Tem que saber fazer pão”: Gênero e família na migração italiana para o Rio Grande do Sul

Maria Catarina Chitolina Zanini

Imigração italiana para o Rio Grande do Sul e suas invisibilidades

Na historiografia brasileira ainda há uma “tensão” interpretativa acerca dos estudos da imigração italiana, observando-se certa “tendência” a metonimizar o processo mais amplo pelos acontecimentos históricos da imigração italiana, para a ocorrida no estado de São Paulo. É importante ressaltar que há muitas semelhanças, mas também dezenas de diferenciações entre o processo que ocorreu em São Paulo, após a Abolição da Escravatura (1888) e a colonização que se deu para o Rio Grande do Sul, em 1875, quando o Brasil ainda era um Império. Há que se observar as “situacionalidades” e particulares de ambos os processos, bem como da imigração italiana para outros estados e regiões do Brasil, tais como: Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, dentre outros. No Rio Grande do Sul, os imigrantes italianos se tornaram colonos proprietários de terras (25 hectares, em média), enquanto em São Paulo o colonato irá representar outra espécie de relação de trabalho entre fazendeiros e operários agrícolas do café. As colônias possuíam lotes urbanos e rurais, contudo, a noção de colono passou a ser atrelada mais ao mundo camponês. Como ressaltava Seyferth (1983), no Sul do Brasil a noção de colono remete àquele agricultor que associa a si uma origem étnica diferenciada (italiana, alemã, polonesa, russa ou outras), em contraste “aos brasileiros”.

Há que se ressaltar também que, com certeza, em nível de estudos demográficos, a literatura paulistana e suas pesquisas estão mais avançadas em alguns temas do que no Rio Grande do Sul. Um exemplo seria o estudo dos casamentos, das filiações, das toponímias, das sucessões, das heranças e das questões interativas entre imigrantes e as demais populações locais (MOSMA, 2016). Contudo, esses processos, quando olhados comparativamente, muito esclarecem acerca das dinâmicas que os imigrantes italianos desenvolveram em solo brasileiro (TRUZZI; ZANINI, 2018), em diferentes contextos. A imigração de italianos para

o Brasil foi uma migração familiar, negociada entre governos, diferente da Argentina e dos Estados Unidos, por exemplo, que tiveram migração de homens sozinhos, não necessariamente com sua família nuclear ou extensa. Como ressalta Lorenzoni (1975),¹ em suas memórias, eram em famílias que os imigrantes italianos que vieram para o Brasil se organizavam para o processo migratório: “Chegou finalmente o dia 15 de novembro de 1877, data marcada para a partida das famílias, todos do nosso núcleo. Eram vinte e duas famílias, sendo de cento e tantas o número de pessoas que as acompanham” (LORENZONI, 1975, p.18). E, naquele momento, incentivados pelos agentes de imigração, essas famílias do Norte da Itália rumaram para o Brasil, grande parte era de camponeses (FRANZINA, 2006; GROSSELLI, 1987), católicos e pobres. Naquele contexto, a Itália se encontrava num período de conflitos, ascensão das relações capitalistas que entravam em confronto com as lógicas camponesas e agrárias, a fome, as guerras e os conflitos, o que favorecia a imigração como possibilidade de melhora nas condições de vida e, também, como tenho ressaltado em meus escritos, da reprodução da condição camponesa (ZANINI, 2004, 2006). Nesse contexto, as mulheres migravam como filhas de um homem (sobrenome), mulheres de algum homem, irmãs ou parentes de alguém, provavelmente um homem. São poucas as informações sobre mulheres, que fizeram sozinhas a travessia, provavelmente estavam vinculadas a algum núcleo familiar mais extenso, por parentela ou afinidade.

Quando se observa a imigração italiana para o Brasil, acontecida nos finais do século XIX e início do XX, a importância da família como valor (WOORTMANN, 1995) e também como instituição se torna visível em todas as situações e nos permite compreender muitas das “escolhas” e “opções” tomadas por aqueles indivíduos, especialmente os camponeses. No processo colonizador, para cada núcleo familiar, um lote de terra. Dessa forma, alguns casamentos também eram antecipados, vislumbrando a possibilidade de propriedade da terra. Ao organizarem as linhas,² tanto os imigrantes quanto os responsáveis pela distribuição

¹ Giulio Lorenzoni, depois denominado de Júlio, migra com a família do Veneto italiano (Vicenza), em 1877. Deixa suas memórias escritas em italiano. As mesmas são posteriormente traduzidas e publicadas pelos descendentes, em 1975, quando dos festejos do centenário da Imigração italiana no estado do Rio Grande do Sul.

² As linhas eram divisas entre os lotes, demarcando sua distribuição geográfica. Compreendo, igualmente, que havia outras questões que orientavam essa distribuição, como observei em minha pesquisa na IV Colônia de Imigração Italiana, na região central do Rio Grande do Sul (ZANINI, 2006). Hoje essa região compreende os seguintes municípios: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São

dos lotes observavam as afinidades entre os imigrantes, especialmente as dialetais, as de origem das regiões italianas, familiares, devocionais, a topografia dos lotes, visando habilidades já reconhecidas em alguns cultivos e ofícios, entre outras. Por meio da propriedade da terra, esses indivíduos se tornarão colonos, ou seja, habitantes das colônias. Segundo Trento:

Entre 1880 e 1924, entraram no Brasil mais de 3.600.000 emigrantes, dos quais 38% eram constituídos por italianos, percentual que sobre para 57,4%, se examinarmos apenas o período de 1880-1904... O Brasil colocava-se, assim, em 3 lugar no fluxo incessante da emigração italiana entre os anos 80 e a Primeira Guerra Mundial, depois dos Estados Unidos (5 milhões entre 1875 e 1913) e a Argentina (2.400.000) (1988, p. 18).

Falar de família e gênero na imigração histórica italiana para o Brasil, que ocorreu em finais do século XIX e início do XX, ainda é falar, especialmente, de família monogâmica, endogâmica, cristã, patrilinear, patrilocal (ou neolocal) e que se reproduzia, especialmente no meio camponês, pela força da organização do trabalho orientado pela autoridade paterna (ou masculina). Penso família como uma importante instituição socializadora, por meio da qual os indivíduos se reconhecem no mundo e reconhecem os demais. Trata-se de uma primeira via de acesso ao mundo (exterior e interior), a seus significados, suas ordens e lógicas. Nas palavras de Bourdieu, (1998, p. 41-42), “na realidade, cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, certo capital cultural e um certo ethos, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados...”. Diz o autor que a família é uma ficção bem fundamentada (BOURDIEU, 1996, p.126), ou seja, que há um forte imperativo na sua formação social e simbólica e na partilha e legitimação de seus preceitos e regras. Compreende-se, igualmente, que, pela família, “herdam-se” valores, capitais, habilidades, entre outras redes de relações, dádivas e dons, bem como obrigações, reconhecimentos e pertencimentos.

Como ressalta Levi-Strauss (1966),³ nas relações de parentesco, a família deve ser pensada também como aliança, como possibilidade

João do Polêsine e Silveira Martins. Agudo, por exemplo, teve uma colonização germânica, contudo também está incluso na região da IV Colônia. O nome de Quarta Colônia advém, segundo relatos, pelo fato de Silveira Martins ter sido a IV Colônia de imigração italiana na ordem cronológica. Sua colonização se inicia em 1877/78. Hoje é uma denominação turística, geopolítica e também administrativa.

³ Como ressalta Levi-Strauss (1966, p.325): “Compreendemos agora por que é tão errado tentar explicar a família apenas em termos naturais de procriação, instintos maternais e

de trocas. Nesse processo, revela-se como uma criação cultural e não biológica, por meio da qual indivíduos se comunicam entre si (e para além de si). Assim, os imigrantes italianos, católicos, cristãos, brancos e oriundos do Norte da Itália, casavam muito entre si, formando alianças orientadas por uma endogamia de grupo, de religiosidade e também de regionalidade italiana de origem, pois, no início, falavam distintos dialetos. E, como ressalta De Boni (1980), a catolicidade era o idioma comum, sendo por meio dela que estabeleciam vínculos de pertencimento e se compreendiam enquanto “iguais”. No catolicismo que trouxeram da Itália, a família era um forte valor também, especialmente para os camponeses; ela norteava a ordenação de mundo e, pela via do casamento, a possibilidade de viver a sexualidade, especialmente no caso das mulheres. Há que se ressaltar também que os compromissos de noivado ou promessas de casamento eram tratados como acordos mais amplos, que diziam respeito à família nuclear e extensa, como um todo, e não apenas aos noivos, estabelecendo laços mais amplos, criando parentes e afins. A ideia de amor romântico faz parte da vivência das gerações posteriores aos primeiros imigrantes, que ainda viviam o casamento como uma escolha familiar (holística) e não individual. Em minhas entrevistas com mulheres descendentes de imigrantes italianos de mais idade, era comum ouvir histórias de como eram proibidos os casamentos com “os brasileiros” ou com rapazes de famílias que não eram bem-vistas por questões de algum estigma ou de rapazes que tivessem má-fama. Hoje, o casamento é compreendido mais como uma escolha individual do que “uma questão de família”. Nesse sentido, a ideia de amor romântico tem seu peso nas escolhas matrimoniais atuais, permitindo casamentos inter-raciais também e entre indivíduos divorciados e separados, o que no passado não era aceito. Contudo, no meio camponês, há ainda o casamento preferencial com pessoas também de origem italiana.

sentimentos psicológicos entre homem e mulher, e entre pais e filhos. Nenhum deles seria suficiente para motivar a existência de uma família, e isso por uma razão muito simples: para toda a humanidade, o requisito absoluto para a criação de uma família é a existência prévia de duas outras famílias, uma apta a proporcionar um homem e outra uma mulher, os quais, mediante o casamento, iniciarão uma terceira e assim indefinidamente. Dito em outras palavras: o que realmente diferencia o homem dos animais irracionais é o fato de que, na humanidade, uma família não poderia existir se não houvesse sociedade, isto é, uma pluralidade de famílias prontas a reconhecer que existem outros laços que não os consanguíneos, e que o processo natural de filiação somente pode ocorrer através do processo social de afinidade”.

Nos escritos de Dal Lago e Dal Lago (1991), é contada a história do imigrante Giorgio Dal Lago e de seus descendentes:

Ainda solteiro, Laurindo e seu amigo Nani Grando encheram uma sacola de roupas, alguns alimentos, foice, machado e mais algumas ferramentas. A pé e descalços, rumaram numa verdadeira aventura, para a localidade de Paiol Grande (hoje Erechim). Demoraram oito dias para chegar. Laurindo pretendia comprar um pedaço de terras naquela localidade, iniciar a derrubada da mata e fazer uma lavoura, depois construir uma casinha para poder casar. Algum tempo depois, seus irmãos Alindrio, João e Fioravante embarcaram num trem em Guaporé e foram ajudar Laurindo a preparar sua lavoura e construir sua casa. Derrubaram a mata, serraram madeira, fizeram as tábuas e a casinha foi construída. Permaneceram por lá mais ou menos um ano os quatro irmãos, trabalhando como desbravadores. Mas, Laurindo que havia deixado uma namorada em Linha Emília, estando já a casinha pronta, resolveu voltar para casar-se. Seus irmãos também voltaram para assistir ao casamento, não mais retornando para Paiol grande com Laurindo (DAL LAGO; DAL LAGO, 1991, p.101).

Sendo o casamento a possibilidade de formação do novo núcleo familiar, da descendência patrilinear para os filhos e da união consentida, bem como da vivência da sexualidade publicamente aprovada, era um momento muito importante para as famílias. Para uma mulher, a solteirice até era tolerada, mas, para os homens, nem tanto. Muitas vezes era o casamento que incentivava e promovia a aquisição de novas terras, a fim de alimentar a prole, que geralmente era muito grande. Como os primeiros lotes, em média, tinham 25 hectares, com o passar dos anos tornava-se pequeno para o crescimento da família e dos novos núcleos familiares que se formavam. Uma das práticas usadas na sucessão da terra era o minorato, possibilitando a sucessão e herança da terra paterna para o filho homem menor, que, idealmente, teria a responsabilidade de cuidar dos pais. Durante muito tempo, as mulheres não recebiam terra por herança, somente os homens, aspecto que ainda merece mais estudos no processo de imigração e colonização italiana no Rio Grande do Sul. Trabalhando com a família para a aquisição de terras, compreendia-se, no passado, que a terra deveria ficar no núcleo de descendência, patrilinear e não ser dividida com as mulheres. E essa era uma prática legitimada pelas mulheres também, o que nos faz pensar, como ressalta Bourdieu (2002), o quanto há a introdução das práticas de dominação masculina, em vários e distintos aspectos, especialmente para as mulheres camponesas. Práticas que findam por ser interiorizadas

e aceitas pela via da tradição e do costume, em nome da família extensa, muitas vezes, como no caso da transmissão da propriedade da terra, por exemplo. Hoje também há o celibato masculino no mundo camponês de origem italiana, em diversas partes no Rio Grande do Sul, questão que ainda merece mais estudos.

Para se comemorar o valor da família, das origens e da saga do pioneiro imigrante que fez a travessia e que inicia a história da família como imigrantes no Brasil, são organizadas festas de família que chegam a reunir centenas de pessoas, milhares, às vezes, dependendo do tamanho da família e do nível de organização desses eventos. Na região central do Rio Grande do Sul, há várias dessas festas de família, que publicam convites na imprensa, divulgam em rádios, mídias digitais e outros meios de comunicação, procurando agregar os parentes e descendentes.

Como ressalta uma de minhas entrevistadas, Alice (18 anos):

Ah, o meu relacionamento assim, da minha família, os que são parentes, é ótimo, claro que eu sempre encontro. Assim, às vezes tu tá num lugar e dizem ah!” Eu sou S. também, né? [...] a gente promove até uma vez por ano uma festa, de toda a família S., pelo menos assim os mais chegados sempre vão, a gente se reúne, fica a noite inteira, os homens jogam bocha, as mulheres ficam fazendo fofoca, janta, sempre no verão fica mais fácil... A gente fica em... que ali tem a casa que a gente para, tem minhas tias, então a gente fica na casa grande, espaçosa, tem um quarto para cada família, pro pai, pro irmão do pai, pros primos, é uma casa enorme e tem fogão à lenha, dispensa. Eu me sinto na Itália lá, aquela mesona assim, é bem legal, e a parreira de uva também, onde de domingo a gente põe a mesa do lado de fora, no verão, come lá e o vinho a gente busca na vó... (Entrevista realizada em 2/7/1999).

E, dizia Alice que, nos momentos das grandes reuniões familiares, as tias e a mãe ensinavam-na a preparar as “comidas italianas” (polenta, agnolini, cappelletti, caneloni) e a dar valor à história da família. Nesse sentido, compreende-se o importante momento dessas ritualidades para a construção e partilha de memórias⁴ (HALBWACHS, 1990; ZANINI, 2014), de geração a geração. Quando a entrevistei, Alice fazia curso de italiano e tinha muita vontade de conhecer a Itália. As memórias do processo de imigração e de colonização, das histórias das famílias e dos eventos particulares criam uma noção de pertencimento e de valor as-

⁴ Por memória, compreendo, conforme Halbwachs (1990), as narrativas sobre o passado, construídas no presente, no compartilhamento possível e compreensível.

sociado ao sobrenome e à ideia da família como patrimônio (ZANINI, 2004).

Família, gênero, autoridades e afetos

Entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Brasil, a família se formava por meio do matrimônio que se dava num ritual específico, que concretizava a formação de uma nova família e, posteriormente (depois de 1889), pelo registro civil também em cartórios, formalizando, do ponto de vista civil, a união. Em minhas pesquisas com descendentes de imigrantes italianos da IV Colônia de imigração italiana, na região central do Rio Grande do Sul, ouvi muitos relatos de namoros, acerto entre famílias para a união dos noivos. Havia noivados longos e, quando se “acertava” o casamento pelos pais dos noivos, havia toda uma preparação necessária para os festejos e a oficialização pública deste enlace. Tenho muitos relatos de festas de casamento, das roupas usadas, das comidas preparadas, das bebidas, das músicas e dos cantos daqueles que participavam da residência dos noivos depois do matrimônio, dentre outras narrativas muito ricas e que me alertaram também acerca dos diálogos que os imigrantes foram tecendo com a sociedade local, introduzindo novos costumes e gostos, tais como: o churrasco, por exemplo, ou a importância do vestido de noiva branco, a preparação do enxoval da noiva, dentre outros. Uma das qualidades necessárias da “noiva” era reconhecer a autoridade dos pais no noivo e, em especial, o bom reconhecimento da importância da relação sogra/nora, no processo de inclusão da mulher na nova família, de quem assumia o sobrenome nos registros civis e religiosos. Bonito relato também está na obra Família DeToni, que migrou para Pinheiro Machado, na região da Serra, no Rio Grande do Sul:

O dia 2 de maio de 1925 foi um sábado bastante chuvoso. De manhã, às oito horas foi feita a *colassione* ou *colassion* (bicho/mondongo com pão e bebida, vinho) na casa dos pais da noiva. Contou com a presença da família dela e o pai do noivo, os irmãos mais velhos do noivo e os padrinhos de Batismo, Crisma, casamento e alguns vizinhos. Após a *colassione*, ou *colassion*, os noivos seguiram para a Igreja onde foi celebrada a Cerimônia Matrimonial. Dosolina foi levada a cavalo, de guarda-chuva, não diferente dos demais. Na igreja Nossa Senhora do Rosário de Pompéia, às dez horas, realizou-se a cerimônia, contando com a presença dos respectivos padrinhos, do civil e religioso. Estes e os noivos aproveitavam a ocasião para assinar os registros do casamento civil e religioso. Ao meio-dia, a grande festança

aconteceu na casa de Antonio De Toni, tendo aproximadamente 250 convidados. O cardápio era bem tradicional: as mulheres matavam galinhas para fazer a sopa de arroz ou de massa caseira (taiadele). Matavam animais para assar a carne no espeto: podia ser apenas de gado, ou também de leitão e ovelhas. Tudo acompanhado com salada e um bom vinho (2002, p. 54).

Adriane Tomasin De Toni, que escreveu as memórias da família De Toni, conta também que Ana, mãe da noiva, após a cerimônia do casamento (civil, pelo que compreendi), ficara em casa com os filhos menores (DE TONI, 2002, p. 55), fato muito a mim narrado na região da IV Colônia, procurando também justificar por que a mãe da noiva não comparecia à grande festa. Nesse ato de “não festejar” publicamente, dizia-se que essa era forma de lamentar a “perda de uma filha”. Adriane nos conta em seu livro que, no domingo, então, ambas as famílias, de Dosolina e Domingos, uniram-se para comemorar a união dos noivos. Nas narrativas por mim estudadas, esse domingo festivo acontecia somente na casa do noivo, pois a regra predominante de residência é que a noiva fosse morar na casa dos pais do noivo ou em uma neolocalidade, numa nova casa. No relato da família De Toni, é destacado também que

O domingo era o último dia com a família, pois a partir de segunda-feira, 4 de maio de 1925, iniciou uma vida nova com uma nova família. No domingo à tarde também foi servido um café com doces e salgados, igualmente ao dia anterior e, até a noite, todos voltaram para suas casas (DE TONI, 2002, p. 55).

No caso de Dosolina, é contado pelo livro que ela morou 12 anos com a família do noivo (com os sogros), nas terras de quem plantava milho, trigo, arroz e tinha direito à sua parte, o que lhe permitiu acumular capital para comprar terras para a nova família. As qualidades, ressaltadas em Dosolina, eram: tratava-se de uma mulher “séria, quieta, trabalhadora”, elementos muito valorizados nas mulheres do período. O trabalho era uma das virtudes esperada de uma noiva, e como ressaltar no título do artigo, saber fazer o pão para alimentar a família era algo muito importante também. Além do pão, saber preparar a polenta, as massas, cuidar e abater animais domésticos de pequeno porte, como galinhas e patos. Os animais de maior porte como porcos, vacas e ovelhas tinham rituais de carneação específicos, práticas que ainda merecem ser mais estudadas entre os descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul.⁵ Saber fazer o queijo e participar na salameria eram

⁵ Excelente pesquisa entre descendentes de imigrantes alemães foi realizada por Graciela Froelich, Disponível em: FROELICH, Graciela. Carne(ar), no passado e no presente: hábi-

também saberes muito valorizados. Nesses momentos, a mulher da casa, na qual se fazia a carneação, deveria recepcionar os convidados, em geral parentes e vizinhos. Numa época em que não havia refrigeradores nem luz elétrica essa era uma prática de reciprocidade muito valorizada. Quando uma família carneava um animal, dividia partes com outras famílias. E, quando essas carneavam, retribuíam o serviço e as carnes. Essa rede de reciprocidade e solidariedade foram muito importantes nos primeiros tempos da colonização, como ressalta Mezzomo, na obra *Centenário de imigração na família Mezzomo*, na qual salienta que:

Vencidas as primeiras dificuldades, continuam lutando com ardor. O que não tinham de ferramentas, animais, sementes, pediam emprestado aos irmãos ou aos bons vizinhos. As sementes eram devolvidas na próxima safra: as ferramentas eram compradas de comum acordo com os irmãos; o leite e o queijo eram devolvidos quando a vaca vinha de leite; a banha e o salame eram restituídos na matança do porco. Emprestavam-se animais para tirar uma cria. Todos se ajudavam mutuamente, era até ofensa não aceitar a ajuda (1986, p. 22).

Era muito comum também fazer sabão quando se carneavam porcos, e essa era uma habilidade esperada das mulheres, que soubessem aproveitar o máximo possível dos animais. A carneação era um momento de trabalho, mas também festivo e de muita sociabilidade, por meio do qual se reavivavam laços de vizinhança, parentesco e também afetivos. Nesses vínculos de dons e dádivas que se estabeleciam, alianças matrimoniais podiam ser pensadas também.

As famílias de imigrantes italianos e seus descendentes tinham uma prole muito grande, sendo o momento de transmitir a linha de descendência paterna via casamento, um momento muito importante, como ressalta o memorialista Pozzobon, que migrou para a região central do Rio Grande do Sul, em 1885.

“Nonno” Antonio se interessou bastante pelo cultivo do milho. Dizia ele: “Gran turco... E viva la polenta de Brasile!...” Estávamos felizes e esperançosos. Na véspera da partida Francesca fizera aumentar meu otimismo: “Andrea, mi par che só dio d’aspetar un pupin...” (Parece que estou esperando um bebê.) Era o dia 13 de dezembro de 1885” (POZZOBON, 1997, p. 52).

tos e práticas alimentares entre descendentes de imigrantes alemães. *Campos*, v. 12, n. 2, p. 69-82, 2011.

Os memorialistas da região da IV Colônia, Giulio Lorenzoni (1975) e Andrea Pozzobon (1997), tiveram suas escritas traduzidas e publicadas por descendente, que nos apresentam como se processava, em finais do século XIX, os lugares, as hierarquias e os papéis no interior da família e nos deixam, por meio de suas trajetórias, a possibilidade de conhecer como se processavam, no interior da família extensa, as tensões e os acertos. Lorenzoni (1975), conta: “Infelizmente não pudemos acompanhá-las, pois tendo adoecido um meu irmão, tivemos de adiar nossa viagem, e esta resolução tomada por meu pai impediu-nos de gozar a alegria da comitiva, em sua passagem por Vicenza, Milão e Genova” (LORENZONI, 1975, p.19). Ou seja, as decisões eram tomadas pelos pais, e os filhos obedeciam. Lorenzoni tinha, na época da travessia, 14 anos de idade. Era letrado e deixou sua experiência migratória registrada.

Andrea Pozzobon, como filho mais velho, ressalta:

Quem poderia imaginar que, no dia seguinte – 26 de outubro de 1885 –, eu subiria ao convés com a maior naturalidade, amparando toda a família Pozzobon, sem sentir aperto no coração, o que só de imaginar dias antes me fazia sofrer todas as amarguras (POZZOBON, 1997, p. 48).

Relata também:

Sem muitas delongas, dizia-me que ele desejava emigrar para o Brasil, tendo em vista melhorar as condições econômicas da família, que passava privações. Sendo eu o filho mais velho, insinuava estar o destino dos Pozzobon em minhas mãos e, portanto, aguardava minha resposta (POZZOBON, 1997, p. 34).

Gênero, família e trabalho

As questões de gênero têm se tornado muito importantes, nos estudos migratórios, pois salientam a visibilidade ou invisibilidade dos papéis sociais e seu lugar nas hierarquias sociais anteriores e pós mobilidades. No caso aqui por mim analisado, pensando mais no universo feminino, destaco, inspirada em Scott (1990, 1998), o quanto gênero é uma construção histórica e não se pode observá-la sem estarmos atentos às formas de poder que se desdobram socialmente. Igualmente, concordo com Nicholson (2000),⁶ quando aponta que devemos pensar

⁶ Para a autora (2000, p. 28), “assim, sugiro pensarmos o sentido de ‘mulher’ como capaz de ilustrar o mapa de semelhanças e diferenças que se cruzam. Nesse mapa, o corpo não desaparece; ele se torna uma variável historicamente específica cujo sentido e importân-

gênero de formas diferenciadas, em contextos diferenciados, para não nos prendermos a visões ocidentalizadas, universalizadas, mas sim tratá-las de forma relacional, como aponta Strathern (2006). Nesse sentido, contextualizar é altamente importante, especialmente quando pensamos o mundo e a família camponesa de origem europeia. No caso das mulheres italianas que migraram para o Brasil, elas foram encapsuladas no interior da família, holisticamente. Sua individualidade e o corpo foram absorvidos por seus papéis sociais de esposas, filhas, mães, irmãs, cunhadas ou outras relações com homens, seus sobrenomes e famílias e não como personagens que contassem individualmente, independentemente de quem fossem na organização social do grupo.

A família, na lógica dos imigrantes italianos e de seus descendentes, valoriza a ideia de “sangue”, de ancestralidade, sendo a linha de descendência dada patrilinaramente, atribuindo aos filhos o sobrenome do pai, de sua linhagem familiar. Contemporaneamente, os filhos podem ter, na certidão de nascimento, ambos os sobrenomes, o do pai e o da mãe. A mulher que, no passado, ao casar, recebia o sobrenome do marido, hoje também pode optar por acrescer esse ao seu ou manter seu sobrenome de origem familiar, de solteira. Contudo, essa última atitude ainda não é bem recebida entre descendentes, particularmente no mundo rural. Outro aspecto importante é que os divórcios ou as separações judiciais hoje são aceitas (não sem tensões), e há casos de mães que assumem a criação dos filhos sendo/estando solteiras, fato que, no passado, geraria muita desonra no ambiente familiar, especialmente devido à perspectiva católica de vivência da sexualidade, do casamento e dos papéis de pai e mãe.

No passado, as mulheres, ao casarem, assumiam várias ocupações no interior da família, especialmente quanto à socialização dos filhos para o mundo da religiosidade, do trabalho e dos papéis sexuais, se homem ou mulher. Por isso, a escolha de uma “boa mulher” era algo que passava pelo crivo da mãe do noivo, que se tornaria sogra e a quem a esposa deveria obediência. Havia uma distribuição de tarefas que eram organizadas no interior das famílias, especialmente as cam-

cia são reconhecidos como, potencialmente, diferentes em contextos históricos variáveis. Essa sugestão, desde que se assuma que o sentido é encontrado, não pressuposto, assume também que a procura em si não é um projeto político ou de pesquisa, que uma intelectual será capaz de executar sozinha em seu gabinete. Ele implica, na verdade, uma compreensão desse projeto como esforço necessariamente coletivo a ser feito por muitas, e em constante diálogo”.

ponesas, que se cruzava também com geração e localização na ordem de filiação. Os filhos mais velhos cuidavam dos menores e também assumiam responsabilidades muito cedo. As mães eram responsáveis pela reprodução do *habitus* (BOURDIEU, 1983) familiar, camponês e da origem italiana, em que a religiosidade católica era muito relevante. Em casa, as mães ensinavam as orações, as preces aos santos, as datas religiosas importantes e o “terço”, que costumava ser rezado por algumas delas junto aos filhos, especialmente no início do processo colonizador, quando não havia igrejas e padres em todas as localidades. Os gostos, da mesma forma, eram ensinados desde cedo. Nesse sentido, como também ressalta Bourdieu (2006), pode-se pensar o corpo camponês e sua socialização para o trabalho, para as duras jornadas de trabalho, extenuado muitas vezes, levado ao limite, seja entre homens ou mulheres, nos primeiros anos do processo colonizador para pagar as terras e depois para acumular capital para comprar mais terras.

Havia uma socialização para o trabalho, pequenas ferramentas e “brinquedos”, que ensinavam as crianças a lidar com a terra, seus cultivos, com a casa e sua manutenção, seja no domínio doméstico da alimentação e de cuidados, bem como em serviços de carpintaria, serralheria e outros. Nesse sentido, os pais, avós e tios também tinham uma importância grande nos processos socializadores para o trabalho e domínio de alguns saberes especializados. Homens e mulheres eram socializados de forma diferenciada; contudo, no trabalho da lavoura “pegavam lado a lado”, como me ressaltaram vários entrevistados. Em entrevista por mim realizada na IV Colônia de imigração italiana, em 2 de julho de 1999, Adelina (71 anos)⁷ me contava que as mulheres:

Ah, eles trabalhavam na lavoura, faziam tudo em casa, sim o normal, né, a comida, pão, ajudavam na lavoura. Também elas iam. A mãe sempre me contava que ela se criou que, desde pequena, sempre trabalhando na lavoura, né? E fazia o serviço em casa também, né? Costurava quando chovia, não dava para ir pra lavoura, então remendava, costurava...

Nesse sentido, aliado ao trabalho produtivo na lavoura, que gerava renda para pagar as terras e reproduzir a condição camponesa, as mulheres faziam também o trabalho reprodutivo no interior do grupo

⁷ Os nomes são pseudônimos. Alguns foram por mim escolhidos e outros foram criados pelos entrevistados. A idade é a que os interlocutores da pesquisa tinham quando as entrevistas foram realizadas. A pesquisa foi orientada, sempre, pelos cuidados éticos necessários e respeito às informações concedidas à pesquisadora.

doméstico. Junto a essa rotina de trabalho, havia, também, momentos de lazer, que se davam no entremeio das obrigações laborais ou mesmo na forma como o trabalho era compreendido. Essa rotina de serviços era orientada, na família camponesa, pela autoridade paterna e pelas hierarquias familiares, na qual cada filho ocupava um lugar, bem como a mãe. Conta Adelina que:

Era as minhas irmãs as mais velhas que eu, que eu era a mais nova, contavam as músicas em italiano, nos dias, eles vinham das lavouras e vinham tarde da noite. Às vezes eles trabalhavam mais longe, então eles vinham de carroça, cavalo, carroça de boi, assim, então, às vezes tava em casa e saía para fora para sentir o ar, e a gente escutava aquela cantoria. Ai nós já sabia que vinham vindo, né? Pra, ai a finada mãe arrumava a janta e já vinham vindo...

Essas mulheres desempenharam um papel muito importante no processo de alimentação das famílias, selecionando o que poderia ser comido, quando comer, preparando, aprendendo a cozinhar, como fizeram com a mandioca, por exemplo, que já no início do processo colonizador foi inserida na alimentação; o feijão preto e o chimarrão (como bebida revigorante). O milho foi plantado na região central nos primeiros meses da colonização dos lotes (LORENZONI, 1975, p. 68), entrando na dieta alimentar especialmente na forma de polenta. A polenta é uma mistura de milho processado nos moinhos (que também foram construídos já no começo do processo colonizador), convertido em farinha e cozido em água. Os saberes transmitidos no interior das famílias eram muito importantes, como destaca Seu Pacífico (68 anos), entrevistado por mim em 23 de fevereiro de 1999. Salientava que

[...] minha gente, quando vieram da Itália mesmo, eles já tinham conhecimento da arte de trabalhar em pedra, pedra de moinho, fazer mó de moinhos e eles trabalharam com essa coisa. Então, por isso que eles começaram e logo se encostaram onde tinha rios, para fazer as quedas de colocar as rodas para tocar o moinho, que, inclusive, em..., à direita, assim tem um moinho que lá funcionava com roda. E era lá que trabalhava meu avô... e o irmão do meu avô também trabalhava, tinha moinho... inclusive, moinho de pedra que tá para moer milho, ainda, é o moinho que o pai montou, ele ainda tá usando... o meu avô montou uma serraria, carpintaria e moinho de trigo e milho...

A possibilidade de moer o milho permitiu que a polenta continuasse a ser uma comida importante cotidianamente, uma vez que, na Itália, também era muito consumida. O cozimento da polenta é um capítulo à

parte nas histórias da alimentação na IV Colônia de imigração italiana. Ouvei muitas narrativas acerca de como fazer a polenta, se com água fria ou quente e como seria a textura ideal e com o que se come e em qual horário do dia. A polenta brustolada, geralmente guardada do dia anterior, era servida no café da manhã como pão. Brustolar era deixar a polenta cozida de forma mais densa, grelhar na chapa do fogão à lenha, servida só ou com queijo. Quando de minha pesquisa, encontrei chapas especiais para brustolar a polenta e não sujar o fogão, bem como variadas formas de servir e de acompanhamentos possíveis, como salame, laticínios e azeite.

Os pães e as massas feitas com farinha de trigo na Itália, nos primeiros tempos da colonização, não puderam entrar nos cardápios, sendo substituídos pelo milho. Como deixou Lorenzoni (1975, p. 46) escrito em suas memórias, “o gostoso macarrão, tão de nosso agrado, precisava ser esquecido, ao menos nos primeiros tempos”. A introdução de novos alimentos, bem como o aumento do consumo da carne foi algo “domesticado” pelas mãos das mulheres, que aprenderam a gerir a comida a ser oferecida à família. Assim, a carne, com o passar do tempo, passou a ser alimento obrigatório que acompanhava massas, a polenta, o arroz. Nesse sentido, podemos compreender as cozinhas como espaços de poder, resistência, criatividade cotidiana (DE CERTEAU, 1996) e de transmissão de saberes, procurando repassar, de geração em geração, hábitos, gostos e costumes que também vão dialogando com os contextos locais do Brasil, no caso da imigração italiana (SANTOS; ZANINI, 2008). As comensalidades também foram “adaptadas” às novas rotinas em terras brasileiras e aos novos ingredientes culinários aqui encontrados.

Com clima e solo diferenciados do que conheciam na Itália, tiveram que aprender a manejar plantios e conhecer novas espécies animais e vegetais. Na IV Colônia de imigração, por exemplo, o cultivo da uva não teve o sucesso que teve na região serrana, sendo poucas as famílias que conseguiram manter as videiras saudáveis e produtivas. Quando de minhas entrevistas, conheci famílias que encomendavam as uvas dos municípios de Bento Gonçalves ou Caxias do Sul para fazer vinho e vinagre em casa, saberes que mantiveram entre gerações. Assim, podiam ressaltar que faziam seu vinho e seu vinagre a seu modo e com o sabor que apreciavam, embora a uva fosse de outro lugar, fato que não os incomodava. Para alguns desses descendentes, os vinagres existentes

nos supermercados eram uma heresia, uma afronta ao “gosto italiano”. Bem como as geleias, os pães, as bolachas, as massas industrializadas. Este sempre foi um assunto para o qual tive muito gosto no ouvir, bem como conhecer as hortas, os quintais, os jardins, os currais, chiqueiros e as lavouras de alguns pesquisados. Muito saber das mulheres ficava nos espaços domésticos e, somente se passou a dar-lhe valor, depois do aumento da visibilidade e valorização da imigração italiana no Brasil.

Considerações finais

Este artigo teve por objetivo refletir brevemente acerca do importante e invisibilizado papel das mulheres na imigração italiana para o Rio Grande do Sul. Quando elas atravessaram o oceano, em finais do século XIX e início do XX, eram vistas como esposas, mães, irmãs, cunhadas, irmãs de algum homem, inseridas num contexto familiar que possibilitou sua travessia. A migração italiana para o Brasil foi uma migração familiar, organizada entre governos e com objetivos específicos e variados, seja no Rio Grande do Sul, em São Paulo, ou em outros estados brasileiros. Objetivou-se, igualmente, apresentar e analisar a relevância da família enquanto instituição socializadora e valor simbólico para os imigrantes italianos e seus descendentes. Essa família era monogâmica, endogâmica, cristã (católica), patrilinear e patrilocal em sua maioria. Contudo, sempre houve exceções às regras, e o processo migratório teve impactos em novas formatações e possibilidades, sempre orientadas pela catolicidade.

Foram as mulheres que, nos domínios domésticos, transmitiram saberes e lógicas de socialização que ligavam os descendentes às origens italianas dos antepassados, bem como ao mundo camponês, no qual a autoridade paterna organizava o trabalho familiar. Toda a família trabalhava sob as ordens do homem “responsável” pela família, sendo os filhos socializados desde pequenos para adquirir o “gosto pelo trabalho”. Assim, homens e mulheres trabalhavam nas lavouras lado a lado; contudo, historicamente, a sucessão da terra ficava para os homens, os herdeiros preferenciais. A terra, dessa forma, era compreendida enquanto “assunto de homem” e, mesmo trabalhando para acumular capital, as mulheres se viam deserdadas. Contemporaneamente, tal situação tem se alterado e novos “arranjos” na sucessão da terra tem sido pensados, especialmente porque os jovens têm desejado outras atividades além do mundo camponês. Embora eu tenha pesquisado descendentes de

italianos urbanos e rurais, há que se pensar que, no início do processo colonizador, os campenses eram maioria.

A cozinha dessas mulheres pode ser considerada, igualmente, um espaço de poder e resistência criativa, no qual elas transmitiram saberes, de geração em geração quanto tiveram que recriar pratos e comidas no contexto da migração, no qual alguns ingredientes não se faziam presentes, como o trigo para as massas e pães, por exemplo. Em suma, objetivou-se mostrar, por meio desse artigo, o quanto há espaços abertos para pesquisas históricas, antropológicas, demográficas, dentre outras, que nos permitam melhor conhecer as trajetórias dos migrantes italianos no Rio Grande do Sul. Saliento, especialmente, para os jovens pesquisadores o tema das gerações, dos saberes transmitidos, dos casamentos, da toponímia, da nomeação, das heranças, dentre outros. Aspectos da vida cotidiana na migração também mereceriam maior destaque. Nesse sentido, parabeno os autores que têm nos deixado as memórias de suas famílias e lugares e que nos possibilitam conhecer ricos relatos das experiências familiares, como os relatados no presente artigo. Agradeço imensamente também aos descendentes que, desde 1996, possibilita que eu os conheça e possa estudar sua trajetória e a de sua família.

Entrevistas:

Entrevista com Alice, realizada em 2 de julho de 1999.

Entrevista com Adelina, realizada em 2 de julho de 1999.

Entrevista com Seu Pacífico, realizada em 23 de fevereiro de 1999.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Trad. de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.). **Escritos de educação.** Petrópolis: Vozes, 1998. p. 39-64.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. O camponês e seu corpo. **Rev. Sociol. Polít,** Curitiba, n. 26, p. 83-92, jun. 2006.

CERTEAU, Michel de et al. **A invenção do cotidiano:** morar, cozinhar. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. 2 v.

DAL LAGO, Osvaldo; DAL LAGO, Romi Julieta. **O imigrante Giorgio Dal Lago e seus descendentes**. Santa Maria: Livraria Editora Pallotti, 1991.

DE BONI, Luis Alberto. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. *In*: LANDO, Aldair *et al.* (org.). **Migração & Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 234-255.

DE TONI, Adriane Tomasin. **Família De Toni**. Uma civilização no novo continente. Porto Alegre: EST, 2002.

FRANZINA, Emilio. **A grande emigração**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.

FROELICH, Graciela. Carne(ar), no passado e no presente: hábitos e práticas alimentares entre descendentes de imigrantes alemães. **Campos**, Curitiba, v. 12, n. 2, p. 69-82, 2011.

GROSSELLI, Renzo Maria. **Vencer ou morrer: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice Editora Revista dos Tribunais, 1990.

LEVI-STRAUSS, Claude. A família. *In*: SHAPIRO, Harry L. **Homem, cultura e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1966. p. 308-333.

MEZZOMO, Alvisé Antonio. **Centenário de imigração da família Mezzomo**. Porto Alegre: EST, 1986.

NICHOLSON, Linda. **Revista de Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, 9-41, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>. Acesso em: 22 ago. 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 2, v.15, p. 5-22, 1990.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo, n.16, 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11183/8194>. Acesso em: 22 ago. 2021.

TRUZZI, Oswaldo; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Italianidade nos interiores paulista e gaúcho: uma perspectiva comparada. *In*: ELMIR, Cláudio Pereira *et al.* (org). **Imigração nas Américas: estudos de História comparada**. São Leopoldo: Oikos; Ed. da Unisinos, 2018. pp. 123-160.

SANTOS, Miriam de Oliveira; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Comida e simbolismo entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (Brasil). **Revista Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 19, p. 255-284, 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/2111>. Acesso em: 22 ago. 2021.

SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 91, p. 31-63, 1993.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.

WOORTMANN, Ellen. **Teorias do campesinato e teorias do parentesco: herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec, Brasília: Ed. da UnB, 1995.

ZANINI, Maria Catarina. **Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2006.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 521-547, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/yYBvc5XNc5CrxTyYqSvmVQw/?lang=pt>. Acesso em: 22 ago. 2021.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Escrever, publicar e memorar: a literatura produzida por descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. **História Unisinos**, São Leopoldo, v.18, p. 378-391, 2014.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. A família como patrimônio: a construção de memórias entre descendentes de imigrantes italianos. **Campos – Revista de Antropologia**, [S.l.], p. 53-67, jun. 2004. ISSN 2317-6830. DOI <http://dx.doi.org/10.5380/cam.v5i1.1635>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/1635>. Acesso em: 22 ago. 2021.

Gênero e poder no processo migratório italiano no Rio Grande do Sul: um estudo de caso na ex-colônia de Conde d'Eu

Luis Fernando Beneduzi

Com relação ao processo migratório italiano no Rio Grande do Sul e, neste sentido, entendo para a Região de Colonização Italiana (RCI),¹ a Igreja católica desempenhou papel fundamental na construção da identidade do imigrante e, historicamente, os estudos migratórios destacaram o poder do sacerdote e da instituição religiosa nestas localidades povoadas por sujeitos provenientes, majoritariamente, do norte-nordeste da Península Itálica (Vêneto, Lombardia e Província de Trento). Em grupos originários de diferentes localidades, com marcas culturais peculiares, o âmbito religioso se constituiu um elo notável na elaboração de uma representação coletiva, enquanto grupo étnico e nacional, como italianos.

Tanto como espaço de agregação quanto como sinal de reconhecimento em meio à natureza selvagem, as edificações religiosas contribuíram com um processo de reelaboração identitária na nova terra. Por outro lado, a Igreja e o catolicismo funcionaram como conteúdo primário das representações étnicas, das práticas e dos símbolos religiosos, nos quais os imigrantes se percebiam como parte de um mesmo grupo (BENEDUZI, 2008).

Nesse sentido, é importante lembrar a relação entre identidade e espaço, indicada por Linhard e Parsons (2019); para os autores, os sujeitos – ao ocuparem um espaço – modificam-no a partir das suas experiências, reelaborando o modo como vivem aquela realidade e como se percebem enquanto grupo social. Portanto, um determinado lugar² não é algo natural, ao contrário, é uma invenção que está sujeita a constantes transformações com base nos grupos humanos que o atravessam. Certamente, estes mesmos coletivos sofrem alterações

¹ A Região de Colonização Italiana (RCI) é constituída por municípios do Rio Grande do Sul, localizada na Encosta Superior do Nordeste, que, historicamente, remontam as três primeiras colônias imperiais criadas na década de 70, do século XIX: Conde d'Eu, Dona Isabel e Campo dos Bugres.

² Entende-se por “lugar” uma parte circunscrita do espaço – material ou idealmente –, a qual é modelada pela experiência.

em suas representações de si, vivendo e produzindo novas experiências em lugares diferentes daquele de nascimento. De fato, este processo consiste em um constante trabalho para transformar um espaço em um lugar, produzindo novos significados, representações e memórias. Enfim, considerando que a identidade é uma narração de si, enquanto indivíduo ou grupo, e é o lugar de intersecção da experiência, a mesma possui uma relação muito forte com a espacialidade, porque as vivências acontecem em um espaço determinado.

Dessa forma, deve-se levar em consideração a percepção de La Barbera (2015) sobre as dinâmicas identitárias, definidas como produto de interações sociais, nas quais diferentes situações e contextos colaboram na construção de pertencimentos. Conseqüentemente, observa-se um processo dialético de inter-relação entre as representações pessoais e as categorizações sociais, na construção de identidades individuais e coletivas:

Identidade pode ser entendida e melhor descrita, como um processo relacional e contextual, que se refere ao modo como os indivíduos e os grupos consideram, constroem e se posicionam com relação aos outros, de acordo com categorias sociais como gênero, sexualidade, cultura, raça, idade, classe e ocupação (LA BARBERA, 2015, p. 9).

Falar de gênero e poder no espaço da RCI significa levar em consideração o processo identitário que constituiu este grupo de imigrantes italianos no Brasil, nas especificidades de seu trânsito migratório, da ocupação do território, dos grupos étnico-culturais com os quais se relacionaram; das instituições com as quais interagiram e da composição do próprio grupo, com base nas localidades de proveniência. Nesse sentido, como indicado antes, o Poder Religioso teve um impacto de grande relevância nas comunidades italianas da região, exercendo uma função de destaque, nas dinâmicas de representação coletiva do grupo. No entanto, nem todos os indivíduos se comportavam de acordo com o padrão estabelecido e defendido pela Igreja católica e, nestes casos, observam-se os posicionamentos, como se fez referência acima, com base em outras categorias sociais.

No caso deste artigo, busca-se compreender, a partir de um estudo de caso específico, que envolve uma professora primária de uma comunidade do interior da ex-colônia de Conde d'Eu, na época de Garibaldi, e um sacerdote, de origem italiana, que tinha chegado à comunidade, o

conflito entre o poder religioso, representado pelo padre, e a comunidade, cuja voz estava presente nas cartas da professora. Quer-se então colocar em discussão os elementos identitários constitutivos da comunidade, nas suas diferentes facetas, que envolvem o pertencimento a comunidades de proveniência comuns, o uso discursivo da identidade de gênero, a ressignificação do discurso religioso, enfim, um agenciamento dos múltiplos pertencimentos que estavam presentes na comunidade e que, coletivamente, a compunham. Embora o embate presente nas cartas analisadas seja construído a partir de acusações de um “pecado contra o sexto mandamento” e, mais especificamente, ações pedófilas da parte de um sacerdote, fala-se, também, dos conflitos intraétnicos, das percepções da religião e de quem controla o espaço do templo.

Italianidades: processo migratório

Um primeiro passo, considerando que as identidades se constroem em um processo de transformação de um espaço em um lugar, a partir das experiências humanas, deve ser dado no sentido de conhecer algumas características que vão colaborando para a construção de uma nova territorialidade moldada e reconhecida pelo grupo étnico que chega. Mesmo sendo comum o uso de termos como “os italianos” ou “os italianos no Brasil”, é fundamental compreender que esta denominação homogeneizante é uma construção que apaga as diferenças presentes ao interno desta coletividade de imigrantes. Mais do que uma italianidade totalizante, está-se diante de “italianidades” (ZANINI, 2006), constituídas com base nas múltiplas experiências vividas pelos imigrantes e que marcaram seus processos de deslocamento e (re)territorialização.

Pode-se partir da identificação do lugar de chegada destes imigrantes e dos tipos de espaço que encontraram: entre urbano e rural, entre pequenos proprietários e trabalhadores braçais. Nesse sentido, o contexto da RCI era caracterizado, especialmente, no começo do processo de ocupação da nova terra, pela reelaboração de um mundo rural e constituído por pequenos proprietários. Diferentemente do caso do Estado de São Paulo, com o uso dos imigrantes provenientes da Península itálica para a substituição da mão de obra escrava nas plantações de café, com o reagrupamento destes sujeitos nas fazendas, em contato também com a população autóctone, no Sul do Brasil, bem como em partes do Estado do Espírito Santo, as famílias chegadas foram distribuídas em lotes

rurais distantes entre si e, sobretudo, afastados e pouco acessíveis para o contato com sujeitos não pertencentes ao grupo.

Isso significou, no segundo caso, a criação de áreas fechadas, com poucas trocas com o exterior, e marcadas por fortes relações intraétnicas; embora, no caso da ex-colônia de Conde d'Eu, seja possível observar também trocas, nas fronteiras do território, com imigrantes de matriz linguístico-culturais alemãs. Portanto, diversamente do caso paulista, caracterizado por um imediato contato interétnico, que funcionou como forjador da alteridade por excelência, os imigrantes chegados naquela que hoje é denominada RCI reproduziram com mais força conflitos identitários determinados pelo pertencimento a zonas distintas de proveniência, ou seja, relativamente às diferenças internas ao próprio grupo. Dessa maneira, se as identidades podem ser percebidas como as *matrioskas*, quer dizer, aquelas bonecas russas que são colocadas umas dentro das outras, sendo contemporaneamente iguais e diferentes, não possuindo uma alteridade mais distante, construíam-na dentro da própria coletividade. Este fenômeno ficará muito claro nas disputas de poder analisadas neste artigo, especialmente na argumentação presente nas cartas utilizadas como fonte.

Provenientes de cidades e províncias diferentes, não foi incomum o conflito no meio imigrante, quando da tomada de decisões que tinham impacto sobre a comunidade, bem como o rearranjo da comunidade em grupos menores, desenhados pelo critério da proveniência. Muito comuns eram as disputas pela escolha do santo padroeiro das paróquias, quando os imigrantes se organizam para defender as propostas das zonas de proveniência. Além das diferenças linguísticas, pois o dialeto, mesmo o do próprio vêneto não era homogêneo em toda a região, variando em termos de vocabulário, desinência final das conjugações verbais, estrutura das frases, cada zona – de planície, montanha, lago – possuía peculiaridades culturais importantes, que iam das lendas à gastronomia ou às dinâmicas de sociabilidade.

Tem-se de ter presente que, embora em um espaço em que as distâncias eram limitadas, tanto a conformação geográfica quanto os poucos meios de transporte faziam com que inteiras comunidades nascessem e morressem sem atravessar os limites territoriais do município ou da província de origem. Em um contexto de reduzida mobilidade e de poucos encontros, cada microrregião – como o sul da província de Verona, as margens do lago de Garda, o planalto de Asiago ou os

diferentes vales da província de Beluno – era caracterizada por grupos constituídos por códigos culturais distintos. Consequentemente, os encontros e desencontros destes sujeitos vão acontecer, de uma maneira estrutural, depois da experiência do navio, no processo de construção de seu novo lugar. Nesses casos, a construção de certa italianidade estava sendo criada, através dos atritos e das convergências destas diferentes matrizes de proveniência, as quais, em espaços diferentes e com outras combinações, produziram conteúdos identitários distintos.

Outra característica importante que diferencia os dois espaços clássicos da imigração de sujeitos provenientes da Península itálica no Brasil, aquele de São Paulo e o dos núcleos coloniais dos Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Espírito Santo, é a questão da posse da terra. Enquanto os imigrantes destinados à zona paulista eram alojados nas fazendas de café, sob a tutela do fazendeiro, o outro grupo recebia a posse da terra e iniciava uma atividade própria como pequeno produtor rural. Soma-se a isso o fato de os primeiros estarem vinculados aos “barões do café”, por conta das passagens subsidiadas, sofrendo uma redução de liberdade a custas do débito, enquanto os últimos, que desde muito cedo não viajam mais com o transporte subsidiado, tinham maior liberdade de movimento e de decisão. Em um contexto de projetos de ascensão social que estavam associados à liberdade dos senhores (que marcavam as relações produtivas na terra de partida) e à elevação à categoria de pequenos proprietários, nas agruras e dificuldades do processo, os imigrantes do Sul do Brasil, de certa maneira, atingiam em parte seus objetivos. Essa condição pressupunha a liberdade de decisão que, em alguns casos, entrava em conflito com diferentes instituições que circundavam os imigrantes, como a Igreja, e que faziam parte do seu cotidiano.

Neste contexto, os imigrantes começaram a construir uma nova geografia humana, mas também uma nova cartografia da região, plasmando o novo espaço e transformando-o em um lugar: familiar, porque era a representação mnemônica da terra de nascimento. Muitas vezes, através da ação comunitária, a natureza vai sendo transformada, e os novos habitantes edificam igrejas, casas, capitéis – nos cruzamentos das estradas, personalizando o novo ambiente. Mesmo o nome das localidades, escolhidos pelos imigrantes (Nova Vicenza, Nova Treviso, Nova Trento, Nova Milano ou Nova Veneza), representam esta busca de uma reconstrução da terra de partida naquela de chegada.

Destacam-se dois tipos de edificações, diretamente relacionadas com a discussão do presente artigo, os capitéis e as igrejas. No primeiro caso, tem-se um elemento de forte representação deste novo mapeamento do território, porque marca as estradas entre as propriedades e, também, funciona como um sinal de reconhecimento do grupo, quando fora dos pequenos centros das localidades rurais. Além disso, estas edificações – pequenos oratórios ou tabernáculos, em forma de coluna ou templo –, muito representativas da religiosidade popular do Nordeste da Península itálica, continham imagens religiosas que faziam parte da devoção de uma família ou de um grupo de famílias do entorno.

Espaços também de encontros para oração, estas estruturas arquitetônicas foram se multiplicando com a chegada dos imigrantes e acompanhando a ocupação dos lotes rurais, modificando profundamente a paisagem local. Pelas mãos dos imigrantes, observa-se uma contínua transformação do território, com o desconhecido se convertendo em conhecido, construindo uma nova organização do território (BENEDUZI, 2008).

Também no segundo caso, se percebe a ação material dos imigrantes, na construção dos novos templos, e o governo do espaço religioso, inclusive com a decisão sobre o santo padroeiro, que era intimamente ligada às devoções trazidas nas malas, junto às roupas e aos objetos pessoais. Não era incomum que a escolha do patrono da comunidade gerasse situações de conflito e disputa entre grupos de diferentes proveniências, que buscavam fazer com que seus santos “tomassem posse” da nova edificação religiosa. Em algumas situações, a solução salomônica era a única possível, e santos compartilhavam o mesmo altar principal da igreja (BENEDUZI, 2011). Permanece o fato de que, não obstante o forte desejo de edificação de capelas nas diferentes povoações, que requeria uma permissão diocesana, talvez pelos benefícios econômicos gerados (DE BONI, 1992), o imigrante entendia que aquele espaço, como tudo que estava construindo, era de sua competência.

Por outro lado, a Igreja tinha consciência da importância do imigrante proveniente da Península itálica, em um processo de romanização da religiosidade local e utilizava diferentes meios, para conduzir a fé dos recém-chegados e impor um forte controle tanto com relação à vida espiritual quanto no tocante àquela moral. No caso específico da ex-colônia de Conde d’Eu, os freis capuchinhos, os principais responsáveis pela implementação do catolicismo ultramontano, no cotidiano

do mundo rural da região, com o uso de uma grande diversidade de instrumentos, desde o púlpito, passando pelas missões populares, pelo jornal católico e pela escola confessional, colocam em movimento uma tecnologia bem-estruturada de cooptação. Como consequência, cada momento do dia, bem como todos os âmbitos da vida, estavam impregnados pela religião católica: os comportamentos, as esperanças, as projeções de futuro, a mentalidade. Dessa forma, o controle moral, sobre o que era correto ou errado, sobre o modo como se comportar com os outros, com a autoridade política e com a própria instituição religiosa, inclusive no combate às novas religiões que chegavam na região, tudo era tema da ação missionária (BENEDUZI, 2008).

No contexto do projeto de romanização, esta eficaz máquina de controle, construída pela Igreja, seja através da ação do clero religioso, seja daquele secular, estava também voltada a formar e utilizar este importante “celeiro” de novas vocações religiosas, modo como eram percebidos esses egressos do Reino da Itália. O sacerdote, nesta realidade rural, era uma espécie de semideus (MERLOTTI, 1979; BENEDUZI, 2002), como na experiência camponesa vêneta pré-emigratória (BORZOMATI, 1997): a ele se pediam orações nos momentos de doença, sobretudo nos casos daquelas infectocontagiosas, ele era o “embaixador” junto a Deus, para que se pudesse ter uma boa colheita, para que a chuva viesse em abundância quando fosse necessário e, também, ministrava os sacramentos, permitindo – ao fim da existência – o conforto da abertura das portas do Paraíso, como a extrema-unção.

Observa-se, então, um conflito dentro da comunidade, entre uma instituição que busca normatizar e controlar a vida dos imigrantes que chegam ao Sul do Brasil e pequenos proprietários que querem tomar para si as decisões sobre seus destinos. Mesmo muito fiel ao catolicismo, não serão poucos os casos de imigrantes que não se comportarão de acordo com as normas morais pretendidas pela religião católica: das blasfêmias à embriaguez, da sexualidade às práticas sacramentais, os embates vão ser constantes. Se, por um lado, a Igreja irá julgar e procurar se utilizar destes sujeitos migrantes, por outro, estes vênetos, lombardos, trentinos, irão avaliar as ações dos ministros da religião, com o uso dos mesmos critérios, no projeto de comunidade que estavam construindo.

Pensando ainda na questão das “italianidades”, um último elemento a ser destacado, em uma perspectiva interseccional, é a questão de

gênero e como performavam homens e mulheres neste mundo rural. Neste sentido, o conceito de “pequenos nada”, utilizado por Favaro (2002), é fundamental para compreender os espaços de gênero na RCI, pois a pesquisadora indica que a mulher não é submissa, controlada ou subalterna; na sua leitura, ela é sobretudo escondida, agindo, portanto, nos interstícios. Poder-se-ia dizer, então, que o espaço público era interdito à mulher, sendo o local de seu silenciamento, enquanto sua ação acontecia na penumbra do ambiente doméstico. Como dizia a tia Gemma – personagem do romance “O Quatrilho”, de José Clemente Pozenato –, em um diálogo íntimo com a sobrinha Pierina, a mulher tinha que fazer de conta que obedecia para que o homem pudesse se sentir melhor (POZENATO, 1997). Consequentemente, estabelecia-se um duplo espaço de ação – público, associado ao homem, e privado, vinculado à mulher – e uma duplicidade de modalidades, ostentativa, com relação à forma masculina de proceder, e velada ou disfarçada, no que tange àquela feminina.

A invisibilidade no espaço público, de acordo com a leitura de Giron (1996), estava associada a uma estratégia de controle masculino, que, na maior parte dos casos, afastava a mulher de qualquer atividade que pudesse gerar renda e, dessa forma, criar poupança, ou que permitisse uma relação de troca em moeda. No entanto, isso não significava um distanciamento do mundo do trabalho, ao contrário, era uma diversificação entre o ambiente público, do homem, e aquele doméstico, da mulher: a carga de trabalho não era reduzida, porque dentro da propriedade as imigrantes trabalhavam a terra e, além disso, deviam cumprir as obrigações domésticas, ou seja, o cuidado da casa. Portanto, a “Rainha do Lar” executava um duplo trabalho que, mesmo sendo mais pesado que aquele atribuído ao gênero masculino, era caracterizado pela sua opacidade social, seja em razão de não produzir um ganho direto, mas intermediado pelo marido, seja pelo fato de ser associado às suas tarefas como mulher. Enfim, enquanto os homens se apresentam com uma profissão, normalmente aquela de agricultor, como produtor rural, as mulheres eram classificadas na categoria genérica de “serviços” ou “trabalhadoras do lar”.

Como afirmado antes, vai ser no exterior das residências que a negação da palavra às mulheres imigrantes irá se manifestar com força maior, sendo, diferentemente, no interior do lar, a responsável pela formação dos filhos, além de trabalhar tanto ou mais do que o próprio

marido. Fora de casa, o controle social agia com mais peso, inclusive aquele religioso, porque a ela era associada a “etiqueta” da tentadora, a ação do mal nos pecados carnavais. Tinha, portanto, que aprender desde cedo a obedecer, sendo incapaz de tomar decisões, além das orientações da Igreja, primeiro aos pais e, em seguida, ao marido. Enfim, o lugar do feminino, no mundo da ex-colônia de Conde d’Eu, era aquele do silêncio e, assim, desde cedo, se aprendia agir nos interstícios do sistema.

Conhecendo os personagens e a paisagem

As dinâmicas identitárias das quais se falou até este momento, na construção plural de italianidades na RCI, passa agora a ser individualizada nos dois personagens principais desta análise, que trazem consigo as características emblemáticas da instituição – Pe. Emilio d’Amore – e aquelas da comunidade – Luiza Maria Perazzoli – neste conflito intracomunitário, que vai envolver o Poder Religioso e as questões de gênero na determinação de quem tem o “comando” do espaço da capela e da espiritualidade na comunidade. Além disso, é fundamental compreender um pouco mais, também, a paisagem onde esta disputa teve lugar, ou seja, na então Linha Boa Vista, parte da ex-colônia de Conde d’Eu, quando da instauração das colônias imperiais na década de 70, do século XIX, e, no momento dos fatos, segunda década do século XX, porção do recém-criado Município de Garibaldi. Atualmente, com o nome de Arcoverde,³ a localidade é o segundo distrito do Município de Carlos Barbosa, emancipado de Garibaldi em 1959.

Pode-se começar, então, conhecendo um pouco melhor o cenário onde a Perazzoli e D’Amore travaram sua luta pela gestão das almas da comunidade. Nesse sentido, deve-se lembrar que os primeiros imigrantes provenientes do Reino da Itália chegaram à região em 1878, originários, majoritariamente, de cidades lombardas e vênetas: Baseggio, Giacomelli, Cauduro, Riva, Rossi, Martha, Moschetta, Chiapinotto, Mocellin, Pandolfi, Vicentini, Piacentini, Pina, Ventura,

³ Segundo Aldo Migot, a denominação de Arcoverde é datada de 11 de julho de 1950, através da Lei Municipal n. 140, e homenageia o primeiro cardeal brasileiro D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti; anteriormente, a localidade era denominada Boa Vista. Assim, o povoado passa a ser o 5º Distrito de Garibaldi e, posteriormente, com a emancipação de Carlos Barbosa, torna-se o 2º Distrito do referido município. É importante mencionar que a denominação Boa Vista, ao mesmo tempo que designava a referida localidade, também aludia a Linha (conjunto de seções, formadas por lotes rurais e cortadas por uma estrada) Boa Vista, que continha a localidade e outras, como São Rafael, Cinco da Boa Vista, Vila Rica, etc. (MIGOT, 1989).

Allegretti, Ceratti, Sassi, Caselani, Bassani, Sbaraini, Constantin, Lorenzon, Benedusi, Chies, Canal, Ongaratto, Bertotto, Perazzoli, Parmagnani, Zarpelon, Mosená, Malabarba, Fazzioni, Talamini foram alguns dos primeiros sobrenomes dos proprietários dos lotes rurais que “desenharam” a propriedade da terra e começaram a criar uma comunidade, ou seja, a Linha Boa Vista.

Alguns anos depois da chegada, na década de 80, do século XIX, pôde-se começar a observar os primeiros passos na criação de uma comunidade e de um núcleo central. De fato, desde os primeiros anos se percebe uma preocupação com a vida espiritual, além daquela econômica, da comunidade, com a solicitação de um sacerdote que residisse na localidade. Como indicava Don Sebastião Dias Laranjeiras, então bispo de Porto Alegre, em um ofício ao Monsenhor encarregado dos negócios da Santa Sé junto à Corte brasileira, os colonos solicitavam um ministro da religião, para administrar os sacramentos e celebrar o santo ofício da missa. Ao passar as informações com relação ao pedido, embora indicando um juízo positivo, se queixa da impossibilidade de atendê-lo pela falta geral de sacerdotes, especialmente nas novas colônias ocupadas por italianos, que têm crescido muito rapidamente (EXPEDIDOS DA CÚRIA DE PORTO ALEGRE, Livro de Registro de Ofícios Expedidos, Bispado do Rio Grande do Sul, Ofício de Don Sebastião Dias Laranjeiras, de 10 de setembro de 1883).

Na verdade, a construção de igreja na localidade, que seria a consequência natural da presença fixa de um sacerdote solicitada ao bispo, apresenta uma dupla importância no meio imigrante, por um lado, como aludido no ofício, cumpre um papel litúrgico e sacramental, por outro, enquanto espaço de vivência cotidiana da comunidade, gera desenvolvimento econômico àquele que se torna o centro da “linha”, aglutinando os espaços de comércio e sociabilidade. Além disso, ou talvez por causa disso, se constitui um lugar identitário importante, agrupando sujeitos, provenientes de um país recém-unificado, que falavam dialetos diferentes e que não se sentiam nem italianos nem brasileiros. Portanto, o catolicismo e os templos religiosos como ambiente físico da vivência religiosa, funcionaram como elementos de identificação do grupo:

A religião atuou como elo de união entre eles: a quase totalidade confessava-se católica, e a fé católica forneceu-lhes os subsídios indispensáveis para reiniciar, individualmente e coletivamente a existência (DE BONI, 1992, p. 235).

Por isso, percebe-se forte interesse e empenho da comunidade para obter a presença de um ministro e a permissão para edificar um templo religioso. O primeiro pedido não teve um desfecho positivo, mas, com relação ao segundo, em 1891, a comunidade de Boa Vista recebeu a autorização para a construção da capela:

27.06.1891 – Provisão concedendo licença aos moradores da Linha Boa Vista, Curato de São Luiz Gonzaga, na Freguesia de Conde D’Eu, para levantarem uma Capela à N. Sra. das Graças, em terreno para este fim doado pela comunidade católica do mesmo local nos lotes n.11 e 12 ao sul e 16 ao norte, pelos concessionários João Talamini, João Pezzuol e José Sbaraini (PROVISÃO DE ORATÓRIOS, n. 244).

No entanto, diferentemente da realidade brasileira e sul-rio-grandense, na qual a paróquia tradicional tinha sua centralidade no padre, mantido economicamente pela administração imperial, e a igreja da campanha (no Rio Grande do Sul) era sustentada pelo estancieiro, que pagava o sacerdote pelas celebrações e reunia os agregados para as festividades, àquela da RCI girava entorno do imigrante. Neste último modelo de organização, a gestão era feita pelos membros da comunidade, que haviam mandado pedidos ao bispo, que haviam construído em mutirão o templo. Foi este grupo que “traçou normas, escolheu dirigentes – os fabriqueiros – e que se sabia responsável por ela” (DE BONI, 1992, p. 237). Dessa forma, existia um sentimento de propriedade com relação ao espaço físico da igreja, mas, também, no que tange à gestão das sociabilidades e da espiritualidade associadas a este lugar.

Nesta comunidade, em 1915, chegou o Pe. Emilio D’Amore, enviado pelo bispo de Porto Alegre para residir na comunidade e para dar os primeiros passos na transformação da capela em uma paróquia. Se a capela era um importante lugar de agregação, a presença fixa do sacerdote e a elevação à paróquia concediam *status* maior ao próprio núcleo central da Linha Boa Vista. Para além da vida religiosa, o entorno comercial e econômico que se associava era muito desejado pela comunidade.

As primeiras notícias encontradas sobre o Pe. Emilio, que em alguns documentos aparece também como “Emiliano”, remontam ao ano de 1897, quando ele foi ordenado sacerdote, em Porto Alegre, como membro da congregação de São Vicente Palotti. Não se sabe ainda quando D’Amore chegou ao Brasil, mas as fontes indicam que ele era natural de Montefalcone, na província de Avelino (Itália), cidade que

fazia parte da diocese de Benevento, sendo filho de Stefano D'Amore e Rosa Petrillo. Veio a falecer no dia 20 de setembro de 1942, na casa correcional Daltro Filho, sendo indicado como *causa mortis* “crepa-cuore”, ou melhor, pelo grande desgosto vivido depois de ter sido encarcerado, por ter se manifestado favoravelmente à Itália, durante a Segunda Guerra Mundial.

Embora provavelmente não fosse do conhecimento da comunidade da Linha Boa Vista, já em 1899, apenas dois anos após sua ordenação, o sacerdote foi afastado da congregação dos Palotinos, “por má conduta com relação ao sexto mandamento”, tornando-se, então, padre secular, e foi enviado, como vigário, a Quaraí, em dezembro de 1900. Depois deste acontecimento, e até a sua chegada na comunidade de Boa Vista, D'Amore vai passar por outras seis paróquias, sendo sempre transferido por problemas que envolviam a desobediência ao voto de castidade, sendo denunciadas relações carnis tanto com mulheres adultas quanto com crianças e adolescentes.

Na mesma carta acima citada, enviada ao Núncio Apostólico, o Arcebispo de Porto Alegre informava que o padre já tinha sido preso por “atentado ao pudor contra uma donzela”, em 1913, e foi acusado de “peccado torpíssimo, que era considerado notório”. Em todas as situações, sempre de acordo com as informações fornecidas pelo Arcebispo, o sacerdote tinha se declarado inocente, afirmando que não tinha cometido nenhum dos crimes dos quais era acusado, e os delatores tinham retirado as denúncias. Enfim, deixava claro que havia feito sua parte, enviando-o, depois de cada acontecimento, a partir de 1913, quando se tornou o seu bispo, a retiros espirituais (CLERO ARQUIDIOCESANO – II-3.4/3. Cúria Metropolitana de Porto Alegre, carta ao Núncio Apostólico de 9 de janeiro de 1919, p. 47).

No ano de 1919, o mesmo da carta enviada ao Núncio Apostólico, tendo nesse período sempre residido em zonas ocupadas por população proveniente da Península Itálica (Barra do Ouro e Conceição de Caxias), D'Amore foi suspenso *ex informata conscientia*,⁴ no mesmo dia em que o arcebispo mandou a missiva. O sacerdote, como consequência dos acontecimentos narrados e da suspensão das ordens, teve que fazer uma peregrinação a Roma, como ato de contrição, permanecendo na

⁴ No Código de Direito Canônico, com o uso desta fórmula, o bispo podia suspender de imediato um sacerdote, quando tivesse tomado conhecimento de fatos ou acontecimentos que exigissem ação instantânea.

cidade por aproximadamente um ano. Em 1921 ele retornou ao Brasil, reabilitado, com um *Rescriptum* da Santa Sé, e, depois de alguns meses, recebeu novamente as faculdades do sacramento da ordem sacerdotal. Depois da volta a Porto Alegre, e até o dia 7 de maio de 1924, portanto, por um período de três anos, Pe. Emilio foi transferido três vezes, sempre com as mesmas queixas e o mesmo tipo de “infração”. Até sua morte, em 1942, desde essa última data, os documentos presentes na Cúria silenciam e não são apresentadas outras informações sobre o paradeiro do sacerdote ou sobre sua condição religiosa. Sabe-se somente que, no dia acima mencionado, D’Amore recebeu uma nova suspensão da licença sacerdotal, a pedido do vigário da Tristeza, e continuou vivendo no Hotel Lagache ou no Hotel Bianchi, sempre na capital do estado.

Considerando as informações apresentadas sobre este primeiro personagem, ainda que seja uma brevíssima descrição, é possível compreender claramente o tipo de problema que o colocou em confronto com parte da comunidade, provocando um debate muito acalorado: a conduta sexual de D’Amore, o problema da pedofilia, sem deixar de lado o péssimo serviço como ministro da religião. No entanto, é importante ter presente que, em 18 de setembro de 1914, quando Pe. Emilio foi encarregado de conduzir o processo de criação do novo curato, residindo em Boa Vista e se ocupando das almas daquela localidade, a comunidade não tinha conhecimento dos problemas e das transferências que haviam marcado a vida do sacerdote até aquele momento. Mesmo o bispo, que havia tomado posse em 1912, não tinha uma percepção global sobre o passado do padre. O clérigo havia exercido seu ministéri, majoritariamente, em cidades da metade sul do Estado do Rio Grande do Sul, na região da fronteira, e a única experiência mais próxima tinha sido em Santo Antônio da Patrulha, distante pelo menos 200 km. Apesar da chegada da ferrovia, a comunicação entre as diferentes regiões do estado ainda era muito difícil e as informações circulavam com muita lentidão, quando não permaneciam circunscritas a uma determinada zona.

O outro personagem central deste confronto/conflito que, como se poderá ver mais adiante, representou a voz da comunidade, ou ao menos de uma parte importante da mesma, era a “maestra Luiza”, modo como era normalmente chamada pela população local, devido à sua função de professora primária. Luiza Maria Perazzoli tinha nascido na própria Linha Boa Vista, em 1888, sendo filha de Bortolo Perazzoli e

Lucia Bellò, ambos originários da província de Verona. Ainda muito jovem, em 1905, ingressou na Congregação das Irmãs de São José de Moutiers,⁵ que tinham recentemente chegado da França, nos últimos anos do século XIX, com os freis capuchinhos, e tinham se instalado naquela que, desde 1900, era a sede do Município de Garibaldi. É digno de nota que as duas congregações constituíram um braço importante do ultramontanismo católico na região, empenhando-se muito fortemente no processo de romanização da Igreja local, sobretudo com o uso da “mão de obra” imigrante (BENEDUZI, 2008).

Além da vivência familiar, em um núcleo muito religioso e marcado por forte participação na vida da capela, com o pai que era “fabi-queiro”, a sua formação religiosa aconteceu no espaço do convento, onde adquiriu uma percepção forjada no catolicismo ultramontano. Em 1909, somente quatro anos depois de sua entrada na congregação, Luiza Maria ensinava italiano no Município de Bento Gonçalves e, em 1910, já era responsável pelas internas do colégio das Irmãs, no Município de Vacaria (SCARATTI, 2006).

A escola católica – como aquelas das Irmãs de São José, da qual a “maestra” tomou parte como aluna e, depois, professora, desenvolvia dupla função no meio colonial: era responsável pela instrução dos filhos dos imigrantes e cumpria papel ainda mais funcional para a Igreja, porque dava suporte à evangelização e fixava as normas da religião. No caso das Irmãs de Moutiers, as aulas eram majoritariamente em italiano, porém, era oferecido, também, o ensino da Língua Portuguesa, para aqueles que estivessem interessados (BENEDUZI, 2008). Esse contexto formativo é muito relevante para compreender o conteúdo das cartas que a Perazzoli irá enviar ao Arcebispo de Porto Alegre, assim como sua excelente escrita tanto em italiano quanto em português, o que a torna porta-voz do grupo que combate Pe. D’Amore.

Depois de um brevíssimo período dentro da congregação, em 1911, por motivos que não se conseguiu individuar, ela deixou a comunidade religiosa, retornando à sua cidade natal e iniciando seu trabalho como professora primária (SCARATTI, 2006). Seguiu um casamento tardio, muitos anos depois de ter deixado a vida consagrada, que não gerou filhos, o que lhe dava aquela aura de mãe e freira ao mesmo tempo,

⁵ Em 28 de dezembro de 1898, quatro Irmãs da congregação chegaram a Porto Alegre, fundando, em 1900, a província de Garibaldi. Já em janeiro de 1899, começou a funcionar a primeira escola por elas criada e teve início o trabalho voltado para o ensino da população e o cuidado com sua saúde (CLEMENTE; UNGARETTI, 1993).

naquela busca de uma formação religiosa, moral e intelectual de seus alunos-filhos. Não era incomum – como normalmente acontecia nas escolas daquela época – o uso de empurrões, bastonadas e da palmatória, todavia, não se podia dizer que a maestra Luiza não era uma professora-modelo, de acordo com as regras e os métodos de seu tempo. Nesse sentido, em 1922, recebeu um prêmio municipal pela sua performance como educadora, ou seja, na avaliação da comissão municipal, ela se posicionou em terceiro lugar, quando dos exames anuais realizados nas escolas, pela sua atuação “global” como formadora:

Em todas as aulas examinadas, observou a comissão a melhor ordem, disciplina, higiene, excelente método de ensino e relativo grau de andamento dos alunos que as frequentam [...] Em terceiro lugar e em igualdade de condições as aulas regidas pelas esforçadas professoras Luiza Maria Perazoli e Francisca Graff de Vargas (LUCHESE, 2007, p. 291).

Uma última informação importante sobre este segundo personagem está relacionada à memória local, no que tange ao seu forte caráter e temperamento, personificados no apelido que recebeu na comunidade. Não há quem não lembre a *barbisona*, termo utilizado – não na presença da maestra Perazzoli – para fazer referência a ela, mulher que foi professora de diferentes gerações de descendentes de imigrantes, que se transferiram para a Linha Boa Vista.

Para compreender melhor a imagem da maestra, junto à comunidade, é fundamental fazer breve reflexão sobre seu apelido que, no dialeto vênето, deveria significar *mustachiona*, de acordo com a explicação do *Dizionario del Dialecto Veneziano* de Giuseppe Boerio (MANIN, 1829). A este segundo vocábulo, que em português quer dizer “bigoduda”, o mesmo dicionário, sempre se referindo ao modo de falar da zona dialetal, associa também o termo à “mulher bigoduda”, ou seja, aquela que tem bigode e barba. De fato, conforme ficou cristalizado na memória local, a Perazzoli tinha bigode; no entanto, para além deste aspecto físico, a representação da mulher bigoduda não somente a faz semelhante ao homem, com o peso simbólico que tinha a barba entre os séculos XIX e XX, mas, também, está presente em diferentes provérbios populares que a colocam em uma categoria de mulheres mandonas, que agem como homens: “ninguém pode com uma mulher de bigode”.

Com um alto nível de instrução, considerado o contexto das zonas rurais da RCI, uma profissão, que destoava das mulheres de sua época,

uma independência, marcada, no momento dos fatos, por um não casamento, Luiza atravessava as fronteiras de gênero, conduzindo a comunidade como um líder, ou seja, um homem. De qualquer maneira, poder-se-á observar, no conteúdo de suas cartas, também o gerenciamento de sua identidade de gênero, quando escrevia a seu nome ao arcebispo, representando no texto os estereótipos da mulher submissa à autoridade e que precisava ser protegida por essa.

Como indicado acima, o temperamento forte e a atitude ao comando eram marcas características da personalidade da maestra Perazzoli, e eram claramente reconhecidas na comunidade. Essa percepção é muito visível, ou seja, de uma liderança natural da maestra na sede da Linha Boa Vista, na carta enviada ao Vigário-Geral da Arquidiocese de Porto Alegre, Mons. Luiz Mariano da Rocha, da parte da comissão do curato de Nossa Senhora das Graças:

[referindo-se ao Pe. D'Amore] Peggio ancora che è troppo energico. Il Padre Andrea [...] era meghio giocava con noi e beveva insieme, questo invece è superbo vuole commandare solo lui e vuole si faccia sempre quello che lui dice. Però la Chiesa l'abiamo fatta noi, non vuole neppure che la maestra comanda in chiesa (REGISTRO DE SACERDOTES, Pe. Emilio d'Amore, n. 278, Cúria Metropolitana de Porto Alegre, carta de 21 de junho de 1915.

Observa-se uma clara disputa de poder pelo controle da comunidade, a partir daquele que é seu espaço central, quer dizer, a capela. A sede da Linha Boa Vista tinha se estruturado a partir daquela que era a tradição na RCI, os padres-leigos e as comissões comunitárias que construíram o templo religioso e trabalharam para obter as licenças necessárias junto ao bispado. Nesse contexto, a professora e ex-freira assumiu papel de destaque, pela sua instrução e pelo conhecimento da religião. Todos queriam um sacerdote, mas dentro de um quadro já estruturado anteriormente pela comunidade. Na fronteira entre o poder da instituição religiosa, e do lugar do padre nesta, e aquele dos pequenos proprietários imigrantes, nasce o conflito.

Em nome de Deus e pela comunidade: defesa da verdadeira religião, disputa de poder e relações de gênero

Algumas questões centrais do conteúdo das cartas enviadas à cúria arquidiocesana de Porto Alegre ou diretamente ao arcebispo, por parte

da comunidade, da Perazzoli ou do sacerdote, que constituíram o fulcro do embate, usaram instrumentalmente a defesa da verdadeira religião, da comunidade ferida e violentada, mas, na realidade, discutiam quem deveria dirigir a capela e a comunidade. Como indicava a citação acima, um fragmento da carta enviada à cúria, por parte da comissão do curato, o sacerdote era arrogante, queria comandar somente ele e que fosse feito somente aquilo que ele dizia; no entanto, eram eles (os membros da comunidade) que tinham feito a igreja. Portanto, os termos do debate estavam estabelecidos: a população da linha Boa Vista tinha que se curvar diante do ministro ordenado da Igreja, ou este devia permanecer no espaço que lhe tinha sido delimitado?

Por um lado, os grupos contrários ao sacerdote, em suas cartas, procuravam dar ênfase à ação irreligiosa de D'Amore na comunidade, associando à questão moral, que envolvia a sexualidade do padre, outros problemas relacionados à doutrina. Por outro, as vozes que defendiam o presbítero (pouquíssimas cartas estão presentes na documentação da Cúria de Porto Alegre), ou aquela do próprio Pe. Emilio, focavam sua argumentação na ideia de uma comunidade que se rebelava contra a instituição, porque não aceitava o vigário nomeado pelo arcebispo e não se submetia às suas ordens. O primeiro grupo destaca a questão da moral religiosa e reflete a atitude de quem teme ser roubado daquilo que construiu, diferentemente deste, o segundo usa a seu benefício a retórica institucional de obediência à Igreja, voz de Cristo na Terra, e aos seus representantes, sendo chamado em causa o arcebispo, como árbitro desta contenda.

O antagonista principal do sacerdote é a maestra, não somente porque a escola comunitária na qual ensina fica ao lado da canônica, como foi indicado em algumas das cartas, e, por esse motivo, observa todos os movimentos do padre, mas, também, pela sua função de professora, que oferece status especial na querela. Além disso, diferentemente de outros habitantes da Linha Boa Vista, como fruto de sua permanência e formação no convento das Irmãs de São José de Moutiers, a Perazzoli tinha um ótimo conhecimento tanto da Língua Portuguesa quanto da italiana, que havia inclusive ensinado, quando ainda era uma religiosa.

Se o seu perfil, suas competências e interesses, bem como sua experiênci, fizeram com que ela escrevesse muitas cartas em seu nome ao arcebispo e redigisse outras tantas enviadas pela comissão ou, inclusive, o texto dos abaixo-assinados, particularidade que mostra sua

importância no seio da comunidade, essas cartas coletivas nunca foram assinadas por ela. Se obviamente as cartas enviadas pela comissão são assinadas somente pelos seus membros, a mesma lógica não funciona para os abaixo-assinados, que continham o nome somente dos “chefes de família”, os homens da localidade. Nessas cartas enviadas pela coletividade, em certo sentido “cartas públicas”, a não presença do seu nome, assim como o de todas as outras mulheres da Linha Boa Vista, mesmo tendo sido ela a redatora da quase totalidade dessas missivas, confirma a ideia de um espaço feminino relegado ao âmbito privado, nas relações de gênero na RCI. As cartas da maestra Luiza, ou seja, aquelas que ela assinava, eram dedicadas aos problemas interiores, à moral e às almas que estavam se perdendo: falava em modo confidencial de um âmbito íntimo, privado. Nas outras, em um modo pragmático, era denunciada e avaliada a ação pública do sacerdote, compreendendo os problemas econômicos que estava criando para a administração da capela, que queria se transformar em curato.

Antes de dar continuidade à análise das missivas e do papel dos protagonistas e dos coadjuvantes desta trama, é fundamental, mesmo que muito brevemente, explicar o que estava acontecendo na sede da linha Boa Vista e o que D’Amore estava fazendo. As cartas falam de práticas repetidas, como presentes ou dinheiro dados a algumas mulheres e moças da comunidade e aludem ao fato de o sacerdote receber meninas da escola, sozinhas na canônica. Enfim, tinha-se a suspeita, ou talvez a certeza, de que Pe. Emilio estava desvirtuando algumas almas femininas da comunidade, o que, de fato, ele já tinha feito em outras paróquias e continuou a fazer, mesmo depois de sua peregrinação à Roma e reabilitação, no início dos anos 20, do século XX.

De qualquer forma, nas cartas pessoais enviadas ao arcebispo, a Perazzoli usa sua condição feminina, que busca conselho, ajuda e proteção no seu pastor, aquele que ela chama de “Pai de Bondade”, ou “Excelência Reverendíssima”; por outro lado, reclama sua posição de instrutora e formadora, papel que a mulher trouxe do aconchego do lar para a esfera pública (BILHÃO, 2008). Ela faz bom uso dos estereótipos de fragilidade e resignação femininas, deixando tudo nas mãos do Pai celeste, através da oração, atitude esperada de uma mulher. Ademais, em muitas missivas afirma que, se dependesse dela, teria entregado tudo à misericórdia divina e àqueles que agem em Seu nome. No entanto, e aqui entra em jogo seu papel de professora, saía do seu si-

lência por ser “empurrada” pela população, quer dizer, pelas constantes queixas das pessoas da comunidade. Dessa maneira, a maestra Luiza se permitia incomodar inúmeras vezes o arcebispo, porque tinha que ser a porta-voz da sua localidade e tinha que agir, como boa cristã, para o bem da religião. O seu discurso está colocado em um cruzamento entre a mãe, que luta com todas as forças pelo bem da família, a religiosa, que se preocupa com a fé do grupo, e a professora, que era vista como um símbolo de autoridade.

De fato, sem deixar de lado o problema moral e religioso que envolve o caso, está-se diante de uma batalha entre duas autoridades, dois poderes, dentro da comunidade, aquele do padre e da maestra, porque o primeiro, recém-chegado, quis assumir plena e exclusivamente uma função na igreja local, que a Linha Boa Vista tinha concedido à segunda. Também essa questão é nítida em uma de suas cartas, quando lamenta o fato de o sacerdote ter proibido a continuidade dos exercícios espirituais que ela (a maestra) conduzia na capela, assim como a oração comunitária do terço, no mês mariano:

Estou novamente estorvando a Exc.cia Rev.ma tirando-Vos alguns minutos, mas estou persuadida fazel-o pela gloria de Deus e o bem das almas. Desde bastante tempo e amiudadas vezes, pessoas de todos os sexos, pedirão-me intervenção perante Mons. Arcebispo, a fim de obter um Padre que nos de bons exemplos. Respondia, como ainda respondo: “rezamos”. Porém a nossa sorte torna-se cada vez mais triste. Tem-se do Padre Emilio sempre novas queixas. A pedido dos alumnos, fui algumas tardes, do corrente mez, rezar o terço na egreja, fazendo também uma leitura espiritual. O padre Emílio no domingo do dia 9 disse: “Durante o mez de maio, rezae o terço ou dez Ave-Marias em casa”. Assim não iremos mais. Ele disse mais: “Na egreja quem manda sou eu” (REGISTRO DE SACERDOTES, *Pe. Emilio d'Amore*, n. 278, Cúria Metropolitana de Porto Alegre, carta de 10 de maio de 1915).

Era a maestra que tinha tomado a iniciativa de organizar aquela prática espiritual dentro da capela, sem o consentimento e/ou a autorização do sacerdote, responsável espiritual do curato de Nossa Senhora das Graças, em um espaço que era de sua competência, seja no seu modo de ver seja naquele da Igreja católica. Mesmo sendo parte do discurso religioso, a ênfase na oração, neste caso, entra em choque com aquela sobre a autoridade do padre dentro da “casa de Deus”; é claramente um conflito pelo controle do lugar do culto, espaço simbólico de poder, como se indicou, anteriormente, nas comunidades vêneto-lombardas da

RCI. Se por um lado a maestra se sentia desautorizada pelo sacerdote, por outro, o padre, pelo poder que detém, dentro da lógica do ultramontanismo católico, em vigor desde o Concílio Vaticano I, que teve início em 1869, não aceita um poder concorrente na sua zona principal de atuação e influência.

De qualquer forma, a comunidade da Linha Boa Vista, como foi apresentado na descrição da paisagem, tinha lutado muito para obter esta licença para o curato; desde o início dos anos 80, do século XIX, tinha enviado pedidos à cúria de Porto Alegre, para ter um sacerdote residente, e não podia perder esta oportunidade. De fato, a capela era o núcleo econômico da localidade, centro de trocas de produtos, espaço onde começavam a crescer diferentes tipos de estabelecimentos comerciais. Quanto maior fosse o *status* da edificação religiosa, chegando a ser a sede de uma paróquia, maior importância econômica teria a linha e seu núcleo central. Por isso, era comum o conflito com os povoados limítrofes e, mesmo dentro da própria comunidade, para decidir onde o templo seria construído. Nesse sentido, a perspectiva da transformação da capela em um curato é um grande negócio para Boa Vista, que pode gerar um importante desenvolvimento do pequeno vilarejo; de outra forma, a falência deste projeto pode significar a ruína da comunidade: não é à toa que a memória popular recorda as palavras de D'Amore, quando expulso da localidade, que teria dito que aquele lugar nunca seria um curato e nunca iria prosperar.

É importante ter presente que, no início do século XX, a situação de distribuição do poder econômico na RCI ainda não estava definido, e existia uma grande concorrência entre regiões e localidades que queriam se transformar em espaços centrais do desenvolvimento da região. Portanto, Pe. Emilio sabia quanto o curato era fundamental na vida daquela comunidade, e que as pessoas que colocaram seu nome nos abaixo-assinados eram indivíduos que tinham estabelecimentos comerciais ou que produziam para o comércio, que têm muito a perder economicamente. Como indicado em uma carta do dia 27 de abril de 1915, D'Amore ameaça a população com a possibilidade de retroceder à “simples” condição de capela, tentando, dessa forma, dissuadir seus adversários de continuarem com as lamentações e denúncias: “Nella domenica 18 corrente, all’evangelo: “oggi non si farà predica, un po’ di tutto. Vi farò vedere come anche quando creato il curato, l’Arcivescovo lo può annullare” (REGISTRO DE SACERDOTES, Pe. Emilio

d'Amore, n. 278, Cúria Metropolitana de Porto Alegre, carta de 27 de abril de 1915).

Provavelmente, por não ter surtido o efeito esperando, tanto que os “fabriqueiros” e outros membros da comunidade enviam um abaixo-assinado ao arcebispo, para se queixarem da ameaça, o padre escreve ao Vigário-Geral da Arquidiocese para solicitar que o mesmo reforce sua advertência, como remédio para silenciar e corrigir aqueles maus católicos que sabem somente provocar dissabores a ele (o sacerdote) e, conseqüentemente, à Igreja, que representa no curato de Nossa Senhora das Graças:

Eu que estou ao corrente de tudo aqui, peço a V. Rma., para acabarem d’ uma vez os incommodos e dissabores que me dão, V. Rma. escrever uma carta dirigida aos Sres. Bortolo Perazzoli e Miguel Mosena (Barão), dizendo que si não cumprirem com o contrato e não obedecerem ao Vigário nunca será parochia a capella de N. Sra. das Graças. É o único remendo, pois não querem passar por esta vergonha perante os vizinhos (REGISTRO DE SACERDOTES, *Pe. Emilio d’Amore, n. 278*, Cúria Metropolitana de Porto Alegre, carta do Pe. Emilio D’Amore, de 6 de maio de 1915).

O caso D’Amore pode ser reconstruído a partir de 27 cartas presentes no Arquivo da Cúria da Arquidiocese de Porto Alegre. Dessas, cinco foram enviadas pelo sacerdote e 20 pela comunidade, somando-se a elas uma carta recebida pelo padre, de um advogado com escritório na sede do Município de Garibaldi, Camillo Leindecker, que se referia à rescisão de um contrato, a pedido dos “fabriqueiros” do curato de Nossa Senhora das Graças, Miguel Mosena, José Anselmini e Bortolo Perazzoli. Além dessas, no dia 8 de junho de 1915, o Pe. Giovanni Fronchetti, responsável pela paróquia da sede do Município de Garibaldi, pede ao Arcebispo para ser exonerado de seguir um processo canônico contra D’Amore. O pároco de Garibaldi se declara sem condições de saúde e intelectuais para acompanhar o caso, dizendo que já havia seguido outras causas no passado, a pedido dos bispos anteriores, e que da última ainda sentia a repercussão (REGISTRO DE SACERDOTES, *Pe. Emilio d’Amore, n. 278*, Cúria Metropolitana de Porto Alegre).

Com relação às missivas da comunidade, 17 acusavam o sacerdote de ter gerado escândalo por diferentes motivos, que envolviam: (1) as práticas religiosas e os serviços requeridos a um ministro da religião, como o fato de se negar a confessar um homem em situação de risco de

morte; (2) a moral, pois teria fomentado a vaidade no sexo feminino, por dar presentes a algumas meninas, e teria induzido algumas jovens ao pecado, por recebê-las sozinho na casa paroquial, em uma atitude suspeita; (3) o patrimônio da igreja, quando usou o dinheiro do curato para vestir pomposamente uma moça. Outras três cartas procuravam defender o sacerdote, e são enviadas nos últimos meses da querela, entre os dias 20 de maio e 19 de junho de 1915: (1) Angelo Chiapinotto (no dia 20 de maio de 1915), de quem a maestra já tinha falado, em outra missiva ao arcebispo, dando a entender que o sacerdote o teria feito assinar uma folha em branco, explica que, por engano, seu nome comparecia no abaixo-assinado enviado pela comissão do curato e decantava as qualidades de Pe. Emilio; (2) Luis e João Pagliarini (18 de junho de 1915), novos “fabriqueiros” de outra capela – São Rafael – da mesma Linha Boa Vista, elogiam o sacerdote, demonstram-se obedientes às decisões do arcebispo e se comprometem a cumprir todos os seus deveres, inclusive econômicos; (3) Giovanni Constantini (19 de junho de 1915), que era o sacristão e cujas filhas eram acusadas de se apartarem com o religioso e de receberem presentes, expressa sua preocupação com o que está acontecendo, defende o sacerdote e a honra de sua família, e acusa Antonio Parmagnani (um ativo acusador e parente da maestra) de ser um mau-cristão, de não ter nenhum cargo na comunidade e de não representar o desejo desta (REGISTRO DE SACERDOTES, *Pe. Emilio d’Amore*, n. 278, Cúria Metropolitana de Porto Alegre).

A partir das cartas dos acusadores, observa-se a criação de uma rede de controle sobre o que acontecia na comunidade e, especialmente, na casa do sacerdote, que ficava ao lado da escola. Com olhos em todos os lugares, e especialmente aqueles vigilantes da maestra, os moradores da sede da Linha Boa Vista trocavam informações sobre o que estava acontecendo, sobre os envolvidos, e, quando se deparavam com situações suspeitas, chamavam outros vizinhos para testemunhar o fato. Diferentemente, nas poucas cartas dos defensores, percebem-se as disputas entre capelas, como no caso dos Pagliarini de São Rafael, que se demonstram obedientes e, talvez, merecedores da transferência do curato para a capela deles; a defesa dos interesses pessoais e familiares, como no caso do sacristão; e uma possível pressão do sacerdote, como no caso de Chiapinotto, que volta atrás com relação à participação no abaixo-assinado.

É emblemático também que as ações em defesa do sacerdote tenham começado, depois do retorno de Antonio Parmagnani de Porto Alegre, que tinha visitado a Cúria Arquidiocesana e que dizia que, em pouco tempo, D'Amore seria transferido do curato de Nossa Senhora das Graças. Ao mesmo tempo, considerando a missiva de Pe. Fronchetti, que pedia para ser dispensado da condução das investigações sobre Pe. Emilio, que data do início de junho, os defensores se movem já conscientes que Dom João Becker está considerando seriamente o problema. Certamente, o sacerdote está tentando orquestrar sua defesa, enviando no dia 16 de junho, portanto, pouco antes das duas últimas cartas que o apoiavam, uma carta ao vigário-geral, Mons. Mariano da Rocha, na qual resume toda a questão como um problema econômico, de uma comunidade que não quer arcar com os custos de um curato, de poder, porque querem um sacerdote que obedeça a eles e não o contrário, e de falta de respeito à Igreja, pois teriam inclusive insultado o arcebispo. Dessa maneira, as “calúnias” morais, e sobre o não cumprimento das obrigações sacerdotais, “inventadas” pelos moradores de Boa Vista, seriam uma desculpa para não corresponderem com o que lhes cabia.

Além disso, das 17 cartas dos acusadores de Pe. Emilio D'Amore, conservadas no Arquivo da Arquidiocese de Porto Alegre, aproximadamente 1/3 foram enviadas pela maestra Luiza Maria Perazzoli. Se não consideramos os abaixo-assinados, em sua maioria redigidos pela maestra, embora não assinados por ela, suas missivas correspondem à metade daquelas que a Cúria recebeu, com as denúncias contra o sacerdote originário de Montefalcone. Estes números permitem uma compreensão sobre a preocupação que estes acontecimentos geraram para a Perazzoli, bem como o empenho que colocou para a realização de seu objetivo, aquele de liberar a Linha Boa Vista da presença nefasta de D'Amore, recuperando completamente seu papel na comunidade.

Enfim, para introduzir uma brevíssima análise sobre o conteúdo das cartas enviadas à Cúria de Porto Alegre, é importante enfatizar algumas características que diferenciam as cartas escritas e assinadas pela maestra, sempre em Língua Portuguesa, e aquelas que são enviadas pela comissão da “fábrica” de Nossa Senhora das Graças ou pelos fiéis – todos eram homens – da comunidade. O elemento principal presente nas missivas “masculinas”, além de elencar as 17 faltas cometidas pelo padre, em uma carta do dia 18 de março de 1915, associadas fundamentalmente aos serviços não prestados ou de escassa qualidade,

refere-se, majoritariamente, as questões econômicas, como o contrato para o pagamento da cônica e os problemas que dele derivaram. Aquelas “femininas”, ao contrário, quer dizer, assinadas pela maestra Luiza, apresentam preocupação moral muito forte, da mesma forma que com as práticas religiosas, com o cotidiano no templo e com os sacramentos.

Retomando a discussão sobre os estudos de gênero na RCI, também a partir destas diferenças pode-se observar a diversidade entre o homem – associado à esfera pública e à mulher – ao mundo privado/doméstico. Enquanto aos homens da comunidade importavam, mais fortemente, as relações econômicas e a prestação de serviços, parte de um “contrato”, para as mulheres, ou melhor, para a maestra, era necessário denunciar o sacerdote pelas suas faltas com relação à religião, àquilo que se esperava de um padre na vida da paróquia, que era o espaço ocupado por ela até sua chegada, aos pecados contra o sexto mandamento.

Em uma carta do dia 27 de abril de 1915, endereçada ao arcebispo e assinada por diversos homens da comunidade (Bortolo Perazoli, Antonio Parmagnani, Ernesto Valandro, Emilio Truccolo, Francesco Ceratti, Apollonio Riva, Cesar Caselani, Alessandro Bonacina, Federico Pra, Ferdinando Benedusi, Antonio Mocellin, Federico Ongaratto), dentre eles os “fabricadores” de Nossa Senhora das Graças, é muito clara a preocupação com os custos gerados pela presença do sacerdote, que não correspondiam aos serviços desejados/esperados. O abaixo-assinado faz referência à cônica acordada com Pe. Emilio, mas reduzida unilateralmente pela comissão, por causa dos escândalos causados por ele. Denunciam também que o sacerdote teria feito um contrato com a indicação de um rendimento anual de dois contos de réis, que seriam pagos por todas as capelas da linha; no entanto, depois de registrado, afirmava que o débito era dos signatários do documento:

Pagammo nei primi mesi 166\$ mensali, credendo fosse un buon ministro di Dio; ma avendoci tanto scandalizzati siamo risolti dargli 100\$ al mese, descontando il di più dei mesi scorsi. Prima di fare il documento dei due conti annuali promise che fatto questo penserebbe lui a tirare quelli delle Cappelle ad aiutarci; ma fu ‘il contrario. Appena fatto il documento disse: “Gliel’ho fatta; io non m’importo delle cappelle, ho la chiesa di Boa Vista, i tre firmati devono pensare a pagarmi”. Testimonio Antonio Parmagnani e Francesco Cerati. Dunque non s’importa di anime. Ripetutissime volte disse in chiesa: “Se quei tre non mi pagheranno i due conti annuali, la passeranno male... li proces-

ser”... (REGISTRO DE SACERDOTES, *Pe. Emilio d’Amore*, n. 278, Cúria Metropolitana de Porto Alegre, carta de 27 de abril de 1915).

Na mesma missiva, os subscritores recordam que os serviços não prestados junto a sede do curato, que paga o “salário” do padre, são fornecidos em outras comunidades, as quais não contribuem para o pagamento contratual:

Il P. Emilio dopo aver ricevuto il pagamento alla Madonna delle Grazie, va alla domenica nella capella di Barão, lasciando la sede molto più numerosa, vacante, mentre Barão non corrisponde per la paga del Curato (REGISTRO DE SACERDOTES, *Pe. Emilio d’Amore*, n. 278, Cúria Metropolitana de Porto Alegre, carta de 27 de abril de 1915).

Sob outra perspectiva, as cartas da maestra apresentam uma leitura moral dos acontecimentos transcorridos, na Linha Boa Vista, suas cartas denunciam com muita força as atitudes do sacerdote, com relação às meninas e, especialmente, a algumas delas; sublinhando literalmente no texto a grande frequência com que Pe. Emilio se encontra sozinho com suas alunas, tendo um comportamento inadequado:

Amiudadas vezes elle chamou algumas meninas ao andar superior da abitação d’elle e quasi sempre uma por uma. Uma menina de 14 anos que durante todo o mes de novembro de 1914, a chamou quasi todos os dias, disse-me: elle cuidava do meu penteado e do modo de me vestir. Durante o recreio me rodeavam todas pedindo licença de ir varrer a egreja; agora ninguem. Eu não mando ellas ir, porque do padre parecem todas ter horror. [...] Com suas conversas só proporciona dissabores e questões. Doe-me o coração, mas o devo dizer: conversas e geitos de namorados. Estamos a não poder mais (REGISTRO DE SACERDOTES, *Pe. Emilio d’Amore*, n. 278, Cúria Metropolitana de Porto Alegre, carta de 26 de abril de 1915).

Ademais, o texto da missiva destaca outros dois elementos importantes, que forcem a sua intervenção junto ao arcebispo: a maneira como o padre se comporta com as meninas da escola (com modos de namorados) e o alto nível de indignação da comunidade. A sua interpretação e as foram confirmadas, ela indica na carta, pela atitude das alunas, que, agora não querem mais se aproximar da igreja e, conseqüentemente, de D’Amore, porque têm medo deste último.

Existe uma preocupação feminina/materna de sensibilizar o arcebispo, procurando tocar no profundo do seu papel de pastor, mostrando

o sofrimento vivido pelo seu rebanho, e como poderia ter feito muito pelo bem daquelas almas:

Si o Padre fosse uma pessoa séria, teria muitas mais, comunhões e outros actos da religião, como no começo eram! Ví mulheres e homens chorar falando-me do comportamento do Padre Emílio d'Amore. Excell.cia Rev.ma não nos esqueças. Precisamos de bons exemplos. Humildemente Vos suplicamos nos attendaes a fim de podermos viver perto de N. Senhor.
Abençoa e Excell.cia Rev.ma ultima das Vossas filhas (REGISTRO DE SACERDOTES, *Pe. Emilio d'Amore, n. 278*, Cúria Metropolitana de Porto Alegre, carta de 10 de maio de 1915).

Luiza Perazzoli está tentando informar o arcebispo sobre os escândalos causados pelo Pe. Emilio D'Amore e quanto estes estavam prejudicando a comunidade em seu caminho espiritual. É notório seu objetivo, assim como aquele da comissão e dos assinados, ou seja, buscam arrancar do prelado uma ação potente e rápida, que signifique a substituição do padre no curato de Nossa Senhora das Graças. No entanto, não vai ser fácil para os moradores, da Linha Boa Vista, expulsarem o sacerdote, porque, como afirma D'Amore, em uma de suas últimas cartas ao Vigári-Geral, é muita audácia destes vilões quererem mandá-lo embora. Mesmo afirmando que não gosta de estar naquele lugar, para não demonstrar a vitória daquela gente, não pensava que fosse o momento de ser transferido para outra paróquia. Na verdade, pede para que a eventual mudança, ele já imagina que esteja próxima, não aconteça antes do dia 3 de julho, para ele poder recuperar o dinheiro investido em uma festa paroquial, que vai acontecer no dia 2 (REGISTRO DE SACERDOTES, *Pe. Emilio d'Amore, n. 278*, Cúria Metropolitana de Porto Alegre, carta de 19 de junho de 1915).

A narração construída pela maestra, assim como sua ação, descrita nas diferentes missivas enviadas ao arcebispo, põe à luz uma imagem emblemática da condição feminina na RCI. Por um lado, seu papel de protagonista pode parecer uma diferença, mas o mesmo é marcado pela sua condição de professora e está associado à ideia da exceção que confirma a regra. Por outro, não sendo uma signatária dos abaixo-assinados, mesmo tendo redigido a maior parte deles, Perazzoli mostra sua proximidade àquela vida no anonimato, que caracteriza o espaço do feminino, a experiência dos “pequenos nada”. Desde seu espaço “doméstico”, do subterrâneo, como humilde serva da Igreja e do ensino, ela organiza a luta dentro da Linha Boa Vista, dando fundamento teo-

lógico e moral para a expulsão do sacerdote. Era ela quem controlava os movimentos do padre, a partir da escola, julgava-os inadequados e comunicava tudo à assembleia dos homens, dando força à política de sua família (é preciso lembrar que seu pai era um dos “fabricadores”), conseguindo persuadir a comunidade, pois não estava em jogo somente o convencimento do arcebispo e da Cúria.

A luta apresenta uma forte conotação política, sendo o sacerdote um instrumento de desestabilização na distribuição do poder que tinha sido construído na comunidade: poder que envolvia a religião e o discurso religioso. Enquanto extensão inclusive física da escola, a igreja era um dos espaços de exercício do poder da maestra, em concordância com as lideranças locais. A chegada do padre (tão desejado pela comunidade) e sua indisponibilidade em aceitar este equilíbrio de poder, que entrava em conflito com as prerrogativas do clero, contribuíram para criar esta guerra, de natureza moral e religiosa, mas também política.

A perspectiva de gênero na leitura das cartas enviadas para o arcebispo, especialmente aquelas da maestra, é fundamental para compreender a forma como a Perazzoli agiu e teceu seus argumentos, conquistou seus aliados e acabou vencendo o sacerdote, porque ele acaba sendo transferido para Barra do Ouro, como lhe foi comunicado em uma carta do vigário-geral, de 1º de julho de 1915. Luiza utilizou muito bem sua representação de mãe-professora, e o Poder Simbólico que advinha desta dupla imagem, ficando na penumbra da oração e se tornando protagonista somente quando era forçada pelo compromisso com sua comunidade.

Além disso, a maestra também era a representante daquela sociedade de pequenos proprietários – *self made men* –, que tinham lutado para conseguir a licença para edificar a capela, tinham-na construído com sacrifício, tinham conquistado o *status* de curato e agora se sentiam ameaçados pela chegada de D’Amore. Enfim, o perdedor, Pe. Emilio procurou defender-se, usando o discurso religioso do ultramontanismo e da centralidade do sacerdote no ambiente da capela, mas acabou vencendo a trama tecida pelas lideranças da Linha Boa Vista: não se está diante do único sacerdote com problemas relacionados ao sexto mandamento, mas sim daquele que sucumbiu em um braço de ferro pelo controle do espaço religioso.

A identidade religiosa – católica – continuou sendo o elemento principal na autoidentificação destes imigrantes, no entanto, o conteúdo

deste pertencimento foi forjado na experiência específica de ocupação desta fração de território às margens da ex-Colônia de Conde d'Eu. Seja no final da carta de Chiapinotto, seja em uma daquelas enviadas pela comissão, mas não redigida pela maestra, em um misto entre dialeto vêneto (veronês) e italiano, indicava-se, na primeira, um conflito entre veroneses e bargamascos, que desejavam padres provenientes de suas províncias de origem; na segunda, era expresso um *desiderato*, que o novo sacerdote fosse veronês, como eram as lideranças da comunidade.

Referências

- BENEDUZI, Luis Fernando. **Os fios da nostalgia**: perdas e ruínas na construção de um Vêneto imaginário. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011.
- BENEDUZI, Luis Fernando. **Imigração italiana e catolicismo**: entrecruzando olhares, discutindo mitos. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.
- BENEDUZI, Luis Fernando. **A Queda de um semideus**: o mito do sacerdote na imigração italiana. **HISTÓRIA UNISINOS**, São Leopoldo, v. 6, p. 41-55, 2002.
- BILHÃO, Isabel Aparecida. Mulheres operárias na Porto Alegre da virada dos séculos XIX para o XX. **ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA**, 9., 2008, Porto Alegre, ANPUH. **Anais** [...]. Porto Alegre, 2008.
- BORZOMATI, Pietro. La Parocchia. *In*: ISNENGGHI, Mario. **I luoghi della memoria**: strutture ed eventi dell'Italia unita. Roma: Editori Laterza, 1997. p. 67-91.
- CLEMENTE, Elvo; UNGARETTI, Maura. **História de Garibaldi (1870-1993)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.
- DE BONI, Luis Alberto. O Catolicismo da Imigração: do triunfo à crise. *In*: DACANAL, José H. **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p. 234-255.
- FAVARO, Cleci Eulalia. **Imagens femininas**: contradições, ambivalências, violências. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- GIRON, Loraine Slomp. A mulher e o trabalho na região colonial italiana do Rio Grande do Sul. *In*: DE BONI, Luis Alberto (org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Torino; Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes; Fondazione Giovanni Agnelli, 1996. p. 287-302. v. III.
- LA BARBERA, Maria Caterina. **Identity and migration in Europe**: multidisciplinary perspectives. Berlino: Springer, 2015.
- LINHARD, Tabea; PARSONS, Timothy. **Mapping migration, identity, and space**. New York: Palgrave MacMillan, 2019.

LUCCHESI, Terciane Ângela. **O processo escolar entre imigrantes da Região Colonial Italiana do RS – 1875-1930: leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita.** 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação na Unisinos, São Leopoldo, 2007.

MANIN, Daniele (org.). **Dizionario del dialetto veneziano di Giuseppe Boerio.** Venezia: Coi Tipi di Andrea Santini e Figli, 1829.

MERLOTTI, Vania Beatriz. **O mito do padre entre os descendentes italianos.** Caxias do Sul: EST/UCS, 1979.

POZENATO, José Clemente. **O Quatrilho.** 14. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

SCARATTI, Senir. **História de Arcoverde.** Carlos Barbosa: Edições EST, 2006.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria, RS.** Santa Maria: Ed. da UFSM, 2006.



IMIGRAÇÃO: FONTES DE PESQUISA

Discurso de Giuseppe di Stefano Paternó em frente à antiga Intendência Municipal, na rua Dr. Montauray.
Caxias, 25/09/1911.
Autoria: Domingos Mancuso.
Fundo Domingos Mancuso.
Doação Francisco Fortuna.
Acervo Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Novas fontes de imprensa étnica italiana em Porto Alegre: o caso do periódico *Stella d'Italia*

Antonio de Ruggiero
Alberto Barausse

Introdução

Neste capítulo serão analisadas questões relativas à imprensa em Língua Italiana de Porto Alegre, especialmente a contribuição do jornal étnico mais longo, o bissemanal *Stella d'Italia*, editado de 1902 a 1925, sendo o porta-voz mais creditado da numerosa comunidade de peninsulares no estado. Trata-se dos primeiros resultados relativos a um projeto coordenado pelos autores do presente ensaio desde 2018, sobre a história da imprensa italiana publicada no Brasil, com o intuito de recuperar material documental, infelizmente frequentemente fragmentado e raro, em particular no Rio Grande do Sul.¹ A organização e valorização destas fontes é útil, para compreender o papel que a imprensa em Língua Italiana teve na construção de identidades coletivas ideais no interior das articuladas e conflituosas comunidades de imigrantes. A partir de procedimentos críticos e da análise de periódicos impressos – em boa parte inéditos –, encontrados entre os arquivos da Itália e do Brasil, pretendemos oferecer uma contribuição historiográfica, sem a ambição de preencher todas as lacunas devidas à complexidade de recuperar informações sobre tiragem, área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros e atores envolvidos (LUCA, 2008, p. 111).

A recente localização de novos exemplares do *Stella d'Italia*, em um recorte temporal muito amplo, de 1902 a 1914 – fato extremamente raro na realidade brasileira –, nos permite começar uma investigação mais sistemática sobre o periódico, seja relativamente à organização editorial e às orientações assumidas, durante seu longo período de existência, seja como fonte histórica primordial para aprofundar aspectos

¹ O projeto é vinculado à rede internacional TRANSFOPRESS – *Transnational network for the study of foreign language press (XVIIIth – XXth century)*, coordenado por Diana Cooper-Richet do *Centre d'Histoire Culturelle des Sociétés Contemporaines – Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines (CHCSC-UVSQ)*. Maiores informações podem ser encontradas no site: <http://transfopressbrasil.franca.unesp.br>

sociais, políticos e culturais da numerosa coletividade italiana, presente na capital e no estado inteiro.

A imprensa italiana nas cidades do Rio Grande do Sul e o *Stella d'Italia*

A imprensa étnica representa uma fértil área de investigação para iluminar processos culturais inseridos nas dinâmicas transnacionais de mobilidade humana, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Vários estudos até anos recentes evidenciaram o importante papel desses periódicos nos contextos migratórios, como efetivos construtores de pontes entre os lugares de origem e os de destino. Os impressos étnicos serviram para tamponar a inevitável perda identitária e o sentimento de “dupla ausência” (SAYAD, 2002), típicos nas dinâmicas de adaptação social enfrentadas pelos imigrantes (SERGI, 2010; DESCHAMPS, 2002; TRENTO, 2011, 2013; MALATIAN, 2017). Para as coletividades de italianos no Exterior, os jornais produzidos no período representam, de um lado, um espaço de mediação cultural, social e política, com a sociedade nacional de acolhimento. Por outro lado, permitem manter relacionamentos com a nação de origem, o que faz deles um poderoso veículo identitário e, como sustenta Sergi, “fortalezas da italianidade, pequenas itálias da informação, com o escopo de favorecer uma integração lenta e não traumática” (SERGI, 2010, p. 15).

Os estudos de Trento demonstraram que o Brasil se distinguiu, já na metade do século XIX, por uma abundante circulação de periódicos impressos em Língua Italiana, que, nos anos sucessivos, perderá apenas para aquela presente nos Estados Unidos. Este fenômeno assume dimensões consideráveis, nos anos de maior intensidade dos fluxos da Itália, da última década do século até a Primeira Guerra Mundial (TRENTO, 2011, 2013). Se a maior parte das publicações se concentrou no Estado de São Paulo, não podemos ignorar o Rio Grande do Sul que, desde a década de 70, do século XIX, assistiu à chegada de milhares de italianos que se dirigiram ou para as colônias agrícolas de povoamento, ou para os principais centros urbanos em expansão (FRANZINA, 2014; CONSTANTINO, 2015; CONSTANTINO, 2000; BORGES, 1993; RUGGIERO, 2015). Com poucas exceções, no que se refere aos mais importantes periódicos da região colonial, analisados, seja como objeto de pesquisa, seja como fonte historiográfica para a reconstrução das

dinâmicas migratórias rurais (DREHER; RAMBO; TRAMONTINI, 2004; POZENATO; GIRON, 2004; POZENATO; GIRON, 2005), são quase inexistentes até hoje pesquisas mais específicas sobre a imprensa em Língua Italiana, nas realidades urbanas rio-grandenses, que acolheram, contudo, um número significativo de compatriotas.

O primeiro autor a focar a atenção sobre o fenômeno histórico do *giornalismo coloniale* no estado foi justamente Adelchi Colnaghi, fundador em 1902 e diretor até 1914 do *Stella d'Italia*, através de muitos artigos publicados ao longo de 1906, confluídos em um opúsculo, que ele apresentou na *Esposizione Internazionale di Milano*, no final do mesmo ano. Durante o evento, o jornalista de origem milanesa recebeu um prêmio pelo estudo que exibia o percurso histórico e as várias tentativas editoriais da imprensa em Língua Italiana no estado (COLNAGHI, 1907a, p. 3; COLNAGHI, 1914). A narrativa, provavelmente, inspirou, alguns anos mais tarde, o seu mais fiel colaborador, Benvenuto Crocetta, que, em 1925, redigiu um texto específico no livro comemorativo do *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud*. O autor lembrava que, a partir da última década do século XIX, empreenderam-se diversas tentativas de criação de periódicos “étnicos”, porta-vozes diferentes orientações culturais e ideológicas do grupo italiano, que, na maior parte dos casos, tiveram um escasso sucesso ou uma vida efêmera (CROCETTA, 2000). Posteriormente, outros interesses memorialísticos, como o do Centenário Farroupilha (A IMPRENSA..., 1935), e jornalísticos, como os de Fernando Ronna (1975) e de Arquimedes Fortini (1966 e 1976), estimularam uma tímida atenção ao fenômeno relativo ao estado mais meridional do Brasil. Estas considerações foram usadas apenas parcialmente, também quando se tentou oferecer uma sistematização científica sobre o tema do jornalismo étnico, como foi o caso de Abel Moretto, que dedicou uma voz específica para o Dicionário Rio-Grandense (MORETTO, 1956).

A imprensa em geral, e a imprensa étnica em especial, são observatórios privilegiados sobre o que circula, em determinados espaços e tempos históricos de grupos sociais e culturais. Os jornais em Língua Italiana serviram como instrumento de manipulação de interesses específicos e de intervenção na vida social da numerosa comunidade presente no estado. Ao mesmo tempo, os impressos que veiculavam orientações específicas, na “colônia ítalo-gaúcha”, abrem perspectivas heurísticas úteis também na área da História da Educação, como foi recentemente

ressaltado (ASCENZI; BARAUSSE; LUCHESE; SANI, 2019), assim como nos processos de escolarização e de formação de modelos educacionais associados à defesa da identidade étnica (LUCHESE, 2017; RECH; TAMBARA, 2015).

A riqueza quantitativa de periódicos italianos em cidades do Rio Grande do Sul – e não somente nas regiões rurais da colonização agrícola – é sintetizada nos muitos títulos que circularam no estado, como se observa na tabela abaixo, elaborada a partir dos primeiros dados ainda fragmentados e parciais recolhidos até hoje. Foram quarenta e cinco os jornais identificados somente entre Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, nos anos de 1884 e 1937. O recorte temporal justifica-se durante a fase de consolidação das áreas de colonização italiana no final do Império de um lado, e o início do Estado Novo de outro lado, quando o governo Vargas conduziu um projeto nacionalista de “abrasileiramento”, acompanhado pela introdução de medidas restritivas contra a circulação de jornais em língua estrangeira e contra o uso do idioma nas escolas e em lugares públicos (PANDOLFI 1999, p. 231). No entanto, poucos impressos deste tipo tiveram uma duração significativa. Dentre eles um lugar fundamental, sem dúvidas foi ocupado, além do periódico principal *Stella d'Italia*, pelo *La Patria Italo-Brasiliana*, semanal nascido em 1916, no contexto da Primeira Guerra Mundial (RUGGIERO; ZAMBIASI, 2020).

Quadro 1 – Listagem dos jornais publicados no contexto urbano do RS (1884-1937)

Título	Cidade	Ano/Período
La Liguria	Porto Alegre	(1884-?)
Le Colonie Italiane	Porto Alegre	(1885-?)
L'Italiano	Porto Alegre	(1891-1893)
Il Commercio Italiano	Porto Alegre	(1892-1893)
L'Avvenire	Porto Alegre	(1892-1892)
L'Eco delle Colonie	Porto Alegre	(1892-1893)
Il Corriere Cattolico	Porto Alegre	(1891-1895)
L'Italia	Porto Alegre	(1895-?)
La Scintilla	Porto Alegre	(1896-?)
Il Progresso	Porto Alegre	(1897-1900)
La Patria Italiana	Porto Alegre	(1897-1898)

La Voce Della Verità	Porto Alegre	(1898-?)
L'Operaio italiano	Porto Alegre	(1899-?)
Stella d'Italia	Porto Alegre	(1902-1925)
Il Corriere Italiano	Porto Alegre	(1902-1904)
La Verità	Porto Alegre	(1902-?)
La Cometa	Porto Alegre	(1902-?)
La Patria	Rio Grande	(1904-?)
XX Settembre	Porto Alegre	(1904-?)
Il Tempo	Porto Alegre	(1906-?)
La Frusta	Porto Alegre	(1906-?)
Favilla	Porto Alegre	(1906-?)
Gazzetta delle Signore	Porto Alegre	(1910-?)
L'Araldo Coloniale	Porto Alegre	(1913)
La Patria Italo-Brasiliiana	Porto Alegre	(1915-1931)
Il Trentino	Porto Alegre	(1915-?)
Italia	Porto Alegre	(1915-?)
D'Artagnan Coloniale	Porto Alegre	(1915-?)
Almanacco della Patria	Porto Alegre	(1917-?)
Gazzetta Coloniale	Porto Alegre	(1917-?)
Rivista Italo Brasiliana	Pelotas	(1922-?)
La Nuova Italia	Porto Alegre	(1924-?)
Patria Nuova	Porto Alegre	(1924-?)
La Tribuna d'Italia	Porto Alegre	(1925-?)
Il Giornale d'Italia	Porto Alegre	(1925-?)
Lo Pascoalino	Porto Alegre	(1925-?)
D'Artagnan	Porto Alegre	(1926-1926)
Il Tribuno	Porto Alegre	(1927-?)
Voce d'Italia	Porto Alegre	(1927-?)
Vita Coloniale	Porto Alegre	(1927-?)
Lo Pasoalino	Porto Alegre	(1927-?)
La Nuova Italia	Porto Alegre	(1933-1936)
La Voce d'Italia	Porto Alegre	(1935)
La Patria fascista	Porto Alegre	?-?
La Verità	Porto Alegre	1933-?

Fonte: COLNAGHI, 1906a até 1906z; CROCETTA, 2000; RONNA, 1975; MORETTO, 1956; A IMPRENSA, 1935; FORTINI, 1975.

O jornal mais longo da comunidade ítalo-gaúcha de Porto Alegre, o bissemanal – depois trissemanal – *Stella d'Italia*, foi editado de 1902 a 1925, tornando-se o porta-voz mais prestigiado de toda a coletividade no estado (BARAUSSE; BASTOS; RUGGIERO, 2017). Dirigido pelo milanês Adelchi Colnaghi, proclamava-se independente, ou melhor, “partidário dos interesses e das instituições italianas”, principalmente a favor das escolas étnicas, e promotor do associativismo italiano.

O *corpus* documental das fontes foi localizado em diversos arquivos. Em 2017, Alberto Barausse encontrou, na Biblioteca Municipal Sormani de Milão, na Itália, uma rica coleção que abarca o período de 1902 a 1913, totalizando 1.223 exemplares do periódico. Mais recentemente, outros números do ano de 1914 foram encontrados no Arquivo do *Centro di ricerca e documentazione dell'Università del Molise* (CeSIS). Demais exemplares, que pertencem aos anos de 1916 e 1917, encontram-se na Biblioteca de História Moderna e Contemporânea em Roma, totalizando 1.470 números disponíveis. A edição de 23 de outubro de 1921, n. 1980 e 1981, foi encontrada no Arquivo Histórico Diplomático do Ministério de Negócios Exteriores da Itália.² O Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa, de Porto Alegre, tem, em seu acervo, somente dois exemplares – um número de 25 de setembro de 1913 e um de 1º de abril de 1920. No Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e na Hemeroteca Digital Nacional encontram-se outras poucas edições de 1908, 1909 e 1911.

Como indicado anteriormente, pela grande maioria estes jornais podem ser considerados inéditos, pois, até hoje, poucos pesquisadores tiveram acesso a alguns exemplares.³ O foco deste estudo limita-se a uma análise panorâmica muito geral do periódico, principalmente, em relação aos primeiros anos de vida, cujos números que são mais contínuos estão sendo organizados e sistematizados na esperança de uma futura digitalização, para garantir mais amplo acesso.

² O exemplar está guardado na Itália, no Archivio Storico Diplomatico del Ministero degli Affari Esteri (Asmae), Archivio Scuole (AS Scuole) 1911-1922, Cat. III, busta (b.) 445, fascicolo (f.) Porto Alegre.

³ Rech e Tambara (2015) tiveram acesso a alguns exemplares, dos anos de 1902 a 1904, de uma coleção particular não acessível. Angelo Trento (2013) acessou nove números, de 1908 e 1909, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo/IHGSP e três números de 1911, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro/FBN. Uma pesquisa de Mário Gardelin, em 1993, analisava alguns poucos exemplares com artigos relativos à construção da ferrovia em Caxias do Sul, em 1910 (GARDELIN, 1993).

Mediadores para uma cultura de integração: os idealizadores Adelchi Colnaghi e Benvenuto Crocetta

Nos artigos já citados, elaborados para a Exposição Universal de Milão em 1906, o diretor Adelchi Colnaghi lembrava a origem da iniciativa editorial do *Stella d'Italia* e o fator principal que estimulou, em 1902, o grupo promotor, isto é, a ausência de “uma gazeta italiana” no início do novo século em Porto Alegre. Apesar de algumas tentativas de breve duração nos anos anteriores, a coletividade dos compatriotas ainda não possuía um jornal de referência, diferentemente dos imigrantes alemães que, numericamente inferiores aos italianos, editavam três impressos bissetimanais e trissetimanais de certa relevância (COLNAGHI, 1906a).⁴ Quatro anos mais tarde, por ocasião da Exposição Universal (*Esposizione Internazionale de Sempione*), ocorrida em Milão de 28 de abril a 31 de outubro de 1906, o jornal encontrava-se com “boa saúde”, tanto que foi premiado com Menção Honrosa.⁵

Colnaghi chegou ao Brasil, provavelmente, na última década do século XIX, instalando-se em Porto Alegre. Permaneceu no País até 1914, quando retornou para Milão, falecendo em maio de 1917 (NECROLOGIA, 1917). Nos anos entre 1893 e o início de 1900, participou da administração e edição de vários periódicos em Língua Italiana, dentre os sete publicados em Porto Alegre. Desde sua chegada, logo se envolveu na atividade jornalística. Inicialmente, no impresso *L'Italiano* (1891), cujos proprietários eram os irmãos Marsiano e o diretor Cesare Pelli (COLNAGHI, 1906a, p.1). Com o início da Revolução Federalista (1893-1895), o jornal deixou de ser publicado. Posteriormente, passou a dirigir o periódico *Il Commercio italiano*, iniciativa do imigrante milanês Agostino Ferrario, que começou suas edições em 10 novembro de 1892. A experiência durou muito pouco, até janeiro de 1893 (COLNAGHI, 1906b e 1906c). Apesar da sua orientação laica, influen-

⁴ O autor referia-se aos periódicos étnicos alemães *Deutsches Volksblatt*, *Deutsche Zeitung*, e *Koseritz' Deutsche Zeitung*. Em vários outros artigos até agosto de 1906, Colnaghi analisou o tema da imprensa étnica italiana no Rio Grande do Sul.

⁵ É importante registrar a participação do Rio Grande do Sul e de suas comunidades italianas na exposição, como único representante brasileiro, em uma sala exclusiva. Balbinot e Tedesco informam que “do espaço ocupado pelo Pavilhão da América Latina, 136 metros foram dedicados à exposição do Rio Grande do Sul”. O objetivo era apresentar a ótima situação dos italianos estabelecidos no Estado, que somavam mais de 300 mil ítalo-brasileiros, diante do Decreto Prinetti (1901), que suspendia a licença de quatro companhias de navegação, responsáveis por realizar o transporte marítimo gratuito de imigrantes italianos para o Brasil (BALBINOT; TEDESCO, 2016).

ciada pela maçonaria, colaborou também com o periódico *Il Corriere Cattolico* (1891-1895). Este jornal nasceu por iniciativa de uma importante associação política porto-alegrense, o “Centro”, sob a direção de Alfredo Clemente Pinto, homem culto e católico, mas, segundo Colnaghi, excessivamente “moderado e conservador”, membro do Partido Católico, integrado por imigrantes e descendentes de alemães. Fez parte da redação em 1893, substituindo Guido Carlo Pasini, com o objetivo de “modificar o seu programa em um sentido mais patriótico italiano e liberal”, tarefa difícil diante da forte presença e ingerência de Clemente Pinto, que representava as instâncias dos estudantes do seminário, ultraconservadores, germanófilos e “pouco disponíveis a mudanças”. A participação de Colnaghi permitiu tornar o periódico menos católico-conservador e mais “italiano”, assegurando-se, assim, o apoio dos cônsules Pio di Savoia e Angelo Legrenzi. Este último, em particular, investiu recursos para financiar o empreendimento. A colaboração, todavia, terminou em outubro de 1895, diante do insucesso em impedir a influência fortemente confessional do grupo editorial (COLNAGHI, 1906b). Por ocasião dos preparativos para as celebrações da festa cívica italiana “anticlerical” de 20 de setembro de 1895,⁶, no jornal católico alemão *Deutsches Volksblatt*, publicado na tipografia de Clemente Pinto, foram publicados insultos aos italianos acusados de serem “bandidos, homens sem moral, guiados por instintos vis”. Em resposta à recusa de desculpas públicas por parte do diretor, a sede editorial do “Centro” foi invadida por duzentos italianos, que tentaram pôr fogo em todo o edifício (SIMÕES; CONSTANTINO, 1996). Nos dias sucessivos, terminou assim a experiência do *Il Corriere Cattolico* (POSSAMAI, 2004). Durante sua existência, entrou frequentemente em conflito com os outros três periódicos italianos – *L’Avvenire* (1892), dirigido por Leone Colombo; o *Eco delle Colonie* (1892-93), dirigido por Carlo dell’Apa, e o *L’Italia* (1895), de Cesare Pelli –, que surgiram na última década do século XIX (COLNAGHI, 1906d). Posteriormente, Colnaghi iniciou uma nova colaboração como redator e diretor provisório, entre janeiro de 1898 e março de 1900, do jornal *Il Progresso*, periódico semanal que surgiu, em 1897, por iniciativa do italiano Mario De Candia, apoiado pelo cônsul Ciapelli, e pelo Embaixador Antonelli (COLNAGHI, 1906e, 1906f e 1906g). Tentou orientar o jornal para

⁶ No dia 20 de setembro, os italianos celebravam a festa cívica que lembrava a “Tomada de Roma” (20 de setembro de 1870), o evento que marcava o fim do poder temporal da Igreja e completava o processo de unificação da Península.

um endereço mais nacionalista, na defesa da “italianidade”; ao mesmo tempo evitou os tons radicais ou anticlericais, para ganhar o apoio mais amplo da comunidade em grande parte vinculada aos valores do catolicismo (COLNAGHI, 1906f). Portanto, dos sete jornais publicados em Porto Alegre na última década do século XIX, Colnaghi atuou em quatro.

De acordo com pesquisas conduzidas por Stella Borges e Paulo Possamai, era filiado, como membro em terceiro grau, à loja maçônica “Ausônia” aberta em Porto Alegre em 1895 e fechada em 1903, que também patrocinava a publicação do periódico (BORGES, 1993; POSSAMAI, 2005). Além das atividades jornalísticas, foi inspetor das escolas italianas de Porto Alegre e secretário do *Circolo La Giovine Italia* (1890-1902), uma sociedade de instrução e recreação.

Depois da sua morte, Benvenuto Crocetta assumiu a direção do periódico como diretor e administrador até 1925, quando o jornal deixou de ser editado. Já no Editorial de 3 de julho de 1902, Colnaghi informava que a colaboração do jovem Crocetta era gratuita, destacando suas atividades cotidianas, sem receber nenhum valor pecuniário:

Administrador, compositor, despachante, revisor, paginador e correspondente. Dia e noite, durante três longos meses, ele trabalhou com vigor inaceitável, contentando-se em viver no escuro, enquanto para nós abandonou toda a glória – se houver glória – e o orgulho da popularidade (IL PRIMO..., 1902, p.1).

Crocetta também atuou em outros jornais italianos de Porto Alegre, depois dessa primeira experiência: no *Giornale d'Italia* (fundado em 1925), e no *Voce d'Italia* (1928). Toda sua experiência civil e profissional distingue-se por uma intensa e constante participação na vida associativa escolar e de vários eventos culturais da sociedade porto-alegrense. Foi também secretário e inspetor das instituições escolares da *Società Italiana di Beneficenza e Istruzione Principessa Elena di Montenegro*, e um grande incentivador das escolas italianas no estado.⁷

Por ocasião da comemoração do cinquentenário da colonização italiana, em 1925, Crocetta assumiu a função de secretário da comissão organizadora e foi o responsável pela monografia *Un cinquantennio de vita coloniale: gli esponenti individuali e collettivi della colonia italiana nel Rio Grande do Sul*, publicada no Álbum do Cinquentenário.

⁷ A sua assinatura como secretário da sociedade aparece nas cartas das escolas guardadas no Asmae, AS 1888 – 1920 b.445, f. Porto Alegre.

No texto chamava a atenção sobre as “características psicológicas da imigração, a unidade e a formação coletivas, as associações, as escolas, a vida comunitária, os produtores de ouro e sangue, os expoentes individuais e os fundadores das colônias e das cidades, os pioneiros da ciência, das artes, das indústrias e do comércio e as obras das mulheres” (HERÉDIA; RADÜNZ, 2011, p. 250). Ao longo da década de 30, do século XX, integra o órgão diretivo da *Associazione Dante Alighieri*, fundada em Porto Alegre em 1914 (SOCIETÀ NAZIONALE DANTE ALIGHIERI, 1937). Frequentemente, sua presença, e a de Colnaghi são registradas em vários periódicos gaúcho, como o jornal *Federação* (1884-1937). Os dois intelectuais eram chamados a frequentar eventos políticos e sociais da cidade (como oradores, participantes em banquete em homenagem à Borges de Medeiros e outros líderes do estado, presença em inauguração de prédios e monumentos públicos, participação em nascimentos e falecimentos de familiares da alta burguesia porto-alegrense, etc.). Tudo isto evidencia a ampla rede de sociabilidades que os responsáveis do *Stella d'Italia* mantinham na cidade e no estado, para dar maior visibilidade ao periódico (A INAUGURAÇÃO..., 1927; AS HOMENAGENS..., 1928). Construíram, enfim, um papel de mediação cultural importante dentro da na sociedade gaúcha, enquanto assumiam também o papel principal de guia civil de toda a comunidade italiana.

Uma “gazeta independente”: estrutura e programa do *Stella d'Italia*

O projeto do periódico foi elaborado a partir de alguns integrantes da classe média italiana de Porto Alegre, que, desde o final do século XIX, vivia certa ascensão social, aumentando o papel econômico no contexto urbano (CONSTANTINO, 2015). Uma circular de 1º de dezembro de 1900 apresentava o projeto assinado pela Comissão Promotora, constituída por vários profissionais: o engenheiro Pietro Rusca, o fotógrafo Virgilio Calegari, o comerciante Felice Doderò, os médicos Gennaro Lanzara, Gaspare Vincenti, Biaggio Rocco, Giovanni Battista De Paoli, o farmacêutico Stefano Rocco, além do idealizador principal, o jornalista Adelchi Colnaghi. No texto lia-se:

Caro compatriota!

O aumento cada vez maior que está tomando o elemento italiano neste Estado Glorioso e a necessidade sentida de proteger seus múltiplos interesses nos sugeriram a ideia de promover a fundação de um jornal que, inspirado por sentimentos altamente

patrióticos e independentes, através de uma colaboração sábia e previdente, seja capaz de disciplinar os esforços individuais, apoiá-los, animá-los e fundi-los em uma comunidade única e poderosa. Elaborado em italiano e com um serviço telegráfico particular, sob a imediata concordância de homens, que são totalmente leais à grandeza de nossa Colônia e o nosso Belo País, será a bandeira sob a qual nos encontraremos, a fim de defender e proteger os direitos e a justiça relativa à nossa comunidade e a essa pátria de adoção, da qual uma grande parte de nós depende. Em uma palavra, manter viva a fé itálica em nossos seios, enquanto mantemos nossa devoção incondicional a esse grande povo irmão. Uma coletividade sem jornais é um exército sem bandeira; o nosso triunfo depende exclusivamente de nossos esforços. E para alcançar este nobre propósito e porque o periódico futuro, realmente seja o representante oficial de nossa Colônia, para compensar os meios de sua criação, nós concebemos fundar uma Sociedade para ações onde também o mais humilde de nós tenha a faculdade de contribuir, sem sacrifícios excessivos (CIRCULAR..., 1902a).

O projeto anunciado em 1900 passou por várias etapas, até ser retomado diretamente pelo diretor Colnaghi em 1901, o qual aceitou as solicitações de outros compatriotas para dar vida a “um jornal que, longe das pressões políticas partidárias, concretizasse as aspirações e ideais das comunidades italianas e da Pátria, lutando sempre para afirmar o nosso nome e o nosso direito”. Em 1902, convida novamente os compatriotas a “Lutar, lutar sempre até o sacrifício; colocar muito alto o nosso nome, para ser respeitado e amado: esses são os princípios e os ideais da ‘Stella d’Italia’ e de seus colaboradores” (CIRCULAR..., 1902b, p. 1).

No primeiro número, o diretor também apresentava o programa e estabelecia uma relação de solidariedade com os leitores. Explicitava que os objetivos do periódico eram “construir uma coletividade com uma identidade homogênea com a Mãe Pátria, para contrastar com a dispersão e o isolamento em que vivia a comunidade italiana de Porto Alegre e do Estado”. Expressava a vontade de organizar uma publicação que se tornasse uma “conversa amigável entre compatriotas”. O objetivo era “criar uma relação de afeto, de simpatia e de estima recíproca” (COLNAGHI, 1902a, p. 1). Apresentava o jornal como uma voz independente, que não estava ligada a nenhuma religião ou partido, que não pretendia dividir, mas unir no ideal da pátria. Tinha a ambição de formar o espírito cívico solidário, segundo ele ausente na comunidade, que deveria abandonar o patriotismo individual e isolado. Considerava que o imigrante italiano, no Exterior não devia apoiar nenhum partido,

que não fosse aquele da Pátria. O projeto era homogeneizar e disciplinar o patriotismo dos imigrantes, “para que as massas possam ser invencíveis”:

Nos longos anos de convivência com os italianos no exterior, especialmente nesta colônia, pudemos argumentar que o que nos falta é o espírito de solidariedade e harmonia, sem o qual todo progresso e vigorosa afirmação tornam-se irrisórios. É o espírito cívico que nos faz falta. Nosso patriotismo individual, como é isolado, nunca pode triunfar sobre os obstáculos que nos impedem à homogeneidade e não tentamos fundi-lo, combiná-lo, discipliná-lo e empurrá-lo assim para aqueles ideais que o fazem emanar invencível. Cem mil compatriotas e uma ideia, uma única aspiração (COLNAGHI, 1902a, p. 1).

Os créditos do primeiro número de 1902 informam que o periódico era editado sob os auspícios das mais relevantes sociedades étnicas italianas da capital: *Vittorio Emanuele I* (1877), *Principessa Elena di Montenegro* (1893-1937), *Società di Beneficienza ed Istruzione Umberto I* (1900), Loja Maçônica Ausonia (1895-1903), *Circolo Filarmonico Italiano Giuseppe Mazzini*, do bairro Tristeza, em Porto Alegre (1885); Sociedade Operária de Mútuo Socorro Príncipe de Nápoles (1887), em Caxias do Sul. Posteriormente, o Conselho de Administração seria nomeado pela Assembleia Geral (PROGETTO..., 1902, p. 1). Para garantir a sustentabilidade financeira do jornal, o grupo dos fundadores constituiu uma sociedade de 400 ações, cada uma com o valor de 25\$000.

O cabeçalho traz dados sobre a administração do jornal, que ficava na Tipografia do Centro, na Rua Santa Catharina em Porto Alegre. Posteriormente, passou a ser editado pela “Typografia Italo-Riograndense” de Luigi Petrocchi,⁸ que também era representante da *Grande Libreria Italiana*, dos Fratelli Bertolotti,⁹ fundada em 1892

⁸ Luigi Petrocchi foi professor e agente consular enviado da Itália para Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Bagé, Alfredo Chaves e Porto Alegre. Professores com formação também assumiam funções consulares. Era natural de Pistoia, na Itália. Emigrou para o Brasil por volta de 1900, enviado pelo governo italiano, com os dois filhos maiores, deixando a esposa e outros dois filhos na Itália. Exerceu o papel de “professor-agente”, com o objetivo de fazer a ligação entre os imigrantes e as autoridades consulares. Atuou como agente consular em Bento Gonçalves, provavelmente entre 1901 e 1909, foi professor e dirigiu a escola “Petrocchi”, por ele criada, no mesmo Município, por seis anos, difundindo a italianidade. Consta que, após sua saída de Bento Gonçalves, Petrocchi assumiu o cargo de Vice-Cônsul em Porto Alegre/RS e Florianópolis/SC (LUCHESE, 2008; LUCHESE; KREUTZ, 2011; RECH; TAMBARA, 2015).

⁹ Os Irmãos Bertolotti eram politicamente socialistas, lideranças do grupo socialista de São Paulo, colaboradores e redatores do jornal “Avanti!” Sobre o tema, veja-se Biondi (2011).

em São Paulo, com filial em Porto Alegre na rua dos Andradas 136, com uma grande variedade de jornais e revistas italianas. A partir dessa mudança, a direção, a administração e a tipografia passam para a rua General Câmara, n. 10 (antiga rua da Ladeira). Além da impressão do periódico, a empresa manteve uma livraria – *Libreria della Stella d’Italia*, desde julho de 1909, cujos livros anunciados provavelmente eram vendidos na sede do jornal. O periódico tinha o sistema de assinatura mensal, trimestral, semestral ou anual, sendo o “pagamento antecipado sem exceção alguma”. Na primeira página, no canto esquerdo, a sessão *Ai Lettori*, normalmente fazia um chamamento para manter a assinatura e o pagamento em dia, assinado pelo Administrador Benvenuto Crocetta. Para a assinatura anual, o preço era de 10\$000 (réis); semestral, 6\$000; trimestral, 3\$000; mensal, 1\$000. Os números avulsos custavam 200\$00 e eram vendidos pelos senhores Luigi Pedrazzi (na rua da Ladeira, na antiga Livraria Americana); e Matteo Carreta, na rua Bragança da capital.

O jornal de 1902 a 1908 é editado em quatro colunas, com quatro páginas (A4 dobrado no meio), sendo as duas últimas páginas dedicadas aos romances em forma de folhetim e às propagandas (de restaurantes, moda feminina e masculina, produtos italianos, produtos farmacêuticos, hotéis, alfaiataria, marcenaria, lanifícios, aulas de italiano, escolas, ateliê fotográfico, fábrica de guarda-chuva e bengalas, açougues, móveis, tecidos, clubes, casas de bilhar, armazéns e fiambrerias, padarias, lotéricas, livros escolares, livros técnicos, romances, revistas, etc.). Os interessados em publicar anúncios deveriam dirigir-se ao encarregado Sr. Francisco Truda, e o pagamento deveria ser antecipado. O espaço destinado aos anúncios garantia a manutenção econômica e, também, divulgava serviços e produtos de interesse para o leitor (AI LETTORI..., 1902a, p. 1).

Os anúncios geralmente ocupavam as duas páginas finais do jornal e alguns espaços no alto das páginas e/ou em vazios, que eram preenchidos com as propagandas. A publicidade permite observar que a maioria se referia a empresas e serviços localizados em Porto Alegre. No entanto, há propagandas de estabelecimentos de outras localidades do Rio Grande do Sul (Santa Maria, Rio Grande, Livramento, Caxias do Sul, Encantado, Garibaldi, Pelotas, Alegrete, Novo Hamburgo e outros), o que permite perceber que a circulação do jornal não se

restringia à capital, mas a outras cidades do interior, como confirma a ampla rede de correspondentes (AGLI ABBONATI, 1906).¹⁰

É importante assinalar que das quatro páginas do periódico, de 1902 a 1908, a primeira página era a que mais colaborava para o escopo doutrinário. O Editorial, ocupando de 2 a 3 colunas, dominava a página com quatro colunas, que se destinavam a avisos, subscrições populares, e/ou relatos de viagem e notícias mais importantes. Nas outras páginas, estavam as demais seções e, na quarta página, as propagandas. Ao folhearmos o periódico, constata-se que somente Colnaghi e Crocetta assinam suas participações, mas, na maioria delas, não é possível assinalar quem eram os outros colaboradores.

Na perspectiva de manter um relacionamento constante com os leitores, publicava telegramas e cartas recebidas, assim como as respostas dos editores. Mas também complementava com informações de utilidade pública para a comunidade italiana em um espaço intitulado *Indicazioni*, onde fornecia os endereços do Consulado da Itália em Porto Alegre; das sociedades Vittorio Emanuele II, Princesa Elena di Montenegro, Palestra Umberto I, Circolo Filarmonico Italiano, Loja Maçônica Ausonia, Sociedade Giuseppe Mazzini. Havia, ainda, a *Sezione Commerciale*, com a cotação do câmbio e o preço de variados produtos, e o *Movimento Marittimo*.

Em 20 de setembro de 1908 (ano VII, n. 673), passou a contar com seis colunas, com tamanho maior (A3), com 8 páginas. Também alterou o cabeçalho, que apresentava agora elementos simbólicos que lembravam a influência da maçonaria: a estrela com cinco pontas, acima da cabeça feminina, emoldurada por folhagens. A mulher também simbolizava a Monarquia italiana. O jornal passava a fazer subscrição

¹⁰ A circulação do periódico pode ser confirmada pela presença numerosa de “*agenti-corrispondenti del giornale*”: Caxias (Francesco Mainieri, Dr. G. Lazara, I. Bersani), Pelotas (Cesare Cesario), Garibaldi (Abramo Camini), Bento Gonçalves (Luigi Allegratti), Tristeza (Pergentino Piva), Rio Grande (Ambrogio Revello), Cachoeira do Sul (P. Battisti), Nova Trento, Itaquí (Fratelli de Grazia), Arroio Grande, São Marco, Montebello, Passo Fundo, São Leopoldo, Jaguari, Colônia Ijuí, Bagé, Garibaldi, Silveira Martins, Encruzilhada, Antonio Prado, São Vicente (Angelo Previtali), Nova Vicenza, Convento Vermelho (Olimpio Cavagna), Guaporé (Giuseppe Fontana, Antonio Cappelari), Alfredo Chaves-Capoeiras, Alfredo Chaves (Emilio Toschi), São João de Montenegro (Antonio Paganelli), Encantado (Luigi Zuliani), Nova Pádua (Vittorio Mantovani), Esperança, Cruz Alta, Bujará – São José do Norte, Santa Maria, Barão do Triunfo, Taquara do M. Novo, Santa Vitória do Palmar, General Osório, Estação Colônia e São Marcos (Masimiliano Danelli). Essa rede de agentes alimentava a crônica da semana na seção “*Echi dalle Colonie*”, com notícias e acontecimentos das diferentes localidades do Estado – por exemplo, Olimpio Cavagna (Roca Salles); Griso (Alfredo Chaves); Gloacchino Mascarello (Nova Trento).

para implantar uma tipografia própria, “para o [seu] engrandecimento” (COLNAGHI, 1908). Os resultados foram satisfatórios considerando que manteve as suas edições até 1925.

Associativismo e construção de uma identidade italiana

Como já foi dito, o *Stella d'Italia* buscava promover uma identidade italiana principalmente entre as novas gerações nascidas no Brasil, mais afeitas à assimilação da cultura identitária brasileira. Desde os primeiros números, persegue um projeto ético, civil e pedagógico, antes que político, através dos editoriais, frequentemente assinados pelo diretor. Nestas colunas, atribuía-se à nascente classe média urbana italiana de Porto Alegre a tarefa de construir uma perspectiva identitária nacional, compartilhada e fundada em uma solidariedade harmoniosa. Isto significava contrastar com as tradicionais divisões partidárias, em uma coletividade heterogênea, ligada a fortes como regionalismos e as diferentes instâncias político-ideológicas. Como sublinhava o cônsul italiano De Velutiis, apoiador da causa do jornal, no início do novo século o sistema associativo italiano evidenciava, entre as suas principais fragilidades, a incapacidade de alcançar qualquer objetivo agregador entre os peninsulares. Além da falta de uma sociedade de beneficência centralizada, mostrava a inexistência de um instituto italiano de crédito e de uma câmara de comércio, que pudessem garantir os interesses dos comerciantes e artesãos, cada vez mais numerosos nas “colônias urbanas”. As associações eram animadas por ótimas intenções relativas à mútua assistência, à filantropia e ao auxílio recíproco entre os sócios, à organização da vida cultural e da diversão, além da organização das principais festas patrióticas. Ao mesmo tempo, porém, a proliferação de mais de quarenta agremiações italianas em todo o estado, alimentava, continuamente, os “focos de discórdias e lutas entre os compatriotas” (LO STATO, 1908, p. 346):

Em geral, o espírito de associação não é muito pronunciado entre esses nossos emigrantes, chegados há mais de vinte anos, vindos de pequenas cidades que, naquela época, não tinham compreendido a importância e a utilidade das cooperativas e das sociedades populares; e as associações surgidas nesses centros não conseguiram alcançar o objetivo pelo qual se haviam instituído [...]. Em todo o caso, poucas das nossas associações dão sinal de vitalidade. Surgem, se unem e decaem facilmente, a depender da energia e da boa vontade de quem as dirige, dos

humores dos sócios e das condições econômicas da localidade (LO STATO, 1908, p. 346-347).

Na análise de De Velutiis, as principais motivações para compreender os pontos críticos de todo o sistema associativo italiano deveriam ser procuradas em dois elementos significativos. A primeira causa era relativa ao abandono por parte dos pioneiros “notáveis”, os “titulares” mais antigos da comunidade italiana, que não mais participavam de bom grado da vida da colônia. Chegados à cidade com os primeiros fluxos migratórios urbanos, aos poucos foram “parentando-se com as pessoas do país” e “infiltrando-se na sociedade indígena”, até tornarem-se parte integrante. Com sua ausência, faltava o papel fundamental do “elemento dirigente”. O vazio deixado por eles levava à segunda grande questão. A direção do associativismo italiano era ocupada agora por pessoas certamente dispostas e trabalhadoras, pequenos comerciantes ou industriais, “todas pessoas sérias e de bom senso”, mas certamente pouco instruídas e preparadas para a função. No seu longo e detalhado relatório, o cônsul sublinhava os importantes progressos “morais” dos italianos, nos centros urbanos do Rio Grande do Sul, que depois do fim da imigração subvencionada em 1885, se mostravam ainda mais saudáveis, trabalhadores e moderados. Também os operários em geral conseguiam economizar, assim como os artesãos que exerciam a profissão quase totalmente por conta própria. Muitos haviam feito fortuna, “comprando até mesmo imóveis” (LO STATO, 1908, p. 344). Tais dinâmicas, contudo, haviam consentido a ascensão de uma burguesia ambiciosa, porém pouco sábia e despreparada para liderar sob uma única bandeira o interesse geral da comunidade italiana presente.

Esta burguesia se tornou o principal alvo de Colnaghi: “Fora da Patria” – escrevia – “o italiano não pode e não deve ter outro partido que não seja o da sua bandeira nacional” (COLNAGHI, 1902c), junto com a obrigação de “amar, proteger, defender o nosso compatriota..., elevar o moral dele” (COLNAGHI, 1902d e 1902e), para estimular uma maior “homogeneidade e concórdia da colônia italiana” (COLNAGHI, 1902f, p. 1). Com esse fim, o jornal se apresentava não só como o defensor das comunidades italianas, mas também como o máximo apoiador de uma perspectiva unitária de todas as associações (COLNAGHI, 1902b, p. 1). Ao longo do tempo, ampliaram-se as parcerias com as agremiações étnicas espalhadas também nas áreas da colonização rural, como, por

exemplo, a homônima Sociedade *Stella d'Italia* (1884), de Conde D'Eu; ou, ainda, a sociedade “Luigi Amedeo di Savoia”, de Arroio Grande.

O diretor, criticando a excessiva apatia do associativismo local (COLNAGHI, 1902g, 1902h), retomou a ideia já perseguida sem sucesso, no ano de 1892, pelo professor de ensino elementar Dionisio Ronchi¹¹ (BARAUSSE, 2017, p. 53), de fundar uma confederação de diversas associações de mútuo socorro (COLNAGHI, 1902i, 1902l, 1903a, 1903b, 1903c). O processo adquiriu credibilidade e força com o aumento do número de assinantes (IL PRIMO..., 1902, p. 1) e com a proposta de elaborar um estatuto já desde os primeiros exemplares. O projeto foi retomado entre o final de 1906 e o início de 1907, em conjunto com a chegada do novo Cônsul Geral da Itália em Porto Alegre, De Velutiis.

Chega-se, assim, à data de 20 de setembro de 1911, quando, por ocasião do Cinquentenário da Unidade Italiana, reuniram-se na sede da associação *Vittorio Emanuele II*, na presença do novo cônsul Beverini, os representantes das 17 associações italianas de todo o estado. Outras adesões chegaram por via telegráfica, vindas de muitas localidades do interior do estado, para constituir oficialmente a “Federação das Sociedades Italianas”, que, nas altissonantes palavras do diplomata deveriam:

Conservar vivo no coração dos italianos o amor por sua Pátria; educar os próprios filhos quanto ao respeito a essa Grande Mãe da civilização que foi o berço de seus pais; manter firmes entre os italianos os vínculos de solidariedade e de afeto, ajudando os novos irmãos que aqui chegam, e aqueles já estabelecidos que se encontrem em necessidade; zelar pela instrução e educação da nossa colônia e olhar pelos seus múltiplos interesses materiais e morais; incentivar sempre mais os italianos e o povo dessa terra a uma relação de afeto fraterno e de estima recíproca (LA COMMEMORAZIONE, 1911, p. 1).

Conforme escrevia em 1925 o jornalista do *Stella d'Italia*, Benvenuto Crocetta, os ideais e as esperanças da Federação foram, porém, logo desfeitos perante os personalismos e egoísmos individuais que, imediatamente, conduziram a um torpor estéril e improdutivo. Lamentável foi considerada a “incipiência” e a corrupção de alguns

¹¹ Foi Dionisio Ronchi, professor na escola direta pela sociedade Vittorio Emanuele II (BARAUSSE, 2017, p. 53), que, no início da década de 90 tentou promover a federação do *Consolato Operaio* (COLNAGHI, 1902i, p. 1; 1902l, p. 1; 1903a, p. 1; 1903b, p.1; 1903c, p.1).

dos líderes, que não haviam compreendido a grande oportunidade que tal cooperativismo social poderia oferecer como chave de defesa dos interesses políticos comuns, na sociedade brasileira. Diante do aumento da população italiana, na verdade, as mesmas associações haviam enfraquecido as próprias forças e esvaziado as fileiras de sócios. Quando, posteriormente, as condições da colônia melhoraram e reforçaram-se os processos de assimilação, seja a lógica da mútua assistência, seja aquela do ensinamento da língua, perderam muito do seu apelo concreto entre os conterrâneos (CINQUANTENARIO, v. I, 2000).

Apesar das dificuldades encontradas, para concretizar o sentimento de pertencimento comum à Mãe-Pátria, o periódico continuou ressaltando as comemorações das festas nacionais italianas, como veículo para construir um imaginário identitário-coletivo fundado nas tradições. A utilização de símbolos, alegorias identitárias e verdadeiras “liturgias cívicas” entraram no léxico comum do jornal, com uma mobilização que se estendia ao mundo do associativismo, frequentemente apoiado pelas mesmas instituições diplomáticas oficiais. Foi evidente o esforço para organizar comitês específicos e subscrições para a construção de monumentos, epígrafes, elementos arquitetônicos italianos nos centros coloniais e urbanos mais importantes do Rio Grande do Sul. Assim como a divulgação de bandeiras, hinos, pinturas, obras teatrais e musicais que pudessem falar aos sentimentos dos imigrantes, suscitando paixões e orgulho identitário (RUGGIERO, 2014).

Através da seção *In giro per l'Italia*, o Stella referia constantemente notícias da vida política e social na Itália, recuperadas dos vários periódicos da Península ou enviadas por telegrama e correspondência. Concomitantemente, havia também a seção *Attraverso*. Nestas colunas, o jornal expressava uma orientação próxima à nova política liberal, inaugurada pelos governos liderados pelo estadista Giovanni Giolitti (AQUARONE, 1987)¹² e identificava-se com o ideal de uma laicidade moderada e de um nacionalismo mais acentuado, a partir do final da

¹² O período de governo de Giovanni Giolitti (1901-1914) foi caracterizado pela tentativa de ampliar a integração no Estado italiano das forças partidárias e dos movimentos sociais marginalizados na época passada, como o socialista e o católico. Após as eleições de 1900, a nova política liberal adotada pelo estadista Giolitti foi a de promover uma parceria de governo para ampliar as reformas sociais e introduzir uma nova lei eleitoral mais inclusiva (AQUARONE, 1987). Neste período, foi intensa a política de reformas para a educação, sobretudo na área do Ensino Fundamental e dos professores básicos; instituição da nova escola popular; novos programas para a escola fundamental; novo estado jurídico e nova reforma de aposentadoria para os professores do Ensino Básico e Médio; estadualização do Ensino Fundamental, até aquele momento gerenciado pelas municipalidades.

primeira década do século XX. Nesse sentido, o periódico manteve uma correspondência telegráfica própria, através da seção *Notizie telegrafiche*, que trazia notícias da Guerra Tripolina (1911-1912), como forma de propaganda para esclarecer ao leitor quanto às informações da oposição ao conflito. A ideologia nacionalista também acompanhou toda a vida do jornal, no período da Primeira Guerra Mundial. Outras colunas ressaltavam a defesa identitária. A partir do número 5, aparece a seção *La vita al Brasile*, que enfoca fatos ligados à comunidade italiana de diversos estados brasileiros (LA VITA..., 1902, p. 2). Em outras edições, são redigidos necrológios de personagens importantes da comunidade italiana do estado.

Na perspectiva da promoção cultural étnica, o *Stella d'Italia* publicava romances em forma de folhetim, normalmente nas últimas páginas, na parte intitulada *Appendice della Stella d'Italia*. As obras literárias, veiculadas junto com poemas e peças teatrais representativas de certo orgulho nacional, falavam aos sentimentos dos imigrantes, suscitando paixões e orgulho identitário. Por exemplo, durante 272 números, o periódico publicou o romance *La figlia maledetta*, de Emílie Richebourg, caracterizando-o como “romance originalíssimo, emocional e, sobretudo, moral” (RICHEBOURG, 1907), o conto de Attilio Vetere (VETERE, 1906), ou a novela *L'irrimediabile novella*, sem autor (L'IRRIMEDIABILE..., 1907). Outros textos literários são veiculados, como a peça de teatro de Edmondo de Amicis, intitulada *Fiore del passato. Bozzetto drammatico in un atto*” (FIORE..., 1906). Do mesmo autor internacional e popular, é publicado o romance *Ricordi d'un viaggio in America*, em 13 capítulos (AMICIS, 1908).

Nas colunas sustentava-se, enfim, um projeto ético-civil e pedagógico de massa. Desde os primeiros números, a linha editorial reprovava o processo de naturalização que envolvia os descendentes de italianos nascidos no Brasil.¹³ Colnaghi (1902m) reconhecia que as duas posições a favor e contra tinham seus argumentos válidos. Simplificando, porém, a linguagem legislativa que aparece bem mais complexa e articulada, afirmava, frequentemente, que todos os imigrados ao se naturalizarem perderiam a proteção de seu país de origem, recebendo em troca um direito de voto que, no contexto, não os tornaria efetivamente mais

¹³ Outros periódicos italianos publicados no Brasil – como *Fanfulla* e *La Tribuna*, os dois maiores jornais de São Paulo, promoveram um debate quanto à oportunidade ou não de uma adesão ao processo de assimilação (COLNAGHI, 1902m).

livres ou mais influentes na pátria de adoção (COLNAGHI, 1902n). Em vários artigos existem críticas aos representantes do governo que, com a obrigação da naturalização, teriam enxergado no imigrado italiano somente um número útil para se fortalecerem nas eleições.

Nesse sentido, como defensor dos interesses das colônias rurais e urbanas, coloca-se em uma posição de neutralidade em relação à política local. Em muitas ocasiões critica as pressões excessivas do governo borgista que estimulava os italianos a uma participação mais ativa nas urnas. Em 1907, antes das eleições para governador do estado, uma das raras circunstâncias em que existiu um líder opositorista, em resposta a uma campanha filo-governativa, para convencer os italianos a se tornarem eleitores, o diretor evidenciava corajosamente o caráter despótico do governo. Principalmente porque, na frente do fantasma assustador do candidato da oposição, Abbot, os homens de Borges colocaram pela primeira vez dois italianos como vice-intendentes em Caxias do Sul e Alfredo Chaves (COLNAGHI, 1907a). Em outras ocasiões, denunciavam-se as prepotências dos coronéis locais que se mostravam coniventes em ações que frustravam as expectativas de famílias italianas e de descendentes (COLNAGHI, 1908a).

Junto ao objetivo de promover e defender o caráter identitário-étnico, o jornal pretendia colocar-se como defensor dos interesses da coletividade italiana rio-grandense. Nessa perspectiva, já nos primeiros números destacou o papel dos imigrantes italianos no desenvolvimento econômico do Estado e reivindicou às autoridades brasileiras medidas estruturais relevantes para a segurança dos núcleos coloniais, garantindo melhores condições para a sustentação das atividades econômicas promovidas pelos imigrantes, aproveitando o clima político favorável que vinha se instaurando, já desde o final da Revolução Federalista e, em particular, com o líder positivista Borges de Medeiros, propenso a apoiar a retórica da modernização e do progresso, alcançados principalmente graças aos fluxos migratórios europeus. Muitas colunas solicitam ao governo medidas de investimento em instrução agrícola, principalmente para potencializar o setor vitivinícola, a mais promissora das atividades dos colonos italianos. Colnaghi sustentava a ideia de uma necessária modernização, acreditando também na perspectiva do sistema cooperativista que podia favorecer os produtores italianos (COLNAGHI, 1908b). Sublinhava, ainda mais, a importância de fortalecer um sistema escolar e de formação técnica em toda a região

rural italiana, que visitava frequentemente apresentando numerosos relatos, nas páginas do periódico: Eu vi em cada lugar igrejas, capelas, oratórios, tabernáculos, imagens de santos em sacrários mais ou menos estéticos, com sua lampadinha ligada em cima da cabeça. Pelo contrário, não vi nenhuma escola, nenhuma creche, nenhuma qualquer biblioteca (COLNAGHI, 1908c).

Em outras ocasiões, o diretor solicitou medidas urgentes para afastar os intendentos ou bandos de criminosos, de Guaporé, Caxias do Sul, Alfredo Chaves, que ameaçavam e agrediam os imigrantes e os agentes consulares (IERI ED OGGI, 1902a, p. 2; 1902b, p. 2-3; ECHI..., 1902; BRIGANTAGGIO..., 1902; I MARTIRI..., 1902, p. 1). Também solicitava medidas quanto ao melhoramento da mobilidade dos colonos, em estradas e ferrovias, demandando a implantação do projeto já anunciado da ferrovia caxiense (COLNAGHI, 1902o, p. 2; COLNAGHI, 1902p, 1902q). Emblemática é a carta de Colnaghi para o governador do estado Dr. Borges de Medeiros, em nome da Comunidade Italiana, sobre o estado lamentável da estrada que ligava a região colonial de São Sebastião do Caí a São João de Montenegro (LETTERA..., 1902). Notícias sobre os diversos núcleos de imigração italiana foram mantidas também na seção específica *Ieri ed Oggi*, que, posteriormente, passou a se chamar *Echi dalle Colonie*.

Considerações finais

Em conclusão, podemos afirmar que, pela sua longevidade que teve, o periódico *Stella d'Italia* representa um exemplo de sucesso editorial étnico incomum, no contexto da imigração italiana no Brasil.

A leitura preliminar dos exemplares relativos aos primeiros anos nos permite perceber que o jornal pretendia expressar as demandas da nascente classe média burguesa urbano-italiana de Porto Alegre, configurando-se como o defensor e promotor da italianidade no Estado do Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, buscou contemplar as exigências dos diversos grupos sociais presentes em toda a coletividade – a burguesa e a operária –, reunidos em torno do associativismo de mútuo socorro, ao qual pretendia dar voz. Além de perseguir o objetivo de tutelar os interesses dos imigrantes, a partir de uma perspectiva laica e fortemente nacionalista, assumiu uma tarefa pedagógica relacionada à educação, à escola e à promoção da Língua Italiana como elementos imprescindíveis para garantir a permanência do sentimento pátrio.

Fontes desse tipo revelam-se muito úteis para compreender melhor o papel instrumental que a imprensa étnica, neste caso, burguesa, teve na construção de identidades coletivas ideais entre as articuladas e conflituosas comunidades de imigrantes. Ao mesmo tempo são preciosas como espelho dos processos de sociabilidade étnica, organizações profissionais, culturais e políticas dos imigrantes nos contextos urbanos, até hoje pouco contempladas pela historiografia sobre o tema migratório.

Através de uma observação ainda muito geral e panorâmica sobre a década anterior ao primeiro conflito mundial (período que na Itália é chamado de *Età Giolittiana*) acreditamos que existam todos os elementos para pensarmos uma complementação historiográfica importante aos poucos trabalhos que existem, em particular sobre a capital em relação ao fenômeno da imigração italiana. Os estudos pioneiros de Nuncia Constantino, de fato, como a mesma autora evidenciava, concentraram-se nos aspectos da sociabilidade étnica de um determinado grupo regional, deixando aberto o caminho a vários olhares. Hoje temos alguns elementos a mais para refletirmos sobre a grande “conflitualidade” interna à “colônia” italiana de Porto Alegre, para entender a composição social que não parece tão homogênea e pacífica como às vezes é representada. O mesmo jornal assume, frequentemente, posicionamentos favoráveis ou contrários a determinadas instâncias bem partidárias dentro do grupo.

Uma voz interessante, em suma, que apresenta a complexidade e as variantes ideológicas existentes no interno de um corpo social ainda muito pouco coeso. Ao mesmo tempo, o jornal reflete a orientação do fundador do periódico, o italiano Adelchi Colnaghi e de seu colaborador e futuro diretor, Benvenuto Crocetta, cujas trajetórias pouco conhecemos. A imagem parcial que resulta é aquela de dois intelectuais hábeis em utilizar os recursos “étnicos” que possuíam, para ganhar rapidamente espaço nos circuitos da burguesia local e em colocarem-se no papel de mediadores culturais, sustentados pelo peso e pela importância atribuída à coletividade italiana, nos processos de modernização e industrialização em curso, no estado no período considerado.

Referências

AS HOMENAGENS que foram prestadas hoje ao dr. Borges de Medeiros. A **Federação**, ano 45, n. 20, p. 3, 23 de janeiro de 1928.

A IMPRENSA e o livro no pavilhão cultural. Exposição do Centenário Farroupilha (1835-1935). Catálogo por Walter Spalding. Porto Alegre: Tip. Do Centro, 1935.

A INAUGURAÇÃO do hospital “Dr. Bartolomeo Tacchini”, em Bento Gonçalves. **A Federação**, ano 44, n. 63, 17 de março de 1927, p. 2.

AI LETTORI. **Stella d'Italia**. Porto Alegre, p. 1, 2 de abril de 1902 (1902a).

ASCENZI, Anna; BARAUSSE, Alberto; SANI, Roberto; LUCHESE, Terciane Ângela. History of education and migrations: crossed (or connected or entangled) histories between local and transnational perspective: a research agenda. **History of Education & Children's Literature**, Eum, Macerata, ano XIV, n. 2, 2019, p. 227-262.

AMICIS, Edmondo de. Ricordi d'un viaggio in America. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 7, n. 630, 9 abr. 1908 até n. 643, 24 maio 1908.

AQUARONE, Alberto. **Tre capitoli sull'Italia giolittiana**. Bologna: Il Mulino, 1987.

BALBINOT, Giovani; TEDESCO, João Carlos. Colonos em Milão. A participação do Rio Grande do Sul na L'Esposizione Internazionale del Sempione (1906) e suas correlações com a imigração italiana. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais/RBHCS**, v. 8, n. 16, p. 252-269, jul./dez. 2016.

BARAUSSE, Alberto; BASTOS, Maria Helena Camara; RUGGIERO, Antonio de. **Stella d'Itália**. Verbete Site Transforpress, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://transforpressbrasil.franca.unesp.br/verbetes/o-jornal-stella-ditalia-1902-1925/>.

BARAUSSE, Alberto. Chamas da educação nacional e do sentimento pátrio: as escolas italianas no Rio Grande do Sul da colonização ao final do século 19 (1875-1898). **História da Educação**, Porto Alegre, v. 21, p. 41-85, 2017.

BIONDI, Luigi. **Classe e nação: trabalhadores e socialistas em São Paulo (1890-1920)**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2011.

BRIGANTAGGIO in azione. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, p. 2, 6 de maio de 1902.

BORGES, S. **Italianos: Porto Alegre e trabalho**. Porto Alegre: EST, 1993.

CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud, Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 2000 (1925). v. I.

CIRCULAR 1 DE dezembro de 1900. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, 30 mar. 1902 (1902a).

CIRCULAR 7 DE fevereiro de 1902. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, 30 mar. 1902 (1902b).

- COLNAGHI, Adelchi. L'ideale della Stella d'Italia. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 1, 30 mar. 1902 (1902a).
- COLNAGHI, Adelchi. Trepidazioni. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, p. 1, 3 abr. 1902 (1902b).
- COLNAGHI, Adelchi. Mali e rimedii: presunzione-insociabilità. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, p. 1, 17 abr. 1902 (1902c).
- COLNAGHI, Adelchi. Mali e rimedii: presunzione e insociabilità II. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, p. 1, 20 abr. 1902 (1902d).
- COLNAGHI, Adelchi. Mali e rimedii: presunzione e insociabilità II. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, p. 1, 24 abr. 1902 (1902e).
- COLNAGHI, Adelchi. I nostri articoli. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, p. 1, 27 abr. 1902 (1902f).
- COLNAGHI, Adelchi. Mali e rimedii: apatia II. **Stella d'Italia**, Porto Alegre p. 1, 13 abr. 1902 (1902g).
- COLNAGHI, Adelchi. Mali e rimedii: apatia. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, p. 1, 10 abr. 1902 (1902h).
- COLNAGHI, Adelchi. Confederiamoci. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, p. 1, 6 abr. 1902 (1902i).
- COLNAGHI, Adelchi. Benefici della concordia. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, p. 1, 11 e 18 maio 1902 (1902l).
- COLNAGHI, Adelchi. Naturalizzazione? Pro e Contro I. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 33, p. 1, 20 jul. 1902 (1902m).
- COLNAGHI, Adelchi. Naturalizzazione? Pro e Contro II. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 35, p. 1, 27 jul. 1902 (1902n).
- COLNAGHI, Adelchi. Il problema del giorno. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 8, p. 2, 24 abr. 1902 (1902o).
- COLNAGHI, Adelchi. E la ferrovia di Caxias? **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 10, p. 1, 1° maio 1902 (1902p).
- COLNAGHI, Adelchi. E la ferrovia di Caxias? **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1 p. 1-2, n. 11, 4 maio 1902 (1902q).
- COLNAGHI, Adelchi. La Confederazione degli Enti e della Colonia. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 2, n. 141, p. 1, 2 ago. 1903 (1903a).
- COLNAGHI, Adelchi. La confederazione degli enti e della colonia II. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 2, n. 142, p. 1, 6 ago. 1903 (1903b).
- COLNAGHI, Adelchi. La confederazione degli enti e della colonia III. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 2, n. 144, p. 1, 13 ago. 1903 (1903c).

COLNAGHI, Adelchi. Il giornalismo italiano nel Rio Grande del Sud. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 5 (1906): n. 405, 11 fev. (1906a); n. 406, 15 fev. (1906b); n. 407, 18 fev. (1906c); n. 409, 25 fev. (1906d); n. 410-411, 1° mar. (1906e); n. 413, 11 mar. (1906f); n. 418, 29 mar. (1906g); n. 419, 1° abr. (1906h); n. 421, 8 abr. (1906i); n. 425, 22 abr. (1906l); n. 427, 29 abr. (1906m); n. 430, 10 maio (1906n); n. 432, 17 maio (1906o); n. 436, 31 maio (1906p); n. 438, 7 jun. (1906q); n. 442, 21 jun. (1906r); n. 447, 8 jul. (1906s); n. 451, 22 jul. (1906t); n. 460, 23 ago. (1906u); n. 469, 23 set. (1906v); n. 473, 7 out. (1906z).

COLNAGHI, Adelchi. Fra le colonie: appunti politici-amministrativi. **Stella d'Italia**, ano 6, n. 540-541, p. 1, 30 maio e 2 jun. 1907 (1907a).

COLNAGHI, Adelchi. Labor omnia vincit! XX settembre. La Stella d'Italia ingrandita. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 7, n. 673, p. 1, 20 se. 1908 (1908).

COLNAGHI, Adelchi. La colonia italiana Nova Renania. Nuove violenze e barbarismi. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 7, n. 658, 16 jul. 1908 (1908a).

COLNAGHI, Adelchi. 100 giorni fra le colonie italiane. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 7, n. 660-661, p. 1, 23 e 26 jul. 1908 (1908b).

COLNAGHI, Adelchi. A proposito di Un po' di prologo: una voce dissidente. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 7, n. 666-667, p. 1, 13 e 16 ago. 1908 (1908c).

COLNAGHI, Adelchi. Diploma di benemerenza "per collaborazione" alla Stella d'Italia. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano XII, n. 1229, 18 jan. 1914 (1914).

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Italiano na cidade: a imigração itálica nas cidades brasileiras**. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2000.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **L'italiano di Porto Alegre: immigrati meridionali nella capitale del Rio Grande do Sul**. Cosenza: Pellegrini, 2015.

CROSETTA, Benvenuto. Il giornalismo coloniale. CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NEL RIO GRANDE DEL SUD. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, p. 444-447, 2000 (1925).

DESCHAMPS, Bénédicte. Echi d'Italia: la stampa dell'emigrazione. *In*: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio (org.). **Storia dell'emigrazione italiana: arrivi**. Roma: Donzelli, 2002. p. 313-334.

DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (org.). **Imigração & imprensa**. Porto Alegre: EST, 2004.

ECHI DELLE COLONIE. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, p. 2, 20 abr. 1902.

FIORE DEL passato: bozzetto drammatico in un atto. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 5, n. 413, 11 mar. 1906 a n. 428, 3 maio 1906.

FORTINI, Arquimedes. Jornais de idioma italiano: revivendo o passado. **Correio do Povo**, Porto Alegre, ano, n. 5 jun. 1966 e 31 maio 1973.

FRANZINA, E. **La terra ritrovata**: storiografia e memoria della prima immigrazione italiana in Brasile. Genova: Stefano Termanini, 2014.

GARDELIN, Mário. A ferrovia de Caxias. In: GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio. **Colônia Caxias**: origens. Porto Alegre: EST, 1993. p. 121-137.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; RADUNZ, Roberto (org.). **História e imigração**. Caxias de Sul: EDUCS, 2011.

I MARTIRI della gleba: Guaporè ed i coloni. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 43, p. 1, 31 ago. 1902 (1902).

IERI ED OGGI. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, p. 2, 3 abr. 1902 (1902a).

IERI ED OGGI. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, p. 2-3, 1º maio 1902 (1902b).

IL PRIMO trimestre della Stella d'Italia: agli Abbonati. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 28, p. 1, 3 jul. 1902.

LA COMMEMORAZIONE del 20 Settembre in Porto Alegre: la costituzione della Federazione delle Società Italiane. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 10, n. 987, p. 1, 24 set. 1911.

LA VITA al Brasile. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 5, p. 2, 13 ab. 1902.

LETTERA APERTA a Sua Ecc. il Presidente dello Stato, dott. Borges de Medeiros. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 79, p. 1, 28 dez. 1902.

L'IRRIMEDIABILE novella. **Stella d'Italia**. Porto Alegre, ano 6, n. 525, 7 abr. 1907, a n. 543, 9 jun. 1907.

LO STATO DI Rio Grande del Sud e la crisi economica durante l'ultimo quinquennio (Da un rapporto del cav. Francesco De Velutiis, R. Console in Porto Alegre) (Febbraio 1908). In: MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI – COMMISSARIATO DELL'EMIGRAZIONE. **Emigrazione e coloni**: raccolta di rapporti dei RR. Agenti diplomatici e consolari, America, Parte I – Brasile. Roma: Manuzio, 1908. v. 3.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nós e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanesi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCHESE, Terciane. Ângela. Catolicidade e a italianidade no Jornal Il Corriere d'Italia, RS, Brasil (1913-1927). In: RUGGIERO, Antonio de; BARAUSSE Alberto; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti (org.). **História e narrativas transculturais entre a Europa Mediterrânea e a América Latina**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. p. 277-300.

LUCHESE, Terciane Ângela. Singularidades na história da educação brasileira: as escolas comunitárias étnicas entre imigrantes italianos no

- Rio Grande do Sul (final do século XIX e início do XX). **Cuadernos Interculturales**, ano 6, n. 11, p. 72-89, seg. sem. 2008, p. 72-89.
- LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio (org.). **Imigração e educação no Brasil**: histórias, práticas e processos escolares. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2011.
- MALATIAN, Teresa. Até que o vendaval passe, acreditar, obedecer, combater: o Fanfulla e o Duce (1922-1941). *In*: DE LUCA, Tania Regina; GUIMARÃES, Valéria (org.). **Imprensa Estrangeira Publicada no Brasil**: primeiras incursões. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2017. p. 330-361.
- MORETTO, Abel. Imprensa em língua italiana (1890-1914). **Enciclopédia Rio-Grandense**, Canoas, v. II, p. 285-289, 1956.
- NECROLOGIA. **O Brazil**. Caxias do Sul, ano 9, n. 312, p. 2, 26 maio 1917.
- PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- POSSAMAI, Paulo. Imprensa e italianidade: RS (1875-1937). *In*: DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (org.). **Imigração & Imprensa**. Porto Alegre: EST Edições, 2004.
- POSSAMAI, Paulo. **Dall Italia siamo partiti**: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1874-1945). Passo Fundo: EDUPF, 2005.
- POZENATO, Kenia Menegotto; GIRON, Loraine Slomp. **100 anos de imprensa regional 1897-1997**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.
- POZENATO, Kenia Menegotto; GIRON, Loraine Slomp. I giornali italiani nel Rio Grande do Sul. **Altretalie**, Torino, n. 31, v. 2, p. 122-135, 2005.
- Progetto finanziario. **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 1, 30 mar. 1902.
- RECH, Gelson Leonardo; TAMBARA, Elomar Callegaro. O Jornal Stella d'Italia e a defesa da escola étnica italiana (1902-1904). **História da Educação/ASPHE**, v.19, n. 45, p. 159-182, jan./abr. 2015.
- RICHEBOURG, Emilio. La Figlia maledetta (1908). **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 6, 19 jan. 1908.
- RONNA, Fernando. A imprensa italiana no Rio Grande do Sul. **Pioneiro**, ano 28, XXVIII, n. 3, 1º nov. 1975, p. 12; n. 5, 19 nov.1975, p. 2.
- RUGGIERO, Antonio de; ZAMBIASI, Tamara. La patria italo-brasiliana: costruzione di un'identità collettiva tra gli italiani del Rio Grande do Sul. **Giornale di Storia Contemporanea**, v. XXIV, n. 1, p. 25-48, 2020.
- RUGGIERO, Antonio de. L'emigrazione italiana nei contesti urbani del Rio Grande do Sul: prospettive di ricerca. *In*: RADÜNZ, Roberto; HERÉDIA,

Vania Beatriz Merlotti (org.). **Imigração e sociedade**: fontes e acervos da imigração italiana no Brasil. Caxias do Sul: EDUSC, 2015. p. 388-405.

RUGGIERO Antonio de. Le celebrazioni del XX settembre tra gli immigrati italiani nel Rio Grande do Sul. *In*: CAPOVILLA Heloísa da Luz Ramos; ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (org.). **Festas, comemorações e rememorações na imigração**. São Leopoldo: Oikos Editora, 2014.

SAYAD, Abdelmalek. **La doppia assenza**: dalle illusioni dell'emigrato alle sofferenze dell'immigrato. Raffaele Cortina: Milano, 2002.

SERGI, Pantaleone. **Stampa migrante**: giornali della diaspora italiana e dell'emigrazione in **Italia**. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2010.

SIMÕES, Rodrigo Lemos; CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Diversidade e tensões: Porto Alegre no final do século XIX. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. XXII, n.1, 1996.

SOCIETÀ NAZIONALE DANTE ALIGHIERI. Comitato di Porto Alegre: Relazione morale-finanziaria della gestione sociale dal 1 aprile 1936 al 31 marzo 1937, (1937). ASMAE, AS 1936-45, b. 63, Porto Alegre.

TRENTO, A. **La costruzione di un'identità collettiva**: storia del giornalismo in lingua italiana in Brasile. Viterbo: Sette Città, 2011.

TRENTO, Angelo. **Imprensa italiana no Brasil séculos XIX e XX**. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

VETERE, Attilio. Villa Glori (Il racconto di un superstite). **Stella d'Italia**, Porto Alegre, ano 5, n. 480, 2 dez. 1906 até n. 492, 13 dez. 1906.

Una fonte italiana per la storia del Brasile meridionale: le riviste del Ministero degli Affari Esteri

Gianpaolo Romanato

Premessa

La grande emigrazione italiana verso il Brasile, avvenuta nei decenni che precedono la Prima guerra mondiale, ha assunto nel Rio Grande do Sul, come anche negli altri due stati meridionali (Paraná e Santa Catarina), caratteristiche peculiari, ormai ben note alla storiografia e in particolare agli studiosi brasiliani. Non mi soffermerò perciò su tali caratteristiche, ampiamente studiate anche nei precedenti Simposi internazionali sull'emigrazione organizzati negli anni scorsi a Caxias do Sul dalla Ucs.

In questa relazione richiamerò invece l'attenzione su una fonte di primaria importanza, benché ancora poco conosciuta, che riguarda le condizioni degli emigranti italiani e, di riflesso, lo stato complessivo del Rio Grande. Mi riferisco alle relazioni del personale diplomatico italiano in forza tra la fine dell'Ottocento e la Prima guerra mondiale nel consolato di Porto Alegre e nei due viceconsolati di Pelotas e Bento Gonçalves (attivi il primo tra il 1888 e il 1891 e il secondo dal 1894 al 1903). Consoli, viceconsoli e ispettori viaggiarono continuamente attraverso il Rio Grande per visitare le colonie italiane che vi erano state stabilite dal governo imperiale brasiliano e riferire sul loro stato. Al termine delle loro ispezioni stesero analitici e documentati rapporti pubblicati sulle riviste del tempo del Ministero Italiano agli Esteri (MAE) – prima il “Bollettino Consolare” (attivo fino al 1887), poi il “Bollettino del Ministero degli Affari Esteri” e quindi, a partire dal 1902, il “Bollettino dell'Emigrazione” – oppure in apposite raccolte apparse nel 1893 e nel 1908 con il titolo *Emigrazione e Colonie*.

Queste relazioni, sempre precise e documentate, alcune lunghe decine di pagine, quasi delle monografie, rappresentano oggi fonti importanti circa lo stato delle colonie migratorie italiane, di cui documentano minutamente problemi, difficoltà, progressi, miglioramenti, con precise richieste al governo italiano (generalmente inascoltate) e descrizioni particolareggiate di ciascuna colonia. Ma sono fonti non

meno indispensabili sul Rio Grande do Sul, del quale descrivono la conformazione geografica e ambientale, la crescita abitativa, l'apertura di strade e ferrovie, lo sviluppo commerciale e produttivo, le condizioni sanitarie e scolastiche, in particolare per quanto riguarda l'interno dello Stato e le zone di montagna. Complessivamente si tratta di venticinque documenti scritti e pubblicati tra il 1878, quando iniziarono gli insediamenti degli emigranti nelle aree coloniali, e il 1915, data dell'entrata dell'Italia nella Prima guerra mondiale.

La collega Vania Herédia ed io abbiamo perciò raccolto questa documentazione in un unico volume che prima è uscito in edizione elettronica in Brasile ad opera dell'editrice della Ucs¹ e poi in edizione cartacea in Italia – integrato da qualche ulteriore documento che nella prima versione era sfuggito – grazie al contributo del Consiglio Regionale del Veneto². Alcuni di questi rapporti erano già noti agli studiosi riograndesi, ma i più non erano mai stati presi in considerazione. La loro raccolta completa costituisce perciò un corpus organico innovativo che gioverà sicuramente ad una migliore comprensione non soltanto della colonizzazione italiana, ma anche delle dinamiche che presiedettero alla trasformazione del Rio Grande do Sul da territorio incolto e disabitato a ciò che è oggi, una delle zone più attive e produttive dell'intero Brasile.

A questa fonte è necessario aggiungerne un'altra, sempre italiana. Il volume pubblicato da Vittorio Buccelli nel 1906 al termine di un viaggio, svoltosi l'anno precedente, che lo portò a visitare palmo a palmo l'intero Rio Grande do Sul. Politico (fu deputato al parlamento italiano per tre legislature) e amministratore pubblico in Italia, Buccelli (1861-1929) aveva una notevole capacità narrativa, ciò che rende il suo reportage non solo un documento storico importante e preciso, ma anche una piacevole lettura. Il suo testo è stato finalmente tradotto in portoghese nel 2016 in una prestigiosa collana edita dal Senato federale³.

¹ Fontes diplomáticas: **documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul**, Vania Beatriz Merlotti Herédia – Gianpaolo Romanato (orgs.), Educus, Caxias do Sul, 2016, 4 tomi, pp. 671, e-book. Sito web: <https://www.ucs.br/site/editora/ebooks/>.

² Gianpaolo Romanato – Vania Beatriz Merlotti Herédia, **L'emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul brasiliano (1875-1914)**. Fonti diplomatiche, Consiglio Regionale del Veneto – Longo Editore Ravenna, Ravenna, 2018, pp. 821. Le citazioni qui di seguito si riferiranno all'edizione italiana cartacea.

³ V. Buccelli, **Un viaggio a Rio Grande del Sud**, Casa Editrice Pallestrini, Milano, 1906. Su Buccelli: G. Romanato, **Rio Grande do Sul e dintorni nel giudizio di esploratori, antropologi e viaggiatori italiani**, in V.B. Merlotti Herédia e R. Radünz (org.), **História e Imigração**, Educus, Caxias do Sul, 2011, pp. 209-214. Per la versione portoghese: V.

Una particolarità da sottolineare riguarda la rete ferroviaria riograndese, attiva o in costruzione, descritta da Buccelli con particolare minuzia. A proposito della quale, va ricordato che il Brasile dopo la Seconda guerra mondiale ha abbandonato – purtroppo, dovremmo aggiungere – i trasporti su rotaia a favore di quelli su gomma e per via aerea. Oggi le vecchie stazioni ferroviarie – ho presente quelle di Caxias do Sul e di Santo Angelo – sono malinconici reperti del passato. La lettura del libro di Buccelli, con questi riferimenti assai precisi alle linee ferroviarie che allora permettevano di raggiungere in treno tutte le maggiori località dello Stato, permette perciò di ripensare ad un modello di sviluppo del Rio Grande che avrebbe potuto essere e non è stato.

Le relazioni dei diplomatici e il libro di Buccelli servono a documentare la fase eroica – l’aggettivo non è eccessivo – dell’insediamento italiano. Cioè il quarantennio precedente la Prima guerra mondiale in cui i nostri coloni trasformarono boschi e foreste vergini dapprima in villaggi e poi in fiorenti paesi e città, costruendovi le case, prima in legno e poi in muratura, le strade, le botteghe, i ponti sui fiumi, aprendo campi coltivati e allevamento di animali, avviando imprese artigianali, impostando le prime attività industriali e la rete del commercio. Il periodo, insomma, in cui si posero le premesse dell’imponente crescita economica e produttiva che avverrà dopo la Seconda guerra mondiale.

Le relazioni consolari

Riferirò qui di seguito qualche assaggio che potrà dare un’idea dell’importanza di questa documentazione. In una relazione del 1877-78 relativa all’emigrazione italiana in Brasile leggiamo la pagina impressionante che segue, riferita molto probabilmente al Rio Grande do Sul, anche se non specificamente indicato dalla fonte:

È doloroso, è orribile il seguire gl’infelici emigranti [diretti in Brasile] sul loro Calvario; vederli inebriati dalle rosee menzogne, dai raggiri degli arruolatori – offrire a qualunque prezzo il campicello paterno e le poche lor robe per mettere insieme il valore di una senseria o di un viaggio già strapagati; vederli poi, giacenti colle famiglie sul lastrico di Marsiglia o di Genova pel protratto imbarco, obbligati ad accontentarsi, in luogo del promesso piroscifo, di un pigro veliere, per arrivare, dopo una lunga peregrinazione, pigiati come zavorra, nudriti di biscotto avariato, vittime qualche volta di un capitano crudele,

Buccelli, *Uma viagem ao Rio Grande do Sul*, Editora Senado Federal, Brasília, 2016 (vol. 216).

senza forze, sfigurati, al porto di destinazione. E là nuovi guai. Ricevuti dall'Ispettore di immigrazione, che se ne impadronisce come di una cosa propria, sottraendoli gelosamente ai Rappresentanti della lor patria, sono spinti per carovane in solitudini che debbono conquistare palmo a palmo, disboscandole e sostenendo una disperata lotta con un terreno che mal riceve le nostre sementi e mal si piega alle nostre colture, in mezzo ad un clima da modificarsi, sotto la torrida sferza del sole e il tormento degli insetti, qua forzati ad un lavoro assiduo e regolamentare, in balia di direttori assuefatti a comandare a schiavi; là estenuati dall'impaludismo, assediati dalla febbre gialla o dal tifo, oppure costretti, pel frodolento ritardo nella distribuzione de' viveri, a cibarsi di radici selvagge, e dei frutti del pino silvestre; per lo più impotenti a far pervenire le loro querele alla Regia Legazione e al Governo locale; in ogni dove nella terribile condizione di chi non può vivere più, e non vuole morire.⁴

La conclusione del rapporto era perentoria: “Si fa sempre più viva la necessità di una legge completa sulla nostra emigrazione, che senza né impedirla né favorirla, giovi energicamente a proteggerla”.⁵ Il risultato, invece, fu più che deludente: solo dieci anni dopo fu varata la legge n. 5866 del 30 dicembre 1888, la prima legge italiana in materia. Un provvedimento tardivo e, oltre tutto, privo di efficacia, perché propose quasi soltanto norme di polizia tendenti a reprimere gli abusi ai danni degli emigranti, ma non previdenze a loro favore.

Solo nel 1901 (legge n. 23 del 31 gennaio, con regolamento attuativo emanato il 10 luglio) l'Italia si dotò di una normativa organica a favore dell'emigrazione, con prescrizioni precise e dettagliate tese a tutelare i propri cittadini che sceglievano di trasferirsi all'estero: controlli pubblici sulle compagnie di navigazione autorizzate a trasportarli, presenza a bordo delle navi di medici militari, commissioni ispettive nei porti di imbarco e nei comuni di partenza, commissari viaggianti incaricati di ispezionare in loco le condizioni degli emigranti. Il tutto sotto il controllo di un organismo apposito, il Commissariato generale per l'emigrazione (Cge) – una sorta di ministero – affiancato da un Consiglio dell'emigrazione e con la supervisione di una Commissione parlamentare. La legge – giunta purtroppo tardi, quando il flusso migratorio più consistente era già avvenuto – produsse anche la nascita del “Bollettino dell'emigrazione”, da cui è tratta la maggior parte di questa documentazione.

⁴ Romanato-Herédia, cit, pp. 105-106.

⁵ Ivi, 133.

Il personale in servizio nel consolato italiano di Porto Alegre sollecitò ripetutamente l'adozione di misure concrete a favore delle colonie di connazionali là trapiantate, ma non ottenne mai ascolto. Nel 1899 si fece notare la necessità di istituire una linea diretta di navigazione fra Genova e Porto Alegre per favorire i “nostri scambi commerciali con questa ricca regione, dove il consumo dei nostri prodotti non è in proporzione col numero degli italiani. Disgraziatamente però – faceva notare Pietro Antonelli, autore dell'inchiesta – l'Italia non è il paese delle iniziative”.⁶ E infatti l'auspicata linea di navigazione non fu mai attivata (come non è mai stato attivato, negli anni più recenti e a noi più vicini, il collegamento aereo diretto fra l'Italia e Porto Alegre). Cinque anni dopo si tornava inutilmente sulla medesima lamentela: “Riguardo all'esportazione per i paesi esteri, l'Italia, nella statistica del 1902, figura purtroppo per l'ultima. Ma questo stato di cose cambierà se il R. Governo farà iniziare la tanto desiderata linea di navigazione fra l'Italia e il Rio Grande”.⁷ E pochi anni dopo leggiamo che “non si capisce come mai l'Italia, che ha pure tanti suoi figli in questo Stato, non abbia ancora col Brasile il servizio di vaglia internazionali, mentre gli uffici postali di questo Stato emettono vaglia postali per qualunque paese d'Europa”.⁸

Per rimediare poi allo scarso livello di istruzione dei coloni, soprattutto se confrontata con quella dei tedeschi, il console Enrico Ciapelli scriveva che “gioverebbe istituire delle scuole italiane, mandandovi dall'Italia maestri onesti e capaci, ai quali si potrebbero affidare anche le funzioni di agenti consolari, provvedendo in tal modo anche alla tutela dei connazionali, oltre che alla loro istruzione”.⁹ Anche questa saggia raccomandazione cadde nel vuoto.

Non erano mancati, dunque, gli appelli al governo italiano, anche accorati, ad intervenire con misure di sostegno alle colonie. Ma questi appelli erano sempre rimasti inascoltati. Negli anni successivi la si-

⁶ Ivi, p. 262 Pietro Antonelli (1853-1901), dal 1897 ministro plenipotenziario a Rio de Janeiro, nipote del cardinale Giacomo Antonelli, segretario di Stato di Pio IX, fu il diplomatico italiano di grado più elevato che visitò le colonie italiane del Rio Grande. Ebbe funzioni di rilievo al tempo della spedizione coloniale italiana in Eritrea e compì viaggi esplorativi tanto in Africa quanto in America Latina (Università di Lecce, **La formazione della diplomazia nazionale (1861-1915). Repertorio bio-bibliografico dei funzionari del Ministero degli Affari Esteri**, Istituto poligrafico e Zecca dello Stato, Roma, 1987, *ad vocem*, con una compiuta bibliografia di e su di lui). Se ne veda anche la voce relativa, dovuta a Carlo Zaghi, nel **Dizionario biografico degli italiani**, vol. III, Roma, 1961.

⁷ Ivi, p. 319.

⁸ Ivi, p. 609.

⁹ Ivi, p. 578.

tuazione non migliorò, per cui non deve stupire quanto scrive Luigi Arduini, console a Porto Alegre dopo la Prima guerra mondiale, nel volume celebrativo del primo cinquantenario della presenza italiana nel Rio Grande, pubblicato in Brasile nel 1925. Nelle sue parole – scrive quando in Italia si era ormai installato al potere Benito Mussolini – è evidente la volontà di contrapporre anche in materia di politica estera l’attivismo fascista all’inerzia dei precedenti governi liberali. Ma non si può non concordare con lui quando fa notare “l’abbandono in cui per anni e anni questa grande collettività fu lasciata” dalle “patrie Autorità”, le quali, immaginando il Brasile, non andavano oltre San Paolo e le grandi aziende pauliste, trascurando gli altri insediamenti italiani”.¹⁰ Ricordo che sulla colonia di emigranti italiani stabilitasi nella regione paulista, che vissero in condizioni peggiori di quelli del Rio Grande, disponiamo di un’attenta inchiesta condotta da Adolfo Rossi, nominato ispettore viaggiante dopo la nascita del Commissariato generale dell’Emigrazione, apparsa pure sul “Bollettino dell’emigrazione” e recentemente ripubblicata ad opera di chi scrive.¹¹

Nella relazione del console Enrico Perrod (gennaio 1883, siamo all’inizio della colonizzazione) leggiamo che le strade dell’area coloniale “attraverso boschi e foreste vergini” sono “orrende”, senza ponti e piene di pantani. L’ambiente “impone terrore” e i racconti dei “primordi della colonia fanno rabbrivire”. Per resistere ci volle “tutta la forza del nostro carattere, tetragono a ogni sofferenza e privazione”. I brasiliani sono convinti che gli italiani sono l’ancora di salvezza per queste montagne fuori dal mondo. Eppure, scrive il console, nonostante tutti questi patimenti “qui regna una febbre d’entusiasmo che mi ha fatto piangere d’emozione”.¹²

Tutte le relazioni qui riportate insistono nel denunciare una grave carenza, che rendeva drammatica la sopravvivenza dei nostri coloni in terra brasiliana: la mancanza di strade. Ci si spostava con fatica, leggiamo, con tempo biblici, ciò che accresceva la solitudine, l’isolamento, la difficoltà di commerciare i prodotti agricoli, il costo di tutto ciò che doveva essere importato o esportato dalle colonie. La descrizione

¹⁰ **Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande do Sul. 1875-1925. La cooperazione degli Italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud**, Porto Alegre, 2000 (riproduzione anastatica dell’edizione del 1925), pp. 25-32.

¹¹ G. Romanato, **L’Italia della vergogna nelle cronache di Adolfo Rossi (1857-1921)**, Consiglio Regionale del Veneto, Longo Editore, Ravenna, Ravenna, 2010 (il testo della relazione sull’ispezione allo Stato di San Paolo alle pp. 49-137).

¹² Romanato-Herédia, cit., pp. 137-160, passim.

del trasferimento dei coloni via mare da Rio a Porto Alegre fatta dal console Compans de Brichanteau (1893) è raccapricciante: il viaggio è interminabile, molti perdono i bagagli, più di qualcuno non arriva alla meta perché muore per strada.¹³ Quale era la molla che, nonostante tutto, spingeva avanti questa gente? La libertà di cui godevano nel Rio Grande, la possibilità concreta di diventare finalmente proprietari di un podere. Il miraggio della proprietà è indicato in quasi tutte le relazioni qui trascritte come la vera, grande aspirazione dei nostri connazionali, un miraggio di fronte al quale lo stato semiselvaggio della montagna riograndese cessava di essere un ostacolo e diventava piuttosto uno stimolo a procedere, ad andare avanti, a resistere.

E dell'abbandono in cui versavano queste terre anche ad opera del governo brasiliano offre un esempio Enrico Ciapelli, scrivendo nel 1903 che tutto qui è disorganizzato e carente, tanto "che non è sottoposto a nessuna restrizione l'esercizio di qualunque professione, comprese quelle di medico, di farmacista, di avvocato, di ingegnere, essendo sufficiente una licenza che viene accordata senza formalità di sorta, dietro pagamento di una tassa".¹⁴ Cionondimeno, le condizioni sanitarie degli italiani erano complessivamente buone, favorite dal clima temperato e ventilato della regione, con stagioni ben differenziate, estati calde e asciutte e inverni freddi ma sopportabili. Non c'era quasi delinquenza, tranne liti per questioni di confine o di proprietà, tanto che si poteva viaggiare per strade e boschi, anche le donne, in assoluta sicurezza (Umberto Ancarani, 1905). Molti si muovono armati, scrivono i consoli, ma per difesa dagli animali e non dagli uomini. L'isolamento delle colonie le ha tenute al riparo anche dal coinvolgimento nelle lotte politiche locali: "In generale – osserva l'agente consolare Luigi Petrocchi nel 1906 – anche tra i più istruiti degli italiani, c'è una certa avversione alla politica. Qui tutti ne stanno lontani".¹⁵ La rivoluzione federalista del periodo 1893-1895 passò quasi senza conseguenze e senza provocare coinvolgimenti nel gruppo italiano, stando almeno a quanto ci dicono i nostri rappresentanti diplomatici.

Il console Enrico Ciapelli, che scrive nel 1905, insiste, come quasi tutti questi rapporti, sulla proprietà della terra come miraggio dell'emigrante (in maggioranza essi provenivano dal Veneto). Questi considera

¹³ Ivi, p. 199.

¹⁴ Ivi, p. 301.

¹⁵ Ivi, p. 633.

la terra brasiliana, leggiamo, “come una nuova patria e non pensa più al ritorno ma procura piuttosto di aumentare la sua proprietà, investendo le economie nell’acquisto di altri terreni, tanto è vero che vi sono molte famiglie che possiedono due o tre lotti [...]. La bisogna, nel principio, è certamente molto difficile, ma il colono si toglie facilmente d’imbarazzo qualora possa contare sull’aiuto di una o, meglio, di due persone adulte della famiglia, e le sue condizioni migliorano appena superato il primo anno”. Le famiglie hanno insomma “di che sostentarsi abbondantemente”, anche se vivrebbero meglio “se il paese fosse provveduto di una sufficiente rete di comunicazione”, ciò che il governo locale si sta sforzando di fare.

La conclusione di Ciapelli è che “i coloni italiani si mostrano, a ragione, fieri dei risultati conseguiti” perché qui c’è “una nuova Italia in miniatura sorta in luoghi dove, fino a trent’anni or sono, non esistevano che pochi Indi e una grande quantità di giaguari, di pantere e di puma”¹⁶. Quanto all’istruzione, tutte le relazioni affermano che era quasi inesistente e che la lingua d’uso era esclusivamente il dialetto veneto, con l’aggiunta di qualche parola portoghese, indispensabile per la gestione degli scambi commerciali (Umberto Ancarani, 1905).¹⁷

L’insediamento dei coloni stava anche provocando un rapido disboscamento delle montagne, con un cambiamento climatico e una tendenza al raffreddamento dell’aria che ebbe effetti nocivi sulla coltivazione della vite, prima inesistente e subito avviata dai contadini italiani (Luigi Petrocchi, 1906). La vita dei coloni, trent’anni dopo i primi insediamenti, rimaneva complessivamente, nonostante i progressi compiuti, grama e priva di ogni genere di conforto. Il console Francesco De Velutiis, che scrive nel 1908, segnala che nelle case manca completamente l’arredo e che il vestiario degli italiani immigrati era quanto di più povero si potesse immaginare. Quelli poi che hanno avuto la sfortuna di vedersi assegnare lotti di terreno lontani dai centri abitati sono talmente miseri che “non osano mostrarsi quando passa un viaggiatore”.

¹⁶ Ivi, pp. 576-578.

¹⁷ Sulle scuole italiane nella zona coloniale rinvio a: Alberto Barausse, *Chamas da educação nacional e do sentimento pátrio: as escolas italianas no Rio Grande do Sul da colonização ao final do século 19 (1875-1898)*, “**História da Educação**”, v. 21, n. 51, gennaio-aprile 2017, pp. 41-85. Disponibile (in versione portoghese e italiana) al sito: <https://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/69219>.

E tuttavia la vita nelle colonie era tutto sommato più igienica di quella nella capitale dello stato, Porto Alegre, che mancava completamente di fogne, dove l'acqua di rifiuto scorreva liberamente per le vie e quella potabile era da evitare perché notoriamente infetta. A Porto Alegre (e siamo, non si dimentichi, nel 1908) “i veri spazzini sono il sole che prosciuga, il vento che porta via e la pioggia che lava”. De Velutiis concludeva con osservazioni positive sul futuro della nostra colonia nel Rio Grande, ma osservava anche, ed è questa l'unica nota politica generale nel complesso delle relazioni qui trascritte, che in Brasile occorre una seria riforma agraria, capace di espropriare le terre incolte e distribuirle a chi, residenti o stranieri, sapesse o volesse coltivarle. E tale riforma doveva accompagnarsi al miglioramento del sistema giudiziario, tale da “rendere impossibile il cavillo, la spogliazione della pubblica giustizia, istituzione nefanda dell'interno del Brasile”.¹⁸

Non mi soffermo ulteriormente in citazioni e rinvii per non stancare chi mi ascolta. Credo che quanto detto sia sufficiente a dare l'idea dell'importanza di questa fonte, sia per la storia migratoria sia, soprattutto, per la complessiva storia del Rio Grande do Sul. Va precisato tuttavia, per non chiedere alla fonte più di quanto possa dare e per collocare nella giusta prospettiva i giudizi che essa esprime, che trattandosi di personale diplomatico straniero, questi rapporti esprimono un punto di vista “esterno” al Brasile. Sono valutazioni di stranieri, che operarono nel Rio Grande per brevi periodi (tranne il console Giovanni Battista Beverini, che rimase in servizio a Porto Alegre dal 1908 al 1917), quasi tutti provenienti da classi sociali italiane medio alte. Va aggiunto che la loro attenzione era rivolta essenzialmente alle condizioni dei coloni italiani. I riferimenti alle condizioni più generali del territorio riograndese – politiche, ambientali e sociali – sono subordinate a tale finalità primaria delle loro ispezioni. Ma, pur con queste avvertenze, l'importanza di ciò che scrissero non può essere sottovalutata.

Aggiungerò, prima di concludere, che l'anno scorso sono state pubblicate, ad opera di José Radin dell'Universidade Federal da Fronteira Sul di Chpecó, le relazioni apparse sulle riviste del MAE relative allo Stato di Santa Catarina, dove l'emigrazione italiana ha avviato il popolamento e lo sfruttamento del territorio ed è stata connotata, come è noto, da caratteristiche simili a quella del confinante Rio Grande

¹⁸ Romanato-Herédia, pp. 669-749.

do Sul.¹⁹ Si tratta di venti relazioni, opera del personale diplomatico italiano in servizio nei due stati, che completano il lavoro qui descritto e forniscono agli studiosi il corpus quasi completo (per renderlo tale mancano soltanto le relazioni relative al Paraná) della documentazione italiana sulla storia del Brasile meridionale.

¹⁹ José Carlos Radin, **Imigração italiana em Santa Catarina e no Paraná. Fontes diplomáticas italianas (1875-1927)**, Uffs Editora, Chapecó, 2020, con presentazione di chi scrive (edizione elettronica).

A entrevista: notas sobre a prática da história oral no estudo das migrações

Chiara Vangelista

Talvez nem todos lembrem que, na pesquisa histórica, a prática da entrevista é muito antiga. Deixando de lado a Antiguidade e pensando em tempos mais próximos, como o século XIX, sabe-se que o historiador recorria, frequentemente, à entrevista para descrever aqueles fatos que ele não podia ainda encontrar nos arquivos. Jules Michelet (1798-1874), autor da monumental *Histoire de France*, que começou aparecendo em 1833, declarou ter utilizado o depoimento oral, principalmente, mas não só, para a *Histoire de la Révolution Française*. Aliás, na *Histoire de France* em seu conjunto, há descrições referidas ao século XIX, as quais teriam se baseado somente nas narrações dos protagonistas.²⁰

Entre a obra de Michelet e o início da prática da nova história oral do século XX, nos anos 60/70, do século XX, no meio se coloca o Positivismo, que, por um lado reconheceu unicamente como legítimo para a pesquisa histórica o documento escrito e produzido por específicos arquivos (então, não todos os arquivos) e, por outro lado, reconhecia – e até exaltava – a fotografia como documento do real, chegando a pensar numa história da humanidade sem palavras, e construída só por meio de imagens fotográficas (SORLIN, 1997).

A nova história oral, iniciada nos anos 60 do século passado, ela também, a par da fotografia, afirmou-se graças a uma inovação tecnológica, a do gravador portátil. Em outras palavras, a nova história oral difundiu-se quando os depoimentos puderam ser gravados, inteiramente, por um instrumento adequado e transportável com facilidade: de fato, a história oral difundiu-se quando o magnetofone (gravador) tornou-se razoavelmente barato e de dimensões possíveis. Para entendermos, estou falando do magnetofone utilizado por Oscar Lewis em suas pesquisas no México e em Puerto Rico, nos anos 50/60, do século passado.

²⁰ A obra *Histoire de France*, cujo primeiro volume apareceu em 1833 pelos tipos de Hachette, foi concluída com edição póstuma em 1875 pelo editor Michel Lévy Frères. A *Histoire de la Révolution Française*, que forma parte do projeto geral da *Histoire de France*, foi publicada em Paris por Chamerot, entre 1847 e 1853.

Lewis representa com eficácia o que os pesquisadores da sua época viam no magnetofone: uma máquina com potencialidades revolucionárias, pela sua função de gravar a voz dos depoentes, sem censuras ou intermediações. Como ele afirma em *Os filhos de Sanchez*, a sua obra talvez mais conhecida,

o gravador, usado para registrar as histórias de vida deste livro, deu início a um novo gênero literário de realismo social. Graças ao gravador, pessoas leigas, ignorantes e até analfabetas podem falar de si mesmas e contar suas observações e experiências de forma espontânea e natural, sem inibições (LEWIS, 1966, p. 12).

Aqui temos uma similaridade com a fotografia: acreditava-se que ambos – a câmara e o gravador – captassem a *realidade* assim como era: a câmara, a realidade visual; o gravador, a realidade sonora, isto é, as palavras estavam gravadas, então haviam sido realmente pronunciadas e sem mediações.

Aquele aparelho bastante leve e razoavelmente barato entusiasmou alguns historiadores: finalmente teria sido possível gravar (então documentar) as vozes reais de pessoas que, na visão daqueles historiadores, nunca tiveram voz. Começaram com os veteranos da guerra do Vietnam, com os operários ingleses, os camponeses franceses, e assim por diante, até chegar aos migrantes, gravando a voz dos protagonistas (testemunhas de primeiro grau), dos seus descendentes (testemunhas de segundo ou terceiro grau) ou, no caso das migrações atuais, das figuras institucionais que se dedicam aos migrantes: como assistentes sociais, sociólogos, vereadoras, párocos, freiras, etc.: os chamados depoentes privilegiados.

Porém, como se sabe, tudo é mais complicado do que isso: não é suficiente escutar e gravar vozes para reconstruir um processo histórico.

Não é preciso lembrar aqui as distintas tipologias de entrevistas nem os aspectos do cuidado rotineiro necessário para produzi-las, catalogá-las e conservá-las. Eu prefiro razeoar mais uma vez sobre a natureza da fonte oral e, por consequência, sobre as metodologias da construção da mesma, na perspectiva específica da história das migrações.

Acabei de falar indiretamente da primeira questão: como foi logo evidenciado tanto pelos praticantes de história oral como pelos seus críticos, a fonte oral tem a peculiaridade de ser construída pelo próprio pesquisador. Porém, abandonando a perspectiva positivista e tendo consciência de que a fala não é a *realidade*, nem a *verdade* (a entrevista

não é parte de um julgamento), mas é uma *narrativa*, nascida de uma relação interpessoal; ela como tal pode ser analisada: sempre que esteja clara sua natureza, a par de qualquer outra fonte: então, sempre que esteja claro o processo de formação da mesma.

Lembremos os aspectos mais peculiares da entrevista.

Ela é resultado duma relação social. Alguns autores explicam bem essa específica característica da entrevista, em primeiro lugar – em ordem cronológica – Paul Thompson, um dos fundadores da história oral na Europa, mas a meu ver, sobretudo, Franco Ferrarotti, no seu livro infelizmente pouco citado *Storia e storie di vita*, publicado em 1981. Para ele,

toda entrevista biográfica é uma interação social complexa, um sistema de papéis, expectativas, injunções, normas e valores implícitos, muitas vezes de sanções também. Cada entrevista biográfica esconde tensões, conflitos, até hierarquias (FERRAROTTI, 1981, p. 44, *passim*).

Mais ainda, a relação social não é limitada à dialética entre duas pessoas. De fato, a pesquisadora e a testemunha se encontram numa relação que só, aparentemente, é individual, porque ambas aferem a um sistema complexo de relações, de imaginários e de compromissos.

No caso da entrevistadora, há a colocação dela na comunidade científica e seu roteiro de experiências de estudo por um lado e, por outro lado, as redes do presente e suas urgências: as novas perspectivas e os novos debates, a inserção num determinado grupo de pesquisa, as solicitações da orientadora da tese..., e assim por diante. E, além disso, a nacionalidade da pesquisadora, suas origens territoriais e comunitárias.

No caso da testemunha, as conexões com a dimensão social são até mais numerosas e se ativam em função do evento, isto é, da entrevista. Desde o momento da aceitação da entrevista, o depoente entra na parte: agora ele tem um papel específico, ele – ou mais frequentemente ela – organizará suas lembranças na perspectiva de sua contribuição à escrita da História. Porque o depoente tem consciência de que sua fala virará palavra escrita, de que suas lembranças serão estruturadas em memória, e que esta memória entrará na História. Dito de outra maneira, o depoente, se devidamente informado pelo pesquisador, tem consciência de participar de um projeto de pesquisa, então de um projeto público, institucional, universitário, editorial. Ele tem a percepção – ou a ilusão – de gerenciar a memória da migração, de ser o porta-voz de

um grupo social que se constituiu pelo próprio acontecimento da entrevista: o “grupo” dos migrantes e de seus descendentes. Que ele se sinta porta-voz, ou pelo contrário uma voz fora dos esquemas, a dinâmica da relação entre o depoente e o pesquisador não muda muito: ambos – o porta-voz e o fora do coro – fundarão a relação com o pesquisador enquanto narradores da *verdade*, ambos construirão uma narração, que por sua própria natureza será o resultado de uma seleção de lembranças, as quais, através da construção de um enredo individual, acharão uma específica coerência, para serem consolidadas em memória.

Pelo que se refere às migrações dos séculos XIX e XX, as testemunhas potenciais, de segundo ou terceiro grau, são expressões de um processo histórico bem-definido, acabado, ainda que dinamizado pela memória dos descendentes. Neste caso, a seleção das lembranças é produzida mais pela relação com a codificação – social e científica – das temáticas migratórias, do que pelos silêncios causados por uma forte exposição emotiva, como acontece, pelo contrário, em relação com alguns fluxos migratórios da época atual.

A escolha feita pelo pesquisador e a aceitação do depoente – este binômio essencial para produzir a entrevista – provocam, por si sós, a ativação de todas as interações enumeradas por Franco Ferrarotti. As lembranças individuais procuram sustento e legitimação na memória coletiva consolidada no grupo primário, na comunidade local e até nacional. Este processo vale, seja nas entrevistas estritamente temáticas (então perguntas e respostas ligadas somente ao processo migratório), seja nas entrevistas biográficas, estas com certeza mais ricas de significados e de sugestões interpretativas.²¹

De fato, na entrevista biográfica o enredo da narração é constituído pelas interpretações subjetivas das relações interpessoais: afetivas, de gênero, de parentesco e assim por diante, até chegar às relações de trabalho e de cidadania. Em outras palavras, cada depoimento, de forma consciente ou inconsciente, faz referência a uma memória coletiva, construída a través da seleção dos eventos do passado e do presente, e sustentada pela História, a História estudada na escola, mas também aquela narração do passado, difundida através dos meios de comunicação, da educação e da formação da coletividade.

²¹ Sobre a questão da relação entre o individual e o coletivo nos depoimentos horais, ver: Joutard (1987); Assunção (1988); Vangelista (1997). No caso das migrações atuais, ver Pagnotta (2010).

Como lemos no livro de Halbwachs, publicação póstuma pela primeira vez, em 1950, a memória coletiva corresponde aos interesses – no sentido amplo da palavra – e às necessidades da sociedade presente. A memória coletiva refere-se a um conjunto móvel, em transformação contínua; um passado que é continuamente modificado, reconstruído, na base das exigências de grupos sociais vivos e ativos: a conservação do passado coletivo é um pensamento dinâmico (HALBWACHS, 1990).

Por outra parte, a memória individual também é um conjunto móvel, em transformação, que se constrói em função do enredo coerente que cada um se constrói, mas também em função das contingências do presente. Todos os aspectos que se aglutinam no ato do depoimento.

O depoimento expressa não só o encontro entre duas coletividades distintas – a do depoente e a do historiador –, como também o encontro entre diacronias diferentes: da história nacional, da história local, da memória coletiva, da história da família, da história de vida: diferenças nas diacronias que não devem ser consideradas como erros, ou esquecimentos, ou até mentiras da testemunha, mas como indícios de relações sociais complexas.²²

Todos esses delicados mecanismos que se ativam na entrevista são parecidos, ou não, no caso em que a pesquisadora pertença ao grupo estudado?

É um dado de fato que, desde o início da produção de fontes orais das migrações entre Itália e Brasil, os pesquisadores são maioritariamente patricios, ou descendentes, ou até parentes dos mesmos migrantes. São casos nos quais não só a testemunha, mas a própria pesquisadora também é porta-voz da comunidade, numa sobreposição e num entrelaçamento de papéis nem sempre favorável à pesquisa, a não ser que a pesquisadora esteja bem-consciente de todas as implicações. Num livro muito interessante que o antropólogo Schneider publicou em 2000, fruto de uma pesquisa entre os descendentes de italianos em Buenos Aires, são evidenciadas, em muitas ocasiões, as dúvidas, ou pelo menos o estranhamento das testemunhas: Por que ele, alemão, estava estudando os descendentes de italianos na Argentina? Talvez tinha parentes italianos? Talvez ele tinha um avô italiano? Não? E, então, porque estudava os italianos?

²² No caso dos depoimentos horais, são poucos os estudos específicos dedicados às diacronias paralelas no âmbito das migrações históricas. Sobre o mesmo fenômeno nos depoimentos da escravidão, ver: Vangelista (1997) e Ribeiro (s/d.).

O não ser italiano foi sem dúvida um dado a mais para ser considerado na pesquisa de Schneider (2000).

Mas não se iludam os jovens pesquisadores descendentes de italianos que, no Brasil ou na Itália, começam seus estudos na descoberta da história da migração e também de suas próprias raízes, de ter menos problemas que Schneider. Os depoentes potenciais, na Itália como no Brasil, terão em conta, só parcialmente, as explicações e a narração do pesquisador. As pessoas pesquisadas, e até aquelas com raízes comuns com o entrevistador, terão sua própria visão do sentido e dos motivos da entrevista. Eles se perguntarão: Quais relações o entrevistador tem com o poder oficial e quais com o poder informal? Porque ele chegou aqui, fazendo perguntas sobre questões que ele provavelmente sabe – si ele é realmente um historiador – ou que ele já pode encontrar nos livros, ou nos documentos de arquivos? Porque ele vem mexer na vida pessoal da gente, fazendo perguntas em torno da propriedade da terra, das casas, da filiação, das mudanças, etc.? Não será que há um problema de herança? Não é ele o bisneto do Fulano, com o qual o avô teve problemas de demarcação de terra? O sobrenome é o mesmo. De toda forma, si ele perguntar, é melhor não entrar no assunto. Melhor falar do vinho, da polenta, da música, dos bordados.

A identificação com o grupo dos depoentes, ou as ligações pessoais com ele, pode influenciar positivamente, e também negativamente, sobre a capacidade de análise do pesquisador. Nestes se manifesta toda a importância, seja da gravação da entrevista, seja das notas no caderno de campo: ambos ajudam o historiador a analisar profundamente, a divagar no tempo, as distintas narrações e o contexto no qual estas foram construídas e pronunciadas. E, desta maneira, introduzir as narrações em outra dimensão, isto é, na História, por meio da análise crítica das fontes.

Uma análise crítica que, no caso da entrevista, pede ao pesquisador não só o conhecimento dos processos históricos, como também uma especial sensibilidade pelas transformações do presente.

Referências

ASSUNÇÃO, R. M. **A guerra dos bem-te-vis: a balaiada na memória oral.** São Luis, Maranhão: Sioge, 1988.

FERRAROTTI, F. **Storia e storie di vita.** Bari: Laterza, 1981.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora da Revista dos Tribunais, 1990 [1950].

JOUTARD, P. **Le voci del passato**. Torino: SEI, 1987 [1983].

LEWIS, O. **I figli di Sanchez, Mondadori**: Milano 1966 [New York 1961].

PAGNOTTA, C. **Attraversando lo stagno**: storie della migrazione ecuadoriana in Europa tra continuità e cambiamento (1997-2007). Roma: Cisu, 2010.

RIBEIRO, G. L. **A vida de uma descendente de escravos em uma comunidade quilombola e a memória da escravidão** (Cachoeiro de Itapemirim-ES, Brasil).

SCHNEIDER, A. **Futures lost**: nostalgia and identity among italian immigrants in Argentine. Bern: Peter Lang, 2000.

SORLIN, P. **Les fils de Nadar**: Le “siècle” de l’image analogique. Paris: Nathan Université, 1997.

VANGELISTA, C. **Terra, etnie migrazioni**: trè donne nel Brasile contemporaneo. Torino: Il Segnalibro, 1997.

Autores

Alberto Barausse

Professore ordinario di Storia della scuola e delle istituzioni educative all'Università degli Studi del Molise dal 17 dicembre 2015. *Visiting Professor* presso in la Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bolsista de Pesquisa PPGEDU della Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Dipartimento di afferenza: Dipartimento di Scienze Umanistiche Sociali e della Formazione dal 1° maggio 2012 Ateneo: Università degli Studi del Molise.

Alcides Beretta Curi

Licenciado en Ciencias Históricas (Facultad de Humanidades y Ciencias-Universidad de la República, 1975). Doctorado en Historia Americana (Facultat de Geografia i Història, Universitat Central de Barcelona, 1985). Docente em régimen de dedicación total y Director del Centro de Estudios Interdisciplinarios Latinoamericanos (Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación-Universidad de la República). Investigador del Fondo Nacional de Investigadores (DINACYT) 2006 y del Sistema Nacional de Investigadores (SIN-ANI). Ha publicado libros y artículos en revistas académicas sobre temas vinculados a la inmigración europea y su papel en los procesos de innovación, desarrollo industrial y, más recientemente en la vitivinicultura.

Antonio de Ruggiero

Professor adjunto no Programa de Pós-Graduação em História da Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGH/PUCRS) e Docente no curso de Graduação em História (disciplinas ministradas: História Contemporânea; Teoria e Historiografia; História do Brasil Monárquico). Com Pós-doutorado (programa PNPd/Capes) na Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2013-2016), é Doutor em História Moderna e Contemporânea pela Università degli Studi di Firenze – Itália (2011). É formado em História pela mesma universidade. Seus estudos têm ênfase em história política italiana (séc. XIX e XX) e história socioeconômica. Desenvolve e orienta pesquisas sobre a história da imigração italiana no Brasil, com foco particular sobre os aspectos do transnacionalismo; multiculturalismo; imigração qualificada e empresarial; imigração e urbanização; imigração política, imprensa étnica. É colaborador estrangeiro no grupo de pesquisa TRANSFOPRESS Brasil-Grupo de estudo da imprensa e língua estrangeira no Brasil (CNPq) da UNESP. É membro da Associação Internacional AREIA (Audioarchivio delle migrazioni tra Europa e América Latina – Università di Genova) e da ABHO (Associação Brasileira de História Oral); pesquisador na Rede Internacional de estudos de língua, história e cultura italiana, que envolve as Universidades de Nantes (França), Calabria (Itália), Groeningen

(Holanda) e PUCRS (Brasil); sócio-fundador da *Associazione dei Ricercatori Italiani in Brasile* (ARIB).

Donatella Strangio

Professore ordinario di Storia economica presso il Dipartimento di Metodi e Modelli per l'Economia, il Territorio e la Finanza all'Università La Sapienza di Roma. È stata direttore del Master in Business Management presso la Sapienza Università di Roma. Ha la delega del Prorettore alle relazioni internazionali con il Cile e quella all'Internazionalizzazione del Preside della Facoltà di Economia. Le sue opere più citate sono sulla carestia in età preindustriale, migrazioni internazionali e italiane, finanza pubblica, colonizzazione e decolonizzazione, istituzioni e crescita economica di lungo periodo, storia del turismo.

Chiara Vangelista

Professore Straordinario di Storia all' America Latina. Istituzione di appartenenza: Facoltà di Lingue e Letterature Straniere, e Dipartimento di Scienze dell' Antichità, del Medioevo e Geografico-ambientali (DISAM), Università degli Studi di Genova. E-mail: chiara.vangelista@unige.it Dal 2002, Coordinatrice, insieme alla prof.ssa Núncia Santoro de Constantino (direttrice) del progetto *Mulheres Migrantes nas Cidades do Mercosul*, Pontificia Universidade Católica, Rio Grande do Sul; 2002, visiting professor alla Università di Cuyo, Mendoza (Argentina), Facultad de Letras y Artes. Dal 2003, Fondatrice e coordinatrice di *Officina. Laboratorio Interdisciplinare Fonti e Metodi per lo Studio dei Processi Migratori*. Dal 2003, componente del comitato scientifico del CISEI, Centro Internazionale di Studi dell' Emigrazione Italiana, Genova. 2004, Componente della commissione organizzatrice del progetto per la realizzazione degli ventisette relativi alla commemorazione dei 130 anni della colonizzazione italiana nel Rio Grande do Sul. Dal 2004, Componente del Comitato Scientifico di *Fénix – Revista de História e estudos Culturais*, del Núcleo de Estudos em História Social da Arte e da Cultura (NEHAC) dell' Universidade Federal de Uberlândia (Minas Gerais, Brasile). Componente del Conselho Editorial della Rivista *História*, della Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo (RS-Brasile). Dal 2004, Componente del Comitato Scientifico della Fondazione Casa America di Genova. Dal 2004, direttrice della collana di saggistica latino-americanistica *Estremo Occidente*, per la Casa Editrice Città Aperta, Troina (Enna). Dal 2005, Componente del Comitato Scientifico della Rivista *Altretalia*, Fondazione Giovanni Agnelli, Torino.

Emilio Franzina

Professore ordinario di Storia Contemporanea all'Università di Verona. Membro di alcune accademie italiane, presiede la Classe di Lettere e Arti

dell'Accademia Olimpica di Vicenza e il Comitato Scientifico del CISEI (Centro Internazionale di Studi Sull'Emigrazione Italiana) di Genova. I suoi interessi spaziano dalle ideologie economiche allo sviluppo capitalistico e industriale, dalla diaristica alla scrittura popolare, dal movimento cattolico a quello socialista fra Otto e Novecento anche se il suo campo d'indagine privilegiato, da oltre quarant'anni, sono i movimenti migratori di massa. Tra i suoi numerosi libri si segnalano *La grande emigrazione. L'esodo dei rurali dal Veneto* (Marsilio 1976), *Merica! Merica! Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti e friulani in America Latina, 1876-1902* (Feltrinelli 1979), *Gli italiani al nuovo mondo. L'emigrazione italiana in America, 1492-1942* (Mondadori 1995), *L'America gringa. Storie italiane d'immigrazione tra Argentina e Brasile* (Diabasis, 2008), *La storia (quasi vera) del Milite ignoto raccontata come un'autobiografia* (Donzelli 2014); *Al caleidoscopio della Gran Guerra. Vetrini di donne, di canti e di emigranti*, (Iannone 2017) e *Entre duas Pátrias. A Grande Guerra dos imigrantes italo-brasileiros 1914-1918*, (Ramalhete, BH 2017). Siede nel comitato scientifico di varie istituzioni e di alcune importanti riviste come "Studi Emigrazione" e "Altretaliale" mentre ancora dirige a Roma, dopo averlo fondato con Matteo Sanfilippo, l'Archivio storico dell'emigrazione italiana.

Gelson Leonardo Rech

Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Especialista em Administração Estratégica de Serviços pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), com curso de aperfeiçoamento em Gestão Hospitalar. Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e doutor em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Atuou na gestão do Hospital Geral de Caxias do Sul (1997-2005); foi diretor da Escola de Educação Profissional Nossa Senhora de Fátima e gestor da Faculdade Fátima de 2007 a 2010. De 2011 a 2014, trabalhou como membro técnico da Comissão de Qualificação dos Cursos de Graduação da UCS, instituição na qual é professor desde 2003 na área de Filosofia e Educação. Em 2014 exerce a chefia de Gabinete da reitoria da UCS e, de agosto de 2019 a novembro de 2021 foi Diretor Executivo da Fundação Universidade de Caxias do Sul. Atual Reitor da Universidade de Caxias do Sul. É associado da SBHE e da ASPHE. É membro do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM) da UCS; membro do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação da Universidade Federal de Pelotas. Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação da UCS e professor no quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em História da UCS. Áreas de investigação: Filosofia da Educação, História da Educação (imigração italiana, educação étnica e acervos) e Epistemologia.

Giovanni Luigi Fontana

È professore ordinario di Storia Economica all'Università di Padova. Formatosi nello stesso ateneo e presso la Fondazione Luigi Einaudi di Torino, ha insegnato anche nelle Università di Udine e Cà Foscari di Venezia ed è stato visiting professor in diverse università straniere, tra cui l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales di Parigi. È direttore del Dipartimento di Scienze Storiche, Geografiche e dell'Antichità (DiSSGeA) dell'Università degli Studi di Padova, membro del Senato Accademico e di vari organismi istituzionali dello stesso Ateneo. È direttore del Master interateneo in Conservazione, gestione e valorizzazione del patrimonio industriale – MPI, attivato da oltre un decennio presso l'Università di Padova in convenzione con l'Università IUAV di Venezia, il Politecnico di Torino, il Politecnico di Milano, le Università di Ferrara, Firenze, Napoli, Cagliari e il CNR-IBAM di Lecce. È responsabile per l'Università di Padova del Master Erasmus Mundus Techniques, Patrimoine, Territoires de l'Industrie. Histoire, Valorisation, Didactique – TPTI, attivato dalle Università di Paris I Panthéon-Sorbonne, Padova, Evora, Alicante, Sfax e dal Politecnico di Praga, in associazione con l'Università de Ouagadougou (Burkina Faso), la Universidad Autonoma de Mexico (UNAM), la Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e la Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Brasile), le Università Fudan e Tongji di Shanghai. È inoltre responsabile per l'Università di Padova del programma di dottorato internazionale “Heritage, Cultural Economics, Technology and Sustainability” – HERITECHS proposto dalle Università di Paris I Panthéon-Sorbonne, Evora, Padova, Alicante, Sfax (Tunisie), Tecnológica Federal do Paraná (Brasile) e dai Politecnici di Torino e di Praga.

Gianpaolo Romanato

Professore di Storia contemporanea all'Università di Padova, dal 2007 fa parte del Pontificio Comitato di Scienze Storiche (Città del Vaticano). Fra i suoi libri si segnalano *L'Africa nera fra Cristianesimo e Islam. L'esperienza di Daniele Comboni* (Corbaccio, 2003) e *Pio X. Alle origini del cattolicesimo contemporaneo* (Lindau, 2014), tradotti in Spagna. Inoltre: *Un italiano diverso. Giacomo Matteotti* (Longanesi, 2011) e *Le Riduzioni gesuite del Paraguay. Missione, politica, conflitti*, Morcelliana, 2021. Sull'emigrazione italiana ha pubblicato vari studi, fra i quali *L'Italia della vergogna nelle cronache di Adolfo Rossi* (Longo, 2010) e *L'emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul brasiliano (1875-1914). Fonti diplomatiche* (Longo, 2018, in collaborazione con Vania Merlotti Herédia).

Günter Weimer

Possui graduação em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1963), mestrado em História da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1981) e doutorado em Arquitetura e Urbanismo

pela Universidade de São Paulo (1990). Atualmente é professor convidado do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROPUR) da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Arquitetura e Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: arquitetura popular, história da arquitetura, imigração alemã, açorianos no Brasil e Rio Grande do Sul.

João Carlos Tedesco

Possui graduação em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo (1988), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1998), especialista em economia. Fez estágio de pós-doutoramento (2002) e de professor visitante (2009, 2014 e 2018) na Universidade de Verona – Itália. Fez também segundo pós-doutoramento (2011) na Universidade de Milão (Itália). Atualmente é professor titular da Universidade de Passo Fundo, nas áreas de Ciências Sociais e no Mestrado e Doutorado em História. Tem experiência na área de Sociologia, história e economia regional, atuando principalmente nos seguintes temas: memória, imigração, campesinato, trabalho e movimentos sociais. Pesquisador CNPq, desde 2010.

Jorge Luiz da Cunha

Professor titular na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Integra o quadro docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFSM, mestrado e doutorado; Programa de Pós-Graduação em História – PPGH/UFSM, mestrado e doutorado; também é docente no Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória /UFSM (UFRJ). É coordenador do Núcleo de Estudos sobre Memória e Educação – CLIO, criado em 1996, e registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. No campo da pesquisa dedica-se a temas relacionados com a História da Educação, o Ensino da História/Educação Histórica, História das Migrações, História Oral e Narrativas (Auto)biográficas. Possui Graduação – Licenciatura Curta e Licenciatura Plena em Estudos Sociais, História e Geografia pelas Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul – FISC (1982), Mestrado em História Social do Brasil pela Universidade Federal do Paraná – UFPR (1988) e Doutorado (Dr. phil) em História Medieval e Moderna Contemporânea pela *Universität Hamburg*, Alemanha (1994). Em 1996 ingressou na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Nesta Instituição foi diretor do Centro de Educação (CE), de 1997 a 2005; Pró-Reitor de Graduação, de 2005 a 2010; Coordenador Geral do Programa de Apoio a Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (Reuni), de 2006 a 2010; coordenador do Programa de Ações Afirmativas da UFSM, de 2006 a 2010; Assessor Especial do Gabinete do Reitor de 2010 a 2012; e Ouvidor Geral da UFSM de 2012 a 2013. É também professor pesquisador e membro do Comitê História, Região e Fronteira da Associação das Universidades do Grupo Montevidéu (AUGM). Presidente do

Instituto Histórico São Leopoldo (IHSL), a partir de 2022. De 2016 a 2021 foi presidente da Associação Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica (Biograph).

Luis Fernando Beneduzi

Professor titular de “História e Instituições das Américas” na Università Ca’ Foscari Venezia. Possui Doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004) e Pós-Doutorado em História no “Grupo Mujeres”, Università degli Studi di Torino (2005). É professor convidado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Foi professor na Alma Mater Studiorum Università di Bologna (2005-2009) e à The Johns Hopkins University (2009-2013), tendo sido também Visiting Professor, nos últimos 15 anos, em diferentes Universidades europeias e latino-americanas. Entre 2007 e 2009 foi presidente da Associação Internacional AREIA (Áudio-archivo sobre as migrações entre a Europa e a América Latina e desde 2020 é Jean Monnet EUinLAC Member (<https://www.euinlac.eu/>). Seus interesses de pesquisa estão relacionados com a imigração italiana e os movimentos transnacionais (especialmente de brasileiros e ítalo-brasileiros na Europa), com a identidade nacional na América Latina, memória, imaginário social, nostalgia, sensibilidade, História e Literatura (com especial atenção às questões migratórias e de identidade nacional). Dentre suas principais publicações destaca-se: *Os fios da nostalgia: perdas e ruínas na construção de um Vêneto imaginário*, Porto Alegre, UFRGS Editora, 2011 (com Gláucia de Olivera Assis); *Narrativas de Gênero-Relatos de História Oral: experiências de ítalo-brasileiros na Itália-contemporânea*, Vitória, Edufes, 2014 e *Os pequenos pontos de partida: novos e(i)migrantes rumo à Itália no século XXI*, Curitiba, CRV, 2015 e (com Maria Cristina Dadalto) *Mobilidade humana e circularidade de ideia Diálogos entre a América Latina e a Europa*, Veneza, Edizioni Ca’ Foscari, 2017.

Maria Catarina Chitolina Zanini

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (1987), mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB) (1997), doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (USP) (2002) e Pós-doutorado pelo Museu Nacional (MN-UFRJ) (2008). Atualmente é professora titular na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Coordenadora do Necon/UFSM (Núcleo de Estudos Contemporâneos), que congrega pesquisadores, estudantes de pós-graduação e graduação. Foi membro do Comitê de Iniciação Científica e de Inovação Tecnológica da UFSM. Presidente da Comissão de criação do curso de Bacharelado Ciências Sociais, na UFSM (1996 e 1997) e vice-coordenadora da Comissão que criou o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na UFSM (2006/2007). Foi Coordenadora do curso de Bacharelado em Ciências Sociais, coordenadora e vice-coordenadora do programa de Pós-Graduação

em Ciências Sociais. Tem experiência na área de Antropologia, trabalhando principalmente com as seguintes temáticas: migrações, teoria antropológica, campesinato e etnicidade. Foi *Visiting Scholar* na Università Ca' Foscari Venezia (Itália), em 2019, fazendo parte de redes de pesquisa com esta Instituição desde 2012. É pesquisadora Associada do Niem-UFRJ (Núcleo de Estudos Migratórios) e ao Instituto Histórico de São Leopoldo (ISHL). É membro do Migraidh-UFSM e da Cátedra Sérgio Vieira de Mello UFSM, na qual desenvolve atividades de pesquisa, ensino e extensão sobre migração e refúgio. Foi coordenadora de Graduação e de Pós-Graduação, participando de Colegiados institucionais na UFSM. É sócia da ABA (Associação Brasileira de Antropologia), mãe de dois filhos e Pesquisador PQ 2/CNPq desde 2012.

Miriam Santos

Doutora em Antropologia Social (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Mestre em Ciência Política (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e Licenciada em Ciências Sociais (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). É docente na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), vice-coordenadora do NIEM – Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios e investigadora colaboradora no CinTurs. Research Centre for Tourism, Sustainability and Well-being da Universidade do Algarve. Principais áreas de investigação: Migrações e Deslocamentos, Alimentação e Cultura e Campesinato. Possui estudos em publicações internacionais e nacionais, bem como projetos de investigação concluídos e em curso.

René E. Gertz

Graduado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) (1974), mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (1977), e doutor em Ciência Política pela Freie Universität Berlin (FUB) (1980), onde também fez estágio de pós-doutorado (1995). Está aposentado, tendo sido professor-titular na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), e professor-associado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – em ambos os casos, nos Departamentos de História. Seus trabalhos se referem, sobretudo, à História do Brasil-República, com interesse especial por aspectos políticos do processo de imigração e colonização no Sul do Brasil, por integralismo, por nazismo, por germanismo, por neonazismo, por protestantismo, por preconceitos étnicos e religiosos, pela política gaúcha do período em torno do Estado Novo (1937-1945). Além disso, tem dedicado atenção à historiografia alemã contemporânea, tentando divulgá-la no Brasil, principalmente, através de traduções.

Roberto Radünz

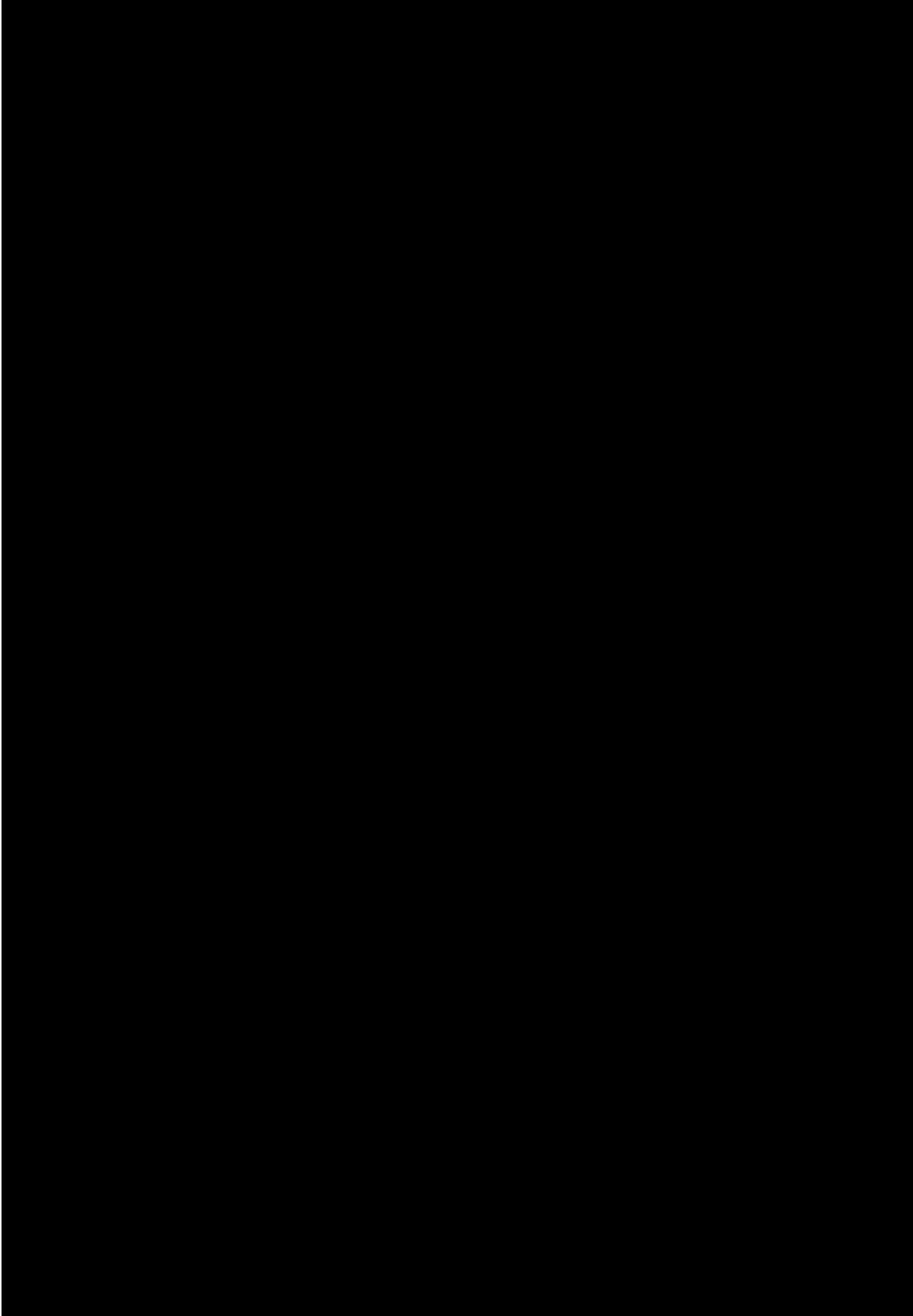
Possui graduação em História e Teologia. Doutor em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pós-doutorado no Institute of the American and Europe na Universidade de Varsóvia / Polônia. Professor titular e pesquisador na Universidade de Caxias do Sul (UCS). Professor do Programa de Pós-Graduação em História e colaborador no Programa de Pós-Graduação em Letras da UCS. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de história, luteranismo, educação patrimonial, escravidão e fontes e acervos.

Terciani Ângela Luchese

Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade de Caxias do Sul (1997), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2001) e doutorado em Educação – Linha de Pesquisa Currículo, Cultura e Sociedade, (Unisinos) (2008). Pós-doutorado em História da Educação. É professora na Universidade de Caxias do Sul, atua na graduação e nos Programas de Pós-Graduação em História e no de Pós-Graduação em Educação – Curso de Mestrado e Doutorado. É coordenadora do PPGEdU/UCS (2022). É bolsista produtividade em Pesquisa do CNPq desde 2013. Integra a rede transnacional TRANSFOPRESS (França – Brasil). Lidera o Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM), participa do grupo de pesquisa Educação no Brasil: memória, instituições e cultura escolar e Arquivos Pessoais, Educação e Patrimônio. É associada da SBHE, Asphe, Anped e Anpuh. É membro associado do Instituto Histórico de São Leopoldo. Foi presidente da Associação Sul-rio-grandense de Pesquisadores em História da Educação (Asphe) no biênio 2015 – 2017.

Vania B. M. Herédia

Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1984), graduada em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul (1973). Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1978) e Doutora em História das Américas pela Universidade de Gênova, sede descentralizada em Turim Itália (1992). Pós-doutora em História Econômica pela Universidade de Padova (2002) e em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2013. Professora titular da Universidade de Caxias do Sul, leciona na graduação e na pós-graduação. Membro do Instituto Histórico de São Leopoldo (desde 2006). Sócia da *Associazione Italiana per il patrimonio archeologico industriale* (AIPAI). Sócia correspondente na *Accademia Olimpica di Vicenza na classe di Diritto, Economia e Amministrazione*. Pesquisadora na Rede Internacional de estudos de língua, história e cultura italiana, que envolve as Universidades de Nantes (França), Calabria (Itália), Groeningen (Holanda) e PUCRS (Brasil).





A Universidade de Caxias do Sul é uma Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES), com atuação direta na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Tem como mantenedora a Fundação Universidade de Caxias do Sul, entidade jurídica de Direito Privado. É afiliada ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas - COMUNG; à Associação Brasileira das Universidades Comunitárias - ABRUC; ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB; e ao Fórum das Instituições de Ensino Superior Gaúchas.

Criada em 1967, a UCS é a mais antiga Instituição de Ensino Superior da região e foi construída pelo esforço coletivo da comunidade.

Uma história de tradição

Em meio século de atividades, a UCS marcou a vida de mais de 120 mil pessoas, que contribuem com o seu conhecimento para o progresso da região e do país.

A universidade de hoje

A atuação da Universidade na atualidade também pode ser traduzida em números que ratificam uma trajetória comprometida com o desenvolvimento social.

Localizada na região nordeste do Rio Grande do Sul, a Universidade de Caxias do Sul faz parte da vida de uma região com mais de 1,2 milhão de pessoas.

Com ênfase no ensino de graduação e pós-graduação, a UCS responde pela formação de milhares de profissionais, que têm a possibilidade de aperfeiçoar sua formação nos programas de Pós-Graduação, Especializações, MBAs, Mestrados e Doutorados. Comprometida com excelência acadêmica, a UCS é uma instituição sintonizada com o seu tempo e projetada para além dele.

Como agente de promoção do desenvolvimento a UCS procura fomentar a cultura da inovação científica e tecnológica e do empreendedorismo, articulando as ações entre a academia e a sociedade.

A Editora da Universidade de Caxias do Sul

O papel da EDUCS, por tratar-se de uma editora acadêmica, é o compromisso com a produção e a difusão do conhecimento oriundo da pesquisa, do ensino e da extensão. Nos mais de 1.500 títulos publicados é possível verificar a qualidade do conhecimento produzido e sua relevância para o desenvolvimento regional.



Conheça as possibilidades de formação e aperfeiçoamento vinculadas às áreas de conhecimento desta publicação acessando o QR Code:



No caso do Rio Grande do Sul, tanto colonos quanto gaúchos são produtos de uma construção identitária, que tem suas bases no passado comum e numa herança de valores que estão presentes na língua, na história e na cultura, mais do que isso: nas semelhanças imaginadas, resultado de interesses do grupo, que tenta se transformar naquilo que acredita ser. Não é possível esquecer, citando Hall (2000, p. 109), que “as identidades surgem, em parte, no imaginário (assim como no simbólico) e, portanto, sempre, em parte, construída na fantasia ou, pelo menos, no interior de uma campo fantasmagórico”.

Loraine Slomp Giron
II Simpósio Internacional da Imigração e
X Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros – 2005



FLORENSE

PPG HISTORIA
MESTRADO DOUTORADO UCS



ISBN 978-65-5807-187-7

